



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1665

Segunda-feira - 19 de Janeiro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2	Itapiranga.....	160	Siderópolis.....	636
Anchieta.....	5	Itapoá.....	162	Tigrinhos.....	636
Ascurra.....	12	Joaçaba.....	270	Trombudo Central.....	638
Balneário Rincão.....	12	Lages.....	273	Tunápolis.....	639
Barra Velha.....	15	Lauro Muller.....	274	Urussanga.....	654
Bela Vista do Toldo.....	15	Leoberto Leal.....	274	Vargeão.....	655
Benedito Novo.....	16	Lindóia do Sul.....	296	Vargem Bonita.....	656
Biguaçu.....	17	Luzerna.....	297	Videira.....	657
Blumenau.....	18	Macieira.....	375	Xavantina.....	661
Bom Jesus do Oeste.....	20	Maracajá.....	376	Xaxim.....	670
Bom Retiro.....	20	Meleiro.....	378		
Braço do Trombudo.....	21	Modelo.....	378	Consórcios	
Brunópolis.....	22	Morro da Fumaça.....	387	ARIS.....	672
Brusque.....	22	Navegantes.....	388	CIMCATARINA.....	672
Caçador.....	23	Nova Trento.....	391	CIMVI.....	672
Camboriú.....	24	Novo Horizonte.....	401	CIS/AMFRI.....	673
Campo Alegre.....	29	Ouro.....	403		
Campos Novos.....	47	Ouro Verde.....	408	Editais de Notificação	
Canoinhas.....	49	Palhoça.....	409	Abdon Batista.....	674
Capinzal.....	51	Palmitos.....	428	Arroio Trinta.....	676
Catanduvás.....	53	Passo de Torres.....	428	São José.....	929
Chapadão do Lageado.....	54	Passos Maia.....	432		
Concórdia.....	55	Paulo Lopes.....	435		
Cordilheira Alta.....	62	Penha.....	436		
Coronel Martins.....	99	Peritiba.....	437		
Corupá.....	100	Petrolândia.....	495		
Dionísio Cerqueira.....	101	Pinheiro Preto.....	496		
Erval Velho.....	102	Pomerode.....	497		
Faxinal dos Guedes.....	103	Porto Belo.....	499		
Forquilha.....	104	Porto União.....	499		
Fraiburgo.....	108	Pouso Redondo.....	501		
Galvão.....	111	Presidente Castello Branco.....	501		
Garopaba.....	113	Rio do Sul.....	503		
Gaspar.....	114	Salto Veloso.....	557		
Governador Celso Ramos.....	115	Santa Cecília.....	558		
Grão Pará.....	115	Santa Rosa do Sul.....	558		
Guaraciaba.....	117	Santa Terezinha do Progresso.....	559		
Herval d'Oeste.....	118	São Bento do Sul.....	560		
Ibiam.....	122	São Carlos.....	562		
Ilhota.....	123	São Domingos.....	563		
Imarui.....	123	São Joaquim.....	565		
Imbituba.....	125	São José.....	575		
Indaial.....	132	São Lourenço do Oeste.....	596		
Iomerê.....	133	São Miguel do Oeste.....	629		
Irineópolis.....	159	São Pedro de Alcântara.....	631		
Itá.....	159	Schroeder.....	632		
Itaiópolis.....	160	Serra Alta.....	633		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Alto Bela Vista

PREFEITURA

ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, através da Prefeitura Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é o Registro de Preços para possível aquisição de pneus novos, sofreu ADENDO. O prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços e a documentação de habilitação fica alterado para o dia 02 de fevereiro de 2015, às 08h50, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 09h. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados no site www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal situada a Rua do Comércio, nº 1015, Centro, Alto Bela Vista, SC, em horário comercial, ou pelo telefone (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 16 de janeiro de 2015.

Cátia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

DECRETO Nº 1962, DE 15 DE JANEIRO DE 2015

"REGULAMENTA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ALTO BELA VISTA - GERAINVEST, REVOGA DECRETO 1942/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Cátia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Alto Bela Vista e tendo em vista o disposto na Lei complementar nº 064 de 10 de Outubro de 2014,

Considerando: o elevado número de pedido de informações e projetos apresentados ao Gerainvest;

Considerando: a potencialidade do projeto em alavancar a atividade econômica do Município;

Considerando: a necessidade de ajustes nas regras e limites de recursos de concessão antes das liberações de valores as empresas;

Considerando: o limite orçamentário e financeiro do Município em especial do Fundo do Gerainvest;

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO INICIAL

Art. 1º. O Fundo Municipal de Desenvolvimento de Alto Bela Vista, instituído pela Lei Complementar nº 064 de 10 de Outubro de 2014, reger-se-á pelo presente regulamento e pelas demais normas aplicáveis,

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES DO FUNDO

Art. 2º. São finalidades do Fundo, gerar emprego, ampliar a renda e promover o desenvolvimento econômico e social do seu povo, apoiará programas, projetos e atividades mediante incentivos às empresas (independente do porte), prestadores de serviços e outras atividades econômicas devidamente formalizadas.

CAPÍTULO III DOS CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO DO CRÉDITO

SESSÃO I PARA INVESTIMENTO

Art. 3º. As empresas, com o propósito de investimentos, para sua habilitação ao Crédito, deverão apresentar:

I - cópia do ato ou contrato de constituição da empresa e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado;

II - prova dos registros ou inscrições no cadastro fiscal do Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda Estadual e do Município de sua sede;

III - prova de regularidade, em se tratando de empresa já em atividade, quanto a:

- a) tributos e contribuições federais;
- b) tributos estaduais;
- c) tributos do Município de sua sede;
- d) contribuições previdenciárias;
- e) FGTS;
- f) INSS.

IV - projeto circunstanciado do investimento que pretende realizar, compreendendo a construção do prédio e seu cronograma, instalações, produção estimada, projeção do faturamento mínimo, estimativa do ICMS a ser gerado, projeção do número de empregos diretos e indiretos a serem gerados, prazo para o início de funcionamento das atividades da empresa e, estudo da viabilidade econômica do empreendimento;

V - projeto de preservação do meio ambiente e compromisso formal de recuperação dos danos que vierem a ser causados pela empresa, bem como compatibilidade com as diretrizes do Plano Diretor do Município quando for o caso;

VI - certidão negativa judicial e de protesto de títulos da Comarca a que pertence o Município em que a empresa interessada tiver a sua sede, em caso de filial, e de seus sócios/proprietários.

Parágrafo Único. O requerimento de que trata o caput deverá ser acompanhado, ainda, de memorial contendo os seguintes elementos:

- a) valor inicial de investimento;
- b) área necessária para sua instalação;
- c) absorção inicial de mão-de-obra e sua projeção futura;
- d) efetivo aproveitamento de matéria-prima existente no Município;
- e) viabilidade de funcionamento regular;
- f) produção inicial estimada;
- g) objetivos;
- h) atestados de idoneidade financeira, fornecidos por instituições bancárias;
- i) outros informes que venham a ser solicitados pela Administração Municipal.

SESSÃO II CAPITAL DE GIRO

Art. 4º. As empresas, que objetivam o empréstimo para Capital de Giro, para sua habilitação ao crédito, deverão apresentar os

documentos elencados nos incisos I, II, III do art. 3º deste decreto.

SESSÃO III DAS GARANTIAS

Art. 5º. Para ter acesso aos incentivos e benefícios desta lei, a Empresa Contraente deverá apresentar garantias bancárias ou patrimoniais do pagamento ou indenização para o Município do valor investido, em uma das seguintes modalidades:

a) 02 (dois) fiadores.

§ 1º. Os fiadores, quando casados, deverão apresentar a documentação do cônjuge.

§ 2º. O GERAINVEST reserva-se o direito de aprovar ou não os fiadores apresentados. Caso os fiadores sejam negados, terá a empresa, após a comunicação, o direito de em 03 dias, apresentar nova nominata de fiadores.

b) Alienação do imóvel onde o bem será edificado em caso de empréstimo para construção ou ampliação de imóvel ou aquisição de máquinas para indústrias, com registro em cartório de registro de imóveis.

CAPÍTULO IV DA APROVAÇÃO

Art. 6º. O GERAINVEST, reserva-se o direito de conceder o empréstimo em parte ou no todo, conforme avaliação do projeto e orçamento apresentados, avaliados pela comissão, levando-se em consideração os critérios adotados pela Lei Complementar Nº064/2014.

Parágrafo único: Após o protocolo do pedido, O Conselho de Desenvolvimento Econômico terá o prazo de até 15 dias para seu parecer.

CAPÍTULO V DOS VALORES E LIMITES

Art. 7º. O valor do empréstimo terá como limite máximo 40% (quarenta por cento) do faturamento bruto da empresa comprovado no balanço, sendo que para valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) apresentar plano de negócios detalhado com projeção de faturamento, pesquisa ou indicadores de mercado, faturamento médio bruto, ponto de equilíbrio ou outros dados que comprovem a viabilidade do negócio, elaborado por contador, administrador ou instituição especializada como SEBRAE e outras do gênero.

Os limites máximos para concessão de empréstimos serão os seguintes:

I - Para aquisição de máquinas e equipamentos: R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais);

II - Para capital de Giro: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

III - Para aquisição de veículos utilitários: até 80% do valor do veículo limitado ao valor máximo de 80.000,00 (Oitenta mil reais), de financiamento;

IV - Para obras e investimentos: 90.000,00 (Noventa mil reais);

V - Para micro empreendedores individuais (MEI) até R\$ 3.000,00 (três mil reais) no total, podendo optar por capital de giro ou investimentos.

Parágrafo Único: ficam estabelecidos ainda como limites anuais de investimento os recursos financeiros e as dotações dispostas no Fundo de Desenvolvimento Econômico de Alto Bela Vista (Gerainvest).

Art. 8º. Nos casos de solicitação para investimentos em obras cujo valor solicitado extrapole o limite estabelecido no art. 7º, IV, e que o Conselho for favorável, a concessão dos valores fica condicionada a aprovação prévia do Legislativo Municipal através de Projeto de Lei a ser encaminhado.

CAPÍTULO VI DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 9. Uma vez preenchidos os requisitos dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º, o GERAINVEST, fará o devido pagamento através de depósito bancário na conta do requerente.

§ 1º. O GERAINVEST reserva-se 20 (Vinte) dias úteis para liberação dos recursos, após assinatura de contrato das partes e fiadores. No caso do parágrafo 2º deste artigo, somente após a apresentação do contrato do(s) novo(s) funcionário(s).

§ 2º. Para os empréstimos concedidos com a finalidade de geração de novos empregos, terá o beneficiário que, em 60 (sessenta), dias apresentar o contrato do(s) novo(s) funcionário(s).

Art. 10. Para cada empréstimo concedido com a finalidade da geração de novos empregos, às referidas vagas terão que ser mantidas até a quitação do empréstimo sob pena de devolução do recurso imediatamente.

§ 1º. O quadro funcional anteriormente mantido na empresa deverá permanecer igualmente inalterado.

§ 2º. O descumprimento do disposto neste artigo ensejará na devolução total do recurso com multa de 10% (dez por cento) do valor auferido.

Art. 11. Após a liberação dos recursos, terá o beneficiário, obrigatoriamente, 60 (sessenta) dias, para apresentar cópia fiel da nota de compra dos investimentos para a comissão de administração do GERAINVEST, sob pena do estabelecido no § 2º do artigo anterior.

Parágrafo único: Caso não efetuado, administrativamente a restituição dos valores, e que o GERAINVEST tenha que acionar judicialmente para a cobrança, arcará o beneficiário com as despesas processuais e honorários advocatícios.

CAPÍTULO VII DOS JUROS

Art. 12. Estabelecem as partes que o adquirente pagará pelo empréstimo, 3% (Três por cento) de juro ao ano.

§ 1º. Em caso de mora, o juro será de 1% (um por cento) ao mês e 2% (dois por cento) a título de multa.

Art. 13. A metodologia de aplicação dos juros será a forma denominada "Juros Simples" sendo que a taxa de juro será aplicada sobre o prazo total do empréstimo (carência + amortização), na seguinte fórmula para o cálculo da parcela:

Valor = Valor do financiamento

Taxa = Taxa total de juros pelo período da operação.

Prazo = Prazo de Carência + prazo de amortização em meses;

Parcela = Valor da Parcela.

Calculo da parcela = Valor X Taxa / Prazo

CAPÍTULO VIII DA CARENÇA E DOS PRAZOS PARA RESTITUIÇÃO DOS VALORES

Art. 14. A empresa que se credenciar e tiver direito ao recebimento dos valores do financiamento terá os seguintes prazos de carência e pagamento integral do empréstimo com a devida correção:

Valor até	Objetivo do Empréstimo	Prazo de Carência	Prazo para amortização
5.000,00	Capital de Giro	03 Meses	12 Meses
5.000,00	Investimento (máquinas instalações e equipamentos)	12 Meses	12 Meses
10.000,00	Capital de Giro	04 Meses	24 Meses
10.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	24 Meses
20.000,00	Capital de Giro	04 Meses	24 Meses
20.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	36 Meses
30.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	42 Meses
40.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	48 Meses
50.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	54 Meses
Acima de R\$ 50.000,00	Investimento (máquinas instalações, veículos utilitários e equipamentos)	12 Meses	60 Meses

Art. 15. Em caso de não pagamento de 3 (três) parcelas, considerar-se-á vencido todo o débito, não podendo ser parcelado.

Art. 16. O beneficiário deste empréstimo, somente poderá se valer de um novo, quando houver quitado no mínimo 70% (setenta por cento) do anterior e ainda deverá ter aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

CAPÍTULO IX LOCAL E FORMA DE PAGAMENTO

Art.17. O Município no momento da liberação dos recursos para o Beneficiário emitirá o carne com os boletos para pagamento bancário de todas as parcelas do empréstimo.

CAPÍTULO X DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 18. A prestação de contas da Gestão financeira do Fundo cabe ao Prefeito Municipal e ao coordenador do fundo, sendo feita em cada exercício: à Câmara Municipal de Vereadores, ao Tribunal de Contas do Estado, ou quando for o caso, ao Tribunal de Contas da União, por meio de balancetes e/ou meio magnético, demonstrativos e balanços e será encaminhada através da contabilidade geral do Município.

Parágrafo único: A prestação de contas de que trata este artigo atenderá as normas de legislação Estadual ou Federal, pertinentes

e do Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 19. O Prefeito Municipal fica autorizado a baixar normas complementares necessárias ao fiel cumprimento e execução do presente regulamento.

Art. 20. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o decreto 1.942 de 10 de Dezembro de 2014.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 15 de Janeiro de 2015.

Cátia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas publicações

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº003/2014

ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Objeto: O MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA/SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, com sede administrativa na Rua do Comércio, 1.015, Centro, Alto Bela Vista, SC, CEP 89730-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. CÁTIA TESSMANN REICHERT, no uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo Público nº 003/2014.

1. O Quadro de Vagas e Vencimentos constante no Anexo I do Edital de Processo Seletivo Público nº 003/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Codificação dos cargos	Formação	Carga horária semanal	Vencimento base¹ (R\$)
Professor de Educação Infantil	1063	Superior	20h	1.164,88
	1102	Superior	20h	
	1103	Médio	20h	
Professor de Ensino Fundamental	1063	Superior	20h	1.164,88
	1102	Superior	20h	
	1103	Médio	20h	
Professor de Base Diversificada	1102	Superior	20h	1.164,88
Professor de Educação Física	1103	Médio	20h	1.001,96
	1109	Superior	20h	1.164,88

A íntegra do presente Adendo está publicada nos sites www.assconpp.com.br e www.altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista/SC, 16 de janeiro de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

Modalidade: PREGÃO nº 004/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de materiais escolares destinados à Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental do Município, tudo conforme descrição detalhada no objeto do Edital, conforme as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e consoante com as normas elencadas do Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 08h50, do dia 30 de janeiro de 2015, em sessão pública, com abertura para as 9h da mesma data. Íntegra do Edital e informações complementares, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista, em 16 de janeiro de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº05/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

Modalidade: PREGÃO nº 005/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de gêneros alimentícios da merenda escolar destinados à Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental do Município, tudo conforme descrição detalhada no objeto do Edital, conforme as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e consoante com as normas elencadas do Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 13h50, do dia 30 de janeiro de 2015, em sessão pública, com abertura para às 14h da mesma data. Íntegra do Edital e informações complementares, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista, em 16 de janeiro de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

Anchieta**PREFEITURA****PORTARIA Nº 49/2015**

PORTARIA nº. 49/2015

De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Taíse Vanessa Sampaio, portadora do CPF nº. 065.234.509-37 e CI nº. 5.092.477 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Professora de Educação Física, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 50/2015

PORTARIA nº. 50/2015

De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Patrick Juliano Guardini, portador do CPF nº. 033.118.669-16 e CI nº. 3.298.181 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20 (vinte) horas

semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 51/2015

PORTARIA nº. 51/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Márcia Aparecida Câmara, portadora do CPF nº. 034.786.059-11 e CI nº. 4.303.280 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Professora de Séries Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 52/2015

PORTARIA nº. 52/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Vera Lúcia Sufredini da Costa, portadora do CPF nº. 853.978.819-53 e CI nº. 1.655.937 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Professora de Séries Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 53/2015

PORTARIA nº. 53/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Neli da Costa Thums, portadora do CPF nº. 030.202.849-88 e CI nº. 2.793.561 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Professora de Séries Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 54/2015

PORTARIA nº. 54/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Ivone Maria Rizzotto Kraemer, portadora do CPF nº. 040.544.769-88 e CI nº. 2.793.561 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Professora de Séries Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 55/2015

PORTARIA nº. 55/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Daniela Bruzzo, portadora do CPF nº. 069.597.599-43 e CI nº. 5.269.652 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Professora de Ensino Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 56/2015

PORTARIA nº. 56/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Marinice Machado da Silva, portadora do CPF nº. 063.816.289-01 e CI nº. 5.113.818 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Professora de Ensino Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 57/2015

PORTARIA nº. 57/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Arieli Pulga, portadora do CPF nº. 075.563.479-81 e CI nº. 5.361.685 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Professora de Ensino Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 58/2015

PORTARIA nº. 58/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Juliana Miola Martini, portadora do CPF nº. 050.383.509-92 e CI nº. 4.513.119 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Professora de Ensino Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 59/2015

PORTARIA nº. 59/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Matília Mattanna, portadora do CPF nº. 040.934.759-03 e CI nº. 4.270.024 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Professora de Matemática, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 60/2015

PORTARIA nº. 60/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Bruna Zuppa, portadora do CPF nº. 086.445.489-99 e CI nº. 4.611.849 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Atendente de Biblioteca, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 61/2015

PORTARIA nº. 61/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Geovane Negri, portadora do CPF nº. 064.646.179-66 e CI nº. 5.102.577 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 62/2015

PORTARIA nº. 62/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Rosa Maria Camargo Brassiani, portadora do CPF nº. 034.118.419-58 e CI nº. 3.855.503 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 63/2015

PORTARIA nº. 63/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Joseandro Dala Rosa, portador do CPF nº. 018.548.629-01 e CI nº. 3.655.150 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 64/2015

PORTARIA nº. 64/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Vilson Baggio, portador

do CPF nº. 563.167.809-82 e CI nº. 1.856.634 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 65/2015

PORTARIA nº. 65/2015
De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Alcimar Ceolin, portador do CPF nº. 037.512.179-08 e CI nº. 4.219.621 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 66/2015

PORTARIA nº. 66/2015

De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Eduardo Schatz, portador do CPF nº. 077.194.369-54 e CI nº. 5.361.680 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 67/2015

PORTARIA nº. 67/2015

De, 15 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Cristiano Dione Marcolin, portador do CPF nº. 079.576.809-50 e CI nº. 5.361.824 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Operador II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 68/2015

PORTARIA Nº. 68/2015

De, 15 de Janeiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias proporcionais para a servidora Pública Municipal Sandra Regina Roth, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 12/01/2015 à 10/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 15 de Janeiro de 2014.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

Ascurra**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO 02/2015 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO Nº02/2015

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 30/01/2015 às 09 horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 19 de janeiro de 2015.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Balneário Rincão**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PP 005/PMBR/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/PMBR/2015.
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.
Data e horário da sessão de abertura: 29/01/2015 às 14h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de transporte escolar para atender os alunos da Rede Pública Municipal e Estadual, durante o ano de 2015.
Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 16 de Janeiro de 2015.
Pregoeira
Gisele Ferreira.

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO ADITIVO Nº 005/FMS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

No TERMO ADITIVO Nº. 01 AO CONTRATO Nº 005/FMS/2014; Publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 17/12/2014, página nº 08... Onde "se lê"... Representada neste ato pelo procurador o Sr. Eduardo Gerchman... "leia-se" representada neste ato pelo procurador o Sr. Norton Fabrizio Faria Sandri, ficando o mesmo retificado para os fins legais na forma da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 16 de Janeiro de 2015.
Presidente da Comissão de Licitações Substituto
Renato da Silva Vitche

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO ADITIVO Nº 010/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

No TERMO ADITIVO Nº. 01 AO CONTRATO Nº 010/PMBR/2014, Publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 17/12/2014, página nº 08... Onde "se lê"... Representada neste ato pelo procurador o Sr. Eduardo Gerchman... "leia-se" representada neste ato pelo procurador o Sr. Norton Fabrizio Faria Sandri, ficando o mesmo retificado para os fins legais na forma da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 16 de Janeiro de 2015.
Presidente da Comissão de Licitações Substituto
Renato da Silva Vitche

EXTRATO DE ADITIVO - ALAIR ROCHA CARDOSO

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 069/PMBR/2013. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO constante no objeto do presente Contrato de Nº. 069/PMBR/2013, que diz: Locação de uma sala comercial de alvenaria, medindo 45m², localizada no Lote 18, Quadra 55, Loteamento Miramar Zona Velha do Balneário Rincão/SC, para funcionamento da Empresa Brasileira De Correios E Telégrafos, no qual fica alterado (retificado) para o seguinte endereço: Locação de uma sala comercial de alvenaria, medindo 45m², localizada na Rua Jaguaruna, Nº. 699, Centro do Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 09/01/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Alair Rocha Cardoso.

EXTRATO DE ADITIVO - LAURI MARTINS GOULART

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 095/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 095/PMBR/2013, conforme cláusula sexta deste contrato, de acordo com o Parecer Jurídico Nº. 59 de 28/11/2014, pelo índice INPC/IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses (Dezembro/2013 a Dezembro/2014). ASSINATURA: 02/01/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Lauri Martins Goulart.

EXTRATO DE ADITIVO - ROGERIO J. CARDOSO

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 042/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 042/PMBR/2014, que prevê o termino em 05/01/2015, por 12 (doze) meses, ou seja, até 05/01/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 02/01/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Rogério José Cardoso.

EXTRATO DE CONTRATO - FMS**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº. 001/FMS/2015; LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS BALNEÁRIO RINCÃO LTDA; OBJETO: contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde para o conjunto total de cada grupo de: EXAMES DE DIAGNOSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO, discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS"; ASSINATURA: 02/01/2015; VIGÊNCIA: 12 MESES; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ademar Antonio Dal Pont.

CONTRATO Nº. 002/FMS/2015; METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada de fralda para uso de pacientes geriátricos em vulnerabilidade social da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 05/01/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jorge Henrique da Silva.

CONTRATO Nº. 003/FMS/2015; PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada de fralda para uso de pacientes geriátricos em vulnerabilidade social da Rede Municipal

de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 05/01/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Srª. Marileusa Aparecida Stinghen.

CONTRATO Nº. 004/FMS/2015; EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada de fralda para uso de pacientes geriátricos em vulnerabilidade social da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 05/01/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Adroaldo Machado.

CONTRATO Nº. 005/FMS/2015; EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais de enfermagem para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 14/01/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Adroaldo Machado.

CONTRATO Nº. 006/FMS/2015; ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais de enfermagem para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 14/01/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Luiz Henriques Alberton.

CONTRATO Nº. 007/FMS/2015; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais de enfermagem para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 14/01/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Maicon Cordova Pereira.

CONTRATO Nº. 008/FMS/2015; METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais de enfermagem para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 14/01/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jorge Henrique da Silva.

CONTRATO Nº. 009/FMS/2015; PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais de enfermagem para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 14/01/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Nedio Justino Massochin Junior.

CONTRATO Nº. 010/FMS/2015; PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais de enfermagem para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 14/01/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Antônio Gugelmin Velho.

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 001/PMBR/2015; BROCCAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA - EPP; OBJETO: Contratação da empresa "BROCCAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA EPP" para realização de Show Artístico no "Calçadão Cultural", que será realizado no dia 01 de Janeiro 2015, no Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 28/02/2015; ASSINATURA: 01/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Mateus Duarte Cardoso.

CONTRATO Nº. 002/PMBR/2015; FABIARD TRANSPORTES RAPIDOS LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresa especializada, para execução de forma parcelada, de serviços na organização, atualização de endereço e entrega de notificações de dívidas ativas do município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fabiano Geremias.

CONTRATO Nº. 003/PMBR/2015; CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA); OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Balneário Rincão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA. VIGENCIA: 31/12/2015 ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

CONTRATO Nº. 004/PMBR/2015; CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA); OBJETO: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

CONTRATO Nº. 005/PMBR/2015; MILENA CORAL DUTRA; OBJETO: Contratação de serviços de assistência social e de apoio logístico para a execução do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Deobaldo Donato Pacheco). VIGENCIA: 12 MESES; ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Srª MILENA CORAL DUTRA.

CONTRATO Nº. 006/PMBR/2015; OTOMAR COMERCIAL LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais de expediente, escolar, limpeza e higiene, utensílios domésticos e gás de cozinha, para uso dos Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Assistência Social do Município do Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 05/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr Nereu Oto Casagrande.

CONTRATO Nº. 007/PMBR/2015; ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais de expediente, escolar, limpeza e higiene, utensílios domésticos e gás de cozinha, para uso dos Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Assistência Social do Município do Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 05/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr Artedanio Silva Vieira.

CONTRATO Nº. 008/PMBR/2015; CINTIA DAL MOLIN NIERO - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais de expediente, escolar, limpeza e higiene, utensílios domésticos e gás de cozinha, para uso dos Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Assistência Social do Município do Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 05/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Srª Cintia Dal Molin Niero.

CONTRATO Nº. 009/PMBR/2015; RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais de expediente, escolar, limpeza e higiene, utensílios domésticos e gás de cozinha, para uso dos Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Assistência Social do Município do Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 05/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr Reginaldo Itamar Felisberto.

CONTRATO Nº. 010/PMBR/2015; RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais de expediente, escolar, limpeza e higiene, utensílios domésticos e gás de cozinha, para uso dos Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Assistência Social do Município do Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 05/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr Enivaldo Jose Gava.

CONTRATO Nº. 011/PMBR/2015; SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios para atender ao Programa de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 07/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr José Carlos Haidemann Esser.

CONTRATO Nº. 012/PMBR/2015; COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios para atender ao Programa de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 07/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Srª Mariana Guimarães Machado.

CONTRATO Nº. 013/PMBR/2015; BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios para atender ao Programa de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 07/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr Téo Alexandre Paz Arend.

CONTRATO Nº. 014/PMBR/2015; IRMAOS MORAES COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios para atender ao Programa de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 07/01/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr Volnei Silva de Moraes.

Barra Velha**PREFEITURA****ERRATA PP 001/2015 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ERRATA

Processo Administrativo nº 002/2015 - Pregão Presencial nº 001/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para aquisição de materiais de copa e cozinha, material de limpeza e alimentação para atender as necessidades das Secretarias Fundos e Fundações do Município. Merenda Escolar para Secretaria de Educação, e cestas Básicas para o Fundo de Assistência Social, conforme especificações detalhadas do Anexo I - Termo de Referência. O Edital na íntegra e suas alterações encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 16 de janeiro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO**

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014

CARTA CONVITE Nº 010/2014 - PREF.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014 - PREF

HOMOLOGAÇÃO: 14/01/2015

CONTRATADO: J-A VARIEDADES LTDA ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais escolares para o ano de 2015 destinado às escolas e creches municipais.

VALOR: R\$ 12.934,94 (Doze mil, novecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

Bela Vista do Toldo, (SC) 14 de janeiro de 2.015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

CARTA CONVITE Nº 010/2014 - PREF.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014 - PREF

HOMOLOGAÇÃO: 14/01/2015

CONTRATADO: LATINA EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais escolares para o ano de 2015 destinado às escolas e creches municipais.

VALOR: R\$ 63.480,80 (Sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos).

Bela Vista do Toldo, (SC) 14 de janeiro de 2.015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014 - PREF.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2014 - PREF

HOMOLOGAÇÃO: 14/01/2015

CONTRATADO: FATIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: Aquisição de retroescavadeira com potência mínima de 100 CVs e uma grade aradora hidráulica com no mínimo 26 polegadas basculante em conformidade com os recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 808640/2014/MAPA/CAIXA.

VALOR: R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 14 de janeiro de 2.015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014 - PREF.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2014 - PREF

HOMOLOGAÇÃO: 14/01/2015

CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: Aquisição de retroescavadeira com potência mínima de 100 CVs e uma grade aradora hidráulica com no mínimo 26 polegadas basculante em conformidade com os recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 808640/2014/MAPA/CAIXA.

VALOR: R\$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 14 de janeiro de 2.015.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO
LICITATÓRIO Nº 040/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014 - PREF.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2014 - PREF
HOMOLOGAÇÃO: 14/01/2015
CONTRATADO: AUTO POSTO BARRAÇÃO LTDA EPP
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: Aquisição parcelada de combustível Gasolina Comum,
Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 e Aditivo Arla 32, direto
na bomba de combustível da proponente para atender a frota da
Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Assistência Social, do
Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Desenvolvi-
mento Rural para o Exercício de 2015.
VALOR: R\$ 1.007.955,00 (Um milhão, sete mil, novecentos e cin-
quenta e cinco reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 14 de janeiro de 2.015.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015
ABRE INSCRIÇÕES PARA AS VAGAS E/OU RESERVAS DE VAGAS.

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, através de suas Secretarias Municipais, torna público, que fará realizar Processo Seletivo, para os cargos de OPERÁRIO, TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, PROFESSOR II-20, PROFESSOR III-40 e MÉDICO CLÍNICO GERAL a serem admitidos em caráter temporário. As inscrições estarão abertas nos dias 19 à 29 de janeiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Benedito Novo, junto a Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Celso Ramos, nº 5070, Centro, Benedito Novo/SC, de segundas à quintas-feiras das 09:00 as 11:30 horas e das 13:30 as 16:30 horas e Sextas-Feiras das 09:00 as 11:30 horas. As provas escritas serão realizadas no dia 03 de fevereiro de 2015, nas dependências do Escola de Educação Básica Teófilo Nolasco de Almeida, sito a Rua Celso Ramos - Centro, Benedito Novo/SC, às 18:00h. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (47) 3385-0487, durante o horário de expediente. O edital na íntegra poderá ser obtido no site da Prefeitura: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo, 15 de janeiro de 2015.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

Biguaçu**PREFEITURA****CV 13/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE CONVITE 13/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO E CORTINA DE AR PARA O CEIM DONA DORVALINA, COM AS DEVIDAS INSTALAÇÕES.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 17:00 horas, do dia 26 de janeiro de 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 17:30 horas, do dia 26 janeiro de 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 19 de janeiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.171/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.171/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

PP 215/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 215/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "CARNAVAL DA FAMÍLIA BIGUAÇUENSE 2015".

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 30 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 30 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 19 de janeiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5.633/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5633/14

CONCEDE A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL RELACIONADO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Licença Prêmio em Pecúnia Total, conforme art. 146 e art. 151, parágrafos 2º e 3º, da Lei Complementar nº 660 de 28 de novembro de 2007, regulamentado pelo Decreto nº 8.613, de 1º de fevereiro de 2008, em seus artigos 5º e 6º, aos servidores:

Valdir Dorow, cadastro nº 1368-4, servidor público autárquico municipal desde 19/08/1996, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria Administrativa, referente ao decênio 2004/2014, conforme Processo Administrativo nº 391/1411;

Jorge Luiz Massaneiro, cadastro nº 1302-1, servidor público autárquico municipal desde 01/06/1994, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador de Manutenção Oficial, lotado na Diretoria de Operações, referente ao decênio 2001/2014, conforme Processo Administrativo nº 395/1411.

Samae, 28 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5635/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5635/14

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

De acordo com o Artigo 6, §3º, do Decreto nº 8601, de 01 de fevereiro de 2008, incluído pelo Decreto nº 9291, de 08 de dezembro de 2010, por renúncia à nomeação correspondente à classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

André Schindler, nomeado pela Portaria nº 5597/14, de 15 de outubro de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de

Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 342/1410;

Rodrigo Borgonovo, nomeado pela Portaria nº 5597/14, de 15 de outubro de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo Motorista, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 346/1410.

Lucas Coelho Vieira, nomeado pela Portaria nº 5603/14, de 30 de outubro de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo de Químico, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 8, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 365/1410;

Leonardo Custódio de Souza, nomeado pela Portaria nº 5612/14, de 03 de novembro de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 3, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 372/1411;

Eunice Vargas de Souza, nomeada pela Portaria nº 5602/14, de 30 de outubro de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 2, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 359/1410.

Samae, 28 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5643/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5643/14

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO DE ENCANADOR DE MANUTENÇÃO OFICIAL OCUPADO POR CARLOS ROBERTO DA CRUZ

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

DECLARAR VACÂNCIA

de acordo com o artigo 44, inciso V, c/c artigo 301, ambos da Lei Complementar nº 660 de 28 de novembro de 2007, alterado pela Lei Complementar Nº 764/2010, do cargo de provimento efetivo de Encanador de Manutenção Oficial, ocupado por Carlos Roberto da Cruz, a contar de 16 de dezembro de 2014, em virtude de nomeação em cargo público inacumulável.

Samae, 15 de dezembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5644/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5644/14

DISPENSA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

DISPENSAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Suplementar de Pessoal, a contar de 15 de dezembro de 2014, da seguinte função gratificada de confiança:

Carlos Roberto da Cruz, cadastro 1483-4, Encanador de Manutenção Oficial, lotado na Diretoria de Operações, da função de Coordenador de Coleta Domiciliar, símbolo 50%, designado pela Portaria nº 5348/13 de 12/04/2013.

Samae, 15 de dezembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5645/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº. 5645/14

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar nº 509 de 17 de março de 2005, resolve;

DESIGNAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo, para o exercício, a contar de 16 de dezembro de 2014, para a seguinte Função Gratificada de Confiança, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 509, de 17 de maio de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 880 de 01 de abril de 2013:

Carlos Roberto da Cruz, cadastro 2005-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, lotado na Diretoria de Operações, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Coleta Domiciliar, símbolo 50%.

Samae, 16 de dezembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5646/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5646/14

CONTA TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM ATIVIDADE PÚBLICA MUNICIPAL POR CARLOS ROBERTO DA CRUZ

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONTAR TEMPO DE SERVIÇO

Prestado em Atividade Pública Municipal por Carlos Roberto da Cruz, cadastro 2005-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, conforme §2º, do artigo 118 c/c com o artigo 161, ambos da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, no período de 03/04/2000 a 15/12/2014, exercido no cargo de provimento efetivo de Encanador de Manutenção Oficial, totalizando 5.370 (cinco mil trezentos e setenta) dias, correspondendo a 14 anos, 08 meses e 20 dias.

Samae, 19 de dezembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 103/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 0103/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal em Exercício Sr. Elton Henrique da Silva, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que contratara empresa especializada em prestação de assistência e extensão rural junto a EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A) com o objetivo de atender o município que tem sua economia baseada basicamente na agropecuária.

A referida contratação tem prazo de vigência de 01/02/2015 a 31/12/2015.

O processo será regido pelas leis federais nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 16 de Janeiro de 2015.
Elton Henrique da Silva
Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº.001/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal em Exercício Sr. Elton Henrique da Silva, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que no dia 18 de Fevereiro de 2015, ate as 17:00 horas estará recebendo documentação para credenciamento de farmácias para entrega de medicamento éticos e genéricos para o exercício de 2015

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 19 de Janeiro de 2015.
Elton Henrique da Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Bom Retiro

PREFEITURA

TERMO ADITIVO CONTRATO 153/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Primeiro Termo Aditivo de Prazo Contrato 153/2014

Locador: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Locatário: Nubes Tecnologia e Serviços Ltda. ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada prestadora de serviços, para a realização de concurso público e processo seletivo para cargos e empregos do quadro da Administração da contratante, compreendendo a elaboração de editais, decretos, portarias, preparo do edital de convocação para as provas, preparação e impressão de provas, empacotamento de provas, coordenação das provas escritas e práticas, listagem de inscritos, correção das provas, emissão de listagem do resultado parcial e final do concurso público, resposta e eventuais recursos, contratação de fiscais, análise e parecer de recursos interpostos por candidatos e apoio técnico-jurídico em todas as etapas do certame. Fica alterada a Cláusula Sexta (dos prazos de execução e vigência) prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30 de junho de 2015, com inicio da vigência a partir de 01/01/2015, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº153/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Cessão de Uso 01/2015

Cedente: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Cessionário: Andrea Aparecida de Brida

Objeto: Cessão de Uso de uma sala comercial na Rodoviária de Bom Retiro, sendo uma para uso de uma Lanchonete.

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Bom Retiro, 15 de janeiro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 009/2015

DECRETO Nº009/2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Fundo Municipal de Saúde, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), conforme segue:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 - Assistência Farmacêutica Básica

(24) - 3.3.93.00.00.00.00.00 0.0.0696.000000 - Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos R\$ 2.500,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), como segue:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 - Assistência Farmacêutica Básica

(22) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.0.0696.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em, 15 de janeiro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

DECRETO 010/2015

DECRETO Nº010/2015

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 - Assistência Farmacêutica Básica

(32) - 3.3.93.00.00.00.00.00 0.3.0696.000000 - Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos R\$ 130.000,00

TOTAL R\$ 130.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2014 do recurso 3.0167 - Assistência Farmacêutica Básica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em, 15 de janeiro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Brunópolis**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 05/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 05/2015 - Edital de Pregão Presencial nº 05/2015

Objeto: aquisição de material de higiene e limpeza. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 30/01/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 07h00min às 13h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal.

Brusque**PREFEITURA****EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2012 SAMAE**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 012/2012

ESPÉCIE: serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de telemetria e comunicação via rádio. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços PROCESSO LICITATÓRIO: 045/2011. VALOR GLOBAL: R\$ 132.135,12. PRAZO EXECUÇÃO: até 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 14/01/2015; CONTRATADA: DRJ Radiocomunicação Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 14 de janeiro de 2015.

PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013/2012 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 013/2012

ESPÉCIE: softwares de contas públicas. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços PROCESSO LICITATÓRIO: 046/2011. VALOR GLOBAL: R\$ 37.984,92. PRAZO EXECUÇÃO: até 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 13/01/2015; CONTRATADA: ipm Automação e Consultoria Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 13 de janeiro de 2015.

PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2013 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 024/2013

ESPÉCIE: locação softwares de cadastro de redes de abastecimento e software de leitura de hidrômetros. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços PROCESSO LICITATÓRIO: 058/2012. VALOR GLOBAL: R\$ 20.049,48. PRAZO EXECUÇÃO: até 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 15/01/2015; CONTRATADA: Sanegraph Serviços de Informática SS Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 15 de janeiro de 2015.

PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

PORTARIA Nº 008/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 008/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar Nº 147/09, Artigo 42,

RESOLVE

- 1) Exonerar, a pedido, REALDO ANTONIO MARTIGNAGO, do cargo de Motorista.
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/01/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 15 de janeiro de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ROGÉRIO RISTOW
Diretor Presidente
SAMAE

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CC 01-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: CONCORRÊNCIA Nº 01/2015
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR CONFORME EDITAL.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 24/02/2015.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 24/02/2015.
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 16 de janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25.018

PORTARIA Nº 25.018, de 12 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal SILVANA DE FREITAS ANDRADE RIBEIRO, do cargo em comissão de Secretária Executiva do Gabinete da Vice-Prefeita, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar de 12 de Janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.020

PORTARIA Nº 25.020, de 12 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências,

RESOLVE:

NOMEAR a cidadã LUCIMAR TEREZINHA SCHULTZ, no cargo em comissão de Secretária Executiva do Gabinete da Vice-Prefeita, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 13 de Janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 102/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 102/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 002/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA DAS DIVERSAS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS MESMAS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 16/01/2015

1ª Publicação.

DECRETO N.º 1.991/2014

DECRETO N.º 1.991/2015

Declara de interesse social a Área de Preservação Permanente - APP que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pelo artigo 79, inciso VI e VII da Lei Orgânica do Município e; CONSIDERANDO a necessidade de realizar obra de infraestrutura urbana, destinada ao serviço público de drenagem com o objetivo de solucionar a questão relativa à "vala" aberta no bairro São Francisco de Assis;

CONSIDERANDO que essa "vala" é aberta e os moradores lançam lixo no local, originando mau cheiro, proliferação vetores e animais peçonhentos;

CONSIDERANDO que para a realização da referida obra será necessária a intervenção em área de preservação permanente; DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de interesse social, com fundamento na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA n.º 369/2006, que prevê a possibilidade de intervenção ou supressão em Área de Preservação Permanente - APP, a área que parte do ponto E1, compreendido entre as coordenadas N: 7.008.954,051, E: 734.983,195 e cota de 7,72m, deste ponto segue uma linha sinuosa medindo 222,53m, chegando ao ponto E2, compreendido entre as coordenadas N: 7.009.166,908, E: 734.970,539 e cota de 3,82m, tendo uma largura média de 1,40m, que tem acesso a Rua Santa Maria, localizada no Bairro São Francisco de Assis, Camboriú/SC.

Art. 2º A área descrita no artigo 1º deste Decreto se destina à obra de drenagem com abertura e fechamento de "vala", conforme memorial descritivo e planta anexa que fazem parte deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 05 de janeiro de 2015.
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DL 03/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 003/2015 - PMC

Data: 15/01/2015

Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO Á RUA GOIANIA Nº 104, BAIRRO CENTRO, PARA SEDE DO DEMUTRAM, PELO PERÍODO DE 12 MESES A PARTIR DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

Valor total: 45.384,00 (Quarenta e Cinco Mil e Trezentos e Oitenta e Quatro Reais)

Secretaria: Secretaria Municipal de Administração.

Locador: JOSÉ LUIZ DA CRUZ

Embasamento legal: artigo 24, inciso "X", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 16 de Janeiro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

EDITAL CHAMAMENTO 012/2014 DO CONCURSO PÚBLICO 025/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 012/2014

(Edital de Concurso Público nº. 025/2013)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013 e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012, na Lei Complementar nº. 40 de 02 de Janeiro de 2012;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013, conforme os Cargos constantes do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getúlio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 13:00h as 19:00h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

CÓPIAS AUTENTICADAS

1.Comprovante de residência no nome (água, luz ou telefone fixo) se em nome de terceiro apresentar declaração do proprietário do imóvel reconhecido em cartório, com o respectivo comprovante de residência

2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
3.CPF
4.Comprovante de inscrição no conselho de classe e certidão negativa de débito, respectivo (quando couber)
5. Carteira de Saúde para nos cargos de Merendeira
6.Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital do concurso)
7.Certidão de casamento
8.PIS/PASEP
9.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
10.Título de eleitor
11.Certificado de reservista (se masculino)
12.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
13.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
14.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

DOCUMENTOS ORIGINAIS
Foto 3x4 atualizada
Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.
Atestado médico admissional saúde física solicitar encaminhamento no Setor de Gestão de Pessoas
Atestado médico saúde mental (somente psiquiatra) de sua preferência
Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo
Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo
Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo
Declaração de IR (se houver)
Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo
Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos (WWW. tre-sc.jus.br)
Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (WWW.tj.sc.gov.br)
Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal (WWW.trf4.gov.br)

§1º - O Atestado médico admssional será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 19 de Janeiro de 2015.
PUBLIQUE-SE. CUMRA-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS PREFEITA MUNICIPAL	MARCIO DA ROSA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
---	---

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Marcio da Rosa
Secretário de Administração

ANEXO I

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

37 CLASSIFICADO	EMERSON MARTINS VIANA
38 CLASSIFICADO	DANIELA PRISCILA SILVERO
39 CLASSIFICADO	VALDIRENE ALVES DE DEUS
40 CLASSIFICADO	TAMIRES NEVES DIAS
41 CLASSIFICADO	NAIRA BEATRIZ DE AZEVEDO BORGES
42 CLASSIFICADO	ADRIJANE FRANCA
43 CLASSIFICADO	DEBORA CRISTINA DA SILVA
44 CLASSIFICADO	ANA PAULA BUENO VALIANTE
45 CLASSIFICADO	ROSEMARI DE OLIVEIRA
46 CLASSIFICADO	ERENI RODRIGUES DE JESUS
47 CLASSIFICADO	LUCIAMAR RODRIGUES DE JESUS
48 CLASSIFICADO	GRAZIELA PINTO
49 CLASSIFICADO	JOCELI BONIFACIO
50 CLASSIFICADO	ARTHUR PORTELAREBOREDO
51 CLASSIFICADO	PAULO FERNANDO GONCALVES
52 CLASSIFICADO	CRISTIANO PIRES

CARGO : INTERPRETE - LIBRAS

06 CLASSIFICADO	SUZAMAR ANTUNES RIBEIRO DOS SANTOS
-----------------	------------------------------------

CARGO: MERENDEIRA

64. CLASSIFICADO	BEATRIZ DOS SANTOS DA SILVA
65. CLASSIFICADO	NILCE PINHEIRO
66. CLASSIFICADO	ALESSANDRA SOUZA DOS SANTOS NEGRINI BORGES
67. CLASSIFICADO	ANA CLAUDIA RIBEIRO
68. CLASSIFICADO	ILSE MARTINI
69. CLASSIFICADO	ROSANGELA HENRIQUE
70. CLASSIFICADO	CRISTIANE COUTINHO BUCHUD MENDES
71. CLASSIFICADO	MARLENE DOMINGUES PEREIRA
72. CLASSIFICADO	VALKIRIA BEATRIZ WOESTEHOF
73. CLASSIFICADO	MARILI RODRIGUES DOS SANTOS SOARES
74. CLASSIFICADO	FRANCIELI VEBER
75. CLASSIFICADO	LETICIA PEREIRA SILVA
76. CLASSIFICADO	SIRLEI DA ROSA QUEVEDO DA SILVA
77. CLASSIFICADO	FATIMA LEMOS DA SILVA TAVARES
78. CLASSIFICADO	ELIANA FATIMA DE OLIVEIRA
79. CLASSIFICADO	AURENICE DE JESUS SOUZA PINHEIRO
80. CLASSIFICADO	ODETE COSTA MARQUES
81. CLASSIFICADO	ROSELY DOS SANTOS
82. CLASSIFICADO	NILCEIA DUARTE DA SILVA
83. CLASSIFICADO	SILVIA KELLY FERNANDES AQUINO COSTA
84. CLASSIFICADO	SILVIA KELLY FERNANDES AQUINO COSTA

CARGO : MONITOR

241. CLASSIFICADO	MARCIA CUNHA DE AVILA
242. CLASSIFICADO	CARMEN LUCIA HENRIQUE
243. CLASSIFICADO	ILCLEIA TERESINHA TEIXEIRA DA SILVA
244. CLASSIFICADO	PATRICIA MARIA DE ALMEIDA FERRARY
245. CLASSIFICADO	IZONEIDE PEREIRA
246. CLASSIFICADO	ELIZETE PEREIRA FERREIRA
247. CLASSIFICADO	MICHIELI ALESSANDRA MEDEIROS ALBANO

248. CLASSIFICADO	ANNA DANIELLI KURITZA FERREIRA
249. CLASSIFICADO	GRAZIELI CORREA
250. CLASSIFICADO	VIVIANE ALVES RODRIGUES PEREIRA
251. CLASSIFICADO	LUANA DOGNINI
252. CLASSIFICADO	PAULA CRISTINE VANZELLA
253. CLASSIFICADO	MARILIA GRASIELI ALBINO SOUZA
254. CLASSIFICADO	VALERIA MIQUELE ROSA
255. CLASSIFICADO	ANELIZE NASCIMENTO PEREIRA
256. CLASSIFICADO	BIANCA OURIQUES FURTADO
257. CLASSIFICADO	JAQUELINE COSTA
258. CLASSIFICADO	ANA CAROLINA KUBIAK
259. CLASSIFICADO	MARLICE MARIA CABRAL
260. CLASSIFICADO	NEIDE APARECIDA ALVES COSTA
261. CLASSIFICADO	SOLANGE MEIRA SAGAZ
262. CLASSIFICADO	DAIANE BITTENCURT DE LIZ
263. CLASSIFICADO	CARLA MARIA DOS SANTOS SILVA
264. CLASSIFICADO	SUZANA ALVES DA ROSA INACIO
265. CLASSIFICADO	FLAVIA ALVES
266. CLASSIFICADO	LUIS HENRIQUE FRANCISCO MARTINS
267. CLASSIFICADO	SHEILA VANUSA DE SOUZA
268. CLASSIFICADO	PEDRO HENRIQUE ANDRADE VALADARES
269. CLASSIFICADO	RENATA CRISTINA CAETANO
270. CLASSIFICADO	ADRIANA MARIA DA SILVA

CARGO: MONITOR DE INCLUSÃO - 20 HORAS

06 CLASSIFICADO	VIVIANE CARTOTTO
07 CLASSIFICADO	DULCINEIA PRADA

CARGO: MONITOR DE INCLUSÃO - 40 HORAS

11 CLASSIFICADO	ANA MARIA SESCONETO DE MORAIS
12 CLASSIFICADO	JANAINA OLIVEIRA SILVA

CARGO: MOTORISTA

34. CLASSIFICADO	LEOCIR VOLMA DA SILVA
35. CLASSIFICADO	PAULO SERGIO CARDOSO
36. CLASSIFICADO	JOSE ELEOMAR GARDINI
37. CLASSIFICADO	FERNANDO GONALVES FANTON
38. CLASSIFICADO	RUDINEY BAIRROS BITTENCOURT
39. CLASSIFICADO	ADELICIO ANTONIO ROCHA
40. CLASSIFICADO	ANTENOR CARPI
41. CLASSIFICADO	MARCELO LINS
42. CLASSIFICADO	GILMAR JOSE MACHADO
43. CLASSIFICADO	CARLOS DA SILVA CARRIEL
44. CLASSIFICADO	NATANAEL RILANDER JUNIOR

CARGO: PROFESSOR DE ARTE

7. CLASSIFICADO	KERLI COELHO CLASEN
-----------------	---------------------

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

24. CLASSIFICADO	CRISTIANE APARECIDA CORREA
25. CLASSIFICADO	RITA DE CASSIA ARAO DE CARVALHO
26. CLASSIFICADO	MARCOS GONCALVES DE SOUZA

27. CLASSIFICADO	CLAUDINEI BRAZ DA SILVA
28. CLASSIFICADO	JEAN PATRICK CRUZ
29. CLASSIFICADO	FABIO PASSOS DA SILVA
30. CLASSIFICADO	CAMILA DE OLIVEIRA
31. CLASSIFICADO	JULIANA PAIVA DE SOUZA MOSER

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

33. CLASSIFICADO	AMELIA KICULA CORREA
34. CLASSIFICADO	GISELE ADRIANE SILVA VASCONCELOS
35. CLASSIFICADO	ANTONIA DA SILVA COSTA
36. CLASSIFICADO	CARLA ANDREIA REGIS
37. CLASSIFICADO	JULIANA ANGIOLETTI

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA

2. CLASSIFICADO	ELON MONTEIRO
-----------------	---------------

CARGO: PROFESSOR DE LINGUA INGLESA

2. CLASSIFICADO	PAULO GUEDES
-----------------	--------------

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

6. CLASSIFICADO	NILO BOGER
-----------------	------------

CARGO: PSICÓLOGO

11. CLASSIFICADO	JOYCE DE ALMEIDA CRUZ
------------------	-----------------------

CARGO: SERVENTE

100. CLASSIFICADO	ROSANGELA SIRLENE DE OLIVEIRA MARTINS
101. CLASSIFICADO	EDNA ROCHA DE OLIVEIRA
102. CLASSIFICADO	LIZETE HALMENSCHLAGER
103. CLASSIFICADO	SAIONARA CHAVES FIDELIS
104. CLASSIFICADO	SANDRA REGINA PEREIRA
105. CLASSIFICADO	EFIGENIA SOUZA DA SILVA
106. CLASSIFICADO	MARISELMA CASTURINO CAMARGO
107. CLASSIFICADO	ANA CRISTINA GONCALVES
108. CLASSIFICADO	VALDETE HILLMAN
109. CLASSIFICADO	ANA CLAUDIA RIBEIRO NEGRETTI
110. CLASSIFICADO	FABIOLA DE SOUZA
111. CLASSIFICADO	PATRICIA BRITO SIBIRINO
112. CLASSIFICADO	JAQUELINE APARECIDA DE CAMPOS
113. CLASSIFICADO	ANACI ALVES COSTA
114. CLASSIFICADO	RUTE ALVES DOS SANTOS SIMMERMANN
115. CLASSIFICADO	MARCIO DA ROSA
116. CLASSIFICADO	SAIONARA CRISTINA JOSE
117. CLASSIFICADO	JANETE PARENHO
118. CLASSIFICADO	CARMELA RIBEIRO DE MOURA
119. CLASSIFICADO	KETELIN ANTUNES DA SILVA

120. CLASSIFICADO	JERUSA DA ROSA
121. CLASSIFICADO	SANDRA REGINA MAFRA
122. CLASSIFICADO	MARIA APARECIDA SABINO DEL-FINO

CARGO: SUPERVISOR ESCOLAR

12. CLASSIFICADO	KASSIA PEREIRA DE BRITO
------------------	-------------------------

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,, CPF nº., possuo os seguintes bens:

1.
2.
3.
4.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC,/ /.....

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que eu,, CPF nº., não possuo bens a declarar.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS.

Camboriú - SC,/ /.....

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Declaro para os devidos fins que eu,, CPF nº., estou isento de declarar imposto de renda, relativo ao ano/calendário nº

Por ser verdade, firmo o presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARANTE

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu,, CPF nº., exerço o Cargo de lotado na com carga horária de na cidade de estando desta forma amparada pela alínea c, do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade, firmo a presente.

Camboriú (SC),/ /.....

.....

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu , CPF nº. não acumulo Cargo Público ou de Condições de Acumulação Amparada pela constituição.

Por ser verdade, firmo o presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu ... , CPF nº.

, não sofri no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90.

Lei 8.112/90 = Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos: (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses. (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

Camboriú - SC,/ /.....

AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO EM CONTA

Declaro para os devidos fins que eu

....., CPF nº.

...., autorizo o depósito referente à minha remuneração salarial no Banco Itaú na Agência conta da cidade de

Assinatura do servidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú -/ /.....

PR 01/15 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2015-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ FÓRMULA LÁCTEA, PARA AS CRIANÇAS DE 0 A 06 MESES DE IDADE QUE FAZEM PARTE DO PROGRAMA DST/AIDS. DE ACORDO A PORTARIA Nº. 1071/2003 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM O ANEXO 2 QUE ESTABELECE NORMAS PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DA FÓRMULA INFANTIL PARA ÀS CRIANÇAS VERTICALMENTE EXPOSTAS AO HIV, DURANTE OS PRIMEIROS 06 MESES DE VIDA, BEM COMO AS RECOMENDAÇÕES DO CODEX ALIMENTARIUS PARA FÓRMULAS INFANTIS. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Janeiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriui.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Janeiro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 02/15 - FMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2015-FMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E EXECUÇÃO DO EVENTO QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 10,11 E 12 DE ABRIL DE 2015 NO MUNICIPIO DE CAMBORIÚ EVENTO ESTE QUE FAZ PARTE DO CALENDÁRIO DE FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO SEU 131º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 02 (Dois) de Fevereiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriui.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Janeiro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 103/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº 103/2014

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 068PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 55/2014 (originado do Processo Licitatório nº 55/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 55/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA VILMAR CONSTRUÇÕES LTDA A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 55/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 55/2014 fica prorrogado até o dia 23 de fevereiro de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 55/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	VILMAR LINO DE LIMA Vilmar Construções Ltda CONTRATADA
---	--

ADITIVO CONTRATUAL 104/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº 104/2014

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 071PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 45/2014 (originado do Processo Licitatório nº 33/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 45/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 45/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 45/2014 fica prorrogado até o dia 23 de março de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 82/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Contratada

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 041/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 041/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: SUELEN ELIZA VIER DREVECK, Professor V - Língua Portuguesa, portadora do CPF/MF nº 072.369.869-41, residente domiciliada a Rodovia Municipal RM-080, snº, na Localidade de Avenquinha, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, prevista no inciso IV Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 05 de março de 2014.

Término: 19 de dezembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.245,83 (Hum mil duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 30 (trinta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do

contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 05 de Março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal		CONTRATADA SUELEN ELIZA VIER DREVECK

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 042/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 042/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: ANA CARLA HUMMELGEN, Professor II, Professor Educação Física, portadora do CPF/MF nº 064.719.939-43 - residente domiciliada a Rua Teodoro Kwitschal, nº 197, Bairro Pinheirinho, Rio Negrinho/SC.

OBJETO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, prevista no Inciso IV e IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 em substituição ao Professor Titular ANTONIO MAURI CHRISTOFF que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde.

PRAZO: Início: 07 de março de 2014

Término: 30 de junho de 2014

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.661,10 (Um mil seiscentos e sessenta e um reais e dez centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40

da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 07 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal		CONTRATADA ANA CARLA HUMMELGEN

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 043/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 043/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN, Professor I - Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 022.092.039-70, residente e domiciliada a Rua Prof. Rufino Blaszkowsky, nº 1.193, Distrito de Fragosos, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso IV Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002

PRAZO: Início: 10 de março de 2014

Término: 19 de dezembro de 2014

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.993,32 (Um mil novecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é

de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 10 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CONTRATADA TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN.

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 044/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 044/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: SIDNEI TELMA, cargo de motorista, portador do CPF/MF nº 970.179.229-72, residente e domiciliado a Estrada Geral do Pirizal, snº Distrito de Bateias de Baixo, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 20 de março de 2014.

Término: 20 de março de 2015.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 981,05 (Novecentos e oitenta e um reais e cinco centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI. Prefeito Municipal	CONTRATADO SIDNEI TELMA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 045/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 045/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: SUZAN MABEL WEBER, Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 037.883.879-20, residente domiciliada a Rua Raulino Scharf, nº 99, Bairro 25 de Julho, São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, prevista no inciso IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 01 de abril de 2014.

Término: 01 de setembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 996,66 (Novecentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 01 de abril de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CONTRATADA SUZAN MABEL WEBER
--	---------------------------------

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 046/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 046/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: ELZA CORRÊA KACHAN, Atendente de Sala, portadora do CPF/MF nº 382.933.589-04, residente e domiciliada a Rua Gustavo Katzer, nº 55, Centro, São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 02 de abril de 2014.
Término: 16 de setembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar

Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.128,21 (Um mil cento e vinte oito reais e vinte um centavos)

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 02 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CONTRATADA ELZA CORRÊA KACHAN
--	----------------------------------

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 047/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 047/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: ROSANE JOHANSON, Atendente de Sala, portadora do CPF/MF nº 684.485.119-72 residente na Rua Paulo Schroeder, nº 234, Centro, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 14 de abril de 2014.
Término: 19 de dezembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não

cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.128,21 (Um mil cento e vinte oito reais e vinte um centavos)

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 14 de abril de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CONTRATADA ROSANE JOHANSON
--	-------------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 048/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 048/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: JARDEL FRAGOSO, Professor IV - Matemática, portador do CPF/MF nº 050.551.439-75, residente domiciliada a Rua Carlos Klinger, nº 525, Bairro Serra Alta, São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Substituição de Servidor titular, prevista no Inciso IV e X Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 23 de abril de 2014

Término: 19 de dezembro de 2014

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação

e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Em substituição ao Servidor Público Efetivo titular CASSIANO GERVASIO RODRIGUES, que solicitou exoneração.

REMUNERAÇÃO: R\$ 830,55 (Oitocentos e trinta reais e cinquenta e cinco centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 23 de abril 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI. Prefeito Municipal	CONTRATADO JARDEL FRAGOSO
---	------------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 049/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 049/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: FRANCILINE DERENIEVICZ, Professor III - Artes, portadora do CPF/MF nº 085.683.709-18, residente domiciliada a Rua José Endler, no Distrito de Bateias de Baixo, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, prevista no inciso IV Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 19 de maio de 2014.
Término: 19 de dezembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.245,82 (Hum mil duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 30 (trinta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 19 de maio de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal		FRANCILINE DERENIEVICZ CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 050/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 050/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: MONICA AUGUSTIN DRANKA, Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 419.942.489-04, residente domiciliada a Rua Prof. Rufino Blaszkowsky, nº 879, Distrito de Bateias de Baixo, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Para atender a necessidade de excepcional interesse

público, prevista no inciso IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 26 de maio de 2014.
Término: 01 de setembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 996,66 (Novecentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 26 de maio de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal		MONICA AUGUSTIN DRANKA CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 051/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 051/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER, Professor I, Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 044.801.769-50, residente e domiciliada na Estrada de Bateias de

Cima, Localidade de Bateias de Cima, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, prevista no inciso IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 02 de junho de 2014.

Término: 24 de novembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.993,32 (Hum mil, novecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 02 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 052/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 052/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ, Professor X,

Ensino Religioso, portadora do CPF/MF nº 067.226.179-04, residente e domiciliada na Rua João Pius Schindler, nº 623, Distrito de Bateias de Baixo, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso IV Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 05 de junho de 2014

Término: 19 de dezembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 847,16 (Oitocentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13º do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 05 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ CONTRATADA
--	---

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 053/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 053/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ, Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 067.226.179-04, residente na Rua João Pius Schindler, nº 234, Distrito de Bateias de Baixo, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso IV Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 04 de agosto de 2014

Término: 19 de dezembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.993,32 (Um mil novecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 04 de agosto de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ CONTRATADA
--	---

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 054/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 054/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA, Professor I - Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 051.496.089-20, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos, nº 446, Centro, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 22 de agosto de 2014.

Término: 19 de dezembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.993,32 (Um mil novecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos)

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 22 de agosto de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA CONTRATADA
--	--

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 055/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 055/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: RAFAEL HIRT, Professor X - Ensino Religioso, portadora do CPF/MF nº 042.156.869-03, residente domiciliada a Rua Roberto Torres, nº 22, Bairro Centenário, São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, prevista no inciso IV Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 01 de setembro de 2014.

Término: 19 de dezembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 847,16 (Oitocentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 01 de setembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	RAFAEL HIRT CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 056/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 056/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: CINTIA SIMONE FETT, cargo Médico II, portador do CPF/MF nº 912.679.270-20, Rua Principal, snº, Distrito de Ba-teias de Baixo, Campo Alegre /SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VIII, X do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal.

PRAZO: Início: 10 de setembro de 2014

Término: 10 de março de 2015.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, cujo texto e conteúdo o contratado declara conhecer e anuir, especialmente os Artigos 299 a 312 da respectiva Lei Complementar.

REMUNERAÇÃO: R\$ 5.866,84 (Cinco mil oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), mais 50% (cinquenta por cento) de gratificação especial médica e 90% (noventa por cento) por laborar exclusivamente no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, conforme Lei Complementar Nº 069 de 14 de dezembro de 2009, Art. 4º, parágrafo III, alínea "A", e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 10 de setembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CINTIA SIMONE FETT Contratada
--	----------------------------------

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 057/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 057/2014

Considerando que o Concurso Público nº 001/2012, não possui mais candidatos aprovados para admissão para o cargo de Médico IV, na Função de Médico Plantonista;

Considerando, a URGÊNCIA da contratação de Médico IV para atendimento ao Plantão Médico 12 horas no fim de semana, atividade precípua da Administração Pública, cuja paralisação deve ser evitada a todo custo, sob pena de prejuízos irreparáveis aos Usuários do SUS, faz-se necessária a presente contratação.

O Município de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento de seu dever Constitucional previsto nos Arts. 196 e 197 da Constituição Federal, firma a presente contratação temporária, em REGIME DE URGÊNCIA, nos seguintes termos e condições:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: Dr^a. CHRISTINA DE MEDEIROS, médica, portador do CPF nº 065.039.489-56, residente e domiciliada a Rua Tenente Antônio João, nº 105, Bairro Bom Retiro, Joinville/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso X do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal. O objeto específico do presente contrato é o cumprimento das funções e atribuições do Cargo de Médico IV, constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006.

PRAZO: Início: 19 de setembro de 2014;
Término: 19 de março de 2015, ou até a homologação do Concurso Público 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, cujo texto e conteúdo o contratado declara conhecer e anuir, especialmente os Artigos 299 a 312 da respectiva Lei Complementar Municipal.

REMUNERAÇÃO: R\$ 36,65 (trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos) por hora de trabalho, adicional noturno de R\$ 12,83 (doze reais oitenta e três centavos) por hora e 40% (quarenta por cento) de gratificação especial médica prevista no Art. 117 da L.C.M. nº 006.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, de Campo Alegre/SC, com atendimento nas dependências do Hospital Saluatoriano São Luiz, sito a Rua Pe. Luiz Gilg, nº 250, CENTRO, Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 24 (vinte e quatro) horas semanais, realizada aos fins de semana.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 19 de setembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CHRISTINA DE MEDEIROS Contratada
--	-------------------------------------

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 058/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 058/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, Médico II, na função de Médico portador do CPF/MF nº 206.634.390-00 residente e domiciliado a Rod. SC-418, Bairro Santo Antonio, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VIII, X do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal.

PRAZO: Início: 01 de outubro de 2014
Término 01 de outubro de 2015, ou até a homologação do Concurso Público 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, cujo texto e conteúdo o contratado declara conhecer e anuir, especialmente os Artigos 299 a 312 da respectiva Lei.

REMUNERAÇÃO: R\$ 5.866,84 (Cinco mil oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), mais 50% (cinquenta por cento) de gratificação especial médica, mais 100% (cem por cento) por laborar exclusivamente no Programa Saúde na Família - ESF, conforme Lei Complementar nº 069 de 14 de dezembro de 2009, Art. 4º, Parágrafo III, Alínea "a", e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO: Este contrato será rescindido antecipadamente a critério da Administração Pública Municipal, mediante comunicação escrita do contratante e pagamento dos dias laborados, não cabendo qualquer indenização ao contratado.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 01 de outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA Contratado
--	---

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 059/2014

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 059/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJMF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: CAROLINE NEUMANN, Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 045.626.969-07, residente domiciliada na Rua Generoso Frágoso, nº 319, Distrito de Frágosos, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 02 de outubro de 2014.

Término: 19 de dezembro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 996,66 (Novecentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 02 de outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CAROLINE NEUMANN Contratada
--	--------------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

DECRETO Nº 8.781 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 8.781 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

ALTERA O DECRETO Nº 8.661 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA EM IMÓVEL PARTICULAR COM FINS DE EXTRAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, e nos termos da Lei Municipal nº 4.186 de 10 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. Passa o art. 2º, do Decreto Municipal nº 8.661 de 12 de Novembro de 2014 a vigorar com a seguinte redação;

"Art.2º. Pela ocupação temporária, o Município de Campo Alegre/SC. pagará ao proprietário, à título indenizatório pelo uso da

superfície, o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por acesso realizado”.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 16 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.661 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.661 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora Srª. LILIAN DA CRUZ KUHNEN, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 000625, Registro no Sistema sob nº 955063, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de Setembro de 2014 a 24 de Novembro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de Setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC, 12 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.662 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.662 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora Srª. CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, Matrícula Funcional nº 000617, Registro no Sistema sob nº 954966, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de Agosto de 2014 a 23 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de Agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC, 12 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.663 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.063 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, ocupante do cargo de público e exercendo a função de Odontólogo, VERA LÚCIA BARCOS OLIVER, Matrícula Funcional nº 0243, Registro no Sistema sob nº 311510, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2009 a 01 de Março de 2013.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 12 de Janeiro de 2015 á 10 de Fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.664 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.664 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, exercendo a função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Peados, CLODOALDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000104, Registro no Sistema sob nº 183000, referente ao período aquisitivo 12 de Março de 2014 a 11 de Março de 2015.

Art.2º) O Servido gozará as férias no período de 12 de Janeiro de 2015 à 31 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.665 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.472 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, ELENA GORNIACK, Matrícula funcional nº 000751, Registro no Sistema sob nº 955337, referente ao período aquisitivo 13 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.666 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.666 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A DIRETORA DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Diretora de Saúde, DEISI ESTELA AMORIM, Registro no Sistema sob nº 955169, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Diretora gozará as férias no período de 12 de Janeiro de 2015 à 21 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.667 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.667 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista, na função de Motorista da Saúde, EDSON AUGUSTO DE JESUS, Matrícula Funcional nº 000735, Registro no Sistema sob nº 955252, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente aos períodos aquisitivos: 03 de Maio de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 20 (vinte) dias, 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014 = 10 (dez) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 03 de Maio de 2013 à 31 de Dezembro

de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 12 de Janeiro de 2015 á 10 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.668 DE 13 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.668 DE 13 DE JANEIRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista, exercendo a função Gratificada, IVONEI FRIEDRICH, Matrícula funcional nº 338, Registro no Sistema sob nº 351650, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo: 01 de Junho de 2014 a 31 de Maio de 2015.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 12 de Janeiro de 2015 á 21 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.669 DE 14 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.669 DE 14 DE JANEIRO DE 2015
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Um Terço de Férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, exercendo a função de Operador de Máquinas e Veículos Pesados, CLODOALDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000104, Registro no Sistema sob nº 183000, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo: 12 de março de 2014 a 11 de março de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de Dezembro de 2014.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.670 DE 14 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.670 DE 14 DE JANEIRO DE 2015
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO A EDUCAÇÃO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, JOSÉ CARLOS NEVE CORDEIRO, Matrícula funcional nº 000084, Registro no Sistema sob nº 867200, ocupante do cargo público Especialista em Assuntos Educacionais, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo a Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 15 de Janeiro de 2013 a 14 de Janeiro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de Dezembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário,

especialmente a Portaria nº 11.390 de 10 de Dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 14 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.671 DE 14 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.671 DE 14 DE JANEIRO DE 2015

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 11.604 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 11.604 de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 19 de Dezembro de 2014.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC,
14 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.672 DE 14 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.672 DE 14 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Administrativo II,

exercendo a função de Chefe do Serviço de Desenvolvimento Social, MÁRCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH, Matrícula funcional nº 000773, Registro no Sistema sob nº 955391, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo: 10 de Julho de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de Dezembro de 2014.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 11.457 de 15 de Dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.673 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.673 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR, Matrícula funcional nº 000237, Registro no Sistema sob nº 697100, lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo 01 de Março de 2014 a 28 de Fevereiro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de Janeiro de 2015 á 07 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.674 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.674 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO A EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Especialista em Assuntos Educacionais, Exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo a Educação, JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, Matrícula funcional nº 000084, Registro no Sistema sob nº 867200, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: 15 de Janeiro de 2013 a 15 de Janeiro de 2014.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 19 de Janeiro de 2015 á 23 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.675 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.675 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇORA DO ENSINO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço do Ensino Infantil, TACIANA AMORIM CUNHA, Matrícula funcional nº 000153 Registro no Sistema sob nº 955337, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 19 de Fevereiro de 2013 a 18 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 19 de Janeiro de 2015 á 23 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.676 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.676 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO ASSESSOR DE GABINETE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, ocupante do cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula Funcional nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000, lotado no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo 23 de Dezembro de 2013 á 22 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.677 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.677 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Médico Veterinário, DENÍLSON DE SOUZA BANDEIRA, Matrícula Funcional nº 286, Registro no Sistema sob nº 316580, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo: 02 de Maio de 2013 a 01 de Maio de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de Janeiro de 2015 à 20 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.678 DE 16 DE JANEIRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.678 DE 16 DE JANEIRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Técnico de Enfermagem, DANIELE COELHO, Matrícula Funcional nº 000585, Registro no Sistema sob nº 954793, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo: 02 de Dezembro de 2013 a 01 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de Janeiro de 2015 à 05 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no

endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.679 DE 16 DE JANEIRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.679 DE 16 DE JANEIRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 08 (zero oito) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Médico II, exercendo a função de Médico, ERONCLEITON CARNEIRO RIBAS, Matrícula Funcional nº 000697, Registro no Sistema sob nº 955140, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 27 de Janeiro de 2015 à 03 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.680 DE 16 DE JANEIRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.680 DE 16 DE JANEIRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, INÊS MICKUS CÂNDIDO, Matrícula funcional nº 000668, Registro no Sistema sob nº 955100, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de Janeiro de 2015 à 14 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.681 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.681 DE 16 DE JANEIRO DE 2015
CONCEDE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder a prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público, ANTONIO MAURI CHRISTOFF, ocupante do cargo público de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, Matrícula Funcional nº 000564, Registro no Sistema sob nº 954694, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Março de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres do IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 01 de Janeiro de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.682 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.682 DE 16 DE JANEIRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Secretária Municipal de Administração, LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, referente ao período aquisitivo: 03 de Junho de 2013 à 02 de Junho de 2014.

Art.2º) A Secretária gozará as férias no período de 19 de Janeiro de 2015 à 28 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.683 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.683 DE 16 DE JANEIRO DE 2015
DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar a Secretária Municipal de Finanças MARIA ELIANE FRIEDRICH, Registro no Sistema sob nº 955184, para substituir a Secretária Municipal de Administração - LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, pelo período de 19 de Janeiro de 2015 à 28 de Janeiro de 2015, por motivo da titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) São atribuições do cargo em substituição aquelas descritas na Subseção II da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de Dezembro de 2002, e serão desenvolvidas concomitantemente às atribuições do cargo de Secretária Municipal de Finanças.

Art.3º) A Secretária Municipal de Finanças, não fará jus a qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Secretária Municipal de Administração ora em substituição.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC,
16 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº1/2015.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório de Inexigibilidade Nº 01/2015.

Objeto: SERVIÇOS DE POSTAGENS DE CORRESPONDENCIA, SEDEX, CARTA COMERCIAL, REMESSA LOCAL COM COMPROVAÇÃO DE ENTREGA, IMPRESSO ESPECIAL, SERVIÇO CAIXA POSTAL, CORREIO INTERNACIONAL, ENTREGA DE CARNES DE IPTU, PARA O MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS AMPARADO NO ART. 25, INCISO I DA LEI FEDERAL 8.666/93.

Valor: R\$ 50.000,00(Cinquenta mil reais).

Campos Novos, 16 de janeiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº02/2015.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Processo Licitatório de Inexigibilidade Nº 02/2015.

Processo de Compra nº11 /2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRODUÇÃO DE SHOW NACIONAL, PARA AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AOS 134 ANOS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. DE ACORDO COM A LEI 8.666/93, ARTIGO 25, INCISO III.

Valor: R\$ 570.000,00 (Quinhentos e setenta mil reais).

Campos Novos, 16 de janeiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

AVISO PP 07-2015 LAVAÇÃO VEICULOS - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 02/02/2015 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 19 de janeiro de 2015.

Nelson Luiz de Paula
Secretario Municipal de Saúde

AVISO PP 08-2015 MEDICAMENTOS E MAT HOSP SAMU - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 04/02/2015 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAS HOSPITALARES PARA USO DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA) DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 19 de janeiro de 2.015.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PORTARIA 004/2015**

PORTARIA SAMAE CNO 004/2015, DE 16 DE JANEIRO DE 2015

Joel Francisco Fagundes, Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Alterar os valores das diárias para os servidores, conforme tabela em anexo, definindo o reajuste pela variação anual (2014) do seguinte indicador: INPC(IBGE) (6,2283%) .

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Data de Exposição: ____ / ____ / ____

Data de Retirada: ____ / ____ / ____

TABELA COM VALORES DAS DIÁRIAS

Anexo da portaria SAMAE CNO - 004/2015 de 16.01.2015

Classificação do Cargo	Diária Normal	Diárias acrescidas de 50%	Diárias acrescidas de 70%	Diárias acrescidas de 80%	Diárias acrescidas de 90%
Função de Direção, Chefia e Assessoramento/Cargo de Nível Superior/ Função Gratificada	R\$ 235,57	R\$ 353,36	R\$ 400,44	R\$ 424,01	R\$ 447,54
Cargos de Nível Médio e de Nível Auxiliar	R\$ 196,34	R\$ 294,53	R\$ 333,77	R\$ 353,43	R\$ 373,05

Observações:

1 - Deslocamento para cidades abaixo, o valor da diária será acrescido da importância correspondente a:
90% - Brasília/DF e Manaus/AM;
80% - São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Recife/PE, Belo Horizonte/MG, Porto Alegre/RS, Belém/PA e Salvador/BA;
70% - Deslocamento para as demais capitais dos estados;
50% - Deslocamento para cidades com mais de 200.000 habitantes.

2 - As diárias previstas para cargo em comissão ou funções de confiança, somente serão concedidas aos servidores que sejam do efetivo exercício dos respectivos cargos ou funções;

3 - Será concedido um adicional destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e desembarque ao local de hospedagem/curso/evento e vice-versa. No caso de utilizar veículo da autarquia este adicional se dará para cobrir despesas com estacionamento.

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 144/2014

CONTRATADO: KTOP TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DO METRO QUADRADO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais)

DATA: 16/01/15 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/14

HOMOLOGAÇÃO: 14/01/15

CONTRATADO: TERRA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DO METRO QUADRADO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais) DATA: 16/01/15 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMAS 1-06/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-06/2014 ALTERAÇÃO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMAS 06/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 09/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001.25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMAS 1-06/2014 referente ao contrato n.º FMAS 06/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: REALIZAÇÃO DE ENCONTROS PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR DO CRAS E DO CREAS I. Contratada: A & C - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA - ME, CNPJ: 13.931.284/0001-81. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25. A vigência do presente contrato, que era até 31/12/2014 passará a ser até 31/03/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMAS 1-07/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-07/2014 ALTERAÇÃO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMAS 06/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 09/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001.25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMAS 1-07/2014 referente ao contrato n.º FMAS 07/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS, REFERENTE AOS TEMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL. Contratada: A & C - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA - ME, CNPJ: 13.931.284/0001-81. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25. A vigência do presente contrato, que era até 31/12/2014 passará a ser até 31/03/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMAS 4-04/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 4-04/2012 ALTERAÇÃO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001.25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMAS 4-04/2012 referente ao contrato n.º FMAS 04/2012. Data do Aditivo: 08/12/2014. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratada: FUNERÁRIA ORGANIZAÇÕES ALFA CAMPOS LTDA, CNPJ: 03.683.634/0001-84. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor unitário do funeral adulto de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e no valor unitário do funeral infantil de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais). No caso em que o traslado para os funerais acima, ultrapassar a distância de 10 km, será pago a complementação de valor de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) por quilômetro rodado, se em estrada não pavimentada. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMS 57/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 57/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 30/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMS 03/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro,

torna público o contrato n.º FMS 57/2014. Data de assinatura: 22/08/2014. Contratado: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CNPJ: 83.192.096/0001-64. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Valor: R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais). Vigência: 22/08/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMS 86/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 86/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 43/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 27/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 86/2014. Data de assinatura: 24/11/2014. Contratado: RETIFICA MOTOCAR LTDA, CNPJ: 83.849.109/0001-25. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NO VEÍCULO RENAULT MASTER BUS PLACA MMD 9874. Valor: R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais). Vigência: 24/11/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMS 88/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 88/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 45/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 29/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 88/2014. Data de assinatura: 30/12/2014. Contratado: ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 95.811.790/0001-00. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO. Valor: R\$ 36.180,00 (trinta e seis mil cento e oitenta reais). Vigência: 30/12/2014 até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMS 89/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 89/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 48/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 32/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 89/2014. Data de assinatura: 30/12/2014. Contratado: RETIFICA MOTOCAR LTDA, CNPJ:

83.849.109/0001-25. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO AMBULÂNCIA PEUGEOT 97, PLACAS MHC-3325, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Valor: R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais). Vigência: 30/12/2014 até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 165/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 165/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 201/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 23/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 165/2014. Data de assinatura: 30/12/2014. Contratada: KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME, CNPJ n.º 06.966.065/0001-72. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) UNIDADES HABITACIONAIS EM ALVENARIA E 05 (CINCO) UNIDADES DE BANHEIRO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E A EMPRESA KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 17.489,20 (dezesete mil quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos). Vigência: 30/12/2014 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 166/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 166/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 201/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 23/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 166/2014. Data de assinatura: 30/12/2014. Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ n.º 09.427.503/0001-12. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVO AO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 12.000,00 (doze mil reais). Vigência: 30/12/2014 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 167/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 167/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 211/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 143/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 167/2014. Data de assinatura: 30/12/2014. Contratada: OMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA, CNPJ n.º 68.852.870/0001-22. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE CARNÊS, PARA PAGAMENTO DO IPTU 2014, MONTADOS, SERRILHADOS, LOMBADOS, COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 12.210,00 (doze mil duzentos e dez reais). Vigência: 30/12/2014 à 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº.....: TA001/2015 C79 - Contrato Nº: 0079/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: GILBERTO BAZZO EIRELI - ME		
Valor.....: 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)		
Vigência.....: Início: 16/01/2015 Término: 14/03/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0020/2014		
Processo_Licitatório....: 00027 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais). Conforme justificativa e parecer jurídico em anexo.		
Capinzal, 16 de Janeiro de 2015		

PORTARIA 016/2015

PORTARIA Nº 016, DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até a homologação do Processo Seletivo para contratação de servidores;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto nas Leis Complementares nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999 e nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, em caráter emergencial, pelo período de 05 a 31 de janeiro de 2015, Gladstone Ricardo Lenzi, matrícula nº 18236/04, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de janeiro de 2015

Capinzal - SC, em 05 de janeiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 017/2015

PORTARIA Nº 017, DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até a homologação do Processo Seletivo para contratação de servidores;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;
Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto nas Leis Complementares nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999 e 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, pelo período de 05 a 30 de janeiro de 2015, Gracielli Rosseti Giumbelli, matrícula nº 177873/04, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de janeiro de 2015

Capinzal - SC, em 05 de janeiro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 019/2015

PORTARIA Nº 019, DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até a homologação do Processo Seletivo para contratação de servidores;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;
Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto nas Leis Complementares nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, e 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, pelo período de 05 a 30 de janeiro de 2015, Patricia Soares Borges, matrícula nº 407470/02, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de janeiro de 2015

Capinzal - SC, em 05 de janeiro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 020/2015

PORTARIA Nº 020, DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme protocolo nº 32/2015, encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a contar de 05 de janeiro de 2015, Juliana Denise Steckling, matrícula nº 407515/01, Conselheira Tutelar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 05 de janeiro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 021/2015

PORTARIA Nº 021, DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a contar de 01 de janeiro de 2015, Tatiele Biazotto, matrícula nº 407439/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento de Turismo e Eventos, nível CC - 1, conforme o anexo IV - F da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 05 de janeiro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIAS 018/2015

PORTARIA Nº 018, DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até a homologação do Processo Seletivo para contratação de servidores; CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto nas Leis Complementares nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, e 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, pelo período de 05 a 30 de janeiro de 2015, Rosane Lopes Duarte, matrícula nº 332895/06, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de janeiro de 2015

Capinzal - SC, em 05 de janeiro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Catanduvás**PREFEITURA****AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0095/2014 - EDITAL DE PREGÃO Nº 0067/2014**

ANULAÇÃO DE PROCESSO

Dispõe sobre a anulação do Processo nº 95/2014 dando outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO CATANDUVAS, SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94;

Considerando o pedido da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social por erro de digitação nos itens, o processo licitatório será cancelado. Foram juntados ao processo envelopes e credenciamento.

DECRETA

Art. 1º - Fica anulado o acima citado, em virtude dos atos ilegais devidamente apurados em procedimento regular, através do exposto acima considerado.

Art. 2º - Pelo presente ato fica intimado os interessados, da decisão estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º - A anulação do Processo de que trata o artigo procedente, desobriga o Município a indenização de qualquer espécie.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás, 16 de janeiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2015 - PREGÃO Nº 0002/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2015

PREGÃO Nº 0002/2015

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Saúde Bucal, da Secretaria Municipal de Saúde.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 29 de janeiro de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 16 de janeiro de 2015, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás - SC, 16 de janeiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 025.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 025/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01.09.2013 à 31.08.2014, a CRISLEI SEBOLD, matriculada sob o nº 2418/04, ocupante do cargo efetivo de secretaria de Escola.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 19.01.2015 à 07.02.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de janeiro de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 026/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 026/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/10/2013 à 30/09/2014, a ADENILSON ANTONIO, Matriculado sob o nº 2425/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Profissional, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 07.01.2015 à 05.02.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 07.01.15.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de janeiro de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 027/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 03/01/2013 à 02/01/2014, a JOAO CLEMENTE, Matriculado sob o nº 1713/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamento, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 07.01.2015 à 05.02.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 07.01.15.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de janeiro de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015- PMC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviços de detonação e perfuração de rochas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 02/02/2015.

Abertura: dia 03/02/2015, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 15 de janeiro de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2015 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2015 - PMC

Objeto: Aquisição de apostilas didáticas utilizadas pelos alunos no desenvolvimento das aulas de língua estrangeira, nas Escolas da rede Municipal, com recursos oriundos do salário Educação, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 30/01/2015.

Abertura: dia 02/02/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 16 de janeiro de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5.955, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

1

DECRETO Nº 5.955, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

Estabelece a programação financeira, o cronograma mensal de desembolso e o desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação, para o exercício de 2015.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e alteração – Lei de Responsabilidade Fiscal.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira, o cronograma mensal de desembolso e o desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação, para o exercício de 2015, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 15 de
janeiro de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

2

DECRETO Nº 5.955, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO - EXERCÍCIO 2015 (LRF, ART. 13)																										
ESPECIFICAÇÃO		1º Bimestre				2º Bimestre				3º Bimestre				4º Bimestre				5º Bimestre				6º Bimestre				Total
DA RECEITA		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro													
Recursos Ordinários		6.787.991,69	7.141.288,70	10.821.465,91	7.310.493,55	7.259.272,24	6.294.496,85	6.382.116,66	6.442.103,17	5.967.090,19	6.271.488,82	6.280.068,66	7.558.535,96	84.504.382,00												
Recursos Ordinários - Educação		664.294,72	656.925,36	1.689.685,29	801.154,17	853.792,42	813.787,35	800.101,40	828.526,06	753.779,74	773.762,28	764.307,39	1.147.513,92	10.527.660,00												
Recursos Ordinários - Saúde		1.252.820,01	1.287.712,89	1.814.428,98	1.350.852,35	1.443.899,99	1.357.498,61	1.297.682,27	1.362.483,30	1.320.944,18	1.332.575,13	1.370.098,95	1.415.653,35	16.615.650,00												
Contribuição - CIDE		215,80	2,00	1,40	192,00	1,30	0,65	45,10	0,00	6,70	24,80	3,55	6,70	500,00												
Contribuição - COSIP		194.740,00	196.880,00	402.587,50	214.535,00	204.637,50	196.077,50	190.965,00	197.682,50	208.917,50	220.152,50	210.255,00	237.540,00	2.675.000,00												
Conv. Transf. - P Militar		27.123,70	24.874,75	30.497,13	31.689,75	31.826,05	27.260,00	28.316,33	27.600,75	32.541,63	25.862,93	27.839,28	25.317,70	340.750,00												
Conv. Transf. - P Civil		27.175,95	25.620,08	30.840,90	32.189,33	32.258,48	27.660,00	28.939,26	28.074,90	33.019,13	26.311,58	28.144,05	25.516,32	345.750,00												
Conv. Transf. - Pref.		37.047,15	34.832,70	41.835,15	45.904,95	46.683,00	44.408,70	57.336,30	55.181,70	64.697,85	54.583,20	62.124,30	53.865,00	698.500,00												
FUNDEB 60%		2.432.089,90	2.334.114,71	2.215.968,16	2.377.339,06	2.469.551,00	2.351.404,45	2.190.033,56	2.377.339,06	2.469.551,00	2.409.036,91	2.596.342,41	2.593.460,78	28.816.231,00												
FUNDEB 40%		238.886,73	228.968,54	217.633,46	233.502,57	242.287,25	230.668,80	214.799,69	237.186,47	242.287,25	237.469,84	255.605,96	254.472,44	2.833.789,00												
Transf. Conv. União		410.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	5.360.000,00												
Programas Sociais		67.723,55	66.636,62	67.266,11	77.338,42	64.922,58	66.952,85	66.128,61	91.028,83	73.375,05	70.913,22	73.887,90	75.326,16	861.500,00												
Salário Educação		283.843,00	270.900,00	288.358,00	229.061,00	229.061,00	237.489,00	237.760,00	242.907,00	246.820,00	256.753,00	249.228,00	237.790,00	3.010.000,00												
PDDE		0,00	0,00	0,00	0,00	2.566,80	0,00	1.283,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.850,00												
PNAE/ PNAC		0,00	0,00	86.703,84	114.369,21	61.320,15	89.748,08	105.527,70	98.492,52	99.062,94	98.112,24	100.488,99	96.876,33	950.700,00												
PNATE		0,00	0,00	0,00	37.939,20	28.441,60	21.401,60	25.984,00	28.441,60	18.969,60	37.913,60	28.441,60	28.467,20	286.000,00												
Outros Recursos FNDE		417.817,50	173.289,50	0,00	13.311,00	0,00	0,00	717.561,50	288.158,50	5.916,00	813.450,00	3.451,00	32.045,00	2.465.000,00												
SAMU		21.007,78	20.893,14	39.464,82	16.393,52	26.453,18	12.237,82	29.147,12	21.208,40	6.591,80	26.252,56	35.022,52	31.927,34	286.600,00												
Atenção Básica		685.236,67	510.583,07	646.589,92	567.066,79	487.543,66	552.202,65	610.172,78	588.619,79	662.197,26	669.629,33	611.659,20	840.566,86	7.432.068,00												
Atenção Alta e Média Complexidade		2.631.676,50	2.532.948,00	2.580.611,00	2.774.667,50	3.108.308,50	2.515.925,50	2.757.645,00	2.890.420,50	2.904.038,50	3.527.062,00	3.237.679,50	2.594.015,50	34.045.000,00												
Vigilância em Saúde		81.753,00	8.415,00	76.551,00	7.089,00	13.464,00	60.394,00	60.843,00	19.737,00	18.309,00	65.127,00	92.871,00	5.457,00	510.000,00												
Assist. Farm. Básica		22.375,60	74.292,40	80.173,60	47.659,00	69.898,40	38.802,40	51.511,20	58.541,60	58.676,80	30.487,60	50.564,80	93.017,60	676.000,00												
Medic. Dispens. Excepc.		2.527,36	5.297,60	5.189,46	4.558,40	2.970,88	2.093,94	1.147,52	2.094,40	2.093,94	1.136,96	1.119,36	4.991,36	35.200,00												
Fundo Esp. Petróleo		31.920,00	23.520,00	34.440,00	31.962,00	31.962,00	31.036,00	31.920,00	31.542,00	38.934,00	57.582,00	34.692,00	40.488,00	420.000,00												
Outras Transf. Comp. Fin. Rec. Hídricos		514.000,00	322.000,00	360.000,00	317.000,00	320.000,00	410.000,00	300.000,00	380.000,00	380.000,00	400.000,00	380.000,00	512.000,00	4.585.000,00												
Benefícios Eventuais		1.012,50	1.012,50	1.012,50	1.012,50	1.012,50	1.012,50	1.012,50	1.012,50	1.012,50	1.012,50	1.012,50	1.012,50	12.150,00												
Básica Custeio		4.638,00	4.638,00	4.638,00	4.638,00	4.638,00	4.638,00	4.638,00	4.638,00	4.638,00	4.638,00	4.638,00	4.642,00	55.660,00												
CREAS		9.688,00	9.688,00	9.688,00	9.688,00	9.688,00	9.688,00	9.688,00	9.688,00	9.688,00	9.688,00	9.688,00	9.702,00	116.380,00												
ABRIGO		9.275,00	9.275,00	9.275,00	9.275,00	9.275,00	9.275,00	9.275,00	9.275,00	9.275,00	9.275,00	9.275,00	9.285,00	111.310,00												
Transf. Conv. Educação		0,00	0,00	93.116,76	186.361,78	139.803,40	139.803,40	148.525,08	140.099,92	139.931,66	94.142,84	150.577,24	50.277,92	1.282.600,00												

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

3

DECRETO Nº 5.955, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

Transf. Conv. Estado	139.429,50	1.761,50	2.981,00	89.430,00	60.433,00	60.433,00	346.067,00	198.236,50	45.799,00	118.833,50	189.700,00	101.896,00	1.355.000,00
Outras Especificações	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,74	20.000,00
Op. Créd. Internas - Outros Progr.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.600,00	300.800,00	0,00	0,00	102.400,00	7.579.200,00	8.000.000,00
Alienação Bens - Progr. Educ. Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.999,30	0,00	14.000,70	21.000,00
Alienação Bens - Outros Programas	7.700,60	5.927,80	5.429,20	4.847,50	74.983,90	5.207,60	7.479,00	10.332,10	24.653,00	109.830,50	3.019,30	17.559,50	277.000,00
Contrib. Para RPPS	555.355,00	645.027,00	752.022,00	988.430,00	751.003,00	718.395,00	1.317.567,00	852.903,00	668.464,00	885.701,00	885.530,00	1.158.603,00	10.190.000,00
Aporte Cob. Déficit RPPS	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	1.500.000,00
FIA	125,36	25,74	703,54	500,76	14.380,53	212,24	17.781,26	262,69	5.605,38	422,37	248,40	21.880,73	62.150,00
Alienação de Bens Dest. Progr. Saúde	28,63	24,54	28,63	28,63	13.456,10	32,72	44,99	40,90	4,09	26.936,74	139,06	134,97	40.900,00
Alienação de Bens Dest. Outros Progr.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114,90	635,10	750,00
Total Mensal	17.686.198,86	17.194.051,79	22.955.861,94	18.507.155,60	18.655.472,07	16.906.900,77	18.623.381,71	18.401.295,42	17.093.527,25	19.259.863,91	18.445.914,48	27.440.376,20	231.200.000,00
Total do Bimestre	34.880.250,65		41.463.017,54		35.592.372,84		37.024.677,13		36.353.391,16		45.886.290,68		231.200.000,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

4

DECRETO Nº 5.955, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

[illegible]

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.955, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

1. DEMONSTRATIVO DAS MEDIDAS DE COMBATE À EVASÃO E À SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS:

- Otimização da cobrança administrativa da dívida ativa através de notificações, visitas ao contribuinte e contatos telefônicos;
- Fiscalização nas maiores empresas prestadoras e fornecedoras de serviços, sujeitas à tributação do ISSQN;
- Capacitação dos servidores através de cursos e treinamentos;
- Atualização da Legislação Tributária;

Ajuizamento de 323 (trezentas e vinte e três) novas ações para cobrança da Dívida Ativa em 2014, no valor total de R\$ 1.539.276,77 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta e sete centavos).

2. EVOLUÇÃO DA COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA:

Exercício	Valor cobrado no exercício
2000	272.747,03
2001	419.831,66
2002	503.350,74
2003	401.251,26
2004	457.568,08
2005	609.738,47
2006	544.649,60
2007	358.475,28
2008	438.326,68
2009	569.949,74
2010	852.024,60
2011	969.534,24
2012	986.609,40
2013	1.293.102,63
2014	1.221.815,60

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2015 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2015 - FMS

A Gestora em exercício do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 05 de janeiro de 2015 para Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde, segundo o disposto na Portaria Ministerial nº 2.801 de 14 de maio de 1998, Portaria Ministerial nº 35 de 04 de Fevereiro de 1999 e Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, a favor das empresas LABORATÓRIO DE ANALISES CLÍNICAS MORI LTDA ME no valor estimado de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

MARIA CRISTINA BERTA
Gestora em exercício do FMS

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2015 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2015

O Secretário Municipal de Transporte, torna público que ratificou o ato do Senhor Vanei Luiz Melchior, Diretor Administrativo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 15 de janeiro de 2015, para fornecimento de refeições para servidores da Secretaria Municipal de Transportes e para Secretaria Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente quando em serviço no interior do Município de Concórdia SC, durante o exercício de 2015, a favor de: EVANDRO MACAGNAN, no valor total estimado de R\$ 1.522,00 (um mil, quinhentos e vinte e dois reais); MARILEI PEREIRA CHURRASCARIA ME, no valor total estimado de R\$ 3.044,00 (três mil, quarenta e quatro reais); OTTO HIRT, no valor total estimado de R\$ 1.522,00 (um mil, quinhentos e vinte e dois reais); RAMANITUR TRANSPORTES LTDA -ME, no valor total estimado de R\$ 6.088,00 (seis mil, oitenta e oito reais); BAR E LANCHONETE RONCAGLIO LTDA ME, no valor total estimado de R\$ 7.610,00 (sete mil e seiscentos e dez reais).

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Transporte

Cordilheira Alta

PREFEITURA

LRF - 6º BIMESTRE 2014

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS				RS 1,00	SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)		Até o Bimestre (c)			
			(b/a)	% (c/a)				
RECETAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.770.555,00	14.770.555,00	3.239.116,50	21,93	18.587.899,13	125,84	-3.817.344,13	
RECETAS CORRENTES	14.529.555,00	14.529.555,00	3.126.650,68	21,52	16.504.543,25	113,59	-1.974.988,25	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.015.500,00	1.015.500,00	232.456,64	22,89	1.493.007,86	147,02	-477.507,86	
IMPOSTOS	837.000,00	837.000,00	215.050,38	25,69	1.343.027,53	160,46	-506.027,15	
TAXAS	176.500,00	176.500,00	15.771,25	8,94	139.476,82	79,02	37.023,13	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.000,00	2.000,00	1.635,01	81,75	10.503,51	525,18	-8.503,51	
RECETAS DE CONTRIBUIÇÕES	146.000,00	146.000,00	27.734,67	19,00	166.559,19	114,08	-20.559,19	
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	146.000,00	146.000,00	27.734,67	19,00	166.559,19	114,08	-20.559,19	
RECEITA PATRIMONIAL	89.034,00	89.034,00	27.984,77	31,43	173.856,83	195,27	-84.822,83	
RECETAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	89.034,00	89.034,00	27.984,77	31,43	173.856,83	195,27	-84.822,83	
RECEITA DE SERVIÇOS	428.000,00	428.000,00	88.084,34	20,58	551.209,09	128,79	-123.209,09	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.780.101,00	12.780.101,00	2.731.208,28	21,37	13.946.429,93	109,13	-1.166.328,93	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.529.101,00	12.529.101,00	2.703.809,78	21,58	13.722.352,93	109,52	-1.193.251,93	
Transf. de Conv.	251.000,00	251.000,00	27.396,50	10,92	224.077,00	89,27	26.923,00	
OUTRAS RECETAS CORRENTES	70.920,00	70.920,00	19.180,98	27,05	173.480,35	244,61	-102.560,35	
Multas e Juros de Mora	28.620,00	28.620,00	9.419,29	32,91	51.449,00	179,77	-22.829,00	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	384,65	0,00	-384,65	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	34.600,00	34.600,00	9.482,63	27,41	117.384,42	339,26	-82.784,42	
RECETAS DIVERSAS	7.700,00	7.700,00	279,06	3,62	4.262,28	55,35	3.437,72	
RECETAS DE CAPITAL	241.000,00	241.000,00	112.465,82	46,67	2.083.355,88	864,46	-1.842.355,88	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	727.603,25	760,33	-726.603,25	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	727.603,25	760,33	-726.603,25	
ALIENAÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	502.700,00	837,83	-442.700,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	502.700,00	1005,40	-452.700,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	58.000,00	58.000,00	9.476,46	16,34	58.829,24	101,43	-829,24	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	122.000,00	122.000,00	102.988,36	84,42	794.223,39	651,00	-672.223,39	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	42.000,00	42.000,00	102.988,36	245,21	452.973,39	1078,51	-410.973,39	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	341.250,00	426,56	-261.250,00	
RECETAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS RECETAS (III) = (I + II)	14.770.555,00	14.770.555,00	3.239.116,50	21,93	18.587.899,13	125,84	-3.817.344,13	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.770.555,00	14.770.555,00	3.239.116,50	21,93	18.587.899,13	125,84
DEFEÍCIT (VI)	—	—	—	—	349.982,52	—
TOTAL VII = (V + VI)	14.770.555,00	14.770.555,00	3.239.116,50	21,93	18.937.881,65	125,84
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.840.654,23	—	—	1.840.654,23	—
Superávit Financeiro	—	1.840.654,23	—	—	1.840.654,23	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LÍQUIDAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((g + h) / f)	
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.720.555,00	5.754.580,20	20.475.135,20	2.586.016,62	18.937.881,65	3.681.191,68	18.908.011,65	92,49	1.537.253,55
DESPESAS CORRENTES	12.619.507,12	4.242.962,60	16.862.469,72	2.561.507,55	15.923.197,73	3.192.232,57	15.908.727,73	94,43	939.271,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.767.453,34	1.536.652,21	7.304.105,55	1.435.680,91	7.088.737,06	1.444.481,87	7.088.737,06	96,37	265.368,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	-158.000,00	42.000,00	-403,27	40.827,91	4.619,66	40.827,91	97,21	1.172,09
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.652.053,78	2.864.310,39	9.516.364,17	1.126.249,91	8.843.632,76	1.743.131,04	8.829.162,76	92,93	672.731,41
DESPESAS DE CAPITAL	2.021.047,88	1.511.617,60	3.532.665,48	24.509,07	3.014.683,92	488.959,11	2.989.283,92	85,34	517.981,56
INVESTIMENTOS	1.271.047,88	1.973.617,60	3.244.665,48	27.971,07	2.731.132,02	442.091,67	2.715.732,02	84,17	513.533,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	750.000,00	-462.000,00	288.000,00	-3.462,00	283.551,90	46.867,44	283.551,90	98,46	4.448,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.720.555,00	5.754.580,20	20.475.135,20	2.586.016,62	18.937.881,65	3.681.191,68	18.908.011,65	92,49	1.537.253,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%	
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (x)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (xii) = (x + xi)	14.720.555,00	5.754.580,20	20.475.135,20	2.586.016,62	18.937.881,65	3.681.191,68	18.908.011,65	29.870,00	92,49	1.537.253,55
SUPERÁVIT (xiii)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (xiv) = (xii + xiii)	14.720.555,00	5.754.580,20	20.475.135,20	2.586.016,62	18.937.881,65	3.681.191,68	18.937.881,65	92,49	92,49	1.537.253,55

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015
Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOLDO BRIANCINI PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO
---	--	---

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	60.000,00	502.700,00	-442.700,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	502.700,00	-452.700,00
TOTAL	60.000,00	502.700,00	-442.700,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	502.700,00	502.700,00

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	60.000,00	502.700,00	-442.700,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	502.700,00	-452.700,00
TOTAL	60.000,00	502.700,00	-442.700,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	502.700,00	502.700,00

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO O

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	859.920,00	859.920,00	1.417.591,28	164,85
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	236.000,00	236.000,00	281.207,97	119,16
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	49.000,00	49.000,00	175.609,24	358,39
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	399.000,00	399.000,00	706.415,57	177,05
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	153.000,00	153.000,00	179.794,75	117,51
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.420,00	5.420,00	15.214,45	280,71
Dívida Ativa dos Impostos	13.600,00	13.600,00	49.853,45	366,57
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.900,00	3.900,00	9.495,85	243,48
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.777.300,00	12.777.300,00	13.636.040,02	106,72
Cota-Parte FPM	5.527.000,00	5.527.000,00	5.653.737,77	102,29
Cota-Parte ITR	5.300,00	5.300,00	5.487,68	103,54
Cota-Parte IPVA	498.000,00	498.000,00	490.805,20	98,56
Cota-Parte ICMS	6.610.000,00	6.610.000,00	7.340.750,80	111,06
Cota-Parte IPI-Exportação	106.000,00	106.000,00	114.136,61	107,68
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	31.000,00	31.000,00	31.122,96	100,40
Desoneração ICMS (LC 87/96)	31.000,00	31.000,00	31.122,96	100,40
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.637.220,00	13.637.220,00	15.053.631,30	110,39

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS	
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g) %
DESPESAS CORRENTES	2.975.829,42	4.109.221,21	3.762.283,31	91,56
Pessoal e Encargos Sociais	1.546.543,94	1.770.885,16	1.548.557,51	87,45
Outras Despesas Correntes	1.429.285,48	2.338.336,05	2.213.725,80	94,67

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO O

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL		4.109.221,21	3.762.283,31	0,00	91,56
Investimentos	197.187,38	203.570,07	165.924,01	15.400,00	89,07
	197.187,38	203.570,07	165.924,01	15.400,00	89,07

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL	197.187,38	203.570,07	165.924,01	15.400,00	89,07
Investimentos	197.187,38	203.570,07	165.924,01	15.400,00	89,07
TOTAL (IV)	3.173.016,80	4.312.791,28	3.928.207,32	15.400,00	91,44
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADAS Até Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/IV(f+g))
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	578.835,00	859.758,73	665.620,06	0,00	16,88
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	578.835,00	859.758,73	665.620,06	0,00	16,88
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	578.835,00	859.758,73	665.620,06	0,00	16,88
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(V(f+g) - V(h+i))]	2.594.181,80	3.453.032,55		3.277.987,26	83,12
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
(VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(V(h+i) - (15 x IIIb)/100)]					
1.019.942,57					

Continua 3/5

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO O

Continuação 4/5

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, § 2º	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Atenção Básica	3.137.407,06	4.241.190,24	3.899.124,72	0,00	98,87
Vigilância Sanitária	35.609,74	71.601,04	29.082,60	15.400,00	1,13
TOTAL	3.173.016,80	4.312.791,28	3.928.207,32	15.400,00	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na internet não tem a natureza legal ou nem a natureza financeira bimestral, deverá ser a mesma apresentada na tabela 31

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO O

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "H" ou com a coluna "H+" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO
--	--	---

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	14.770.555,00	
Previsão Atualizada		—	14.770.555,00	
Receitas Realizadas		3.239.116,50	18.587.899,13	
Déficit Orçamentário		—	349.982,52	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.840.654,23	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	14.720.555,00	
Créditos Adicionais		—	5.754.580,20	
Dotação Atualizada		—	20.475.135,20	
Despesas Empenhadas		2.586.016,62	18.937.881,65	
Despesas Executadas		3.681.191,68	18.937.881,65	
Liquidadas		3.681.191,68	18.908.011,65	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	29.870,00	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.586.016,62	18.937.881,65	
Despesas Executadas		3.681.191,68	18.937.881,65	
Liquidadas		3.681.191,68	18.908.011,65	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	29.870,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			16.504.543,25	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	310.147,49	0,00
Resultado Primário		0,00	-1.488.592,03	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.485,00	0,00	7.416,34	68,66
EXECUTIVO	7.485,00	0,00	7.416,34	68,66
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	23.009,25	0,00	23.009,25	0,00
EXECUTIVO	23.009,25	0,00	23.009,25	0,00
TOTAL:	30.494,25	0,00	30.425,59	68,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.368.752,44	25%	28,90
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.097.171,70	60%	78,13
Liquidadas		1.097.171,70		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		727.603,25	-726.603,25	

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			3.014.683,92	517.981,56
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			502.700,00	-442.700,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.277.987,26	15,00	21,78	
Liquidadas	3.262.587,26			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	15.400,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 16/01/2015

 CLODOALDO BRIANCINI
 PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

 SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
 CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

 SILVANA MAGIONI FAVERO
 TÉCNICO EM CONTROLE II

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LÍQUIDADAS No Bimestre Até o Bimestre (b)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/Total (b + c))
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Legislativa	14.720.555,00	20.475.135,20	2.586,016,62	18.937.881,65	3.681.191,68	29.870,00	100,00
Ação Legislativa	652.500,00	692.500,00	96.872,89	619.553,32	127.252,56	0,00	3,27
Administração	652.500,00	692.500,00	96.872,89	619.553,32	127.252,56	0,00	3,27
Administração Geral	1.828.750,00	2.391.774,00	254.723,87	2.242.752,88	381.856,57	0,00	11,84
Assistência Social	1.828.750,00	2.391.774,00	254.723,87	2.242.752,88	381.856,57	0,00	11,84
Assistência à Criança e ao Adolescente	372.250,00	590.136,89	108.639,42	453.646,68	116.798,64	0,00	2,40
Assistência Comunitária	12.500,00	12.500,00	0,00	1.848,40	0,00	0,00	0,01
Saúde	359.750,00	577.636,89	108.639,42	451.798,28	116.798,64	0,00	2,39
Atenção Básica	3.173.016,80	4.312.791,28	611.177,37	3.943.607,32	788.139,81	15.400,00	20,82
Vigilância Sanitária	3.137.407,06	4.241.190,24	589.935,00	3.898.124,72	776.974,42	0,00	20,59
Educação	35.609,74	71.601,04	21.242,37	44.482,60	11.165,39	15.400,00	0,23
Ensino Médio	2.500,00	4.213.886,13	819.751,78	4.008.932,95	1.166.049,85	0,00	21,17
Ensino Superior	2.500,00	468.635,06	118.352,64	433.757,26	121.938,96	0,00	2,29
Educação Infantil	210.250,00	500.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	0,00	32.800,00	0,00	487.341,97	275.854,31	0,00	2,57
Educação Básica	2.714.259,40	3.212.201,07	701.399,14	3.055.033,72	755.436,58	0,00	0,17
Cultura	174.750,00	199.298,00	49.135,69	194.571,86	66.697,20	0,00	16,13
Diffusão Cultural	174.750,00	199.298,00	49.135,69	194.571,86	66.697,20	0,00	1,03
Urbanismo	2.506.400,00	5.228.292,58	444.523,04	4.772.442,18	704.064,28	14.470,00	1,03
Serviços Urbanos	2.506.400,00	5.228.292,58	444.523,04	4.772.442,18	704.064,28	14.470,00	25,20
Habituação	36.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,20
Habituação Rural	6.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	30.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.507.378,80	1.887.541,32	122.893,40	1.834.095,65	172.373,28	0,00	0,00
Extensão Rural	1.507.378,80	1.887.541,32	122.893,40	1.834.095,65	172.373,28	0,00	9,68
Comércio e Serviços	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,68
Administração Geral	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% (b + c)/ Total (b + c)		% (b + c)/a
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.720.555,00	20.475.135,20	2.586,016,62	18.937.881,65	3.681.191,68	18.908.011,65	29.870,00	100,00	92,49	1.537.253,55
Desporto e Lazer	298.000,00	345.715,00	66.801,28	344.101,86	69.824,07	344.101,86	0,00	1,82	98,53	1.613,14
Desporto Comunitário	298.000,00	345.715,00	66.801,28	344.101,86	69.824,07	344.101,86	0,00	1,82	98,53	1.613,14
Encargos Especiais	1.240.000,00	587.200,00	11.497,88	524.176,95	88.135,42	524.176,95	0,00	2,77	89,27	63.023,05
Administração Geral	25.000,00	18.000,00	1.972,49	16.206,48	3.162,45	16.206,48	0,00	0,09	90,04	1.793,52
Refinanciamento da Dívida Interna	950.000,00	330.000,00	-3.865,27	324.379,81	51.487,10	324.379,81	0,00	1,71	98,30	5.620,19
Serviço da Dívida Interna	265.000,00	239.200,00	13.390,66	183.590,66	33.485,87	183.590,66	0,00	0,97	76,75	55.609,34
TOTAL (III) = (I + II)	14.720.555,00	20.475.135,20	2.586,016,62	18.937.881,65	3.681.191,68	18.908.011,65	29.870,00	100,00	92,49	1.537.253,55

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO
--	--	---

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANERO/2014 A DEZEMBRO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.611.841,39	1.626.549,53	1.684.751,93	1.633.971,84	1.622.986,19	1.494.686,53	1.393.112,09	1.507.860,22	1.551.412,71	1.462.593,72	1.676.353,35	1.948.636,40	19.231.748,90	17.019.065,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	64.901,94	109.525,27	285.828,25	119.947,61	96.422,61	102.735,73	117.051,16	128.430,27	145.520,44	91.187,94	99.143,72	133.312,92	1.493.007,86	1.015.500,00
IPTU	0,00	11.597,66	178.600,24	23.862,44	19.445,16	20.060,65	14.504,44	3.369,45	3.000,16	2.817,67	1.949,55	2.200,55	281.207,97	236.000,00
IRRJ	327,84	14.848,00	10.763,31	13.143,94	12.721,04	21.670,01	13.521,44	13.883,51	13.717,33	14.656,20	13.917,40	36.615,73	179.794,75	153.000,00
L.S.S.	37.663,34	46.674,64	42.739,20	66.336,58	39.556,00	47.666,25	70.271,24	74.328,17	88.565,02	59.150,00	64.142,44	69.282,49	706.416,57	396.000,00
L.T.B.L	4.500,00	13.400,00	22.905,88	5.900,00	16.780,00	7.180,00	10.850,00	28.100,00	32.425,14	6.626,00	10.300,00	16.942,22	175.609,24	48.000,00
Outras Receitas Tributárias	22.420,56	23.004,97	31.084,62	10.694,65	6.920,41	6.154,82	7.904,04	8.719,14	7.742,79	7.988,07	9.134,33	8.271,93	146.980,33	176.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.230,37	10.305,70	28.016,00	13.965,32	12.761,22	13.564,30	13.101,03	12.291,67	10.834,38	13.761,63	13.422,68	14.311,99	166.559,19	146.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.311,94	13.042,01	14.893,89	15.694,84	16.982,51	16.640,90	16.330,86	13.596,02	13.187,37	14.298,72	12.304,69	15.679,88	173.856,83	86.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	39.326,11	45.240,10	78.362,16	52.517,06	41.732,04	44.893,75	43.975,20	35.731,74	42.415,03	38.931,56	38.701,55	48.382,79	551.209,09	428.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.471.561,54	1.435.741,46	1.275.739,62	1.403.974,03	1.447.763,09	1.279.590,66	1.197.533,00	1.306.463,39	1.328.444,69	1.296.295,75	1.502.942,14	1.727.606,21	16.673.635,98	15.289.601,00
Cota-Parte do FPM	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.775,99	395.126,63	448.026,05	393.082,94	371.503,84	491.732,66	790.906,07	5.904.511,33	5.627.000,00
Cota-Parte do ICMS	613.714,72	594.074,76	592.529,34	577.670,00	587.167,17	556.725,85	553.599,04	590.786,23	622.744,81	642.060,77	708.355,26	682.302,85	7.340.750,80	6.610.000,00
Cota-Parte do IPVA	16.694,32	47.595,46	38.000,81	48.329,51	47.705,57	52.713,85	47.290,77	50.317,21	52.874,41	44.419,76	27.241,99	16.621,34	490.805,20	498.000,00
Cota-Parte do ITR	117,99	0,00	12,85	21,20	0,00	7,19	0,00	4,26	1.245,03	3.839,71	222,42	17,03	5.487,68	5.300,00
Outras Transferências Correntes	112.015,21	39.020,63	150.478,97	224.840,41	106.595,09	75.076,99	105.544,56	101.240,27	131.053,31	101.205,89	135.354,27	96.093,62	1.392.529,42	1.232.301,00
Transferências da LC 87/1989	9.814,76	8.309,42	8.119,36	8.830,01	9.612,79	9.155,66	9.405,71	9.895,21	9.123,71	9.770,71	11.219,70	11.070,57	114.135,61	106.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.593,58	2.593,58	0,00	0,00	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	5.187,16	31.122,96	31.000,00	31.000,00
Transferências do FUNDEB	121.809,40	118.954,51	109.895,00	110.635,22	120.969,59	114.477,55	106.002,71	113.390,58	115.716,90	120.901,49	126.222,06	125.407,57	1.404.292,98	1.290.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.509,49	12.693,99	11.910,01	27.912,58	8.324,72	37.294,19	11.120,84	11.384,13	11.010,80	8.188,22	9.838,37	9.342,61	173.480,35	70.920,00
DEDUÇÕES (II)	247.547,13	255.553,04	203.090,94	213.699,53	213.699,53	218.007,05	196.396,83	218.364,32	216.332,67	214.835,44	243.272,97	251.066,10	2.777.205,65	2.550.500,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	247.547,13	255.553,04	203.090,94	213.699,53	213.699,53	218.007,05	196.396,83	218.364,32	216.332,67	214.835,44	243.272,97	251.066,10	2.777.205,65	2.550.500,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.364.294,26	1.370.996,49	1.481.660,99	1.420.272,31	1.379.346,66	1.276.682,48	1.202.715,16	1.289.495,90	1.335.080,04	1.247.748,28	1.433.080,38	1.698.570,30	16.504.543,25	14.468.565,00
FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015														
Cordilheira Alta, 16/01/2015														

CLODILDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EXERCÍCIOSOLANGE MARIA DERVAZSKI LANZARIN
CONTADORIA - CRC/SC 029493/O-6SILVANA MAGNINI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	32.377,43	17.915,17	15.492,17
DEDUÇÕES (II)	1.829.690,39	2.025.999,61	1.502.657,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.852.643,44	2.311.418,63	1.504.204,13
Demais Haveres Financeiros	56,20	78,68	78,68
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	23.009,25	285.497,70	1.625,17
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.797.312,96	-2.008.084,44	-1.487.165,47
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.797.312,96	-2.008.084,44	-1.487.165,47

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	520.918,97	310.147,49

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.440.521,00	3.098.665,91	16.330.686,42	15.000.498,78
Receita Tributária	1.015.500,00	232.456,64	1.493.007,86	1.522.017,96
I.P.T.U.	236.000,00	3.850,10	281.207,97	266.964,45
I.S.S.	399.000,00	133.424,93	706.415,57	439.831,04
I.T.B.I.	49.000,00	27.242,22	175.609,24	439.953,27
I.R.R.F.	153.000,00	50.533,13	179.794,75	168.562,36
Outras Receitas Tributárias	178.500,00	17.406,26	149.980,33	206.706,84
Receita de Contribuição	146.000,00	27.734,67	166.559,19	152.156,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	146.000,00	27.734,67	166.559,19	152.156,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	89.034,00	27.984,77	173.856,83	92.593,42
(-) Aplicações Financeiras	89.034,00	27.984,77	173.856,83	92.593,42
Transferências Correntes	12.780.101,00	2.731.209,28	13.946.429,93	12.712.503,60
F.P.M.	4.427.000,00	1.076.265,90	4.773.764,06	4.453.954,73
I.C.M.S.	5.288.000,00	1.112.526,67	5.872.601,71	5.275.747,48
Convênios	251.000,00	27.399,50	224.077,00	189.832,00
Outras Transferências Correntes	2.814.101,00	515.017,21	3.075.987,16	2.792.969,39
Demais Receitas Correntes	498.920,00	107.265,32	724.689,44	613.821,22
Dívida Ativa	34.600,00	9.482,63	117.384,42	142.910,86
Diversas Receitas Correntes	464.320,00	97.782,69	607.305,02	470.910,36
RECEITAS DE CAPITAL (II)	241.000,00	112.465,82	2.083.355,88	1.129.243,29
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	727.603,25	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	58.000,00	9.476,46	58.829,24	65.743,29
Alienação de Ativos (V)	60.000,00	0,00	502.700,00	0,00
Transferências de Capital	122.000,00	102.989,36	794.223,39	1.063.500,00
Convênios	80.000,00	0,00	341.250,00	0,00
Outras Transferências de Capital	42.000,00	102.989,36	452.973,39	1.063.500,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	122.000,00	102.989,36	794.223,39	1.063.500,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.562.521,00	3.201.655,27	17.124.909,81	16.063.998,78

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014			EM 2013	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.862.469,72	3.192.232,57	15.908.727,73	14.470,00	13.442.898,29	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	7.304.105,55	1.444.481,87	7.038.737,06	0,00	6.142.928,07	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	42.000,00	4.619,66	40.827,91	0,00	84.926,39	0,00
Outras Despesas Correntes	9.516.364,17	1.743.131,04	8.829.162,76	14.470,00	7.215.043,83	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.820.469,72	3.187.612,91	15.867.899,82	14.470,00	13.357.971,90	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.532.665,48	488.959,11	2.999.283,92	15.400,00	1.887.567,25	7.485,00
Investimentos	3.244.665,48	442.091,67	2.715.732,02	15.400,00	1.335.474,21	7.485,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	288.000,00	46.867,44	283.551,90	0,00	552.093,04	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.244.665,48	442.091,67	2.715.732,02	15.400,00	1.335.474,21	7.485,00

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.145.135,20	3.629.704,58	18.583.631,84	29.870,00	14.693.446,11	7.485,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.582.614,20	-428.049,31		-1.488.592,03		1.363.067,67
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		1.840.654,23		0,00
Superávit Financeiro	-	-		1.840.654,23		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PI O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00	

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Nota: Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas líquidas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas líquidas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	-	7.416,34	7.416,34
EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.416,34	7.416,34
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.416,34	7.416,34
Ser. Munic. da Infra-Estrutura	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.416,34	7.416,34
Saldo	-	-	-	-	-	-	-	68,66

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 0284830-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	859.920,00	859.920,00	221.784,38	1.417.591,28	164,85
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	253.200,00	253.200,00	6.780,12	328.549,86	129,76
1.1.1- IPTU	236.000,00	236.000,00	3.850,10	281.207,97	119,16
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.300,00	3.300,00	404,57	2.117,93	64,18
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	11.000,00	11.000,00	1.759,38	38.571,39	350,65
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.900,00	2.900,00	766,07	6.652,57	229,40
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	49.000,00	49.000,00	27.242,22	175.609,24	358,39
1.2.1- ITBI	49.000,00	49.000,00	27.242,22	175.609,24	358,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	404.720,00	404.720,00	137.228,91	733.637,43	181,27
1.3.1- ISS	399.000,00	399.000,00	133.424,93	706.415,57	177,05
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.120,00	2.120,00	2.999,65	13.066,52	617,76
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.600,00	2.600,00	516,52	11.282,06	433,93
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	287,81	2.843,28	284,33
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	153.000,00	153.000,00	50.533,13	179.794,75	117,51
1.4.1- IRRF	153.000,00	153.000,00	50.533,13	179.794,75	117,51
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.777.300,00	12.777.300,00	2.559.390,66	13.698.733,41	107,21
2.1- Cota-Parte FPM	5.527.000,00	5.527.000,00	1.094.558,76	5.716.431,16	103,43
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.527.000,00	5.527.000,00	1.094.558,76	5.716.431,16	103,43
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.610.000,00	6.610.000,00	1.390.658,11	7.340.750,80	111,06
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	31.000,00	31.000,00	7.780,74	31.122,96	100,40
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	106.000,00	106.000,00	22.290,27	114.135,61	107,68
2.5- Cota-Parte ITR	5.300,00	5.300,00	239,45	5.467,68	103,54
2.6- Cota-Parte IPVA	496.000,00	496.000,00	43.863,33	490.805,20	98,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.637.220,00	13.637.220,00	2.781.175,04	15.116.324,69	110,85
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.800,00	6.800,00	2.110,10	7.430,25	109,27
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.800,00	6.800,00	2.110,10	7.430,25	109,27
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.550.500,00	2.550.500,00	499.339,07	2.727.205,65	106,93
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.100.000,00	1.100.000,00	206.373,03	1.130.747,27	102,80
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.322.000,00	1.322.000,00	278.131,44	1.468.149,09	111,06
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.300,00	6.300,00	1.556,13	6.224,52	98,80
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	21.200,00	21.200,00	4.458,07	22.827,22	107,68
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	47,88	1.097,46	109,75
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	100.000,00	100.000,00	8.772,52	98.160,09	98,16
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	251.629,63	1.404.292,58	111,45
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	251.629,63	1.404.292,58	111,45
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.290.500,00	-1.290.500,00	-247.709,44	-1.322.913,07	102,51
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=[(e+f)/d]x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	819.600,00	1.097.245,99	258.513,25	1.097.171,70	0,00	99,99	
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13.2- Com Ensino Fundamental	819.600,00	1.097.245,99	258.513,25	1.097.171,70	0,00	99,99	
14- OUTRAS DESPESAS	441.400,00	321.400,00	0,00	318.142,83	0,00	98,99	
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	441.400,00	321.400,00	0,00	318.142,83	0,00	98,99	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.261.000,00	1.418.645,99	258.513,25		1.415.314,53	99,77	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.415.314,53		
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					78,13		
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					22,66		
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-0,78		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00		
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.409.305,00	3.409.305,00	695.293,76	3.779.081,17	110,85		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS				
			LIQUIDADAS				
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% (g)=[(e+f)/d]x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	200.000,00	490.000,00	275.854,31	487.341,97	0,00	99,46	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.142.659,40	2.619.532,36	618.247,08	2.576.143,39	0,00	98,34	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.261.000,00	1.418.645,99	258.513,25	1.415.314,53	0,00	99,77	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	881.659,40	1.200.886,37	359.733,83	1.160.828,86	0,00	96,66	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	7.618,06	0,00	7.492,95	0,00	98,36	
26- ENSINO SUPERIOR	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	0,00	32.800,00	12.820,00	32.800,00	0,00	100,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.345.159,40	3.149.950,42	906.921,39		3.103.778,31	98,53	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.322.913,07		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (501)					—		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					17.645,99		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)					—		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.305.267,08		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.368.752,44		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %					28,9		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	127.500,00	256.706,40	88.496,50	195.304,84	0,00	76,08	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	364.100,00	382.962,31	56.502,49	295.523,29	0,00	77,17	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	491.600,00	639.668,71	144.998,99		490.828,13	76,73	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.836.759,40	3.789.619,13	1.051.920,38		3.594.606,44	94,85	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014		

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO EM 2014 (h)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.404.292,58	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.404.292,58	0,00

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 17.645,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.000,00	727.603,25		-726.603,25
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.532.665,48	2.999.283,92	15.400,00	517.981,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.532.665,48	2.999.283,92	15.400,00	517.981,56
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.531.665,48	-2.287.080,67		-1.244.584,81

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	(a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.969.505,87	0,00
Pessoal Ativo	6.908.865,16	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	16.206,48	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	44.434,23	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.969.505,87	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.969.505,87	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.504.543,25	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	42,23	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	9.902.725,95	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	9.407.589,65	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	8.912.453,36	
FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	32.377,43	23.938,90	15.492,17
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	32.377,43	23.938,90	15.492,17
Interna	32.377,43	23.938,90	15.492,17
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.829.690,39	2.816.286,98	1.502.657,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.852.643,44	3.100.744,42	1.504.204,13
Demais Haveres Financeiros	56,20	78,68	78,68
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	23.009,25	284.536,12	1.625,17
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.797.312,96	-2.792.348,08	-1.487.165,47
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.093.092,20	15.938.484,49	16.504.543,25
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,21%	0,15%	0,09%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,91%	-17,52%	-9,01%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	18.111.710,64	19.126.181,39	19.805.451,90
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	16.300.539,58	17.213.563,25	17.824.906,71

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	32.377,43	23.938,90	15.492,17
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	32.377,43	23.938,90	15.492,17

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	47,56	79.648,40	543,67
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.485,00	3.129.163,28	29.938,66

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	15.093.092,20	15.938.484,49	16.504.543,25
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.320.480,28	3.506.466,59	3.630.999,52
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.988.432,26	3.155.819,93	3.267.899,56

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.504.543,25	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.640.726,92	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.376.654,23	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.155.318,03	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
40% FUNDEB - APLICAÇÃO MANUTENÇÃO	(319.851,21)	(213,56)	(319.637,65)
60% FUNDEB - APLICAÇÃO NO MAGISTÉRIO	324.856,57	213,56	324.643,01
Ações Est. Vig.Sanitária - Transf. de Rec. do SUS	3.567,73	0,00	3.567,73
ALIENAÇÃO DE BENS - OUTROS PROGRAMAS	334.122,59	0,00	334.122,59
ASSISTÊNCIA FARMAC. BÁSICA - ESTADO	5.456,58	0,00	5.456,58
Assistencia Farmaceutica Básica	(8.619,70)	0,00	(8.619,70)
ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA - UNIÃO	73.912,93	0,00	73.912,93
Atenção Básica	(60.454,07)	0,00	(60.454,07)
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Superavit	(8.935,32)	0,00	(8.935,32)
BOLSA FAMÍLIA	(945,25)	0,00	(945,25)
CIDE - CONTRIB. DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO	55,80	0,00	55,80
CONVÊNIO DE TRANSITO PREFEITURA	6.614,64	0,00	6.614,64
CONVÊNIO TRANSITO CIVIL	2.434,29	0,00	2.434,29
CONVÊNIO TRANSITO MILITAR	4.687,10	0,00	4.687,10
COSIP - CONTRIBUIP/ CUSTEIO DOS SERV. DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	119.025,82	0,00	119.025,82
ESF - ATENÇÃO BÁSICA	16.057,36	3.738,16	12.319,20
Est. Tec. Vig. Saúde - Trans. Rec. SUS	87,83	0,00	87,83
ESTADO - ATENÇÃO BÁSICA CO-FINANCIAMENTO	22.584,85	0,00	22.584,85
FEP - FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	10.165,20	0,00	10.165,20
IGD PBF - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	3.621,56	0,00	3.621,56
IGD SUAS - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	3.182,66	0,00	3.182,66
Inc. Qualif. Dengue Vig.Saúde - Transf. Rec. SUS	934,15	0,00	934,15
INCENTIVOS PONTUAIS PARA AÇÕES DE SERVIÇO EM VIG EM SAÚDE	500,00	0,00	500,00
NASF - ATENÇÃO BÁSICA	(29.632,59)	3.179,91	(32.812,50)
NASF ESTADO - ATENÇÃO BÁSICA	(24.862,10)	(3.179,91)	(21.682,19)
OUTRAS TRANSF. DECORR. DA COMPENSAÇÃO FINANC. PELA EXPLORAÇÃO	53.799,58	0,00	53.799,58
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS	64.354,35	0,00	64.354,35
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NAC. DA SAÚDE	1.176,53	0,00	1.176,53
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NAC. DE DESENV. DA EDUCAÇÃO FNDE	3.987,88	0,00	3.987,88
PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA	61.157,04	725,17	60.431,87
PACS - ATENÇÃO BÁSICA	22.753,67	(949,87)	23.703,54
PAIF - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	4.972,72	0,00	4.972,72
PISO BÁSICO VARIÁVEL - TRANSF RECURSOS FNAS	(4.771,08)	0,00	(4.771,08)
Piso Fix. Vig. e Promo. Saúde - Transf. SUS	4.557,08	0,00	4.557,08
PMAQ (RA-PMAQ-SM) - ATENÇÃO BÁSICA	19.497,28	(11.806,42)	31.303,70
PNAE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	5.648,44	0,00	5.648,44
PNATE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR	1.017,69	95,16	922,53
PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES VIG SAUDE - PQAVS	2.933,90	0,00	2.933,90
PSE - ATENÇÃO BÁSICA	258,97	0,00	258,97
RECURSO OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA - OUTROS PROGRAMAS	219,32	0,00	219,32
SALÁRIO EDUCAÇÃO	184.641,79	0,00	184.641,79
SAÚDE BUCAL - ATENÇÃO BÁSICA	12.186,80	0,00	12.186,80
Superavit - ESF	(4.757,21)	0,00	(4.757,21)
SUPERÁVIT AÇÕES ESTRAT VIGIL SANITÁRIA	(1.201,81)	0,00	(1.201,81)
SUPERÁVIT ACS ATENÇÃO BÁSICA	(10.685,78)	0,00	(10.685,78)
SUPERÁVIT ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA - ESTADO - DIABETE	(10.382,64)	0,00	(10.382,64)
SUPERÁVIT COSIP	(33.378,93)	0,00	(33.378,93)
SUPERÁVIT NASF ESTADO ATENÇÃO BÁSICA	(2.662,60)	0,00	(2.662,60)
SUPERÁVIT PISO BÁSICO	(1.698,38)	0,00	(1.698,38)

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
SUPERÁVIT PISO FIXO VIG.E PROM SAUDE	(2.064,77)	0,00	(2.064,77)
SUPERÁVIT PMAQ (RAB-PMAQ-SM) ATENÇÃO BÁSICA	(38.197,09)	8.100,37	(46.297,46)
SUPERÁVIT PNAE	(3.329,60)	0,00	(3.329,60)
SUPERÁVIT PSE ATENÇÃO BÁSICA	(1.636,09)	0,00	(1.636,09)
SUPERÁVIT SALÁRIO EDUCAÇÃO	(88.186,50)	0,00	(88.186,50)
SUPERÁVIT SAUDE BUCAL ATENÇÃO BÁSICA	(2.935,41)	0,00	(2.935,41)
SUS MAC - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMP. AMBUL. E HOSPITALAR	38.470,76	0,00	38.470,76
TRANSFERENCIA CONVÊNIO EDUCAÇÃO	84,41	0,00	84,41
TRANSFERÊNCIA CONVÊNIO OUTROS	133.092,66	68,66	133.024,00
TRANSFERÊNCIA CONVÊNIO SAÚDE	350,27	0,00	350,27
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.179,49	0,00	25.179,49
VIGILÂNCIA EM SAÚDE - SANITARIA	29.982,43	0,00	29.982,43
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	943.002,59	(28,77)	943.031,36
Recursos de Impostos para Educação - 25%	(223.762,74)	10.177,22	(233.939,96)
Recursos de Impostos para Saúde - 15%	(284.451,06)	1.980,06	(286.431,12)
RECURSOS ORDINÁRIOS	1.014.937,76	(69.564,61)	1.084.502,37
Sem Especificação	54.477,58	(130,85)	54.608,43
SUPERÁVIT FINANCEIRO ORDINÁRIO	0,00	59.804,45	(59.804,45)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	561.201,54	2.266,27	558.935,27
TOTAL (III) = (I + II)	1.504.204,13	2.237,50	1.501.966,63
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
40% FUNDEB - APLICAÇÃO MANUTENÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	(319.637,65)	0,00
60% FUNDEB - APLICAÇÃO NO MAGISTÉRIC	0,00	0,00	0,00	0,00	324.643,01	0,00
Ações Est. Vig.Sanitária - Transf. de Rec. do S	0,00	0,00	0,00	0,00	3.567,73	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - OUTROS PROGRAM	0,00	0,00	0,00	0,00	334.122,59	0,00
ASSISTÊNCIA FARMAC. BÁSICA - ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	5.456,58	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.619,70)	0,00
ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA - UNI	0,00	0,00	0,00	0,00	73.912,93	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	(60.454,07)	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambula	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.935,32)	0,00
BOLSA FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	(945,25)	0,00
CIDE - CONTRIB. DE INTERVENÇÃO DO DON	0,00	0,00	0,00	0,00	55,80	0,00
CONVÊNIO DE TRANSITO PREFEITURA	0,00	0,00	0,00	0,00	6.614,64	0,00
Convênio Transito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	2.434,29	0,00
Convênio Transito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	4.687,10	0,00
CONVÊNIO TRANSITO CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	2.434,29	0,00
CONVÊNIO TRANSITO MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	4.687,10	0,00
COSIP - CONTRIBUIP/CUSTEIO DOS SERV.	0,00	0,00	0,00	0,00	119.025,82	0,00
ESF - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	12.319,20	0,00
Est. Tec. Vig. Saúde - Trans. Rec. SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	87,83	0,00
ESTADO - ATENÇÃO BÁSICA CO-FINANCIAM	0,00	0,00	0,00	0,00	22.584,85	0,00
FEP - FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	0,00	0,00	0,00	0,00	10.165,20	0,00
IGD PBF - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.621,56	0,00
IGD SUAS - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO	0,00	0,00	0,00	0,00	3.182,66	0,00
IGD SUAS - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOR	0,00	0,00	0,00	0,00	3.182,66	0,00
Inc. Qualif. Dengue Vig.Saúde - Transf. Rec. S	0,00	0,00	0,00	0,00	934,15	0,00
INCENTIVOS PONTUAIS PARA AÇÕES DE SE	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
NASF - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	(32.812,50)	0,00
NASF ESTADO - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	(21.682,19)	0,00
OUTRAS TRANSF. DE CORR. DA COMPENSA	0,00	0,00	0,00	0,00	53.799,58	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	64.354,35	0,00
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NAC. DA S	0,00	0,00	0,00	0,00	1.176,53	0,00
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NAC. DE D	0,00	0,00	0,00	0,00	3.987,88	0,00
PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	725,17	0,00	0,00	60.431,87	0,00

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
PACS - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	23.703,54	0,00
PAIF - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO	0,00	0,00	0,00	0,00	4.972,72	0,00
PISO BÁSICO VARIÁVEL - TRANSF RECURS	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.771,08)	0,00
Piso Fix. Vig. e Promo. Saúde - Transf. SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	4.557,08	0,00
PMAQ (RA-PMAQ-SM) - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	31.303,70	0,00
PNAE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENT	0,00	0,00	0,00	0,00	5.648,44	0,00
PNATE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A	0,00	0,00	0,00	0,00	922,53	0,00
PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	2.933,90	0,00
PSE - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	258,97	0,00
RECURSO OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERN	0,00	0,00	0,00	0,00	219,32	0,00
SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	184.641,79	0,00
SAÚDE BUCAL - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	12.186,80	0,00
Superávit - ESF	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.757,21)	0,00
SUPERÁVIT AÇÕES ESTRAT VIGIL SANITÁRI	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.201,81)	0,00
SUPERÁVIT ACS ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	(10.885,78)	0,00
SUPERÁVIT ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E	0,00	0,00	0,00	0,00	(10.382,64)	0,00
SUPERÁVIT COSIP	0,00	0,00	0,00	14.470,00	(33.378,93)	0,00
SUPERÁVIT NASF ESTADO ATENÇÃO BÁSIC	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.662,60)	0,00
SUPERÁVIT PISO BASICO	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.698,38)	0,00
SUPERÁVIT PISO FIXO VIG.E PROM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	15.400,00	(2.064,77)	0,00
SUPERÁVIT PMAQ (RAB-PMAQ-SM) ATENÇÃ	0,00	0,00	0,00	0,00	(46.297,46)	0,00
SUPERÁVIT PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.329,60)	0,00
SUPERÁVIT PSE ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.636,09)	0,00
SUPERÁVIT SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	(88.186,50)	0,00
SUPERÁVIT SAÚDE BUCAL ATENÇÃO BÁSIC	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.935,41)	0,00
SUS MAC - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COM	0,00	0,00	0,00	0,00	38.470,76	0,00
TRANSFERENCIA CONVÊNIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	84,41	0,00
TRANSFERENCIA CONVÊNIO OUTROS	0,00	0,00	68,66	0,00	133.024,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CONVÊNIO SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	350,27	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS ASSISTÊN	0,00	0,00	0,00	0,00	25.179,49	0,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE - SANITARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	29.982,43	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	725,17	68,66	29.870,00	953.335,41	0,00
Recursos de Impostos para Educação - 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	(233.938,96)	0,00

Recursos de impostos para Educação - 25%

(233.939,96)

0,00

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos de Impostos para Saúde - 15%	0,00	600,00	0,00	0,00	(286.431,12)	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	300,00	0,00	0,00	1.084.502,37	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO - ORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	(59.804,45)	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO ORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	(59.804,45)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	900,00	0,00	0,00	444.522,39	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.625,17	68,66	29.870,00	1.397.857,80	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI	SOLANGE MARIA DERVIANOSKI LANZARIN	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.969.505,87	42,23
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.902.725,95	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.407.589,65	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.487.165,47	-9,01
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.805.451,90	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.630.999,52	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.640.726,92	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.155.318,03	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	29.870,00	1.397.857,80

FONTE: Data de emissão 16/Jan/2015

Cordilheira Alta, 16/01/2015

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE RATEIO –CIS-AMOSC 2015

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE RATEIO -CIS-AMOSC 2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/12/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Rateio é assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Coronel Martins, integrante da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense - AMNOROESTE, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-refêrencia.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2015.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 01.336.261/0001-40

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 071 DE CONTRATO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 071 DE CONTRATO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2014.

MÊS/ANO: JULHO/2013. NÚMERO CONTRATO: 038/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/07/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de disponibilização de link para acesso a internet, no Município de Coronel Martins, SC, sendo:

CLÁUSULA SEGUNDA:

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo aditivo fica prorrogado até 27 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 00.744.497/0001-52

CONTRATADO: SABER INFORMÁTICA LTDA

PORTARIA Nº. 010, DE 13 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 010, DE 13 DE JANEIRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014

de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Josiane Smaniotto, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, por um período de 15(quinze) dias, a partir do dia 13 de janeiro a 27 de janeiro de 2015, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 13 de janeiro de 2015.

JONES EMANUEL MARASCHIN

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 840 /2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 840 /2015

REAJUSTA A TABELA TARIFARIA REFERENTE À DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS POTÁVEL NO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIANO ROGERIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá (SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando que no mês de março de 2010 o Município de Corupá retomou o serviço de abastecimento de água municipal, serviço este anteriormente prestado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN;

Considerando que o Município de Corupá, mediante aprovação da Lei municipal nº 1.995/2010, estabeleceu a "Política Municipal de Saneamento Básico", nos termos da Lei federal nº. 11.445/ 2007, devendo a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água ser assegurada mediante a cobrança de tarifas;

Considerando que a cobrança dos serviços de abastecimento de água é essencial para a manutenção, modernização e ampliação dos sistemas de abastecimento de água;

Considerando o último reajuste dos serviços relativos ao fornecimento de água tratada foi de 20% e se deu em 03/04/2014 através do Decreto 702/2014;

Considerando o Parecer Técnico 21/2013, emitido pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS em 16/12/2013 o qual destaca um defasagem de 29,951% nos valores praticados que o Município de Corupá vinha praticando;

Considerando a Deliberação 012/13 da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, datado de 16/12/2013 no qual concede reajuste de tarifário em 29,95%;

Considerando que os valores fixados para cobrança dos serviços de abastecimento de água tratada continua com uma defasagem de 9,95%, tomando como data base 16/12/2013 e sem levar em consideração as variações de custo a partir desta data.

DECRETA:

Art. 1º -Reajusta em 9,95%os valores das tarifas de fornecimento de água potável prestados pela Prefeitura Municipal de Corupá/ Autarquia Águas de Corupá.

Parágrafo único: Os novos Tabela de valores passará a vigorar conforme o disposto no Anexo I, que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º -Cabe a Autarquia Águas de Corupá, dar publicidade dos novos valores e efetuar o reajuste após 60 dias desta publicidade.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá (SC), 15 de janeiro de 2015.

LORIANO ROGERIO COSTA

Prefeito Municipale.e.

ANEXO ÚNICO

CATEGORIA	FAIXA	CONSUMO m3	ÁGUA R\$
TARIFA RESIDENCIAL SOCIAL	1	Até 10	6,042852/ mês
	2	11 a 25	1,69529706/ m3
	3	26 a 50	8,15006574/ m3
	4	maior 50	9,94722048/ m3

TARIFA RESIDENCIAL NORMAL	1 2 3 4 5	Até 10 11 a 25 26 a 50 maior 50 TARIFA SAZONAL	32,285718/ mês 5,91671736/ m3 8,3010051/ m3 9,94722048/ m3 12,4340256/ m3
TARIFA COMERCIAL	1 2 3	até 10 11 a 50 maior 50	47,656728/ mês 7,9078239/ m3 9,94722048/ m3
TARIFA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	1 2	até 10 maior 10	33,671088/ mês 7,9078239/ m3
TARIFA INDUSTRIAL	1 2	até 10 maior 10	47,656728/ mês 7,9078239/ m3
TARIFA ESPECIAL	1	> 5.000	CONTRATO ESPECIAL
TARIFA PÚBLICA	1 2	até 10 maior 10	47,656728/ mês 7,9078239/ m3

ONDE,

I - Tarifa Residencial Social: valor cobrado pelo fornecimento de água potável a todos os usuários que, comprovadamente, possuam ou residirem em imóvel de até 70 m² (setenta metros quadrados) de área construída para fins residenciais, tiverem rendimento familiar igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos e não possuir veículo automotor e linha telefônica fixa, mediante prévia análise da Assistência Social do Município;

II - Tarifa Residencial Normal: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos usuários de imóveis com ocupação exclusiva para fins de moradia, que não se enquadrarem na Tarifa Residencial Social;

III - Tarifa Comercial: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos usuários de imóveis destinados ao exercício de atividades comerciais;

IV - Tarifa Microempresa e Empresa de Pequeno Porte: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos usuários que comprovem a condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei complementar n. 123/2006, mediante apresentação de Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como pela prévia existência de Alvará de funcionamento junto à Prefeitura Municipal. Ainda, deve o interessado apresentar média de fornecimento de água dos últimos 6 (seis) meses de até 10m³ de água, não apresentar débitos vencidos com o Município e comprovar, cada doze meses, atendimento dos critérios aqui definidos;

V - Tarifa Industrial: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos usuários de imóveis destinados ao exercício de atividades industriais;

VI - Tarifa Especial: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos grandes usuários, que deverão firmar contrato de demanda mínima a partir de 5.000m³ de fornecimento de água, a preços e condições especiais, desde que seja tecnicamente e economicamente viável, sempre à critério e mediante justificativa do Poder Público Municipal;

VII - Tarifa Pública: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos usuários de imóveis destinados à atividade do setor público.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 050/2014.
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira
Contratado: Rosmeri Couto da Rosa Ltda.
Objeto: Locação de Impressoras para uso no setor Administrativo Municipal - Origem: Processo 055/2014 Modalidade: CV: 055/2014 PMDC. Vigência: 15/01/2014 à 14/01/2016 - Valor R\$ 12.630,00
Dionísio Cerqueira 13/01/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 049/2014.
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira
Contratado: Maxcopy Equipamentos e Suprimentos Ltda.
Objeto: Locação de Impressoras para uso no setor Administrativo Municipal - Origem: Processo 055/2014 Modalidade: CV: 055/2014 PMDC. Vigência: 15/01/2014 à 14/01/2016 - Valor R\$ 6.625,00
Dionísio Cerqueira 13/01/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 075/2014.
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Abrigo Ass. De Prof. Amigo dos Idosos - NUPAI .
Objeto: Abrigamento de idosos do Município - Origem: Processo 085/2014 Modalidade Pregão: 085/2014 PMDC. Vigência: 19/01/2014 à 18/03/2015 - Valor R\$ 3.620,00
Dionísio Cerqueira 16/01/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 074/2013.
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Adão Jorge Fortes.
Objeto: Locação de imóvel com 230 m2 com a localização nas proximidades da sede administrativa municipal com acessibilidade e adequada para implantação do centro de estoque, controle e distribuição de mercadorias e patrimônio.- Origem: Processo 098/2014 Modalidade DL: 098/2014 PMDC. Vigência: 21/01/2015 à 20/01/2016 - Valor R\$ 14.928,00 - Dionísio Cerqueira 14/01/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 008/2013.
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Luzangela Pereira.
Objeto: Locação de sala de alvenaria para funcionamento do Laboratório da Fronteira.- Origem: Processo 098/2014 Modalidade DL: 098/2014 PMDC. Vigência: 22/01/2015 à 21/01/2016 - Valor R\$ 9,540,00 - Dionísio Cerqueira 14/01/2015
João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 002/2015.
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.

Contratado: FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda.
Objeto: locação de Software de Controle interno Origem: DL 002/2015 PMDC. Vigência: 01/01/2015 à 31/12/2015 - Valor R\$ 4.320,00
Dionísio Cerqueira 16/01/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 048/2014.
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Antonio.A.R de Souza Cia Ltda - ME
Objeto: Prestação de serviço para manutenção e suporte técnico. Para atualização do site da Prefeitura Municipal. Origem: Processo 051/2014 Modalidade Pregão: 051/2014 PMDC. Vigência: 15/01/2015 à 14/01/2016 - Valor R\$ 47.940,00.
Dionísio Cerqueira 14/01/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 001/2015.
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Impacto Sistemas de Informação Ltda - ME
Objeto: Licença de uso do Software de Controle das Atividades e Serviços do meio Rural denominado Sicas Rural. Origem: AF 019/2015 PMDC. Vigência: 01/01/2015 à 31/12/2016 - Valor R\$ 4.200,00
Dionísio Cerqueira 15/01/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 003/2015. Objeto: Aquisição de combustíveis para os veículos ,caminhões, ônibus, máquinas pertencentes a Frota municipal de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 29/01/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 16/01/2015.
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 001/2015. Objeto: Aquisição de combustíveis para os veículos, do Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 09:30 horas do dia 29/01/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.
Dionísio Cerqueira, 16/01/2015.
João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 001/2015. Objeto: Aquisição de combustíveis para os veículos, do Fundo Municipal de Assistencial Social de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 29/01/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont,

N.413. Dionísio Cerqueira, 16/01/2015.
Marilene Limberger - Gestora do FMAS

RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da DL nº 002/2015, Objeto locação de Software de Controle interno Origem: DL 002/2015 PMDC. Vencedor Fae Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda. Valor R\$ 4.320,00 - Vigência: 01/01/2015 à 31/12/2015

Dionísio Cerqueira 16/01/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da DL nº 002/2015, Objeto Aquisição emergencial de combustíveis para os veículos do Fundo Municipal de Saúde até a realização do processo licitatório Origem: DL 002/2015 FMS. Vencedor SBA Abastecimento e Fretes Roovários Ltda. Valor R\$ 6.966 Dionísio Cerqueira 16/01/2015

João sthal - Gestor do FMS

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 003/2015

Edital de Pregão nº 003/2015

Objeto: Aquisição de material pedagógico e suprimentos de informática.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 30/01/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 00012015 - CIS AMOSC

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Dispensa nº 0001/2015

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: CIS-AMOSC

Objeto: prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do município de Faxinal dos Guedes, integrante da associação dos municípios do Alto Irani - AMAI, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra- referência.

Contrato n.º 0001/2015

Valor: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso XXIV, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0002/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0001/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de janeiro de 2015

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE EDITAL CHAMADA PUBLICA Nº00022015 AGRICULTURA FAMILIAR

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital chamada pública nº 0002/2015 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, via Dispensa de Licitação nº 0003/2015

Processo Licitatório nº: 0004/2015

Data do protocolo: 10/02/2015 às 09h00min.

Data da abertura: 10/02/2015 às 09h 15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 450 Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de janeiro de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO DE EDITAL CREDENCIAMENTO FISIOTERAPIA

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes
CREDENCIAMENTO SAÚDE 0002/2015

Credenciamento de pessoas jurídicas, para a contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de Reabilitação Física.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de janeiro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE EDITAL CREDENCIAMENTO LABORATÓRIOS

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes
CREDENCIAMENTO SAÚDE 0001/2015

Credenciamento de pessoas jurídicas, da área de saúde na especialidade de laboratório clínico.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de janeiro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DISPENSA 00012015 CIS AMOSC

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa nº 0001/2015

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA- CIS -AMOSC

Objeto: prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do município de Faxinal dos Guedes, integrante da associação dos municípios do Alto Irani - AMAI, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra- referência

Valor: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)

Amparo Legal: Art. 24, inciso XXIV, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0002/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0001/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de janeiro de 2015

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 229/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. FORMSUL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, estabelecida na AV. 25 de Julho, Bairro Santa Clara, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 80.130.032/0001-40 e I.E 251.553.817, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos Eynng, portador da CI nº. 969.681 e inscrito no CPF nº. 398.891.229-87;

2. NORTE INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME, estabelecida na Rua Pérola do Vale, em Blumenau, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 18.486.182/0001-18 doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Maicon Henrique Albano, portador da CI nº 4.924.112 e inscrito no CPF nº 070.615.769-95;

3. GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA, estabelecida na Rua Terra Rica, em São José dos Pinhais, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 13.919.051/0001-63 doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Luis Junior de Cristo, portador da CI nº 4.884.206-2 e inscrito no CPF nº 774.876.139-68;

Doravante denominadas DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 229/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material gráfico para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro

das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha sendo que o layout de cada item deverá ser aprovado pela Administração.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações**1. Do Município:**

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 229/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

**Cláusula Vigésima
Do Foro**

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presente.

Forquilha/SC, 12 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

FORMSUL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Luiz Carlos Eyng

CPF: 398.891.229-87;

NORTE INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Maicon Henrique Albano

CPF: 070.615.769-95;

GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Luis Junior de Cristo

CPF: 774.876.139-68;

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO**REGISTRO DE PREÇO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 8/PMF/2015

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de fevereiro de 2015 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 horas as 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 16 de janeiro de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/PMF/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 9/PMF/2015;

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiro de Santa Catarina por meio do convênio FUNREBOM e Polícia Militar por meio do convenio RADIO PATRULHA firmados junto ao Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 30 de janeiro de 2015 às 8:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 16 de janeiro de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 119/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 119/2014
CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO - DD LABORATÓRIO BIOQUÍMICO LTDA

OBJETO - Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial básica (eletivo), por meio de exames laboratoriais, no conjunto de procedimentos dos grupos da Tabela unificada do SUS.

VALOR - Até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), distribuídos entre as empresas credenciadas, conforme produção.

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 1701.2050.3390 (16), 1701.2063.3390 (70);

FUNDAMENTO LEGAL - Lei nº. 8.666/93, Credenciamento nº. 35/FMS/2014

DATA DA ASSINATURA - 29 de dezembro de 2014
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 254/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 254/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 59.795,00 (cinquenta e nove mil setecentos e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA - 01/02/2015 até 31/07/2015

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (65), (66)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 218/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 23 de dezembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 131/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 131/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 202/2014
LOCATÁRIO - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

LOCADOR - MOVEIS CORREA BACK LTDA
DO OBJETO - Locação de imóvel no centro do município, Rua do Cinquentenário Leonardo Steiner, 265, com área total de 195 m²,

matriculado sob nº. 5.868 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, para instalação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, por meio da Secretaria de Ação Social do município de Forquilha/SC.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, acrescido 60 (sessenta) dias no contrato 202/PMF/2014, prorrogando a vigência do contrato para 07/04/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 22 de dezembro 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 134/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 134/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 191/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CORSUL COMERCIO E REPRESENT. DO SUL LTDA

DO OBJETO - Aquisição de equipamentos de proteção individual - EPIs, através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - 4ºBBM - 1º CBM/ 2º Pelotão de Bombeiros Militar por meio do convênio FUNREBOM firmados junto ao Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 191/2014 de 31/12/2014 para 31/03/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 30 de dezembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 98/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 98/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 145/2014
LOCATÁRIO - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
LOCADOR - COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - CO-OPERA

DO OBJETO - Locação de imóvel no centro do município para instalação do Espaço Cidadão, com atendimento a diversas atividades das Secretarias de Administração, Educação e Ação Social do município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2014, de acordo com o Contrato de Comodato nº. 94/2013 firmado em 08 de maio de 2013.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 145/2014 de 31/12/2014 para 31/12/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 10 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AT15PMF01

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF01
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA
Valor : 94.485,00 (noventa e quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 28/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2014
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS PARA FORMAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AT15PMF02

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF02
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PIOVEZAN COM. EQUIP. E GASES INDUSTRIAS LTDA
Valor : 21.220,00 (vinte e um mil duzentos e vinte reais)
Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 160/2014
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE OXIGENIO MEDICINAL PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICIPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FMS) DURANTE O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AT15PMF03

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF03
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Valor : 104.560,00 (cento e quatro mil quinhentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 30/04/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2014
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE TUBOS E CANALETAS DE CONCRETO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICIPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTE (SANEFRAI, FMS E FME) NO PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AT15PMF04

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF04
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DELCIR BOESING ME
Valor : 86.100,00 (oitenta e seis mil e cem reais)
Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 30/04/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2014
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE TUBOS E CANALETAS DE CONCRETO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICIPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTE (SANEFRAI, FMS E FME) NO PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AT15PMF05

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF05
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Valor : 58.796,00 (cinquenta e oito mil setecentos e noventa e seis reais)
Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 30/04/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2014
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE TUBOS E CANALETAS DE CONCRETO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICIPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTE (SANEFRAI, FMS E FME) NO PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AT15PMF06

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF06
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA
Valor : 293.055,50 (duzentos e noventa e três mil e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 31/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 155/2014
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FRAIBURGO, DURANTE OS MESES DE JANEIRO A MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AT15PMF07
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF07
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL
Valor : 214.999,90 (duzentos e quatorze mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 31/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 155/2014
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FRAIBURGO, DURANTE OS MESES DE JANEIRO A MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AT15PMF08
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF08
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP
Valor : 413.779,85 (quatrocentos e treze mil setecentos e setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 31/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 155/2014
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FRAIBURGO, DURANTE OS MESES DE JANEIRO A MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001_2015 FMS
AVISO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2015 - FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC

O Município de Fraiburgo - SC, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica que está procedendo ao chamamento público de entidade Pública, Filantrópica ou Privada prestadora de serviços de saúde interessadas na prestação de serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde do Município de Fraiburgo. Objeto e Vigência: Chamada Pública de empresas do ramo, prestadora de serviços de confecção de próteses dentárias dos tipos descritos na tabela 01 (anexo ao Edital), cuja relação de procedimentos e valores encontram-se discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de saúde - SUS no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, para o período de fevereiro a dezembro de 2015. Prazo para Habilitação: a partir desta publicação até o dia 19.02.2015.

Fraiburgo (SC), 16 de janeiro de 2015.
Nilce Pinz
Secretária Municipal de Saúde.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001_2015 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2015 - SF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2015 - SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2015, cujo objeto é a locação de um poço artesiano para abastecimento de água do bairro Liberata, de propriedade da Sra. ELY SIRLEI DE ANDRADE, inscrita no CPF sob nº 737.618.349-34, no valor total de R\$ 10.315,50 (dez mil, trezentos e quinze reais e cinquenta centavos), durante o período de 15 de janeiro de 2015 à 31 de dezembro de 2015, sendo R\$ 448,50 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos) ao proporcional de janeiro e as demais parcelas mensais no valor de R\$ 897,00 (oitocentos e noventa e sete reais), nos termos do artigo 25, caput, da Lei 8.666/93.

Fraiburgo (SC), 15 de janeiro de 2015.
Eloi Regalin
Presidente da SANEFRAI

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002_2015-AGF

Aviso da Inexigibilidade de Licitação 0002/2015-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0005/2015 - PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2015 - PMF

O Município de Fraiburgo - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público, com fundamento no art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2015, cujo objeto é a contratação da empresa AGF - ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA., inscrita no CNPJ de nº 03.910.392/0001-14, para prestação de serviços de operacionalização de 9 (nove) geradores de solo para combate ao granizo, instalados nas Localidades: Linha Moraes - Barro Preto; Vila Reflor - Butiá Verde; Faxinal dos Domingues; Assentamento Rio Mansinho; São Braz; Nossa Senhora de Saúde, Barro Preto; Baía e Taboão, no município de Fraiburgo, durante o período de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, no valor total de R\$ 141.351,91 (cento e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e um centavos, a serem pagos em 11 (onze) parcelas mensais de R\$ 11.770,72 (onze mil, setecentos e setenta reais e setenta e dois centavos) e uma de R\$ 11.873,92 (onze mil, oitocentos e setenta e três centavos e noventa e dois centavos),

Fraiburgo(SC), 02 de janeiro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002_2015-RP 0002 FME

Aviso do Pregão Presencial nº 0002/2015 - FME
Registro de Preços Nº 0002/2015 - FME
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de medalhas e troféus para premiação aos vencedores das

competições promovidas e/ou patrocinadas pela FME. Validade da Ata de Registro de Preços: Fevereiro a Dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 30.01.2015. Abertura: as 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de janeiro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003_2015-RP 0003 FME

Aviso do Pregão Presencial nº 0003/2015 - FME
Registro de Preços Nº 0003/2015 - FME
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO visando a contratação de empresa do ramo para a realização de serviços de arbitragens e de mesários dos campeonatos municipais, jogos escolares e amistosos deste município. Validade da Ata de Registro de Preços: Fevereiro a Dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 30.01.2015. Abertura: as 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de janeiro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

CT15PMF01 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF01
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: INFO DIGITALL-SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS P/ GESTÃO DOC
Valor : 3.874,92 (três mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015
Objeto : O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GEDOC (GERENCIADOR ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS) SOB A FORMA DE LICENÇA DE USO, NÃO EXCLUSIVA, EM AMBIENTE WINDOWS. O SISTEMA DESTINA-SE AO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO E DIGITALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

CT15PMF02 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF02
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME
Valor : 4.512,00 (quatro mil quinhentos e doze reais)

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015
Objeto : O PRESENTE INSTRUMENTO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO MENSAL DO SITE MUNICIPAL
WWW.FRAIBURGO.SC.GOV.BR.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

CT15PMF03 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF03
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: ALTINO LUIZ MIGUEL
Valor : 6.192,00 (seis mil cento e noventa e dois reais)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015
Objeto : O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, CONSERTOS, REVISÕES E ADAPTAÇÕES REFERENTE A MANUTENÇÃO DE TRANSMISSORAS DE TELEVISÃO DA "REDE RECORD" E "CANÇÃO NOVA", NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

PORTARIA Nº 0176/2015

PORTARIA N.º 0176, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2013, homologado pelo decreto 310/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOEL WORMA DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 037.024.719-10, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 26 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0177/2015

PORTARIA N.º 0177, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 0662, de 15 de janeiro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, com conseqüente redução de remuneração, a carga horária do

servidor LUCAS RAFAEL RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 041.654.339-18, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, no período de 02 de fevereiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0178/2015

PORTARIA Nº 0178, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0002/2015 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FATIMA APARECIDA DAVE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 026.320.579-73, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA15PMF01

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF01 - Contrato Nº: CT14PMF108

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada....: A.R.G INDUSTRIAL LTDA

Valor : 29.054,20 (vinte e nove mil e cinquenta e quatro reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 07/02/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA

“B” E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA ACRÉSCIMO NO VALOR DE R\$ 29.054,20 (VINTE E NOVE MIL, CINQUENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS), DETALHADAS NA PLANILHA DE ADITIVO CONTRATUAL E AUTORIZADA PELA ENGENHEIRA FISCAL DA OBRA, NOS TERMOS DOS DOCUMENTOS ANEXOS.

Fraiburgo, 16 de Janeiro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

Galvão

PREFEITURA

EXTRATO TA 01

Contrato Nº: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2014

Contratante: Município de Galvão

Contratada: POZZER E PREZOTTO LTDA ME

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Carta Convite nº 001/2014

Objeto: Fica alterado a cláusula segunda do Contrato 024/2014, no que se refere a vigência.

Contrato Nº: III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2013

Contratante: Município de Galvão

Contratada: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME.

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Objeto: Fica alterado a cláusula segunda do Contrato 007/2013, no que se refere a vigência.

Contrato Nº: III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2013

Contratante: Município de Galvão

Contratada: GILBERTO PASSOS LIMA JUNIOR ME - UNIVIDA

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Tomada de Preço nº 001/2013

Objeto: Fica alterado a cláusula segunda do Contrato 005/2013, no que se refere a vigência

Contrato Nº: III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2013

Contratante: Município de Galvão

Contratada: ANDRÉ EMANUEL LUNKES DE OLIVEIRA ME

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Tomada de Preço nº 001/2013

Objeto: Fica alterado a cláusula segunda do Contrato 006/2013, no que se refere a vigência

Contrato Nº: II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014

Contratante: Município de Galvão

Contratada: BENETTI E FERRARI TRANSPORTES LTDA ME

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Pregão Presencial nº 005/2014

Objeto: Fica alterado a cláusula segunda do Contrato 005/2014, no que se refere a vigência

Contrato Nº: III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2013

Contratante: Município de Galvão

Contratada: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Pregão Presencial nº 002/2013

Objeto: Fica alterado a cláusula segunda do Contrato 023/2013, no que se refere ao prazo.

Contrato Nº: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2013

Contratante: Município de Galvão

Contratada: ALTAIR FABRO E CIA LTDA ME

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Pregão Presencial nº 015/2013

Objeto: Fica alterado a cláusula segunda do Contrato 0079/2013, no que se refere à vigência.

Contrato Nº: II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2013

Contratante: Município de Galvão

Contratada: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA ME

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Pregão Presencial nº 015/2013
Objeto: Fica alterado a clausula segunda do Contrato 080/2013, no que se refere à vigência.

Contrato Nº: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2013
Contratante: Município de Galvão
Contratada: VANDERLEI DE FREITAS ME
Vigência: Inicio: 01/01/2015 Termina: 31/12/2015
Licitação: Pregão Presencial nº 015/2013
Objeto: Fica alterado a clausula segunda do Contrato 081/2013, no que se refere à vigência.

EXTRATO TA 076/2013, 049, 050, 051, 052, 053 DE 2014, CONTRATO 101/2014

Contrato Nº: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2014
Contratante: Município de Galvão
Contratada: AGROTER CONSTRUTORA LTDA
Vigência: Inicio: 01/01/2015 Termina: 31/12/2015
Licitação: Tomada de Preço nº 001/2014
Objeto: Fica alterado a clausula sexta do Contrato 049/2014, no que se refere ao prazo.

Contrato Nº: II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2014
Contratante: Município de Galvão
Contratada: QUARK ENGENHARIA LTDA.
Vigência: Inicio: 01/01/2015 Termina: 31/12/2015
Licitação: Tomada de Preço nº 001/2014
Objeto: Fica alterado a clausula segunda do Contrato 050/2014, no que se refere a vigência.

Contrato Nº: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2014
Contratante: Município de Galvão
Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO TRANSPORTES E INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME.
Vigência: Inicio: 01/01/2015 Termina: 31/12/2015
Licitação: Pregão Presencial nº 008/2014
Objeto: Fica alterado a clausula segunda do Contrato 051/2014, no que se refere a vigência

Contrato Nº: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2014
Contratante: Município de Galvão
Contratada: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA.
Vigência: Inicio: 01/01/2015 Termina: 31/12/2015
Licitação: Pregão Presencial nº 008/2014
Objeto: Fica alterado a clausula segunda do Contrato 052/2014, no que se refere a vigência

Contrato Nº: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2014
Contratante: Município de Galvão
Contratada: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI ME.
Vigência: Inicio: 01/01/2015 Termina: 31/12/2015
Licitação: Pregão Presencial nº 008/2014
Objeto: Fica alterado a clausula segunda do Contrato 053/2014, no que se refere à vigência.

Contrato Nº: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2013
Contratante: Município de Galvão
Contratada: CONSTRUTORA VILLANI LTDA ME.
Vigência: Inicio: 01/01/2015 Termina: 31/12/2015
Licitação: Tomada de Preço nº 004/2013
Objeto: Fica alterado a clausula segunda do Contrato 076/2013, no que se refere a vigência

Contrato Nº: 101/2014
Contratante: Município de Galvão
Contratada: CONSESP - CONCURSOS, RESIDENCIAS MEDICAS,

AVALIAÇÕES E PESQUISAS LTDA.

Vigência: Inicio: 19/12/2014 Termina: 19/06/2015

Licitação: Tomada de Preço (técnica e preço) nº 006/2014

Objeto: prestação de serviços para elaboração do edital e realização/execução de processo seletivo público, para os quadros de servidores públicos temporários o município de Galvão - SC.

Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) Contrato n 100/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: GARBIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor: 18.430,95 (dezoito mil quatrocentos e trinta reais noventa e cinco centavos)

Vigência: Inicio: 26/11/2014 Término: 31/12/2015

Licitação: Tomada de Preço N 005/2014

Recursos: Dotação

Objeto: CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA EM PEDRA DUPLADA A SER EXECUTADA SOBRE O RIO SAUDADINHA NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE GALVÃO.

Contrato Nº: SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2013

Contratante: Município de Galvão

Contratada: CLEBER PARIS.

Licitação: Pregão Presencial nº 001/2013

Objeto: Fica alterado a clausula segunda do Contrato 008/2013, no que se refere ao valor contratual.

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 14/2015; IL nº. 003/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: Rogerio Ribeiro Santos ME; CNPJ nº: 07.860.044/0001-30; Objeto: Contratação de empresa para realização do evento Garopaba Sem Stress (Projeto verão 2015) que ocorrerá de 17/01 à 10/02/2015 no Município de Garopaba; Data da Assinatura: 16/01/2015.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE 004/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 004/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de Água e Gás, para atender as Secretárias Administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 29/01/2015. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 29/01/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 16 de janeiro de 2015.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE 005/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo fornecimento parcelado de sacos de asfalto com aplicação a frio, para uso da Secretária de Infra Estrutura e Serviços Urbanos na manutenção de ruas e estradas não pavimentadas do Município. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 17h00min do dia 29/01/2015. A sessão pública será realizada a partir das 17h10min do dia 29/01/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 16 de janeiro de 2015.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 253/2014

Retificação do Extrato da Dispensa de Licitação nº 253/2014, Publicado no DOM em 22/12/2014, Edição 1645, página 247, conforme segue:

Dispensa de Licitação nº 253/2014

Onde se lê: Valor Total Julgado: R\$ 30.877,92 (trinta mil, oitocentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos). Leia-se: Valor Total Julgado: R\$ 7.719,48 (sete mil, setecentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 16 de janeiro de 2015.

Márcia Adriana Cansian

Gestora do FMS

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 254/2014

Retificação do Extrato da Dispensa de Licitação nº 254/2014, Publicado no DOM em 22/12/2014, Edição 1645, página 247, conforme segue:

Dispensa de Licitação nº 254/2014

Onde se lê: Valor Total Julgado: R\$ 17.869,44 (dezessete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos). Leia-se: Valor Total Julgado: R\$ 4.467,36 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos)

Gaspar/SC, 16 de janeiro de 2015.

Márcia Adriana Cansian

Gestora do FMS

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-129/2014

Retificação do Extrato do Contrato nº 129/2014, Publicado no DOM em 22/12/2014, Edição 1645, página 248, conforme segue: EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-129/2014

Onde se lê: INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Leia-se: INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENC-TO.: 31/03/2015. Onde se lê: VALOR TOTAL: R\$ 30.877,92 (trinta mil, oitocentos e setenta e sete mil reais e noventa e dois centavos). Leia-se: R\$ 7.719,48 (sete mil, setecentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 16 de janeiro de 2015.

Márcia Adriana Cansian

Gestora do FMS

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-130/2014

Retificação do Extrato do Contrato nº 130/2014, Publicado no DOM em 22/12/2014, Edição 1645, página 248, conforme segue: EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-130/2014

Onde se lê: INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Leia-se: INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENC-TO.: 31/03/2015. Onde se lê: VALOR TOTAL: R\$ 17.869,44 (dezessete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos). Leia-se: R\$ 4.467,36 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos).

Gaspar/SC, 16 de janeiro de 2015.

Márcia Adriana Cansian

Gestora do FMS

Governador Celso Ramos**SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****PORTARIA Nº 008/2015**

PORTARIA Nº 008/2015

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Prorrogar o Contrato nº 007/2014, por mais 1 (um) ano, conforme Processo Seletivo nº 001/2013 o Sr.: EZIO ARI ALVES para o Cargo de ESCRITURÁRIO do SAMAE.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 16 de Janeiro de 2015.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

TERMO ADITIVO 005/2015

TERMO ADITIVO 005/2015

CONTRATO Nº 007/2014

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE, Entidade Jurídica de Direito Público, registrada no CNPJ sob o nº 74.047.341/0001-59, com sede na Avinda Bela Vista S/N bairro Calheiros no Município de Governador Celso Ramos - SC, neste ato representada pelo seu diretor ALCIDES PEREIRA, brasileiro, Servidor Público, CPF nº 888.634.199-34, residente e domiciliado neste município contratante, e o Srº EZIO ARI ALVES, brasileiro, solteiro, CPF 092.165.849-47, residente em Canto dos Ganchos no município de Governador Celso Ramos - SC, Contratado, firmam o presente Termo de acordo com as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Fica prorrogado por mais um período de 12 meses iniciando-se em 17 de Janeiro de 2015 a 17 de Janeiro de 2016.

Parágrafo Primeiro: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

GOVERNADOR CELSO RAMOS, 16 de Janeiro de 2015.

EZIO ARI ALVES ALCIDES PEREIRA

ESCRITURÁRIO DIRETOR GERAL SAMAE

Grão Pará**PREFEITURA****DECRETO DF 004/2015 - ORÇAMENTO**

DECRETO DF N. 004, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ÉLIO MÜLLER BRATTI, Prefeito em Exercício de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.03	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
2.039	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
3.3.90.00. 00.			
00. 00. 00.3165	Aplicações Diretas	R\$	7.630,48

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
3165	Transf. Estado - At. Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar – Estadual – Superávit Financeiro	R\$	7.630,48

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,

15 de Janeiro de 2015.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 15 de Janeiro de 2015.

ROSILDA PERIN BÖGER

Chefe de Gabinete

DECRETO DF 003/2015 - ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000003/15 de 9 de Janeiro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

(007)3.3.93.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos 660,00

Total Suplementação: 660,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

(006)3.3.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas 660,00

Total Anulação: 660,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 9 de Janeiro de 2015.

ÉLIO MULLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 9 de Janeiro de 2015.

ROSILDA PERIN BÖGER

Chefe de Gabinete

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 07.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 07/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
Contratada...: RADIO RAO DE LUZ LTDA - EPP
Valor : 61.800,00 (sessenta e um mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 16/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 135/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO COM INSERÇÃO DE UM MINUTO DIÁRIO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA E MAIS QUINZE MINUTOS SEMANAIS, AOS SABADOS, A PARTIR DO MEIO DIA DE PROGRAMA DE RÁDIO E SERVIÇOS AVISOS E ANÚNCIOS DE UTILIDADE PÚBLICA.

EXTRATOS CONTRATO 05, 06, 07, 08.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 05/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: ELENICE PILLON DE OLIVEIRA - ME
Valor : 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais)
Vigência : Início: 16/01/2015 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO - GERAIS E ESPECIALIZADOS DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA. OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS - ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO 50/2014 MODALIDADE CREDENCIAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.
Contratada...: ELENICE PILLON DE OLIVEIRA - ME
Vigência : Início: 16/01/2015 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação:

Contrato Nº.: 06/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS HOFFMANN LTDA - M
Valor : 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais)
Vigência : Início: 16/01/2015 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO - GERAIS E ESPECIALIZADOS DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA. OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS - ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO 50/2014 MODALIDADE CREDENCIAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.
Contratada...: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS HOFFMANN
Vigência : Início: 16/01/2015 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação:

Contrato Nº.: 07/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: ASSOCIACAO BENEFICIENTE HOSPITAL SAO LUCAS
Valor : 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais)
Vigência : Início: 16/01/2015 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO - GERAIS E ESPECIALIZADOS DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA. OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS - ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO 50/2014 MODALIDADE CREDENCIAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.
Contratada...: ASSOCIACAO BENEFICIENTE HOSPITAL SAO LUCAS
Vigência : Início: 16/01/2015 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação:

Contrato Nº.: 08/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: CIS-AMEOSC-CONSORCIO INTERM. SAÚDE DO EXTREMO OEST
Valor : 175.274,40 (cento e setenta e cinco mil duzentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 16/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSORCIO DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1.2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2015
PROCESSO Nº 6/2015 HOMOLOGAÇÃO: 16/01/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSORCIO DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

CONTRATADO: CIS-AMEOSC-CONSORCIO INTERM. SAÚDE DO EXTREMO OEST
VALOR DA DESPESA: R\$ 175.274,40 (cento e setenta e cinco mil duzentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 135

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2014

PROCESSO Nº 171/2014 HOMOLOGAÇÃO: 16/01/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO COM
INSERÇÃO DE UM MINUTO DIÁRIO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA
E MAIS QUINZE MINUTOS SEMANAIS, AOS SABADOS, A PARTIR
DO MEIO DIA DE PROGRAMA DE RÁDIO E SERVIÇOS AVISOS E
ANÚNCIOS DE UTILIDADE PÚBLICA.

CONTRATADO: RADIO RAO DE LUZ LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 61.800,00 (sessenta e um mil e
oitocentos reais)**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 50.2014
CREDENCIAMENTO EXAMES 2015**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2014

PROCESSO Nº 50/2014 HOMOLOGAÇÃO: 16/01/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

OBJETO: SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORA-
TÓRIO CLÍNICO - GERAIS E ESPECIALIZADOS DESTINADOS AOS
PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARA-
CIABA. OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS - ATRAVÉS
DE PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CREDENCIAMENTO
PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

CONTRATADOS: ELENICE PILON DE OLIVEIRA LTDA ME, ASSO-
CIAÇÃO BENFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS, LABORATÓRIO DE
ANÁLISES CLÍNICAS HOFFMANN LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 133,000,00 (cento e trinta e três mil
reais)**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 01.15 CONTRATAÇÃO
DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICI-
PAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde,
usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Fe-
deral 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520
de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 07/15, Edital de Pre-
gão Nº 01/15, Objeto: Contratação de Empresa para prestar Ser-
viços de Plantão Médico; recebimento de propostas até às 14:00
horas do dia 29/01/15; a abertura do Edital será às 14:00 horas
do dia 29/01/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da
Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaracia-
ba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no
Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30
e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 16 de janeiro 2015.

Sirlei Maria Scalco Ceretta,

Ordenadora do FMS

Herval d'Oeste**PREFEITURA****PORTARIA Nº 075/2015**

PORTARIA Nº 075/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no
uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei
Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, a Servidora CLAUDETE TERE-
ZINHA DRI (Matr. 3400) ocupante do Cargo de Provisão em
Comissão DIRETOR DE ESCOLA, Nível -DAS-1, 40 horas semanais,
Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período
aquisitivo compreendido entre 02 de fevereiro de 2013 e 05 de
fevereiro de 2014, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro
de 2015 a 31 de janeiro de 2015, de conformidade com o que
preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto
de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de janeiro de 2015

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 076/2015

PORTARIA Nº 076/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no
uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei
Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Exonerar a Pedido, a Servidora LUCIANI RODRIGUES (Matr. 2927),
a contar de 16 de Janeiro de 2015, a qual exercia o Cargo de Pro-
visão em Comissão de GERENTE DE CULTURA, Nível - DAS-2,
com carga horária de (40) quarenta horas semanais, anexo XI
da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei
Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho
era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de
Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Janeiro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual publicação de atos oficiais do Município de Herval d'Oeste em jornal de circulação estadual com abrangência no Estado de Santa Catarina, comprovado pelo Instituto Verificar de Circulação (IVC), com edições diárias de segunda-feira até domingo, em fonte Arial, tamanho 08. pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até as 14h00min horas do dia 30/01/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 16 de janeiro de 2015

NELSON GUINDANI

Prefeito

IPREVI/HO

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 01/2015

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA LÚCIA DAS GRAÇAS VETORI GUARAGNI, CEDIDA AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D' OESTE (SC) - IPREVI-HO."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei Complementar nº 281/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste;

Considerando o período aquisitivo compreendido entre 01.12.2013 a 30.11.2014;

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares à Servidora Lúcia das Graças Vetori Guaragni, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico Tributário Financeiro, Nível 11, Classe "L", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder

Executivo Municipal, cedida ao IPREVI-HO pela Portaria nº 902 de 01/12/2005 para exercer as funções de Diretora Financeira; referente ao período aquisitivo supracitado, com gozo no período de 05 a 24 de janeiro de 2015.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 01/2014.

Herval d' Oeste (SC), 05 de janeiro de 2015.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 02/2015

RESOLUÇÃO Nº 002/2015

"CONCEDE REAJUSTE ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE, CONCEDIDOS NA FORMA DA LEI, COM E SEM PARIDADE, AOS BENEFÍCIOS MAJORADOS POR FORÇA DA ELEVAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E/OU EQUIVALENTES AO SALÁRIO MÍNIMO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto na Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 60 e 61 da Lei Complementar 179/2005 e suas alterações;

Considerando o disposto no art. 51, § 1º, da Lei Complementar 281/2011;

Considerando o disposto na Portaria Interministerial MPS/MF nº 13 de 09.01.2015 - D.O.U. de 12.01.2015;

RESOLVEM:

Art. 1º - Reajustar os proventos de aposentadoria e pensão por morte, com e sem paridade, equivalentes ao piso salarial nacional e/ou do Ente no mês de janeiro de 2015, no valor de R\$ 788,00 (Setecentos e oitenta e oito reais) para os benefícios concedidos até Dezembro de 2014;

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 003/2014.

Herval d' Oeste (SC), 15 de janeiro de 2015.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 026/2014

RESOLUÇÃO Nº 026/2014

"CONCEDE O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE AOS DEPENDENTES LEGAIS DO EX-SERVIDOR ARY CHAITEI EM DECORRÊNCIA DE SEU ÓBITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando as Portarias nº 1153 e nº 1208 de 04.09.2014;

Considerando o óbito do servidor, Sr. Ary Chaitel, ocorrido em 16.10.2014;

Considerando o requerimento da Sra. Juraci Mariani de Souza datado de 31.10.2014;

Considerando o requerimento da Sra. Izanete dos Santos Chaitel e representante de Lucas Rafael dos Santos Chaitel (filho) datado de 28.10.2014;

Considerando o disposto nos artigos 46, 47, 48, 51 e 52 da LC nº 179/2005;

Considerando o disposto no art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal;

Considerando o parecer da procuradora do municipal de 24.11.2014;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a pensão alimentícia judicial à Juraci Mariani de Souza (Autos nº 037.99.005894-4), equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da última remuneração de ativo do servidor falecido Ary Chaitel, desde 16 de outubro do corrente;

Art. 2º Depositar em conta espólio os 75% (setenta e cinco por cento) restantes a título de pensão por morte aos dependentes até a manifestação oficial judicial sobre a distribuição de cotas aos dependentes requerentes;

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 24 de novembro de 2014.

JAQUELINE RAZERA
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA
Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 027/2014

RESOLUÇÃO Nº 027/2014

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA COMUM, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PARIDADE, A SERGIO COMARETTO."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando que o servidor Sergio Comaretto recebeu indicação

de perícia médica para Aposentadoria por Invalidez Permanente;

Considerando a Resolução IPREVI-HO nº 015 de 12.07.2007 que "aprova o regulamento para avaliação de incapacidade laboral pela Perícia Médica";

Considerando a incapacidade laborativa do servidor em caráter definitivo, devidamente atestada por exames médicos-periciais do IPREVI-HO, através dos Profissionais Médicos Especialistas em Medicina do Trabalho e em Ortopedia, como portador de doença incapacitante;

Considerando o Parecer Conclusivo da Junta Médica; e

Considerando a Portaria nº 1294 de 01 de dezembro de 2014;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal c/c art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria por Invalidez Permanente, decorrente de Doença Comum, ao Servidor Sr. Sergio Comaretto, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência - "G", 40 horas semanais, com proventos proporcionais ao período contributivo, com paridade; a partir de 01 de dezembro de 2014;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 02 de dezembro de 2014.

JAQUELINE RAZERA
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA
Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 028/2014

RESOLUÇÃO Nº 028/2014

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES À ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, COM PARIDADE, À SERVIDORA LÍDIA SALETE CERVELIN."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, formalizado pela servidora Lídia Salette Cervelin em 09.10.2014;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 955, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 1.362 de 17.12.2014;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 6º da EC nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - COMUM, à Servidora Lídia Salette Cervelin, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - B, Classe "H", 40 horas semanais, com proventos integrais equivalendo à última remuneração e paridade; a partir de

18 de dezembro de 2014;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 19 de dezembro de 2014.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 03/2015

RESOLUÇÃO Nº 003/2015

"CONCEDE REAJUSTE ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE, CONCEDIDOS NA FORMA DA LEI, AOS BENEFÍCIOS SEM PARIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 40 da Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 60 e 61 da Lei Complementar 179/2005 e suas alterações;

Considerando o disposto na Portaria Interministerial MPS/MF nº 13 de 09.01.2015 - D.O.U. de 12.01.2015;

RESOLVEM:

Art. 1º Reajustar os proventos de aposentadoria e pensão por morte sem paridade no mês de janeiro de 2015, conforme índices distintos definidos pelo REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL na Portaria Interministerial do MPS/MF nº 13 de 09 de janeiro de 2015, o reajuste de 6,23% (seis inteiros e vinte e três décimos por cento) para os benefícios concedidos até Janeiro de 2014;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 004/2014.

Herval d' Oeste (SC), 15 de janeiro de 2015.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 04/2015

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES A ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, COM PARIDADE, AO SERVIDOR MANOEL ANTUNES DA SILVA."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, formalizado pelo servidor Manoel Antunes

da Silva em 03.12.2014;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 968, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 1.467 de 30.12.2014;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 3º da EC nº 47/2005 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - COMUM, ao Servidor Manoel Antunes da Silva, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Classe "L", 40 horas semanais, com proventos integrais equivalendo à última remuneração e paridade; a partir de 05 de janeiro de 2015;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 15 de janeiro de 2014.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 05/2015

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES A ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, COM PARIDADE, AO SERVIDOR LUIZ DE OLIVEIRA."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, formalizado pelo servidor Luiz de Oliveira em 03.12.2014;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 965, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 1.466 de 30.12.2014;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 6º da EC nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - COMUM, ao Servidor Luiz de Oliveira, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Classe "E", 40 horas semanais, com proventos integrais equivalendo à última remuneração e paridade; a partir de 05 de janeiro de 2015;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 15 de janeiro de 2014.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

Ibiam

PREFEITURA

PL 002 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015
SRP: 001/2015

O MUNICIPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para registro de preços, visando futuras possíveis aquisições parceladas, de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar, para o CEET e Creche Municipal, para o período de doze meses.

Entrega dos envelopes: 30/01/2015 até as 07:10 horas

Abertura dos envelopes: 30/01/2015 às 07:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor preço Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 as 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiam, 16 de janeiro de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

PL 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

O MUNICIPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial PA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO DE 2015.

Entrega dos envelopes: 30/01/2015 até as 11:00 horas

Abertura dos envelopes: 30/01/2015 às 13:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor preço Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 as 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiam, 16 de janeiro de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

PL 004 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços profissionais de Psicopedagogo(a) para atuar no Município de Ibiam, junto a Secretaria de Educação, durante o ano de 2015.

Entrega dos envelopes: 30/01/2015 até às 13:00 horas

Abertura dos envelopes: 30/01/2015 às 13:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 16 de Janeiro de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota**PREFEITURA****AVISO LICITAÇÃO PRG 008 - 2015 MULTIENTIDADES
- REGISTRO DE PREÇO - COMBUSTÍVEL**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015 – MULTIENTIDADES

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Educação

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Esporte

Fundação Municipal Cultural

SETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO Registro de Preço para aquisição de Gasolina Comum e Óleo Diesel, incluso os serviços de frentista, destinado ao abastecimento da frota de veículos das Secretarias Municipais desta Prefeitura, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 30/01/2015 às 10:00 hs (dez horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 30/01/2015 às 10:00 hs (dez horas), após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA

PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 19 de janeiro de 2015.

Imaruí**PREFEITURA****LEI Nº. 1.843 DE 16 DE MARÇO DE 2015.**

LEI Nº. 1.843 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruá, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no art.60, I da Lei Orgânica do Município de Imaruá, e considerando o disposto no art.37, X da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal nº. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, e do Decreto nº. 8.381, de 29 de dezembro de 2014, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - A partir de 1º de janeiro de 2015, o valor do Salário Mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Imaruá, SC, terá o seu valor equiparado aos valores do Salário Mínimo vigente, de acordo com as Normativas Federais, sobretudo, em consonância com o Decreto n.8.381, de 29 de dezembro de 2014, as disposições do art. 75, I da Lei Orgânica Municipal e do art. 53, parágrafo único do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imaruá, SC, 16 de março de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 006, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 006, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

AUTORIZA DEMOLIÇÃO DE EDIFICAÇÃO DE IMÓVEL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruá, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à demolição da edificação do imóvel do Patrimônio Público Municipal denominado "Pré Escolar 7 anões", matriculado sob o nº. 1.219, do Livro L3 - A, Folha 71, Registro de Imóveis da Comarca de Imaruá, localizado na Avenida Vereador Alceu Rochadel da Silva, s/nº, Florestal, neste Município.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar parcerias com Associações Comunitárias e/ou Filantrópicas a fim de destinar os materiais resultantes das referidas demolições, ficando vedado à distribuição a particulares, através de ato próprio.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente do município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Imaruá, 16 de janeiro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 007, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 007, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e

Considerando que o Município de Imaruí aderiu ao Plano Estadual de Regularização Fundiária com o Estado de Santa Catarina e ao Projeto Lar Legal, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Considerando a necessidade de formar uma comissão municipal de regularização fundiária, para ser o elo de ligação, entre o Município, o Estado de Santa Catarina e demais órgãos de governo ou privados e empresa credenciada e contratada, para a efetiva regularização fundiária no território municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, composta pelos seguintes membros:

- I - Secretaria de Promoção Social: Sabrina Feliciano da Conceição;
- II - Secretaria de Planejamento e Gestão: Wander Luiz da Rocha Flor;
- III - Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos: Gercínio Rosa;
- IV - Procuradoria Jurídica: Evelyn Scapin; e
- V - Setor de Tributos: Robson da Silva Fernandes.

Parágrafo único: A presidência da Comissão será exercida pelo representante da secretaria de Promoção Social.

Art. 2º Compete a Comissão de Regularização Fundiária:

- I - localizar as áreas públicas ou privadas que necessitam de regularização fundiária, no âmbito do Município de Imaruí;
- II - manter ligação com a empresa contratada nos termos do Edital de Credenciamento 0046/2012 SST/SC, para a efetivação da regularização fundiária;
- III - fornecer os dados solicitados pela empresa contratada pelo Estado de Santa Catarina, para a efetivação da regularização fundiária;
- IV - cumprir e fazer cumprir as obrigações objeto do Edital de Credenciamento 0046/2012 SST/SC e seus termos;
- V - praticar todos os atos necessários para a efetivação das áreas, objetos de regularização fundiária;
- VI - contribuir com sugestões, visando o bom andamento dos trabalhos.

Art. 3º As despesas decorrentes deste ato ocorrerão pelo orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 16 de janeiro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.844, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº. 1.844, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, AO HOSPITAL DE CARIDADE E MATERNIDADE SÃO JOÃO BATISTA DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autoriza a repassar até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) a título de recursos financeiros, mediante celebração de convênio ao Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.203.132/0001-00, com sede na Avenida Celso Ramos, n.14, Centro, Imaruí/SC.

I - O valor mencionado no caput deste artigo será pago em até 02 (duas) parcelas, iguais e sucessivas, de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) cada.

II - o repasse será realizado, mediante transferência bancária para a conta corrente de titularidade da instituição beneficiada.

III - A efetividade do repasse financeiro fica condicionada à existência de recursos, consignados no Orçamento Municipal.

Art. 2º. Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear as despesas advindas da manutenção dos serviços prestados pela entidade, principalmente aqueles relacionados ao atendimento médico de urgência e emergência do Hospital.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Fundo Municipal de Saúde, Projeto Atividade 2.050, Órgão 16, conforme segue:

3.3.50.43.00.00.00.00 0.1.000.000000

Subvenções Sociais

Art. 4º- A entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas legais aplicáveis à matéria, sobretudo, em consonância com as disposições do Decreto municipal nº01/2014;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, 16 de janeiro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 001.2015

DECRETO PMI Nº 001, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
4.4.90.00.00.00.00.00.		
00.03.0000 (0011)	Aplicações Diretas	80.000,00
Total		80.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro de recursos próprios apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - interino

DECRETO PMI Nº 329, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde- SEMU-SA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - saúde pública e medicina preventiva;
- II - atividades médicas e odontológicas;

- III - educação para a saúde;
- IV - administração ambulatorial e controle hospitalar;
- V - vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;
- VI - gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- VII - assistência básica à saúde;
- VIII - controle, regulação, avaliação e auditoria.
- IX - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal;

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Gerência Geral de Saúde Pública
- b) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde
 - 1. Gerência de Controle Administrativo
 - 2. Gerência de Compras
 - 2.1. Coordenadoria de Suprimentos
 - 2.2. Coordenadoria de Planejamento
 - 2.2.1. Supervisão de Arquivo
 - 2.2.2. Supervisão de Transporte e Pacientes
 - 3. Gerência de Manutenção de Bens Imóveis
 - 4. Gerência do Fundo Municipal de Saúde
 - 5. Gerência de Logística de Suprimentos
- b) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
 - 1. Auditoria Técnica
 - 1.1. Supervisão de Controle da Auditoria
 - 1.1.2. Coordenadoria de Atenção Básica
 - 1.1.3. Programa de Melhoria da Atenção Básica
 - 1.1.3.1. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar
 - 2. Gerência da Estratégia de Saúde da Família
 - 3. Departamento de Controle dos Centros de Referência de Saúde
 - 3.1. Supervisão do Centro de Referência de Saúde da Mulher
 - 3.2. Supervisão do Centro de Referência de Saúde do Homem
 - 3.3. Supervisão do Posto de Atendimento Médico Municipal - PAMM
 - 3.4. Supervisão de Urgências e Emergência
 - 4. Gerência de Apoio à Saúde da Família
 - 4.1. Supervisão do Programa Saúde na Escola
 - 5. Gerência dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF
 - 6. Departamento de Serviços de Referência em Saúde
 - 6.1. Coordenação Executiva da Policlínica
 - 6.2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas
 - 6.3. Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO
 - 7. Departamento de Prevenção e Combate às Drogas
 - 7.1. Coordenadoria do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS
 - 8. Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica
 - 8.1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
 - 8.2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV
 - 8.2.1. Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti
 - 8.3. Coordenadoria de vigilância Sanitária e Ambiental
 - 8.3.1. Supervisão de Combate a Endemias
 - 8.3.2. Supervisão de Controle de Zoonoses
 - 8.3.3. Supervisão de Fiscalização Sanitária
 - 8.4. Coordenadoria de Saúde do Trabalhador e Vigilância Nutricional
 - 8.5. Coordenadoria de Assistência Farmacêutica
 - 8.5.1. Supervisão da Farmácia Básica - SFB
 - 8.5.2. Supervisão de Medicamentos e Insumos Estratégicos
 - 9. Gerência de Programas e Ações Estratégicas

III - órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenadoria	2	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) III	Assessoria	3	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	10	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	10	50% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	15	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 329, de 30 de dezembro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2015.

Imbituba, de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública - Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº /2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- saúde pública e medicina preventiva;
- atividades médicas e odontológicas;
- educação para a saúde;
- administração ambulatorial e controle hospitalar;
- vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;
- gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- assistência básica à saúde;
- controle, regulação, avaliação e auditoria.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;

- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;

- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação

própria ou de outros agentes públicos;

- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.

-apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos,

programas e projetos setoriais da pasta;

- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao

órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

EXTRATO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS 2015/003

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS 2015/003

Contratada: ABENP - HOSPITAL SÃO CAMILO

C.N.P.J: 02.765.097/0016-37

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

Valor: R\$ 1.966.008,00 Prazo: 31/03/2015

Fundamento: Processo nº. 06/2015 Inexigibilidade 02/2015

Imbituba, 14 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal Interino de Saúde

Contratante

Abenp - Hospital São Camilo

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: CONTRATO DE RATEIO 2015/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO DE RATEIO 2015/01

Contratada: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL

C.N.P.J: 02.715.882/0001-05

Objeto: DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES ECONÔMICAS - FINANCEIRAS POR PARTE DO CONSORCIADO, BEM COMO, ESTABELECER A FORMA DE REPASSE DE VALORES CORRESPONDENTE À PARTE DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, PARA REALIZAÇÃO DAS DESPESAS DO CONSÓRCIO PÚBLICO, INCLUSIVE AS DESPESAS A SEREM REALIZADAS COM OS SERVIÇOS QUE SERÃO CONTRATADOS E DISPONIBILIZADOS AO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 271.780,00 Prazo: 31/12/2015

Imbituba, 06 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal de Imbituba

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal Interino de Saúde

Cisamurel - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel

Jorge Leonardo Nesi

Prefeito Municipal de Gravatal

Presidente do Consórcio

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 29 de janeiro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a contratação de empresa, para o fornecimento de concreto asfáltico usinado a quente para uso desta SEINFRA, SDR/Sul, SDR/Norte e SDR/Oeste para manutenção de vias públicas no município de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Interino Municipal de Infraestrutura

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 29 de janeiro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a aquisição de asfalto quente com aplicação a frio para SEINFRA, SDR-Oeste, SDR-Sul, SDR-Norte.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Interino Municipal de Infraestrutura

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 29 de janeiro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de fraldas geriátricas e infantis, para atender pacientes acamados e crianças portadoras de necessidades especiais, para distribuição pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Interino Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 003/15**

Ato da Presidência nº 003/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 1ª Sessão Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 23 de Janeiro de 2015 (sexta-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
002	PL nº 4.655/2015	15/01/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Poder Executivo Municipal a Contratar Operação de Crédito, junto a Caixa Econômica Federal, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
003	PL n 4.656/2015	15/01/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba - RFCC e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
004	PL nº 4.657/2015	15/01/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Coral de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
005	PL nº 4.658/2015	15/01/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 16 de Janeiro de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza Presidente	Rui Geraldo Rodrigues Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Luís Antônio Dutra Segundo-Secretário

EDITAL CMI Nº 01/2015

EDITAL CMI Nº 01/2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pela alínea a do inciso XIX do art. 35 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba, CONVOCA, na forma do Art. 53, §§ 3º e 4º, da Lei Orgânica Municipal, os Senhores Vereadores em atividade para 01 (uma) Sessão Extraordinária, a ser levada a efeito no dia 23 de Janeiro de 2015, sexta-feira, no recinto da Sala de Sessões da Câmara Municipal de Imbituba, sediada nesta cidade, na Rua Ernani Cotrin, nº 555 - centro, com início às 19:30 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Projeto de Lei nº 4.655/2015 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a Contratar Operação de Crédito, junto a Caixa Econômica Federal, e dá outras providências. Origem: Executivo Municipal
2. Projeto de Lei nº 4.656/2014 - Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba - RFCC e dá outras providências. Origem: Executivo Municipal
3. Projeto de Lei nº 4.657/2014 - Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Coral de Imbituba e dá outras providências. Origem: Executivo Municipal
4. Projeto de Lei nº 4.658/2014 - Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências. Origem: Executivo Municipal

E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, nesta data, o qual foi dado ciência a todos os interessados.

Imbituba, 16 de Janeiro de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

PORTARIA CMI Nº 011/2015

PORTARIA CMI Nº 011/2015

"Exonera Anny Caroline Siqueira de Carvalho do Cargo em Comissão de Assessora de Relações Institucionais"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Exonerar, a partir do dia 16 de Janeiro de 2015, a Sr.^a Anny Caroline Siqueira de Carvalho, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.841.938 SSP/PB, inscrita no CPF sob o nº 076.919.484-25, residente e domiciliada na R. 00007, nº 406, Divinéia, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessora de Relações Institucionais.

Imbituba, 16 de Janeiro de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/01/2015.

Indaial**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001-2015**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitação nº 001/2015.

Pregão Presencial nº 001/2014-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de produtos de panificação em geral.

Entrega dos envelopes: 29/01/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 29/01/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002-2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitação nº 002/2015.

Pregão Presencial nº 002/2014-10430

Objeto: Execução e montagem de estruturas metálicas - escadas, guarda corpos e barras antipânico.

Entrega dos envelopes: 30/01/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 30/01/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 15/001 - FMS

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA.

CT15FMS/001

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Milto Luiz Borga, doravante denominado CONTRATANTE, através do Fundo Municipal de Saúde, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21, com endereço na Rua Saul Brandalise, nº 400, centro, Videira, SC., neste ato representada pelo seu Sócio administrador, Vitor Vanzela, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gasolina e óleo diesel, para abastecimento dos veículos da secretaria da Saúde e Ação Social, para o período de janeiro a dezembro de 2015, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
01	20000	Litro	Gasolina comum	Ipiranga	2,84
02	20000	Litro	Óleo diesel	Ipiranga	2,46

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços serão fixos, podendo ser revistos quando houver reajuste no preço dos combustíveis. A Contratada deverá apresentar à Administração as notas fiscais anteriores e posteriores à data de concessão do reajuste, para avaliação da evolução dos preços e para fins de revisão contratual, conforme disposto no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

Outras situações que autorizem o reajuste dos valores previamente contratados, dependerão de análise e ficarão sujeitas a critérios de julgamento do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato será feito em favor da CONTRATADA mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega do objeto, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, observado o prazo de pagamento praticado pelo Município, em relação a todos os seus credores/fornecedores.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for

imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Será de responsabilidade da Contratada:

Fornecer os combustíveis, objetos deste contrato, de acordo com as especificações técnicas do Departamento Nacional de Combustíveis;

Fornecer o objeto desta licitação, nos preços e prazos estipulados na sua proposta;

Apresentar, sempre que solicitado pelo Município, documentos relacionados ao cumprimento do objeto do contrato, em especial, certidões negativas.

Assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

Obriga-se a manter durante todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; a declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato de direito de qualquer natureza à Contratada.

Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar a contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- b) Demais sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 0008/2014, modalidade de Pregão Presencial nº 0004/2014, para todos os

efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

A demora na entrega do objeto do contrato, ou justificativas inaceitáveis pela demora, ensejarão a rescisão imediata do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE
Complem. Elemento	3390.3941 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	02 - RECURSOS PRÓPRIOS
Reduzido	012

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O contrato inicia na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 05 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ AUTO POSTO CAPRICHIO TDA
CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/001 - PMI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº001/2015

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina celebrado entre o Município de Iomerê e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2015.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Iomerê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João

Rech, 500, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. LUCIANO PAGANINI, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

Das disposições gerais

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Municipal nº 523 de 17/06/2009.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e no artigo 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

Do objeto

Cláusula terceira - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Iomerê no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Parágrafo primeiro - A publicação no DOM/SC substituirá a publicação impressa e será veiculada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Parágrafo segundo - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Da prestação do serviço

Cláusula quarta - O CIGA será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação do serviço observará:

1. A disponibilização de sistema de gerenciamento das publicações do Município;
2. A implantação e capacitação sobre os sistemas;
3. A manutenção e suporte técnico;
4. A pesquisa em novas tecnologias da informação e comunicação e sua aplicação ao sistema do DOM/SC;
5. A aquisição dos bens e serviços complementares à execução do objeto; e
6. A autenticidade, integridade, validade jurídica das publicações e a interoperabilidade do sistema, de acordo com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Dos direitos e deveres dos entes consorciados

Cláusula quinta - São direitos do ente consorciado:

1. Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações conforme a cláusula quinta;
2. Receber capacitação para utilização dos sistemas desenvolvidos pelo consórcio;
3. Receber suporte técnico;
4. Requisitar correções e ajustes, cuja execução será atendida após aprovação dos técnicos do consórcio;

Cláusula sexta - São deveres do ente consorciado:

1. Prestar as informações solicitadas pelo CIGA;
2. Zelar pela correta execução dos serviços;
3. Autorizar o fornecimento de senhas, de uso pessoal e intransferível, de acesso ao sistema de publicações no DOM/SC;
4. Responsabilizar-se pelos atos oficiais publicados pelos servidores por meio das senhas fornecidas pelo CIGA;
5. Transferir os recursos financeiros necessários à execução do objeto deste contrato.

Da transparência da gestão econômica e financeira

Cláusula sétima - A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e metas previstos neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CIGA deverá, especialmente:

1. elaborar e encaminhar ao Município a Prestação de Contas anual quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;
2. disponibilizar ao Município as informações contábeis e

demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Do preço e do pagamento

Cláusula oitava - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 295,00, totalizando o valor de R\$ 3.540,00.

Cláusula nona - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

Da rubrica orçamentária

Cláusula décima - A despesa decorrente deste contrato de prestação de serviços correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 792/2014 (Lei Orçamentária Anual).

Da prestação de contas

Cláusula décima primeira - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente contrato.

Cláusula décima segunda - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente contrato, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Das penalidades

Cláusula décima terceira - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima quarta - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima quinta - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Da vigência

Cláusula décima sexta - O presente contrato de prestação de serviços entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Do foro

Cláusula décima sétima - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

Das disposições finais

Cláusula décima oitava - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Iomerê, 05 de janeiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI Prefeito de Iomerê	Gilsoni Lunardi Albino Diretor Executivo do CIGA
--	---

CONTRATO Nº 15/002 - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA HOTEL E RESTAURANTE IOMERÊ LTDA - ME
CT15FMS/002

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 - Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa HOTEL E RESTAURANTE IOMERÊ LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 11.586.050/0001-19, com endereço na Av. Pedro Penso, nº 195, Centro, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Sr, Pedro Sovrani, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviço, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR

1.1 - O objeto deste contrato é o fornecimento de refeições, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO
01	UN	REFEIÇÃO COM SUCO, OU ÁGUA, OU REFRIGERANTE	1500	18,40
TOTAL				27.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 - Os preços serão fixos e irredutíveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0055/2014, Edital de Pregão Presencial nº 0035/2014, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 - A forma de pagamento será mensal, conforme entrega das refeições;

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do fornecedor:

a) fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as

especificações exigidas;
 b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
 c) entregar ou servir as refeições todos os dias do mês;
 d) garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Será de responsabilidade da contratante:

- a) Fiscalizar o cumprimento do contrato;
- b) Emitir o pagamento previsto no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

7.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - A dotação orçamentária será conforme abaixo:

Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE
Complem. Elemento	3390.3001 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	02 - RECURSOS PRÓPRIOS
Reduzido	012

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se em 01.01.2015, devido aos plantões, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 05 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ HOTEL E RESTAURANTE IOMERÊ LTDA
 CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
 OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/002 - PMI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2015

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Programa de Gestão Tributária celebrado entre o Município de Iomerê e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Iomerê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. LUCIANO PAGANINI, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 523, de 17/06/2009.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07; e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;

II - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula

anterior envolve:

I - Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação a cada um dos programas, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à correta implantação dos programas;

II - Definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados aos programas contratados;

III - Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização dos programas;

IV - Intermediação entre o MUNICÍPIO e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação aos programas, no âmbito da solicitação de melhorias e evoluções tecnológicas;

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CONSÓRCIO as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - transmitir os dados e informações necessárias ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO a transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que preservado o sigilo fiscal;

III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

V - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo;

III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte ao MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

V - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

VI - disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pelo MUNICÍPIO sem custo adicional.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 410,00.

Parágrafo primeiro. Quando solicitado pelo MUNICÍPIO, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte do MUNICÍPIO, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 210,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo segundo. A customização dos programas contratados pelo MUNICÍPIO, em aspectos não previstos na cláusula sexta do presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica no valor de R\$ 106,00 por hora.

Cláusula oitava. Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da seguinte conta bancária - agência nº 5234-5 e conta corrente nº 420.049-7 o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de prestação de serviços correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica),

prevista no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 792/2014 (Lei Orçamentária Anual).

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda. Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DO FORO

Cláusula décima terceira. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Iomerê, 05 de janeiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito de Iomerê

Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

CONTRATO Nº 15/003 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA INFO DIGITALE - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - ME.

CT15/003

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através da Câmara de Vereadores, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal LUCIANO PAGANINI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa INFO DIGITALE - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 86.731.494/0001-08, com sede na Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova, na cidade de Trombudo Central/SC, neste ato representada pelo Senhor José da Silva, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Sistema de informática GEDOC (Administrativo LE) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Certidões, Contratos, Convênios, Ofícios / Correspondências enviadas e recebidas, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Lei Orgânica, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Proposição / Pedido de Providências, Projetos de Lei / Leis, Portarias, Protocolo, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 - Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet LE) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos, Portarias, Resoluções e Atas no Servidor Web da CONTRATADA, as Indicações, Moções,

Pedidos de Informação e Requerimentos serão publicadas apenas com a Base de dados e as devidas redações, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio www.legislacaomunicipal.com e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º - O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 4000Mb (quatro mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 - Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2015, contados a partir da data da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total do presente contrato é de R\$ 3.874,92 (três mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 322,91 (trezentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos), sendo R\$ 268,18 pelo item 1.1 e R\$ 54,73 pelo item 1.2 da cláusula primeira deste contrato.

3.2 - Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Cláusula Oitava deste contrato), será pago o valor de R\$ 90,00 (noventa reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,90 (noventa centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais de 5 horas.

3.3 - O pagamento deverá ser efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação da nota fiscal respectiva.

3.4 - Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 1% (um por cento), mais juros de 2% (dois por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

3.5 - Os valores contratados referentes aos itens do objeto serão corrigidos anualmente de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses, tendo como referência o mês de novembro.

§ 1º - Caso o contrato vigente não seja automaticamente renovado, ficam valendo para fins de reajuste para a elaboração de um novo contrato os valores tabelados e praticados no estado de Santa Catarina pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da Locação do Sistema objeto do presente contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015 e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO

Unidade: 01 - CÂMARA DE VEREADORES

Funcional: 1.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES

Dotação: 04

Compl. Elemento: 3.3.90.39.11 - Locação de Softwares

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1 - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1.1 - O sistema gedoc é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso do Sistema, objeto deste contrato, que pode ser instalado em 01 (um) único computador/servidor e em até 03 (três) computadores conectados em rede.

5.1.2 - É vedada a cópia ou distribuição do sistema gedoc e do Banco de Dados, exceto para fins de backup. O sistema esta protegido pela legislação de direitos autorais. A lei federal nº. 9.609/98 prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização para cada cópia instalada ilegalmente.

5.1.3 - É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software contratado a outros usuários, assim como também é vedada a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do referido sistema.

5.1.4 - Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o referido Sistema, ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

6.1 - Caberá à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pela locação do Sistema objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado, assim como, todas as despesas de correio e/ou transportadora referente ao envio de mercadorias como, software, manuais e afins, bem como o custo de CDs ou DVDs;

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;

c) Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes;

d) Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas;

e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado, incluindo:

- assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;

- manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;

- dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

6.2 - Caberá a CONTRATADA:

a) Instalar o sistema gedoc, objeto deste contrato.

b) Disponibilizar o treinamento de utilização do sistema a CONTRATANTE conforme Cláusula Sétima.

c) Prestar suporte somente na operacionalização do sistema gedoc, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.

d) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no Sistema gedoc, causadas por problemas originados dos fontes do mesmo.

f) Tratar como confidenciais informações e dados contidos no Sistema da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO TREINAMENTO

7.1 - O treinamento de utilização do software ao(s) usuário(s) deverá ser realizado em até 07 (sete) dias úteis após sua instalação, tendo duração de no máximo 4 (quatro) horas e obedecer aos seguintes critérios:

a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados;

b) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento em uma única etapa, sem obrigação de repetir;

c) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de todos os procedimentos em nível de usuário;

d) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO

8.1 - Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Objeto:

a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento do mesmo;

b) Alteração de sistema em função de mudanças legais, alteração de legislação federal, desde que tais mudanças não influam na

estrutura básica do sistema.

c) Manutenção Remota através de software específico cedido pela CONTRATADA.

§ 1º - Sempre que a manutenção remota for feita por um dos técnicos credenciados da CONTRATADA, uma sessão de vídeo da manutenção será gravada e ficará arquivada no servidor da Info Digitalle. O vídeo é gravado no formato padrão do Sistema de manutenção Remota usado pela CONTRATADA e servirá de prova de que o acesso foi feito e a manutenção efetivada. A CONTRATANTE poderá solicitar uma cópia do mesmo sempre que julgar necessário. O Vídeo ficará a salvo nos arquivos da CONTRATADA por um período de 60 dias após a efetivação da manutenção remota.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 - A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada à parte, entendendo-se:

a) Mudanças no programa descrito no Objeto para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE;

b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE;

c) Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica do sistema;

d) Substituição do sistema por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional;

e) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;

f) Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, exonerações, mudanças de cargos, etc.

§ 1º - As solicitações de manutenção presencial e ou manutenção remota nos softwares instalados na CONTRATANTE serão enviadas pela mesma, através de pessoa ou área responsável à CONTRATADA, via sistema online disponível no website <http://suporte.infodigitalle.com.br>, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após confirmação da solicitação, já de posse do código de autorização gerado pelo sistema, a CONTRATANTE entrará em contato com a CONTRATADA por telefone, para que as providências e as soluções necessárias sejam executadas.

§ 2º - A eventual prestação de serviço realizado por técnicos da contratada de forma remota através da WEB (Manutenção Remota) será cobrada à parte, conforme valores fracionados da hora técnica dispostos no item 3.2 deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 - A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Caso ou quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

11.2 - A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso. Tendo a CONTRATADA o prazo legal de 30 dias para aviso prévio do mesmo,

que poderá ser feito por Correspondência Impressa ou por e-mail; CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Videira - SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Iomerê (SC), 05 de janeiro de 2015.

Município de Iomerê Luciano Paganini		Info Digitalle Contratada - José da Silva
Testemunha 1 Cpf:		Testemunha 2 Cpf:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/004 - PMI

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA CT15/004

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 81.632.093/0004-11, com endereço na Rua Manoel Francisco da Costa, n. 2000, bairro Vieiras, Jaraguá do Sul, SC., neste ato representada pelo Sr. Alexander Morgan Baggio, denominada de CONTRATADA, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de óleo diesel S10, com instalação de tanque para armazenamento do óleo diesel, em local a ser designado pelo Município Contratante, para o período de janeiro a dezembro de 2015, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
2	150000	Litro	Óleo diesel S10	Shell	2,57
TOTAL					385.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços serão fixos, podendo ser revistos quando houver reajuste no preço dos combustíveis. A Contratada deverá apresentar à Administração as notas fiscais anteriores e posteriores à data de concessão do reajuste, para avaliação da evolução dos preços e para fins de revisão contratual, conforme disposto no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

Outras situações que autorizem o reajuste dos valores previamente contratados, dependerão de análise e ficarão sujeitas a critérios de julgamento do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato será feito em favor da CONTRATADA mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega do objeto, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/ e recebimento do Convênio TR 2517 com o Estado de Santa Catarina.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Será de responsabilidade da Contratada:

Fornecer os combustíveis, objetos deste contrato, de acordo com as especificações técnicas do Departamento Nacional de Combustíveis;

Instalar em local a ser designado pelo Contratante, tanque de armazenamento de óleo diesel, conforme previsto no Edital Licitatório, num prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da assinatura do presente contrato, conforme o item 2.2 do Edital;

Fornecer o objeto desta licitação, nos preços e prazos estipulados na sua proposta;

Fornecer o combustível no volume requisitado pelo município, conforme a sua necessidade, a qualquer hora do expediente da Prefeitura, num prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, após pedido;

Apresentar, sempre que solicitado pelo Município, documentos relacionados ao cumprimento do objeto do contrato, em especial, certidões negativas.

Assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

Obriga-se a manter durante todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; a declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou

apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar a contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- b) Demais sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 0053/2014, modalidade de Pregão Presencial nº 0033/2014, para todos os efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

A demora na entrega do objeto do contrato, ou justificativas inaceitáveis pela demora, ensejarão a rescisão imediata do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O contrato inicia na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 05 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

AGRICOPEL COM. DERIV. PETRÓLEO LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/005 - PMI

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA
CT15/005

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21, com endereço na Rua Saul Brandalise, n. 400, centro, Videira, SC., neste ato representada pelo seu Sócio administrador, Vitor Vanzela, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento gasolina e óleo diesel S10 para abastecimento dos veículos da frota do Município de Iomerê - Órgão Gerenciador, com instalação de tanque para armazenamento do óleo diesel, em local a ser designado pelo Município Contratante, para o período de janeiro a dezembro de 2015, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
1	30000	Litro	Gasolina comum	Ipiranga	2,93
TOTAL					87.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços serão fixos, podendo ser revistos quando houver reajuste no preço dos combustíveis. A Contratada deverá apresentar à Administração as notas fiscais anteriores e posteriores à data de concessão do reajuste, para avaliação da evolução dos preços e para fins de revisão contratual, conforme disposto no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

Outras situações que autorizem o reajuste dos valores previamente contratados, dependerão de análise e ficarão sujeitas a critérios de julgamento do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato será feito em favor da CONTRATADA mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega do objeto, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/ e recebimento do Convênio TR 2517 com o Estado de Santa Catarina.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Será de responsabilidade da Contratada:

Fornecer os combustíveis, objetos deste contrato, de acordo com as especificações técnicas do Departamento Nacional de Combustíveis;

Instalar em local a ser designado pelo Contratante, tanque de armazenamento de óleo diesel, conforme previsto no Edital Licitação, num prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da assinatura do presente contrato, conforme o item 2.2 do Edital;

Fornecer o objeto desta licitação, nos preços e prazos estipulados na sua proposta;

Fornecer o combustível no volume requisitado pelo município, conforme a sua necessidade, a qualquer hora do expediente da Prefeitura, num prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, após pedido;

Apresentar, sempre que solicitado pelo Município, documentos relacionados ao cumprimento do objeto do contrato, em especial, certidões negativas.

Assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

Obriga-se a manter durante todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; a declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela

Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar a contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- b) Demais sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 0053/2014, modalidade de Pregão Presencial nº 0033/2014, para todos os efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

A demora na entrega do objeto do contrato, ou justificativas inaceitáveis pela demora, ensejarão a rescisão imediata do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O contrato inicia na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 05 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

AUTO POSTO CAPRICHIO TDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/006 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA HOTEL E RESTAURANTE IOMERÊ LTDA - ME.
CT15/006

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa HOTEL E RESTAURANTE IOMERÊ LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 11.586.050/0001-19, com endereço na Av. Pedro Penso, nº 195, Centro, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Sr. Pedro Sovrani, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste ata, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR

1.1 - O objeto deste contrato é o fornecimento de refeições, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT. R\$
01	UN	REFEIÇÃO COM SUCO, OU ÁGUA, OU REFRIGERANTE	2500	18,40
TOTAL				46.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0055/2014, Edital de Pregão Presencial nº 0035/2014, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 - A forma de pagamento será mensal, conforme entrega das refeições;

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do fornecedor:

- a) fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos

prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
c) entregar ou servir as refeições todos os dias do mês;
d) garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Será de responsabilidade da contratante:

- a) Fiscalizar o cumprimento do contrato;
- b) Emitir o pagamento previsto no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

7.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - A dotação orçamentária será conforme abaixo:

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se em 01.01.2015, devido aos plantões, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tome as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato,

bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 05 de janeiro de 2015.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

HOTEL E RESTAURANTE IOMERÊ LTDA - ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/007 - PMI

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA BRITAGEM GASPAR LTDA
CT15/007

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa BRITAGEM GASPAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada geral Iomerê/Treze Tílias, km 02 na cidade de Iomerê, inscrita no CNPJ sob o nº 01.924.996/0003-56, neste ato representado pelo Sr. Daniel Medeiros da Silva, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de pedras abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição de pedras e CBUQ a serem utilizadas no Município de IOMERÊ, com os valores conforme segue:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	TN	PEDRA BRITA Nº 01	6000	25,90	155.400,00
02	TN	PEDRA BRITA Nº 02	2000	25,90	51.800,00
03	TN	PEDRA DE MÃO	500	19,90	9.950,00
04	TN	PEDRA PULMÃO	4000	21,90	87.600,00
05	TN	PEDRISCO	400	25,90	10.360,00
06	TN	PÓ DE PEDRA	400	25,90	10.360,00
07	TN	BRITA GRADUADA	2000	25,90	51.800,00
08	TN	CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CAPA ASFÁLTICA)	40	199,90	7.996,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA EXECUÇÃO

2.1 - O valor do contrato é de R\$ 385.266,00 (trezentos e oitenta e cinco mil duzentos e sessenta e seis reais), sendo os pagamentos conforme as aquisições, durante a vigência da ata nº 21/2014.

2.2 - As pedras serão retiradas parceladamente, conforme a necessidade, durante o exercício de 2015, na forma e quantidades definidas pela Prefeitura Municipal.

2.3 - A retirada das pedras será por conta da Prefeitura Municipal, sendo que o local de onde sera retirado o material, devera estar ha uma distância não superior a 30(trinta) quilômetros da sede administrativa do Município de Iomerê.

2.4 - As pedras deverão ser de primeira qualidade (pedra ferro), limpa, sem impurezas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos pela aquisição do objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito

bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal - Eletrônica e recebimento do Convênio TR 2517 com o Estado de Santa Catarina.

3.1.1 - O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2015, caso nesta data ainda existir saldo para aquisição, poderá ser firmado novo contrato até o vencimento da ata.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0054/2014 - Pregão Presencial nº 0034/2014 e Registro de Preço nº 0016/2014.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 - A Contratada obriga-se a dispor/entrega do material a ser solicitado pela Contratante, num prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas da solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 05 de janeiro de 2015.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATADO
BRITAGEM GASPAR LTDA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/008 - PMI

CONTRATO DE RATEIO

Contrato nº. 008/2015

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº01.612.744/0001-20, com sede na R. João Rech, 500, na cidade de Iomerê - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luciano Paganini, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Iomerê - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, 761, 1º andar, sala 1, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito Municipal de Rio das Antas, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da

legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Lei nº 777/2014, e do Contrato de Programa CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2014-117.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2015, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES

3.1. O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 15.480,00 Quinze mil quatrocentos e oitenta reais, divididos em 12 parcelas mensais de R\$1.290,00 Hum mil duzentos e noventa reais.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário ou depósito em conta do PROLICITA.

4.2. O valor das parcelas serão devidos integralmente a partir do mês de assinatura do Contrato de Programa.

4.2.1 - Quando a data de assinatura do Contrato de Programa for menor que 15 (quinze) dias no mês, o valor será devido somente no mês seguinte.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes nos termos do contrato de programa.

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento

de informações previamente solicitadas;

b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;

c) Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;

e) Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:

Classificação	Denominação/Valor		
03	Secretaria de Administração e Finanças		
03.01	Secretaria de Administração e Finanças		
03.01.2018	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças		
3.1.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	11.376,00
3.3.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	3.600,00
4.4.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	504,00
TOTAL		R\$	15.480,00

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INADIMPLENCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;

b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;

c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Videira, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio

Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

Iomerê - SC, 05 de janeiro de 2015.

Município de Iomerê - SC Sr. LUCIANO PAGANINI Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catari- nense-CIMCATARINA ALCIR JOSÉ BODANESE Presidente do CIMCATARINA
--	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica.

1ª -
2ª -

CONTRATO Nº 15/009 - PMI

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.
CT15/009

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 56, Bairro Centro na cidade de Concórdia SC., inscrita no CNPJ sob o nº 03.656.613/0001-70, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato para fornecimento do objeto descrito abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

O objeto deste instrumento contratual é a prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Técnica na área de locação de software de Atendimento (Controle de Serviços) compreendendo implantação e treinamento operacional ao pessoal do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1.A CONTRATADA atenderá a CONTRATANTE, pôr via telefônica, Internet ou pessoalmente quando o caso requerer.
2. A CONTRATADA compromete-se a fornecer assistência técnica de software durante o expediente compreendendo das 8.00 às 12.00 e das 13.30 às 18.00 horas de Segunda a Sexta-feira, e terá o prazo de 12h descontados o período de deslocamento, para resolver o problema se caso for gerado em decorrência do software aplicativo, objeto do presente instrumento.
3. A CONTRATADA poderá optar pelo ressarcimento de despesas ao CONTRATANTE, e solicitar que lhes sejam encaminhados os arquivos quando a recuperação dos mesmos depender de laboratório, localizado na Cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.
4. A CONTRATADA é responsável pela atualização dos sistemas, sempre atendendo a Legislação pertinente e suas modificações.
5. Em havendo necessidade de deslocamento para atendimento "In loco" a pedido da CONTRATANTE, as despesas de viagem serão arcadas pela CONTRATANTE.
6. A CONTRATADA tem como responsabilidade todas as despesas funcionais e operacionais necessárias ao bom desempenho dos serviços especificados na CLÁUSULA PRIMEIRA do presente instrumento de contrato.
7. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultante da execução do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 1.Cumprir as orientações e procedimentos técnicos indicados pela

CONTRATADA Municar a CONTRATADA com informações necessárias, em tempo hábil para o desenvolvimento dos software afim de atender as exigências dos Órgãos de Controle Externos.

2. Permitir somente a CONTRATADA acesso aos software, e ao pessoal de seu quadro funcional que esteja treinados para sua operacionalização.

3. Facilitar a CONTRATADA acesso as informações e documentações necessárias à execução dos serviços para o qual o software se aplique.

4. Colocar a disposição da CONTRATADA, os equipamentos de processamento de dados para execução dos serviços. Manter um jogo de "Backups" semanais atualizados dia a dia e mensais em duas cópias de igual teor, para que sejam preservados os dados em arquivos fora do equipamento utilizado para processamento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS LIMITAÇÕES DO SERVIÇO

1.Os serviços serão prestados exclusivamente com referencia ao software objeto do presente instrumento.

2. Os serviços previstos no presente instrumento não incluem a solução de problemas causados pôr:

3. Condições ambientais de instalação ou falhas causadas pela ocorrência de defeitos na climatização ou condições elétricas com falha intermitentes.

4. A ocorrência de "vírus" ocasionada pôr utilização de software de origem duvidosas ou indeterminada que o usuário utilizar em seu equipamento.

5. A CONTRATADA fornece suporte contratual de software para a versão corrente e a imediatamente procedente. Para versões anteriores poderá ocorrer, mediante solicitação prévia e negociação com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

O Preço total do contrato será de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), sendo divididos em 12 parcelas de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). O pagamento dos serviços prestados pela CONTRATADA, será feito até o décimo dia do mês subsequente ao da prestação de serviço, mediante apresentação da competente nota fiscal, o pagamento a cargo da CONTRATANTE poderá se efetuar através do BANCO DO BRASIL, por meio de Ordem Bancária na Conta Corrente Número 398.090-1, agência 5236-1 da Cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, sob a denominação CPL - ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA. O inadimplemento por parte da CONTRATANTE, implicará na suspensão da prestação de serviços, até o cumprimento pecuniário pendente.

Parágrafo Primeiro - O reajuste será feito pelo INPC ou outro índice oficial do Governo.

CLÁUSULA SEXTA - QUANTO A CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta de programações orçamentárias próprias dos orçamentos municipal pelo período que vigorar o presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - NA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

Regerá esta cláusula, no que couber, o estatuído pela Lei 8.666/93, artigos 77 e 80, acordos e regulamentos específicos, na eventualidade da inexecução total ou parcial do objeto contratado.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA - Em não havendo interesse na continuidade deste contrato, poderão as partes rescindir o presente instrumento a qualquer tempo, desde que notifiquem a outra expressamente com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento da notificação, sem obrigações indenizatórias por qualquer das partes

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Ficam estabelecidas as seguintes penalidades na eventual inadimplência total ou parcial da CONTRATADA; as advertências estabelecidas na Lei 8.666/93, em seus artigos 86 a 99.

CLÁUSULA NONA - QUANTO AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
É de 05 (Cinco) dias úteis o prazo para o apenado intentar recurso administrativo, contados da notificação e dirigido à autoridade superior aquela que aplicou a sanção, e até o julgamento da medida restará sobrestado a pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de 05 de Janeiro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Em conformidade com o dispositivo contido no artigo 67, da Lei 8.666/93, caberá a um representante da CONTRATANTE a fiscalização de execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
Através de Termo Aditivo o presente contrato poderá sofrer alterações nas situações estabelecidas pela Lei 8.666/93, em seu artigo 65, e alterações pela Lei 8.883/94, numerado o Termo em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Ficará a cargo da CONTRATANTE a publicação deste Contrato por extrato, na forma do artigo 61 parágrafo único da Lei 8.666/93 e Lei 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para todos os efeitos de direito, o presente Contrato será arquivado na repartição competente do CONTRATANTE na forma do artigo 60 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o FORO da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, na forma do artigo 55 parágrafo 2º da Lei 8.666/93, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da plena e fiel execução deste Contrato.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

IOMERÊ, SC, 05 de janeiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

PAULO ROBERTO SOMMER DA SILVA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

Nome: _____
CPF: _____

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2015

Município de Iomerê

Edital de Chamamento nº 0002/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto a sua sede administrativa, sito na rua João Rech, nº 500, Centro, na cidade de Iomerê, no dia 19/02/2015 propostas e documentação para aquisição de produtos da Agricultura Familiar, o edital completo está no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 16 de janeiro de 2015.

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

PORTARIA 2508/2015

PORTARIA Nº 2508 DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor JACIR DEVALIERI do cargo efetivo de Motorista de Ambulância, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de janeiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2509/2015

PORTARIA Nº 2509 DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora Maura Renata Tragancin Perazzoli pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/04/2014 a 01/05/2015 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de janeiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2510/2015

PORTARIA Nº 2510 DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora JOZANE RUTZ MOLON pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/09/2013 a 31/08/2014 a contar de 19/01/2015 a 17/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de janeiro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2511/2015

PORTARIA Nº 2511 DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARINA ELENA BUSS pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 10/03/2014 a 09/03/2015 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de janeiro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2512/2015

PORTARIA Nº 2512 DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora NADIA SCUR pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/02/2014 a 01/02/2015 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de janeiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2513/2015

PORTARIA Nº 2513 DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ANA MARIA TURMINA pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de janeiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2514/2015

PORTARIA Nº 2514 DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor JAQUELINE TEREZINHA DEON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/01/2013 a 03/01/2014 a contar de 12/01/2015 a 10/02/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de janeiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2515/2015

PORTARIA Nº 2515 DE 07 DE JANEIRO DE 2015.

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Karina Scur Piccoli do cargo de Chefe de Setor, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 07 de janeiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2516/2015

PORTARIA Nº 2516 DE 07 DE JANEIRO DE 2015

Concede Função Gratificada a Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Conceder Função Gratificada Nível 4 - Atividades de Administração Geral I, à JOSNEI BAVARESCO, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, para desenvolver os serviços operacionais do setor de Compras.

Art. 2º Para exercício da Função caput do artigo anterior, o servidor perceberá o valor fixado para o Nível 4 do Anexo III da Lei 0320/05, o qual não será incorporado ao valor do vencimento básico do servidor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 07 de janeiro de 2015

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO AO EDITAL P.P. Nº0001/2015

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2015

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ faz saber a todos os interessados que houve alteração no Edital de Licitação nº 0001/2015 referente à contratação de empresa para aquisição de materiais de limpeza.

1. Para participação nos Lotes nº 07, 08 e 12 todos os itens;
2. Lote 10 - itens 38 e 39;
3. Lote 11 - itens 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48;
4. Lote 17 - itens 82 e 83;

Os interessados deverão apresentar no ato do CREDENCIAMENTO o seguinte documento:

3.9 - Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), atendendo assim exigência da ANVISA, conforme a Lei Federal nº 6360/76 e determinações da ANVISA, em caso de empresas atacadistas e indústrias fabricantes dos respectivos produtos.

3.10 - No caso de empresas varejistas, os produtos deverão estar registrados na ANVISA, quando classificados no risco II, e notificados, quando classificados no Risco I, conforme relação disponível no site oficial da ANVISA.

5. Por força da alteração, a data de recebimento das propostas e julgamento referente licitação nº 0001/2015, modalidade Pregão Presencial, fora prorrogada para o dia 29/01/2015, mantidos os horários iniciais. Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalterados.

Iomerê, 16 de janeiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO TC15/01

TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

TC15/01

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, nº 500, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo Prefeito Municipal LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONCEDENTE; e, de outro lado o estagiário FLÁVIO MORANDO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Iomerê, inscrito no CPF sob o nº 081.262.219-76, doravante denominado simplesmente ESTUDANTE, ajustam o presente TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas.

Cláusula Primeira - A CONCEDENTE aceita o ESTUDANTE como estagiário, concedendo-lhe a remuneração, a título de bolsa auxílio escolar, correspondente a 100% (cem por cento) do salário mínimo vigente.

Cláusula Segunda - O ESTUDANTE prestará o estágio na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e demais secretarias conforme necessidade e solicitação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em horários a serem determinados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, desde que compatível com o horário escolar da Estudante, durante o ano letivo de 2015.

Cláusula Terceira - O estágio terá início dia 02 de janeiro de 2015, com término previsto para 20 de dezembro de 2015.

Cláusula Quarta - O estágio visa à complementação do ensino e da aprendizagem do Estudante.

Cláusula Quinta - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das dotações previstas no orçamento vigente.

Cláusula Sexta - A admissão do ESTUDANTE pela CONCEDENTE como estagiário, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo que a Concedente contratara seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário, conforme previsto na Lei de Estágios.

Clausula Sétima. O recebimento dos valores previstos na clausula, segunda fica condicionado à apresentação dos comprovantes de matrícula em instituição de ensino superior, bem como atestado de frequência escolar, além do boleto de pagamento da mensalidade

do mês correspondente, e será pago diretamente ao Estudante, mediante assinatura de recibo.

Cláusula Oitava - A rescisão do presente compromisso dar-se-á ao término de vigência da cláusula terceira, ou, qualquer tempo, por comum acordo entre as partes.

Cláusula Nona - Fica eleito o foro da Comarca de Videira, SC., para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Iomerê, 02 de janeiro de 2015.

Concedente

Estudante

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE COMPROMISSO TC15/02

TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO
TC15/02

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, nº 500, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado por seu prefeito Luciano Paganini doravante denominado simplesmente CONCEDENTE; e, de outro lado a estagiária KARINA BUFFON, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Iomerê, inscrita no CPF sob o nº 086.289.269-41, doravante denominada simplesmente ESTUDANTE, ajustam o presente TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas.

Cláusula Primeira - O CONCEDENTE aceita a ESTUDANTE como estagiária, concedendo-lhe a remuneração, a título de bolsa auxílio escolar, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo vigente, e mais 75% (setenta e cinco por cento) do valor da mensalidade de graduação, conforme previsão da Lei Municipal nº 0223/03 de 28 de maio de 2003.

Cláusula Segunda - A ESTUDANTE prestará o estágio na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em horários a serem determinados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, desde que compatível com o horário escolar da Estudante, durante o ano letivo de 2015.

Cláusula Terceira - O estágio terá início dia 02 de janeiro de 2015, com término previsto para 20 de dezembro de 2015.

Cláusula Quarta - O estágio visa à complementação do ensino e da aprendizagem da Estudante.

Cláusula Quinta - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das dotações previstas no orçamento vigente.

Cláusula Sexta - A admissão da ESTUDANTE pela CONCEDENTE como estagiária, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo que a Concedente contratara seguro de acidentes pessoais em favor da estagiária, conforme previsto na Lei de Estágios.

Clausula Sétima. O recebimento dos valores previstos na cláusula, segunda fica condicionado à apresentação dos comprovantes de matrícula em instituição de ensino superior, bem como atestado de frequência escolar, além do boleto de pagamento da mensalidade do mês correspondente, e será pago diretamente à Estudante, mediante assinatura de recibo.

Cláusula Oitava - A rescisão do presente compromisso dar-se-á ao término de vigência da cláusula terceira, ou a qualquer tempo, por comum acordo entre as partes.

Cláusula Nona - Fica eleito o foro da Comarca de Videira, SC., para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Iomerê, 02 de janeiro de 2015

Concedente

Estudante

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE COMPROMISSO TC15/03

TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO
TC15/03

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, nº 500, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado por seu Prefeito Municipal LUCIANO PAGANINI doravante denominado simplesmente CONCEDENTE; e, de outro lado a estagiária SHAIANE HARZ, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Iomerê, inscrita no CPF sob o nº 072.638.579-44, doravante denominada simplesmente ESTUDANTE, ajustam o presente TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas.

Cláusula Primeira - O CONCEDENTE aceita a ESTUDANTE como estagiária, concedendo-lhe a remuneração, a título de bolsa auxílio escolar, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo vigente, e mais 75% (setenta e cinco por cento) do valor da mensalidade de graduação, conforme previsão da Lei Municipal nº 0223/03 de 28 de maio de 2003.

Cláusula Segunda - A ESTUDANTE prestará o estágio na Biblioteca Pública Municipal Álvaro Antonio Maurina, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em horários a serem determinados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, desde que compatível com o horário escolar da Estudante, durante o ano letivo de 2015.

Cláusula Terceira - O estágio terá início dia 02 de janeiro de 2015, com término previsto para o dia 20 de dezembro de 2015.

Cláusula Quarta - O estágio visa à complementação do ensino e da aprendizagem da Estudante.

Cláusula Quinta - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das dotações previstas no orçamento vigente.

Cláusula Sexta - A admissão da ESTUDANTE pela CONCEDENTE como estagiária, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo que o Concedente contratara seguro de acidentes pessoais em favor da estagiária, conforme previsto na Lei de Estágios.

Clausula Sétima. O recebimento dos valores previstos na cláusula, segunda fica condicionado à apresentação dos comprovantes de matrícula em instituição de ensino superior, bem como atestado de frequência escolar, além do boleto de pagamento da mensalidade do mês correspondente, e será pago diretamente à Estudante, mediante assinatura de recibo.

Cláusula Oitava - A rescisão do presente compromisso dar-se-á ao término de vigência da cláusula terceira, ou, qualquer tempo, por comum acordo entre as partes.

Cláusula Nona - Fica eleito o foro da Comarca de Videira, SC., para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Iomerê, 02 de janeiro de 2015.

Concedente

Estudante

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE COMPROMISSO TC15/04

TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO
TC15/04

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, nº 500, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado por seu prefeito Luciano Paganini doravante denominado simplesmente CONCEDENTE; e, de outro lado a estagiária LUANA VIECELI, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Iomerê, inscrita no CPF sob o nº 105.482.269-70, doravante denominada simplesmente ESTUDANTE, ajustam o presente TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas.

Cláusula Primeira - O CONCEDENTE aceita a ESTUDANTE como estagiária, concedendo-lhe a remuneração, a título de bolsa auxílio escolar, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo vigente, e mais 75% (setenta e cinco por cento)

do valor da mensalidade de graduação, conforme previsão da Lei Municipal nº 0223/03 de 28 de maio de 2003.

Cláusula Segunda - A ESTUDANTE prestará o estágio na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em horários a serem determinados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, desde que compatível com o horário escolar da Estudante, durante o ano letivo de 2015.

Cláusula Terceira - O estágio terá início dia 02 de janeiro de 2015, com término previsto para 20 de dezembro de 2015.

Cláusula Quarta - O estágio visa à complementação do ensino e da aprendizagem da Estudante.

Cláusula Quinta - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das dotações previstas no orçamento vigente.

Cláusula Sexta - A admissão da ESTUDANTE pela CONCEDENTE como estagiária, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo que a Concedente contratara seguro de acidentes pessoais em favor da estagiária, conforme previsto na Lei de Estágios.

Clausula Sétima. O recebimento dos valores previstos na cláusula, segunda fica condicionado à apresentação dos comprovantes de matrícula em instituição de ensino superior, bem como atestado de frequência escolar, além do boleto de pagamento da mensalidade do mês correspondente, e será pago diretamente à Estudante, mediante assinatura de recibo.

Cláusula Oitava - A rescisão do presente compromisso dar-se-á ao término de vigência da cláusula terceira, ou a qualquer tempo, por comum acordo entre as partes.

Cláusula Nona - Fica eleito o foro da Comarca de Videira, SC., para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Iomerê, 02 de janeiro de 2015.

Concedente

Estudante

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

HOMOLOGAÇÃO COMBUSTIVEL PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2014 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 53/2014 Data do Processo: 04/12/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 53/2014
- b) Licitação Nr.: 33/2014-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 23/12/2014
- e) Data da Adjudicação: 23/12/2014 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**AUTO POSTO CAPRICHQ LTDA (329)**

1	GASOLINA COMUM - Marca: Ipiranga	LT	30.000,00	0,0000	2,93	87.900,00
					Total do Fornecedor:	87.900,00

LOTE: 2**AGRICOPEL COM. DERIVADOS DE PETROLEO LTD (1887)**

2	OLEO DIESEL S10 - Marca: Shell	LT	150.000,00	0,0000	2,57	385.500,00
					Total do Fornecedor:	385.500,00
					Total Geral:	473.400,00

Iomerê, 23 de Dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 53/2014 Data do Processo: 04/12/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 23 de Dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO COMBUSTÍVEL SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2014 - PR
CNPJ: 10.423.190/0001-03 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2014 Data do Processo: 04/12/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2014
b) Licitação Nr.: 4/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/12/2014
e) Data da Adjudicação: 23/12/2014 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

					(em Reais R\$)
	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item

LOTE: 1**AUTO POSTO CAPRICHQ LTDA (329)**

1	GASOLINA COMUM - Marca: Ipiranga	LT	20.000,00	0,0000	2,84	56.800,00
					Total do Fornecedor:	56.800,00

LOTE: 2**AUTO POSTO CAPRICHQ LTDA (329)**

2	ÓLEO DIESEL COMUM - Marca: Ipiranga	LT	20.000,00	0,0000	2,46	49.200,00
					Total do Fornecedor:	49.200,00
					Total Geral:	106.000,00

Iomerê, 23 de Dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE CNPJ: 10.423.190/0001-03 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2014 Data do Processo: 04/12/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 23 de Dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PEDRAS BRITAS E OUTRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2014 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 54/2014 Data do Processo: 05/12/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 54/2014
- b) Licitação Nr.: 34/2014-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 23/12/2014
- e) Data da Adjudicação: 23/12/2014 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE BRITAS E CBUQ

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

BRITAGEM GASPAR LTDA (4595)

1 PEDRA BRITA Nº 01	TN	6.000,00	0,0000	25,90	155.400,00
2 PEDRA BRITA Nº 02	TN	2.000,00	0,0000	25,90	51.800,00
3 PEDRAS DE MÃO	TN	500,00	0,0000	19,90	9.950,00
4 PEDRAS PULMÃO	TN	4.000,00	0,0000	21,90	87.600,00
5 PEDRISCOS	TN	400,00	0,0000	25,90	10.360,00
6 PÓ DE PEDRAS	TN	400,00	0,0000	25,90	10.360,00
7 BRITAS GRADUADA	TN	2.000,00	0,0000	25,90	51.800,00
8 CBUQ - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE	TN	40,00	0,0000	199,90	7.996,00

Total do Fornecedor: 385.266,00

Total Geral: 385.266,00

Iomerê, 23 de Dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 54/2014 Data do Processo: 05/12/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 23 de Dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO REFEIÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 35/2014 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 55/2014 Data do Processo: 05/12/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 55/2014
- b) Licitação Nr.: 35/2014-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 23/12/2014
- e) Data da Adjudicação: 23/12/2014 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

HOTEL E RESTAURANTE IOMERE LTDA ME (3386)

1 REFEIÇÃO	UN	4.000,00	0,0000	18,40	73.600,00
Total do Fornecedor:					73.600,00
Total Geral:					73.600,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 23 de Dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis**PREFEITURA****EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 02 de fevereiro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de materiais de higiene e limpeza para o exercício de 2015, para manutenção das unidades escolares da rede de ensino do município, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 15 de janeiro de 2015.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 30 de janeiro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DOS LOCAIS DE ATENDIMENTO E ATIVIDADES INERENTES AO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 15 de janeiro de 2015.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício

Itá**PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema registro de preços, no dia 30 de janeiro de 2015, para possível aquisição de medicamentos para suprir a Farmácia Básica do Município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 30 de janeiro de 2015 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC., 19 de janeiro de 2015.
NÉVIO ANTONIO MORTARI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Itaiópolis**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****LICITAÇÃO Nº 01/2015**

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIÓPOLIS/SC. Processo Licitatório nº 01/2015; Pregão Presencial nº 01/2015; Objeto: Contratação de Empresa especializada para Manutenção preventiva e corretiva de Equipamentos médicos hospitalares da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio com fornecimento de peças de reposição em conformidade com as especificações prescritas no Edital. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 30 de janeiro de 2015; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 30 de janeiro de 2015 na Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Avenida Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fone 047 3652 1893 ou no site www.itaioplis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 16/01/2015.
Liandra Teresinha Koppe
Administradora Hospitalar.

Itapiranga**PREFEITURA****CONCORRÊNCIA 21/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO
Nº 21/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Edital nº 21/2015, cujo objeto é a Concessão da Execução do serviço de remoção, guarda e depósito dos veículos apreendidos por infração de trânsito, contravenção penal e qualquer outra prática de infração penal que implique em remoção, guarda e depósito de veículos, recolhidos em atividades de fiscalização das Polícias Cíveis e Militar. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 20 de fevereiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 16 de janeiro de 2015.
Inácio Oswald
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 287, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 287, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na fonte de recurso 104 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 54.891,28 (cinquenta e quatro mil oitocentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos) nas seguintes dotações:

03.03 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo
25.752.0076.2012 - Manut. e Implantação de Redes de Iluminação Pública
44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 24.810,00

06.03- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Outras Fontes
12.306.0134.2033 - Merenda Escolar
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 4.057,78

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes
26.782.0149.2043 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 4.829,00

09.01 - Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
20.608.0145.2041 - Programa de Inseminação Artificial
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 21.194,50

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 30 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 288 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 288 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional complementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, na fonte: 151 - Recursos Tesouro do Exercício Anterior - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 83.322,00 (oitenta e três mil trezentos e vinte e dois reais):

03.03 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serv. Urbanos - Urbanismo

15.51.0076.1006- Construção e Man. de Asfalto, Calçamento e Passeios Públicos

44.90.00.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas R\$ 83.322,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 30 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial do Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 3, DE 12 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 3, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

Delega atribuições ao Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 e 74 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a :

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições ao Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento, Artemio Antonio Scalón, matrícula nº 9979/5 para, cumulativamente, efetuar a assinatura de toda documentação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, de 14 a 28 de janeiro de 2015, período de férias da Secretaria Elaine Schuck Rambo, matrícula n. 14875/01.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 12 de janeiro de 2015.

Inácio Oswald

Prefeito em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón

Secretario Municipal da Fazenda e Planejamento.

PREGÃO Nº 01/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO

PARA CREDENCIAMENTO

Nº 01/2015 FMS

O Município de Itapiranga - SC, torna público que encontra-se aberto o Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2015 para recebimento de propostas e habilitação para contratação de empresa para prestação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias a pessoas necessitadas, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.500/2008. Entrega da documentação a partir das 13:00 horas do dia 29 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 16 de janeiro de 2015

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

PREGÃO Nº 02/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 02/2015 FMS, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, mão de obra e serviços de monitoramento (sistema de alarme) para as unidades básicas de saúde do Município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 30 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 16 de janeiro de 2015

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

PREGÃO Nº 05/2015 - REPUBLICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ERRATA

Na edição do Jornal em circulação no dia 08 de janeiro de 2015, publicado o extrato do Pregão Presencial nº 05/2015.

Onde se lê:

As 14:00 horas do dia 21/01/2015

Leia-se:

As 15:00 horas do dia 29/01/2015

Itapiranga - SC., 16 de janeiro de 2015

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO Nº 19/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 19/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 19/2015, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de proteção individual, destinados para distribuição aos servidores desta municipalidade, conforme autoriza a Lei Municipal nº 1.340/90. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 02 de fevereiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC. 16 de janeiro de 2015.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO Nº 20/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 20/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 20/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de locação, montagem e desmontagem de estruturas para atender os eventos realizados neste municípios. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 03 de fevereiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC. 16 de janeiro de 2015.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Itapoá**PREFEITURA****DECRETO MUNICIPAL Nº 2347/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2347/2014

Data: 23 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações dentro da mesma categoria de programação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 175.729,52 (cento e setenta e cinco mil setecentos e vinte e nove reais e vinte e dois centavos), conforme segue:

Suplementações

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.02 Departamento de Serviços Públicos

15452009.2081 Rede Pública de Iluminação

33390 Aplicações Diretas (220) DR 11700 R\$ 146.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

12361021.2096 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental

33191 Aplicações Diretas Dec Ope entre Órgãos (435) DR 10100 R\$ 21.433,00

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

008243005.2124 Manutenção do Abrigo Provisório

33390 Aplicações Diretas (522) DR 65202 R\$ 4.845,45

33390 Aplicações Diretas (523) DR 65200 R\$ 1.677,35

33390 Aplicações Diretas (524) DR 65300 R\$ 1.651,72

008244005.2143 Folha de Pagamento do FMAS

33191 Aplicações Diretas Dec Ope entre Órgãos (286) DR 10000 R\$ 122,00

Total das Suplementações R\$ 175.729,52

Anulações

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.02 Departamento de Serviços Públicos

15452009.2081 Rede Pública de Iluminação

34490 Aplicações Diretas (221) DR 11700 R\$ 146.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

12361021.2096 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental

33190 Aplicações Diretas (431) DR 10100 R\$ 21.433,00

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

008243005.2124 Manutenção do Abrigo Provisório

34490 Aplicações Diretas (322) DR 65202 R\$ 4.845,45

34490 Aplicações Diretas (319) DR 65200 R\$ 1.677,35

34490 Aplicações Diretas (325) DR 65300 R\$ 1.651,72

008244005.2143 Folha de Pagamento do FMAS

33190 Aplicações Diretas (285) DR 10000 R\$ 122,00
Total das Anulações R\$ 175.729,52

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ERRATA LM Nº 559/2014 – ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

LEI MUNICIPAL Nº 559/2014

Data: 17 de dezembro de 2014

ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Itapoá/SC, para o exercício financeiro de 2015, nos termos do art. 165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, da Lei 4320/64, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, compreendendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e entidades da administração municipal direta e indireta.

Art. 2º. A receita total estimada nos orçamentos fiscal e de seguridade social, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 81.450.500,00 (oitenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil e quinhentos reais).

I - O orçamento fiscal prevê uma receita de R\$ 71.131,540,00 (setenta e um milhões, cento e trinta e um mil, quinhentos e quarenta reais);

II - O orçamento da seguridade social prevê uma receita de R\$ 10.318.960,00 (dez milhões, trezentos e dezoito mil, novecentos e sessenta reais).

Parágrafo Único - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente Municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificada em receita corrente, ou corrente intra-orçamentária ou de capital, arrecadada na forma da legislação vigente.

Art. 3º. A despesa total do município está fixada em R\$ 81.450.500,00 (oitenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil e quinhentos reais), sendo R\$ 55.541.812,85 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e doze reais e oitenta e cinco centavos) do orçamento fiscal, e R\$ 25.908.687,15 (vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quinze centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 4º. A receita estimada e a despesa fixada para o exercício financeiro de 2015, serão evidenciadas através dos seguintes anexos:

I. Demonstrativo de Receitas / Despesas, por Categorias Econômicas (Anexo 01, da Lei 4.320/64);

II. Demonstrativo da Receita Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02, da Lei 4.320/64)

III. Demonstrativo da Despesa por unidade orçamentária segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02, da Lei 4.320/64).

IV. Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade (Anexo 06 da Lei 4.320/64)

V. Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos Atividades (Anexo 07 da Lei 4.320/64);

VI. Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas

conforme o vínculo com recursos (Anexo 08, da Lei 4.320/64);
VII. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 09, da Lei 4.320/64);

VIII. Quadro de Detalhamento da Despesa QDD;

IX. Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (art. 165, § 5º da CF)

Art. 5º. O poder executivo, por aprovação do Legislativo, através de Lei Específica poderá abrir créditos adicionais especiais por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, ou anulação de dotação, ou excesso de arrecadação, ou contratação de convênio, ou produto de operação de crédito autorizada.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I. Remanejar dotações de um grupo de natureza da despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais;

II. Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificados no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III. Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

IV. Realizar abertura de créditos suplementares até 20% do total do orçamento fixado por esta Lei, provenientes de excesso de arrecadação de recursos ordinários, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64;

V. Abrir no curso da execução do orçamento de 2015, créditos adicionais suplementares para cobrir despesa vinculada à destinação de recurso específico, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução, bem como as fontes não previstas, inclusive a de operação de crédito;

§ 1º - As apurações do superávit financeiro e do excesso de arrecadação previstas neste artigo, serão realizadas em cada destinação de recurso identificada nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida no artigo 8º, parágrafo único e artigo 50, inciso I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, inciso I da LRF.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Itapoá (SC), 17 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ERRATA ANEXO LM Nº 559/2014 - 01 - DEMONSTRATIVO DE RECEITAS/DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA / 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo de Receitas/Despesas por Categoria Econômica
Exercício: 2015

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Consolidado

RECEITAS	R\$	DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	82.022.100,00	Despesas Correntes	71.365.426,50
Receitas Tributárias	30.273.000,00	Pessoal e Encargos	39.299.500,00
Receitas de Contribuições	3.070.000,00	Juros e Encargos da Dívida	5.000,00
Receitas Patrimoniais	4.170.000,00	Outras Despesas Correntes	32.060.926,50
Receitas Agropecuárias	0,00		
Receitas Industriais	0,00		
Receitas de Serviços	0,00		
Transferências Correntes	38.878.960,00		
Outras Receitas Correntes	5.630.140,00		
Receitas Correntes Intra-Orçam.	2.510.000,00		
Receitas Tributárias Intra-Orçam.	0,00		
Receitas de Contribuições Intra-Orçam.	2.510.000,00		
Receitas Patrimoniais Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Agropecuárias Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Industriais Intra-Orçam.	0,00		
Receitas de Serviços Intra-Orçam.	0,00		
Transferências Correntes Intra-Orçam.	0,00		
Outras Receitas Correntes Intra-Orçam.	40.000,00		
Dedução da Receita Corrente	(3.143.600,00)		
Total das Receitas Correntes	81.428.500,00	Total das Despesas Correntes	71.365.426,50
Déficit	0,00	Superávit	10.063.073,50
Soma	81.428.500,00	Soma	81.428.500,00
Superávit do Orçamento Corrente	10.063.073,50	Déficit do Orçamento Corrente	0,00
Receitas de Capital	22.000,00	Despesas de Capital	5.155.073,50
Operações de Crédito	0,00	Investimentos	5.065.073,50
Alienação de Bens	17.000,00	Inversões Financeiras	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	Amortização da Dívida	90.000,00
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas Capital	5.000,00		
Total das Receitas de Capital	22.000,00	Total das Despesas de Capital	5.155.073,50
	0,00	-(Reserva Contingência	4.930.000,00
	0,00	+ Reserva do RPPS)	0,00
Déficit	10.063.073,50	Superávit	0,00
R E S U M O			
Receitas Correntes	81.428.500,00	Despesas Correntes	71.365.426,50
Receitas de Capital	22.000,00	Despesas de Capital	5.155.073,50
		Reserva de Contingência	4.930.000,00
		Reserva do RPPS	0,00
Subtotal	81.450.500,00	Subtotal	81.450.500,00
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
Transferências Recebidas	0,00	Transferências Concedidas	0,00
TOTAL	81.450.500,00	TOTAL	81.450.500,00

Fonte:

ERRATA ANEXO LM Nº 559/2014 - 02 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA - 2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2015
Consolidado

Página: 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES		30.273.000,00	82.022.100,00
1100000000000000	RECEITA TRIBUTARIA		29.145.000,00	
1110000000000000	IMPOSTOS		11.145.000,00	
1112000000000000	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA		6.545.000,00	
1112020000000000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA			
1112020001000000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	3.580.000,00		
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.690.118,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	879.248,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	1.010.634,00		
1112020002000000	IPTU TERRITORIAL	2.965.000,00		
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.399.776,50		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	728.204,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	837.019,50		
1112040000000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		400.000,00	
1112043100000000	RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	400.000,00		
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	188.840,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	98.240,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	112.920,00		
1113000000000000	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO			
1113050000000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	4.200.000,00		
1113050100000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	0,00		
000		1.982.820,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.031.520,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	1.185.660,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			
1113000000000000	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO		18.000.000,00	
1113050000000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA		18.000.000,00	
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS			
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	8.497.800,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	4.420.800,00		
1120000000000000	TAXAS			
1121000000000000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA			
1121170000000000	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	5.081.400,00		
000			1.078.000,00	
16600	VIGILANCIA EM SAUDE	75.000,00		
1121250000000000	TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDÚSTRIAS E PRESTADOR	0,00		
000		75.000,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	265.000,00		
1121320000000000	TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	0,00		
000		265.000,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	380.000,00		
1122000000000000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS			
1122990000000000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	380.000,00		
000			358.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2015
Consolidado

Página: 2

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nº. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
11229900010000 000	OUTRAS TAXAS P PREST DE SERVICOS GLEBA	3.000.00		
10000		0.00		
11229900020000 000	RECURSOS ORDINARIOS	3.000.00		
10000	OUTRAS TAXAS P PRESTACAO DE SERVICOS PREFEITURA	235.000.00		
10000		0.00		
11229900030000 10025	RECURSOS ORDINARIOS	235.000.00		
10025	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS FUNREBOM	120.000.00		
11300000000000 000	FUNREBOM	120.000.00		
11300400000000 000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	50.000.00	50.000.00	
10000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES	0.00		
10000		50.000.00		
12000000000000 000	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		3.070.000.00	
12100000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		1.470.000.00	
12102900000000	CONTRIB. REGIME PRÓPRIO PREVID. SERV. PÚBLICO		1.470.000.00	
12102907000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA		1.461.000.00	
12102907010000 10300	CONTRIB DE SERVIDOR ATIVO CIVIL - CAMARA	26.000.00		
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	26.000.00		
12102907020000 10300	CONTRIB. SERV. ATIVO CIVIL - PREFEITURA	1.435.000.00		
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	1.435.000.00		
12102909000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	9.000.00		
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	9.000.00		
12300000000000 000	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICIO DE ILUMINACAO PUBLICA	1.600.000.00		
11700		0.00		
13000000000000	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS DE	1.600.000.00		
13200000000000	RECEITA PATRIMONIAL		4.170.000.00	
13200000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		3.810.000.00	
13250000000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS		500.000.00	
13250200000000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS		500.000.00	
13250299000000 000	REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPOSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS - OUTROS	500.000.00		
10000		0.00		
13280000000000 10300	RECURSOS ORDINARIOS	500.000.00		
10300	REMUNER. INVEST. REGIME PRÓPRIO PREV. SERVID.		3.310.000.00	
13300000000000	REMUNERAÇÃO INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR EM RENDA FIXA			
13310000000000	CONTRIBUICAO PARA RPPS	3.310.000.00		
13319900000000 000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES		360.000.00	
10026	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS		360.000.00	
10026	OUTRAS REC. CONCESSOES PERMISSOES - SERVICOS	360.000.00		
17000000000000	SANEAMENTO BÁSICO		38.878.960.00	
17200000000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES		38.876.960.00	
17210000000000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		21.118.000.00	
17210100000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		10.275.000.00	
17210102000000 000	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	10.250.000.00		
000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS	0.00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2015
Consolidado

Página: 3

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10000	RECURSOS ORDINARIOS	4.839.025,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	2.517.400,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	2.893.575,00		
17210105000000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	25.000,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	11.802,50		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	6.140,00		
10200	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	7.057,50		
17212200000000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	6.556.000,00		
17212220000000		1.000,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	1.000,00		
17212240000000	COTA-PARTE ROYALTIES PELO EXCEDENTE DA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI Nº 9.478/97, ARTIGO 49, I E II	6.400.000,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	6.400.000,00		
17212270000000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	155.000,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
14400	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	155.000,00		
17213300000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO	2.405.000,00		
17213300010000	PISO DE ATENCAO BASICO	408.000,00		
26403	Atenção Básica - PAB FIXO	408.000,00		
17213300020000	VIGILANCIA SANITARIA	10.000,00		
26602	Vigilância em Saúde - Sanitária	10.000,00		
17213300030000	Epidemiologia e Controle de Doencas-E	29.000,00		
26601	Vigilância em Saúde - Epidemiológica	29.000,00		
17213300040000	FARMACIA BASICA	78.000,00		
26702	Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL	78.000,00		
17213300050000	PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA-PSF	428.000,00		
26404	Atenção Básica - PSF	428.000,00		
17213300060000	MEDIA ALTA COMPLEXIDADE-MAC	300.000,00		
26502	MAC / SE	300.000,00		
17213300070000	AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE-PACS	422.000,00		
26405	Atenção Básica - PACS	422.000,00		
17213300080000	PSE - PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	34.000,00		
26406	Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola	34.000,00		
17213300090000	PMAQ - PROGR MELH ACESSO E QUALIDADE	306.000,00		
26407	Atenção Básica - PMAQ/AB	306.000,00		
17213300100000	MÉDIA / ALTA COMPLEXIDADE	150.000,00		
26501	MAC/SAMU	150.000,00		
17213300110000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO	240.000,00		
26402	NASF SC COFINACIAMENTO ATEN.BAS.	240.000,00		
17213400000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	251.000,00		
17213400010000	APOIO A PESSOA IDOSA-API	4.400,00		
24700	APOIO A PESSOA IDOSA - API	4.400,00		
17213400050000	IGD - SUAS	18.000,00		
26302	IGD - SUAS	18.000,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2015
Consolidado

Página: 4

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nº. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
17213400060000	BOLSA FAMÍLIA	15.600,00		
26301	Bolsa Família	15.600,00		
17213400070000	PBF - PISO BASICO FIXO	78.000,00		
25201	PBF - PISO BASICO FIXO	78.000,00		
17213400080000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			
25205	SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV	135.000,00		
17213500000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE			
17213501000000	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.270.000,00	1.554.000,00	
25800	SALARIO EDUCACAO	1.270.000,00		
17213503000000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR -			
17213503010000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR -	142.000,00	245.000,00	
26001	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental	142.000,00		
17213503020000	TRNASFERÊNCIAS PNAE - PNAP	44.000,00		
26002	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar	44.000,00		
17213503030000	TRANSFERÊNCIAS PNAE - PNAC	46.000,00		
26003	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche	46.000,00		
17213503040000	PROGR NAC. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EJA	13.000,00		
26004	Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA	13.000,00		
17213504000000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGR. NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO	39.000,00		
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar - Federal	39.000,00		
17213600000000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96		17.000,00	
17213600010000	Transf. Financeira ICMS Deson.-LC 87/	17.000,00		
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	8.025,70		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	4.175,20		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	4.799,10		
17219900000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	60.000,00		
000		0,00		
60.000,00		60.000,00		
17220000000000	RECURSOS ORDINARIOS		6.068.960,00	
17220000000000	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS		5.428.000,00	
17220100000000	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	4.190.000,00		
17220101000000	COTA-PARTE DO ICMS	0,00		
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.978.099,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	1.029.064,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	1.182.837,00		
17220102000000	COTA-PARTE DO IPVA	1.190.000,00		
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	561.799,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	292.264,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	335.937,00		
17220104000000	COTA PARTE DO IPI	46.000,00		
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	21.716,60		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	11.297,60		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	12.985,80		

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2015
Consolidado

Página: 5

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
172201300000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	2.000,00		
000		0,00		
11600	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E	2.000,00	215.000,00	
172233000000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUNDO A FUNDO			
172233000100000	PROG. DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	67.000,00		
26701	Assistência Farmacêutica Básica Estadual	67.000,00		
172233000200000	COFINANCIAMENTO DA ATENCAO BASICA	99.000,00		
26401	Cofinanciamento da Atenção Básica	99.000,00		
172233000400000	MÉDIA / ALTA COMPLEXIDADE	49.000,00		
26503	MAC / ESTADUAL	49.000,00	425.960,00	
172299000000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	375.000,00		
172299000100000	TRANSFERENCIA DOS ESTADOS TRANSP ESCOLAR	375.000,00		
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar - Estadual	20.800,00		
172299000200000	REPASSE FUNDO A FUNDO PARA PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.800,00		
25202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL	20.800,00		
172299000300000	FEAS - COFINAN. DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	3.460,00		
25203	FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	3.460,00		
172299000400000	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	26.700,00		
25204	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	26.700,00		
172400000000000	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS		11.690.000,00	
172401000000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	11.690.000,00		
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	2.000,00		
175000000000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	2.000,00		
17800	FIA Demais Recursos			
190000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		5.630.140,00	
191000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA		3.315.140,00	
191100000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS		1.635.500,00	
191138000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU			
000		60.000,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	28.326,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	14.736,00		
191139000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS - ITBI	16.938,00		
000		1.500,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	708,15		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	368,40		
191140000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	423,45		
000		24.000,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	11.330,40		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	5.894,40		
191199000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	6.775,20		
191199010000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS		1.550.000,00	
000		1.550.000,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
		1.550.000,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2015
Consolidado

Página: 6

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
1913000000000000	MUL. E JUR. MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	1.200.000,00	1.612.000,00	
1913110000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	0,00		
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	266.640,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	394.680,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	538.680,00		
1913130000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	2.000,00		
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	944,20		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	491,20		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	564,60		
1913990000000000	MULTAS JUR. MORA DIV. ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	410.000,00		
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	410.000,00	67.640,00	
1919000000000000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	67.640,00		
1919150000000000	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	0,00		
000		23.674,00		
15400	CONVENIO TRANSITO - MILITAR	23.674,00		
15500	CONVENIO TRANSITO - CIVIL	20.292,00		
15600	CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA			
1920000000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES		50.000,00	
1922000000000000	RESTITUICOES		50.000,00	
1922100000000000	COMP.FIN.REGIME GERAL E PROPRIO PREV.SERV.			
1922200100000000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREV. DOS SERV. - P			
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS			
1930000000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.880.000,00	
1931000000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		1.880.000,00	
1931110000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	1.650.000,00		
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	778.965,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	405.240,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	465.795,00		
1931130000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	20.000,00		
000		0,00		
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	9.442,00		
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	4.912,00		
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	5.646,00		
1931990000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	210.000,00		
1931990100000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	0,00		
000		210.000,00		
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	210.000,00		
1990000000000000	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		385.000,00	
1990020000000000	REC. DE ONUS SUCUMBENCIA DE ACOES JUDICIAIS		200.000,00	
1990020100000000	RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS		0,00	
000		200.000,00		
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA	200.000,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2015
Consolidado

Página: 7

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nº. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
1990990000000000	OUTRAS RECEITAS	180.000,00	185.000,00	
199099000100000000	OUTRAS RECEITAS	0,00		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	180.000,00		
1990990002000000	OUTRAS RECEITAS	5.000,00		
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS			
2000000000000000	RECEITAS DE CAPITAL			
2200000000000000	ALIENACAO DE BENS		17.000,00	22.000,00
2210000000000000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS		17.000,00	
2215000000000000	ALIENACAO DE VEICULOS		12.000,00	
221500000100000000	ALIENACAO DE VEICULOS	12.000,00		
000		0,00		
18900	ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTROS	12.000,00		
2219000000000000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS			
2219000001000000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	5.000,00	5.000,00	
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	5.000,00		
2500000000000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00		
2590000000000000	OUTRAS RECEITAS	5.000,00		
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	5.000,00		
7000000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS			
7200000000000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES		2.510.000,00	2.550.000,00
7210000000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS		2.510.000,00	
7210290000000000	CONTRIB. P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV. PUBLICO			
7210290100000000	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	2.450.000,00		
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	2.450.000,00		
7210291500000000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	60.000,00		
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	60.000,00		
7900000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		40.000,00	
7910000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA		40.000,00	
7912000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES		40.000,00	
7912290100000000	MULTA E JUROS DE MORA SOBRE CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	40.000,00		
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	40.000,00		
1000000000000000	(R)DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE			(3.143.600,00)
1700000000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES		(3.143.600,00)	
1720000000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERENCIA INTERGOVERNAMENTAL		(3.143.600,00)	
1721000000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERENCIA DA UNIAO		(2.058.400,00)	
1721010000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO		(2.055.000,00)	
1721010200000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICI			
000		(2.050.000,00)		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
1721010500000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERR	(2.050.000,00)		
000		(5.000,00)		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
1721360000000000	(R)DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMACAO DO FUNDEB - ICMS DESONERACAO - LEI COMPLEMENTAR 87/9	(5.000,00)		
172136000100000000	(R)Transf. Financeira ICMS Deson.-LC 87/	(3.400,00)	(3.400,00)	
000		0,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página:
8

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10000	RECURSOS ORDINARIOS			
17220000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERENCIA DO ESTADO		(1.085.200,00)	
17220100000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE PARTICIPACAO NA RECEITA DO ESTAD		(1.085.200,00)	
17220101000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DO ICMS	(3.400,00)		
000		(838.000,00)		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
17220102000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DA COTA-PARTE DO IPVA	(838.000,00)		
000		(238.000,00)		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
17220104000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DO IPI/EXPORTACAO	(238.000,00)		
000		(9.200,00)		
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00		
		(9.200,00)		
Total				81.450.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica

Exercício: 2015
Consolidado

Página: 9

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	----------	---------------------

Resumo por Vínculo			
Vínculo	Descrição	Valor	
10000	RECURSOS ORDINARIOS	29.376.578,05	
10025	FUNREBOM	120.000,00	
10026	SANEAMENTO BASICO	360.000,00	
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA	200.000,00	
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	11.844.674,80	
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	13.699.647,15	
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	7.395.000,00	
11600	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E	2.000,00	
11700	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS DE	1.600.000,00	
14400	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	155.000,00	
15400	CONVENIO TRANSITO - MILITAR	23.674,00	
15500	CONVENIO TRANSITO - CIVIL	23.674,00	
15600	CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA	20.292,00	
16600	VIGILANCIA EM SAUDE	75.000,00	
17800	FIA Demais Recursos	2.000,00	
18900	ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTROS	12.000,00	
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	11.690.000,00	
24700	APOIO A PESSOA IDOSA - API	4.400,00	
25201	PBF - PISO BASICO FIXO	78.000,00	
25202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL	20.800,00	
25203	FEAS - COFINANC. DE BENEFICIOS EVENTUAIS	3.460,00	
25204	FEAS - PROTECAO SOCIAL BASICA	26.700,00	
25205	SERV CONV E FORTAL VINCULO - SCFV	135.000,00	
25800	SALARIO EDUCACAO	1.270.000,00	
26001	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental	142.000,00	
26002	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar	44.000,00	
26003	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche	46.000,00	
26004	Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA	13.000,00	
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal	39.000,00	
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua	375.000,00	
26301	Bolsa Família	15.600,00	
26302	IGD - SUAS	18.000,00	
26401	Cofinanciamento da Atenção Básica	99.000,00	
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN BAS.	240.000,00	
26403	Atenção Básica - PAB FIXO	408.000,00	
26404	Atenção Básica - PSF	428.000,00	
26405	Atenção Básica - PACS	422.000,00	
26406	Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola	34.000,00	
26407	Atenção Básica - PMAQ/AB	306.000,00	
26501	MAC/SAMU	150.000,00	
26502	MAC / SE	300.000,00	
26503	MAC / ESTADUAL	49.000,00	
26601	Vigilância em Saúde - Epidemiológica	29.000,00	
26602	Vigilância em Saúde - Sanitária	10.000,00	
26701	Assistência Farmacêutica Básica Estadual	67.000,00	
26702	Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL	76.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica

Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

[illegible]

Página: 10

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

ERRATA ANEXO LM Nº 559/2014 - 03 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - 2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2015
Consolidado

Página:

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
01.001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.040.000,00	0,00	660.000,00	2.700.000,00
02.001 - CONTROLADORIA	250.000,00	0,00	4.000,00	254.000,00
03.001 - GABINETE DO PREFEITO	1.168.000,00	0,00	576.950,00	1.744.950,00
03.002 - GABINETE DO VICE - PREFEITO	249.000,00	0,00	9.900,00	258.900,00
03.003 - FUNDO DA DEFESA CIVIL	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
04.001 - DPTO JURIDICO	515.000,00	0,00	140.000,00	655.000,00
05.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	1.640.000,00	0,00	2.237.600,05	3.877.600,05
05.002 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	1.755.000,00	5.000,00	825.000,00	2.585.000,00
06.001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	535.000,00	0,00	10.000,00	545.000,00
06.002 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO	70.000,00	0,00	98.100,00	168.100,00
07.001 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO	33.000,00	0,00	17.000,00	50.000,00
07.002 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	126.000,00	0,00	27.000,00	153.000,00
08.001 - DPTO DE ESPORTE	220.000,00	0,00	392.000,00	612.000,00
08.002 - DPTO DE LAZER	31.000,00	0,00	146.010,00	177.010,00
09.001 - DPTO DE AGRICULTURA	265.000,00	0,00	203.010,00	468.010,00
09.002 - DPTO DE PESCA	48.000,00	0,00	141.000,00	189.000,00
10.001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO - FUNDETU	95.000,00	0,00	199.801,00	294.801,00
10.002 - FUNDO MUNIC DE MEIO-AMBIENTE - FMMA	220.000,00	0,00	235.550,50	455.550,50
10.003 - DPTO DE CULTURA	163.000,00	0,00	232.000,00	395.000,00
11.001 - DPTO DE OBRAS	810.000,00	0,00	2.400.000,00	3.210.000,00
11.002 - DPTO DE SERVICOS PUBLICOS	810.000,00	0,00	2.205.000,00	3.015.000,00
11.003 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	3.815.898,00	3.815.898,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	0,00	0,00	16.000,00	16.000,00
13.001 - ENSINO FUNDAMENTAL	10.400.000,00	0,00	5.460.784,80	15.860.784,80
13.002 - ENSINO INFANTIL	4.650.000,00	0,00	1.990.000,00	6.640.000,00
13.003 - ENSINO FUNDAMENTAL / EJA	600.000,00	0,00	85.000,00	685.000,00
13.004 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	636.000,00	636.000,00
13.005 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	1.100.000,00	1.100.000,00
13.006 - ENSINO ESPECIAL	0,00	0,00	43.910,00	43.910,00
14.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.406.500,00	0,00	4.633.217,15	16.039.717,15
15.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.200.000,00	0,00	780.195,00	1.980.195,00
16.001 - IPESI	0,00	0,00	7.375.000,00	7.375.000,00
17.001 - DPTO DO FUNREBOM	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
26.001 - RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
Total.....:	39.299.500,00	5.000,00	36.990.926,50	76.295.426,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2015
 Consolidado

Página:

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
01.001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
02.001 - CONTROLADORIA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
03.001 - GABINETE DO PREFEITO	20.650,00	0,00	0,00	20.650,00
03.002 - GABINETE DO VICE - PREFEITO	100,00	0,00	0,00	100,00
03.003 - FUNDO DA DEFESA CIVIL	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
04.001 - DPTO JURIDICO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
05.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	119.348,00	0,00	0,00	119.348,00
05.002 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	20.000,00	0,00	90.000,00	110.000,00
06.001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
06.002 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO	52.100,00	0,00	0,00	52.100,00
07.001 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
07.002 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
08.001 - DPTO DE ESPORTE	206.000,00	0,00	0,00	206.000,00
08.002 - DPTO DE LAZER	14.040,00	0,00	0,00	14.040,00
09.001 - DPTO DE AGRICULTURA	32.190,00	0,00	0,00	32.190,00
09.002 - DPTO DE PESCA	29.000,00	0,00	0,00	29.000,00
10.001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO - FUNDETU	300.200,00	0,00	0,00	300.200,00
10.002 - FUNDO MUNIC DE MEIO-AMBIENTE - FMMA	114.450,50	0,00	0,00	114.450,50
10.003 - DPTO DE CULTURA	68.000,00	0,00	0,00	68.000,00
11.001 - DPTO DE OBRAS	560.200,00	0,00	0,00	560.200,00
11.002 - DPTO DE SERVICOS PUBLICOS	545.000,00	0,00	0,00	545.000,00
11.003 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	51.000,00	0,00	0,00	51.000,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
13.001 - ENSINO FUNDAMENTAL	981.010,00	0,00	0,00	981.010,00
13.002 - ENSINO INFANTIL	899.010,00	0,00	0,00	899.010,00
13.003 - ENSINO FUNDAMENTAL / EJA	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
13.004 - ENSINO MÉDIO	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
13.005 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
13.006 - ENSINO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
14.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	355.010,00	0,00	0,00	355.010,00
15.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	121.765,00	0,00	0,00	121.765,00
16.001 - IPESI	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
17.001 - DPTO DO FUNREBOM	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
26.001 - RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Total.....:	5.065.073,50	0,00	90.000,00	5.155.073,50

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2015
 Consolidado

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 3

TOTAL GERAL	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL GERAL
01.001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.800.000,00
02.001 - CONTROLADORIA	255.000,00
03.001 - GABINETE DO PREFEITO	1.765.600,00
03.002 - GABINETE DO VICE - PREFEITO	259.000,00
03.003 - FUNDO DA DEFESA CIVIL	50.000,00
04.001 - DPTO JURIDICO	665.000,00
05.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	3.996.948,05
05.002 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	2.695.000,00
06.001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	635.000,00
06.002 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO	220.200,00
07.001 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO	53.000,00
07.002 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	156.000,00
08.001 - DPTO DE ESPORTE	818.000,00
08.002 - DPTO DE LAZER	191.050,00
09.001 - DPTO DE AGRICULTURA	500.200,00
09.002 - DPTO DE PESCA	218.000,00
10.001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO - FUNDETU	595.001,00
10.002 - FUNDO MUNIC DE MEIO-AMBIENTE - FMMA	570.001,00
10.003 - DPTO DE CULTURA	463.000,00
11.001 - DPTO DE OBRAS	3.770.200,00
11.002 - DPTO DE SERVICOS PUBLICOS	3.560.000,00
11.003 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	3.866.898,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	17.000,00
13.001 - ENSINO FUNDAMENTAL	16.841.794,80
13.002 - ENSINO INFANTIL	7.539.010,00
13.003 - ENSINO FUNDAMENTAL / EJA	688.000,00
13.004 - ENSINO MÉDIO	786.000,00
13.005 - ENSINO SUPERIOR	1.100.000,00
13.006 - ENSINO ESPECIAL	43.910,00
14.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	16.394.727,15
15.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.101.960,00
16.001 - IPESI	7.395.000,00
17.001 - DPTO DO FUNREBOM	240.000,00
26.001 - RESERVA DE CONTIGENCIA	200.000,00
Total.....:	81.450.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2015
 Consolidado

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página:

4

Resumo Por Vínculo		
Vínculo	Descrição	Total Parcial
10000	RECURSOS ORDINARIOS	29.376.458,05
10025	FUNREBOM	120.000,00
10026	SANEAMENTO BÁSICO	360.000,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA	200.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	11.844.714,80
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	13.699.727,15
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	7.395.000,00
11600	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E	2.000,00
11700	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS DE	1.600.000,00
14400	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	155.000,00
15400	CONVENIO TRANSITO - MILITAR	23.674,00
15500	CONVENIO TRANSITO - CIVIL	23.674,00
15600	CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA	20.292,00
16600	VIGILANCIA EM SAUDE	75.000,00
17800	FIA Demais Recursos	2.000,00
18900	ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTROS	12.000,00
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	11.690.000,00
24700	APOIO A PESSOA IDOSA - API	4.400,00
25201	PBF- PISO BASICO FIXO	78.000,00
25202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL	20.800,00
25203	FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	3.460,00
25204	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	26.700,00
25205	SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV	135.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO	1.270.000,00
26001	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental	142.000,00
26002	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar	44.000,00
26003	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche	46.000,00
26004	Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA	13.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal	39.000,00
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua	375.000,00
26301	Bolsa Família	15.600,00
26302	IGD - SUAS	18.000,00
26401	Cofinanciamento da Atenção Básica	99.000,00
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.	240.000,00
26403	Atenção Básica - PAB FIXO	408.000,00
26404	Atenção Básica - PSF	428.000,00
26405	Atenção Básica - PACS	422.000,00
26406	Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola	34.000,00
26407	Atenção Básica - PMAQ/AB	306.000,00
26501	MAC/SAMU	150.000,00
26502	MAC / SE	300.000,00
26503	MAC / ESTADUAL	49.000,00
26601	Vigilância em Saúde - Epidemiológica	29.000,00
26602	Vigilância em Saúde - Sanitária	10.000,00
26701	Assistência Farmacêutica Básica Estadual	67.000,00
26702	Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL	78.000,00
Total Geral:		81.450.500,00

ERRATA ANEXO LM Nº 559/2014 - 04 - DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE - 2015PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 1

Órgão.....: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Unidade Orçamentária: 001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA			2.800.000,00	2.800.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA			2.800.000,00	2.800.000,00
01.031.0001	GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO			2.800.000,00	2.800.000,00
01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL			2.800.000,00	2.800.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			2.650.000,00	2.650.000,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA			150.000,00	150.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	2.800.000,00	2.800.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	2.800.000,00	2.800.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	2.800.000,00	2.800.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 2

Órgão.....: 02 - CONTROLE INTERNO					
Unidade Orçamentária: 001 - CONTROLADORIA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			255.000,00	255.000,00
04.124	CONTROLE INTERNO			255.000,00	255.000,00
04.124.0003	GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA			255.000,00	255.000,00
04.124.0003.2002	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA			5.000,00	5.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00	5.000,00
04.124.0003.2003	FOLHA DE PAGAMENTO DA CONTROLADORIA INTERNA			250.000,00	250.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			250.000,00	250.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	255.000,00	255.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	255.000,00	255.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	255.000,00	255.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 3

Órgão.....: 03 - GABINETE DO PREFEITO					
Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DO PREFEITO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO		100,00	1.765.500,00	1.765.600,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL		100,00	1.765.500,00	1.765.600,00
04.122.0002	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		100,00	1.765.500,00	1.765.600,00
04.122.0002.1001	PARCERIA C/ ESTADO P/ IMPLANTAÇÃO DA CIA POLÍCIA MILITAR		100,00		100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		100,00		100,00
04.122.0002.2004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			340.000,00	340.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			340.000,00	340.000,00
04.122.0002.2005	FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO			1.165.000,00	1.165.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1.165.000,00	1.165.000,00
04.122.0002.2006	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS			200.000,00	200.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			200.000,00	200.000,00
04.122.0002.2007	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA			5.500,00	5.500,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			5.500,00	5.500,00
04.122.0002.2008	CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA			55.000,00	55.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			55.000,00	55.000,00
Total Unidade		0,00	100,00	1.765.500,00	1.765.600,00
Subtotal Órgão		0,00	100,00	1.765.500,00	1.765.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 4

Órgão.....: 03 - GABINETE DO PREFEITO					
Unidade Orçamentária: 002 - GABINETE DO VICE - PREFEITO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			259.000,00	259.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			259.000,00	259.000,00
04.122.0002	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS			259.000,00	259.000,00
04.122.0002.2010	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			10.000,00	10.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00	10.000,00
04.122.0002.2011	FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			249.000,00	249.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			249.000,00	249.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	259.000,00	259.000,00
Subtotal Órgão		0,00	100,00	2.024.500,00	2.024.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 5

Órgão.....: 03 - GABINETE DO PREFEITO					
Unidade Orçamentária: 003 - FUNDO DA DEFESA CIVIL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	SEGURANÇA PÚBLICA			50.000,00	50.000,00
06.182	DEFESA CIVIL			50.000,00	50.000,00
06.182.0020	FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL			50.000,00	50.000,00
06.182.0020.2140	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL			50.000,00	50.000,00
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS			50.000,00	50.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
Subtotal Órgão		0,00	100,00	2.074.500,00	2.074.600,00
Total Órgão		0,00	100,00	2.074.500,00	2.074.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 6

Órgão.....: 04 - PROCURADORIA JURIDICA					
Unidade Orçamentária: 001 - DPTO JURIDICO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
02	JUDICIARIA			665.000,00	665.000,00
02.061	ACAO JUDICIARIA			665.000,00	665.000,00
02.061.0017	PROCURADORIA JURIDICA			665.000,00	665.000,00
02.061.0017.2012	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURIDICA			100.000,00	100.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00	100.000,00
02.061.0017.2013	FOLHA DE PAGAMENTO DA PROCURADORIA JURIDICA			515.000,00	515.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			515.000,00	515.000,00
02.061.0017.2014	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA			50.000,00	50.000,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA			50.000,00	50.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	665.000,00	665.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	665.000,00	665.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	665.000,00	665.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 7

Órgão.....: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			3.996.948,05	3.996.948,05
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			3.996.948,05	3.996.948,05
04.122.0003	GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA			3.996.948,05	3.996.948,05
04.122.0003.2009	SUBVENÇÃO SOCIAL			110.000,00	110.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			110.000,00	110.000,00
04.122.0003.2015	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			2.179.308,05	2.179.308,05
10000	RECURSOS ORDINARIOS			2.012.308,05	2.012.308,05
14400	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO			155.000,00	155.000,00
18900	ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTROS			12.000,00	12.000,00
04.122.0003.2016	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			1.640.000,00	1.640.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1.640.000,00	1.640.000,00
04.122.0003.2017	CONVÊNIO DA LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO			67.640,00	67.640,00
15400	CONVENIO TRANSITO - MILITAR			23.674,00	23.674,00
15500	CONVENIO TRANSITO - CIVIL			23.674,00	23.674,00
15600	CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA			20.292,00	20.292,00
Total Unidade		0,00	0,00	3.996.948,05	3.996.948,05
Subtotal Órgão		0,00	0,00	3.996.948,05	3.996.948,05



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 8

Órgão.....: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS					
Unidade Orçamentária: 002 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			2.695.000,00	2.695.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			2.695.000,00	2.695.000,00
04.122.0003	GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA			2.695.000,00	2.695.000,00
04.122.0003.2018	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS			940.000,00	940.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			940.000,00	940.000,00
04.122.0003.2019	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS			1.755.000,00	1.755.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1.755.000,00	1.755.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	2.695.000,00	2.695.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	6.691.948,05	6.691.948,05
Total Órgão		0,00	0,00	6.691.948,05	6.691.948,05



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 9

Órgão.....: 06 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			635.000,00	635.000,00
04.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA			635.000,00	635.000,00
04.451.0004	PLANEJAMENTO URBANÍSTICO			635.000,00	635.000,00
04.451.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO			100.000,00	100.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00	100.000,00
04.451.0004.2021	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO			535.000,00	535.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			535.000,00	535.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	635.000,00	635.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	635.000,00	635.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 10

Órgão.....: 06 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO					
Unidade Orçamentária: 002 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO		50.000,00	170.100,00	220.100,00
04.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		50.000,00	170.100,00	220.100,00
04.451.0004	PLANEJAMENTO URBANÍSTICO		50.000,00	170.100,00	220.100,00
04.451.0004.1002	ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA AV DO COMÉRCIO		50.000,00		50.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		50.000,00		50.000,00
04.451.0004.2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO			100.000,00	100.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00	100.000,00
04.451.0004.2023	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO			70.000,00	70.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			70.000,00	70.000,00
04.451.0004.2025	CALÇADAS E ACESSIBILIDADE PARA O PEDESTRE			100,00	100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			100,00	100,00
15	URBANISMO			100,00	100,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA			100,00	100,00
15.451.0004	PLANEJAMENTO URBANÍSTICO			100,00	100,00
15.451.0004.2162	ELABORAÇÃO DE PROJETO E IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE			100,00	100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			100,00	100,00
Total Unidade		0,00	50.000,00	170.200,00	220.200,00
Subtotal Órgão		0,00	50.000,00	805.200,00	855.200,00
Total Órgão		0,00	50.000,00	805.200,00	855.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 11

Órgão.....: 07 - SECRETARIA DE DESENVOLV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
11	TRABALHO			53.000,00	53.000,00
11.334	FOMENTO AO TRABALHO			53.000,00	53.000,00
11.334.0018	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO			53.000,00	53.000,00
11.334.0018.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO			20.000,00	20.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00	20.000,00
11.334.0018.2027	FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE DESENVOLVIMENTO			33.000,00	33.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			33.000,00	33.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	53.000,00	53.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	53.000,00	53.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 12

Órgão.....: 07 - SECRETARIA DE DESENVOLV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
Unidade Orçamentária: 002 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
22	INDÚSTRIA			156.000,00	156.000,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL			156.000,00	156.000,00
22.661.0018	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO			156.000,00	156.000,00
22.661.0018.2028	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO			30.000,00	30.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00	30.000,00
22.661.0018.2029	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO			126.000,00	126.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			126.000,00	126.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	156.000,00	156.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	209.000,00	209.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	209.000,00	209.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 13

Órgão.....: 08 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER					
Unidade Orçamentária: 001 - DPTO DE ESPORTE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	DESPORTO E LAZER		185.000,00	633.000,00	818.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITARIO		185.000,00	633.000,00	818.000,00
27.812.0016	ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE		185.000,00	633.000,00	818.000,00
27.812.0016.1007	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE NO PONTAL E BARRA DO SAÍ		50,00		50,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		50,00		50,00
27.812.0016.1008	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE MULTIUSO		50,00		50,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		50,00		50,00
27.812.0016.1010	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS		80.000,00		80.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		80.000,00		80.000,00
27.812.0016.1011	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE QUADRA ESPORTIVA NA AV. DAS NAÇÕES		50.000,00		50.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		50.000,00		50.000,00
27.812.0016.1012	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL		50,00		50,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		50,00		50,00
27.812.0016.1041	CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO ESPORTIVO NO BALNEÁRIO MARILUZ		50,00		50,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		50,00		50,00
27.812.0016.1042	CONSTRUÇÃO DE PISTA DE SKATE NO BAIRRO SAMAMBAIAL		54.800,00		54.800,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		54.800,00		54.800,00
27.812.0016.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE			110.000,00	110.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			110.000,00	110.000,00
27.812.0016.2031	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE			220.000,00	220.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			220.000,00	220.000,00
27.812.0016.2032	INCENTIVO À PRÁTICA DESPORTIVAS DE PARA-ATLETAS NAS DIVERSAS MODALIDADES E DE OUTRAS ATIVIDADES FÍSICAS			98.000,00	98.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			98.000,00	98.000,00
27.812.0016.2033	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS			58.000,00	58.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			58.000,00	58.000,00
27.812.0016.2034	MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS			45.000,00	45.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			45.000,00	45.000,00
27.812.0016.2035	INCENTIVO AO VOLEIBOL E AO ESPORTE AMADOR E PROFISSIONAL EM GERAL			62.000,00	62.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			62.000,00	62.000,00
27.812.0016.2148	IMPLANTAÇÃO DE CONVÊNIO COM A LIGA MUNICIPAL DE FUTEBOL			40.000,00	40.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			40.000,00	40.000,00
Total Unidade		0,00	185.000,00	633.000,00	818.000,00
Subtotal Órgão		0,00	185.000,00	633.000,00	818.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 14

Órgão.....: 08 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER					
Unidade Orçamentária: 002 - DPTO DE LAZER					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	DESPORTO E LAZER		60.050,00	131.000,00	191.050,00
27.812	DESPORTO COMUNITARIO		50,00		50,00
27.812.0016	ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE		50,00		50,00
27.812.0016.1009	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER		50,00		50,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		50,00		50,00
27.813	LAZER		60.000,00	131.000,00	191.000,00
27.813.0016	ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE		60.000,00	131.000,00	191.000,00
27.813.0016.1013	PROJETO VERÃO		60.000,00		60.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		60.000,00		60.000,00
27.813.0016.2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LAZER			50.000,00	50.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00	50.000,00
27.813.0016.2037	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE LAZER			31.000,00	31.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			31.000,00	31.000,00
27.813.0016.2154	GINCAMA ESPORTIVA, DE LAZER E CULTURAL EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DE ITAPOÁ			15.000,00	15.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00	15.000,00
27.813.0016.2155	INCENTIVO À PRÁTICA DE LAZER E ESPORTE			35.000,00	35.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			35.000,00	35.000,00
Total Unidade		0,00	60.050,00	131.000,00	191.050,00
Subtotal Órgão		0,00	245.050,00	764.000,00	1.009.050,00
Total Órgão		0,00	245.050,00	764.000,00	1.009.050,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 15

Órgão.....: 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA					
Unidade Orçamentária: 001 - DPTO DE AGRICULTURA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	AGRICULTURA		20.100,00	480.100,00	500.200,00
20.601	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL		20.100,00	480.100,00	500.200,00
20.601.0012	PROGRAMA DE INCENTIVO AO AGRICULTOR FAMILIAR E AO		20.100,00	480.100,00	500.200,00
20.601.0012.1014	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PARA A AGRICULTURA		100,00		100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		100,00		100,00
20.601.0012.1040	CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL NO BALNEÁRIO ITAPEMA DO NORTE		20.000,00		20.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		20.000,00		20.000,00
20.601.0012.2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA			100.000,00	100.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00	100.000,00
20.601.0012.2039	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA			265.000,00	265.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			265.000,00	265.000,00
20.601.0012.2040	FEIRAS AGRÍCOLAS			9.000,00	9.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			9.000,00	9.000,00
20.601.0012.2041	TRANSPORTE DE CALCÁRIO E AQUISIÇÃO DE ADUBOS E SEMENTES			13.000,00	13.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			13.000,00	13.000,00
20.601.0012.2042	HORAS MÁQUINAS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DAS COMUNIDADES RURAIS			30.000,00	30.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00	30.000,00
20.601.0012.2043	CONVÊNIOS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA			20.000,00	20.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00	20.000,00
20.601.0012.2044	MELHORIA AO ACESSO ÀS PROPRIEDADES RURAIS			100,00	100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			100,00	100,00
20.601.0012.2045	SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM			4.000,00	4.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			4.000,00	4.000,00
20.601.0012.2046	CONVÊNIO COM LABORATÓRIO			4.000,00	4.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			4.000,00	4.000,00
20.601.0012.2149	FESTA DO AGRICULTOR			15.000,00	15.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00	15.000,00
20.601.0012.2150	IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS E VIVEIROS DE MUDAS			6.000,00	6.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			6.000,00	6.000,00
20.601.0012.2151	INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR			7.000,00	7.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			7.000,00	7.000,00
20.601.0012.2152	APOIO AO TURISMO RURAL			7.000,00	7.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			7.000,00	7.000,00
Total Unidade		0,00	20.100,00	480.100,00	500.200,00
Subtotal Órgão		0,00	20.100,00	480.100,00	500.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 16

Órgão.....: 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA					
Unidade Orçamentária: 002 - DPTO DE PESCA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	AGRICULTURA		50.000,00	168.000,00	218.000,00
20.602	PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL		50.000,00	168.000,00	218.000,00
20.602.0012	PROGRAMA DE INCENTIVO AO AGRICULTOR FAMILIAR E AO		50.000,00	168.000,00	218.000,00
20.602.0012.1015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE		15.000,00		15.000,00
	MERCADO DE PEIXE				
10000	RECURSOS ORDINARIOS		15.000,00		15.000,00
20.602.0012.1016	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PARA OFICINA E		5.000,00		5.000,00
	MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÃO				
10000	RECURSOS ORDINARIOS		5.000,00		5.000,00
20.602.0012.1017	DESASSORIAMENTO E ABERTURA DO CANAL DO RIO SAÍ		30.000,00		30.000,00
	MIRIM				
10000	RECURSOS ORDINARIOS		30.000,00		30.000,00
20.602.0012.2047	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESCA			65.000,00	65.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			65.000,00	65.000,00
20.602.0012.2048	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PESCA			48.000,00	48.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			48.000,00	48.000,00
20.602.0012.2049	CONVÊNIOS MUNICIPAIS DE PESCA			20.000,00	20.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00	20.000,00
20.602.0012.2050	DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL			20.000,00	20.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00	20.000,00
20.602.0012.2153	APOIO À FESTA DO PESCADOR			15.000,00	15.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00	15.000,00
Total Unidade		0,00	50.000,00	168.000,00	218.000,00
Subtotal Órgão		0,00	70.100,00	648.100,00	718.200,00
Total Órgão		0,00	70.100,00	648.100,00	718.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 17

Órgão.....: 10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO - FUNDETUR					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	COMERCIO E SERVICOS		310.000,00	285.001,00	595.001,00
23.695	TURISMO		310.000,00	285.001,00	595.001,00
23.695.0006	ITAPOÁ TURÍSTICA "VIVA ESTA CIDADE"		310.000,00	285.001,00	595.001,00
23.695.0006.1018	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA TURÍSTICA		310.000,00		310.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		310.000,00		310.000,00
23.695.0006.2051	MANUTENÇÃO DO FUNDETUR			110.000,00	110.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			110.000,00	110.000,00
23.695.0006.2052	FOLHA DE PAGAMENTO DO FUNDETUR			95.000,00	95.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			95.000,00	95.000,00
23.695.0006.2053	DIVULGAÇÃO TURÍSTICA			10.100,00	10.100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			10.100,00	10.100,00
23.695.0006.2054	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS TURÍSTICOS			69.900,00	69.900,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			69.900,00	69.900,00
23.695.0006.2157	APOIO AO EVENTO CLUBE TRILHEIROS ITALAMA			1,00	1,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1,00	1,00
Total Unidade		0,00	310.000,00	285.001,00	595.001,00
Subtotal Órgão		0,00	310.000,00	285.001,00	595.001,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 18

Órgão.....: 10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT					
Unidade Orçamentária: 002 - FUNDO MUNIC DE MEIO-AMBIENTE - FMMA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	GESTAO AMBIENTAL		81.300,00	488.701,00	570.001,00
18.541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL		81.300,00	478.701,00	560.001,00
18.541.0007	DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA AMBIENTAL		81.300,00	478.701,00	560.001,00
18.541.0007.1021	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS PARA ROTAS ECOLÓGICAS		26.150,00		26.150,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		26.150,00		26.150,00
18.541.0007.1022	DESASSOREAMENTO E DRAGAGEM DE RIOS		5.000,00		5.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		5.000,00		5.000,00
18.541.0007.1023	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES ECOLÓGICOS		150,00		150,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		150,00		150,00
18.541.0007.1044	CONSTRUÇÃO DE CERCA NOS LIMITES DO PARQUE CARIJÓS		50.000,00		50.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		50.000,00		50.000,00
18.541.0007.2055	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS			20.100,00	20.100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			20.100,00	20.100,00
18.541.0007.2056	MANUTENÇÃO DO FMMA			162.100,00	162.100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			162.100,00	162.100,00
18.541.0007.2057	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMMA			220.000,00	220.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			220.000,00	220.000,00
18.541.0007.2060	PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL			10.000,00	10.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00	10.000,00
18.541.0007.2061	EDUCAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE			2.000,00	2.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			2.000,00	2.000,00
18.541.0007.2062	EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE			8.000,00	8.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			8.000,00	8.000,00
18.541.0007.2063	MANUTENÇÃO E SEGURANÇA ESTRUTURAL DE PARQUES			17.000,00	17.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			17.000,00	17.000,00
18.541.0007.2064	MONITORAMENTO DO PROCESSO EROSIVO			8.000,00	8.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			8.000,00	8.000,00
18.541.0007.2065	MONITORAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL			23.000,00	23.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			23.000,00	23.000,00
18.541.0007.2066	RECOMPOSIÇÃO DA MATA CILIAR DOS RIOS DO MUNICÍPIO			8.100,00	8.100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			8.100,00	8.100,00
18.541.0007.2144	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE CARIJÓS			400,00	400,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			400,00	400,00
18.541.0007.2160	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR DE PRESERVAÇÃO DO RIO SAÍ MIRIM E SAÍ GUAÇÚ			1,00	1,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1,00	1,00
18.542	CONTROLE AMBIENTAL			10.000,00	10.000,00
18.542.0007	DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA AMBIENTAL			10.000,00	10.000,00
18.542.0007.2058	CONTROLE DE ZOONOSE DE ANIMAIS			10.000,00	10.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00	10.000,00
Total Unidade		0,00	81.300,00	488.701,00	570.001,00
Subtotal Órgão		0,00	391.300,00	773.702,00	1.165.002,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 19

Órgão.....: 10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT					
Unidade Orçamentária: 003 - DPTO DE CULTURA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	CULTURA		5.000,00	458.000,00	463.000,00
13.391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTIST. E ARQUEOL.		5.000,00		5.000,00
13.391.0008	RESGATANDO NOSSA CULTURA		5.000,00		5.000,00
13.391.0008.1025	IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO		5.000,00		5.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		5.000,00		5.000,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL			458.000,00	458.000,00
13.392.0008	RESGATANDO NOSSA CULTURA			458.000,00	458.000,00
13.392.0008.2067	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA			122.000,00	122.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			122.000,00	122.000,00
13.392.0008.2068	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA			163.000,00	163.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			163.000,00	163.000,00
13.392.0008.2069	MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA			30.000,00	30.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00	30.000,00
13.392.0008.2070	PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS CULTURAIS			95.000,00	95.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			95.000,00	95.000,00
13.392.0008.2071	ESCOLA DE DIVERSIDADE CULTURAL			13.000,00	13.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			13.000,00	13.000,00
13.392.0008.2072	VALORIZAÇÃO DO ARTISTA E ARTESÃO LOCAL			20.000,00	20.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00	20.000,00
13.392.0008.2073	RESGATE DA CULTURA LOCAL			15.000,00	15.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00	15.000,00
Total Unidade		0,00	5.000,00	458.000,00	463.000,00
Subtotal Órgão		0,00	396.300,00	1.231.702,00	1.628.002,00
Total Órgão		0,00	396.300,00	1.231.702,00	1.628.002,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 20

Órgão.....: 11 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS					
Unidade Orçamentária: 001 - DPTO DE OBRAS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	URBANISMO		400.200,00	3.370.000,00	3.770.200,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		400.200,00	3.370.000,00	3.770.200,00
15.451.0009	ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI		400.200,00	3.370.000,00	3.770.200,00
15.451.0009.1026	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA		100,00		100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		100,00		100,00
15.451.0009.1027	CICLOVIAS		100,00		100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		100,00		100,00
15.451.0009.1028	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS		400.000,00		400.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		400.000,00		400.000,00
15.451.0009.2074	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS			900.000,00	900.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			900.000,00	900.000,00
15.451.0009.2075	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS			810.000,00	810.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			810.000,00	810.000,00
15.451.0009.2076	ENSAIBRAMENTO DE VIAS PÚBLICAS			752.000,00	752.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			750.000,00	750.000,00
11600	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E			2.000,00	2.000,00
15.451.0009.2077	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS			900.000,00	900.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			900.000,00	900.000,00
15.451.0009.2161	HORAS MÁQUINAS			8.000,00	8.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			8.000,00	8.000,00
Total Unidade		0,00	400.200,00	3.370.000,00	3.770.200,00
Subtotal Órgão		0,00	400.200,00	3.370.000,00	3.770.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 21

Órgão.....: 11 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS					
Unidade Orçamentária: 002 - DPTO DE SERVICOS PUBLICOS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	URBANISMO			3.560.000,00	3.560.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS			3.560.000,00	3.560.000,00
15.452.0009	ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI			3.560.000,00	3.560.000,00
15.452.0009.2078	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS			1.050.000,00	1.050.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1.050.000,00	1.050.000,00
15.452.0009.2079	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS			810.000,00	810.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			810.000,00	810.000,00
15.452.0009.2080	ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO DA JACA			100.000,00	100.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00	100.000,00
15.452.0009.2081	REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO			1.600.000,00	1.600.000,00
11700	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS DE			1.600.000,00	1.600.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	3.560.000,00	3.560.000,00
Subtotal Órgão		0,00	400.200,00	6.930.000,00	7.330.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 22

Órgão.....: 11 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS					
Unidade Orçamentária: 003 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	SANEAMENTO			3.866.898,00	3.866.898,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO			3.866.898,00	3.866.898,00
17.512.0010	SANEAMENTO BÁSICO			3.866.898,00	3.866.898,00
17.512.0010.2082	MANUTENÇÃO DO FMSB			5.000,00	5.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00	5.000,00
17.512.0010.2083	LIMPEZA PÚBLICA URBANA			1.451.898,00	1.451.898,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1.451.898,00	1.451.898,00
17.512.0010.2084	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS			1.850.000,00	1.850.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1.850.000,00	1.850.000,00
17.512.0010.2085	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS			10.000,00	10.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00	10.000,00
17.512.0010.2086	MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO RIO SAÍ MIRIM			160.000,00	160.000,00
10026	SANEAMENTO BÁSICO			160.000,00	160.000,00
17.512.0010.2156	DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS			390.000,00	390.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			190.000,00	190.000,00
10026	SANEAMENTO BÁSICO			200.000,00	200.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	3.866.898,00	3.866.898,00
Subtotal Órgão		0,00	400.200,00	10.796.898,00	11.197.098,00
Total Órgão		0,00	400.200,00	10.796.898,00	11.197.098,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 23

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			17.000,00	17.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			17.000,00	17.000,00
08.243.0011	PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES			17.000,00	17.000,00
08.243.0011.2087	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS DO FIA			1.000,00	1.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1.000,00	1.000,00
08.243.0011.2088	MANUTENÇÃO DO FIA			5.000,00	5.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00	5.000,00
08.243.0011.2089	AÇÃO DIRETA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES			11.000,00	11.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			9.000,00	9.000,00
17800	FIA Demais Recursos			2.000,00	2.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	17.000,00	17.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 24

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO					
Unidade Orçamentária: 001 - ENSINO FUNDAMENTAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	EDUCACAO		766.010,00	16.075.784,80	16.841.794,80
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		766.010,00	16.075.784,80	16.841.794,80
12.361.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL		766.010,00	16.075.784,80	16.841.794,80
12.361.0021.1029	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL		10,00		10,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		10,00		10,00
12.361.0021.1030	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMAS		766.000,00		766.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		480.000,00		480.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO		286.000,00		286.000,00
12.361.0021.2090	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			501.784,80	501.784,80
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			501.784,80	501.784,80
12.361.0021.2091	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			2.055.000,00	2.055.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			2.055.000,00	2.055.000,00
12.361.0021.2092	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			60.000,00	60.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			60.000,00	60.000,00
12.361.0021.2093	MERENDA ESCOLAR			352.000,00	352.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			210.000,00	210.000,00
26001	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental			142.000,00	142.000,00
12.361.0021.2094	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL			800.000,00	800.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			740.000,00	740.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			30.000,00	30.000,00
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadual			30.000,00	30.000,00
12.361.0021.2095	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			3.790.000,00	3.790.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			3.500.000,00	3.500.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO			290.000,00	290.000,00
12.361.0021.2096	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			8.345.000,00	8.345.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.080.000,00	1.080.000,00
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB			7.265.000,00	7.265.000,00
12.361.0021.2097	GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE			72.000,00	72.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			72.000,00	72.000,00
12.361.0021.2159	CONVÊNIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL C/ RESERVA VOLTA VELHA			100.000,00	100.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			100.000,00	100.000,00
Total Unidade		0,00	766.010,00	16.075.784,80	16.841.794,80
Subtotal Órgão		0,00	766.010,00	16.075.784,80	16.841.794,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 25

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO					
Unidade Orçamentária: 002 - ENSINO INFANTIL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	EDUCACAO		824.010,00	6.715.000,00	7.539.010,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL		824.010,00	6.715.000,00	7.539.010,00
12.365.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL		824.010,00	6.715.000,00	7.539.010,00
12.365.0021.1031	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL		10,00		10,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		10,00		10,00
12.365.0021.1032	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMAS		824.000,00		824.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		320.000,00		320.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO		504.000,00		504.000,00
12.365.0021.2098	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL			1.590.000,00	1.590.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.400.000,00	1.400.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO			190.000,00	190.000,00
12.365.0021.2099	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			35.000,00	35.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			35.000,00	35.000,00
12.365.0021.2100	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL			223.000,00	223.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			220.000,00	220.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			3.000,00	3.000,00
12.365.0021.2101	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL			4.650.000,00	4.650.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			225.000,00	225.000,00
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB			4.425.000,00	4.425.000,00
12.365.0021.2102	MERENDA ESCOLAR DAS CRECHES			81.000,00	81.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			35.000,00	35.000,00
26003	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche			46.000,00	46.000,00
12.365.0021.2103	MERENDA ESCOLAR DA PRÉ-ESCOLA			119.000,00	119.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			75.000,00	75.000,00
26002	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar			44.000,00	44.000,00
12.365.0021.2104	GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE			17.000,00	17.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			17.000,00	17.000,00
Total Unidade		0,00	824.010,00	6.715.000,00	7.539.010,00
Subtotal Órgão		0,00	1.590.020,00	22.790.784,80	24.380.804,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 26

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO					
Unidade Orçamentária: 003 - ENSINO FUNDAMENTAL / EJA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	EDUCACAO			688.000,00	688.000,00
12.366	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS			688.000,00	688.000,00
12.366.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL			688.000,00	688.000,00
12.366.0021.2105	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL EJA			40.000,00	40.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			40.000,00	40.000,00
12.366.0021.2106	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO EJA			600.000,00	600.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			600.000,00	600.000,00
12.366.0021.2107	MANUTENÇÃO DO EJA			30.000,00	30.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			30.000,00	30.000,00
12.366.0021.2108	MERENDA ESCOLAR DO EJA			18.000,00	18.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			5.000,00	5.000,00
26004	Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA			13.000,00	13.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	688.000,00	688.000,00
Subtotal Órgão		0,00	1.590.020,00	23.478.784,80	25.068.804,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 27

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO					
Unidade Orçamentária: 004 - ENSINO MÉDIO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	EDUCACAO			786.000,00	786.000,00
12.362	ENSINO MEDIO			786.000,00	786.000,00
12.362.0022	ENSINO MÉDIO E SUPERIOR			786.000,00	786.000,00
12.362.0022.2109	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL ENSINO MÉDIO			486.000,00	486.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			135.000,00	135.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			6.000,00	6.000,00
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua			345.000,00	345.000,00
12.362.0022.2163	CONVÊNIO COM A APP DA ESCOLA ESTADUAL NEREU RAMOS			300.000,00	300.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			300.000,00	300.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	786.000,00	786.000,00
Subtotal Órgão		0,00	1.590.020,00	24.264.784,80	25.854.804,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 28

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO					
Unidade Orçamentária: 005 - ENSINO SUPERIOR					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	EDUCACAO			1.100.000,00	1.100.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR			1.100.000,00	1.100.000,00
12.364.0022	ENSINO MÉDIO E SUPERIOR			1.100.000,00	1.100.000,00
12.364.0022.2110	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO			1.100.000,00	1.100.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1.100.000,00	1.100.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	1.100.000,00	1.100.000,00
Subtotal Órgão		0,00	1.590.020,00	25.364.784,80	26.954.804,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 29

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO					
Unidade Orçamentária: 006 - ENSINO ESPECIAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	EDUCACAO			43.910,00	43.910,00
12.367	EDUCACAO ESPECIAL			43.910,00	43.910,00
12.367.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL			43.910,00	43.910,00
12.367.0021.2133	CONVÊNIO COM A APAE			43.910,00	43.910,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			43.910,00	43.910,00
Total Unidade		0,00	0,00	43.910,00	43.910,00
Subtotal Órgão		0,00	1.590.020,00	25.408.694,80	26.998.714,80
Total Órgão		0,00	1.590.020,00	25.408.694,80	26.998.714,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 30

Órgão.....: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	SAUDE		20,00	16.394.707,15	16.394.727,15
10.301	ATENCAO BASICA		20,00	16.019.707,15	16.019.727,15
10.301.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA		20,00	16.019.707,15	16.019.727,15
10.301.0013.1033	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		20,00		20,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		20,00		20,00
10.301.0013.2111	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL			25.000,00	25.000,00
26403	Atenção Básica - PAB FIXO			25.000,00	25.000,00
10.301.0013.2112	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA			945.000,00	945.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			800.000,00	800.000,00
26701	Assistência Farmacêutica Básica Estadual			67.000,00	67.000,00
26702	Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL			78.000,00	78.000,00
10.301.0013.2113	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA			997.000,00	997.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			170.000,00	170.000,00
26401	Cofinanciamento da Atenção Básica			99.000,00	99.000,00
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.			110.000,00	110.000,00
26403	Atenção Básica - PAB FIXO			160.000,00	160.000,00
26404	Atenção Básica - PSF			218.000,00	218.000,00
26406	Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola			34.000,00	34.000,00
26407	Atenção Básica - PMAQ/AB			206.000,00	206.000,00
10.301.0013.2114	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO			99.000,00	99.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			50.000,00	50.000,00
26503	MAC / ESTADUAL			49.000,00	49.000,00
10.301.0013.2115	MANUTENÇÃO DO PA 24 HORAS			915.000,00	915.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			515.000,00	515.000,00
26501	MAC/SAMU			100.000,00	100.000,00
26502	MAC / SE			300.000,00	300.000,00
10.301.0013.2116	REPASSE AO CIS / AMUNESC			160.000,00	160.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			160.000,00	160.000,00
10.301.0013.2117	PLANTÕES MÉDICOS			1.400.000,00	1.400.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.400.000,00	1.400.000,00
10.301.0013.2118	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			1.463.707,15	1.463.707,15
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.463.707,15	1.463.707,15
10.301.0013.2141	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO CMS			15.000,00	15.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			15.000,00	15.000,00
10.301.0013.2142	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMS			10.000.000,00	10.000.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			8.865.000,00	8.865.000,00
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.			130.000,00	130.000,00
26403	Atenção Básica - PAB FIXO			223.000,00	223.000,00
26404	Atenção Básica - PSF			210.000,00	210.000,00
26405	Atenção Básica - PACS			422.000,00	422.000,00
26407	Atenção Básica - PMAQ/AB			100.000,00	100.000,00
26501	MAC/SAMU			50.000,00	50.000,00
10.303	SUORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO			200.000,00	200.000,00
10.303.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA			200.000,00	200.000,00
10.303.0013.2158	IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CAPS			200.000,00	200.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			200.000,00	200.000,00
10.304	VIGILANCIA SANITARIA			141.000,00	141.000,00
10.304.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA			141.000,00	141.000,00
10.304.0013.2120	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			85.000,00	85.000,00
16600	VIGILANCIA EM SAUDE			75.000,00	75.000,00
26602	Vigilância em Saúde - Sanitária			10.000,00	10.000,00
10.304.0013.2121	CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE ITAPOÁ			56.000,00	56.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			56.000,00	56.000,00
10.305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA			34.000,00	34.000,00
10.305.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA			34.000,00	34.000,00
10.305.0013.2119	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			34.000,00	34.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			5.000,00	5.000,00
26601	Vigilância em Saúde - Epidemiológica			29.000,00	29.000,00
Total Unidade		0,00	20,00	16.394.707,15	16.394.727,15
Subtotal Órgão		0,00	20,00	16.394.707,15	16.394.727,15
Total Órgão		0,00	20,00	16.394.707,15	16.394.727,15



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 31

Órgão.....: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL		10.000,00	2.091.960,00	2.101.960,00
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO			44.400,00	44.400,00
08.241.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL			44.400,00	44.400,00
08.241.0005.2126	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO			30.000,00	30.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00	30.000,00
08.241.0005.2128	PROGRAMA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR AO IDOSO/DEFICIENTE			14.400,00	14.400,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00	10.000,00
24700	APOIO A PESSOA IDOSA - API			4.400,00	4.400,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			136.800,00	136.800,00
08.243.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL			136.800,00	136.800,00
08.243.0005.2124	MANUTENÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO			120.800,00	120.800,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00	100.000,00
25202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL			20.800,00	20.800,00
08.243.0005.2125	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			16.000,00	16.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			16.000,00	16.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		10.000,00	1.910.760,00	1.920.760,00
08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL		10.000,00	1.910.760,00	1.920.760,00
08.244.0005.1043	CONSTRUÇÃO COZINHA INDUSTRIAL		10.000,00		10.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		10.000,00		10.000,00
08.244.0005.2122	MANUTENÇÃO DO FMAS			235.600,00	235.600,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			220.000,00	220.000,00
26301	Bolsa Família			15.600,00	15.600,00
08.244.0005.2123	MANUTENÇÃO DO CRAS			186.700,00	186.700,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			7.000,00	7.000,00
25204	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			26.700,00	26.700,00
25205	SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV			135.000,00	135.000,00
26302	IGD - SUAS			18.000,00	18.000,00
08.244.0005.2127	BENEFÍCIOS EVENTUAIS			161.460,00	161.460,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			158.000,00	158.000,00
25203	FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS			3.460,00	3.460,00
08.244.0005.2129	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DOS CONSELHOS			10.000,00	10.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00	10.000,00
08.244.0005.2130	PROGRAMA AÇÃO DIRETA COM AS FAMÍLIAS - PAIF			78.000,00	78.000,00
25201	PBF- PISO BASICO FIXO			78.000,00	78.000,00
08.244.0005.2132	PROGRAMA DE MEDIDA SÓCIA EDUCATIVA - PMSE			15.000,00	15.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00	15.000,00
08.244.0005.2143	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMAS			1.200.000,00	1.200.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1.200.000,00	1.200.000,00
08.244.0005.2146	CONVÊNIO COM A COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO SAMAMBAIAL			24.000,00	24.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			24.000,00	24.000,00
Total Unidade		0,00	10.000,00	2.091.960,00	2.101.960,00
Subtotal Órgão		0,00	10.000,00	2.091.960,00	2.101.960,00
Total Órgão		0,00	10.000,00	2.091.960,00	2.101.960,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 32

Órgão.....: 16 - IPESI-INST.PREV.SOC.SERV.PUB.MUN.ITAPOÁ					
Unidade Orçamentária: 001 - IPESI					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	PREVIDENCIA SOCIAL			2.665.000,00	2.665.000,00
09.272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO			2.665.000,00	2.665.000,00
09.272.0014	PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL			2.665.000,00	2.665.000,00
09.272.0014.2134	BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA			2.000.000,00	2.000.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS			2.000.000,00	2.000.000,00
09.272.0014.2135	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			500.000,00	500.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS			500.000,00	500.000,00
09.272.0014.2136	MANUTENÇÃO DO IPESI			150.000,00	150.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS			150.000,00	150.000,00
09.272.0014.2137	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E CONSELHEIROS			15.000,00	15.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS			15.000,00	15.000,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA			4.730.000,00	4.730.000,00
99.997	RESERVA DO RPPS			4.730.000,00	4.730.000,00
99.997.0014	PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL			4.730.000,00	4.730.000,00
99.997.0014.2138	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO IPESI			4.730.000,00	4.730.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS			4.730.000,00	4.730.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	7.395.000,00	7.395.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	7.395.000,00	7.395.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	7.395.000,00	7.395.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 33

Órgão.....: 17 - FUNREBOM-FUND.MUN.C.BOMBEIROS					
Unidade Orçamentária: 001 - DPTO DO FUNREBOM					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	SEGURANCA PUBLICA			240.000,00	240.000,00
06.182	DEFESA CIVIL			240.000,00	240.000,00
06.182.0015	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPOÁ			240.000,00	240.000,00
06.182.0015.2139	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM			240.000,00	240.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			120.000,00	120.000,00
10025	FUNREBOM			120.000,00	120.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	240.000,00	240.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	240.000,00	240.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	240.000,00	240.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2015

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 34

Órgão.....: 26 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Unidade Orçamentária: 001 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00			200.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00			200.000,00
99.999.0019	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00			200.000,00
99.999.0019.9001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00			200.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	200.000,00			200.000,00
Total Unidade		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Subtotal Órgão		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Total Órgão		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Total Geral		200.000,00	2.761.790,00	78.488.710,00	81.450.500,00

ERRATA ANEXO LM Nº 559/2014 - 05 - DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUB-FUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO ATIVIDADE - 2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projeto Atividade
Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Proj/Ativ)

Página: 1

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA			2.800.000,00	2.800.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA			2.800.000,00	2.800.000,00
01.031.0001	GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO			2.800.000,00	2.800.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			2.650.000,00	2.650.000,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA			150.000,00	150.000,00
02	JUDICIARIA			665.000,00	665.000,00
02.061	ACAO JUDICIARIA			665.000,00	665.000,00
02.061.0017	PROCURADORIA JURÍDICA			665.000,00	665.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			615.000,00	615.000,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA			50.000,00	50.000,00
04	ADMINISTRACAO		50.100,00	9.776.548,05	9.826.648,05
04.122	ADMINISTRACAO GERAL		100,00	8.716.448,05	8.716.548,05
04.122.0002	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		100,00	2.024.500,00	2.024.600,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		100,00	2.024.500,00	2.024.600,00
04.122.0003	GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA			6.691.948,05	6.691.948,05
10000	RECURSOS ORDINARIOS			6.457.308,05	6.457.308,05
14400	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO			155.000,00	155.000,00
15400	CONVENIO TRANSITO - MILITAR			23.674,00	23.674,00
15500	CONVENIO TRANSITO - CIVIL			23.674,00	23.674,00
15600	CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA			20.292,00	20.292,00
18900	ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTROS			12.000,00	12.000,00
04.124	CONTROLE INTERNO			255.000,00	255.000,00
04.124.0003	GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA			255.000,00	255.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			255.000,00	255.000,00
04.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		50.000,00	805.100,00	855.100,00
04.451.0004	PLANEJAMENTO URBANÍSTICO		50.000,00	805.100,00	855.100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		50.000,00	805.100,00	855.100,00
06	SEGURANCA PUBLICA			290.000,00	290.000,00
06.182	DEFESA CIVIL			290.000,00	290.000,00
06.182.0015	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPOÁ			240.000,00	240.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			120.000,00	120.000,00
10025	FUNREBOM			120.000,00	120.000,00
06.182.0020	FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL			50.000,00	50.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00	50.000,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL		10.000,00	2.108.960,00	2.118.960,00
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO			44.400,00	44.400,00
08.241.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL			44.400,00	44.400,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			40.000,00	40.000,00
24700	APOIO A PESSOA IDOSA - API			4.400,00	4.400,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE			153.800,00	153.800,00
08.243.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL			136.800,00	136.800,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			116.000,00	116.000,00
25202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL			20.800,00	20.800,00
08.243.0011	PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES			17.000,00	17.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00	15.000,00
17800	FIA Demais Recursos			2.000,00	2.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		10.000,00	1.910.760,00	1.920.760,00
08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL		10.000,00	1.910.760,00	1.920.760,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		10.000,00	1.634.000,00	1.644.000,00
25201	PBF- PISO BASICO FIXO			78.000,00	78.000,00
25203	FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS			3.460,00	3.460,00
25204	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			26.700,00	26.700,00
25205	SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV			135.000,00	135.000,00
26301	Bolsa Família			15.600,00	15.600,00
26302	IGD - SUAS			18.000,00	18.000,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL			2.665.000,00	2.665.000,00
09.272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO			2.665.000,00	2.665.000,00
09.272.0014	PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL			2.665.000,00	2.665.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS			2.665.000,00	2.665.000,00
10	SAÚDE		20,00	16.394.707,15	16.394.727,15
10.301	ATENCAO BASICA		20,00	16.019.707,15	16.019.727,15
10.301.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA		20,00	16.019.707,15	16.019.727,15
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		20,00	13.438.707,15	13.438.727,15
26401	Cofinanciamento da Atenção Básica			99.000,00	99.000,00
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.			240.000,00	240.000,00
26403	Atenção Básica - PAB FIXO			408.000,00	408.000,00
26404	Atenção Básica - PSF			428.000,00	428.000,00
26405	Atenção Básica - PACS			422.000,00	422.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projeto Atividade
Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Proj/Ativ)

Página: 2

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
26406	Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola			34.000,00	34.000,00
26407	Atenção Básica - PMAQ/AB			306.000,00	306.000,00
26501	MAC/SAMU			150.000,00	150.000,00
26502	MAC / SE			300.000,00	300.000,00
26503	MAC / ESTADUAL			49.000,00	49.000,00
26701	Assistência Farmacêutica Básica Estadual			67.000,00	67.000,00
26702	Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL			78.000,00	78.000,00
10.303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO			200.000,00	200.000,00
10.303.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA			200.000,00	200.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			200.000,00	200.000,00
10.304	VIGILANCIA SANITARIA			141.000,00	141.000,00
10.304.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA			141.000,00	141.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			56.000,00	56.000,00
16600	VIGILANCIA EM SAUDE			75.000,00	75.000,00
26602	Vigilância em Saúde - Sanitária			10.000,00	10.000,00
10.305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA			34.000,00	34.000,00
10.305.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA			34.000,00	34.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			5.000,00	5.000,00
26601	Vigilância em Saúde - Epidemiológica			29.000,00	29.000,00
11	TRABALHO			53.000,00	53.000,00
11.334	FOMENTO AO TRABALHO			53.000,00	53.000,00
11.334.0018	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO			53.000,00	53.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			53.000,00	53.000,00
12	EDUCAÇÃO		1.590.020,00	25.408.694,80	26.998.714,80
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		766.010,00	16.075.784,80	16.841.794,80
12.361.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL		766.010,00	16.075.784,80	16.841.794,80
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		480.010,00	8.318.784,80	8.798.794,80
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB			7.265.000,00	7.265.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO		286.000,00	290.000,00	576.000,00
26001	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental			142.000,00	142.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			30.000,00	30.000,00
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua			30.000,00	30.000,00
12.362	ENSINO MEDIO			786.000,00	786.000,00
12.362.0022	ENSINO MÉDIO E SUPERIOR			786.000,00	786.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			435.000,00	435.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			6.000,00	6.000,00
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua			345.000,00	345.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR			1.100.000,00	1.100.000,00
12.364.0022	ENSINO MÉDIO E SUPERIOR			1.100.000,00	1.100.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1.100.000,00	1.100.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL		824.010,00	6.715.000,00	7.539.010,00
12.365.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL		824.010,00	6.715.000,00	7.539.010,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		320.010,00	2.007.000,00	2.327.010,00
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB			4.425.000,00	4.425.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO		504.000,00	190.000,00	694.000,00
26002	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar			44.000,00	44.000,00
26003	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche			46.000,00	46.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			3.000,00	3.000,00
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			688.000,00	688.000,00
12.366.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL			688.000,00	688.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			675.000,00	675.000,00
26004	Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA			13.000,00	13.000,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL			43.910,00	43.910,00
12.367.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL			43.910,00	43.910,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			43.910,00	43.910,00
13	CULTURA		5.000,00	458.000,00	463.000,00
13.391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTIST. E ARQUEOL.		5.000,00		5.000,00
13.391.0008	RESGATANDO NOSSA CULTURA		5.000,00		5.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		5.000,00		5.000,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL			458.000,00	458.000,00
13.392.0008	RESGATANDO NOSSA CULTURA			458.000,00	458.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			458.000,00	458.000,00
15	URBANISMO		400.200,00	6.930.100,00	7.330.300,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		400.200,00	3.370.100,00	3.770.300,00
15.451.0004	PLANEJAMENTO URBANÍSTICO			100,00	100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			100,00	100,00
15.451.0009	ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI		400.200,00	3.370.000,00	3.770.200,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		400.200,00	3.368.000,00	3.768.200,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projeto Atividade
Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Proj/Ativ)

Página: 3

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
11600	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E			2.000,00	2.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS			3.560.000,00	3.560.000,00
15.452.0009	ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI			3.560.000,00	3.560.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			1.960.000,00	1.960.000,00
11700	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS DE			1.600.000,00	1.600.000,00
17	SANEAMENTO			3.866.898,00	3.866.898,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO			3.866.898,00	3.866.898,00
17.512.0010	SANEAMENTO BÁSICO			3.866.898,00	3.866.898,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			3.506.898,00	3.506.898,00
10026	SANEAMENTO BÁSICO			360.000,00	360.000,00
18	GESTAO AMBIENTAL		81.300,00	488.701,00	570.001,00
18.541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL		81.300,00	478.701,00	560.001,00
18.541.0007	DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA AMBIENTAL		81.300,00	478.701,00	560.001,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		81.300,00	478.701,00	560.001,00
18.542	CONTROLE AMBIENTAL			10.000,00	10.000,00
18.542.0007	DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA AMBIENTAL			10.000,00	10.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00	10.000,00
20	AGRICULTURA		70.100,00	648.100,00	718.200,00
20.601	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL		20.100,00	480.100,00	500.200,00
20.601.0012	PROGRAMA DE INCENTIVO AO AGRICULTOR FAMILIAR E AO		20.100,00	480.100,00	500.200,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		20.100,00	480.100,00	500.200,00
20.602	PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL		50.000,00	168.000,00	218.000,00
20.602.0012	PROGRAMA DE INCENTIVO AO AGRICULTOR FAMILIAR E AO		50.000,00	168.000,00	218.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		50.000,00	168.000,00	218.000,00
22	INDUSTRIA			156.000,00	156.000,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL			156.000,00	156.000,00
22.661.0018	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO			156.000,00	156.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS			156.000,00	156.000,00
23	COMERCIO E SERVICOS		310.000,00	285.001,00	595.001,00
23.695	TURISMO		310.000,00	285.001,00	595.001,00
23.695.0006	ITAPOÁ TURÍSTICA "VIVA ESTA CIDADE"		310.000,00	285.001,00	595.001,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		310.000,00	285.001,00	595.001,00
27	DESPORTO E LAZER		245.050,00	764.000,00	1.009.050,00
27.812	DESPORTO COMUNITARIO		185.050,00	633.000,00	818.050,00
27.812.0016	ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE		185.050,00	633.000,00	818.050,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		185.050,00	633.000,00	818.050,00
27.813	LAZER		60.000,00	131.000,00	191.000,00
27.813.0016	ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE		60.000,00	131.000,00	191.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS		60.000,00	131.000,00	191.000,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00		4.730.000,00	4.930.000,00
99.997	RESERVA DO RPPS			4.730.000,00	4.730.000,00
99.997.0014	PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL			4.730.000,00	4.730.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS			4.730.000,00	4.730.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00			200.000,00
99.999.0019	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00			200.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	200.000,00			200.000,00
Total Geral		200.000,00	2.761.790,00	78.488.710,00	81.450.500,00

ERRATA ANEXO LM Nº 559/2014 - 06 - DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUB-FUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO C/ RECURSOS - 2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
Exercício: 2015
Consolidado

Página: 1

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01.001	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.800.000,00		2.800.000,00
01	LEGISLATIVA	2.800.000,00		2.800.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA	2.800.000,00		2.800.000,00
01.031.0001	GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO	2.800.000,00		2.800.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	2.650.000,00		2.650.000,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA	150.000,00		150.000,00
02.001	CONTROLADORIA	255.000,00		255.000,00
04	ADMINISTRACAO	255.000,00		255.000,00
04.124	CONTROLE INTERNO	255.000,00		255.000,00
04.124.0003	GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA	255.000,00		255.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	255.000,00		255.000,00
03.001	GABINETE DO PREFEITO	1.765.600,00		1.765.600,00
04	ADMINISTRACAO	1.765.600,00		1.765.600,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	1.765.600,00		1.765.600,00
04.122.0002	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	1.765.600,00		1.765.600,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.765.600,00		1.765.600,00
03.002	GABINETE DO VICE - PREFEITO	259.000,00		259.000,00
04	ADMINISTRACAO	259.000,00		259.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	259.000,00		259.000,00
04.122.0002	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	259.000,00		259.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	259.000,00		259.000,00
03.003	FUNDO DA DEFESA CIVIL	50.000,00		50.000,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	50.000,00		50.000,00
06.182	DEFESA CIVIL	50.000,00		50.000,00
06.182.0020	FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL	50.000,00		50.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	50.000,00		50.000,00
04.001	DPTO JURIDICO	665.000,00		665.000,00
02	JUDICIARIA	665.000,00		665.000,00
02.061	ACAO JUDICIARIA	665.000,00		665.000,00
02.061.0017	PROCURADORIA JURÍDICA	665.000,00		665.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	615.000,00		615.000,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA	50.000,00		50.000,00
05.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	3.762.308,05	234.640,00	3.996.948,05
04	ADMINISTRACAO	3.762.308,05	234.640,00	3.996.948,05
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	3.762.308,05	234.640,00	3.996.948,05
04.122.0003	GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA	3.762.308,05	234.640,00	3.996.948,05
10000	RECURSOS ORDINARIOS	3.762.308,05		3.762.308,05
14400	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO		155.000,00	155.000,00
15400	CONVENIO TRANSITO - MILITAR		23.674,00	23.674,00
15500	CONVENIO TRANSITO - CIVIL		23.674,00	23.674,00
15600	CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA		20.292,00	20.292,00
18900	ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTROS		12.000,00	12.000,00
05.002	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	2.695.000,00		2.695.000,00
04	ADMINISTRACAO	2.695.000,00		2.695.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	2.695.000,00		2.695.000,00
04.122.0003	GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA	2.695.000,00		2.695.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	2.695.000,00		2.695.000,00
06.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	635.000,00		635.000,00
04	ADMINISTRACAO	635.000,00		635.000,00
04.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	635.000,00		635.000,00
04.451.0004	PLANEJAMENTO URBANÍSTICO	635.000,00		635.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	635.000,00		635.000,00
06.002	DEPARTAMENTO DE URBANISMO	220.200,00		220.200,00
04	ADMINISTRACAO	220.100,00		220.100,00
04.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	220.100,00		220.100,00
04.451.0004	PLANEJAMENTO URBANÍSTICO	220.100,00		220.100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	220.100,00		220.100,00
15	URBANISMO	100,00		100,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	100,00		100,00
15.451.0004	PLANEJAMENTO URBANÍSTICO	100,00		100,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	100,00		100,00
07.001	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO	53.000,00		53.000,00
11	TRABALHO	53.000,00		53.000,00
11.334	FOMENTO AO TRABALHO	53.000,00		53.000,00
11.334.0018	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO	53.000,00		53.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	53.000,00		53.000,00
07.002	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	156.000,00		156.000,00
22	INDUSTRIA	156.000,00		156.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 2

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL	156.000,00		156.000,00
22.661.0018	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO	156.000,00		156.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	156.000,00		156.000,00
08.001	DPTO DE ESPORTE	818.000,00		818.000,00
27	DESPORTO E LAZER	818.000,00		818.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITARIO	818.000,00		818.000,00
27.812.0016	ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE	818.000,00		818.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	818.000,00		818.000,00
08.002	DPTO DE LAZER	191.050,00		191.050,00
27	DESPORTO E LAZER	191.050,00		191.050,00
27.812	DESPORTO COMUNITARIO	50,00		50,00
27.812.0016	ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE	50,00		50,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	50,00		50,00
27.813	LAZER	191.000,00		191.000,00
27.813.0016	ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE	191.000,00		191.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	191.000,00		191.000,00
09.001	DPTO DE AGRICULTURA	500.200,00		500.200,00
20	AGRICULTURA	500.200,00		500.200,00
20.601	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	500.200,00		500.200,00
20.601.0012	PROGRAMA DE INCENTIVO AO AGRICULTOR FAMILIAR E AO	500.200,00		500.200,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	500.200,00		500.200,00
09.002	DPTO DE PESCA	218.000,00		218.000,00
20	AGRICULTURA	218.000,00		218.000,00
20.602	PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	218.000,00		218.000,00
20.602.0012	PROGRAMA DE INCENTIVO AO AGRICULTOR FAMILIAR E AO	218.000,00		218.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	218.000,00		218.000,00
10.001	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO - FUNDETUR	595.001,00		595.001,00
23	COMERCIO E SERVICOS	595.001,00		595.001,00
23.695	TURISMO	595.001,00		595.001,00
23.695.0006	ITAPOÁ TURÍSTICA "VIVA ESTA CIDADE"	595.001,00		595.001,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	595.001,00		595.001,00
10.002	FUNDO MUNIC DE MEIO-AMBIENTE - FMMA	570.001,00		570.001,00
18	GESTAO AMBIENTAL	570.001,00		570.001,00
18.541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	560.001,00		560.001,00
18.541.0007	DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA AMBIENTAL	560.001,00		560.001,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	560.001,00		560.001,00
18.542	CONTROLE AMBIENTAL	10.000,00		10.000,00
18.542.0007	DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA AMBIENTAL	10.000,00		10.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00		10.000,00
10.003	DPTO DE CULTURA	463.000,00		463.000,00
13	CULTURA	463.000,00		463.000,00
13.391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTIST. E ARQUEOL.	5.000,00		5.000,00
13.391.0008	RESGATANDO NOSSA CULTURA	5.000,00		5.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00		5.000,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL	458.000,00		458.000,00
13.392.0008	RESGATANDO NOSSA CULTURA	458.000,00		458.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	458.000,00		458.000,00
11.001	DPTO DE OBRAS	3.768.200,00	2.000,00	3.770.200,00
15	URBANISMO	3.768.200,00	2.000,00	3.770.200,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.768.200,00	2.000,00	3.770.200,00
15.451.0009	ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI	3.768.200,00	2.000,00	3.770.200,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	3.768.200,00		3.768.200,00
11600	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E		2.000,00	2.000,00
11.002	DPTO DE SERVICOS PUBLICOS	1.960.000,00	1.600.000,00	3.560.000,00
15	URBANISMO	1.960.000,00	1.600.000,00	3.560.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS	1.960.000,00	1.600.000,00	3.560.000,00
15.452.0009	ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI	1.960.000,00	1.600.000,00	3.560.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.960.000,00		1.960.000,00
11700	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS DE		1.600.000,00	1.600.000,00
11.003	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	3.866.898,00		3.866.898,00
17	SANEAMENTO	3.866.898,00		3.866.898,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO	3.866.898,00		3.866.898,00
17.512.0010	SANEAMENTO BÁSICO	3.866.898,00		3.866.898,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	3.506.898,00		3.506.898,00
10026	SANEAMENTO BÁSICO	360.000,00		360.000,00
12.001	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	15.000,00	2.000,00	17.000,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL	15.000,00	2.000,00	17.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	15.000,00	2.000,00	17.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 3

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
08.243.0011	PROGRAMA DE ATENÇÃO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	15.000,00	2.000,00	17.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00		15.000,00
17800	FIA Demais Recursos		2.000,00	2.000,00
13.001	ENSINO FUNDAMENTAL		16.841.794,80	16.841.794,80
12	EDUCACAO		16.841.794,80	16.841.794,80
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		16.841.794,80	16.841.794,80
12.361.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL		16.841.794,80	16.841.794,80
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		8.798.794,80	8.798.794,80
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB		7.265.000,00	7.265.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO		576.000,00	576.000,00
26001	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental		142.000,00	142.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal		30.000,00	30.000,00
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua		30.000,00	30.000,00
13.002	ENSINO INFANTIL		7.539.010,00	7.539.010,00
12	EDUCACAO		7.539.010,00	7.539.010,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL		7.539.010,00	7.539.010,00
12.365.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL		7.539.010,00	7.539.010,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		2.327.010,00	2.327.010,00
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB		4.425.000,00	4.425.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO		694.000,00	694.000,00
26002	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar		44.000,00	44.000,00
26003	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche		46.000,00	46.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal		3.000,00	3.000,00
13.003	ENSINO FUNDAMENTAL / EJA		688.000,00	688.000,00
12	EDUCACAO		688.000,00	688.000,00
12.366	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS		688.000,00	688.000,00
12.366.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL		688.000,00	688.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		675.000,00	675.000,00
26004	Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA		13.000,00	13.000,00
13.004	ENSINO MÉDIO	435.000,00	351.000,00	786.000,00
12	EDUCACAO	435.000,00	351.000,00	786.000,00
12.362	ENSINO MEDIO	435.000,00	351.000,00	786.000,00
12.362.0022	ENSINO MÉDIO E SUPERIOR	435.000,00	351.000,00	786.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	435.000,00		435.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal		6.000,00	6.000,00
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua		345.000,00	345.000,00
13.005	ENSINO SUPERIOR	1.100.000,00		1.100.000,00
12	EDUCACAO	1.100.000,00		1.100.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR	1.100.000,00		1.100.000,00
12.364.0022	ENSINO MÉDIO E SUPERIOR	1.100.000,00		1.100.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.100.000,00		1.100.000,00
13.006	ENSINO ESPECIAL		43.910,00	43.910,00
12	EDUCACAO		43.910,00	43.910,00
12.367	EDUCACAO ESPECIAL		43.910,00	43.910,00
12.367.0021	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL		43.910,00	43.910,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		43.910,00	43.910,00
14.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		16.394.727,15	16.394.727,15
10	SAÚDE		16.394.727,15	16.394.727,15
10.301	ATENCAO BASICA		16.019.727,15	16.019.727,15
10.301.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA		16.019.727,15	16.019.727,15
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		13.438.727,15	13.438.727,15
26401	Cofinanciamento da Atenção Básica		99.000,00	99.000,00
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.		240.000,00	240.000,00
26403	Atenção Básica - PAB FIXO		408.000,00	408.000,00
26404	Atenção Básica - PSF		428.000,00	428.000,00
26405	Atenção Básica - PACS		422.000,00	422.000,00
26406	Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola		34.000,00	34.000,00
26407	Atenção Básica - PMAQ/AB		306.000,00	306.000,00
26501	MAC/SAMU		150.000,00	150.000,00
26502	MAC / SE		300.000,00	300.000,00
26503	MAC / ESTADUAL		49.000,00	49.000,00
26701	Assistência Farmacêutica Básica Estadual		67.000,00	67.000,00
26702	Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL		78.000,00	78.000,00
10.303	SUORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO		200.000,00	200.000,00
10.303.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA		200.000,00	200.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		200.000,00	200.000,00
10.304	VIGILANCIA SANITARIA		141.000,00	141.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 4

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10.304.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA		141.000,00	141.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		56.000,00	56.000,00
16600	VIGILANCIA EM SAUDE		75.000,00	75.000,00
26602	Vigilância em Saúde - Sanitária		10.000,00	10.000,00
10.305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		34.000,00	34.000,00
10.305.0013	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA		34.000,00	34.000,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		5.000,00	5.000,00
26601	Vigilância em Saúde - Epidemiológica		29.000,00	29.000,00
15.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.800.000,00	301.960,00	2.101.960,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL	1.800.000,00	301.960,00	2.101.960,00
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO		4.400,00	44.400,00
08.241.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL	40.000,00	4.400,00	44.400,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	40.000,00		40.000,00
24700	APOIO A PESSOA IDOSA - API		4.400,00	4.400,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	116.000,00	20.800,00	136.800,00
08.243.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL	116.000,00	20.800,00	136.800,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	116.000,00		116.000,00
25202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL		20.800,00	20.800,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.644.000,00	276.760,00	1.920.760,00
08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.644.000,00	276.760,00	1.920.760,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.644.000,00		1.644.000,00
25201	PBF - PISO BASICO FIXO		78.000,00	78.000,00
25203	FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS		3.460,00	3.460,00
25204	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		26.700,00	26.700,00
25205	SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV		135.000,00	135.000,00
26301	Bolsa Família		15.600,00	15.600,00
26302	IGD - SUAS		18.000,00	18.000,00
16.001	IPESI		7.395.000,00	7.395.000,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL		2.665.000,00	2.665.000,00
09.272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO		2.665.000,00	2.665.000,00
09.272.0014	PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL		2.665.000,00	2.665.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS		2.665.000,00	2.665.000,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA		4.730.000,00	4.730.000,00
99.997	RESERVA DO RPPS		4.730.000,00	4.730.000,00
99.997.0014	PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL		4.730.000,00	4.730.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS		4.730.000,00	4.730.000,00
17.001	DPTO DO FUNREBOM	240.000,00		240.000,00
06	SEGURANCA PUBLICA	240.000,00		240.000,00
06.182	DEFESA CIVIL	240.000,00		240.000,00
06.182.0015	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPOÁ	240.000,00		240.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	120.000,00		120.000,00
10025	FUNREBOM	120.000,00		120.000,00
26.001	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00		200.000,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00		200.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00		200.000,00
99.999.0019	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00		200.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	200.000,00		200.000,00
Total Geral		30.056.458,05	51.394.041,95	81.450.500,00

ERRATA ANEXO LM Nº 559/2014 - 07 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - 2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2015
Consolidado

Página: 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Funções					
	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.800.000,00	665.000,00		255.000,00 2.024.600,00 6.691.948,05 855.100,00		50.000,00
02 - CONTROLE INTERNO						
03 - GABINETE DO PREFEITO						
04 - PROCURADORIA JURIDICA						
05 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS						
06 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO						
07 - SECRETARIA DE DESENVOLV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO						
08 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER						
09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA						
10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT						
11 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
12 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA						
13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO						
14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
16 - IPESH-INST.PREV.SOC.SERV.PUB.MUN.ITAPOA						
17 - FUNREBOM-FUND.MUN.C.BOMBEIROS						
26 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
Total:	2.800.000,00	665.000,00		9.826.648,05		240.000,00 290.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa (Órgão/Função)

Página: 2

Funções						
Órgão	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						
02 - CONTROLE INTERNO						
03 - GABINETE DO PREFEITO						
04 - PROCURADORIA JURIDICA						
05 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS						
06 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO						
07 - SECRETARIA DE DESENVOLV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO						
08 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER					53.000,00	
09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA						
10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT						
11 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
12 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		17.000,00				
13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO						
14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		2.101.960,00				
16 - IPES-INST.PREV.SOC.SERV.PUB.MUN.ITAPOA			2.665.000,00			
17 - FUNREBOM-FUND.MUN.C.BOMBEIROS						
26 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
Total:		2.118.960,00	2.665.000,00	16.394.727,15	53.000,00	26.998.714,80

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Página: 3

Funções						
Órgão	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES 02 - CONTROLE INTERNO 03 - GABINETE DO PREFEITO 04 - PROCURADORIA JURIDICA 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS 06 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO 07 - SECRETARIA DE DESENVOLV. INDUSTRIA E COMERCIO 08 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT 11 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS 12 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 16 - IPESI-INST.PREV SOC.SERV.PUB.MUN.ITAPOA 17 - FUNREBOM-FUND.MUN.C.BOMBEIROS 26 - RESERVA DE CONTINGENCIA	463.000,00		100,00 7.330.200,00		3.866.898,00	570.001,00
Total:	463.000,00		7.330.300,00		3.866.898,00	570.001,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Página: 4

Funções					
Órgão	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES 02 - CONTROLE INTERNO 03 - GABINETE DO PREFEITO 04 - PROCURADORIA JURIDICA 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS 06 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO 07 - SECRETARIA DE DESENVOLV., INDÚSTRIA E COMERCIO 08 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT 11 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS 12 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 16 - IPESI-INST.PREV.SOC.SERV.PUB.MUN.ITAPOA 17 - FUNREBOM-FUND.MUN.C.BOMBEIROS 26 - RESERVA DE CONTINGENCIA		718.200,00		156.000,00	595.001,00
Total:		718.200,00		156.000,00	595.001,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2015
Consolidado

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Página: 5

Funções					
Órgão	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva Contigência
01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					2.800.000,00
02 - CONTROLE INTERNO					255.000,00
03 - GABINETE DO PREFEITO					2.074.600,00
04 - PROCURADORIA JURIDICA					665.000,00
05 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS					6.691.948,05
06 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO					855.200,00
07 - SECRETARIA DE DESENVOLV., INDÚSTRIA E COMERCIO					209.000,00
08 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER			1.009.050,00		1.009.050,00
09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA					718.200,00
10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT					1.628.002,00
11 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS					11.197.098,00
12 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					17.000,00
13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO					26.998.714,80
14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					16.394.727,15
15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					2.101.960,00
16 - IPESI-INST.PREV.SOC.SERV.PUB.MUN.ITAPOA				4.730.000,00	7.395.000,00
17 - FUNREBOM-FUND.MUN.C.BOMBEIROS					240.000,00
26 - RESERVA DE CONTINGENCIA					200.000,00
Total:			1.009.050,00		4.930.000,00
					81.450.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

ERRATA ANEXO LM Nº 559/2014 - 08 - QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - 2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 1 de 44

Exercício: 2015
Consolidado

Órgão.....: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Unidade Orçamentária:		001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0001.0031.0001.2001	Fiscal	3319000000000000	MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL		
	Fiscal	3319100000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.960.000,00
	Fiscal	3335000000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	80.000,00
	Fiscal	3339000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
	Fiscal	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	505.000,00
	Fiscal	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10028 - REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA	150.000,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	100.000,00
			Total Projeto Atividade		2.800.000,00
			Total da Unidade		2.800.000,00
			Total do Órgão		2.800.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 2 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 02 - CONTROLE INTERNO
001 - CONTROLADORIA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0124.0003.2002	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	4.000,00 1.000,00 5.000,00
0004.0124.0003.2003	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DA CONTROLADORIA INTERNA APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	203.000,00 47.000,00 250.000,00
			Total da Unidade		255.000,00
			Total do Órgão		255.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 3 de 44

Exercício: 2015
Consolidado

Órgão: 03 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DO PREFEITO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.0002.1001	Fiscal	3339000000000000	PARCERIA C/ ESTADO P/ IMPLANTAÇÃO DA CIA POLÍCIA MILITAR	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50,00
			Total Projeto Atividade		100,00
0004.0122.0002.2004	Fiscal	3335000000000000	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00
	Fiscal	3339000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	320.000,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00
			Total Projeto Atividade		340.000,00
0004.0122.0002.2005	Fiscal	3319000000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.085.000,00
	Fiscal	3319100000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	80.000,00
			Total Projeto Atividade		1.165.000,00
0004.0122.0002.2006	Fiscal	3339000000000000	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIARIOS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	200.000,00
			APLICACOES DIRETAS		
			Total Projeto Atividade		200.000,00
0004.0122.0002.2007	Fiscal	3317100000000000	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00
	Fiscal	3337100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.900,00
	Fiscal	3447100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	600,00
			Total Projeto Atividade		5.500,00
0004.0122.0002.2008	Fiscal	3339000000000000	CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	45.000,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00
			Total Projeto Atividade		55.000,00
			Total da Unidade		1.765.600,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 4 de 44

Órgão:		03 - GABINETE DO PREFEITO					
Unidade Orçamentária:		002 - GABINETE DO VICE - PREFEITO					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado		
0004.0122.0002.2010	Fiscal Fiscal	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	9.900,00		
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		100,00		
			Total Projeto Atividade		10.000,00		
0004.0122.0002.2011	Fiscal Fiscal	3319000000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	200.000,00		
		3319100000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.		49.000,00		
			Total Projeto Atividade		249.000,00		
			Total da Unidade		259.000,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 5 de 44

Órgão:: 03 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 003 - FUNDO DA DEFESA CIVIL

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0006.0182.0020.2140	Fiscal	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	35.000,00
			Total Projeto Atividade		50.000,00
			Total da Unidade		50.000,00
			Total do Órgão		2.074.600,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 6 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 04 - PROCURADORIA JURIDICA
001 - DPTO JURIDICO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0002.0061.0017.2012	Fiscal Fiscal	3339000000000000	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURIDICA	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	90.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00
			Total Projeto Atividade		100.000,00
0002.0061.0017.2013	Fiscal Fiscal	3319000000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DA PROCURADORIA JURIDICA	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	462.000,00
		3319100000000000	APLICACOES DIRETAS		53.000,00
			Total Projeto Atividade		515.000,00
0002.0061.0017.2014	Fiscal	3339000000000000	HONORARIOS DE SUCUMBENCIA	10028 - REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA	50.000,00
			APLICACOES DIRETAS		50.000,00
			Total Projeto Atividade		665.000,00
			Total da Unidade		665.000,00
			Total do Órgão		665.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015

Consolidado


Órgão:
Unidade Orçamentária: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Página 7 de 44

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.0003.2009	Fiscal	3335000000000000	SUBVENÇÃO SOCIAL TRANSFERÊNCIAS A INST PRIV.S/ FINS LUCR Total Projeto Atividade	1000 - RECURSOS ORDINARIOS	110.000,00 110.000,00
0004.0122.0003.2015	Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal	3335000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRANSFERÊNCIAS A INST PRIV.S/ FINS LUCR APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	1000 - RECURSOS ORDINARIOS 1000 - RECURSOS ORDINARIOS 1400 - FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO 1000 - RECURSOS ORDINARIOS 18900 - ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTRO	120.000,00 1.792.308,05 155.000,00 100.000,00 12.000,00 2.179.308,05
0004.0122.0003.2016	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	1000 - RECURSOS ORDINARIOS 1000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.450.000,00 190.000,00 1.640.000,00
0004.0122.0003.2017	Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000 3449000000000000	CONVÊNIO DA LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	15400 - CONVENIO TRANSITO - MILITAR 15500 - CONVENIO TRANSITO - CIVIL 15600 - CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA 15400 - CONVENIO TRANSITO - MILITAR 15500 - CONVENIO TRANSITO - CIVIL	20.000,00 20.000,00 20.292,00 3.674,00 3.674,00 67.640,00
			Total da Unidade		3.996.948,05

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

<div><div></div><div><div>PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA</div><div>Quadro de Detalhamento da Despesa</div><div>Exercício: 2015</div><div>Consolidado</div></div></div> <div><div>Página 8 de 44</div></div>					
<div>Órgão:: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS</div> <div>Unidade Orçamentária: 002 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS</div>					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.0003.2018	Fiscal	3329000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS		
	Fiscal	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	825.000,00
	Fiscal	3469000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00
			Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	940.000,00
0004.0122.0003.2019	Fiscal	3319000000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.555.000,00
	Fiscal	3319100000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	200.000,00
			Total Projeto Atividade		1.755.000,00
			Total da Unidade		2.695.000,00
			Total do Órgão		6.691.948,05



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 9 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 06 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0451.0004.2020	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00 90.000,00 100.000,00
0004.0451.0004.2021	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	482.000,00 53.000,00 535.000,00
			Total da Unidade		635.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 10 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 06 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
002 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0451.0004.1002	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	ELABORAÇÃO E IMPLANT. DO PROJETO DE REVIT DA AV DO COMÉRCIO APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	8.000,00 42.000,00 50.000,00
0004.0451.0004.2022	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	90.000,00 10.000,00 100.000,00
0004.0451.0004.2023	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	67.000,00 3.000,00 70.000,00
0004.0451.0004.2025	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	CALÇADAS E ACESSIBILIDADE PARA O PEDESTRE APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50,00 50,00 100,00
0015.0451.0004.2162	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	ELABORAÇÃO DE PROJETO E IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50,00 50,00 100,00
			Total da Unidade		220.200,00
			Total do Órgão		855.200,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 11 de 44

Órgão:: 07 - SECRETARIA DE DESENVOLV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade Orçamentária: 001 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0011.0334.0018.2026	Fiscal Fiscal	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	17.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00
			Total Projeto Atividade		20.000,00
0011.0334.0018.2027	Fiscal Fiscal	3319000000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE DESENVOLVIMENTO	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	32.000,00
		3319100000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.000,00
			Total Projeto Atividade		33.000,00
			Total da Unidade		53.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 12 de 44

Órgão:: 07 - SECRETARIA DE DESENVOLV. INDUSTRIA E COMERCIO
Unidade Orçamentária: 002 - DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0022.0661.0018.2028	Fiscal Fiscal	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	27.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00
			Total Projeto Atividade		30.000,00
0022.0661.0018.2029	Fiscal Fiscal	3319000000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	125.000,00
		3319100000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.000,00
			Total Projeto Atividade		126.000,00
			Total da Unidade		156.000,00
			Total do Órgão		209.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 13 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 08 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
001 - DPTO DE ESPORTE

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0027.0812.0016.1007	Fiscal	3449000000000000	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE NO PONTAL E BARRA DO SAÍ APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50,00 50,00
0027.0812.0016.1008	Fiscal	3449000000000000	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE MULTUOSO APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50,00 50,00
0027.0812.0016.1010	Fiscal	3449000000000000	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	80.000,00 80.000,00
0027.0812.0016.1011	Fiscal	3449000000000000	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE QUADRA ESPORTIVA NA AV. DAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50.000,00 50.000,00
0027.0812.0016.1012	Fiscal	3449000000000000	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50,00 50,00
0027.0812.0016.1041	Fiscal	3449000000000000	CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO ESPORTIVO NO BALNEARIO MARILUZ APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50,00 50,00
0027.0812.0016.1042	Fiscal	3449000000000000	CONSTRUÇÃO DE PISTA DE SKATE NO BAIRRO SAMAMBAIAL APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	54.800,00 54.800,00
0027.0812.0016.2030	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTYO DE ESPORTE APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	100.000,00 10.000,00 110.000,00
0027.0812.0016.2031	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	218.000,00 2.000,00 220.000,00
0027.0812.0016.2032	Fiscal Fiscal Fiscal	3335000000000000 3339000000000000 3449000000000000	INCENTIVO A PRÁTICA DESPORTIVAS DE PARA-ATLETAS NAS DIVERSAS TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00 65.000,00 3.000,00 98.000,00
0027.0812.0016.2033	Fiscal	3339000000000000	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	55.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 14 de 44

Órgão:: 08 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 001 - DPTO DE ESPORTE

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0027.0812.0016.2033	Fiscal	3449000000000000	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00 58.000,00
0027.0812.0016.2034	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	42.000,00 3.000,00 45.000,00
0027.0812.0016.2035	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	INCENTIVO AO VOLEIBOL E AO ESPORTE AMADOR E PROFISSIONAL EM APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	60.000,00 2.000,00 62.000,00
0027.0812.0016.2148	Fiscal	3335000000000000	IMPLANTACÃO DE CONVENIO COM A LIGA MUNICIPAL DE FUTEBOL TRANSFERENCIAS A INST PRIV.S/ FINS LUCR Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	40.000,00 40.000,00
			Total da Unidade		818.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 15 de 44

Órgão: 08 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 002 - DPTO DE LAZER

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0027.0812.0016.1009	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10,00 40,00 50,00
0027.0813.0016.1013	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	PROJETO VERAO APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	55.000,00 5.000,00 60.000,00
0027.0813.0016.2036	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LAZER APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	45.000,00 5.000,00 50.000,00
0027.0813.0016.2037	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE LAZER APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00 1.000,00 31.000,00
0027.0813.0016.2154	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	GINCAMIA ESPORTIVA, DE LAZER E CULTURAL EM COMEMORAÇÃO AO APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	14.000,00 1.000,00 15.000,00
0027.0813.0016.2155	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	INCENTIVO A PRÁTICA DE LAZER E ESPORTE APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	32.000,00 3.000,00 35.000,00
			Total da Unidade		191.050,00
			Total do Órgão		1.009.050,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 16 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
001 - DPTO DE AGRICULTURA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0020.0601.0012.1014	Fiscal	3449000000000000	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PARA A APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	100,00
		Total Projeto Atividade			100,00
0020.0601.0012.1040	Fiscal	3449000000000000	CONSTRUÇÃO DO MERCADO PUBLICO MUNICIPAL NO BALNEARIO APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00
		Total Projeto Atividade			20.000,00
0020.0601.0012.2038	Fiscal Fiscal	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	90.000,00
		3449000000000000		10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00
Total Projeto Atividade				100.000,00	
0020.0601.0012.2039	Fiscal Fiscal	3319000000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	254.000,00
		3319100000000000		10000 - RECURSOS ORDINARIOS	11.000,00
Total Projeto Atividade				265.000,00	
0020.0601.0012.2040	Fiscal Fiscal	3339000000000000	FEIRAS AGRICOLAS APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	8.000,00
		3449000000000000		10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.000,00
Total Projeto Atividade				9.000,00	
0020.0601.0012.2041	Fiscal	3339000000000000	TRANSPORTE DE CALÇARIO E AQUISIÇÃO DE ADUBOS E SEMENTES APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	13.000,00
		Total Projeto Atividade			13.000,00
0020.0601.0012.2042	Fiscal	3339000000000000	HORAS MAQUINAS NAS ATIVIDADES AGRICOLAS DAS COMUNIDADES APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00
		Total Projeto Atividade			30.000,00
0020.0601.0012.2043	Fiscal	3335000000000000	CONVENIOS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA TRANSFERENCIAS A INST.PRIV./S/ FINS LUCR	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00
		Total Projeto Atividade			20.000,00
0020.0601.0012.2044	Fiscal Fiscal	3339000000000000	MELHORIA AO ACESSO ÀS PROPRIEDADES RURAIS APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50,00
		3449000000000000		10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50,00
Total Projeto Atividade				100,00	
0020.0601.0012.2045	Fiscal Fiscal	3339000000000000	SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00
		3449000000000000		10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.000,00
Total Projeto Atividade				4.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 17 de 44

Exercício: 2015
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
001 - DPTO DE AGRICULTURA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0020.0601.0012.2046	Fiscal	3339000000000000	CONVÊNIO COM LABORATÓRIO APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	4.000,00 4.000,00
0020.0601.0012.2149	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	FESTA DO AGRICULTOR APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	14.990,00 10,00 15.000,00
0020.0601.0012.2150	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	IMPLANTACAO DE HORTAS COMUNITARIAS E VIVEIROS DE MUDAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	5.990,00 10,00 6.000,00
0020.0601.0012.2151	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	6.990,00 10,00 7.000,00
0020.0601.0012.2152	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	APOIO AO TURISMO RURAL APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	6.990,00 10,00 7.000,00
			Total da Unidade		500.200,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 18 de 44

Exercício: 2015
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
002 - DPTO DE PESCA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0020.0602.0012.1015	Fiscal	3339000000000000	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE PEIXE	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	14.990,00
			Total Projeto Atividade		15.000,00
0020.0602.0012.1016	Fiscal	3449000000000000	CONSTRUÇÃO DE BARRAÇÃO PARA OFICINA E MANUTENÇÃO DE	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
			Total Projeto Atividade		5.000,00
0020.0602.0012.1017	Fiscal	3339000000000000	DESASSORIAMENTO E ABERTURA DO CANAL DO RIO SAI MIRIM	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	29.000,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.000,00
			Total Projeto Atividade		30.000,00
0020.0602.0012.2047	Fiscal	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESCA	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	60.000,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
			Total Projeto Atividade		65.000,00
0020.0602.0012.2048	Fiscal	3319000000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PESCA	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	38.000,00
	Fiscal	3319100000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00
			Total Projeto Atividade		48.000,00
0020.0602.0012.2049	Fiscal	3335000000000000	CONVÊNIOS MUNICIPAIS DE PESCA	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00
			Total Projeto Atividade		20.000,00
0020.0602.0012.2050	Fiscal	3339000000000000	DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	17.000,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00
			Total Projeto Atividade		20.000,00
0020.0602.0012.2153	Fiscal	3339000000000000	APOIO A FESTA DO PESCADOR	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	14.990,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10,00
			Total Projeto Atividade		15.000,00
			Total da Unidade		218.000,00
			Total do Órgão		718.200,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 19 de 44

Exercício: 2015
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT
001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO - FUNDETUR

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0023.0695.0006.1018	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA TURISTICA APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00 280.000,00 310.000,00
0023.0695.0006.2051	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO FUNDETUR APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	90.000,00 20.000,00 110.000,00
0023.0695.0006.2052	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO FUNDETUR APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	94.000,00 1.000,00 95.000,00
0023.0695.0006.2053	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	DIVULGAÇÃO TURISTICA APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00 100,00 10.100,00
0023.0695.0006.2054	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS TURISTICOS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	69.800,00 100,00 69.900,00
0023.0695.0006.2157	Fiscal	3339000000000000	APOIO AO EVENTO CLUBE TRILHEIROS ITALAMA APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1,00 1,00
			Total da Unidade		595.001,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015

Consolidado

Página 20 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT
002 - FUNDO MUNIC DE MEIO AMBIENTE - FMMA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0018.0541.0007.1021	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA ROTAS ECOLÓGICAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	18.150,00 8.000,00 26.150,00
0018.0541.0007.1022	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	DESASSOREAMENTO E DRAGAGEM DE RIOS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	4.950,00 50,00 5.000,00
0018.0541.0007.1023	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	IMPLANTACÃO DE PARQUES ECOLÓGICOS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	50,00 100,00 150,00
0018.0541.0007.1044	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	CONSTRUÇÃO DE CERCA NOS LIMITES DO PARQUE CARLIÓS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.000,00 49.000,00 50.000,00
0018.0541.0007.2055	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00 100,00 20.100,00
0018.0541.0007.2056	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO FMMA APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	132.100,00 30.000,00 162.100,00
0018.0541.0007.2057	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMMA APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	196.000,00 24.000,00 220.000,00
0018.0541.0007.2060	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	8.000,00 2.000,00 10.000,00
0018.0541.0007.2061	Fiscal	3339000000000000	EDUCAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	2.000,00 2.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015

Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT
002 - FUNDO MUNIC DE MEIO AMBIENTE - FMMA

Página 21 de 44

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0018.0541.0007.2062	Fiscal	3339000000000000	EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GRUPOS EM SITUAÇÃO DE APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	8.000,00 8.000,00
0018.0541.0007.2063	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO E SEGURANÇA ESTRUTURAL DE PARQUES APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00 2.000,00 17.000,00
0018.0541.0007.2064	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MONITORAMENTO DO PROCESSO EROSIVO APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00 3.000,00 8.000,00
0018.0541.0007.2065	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MONITORAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	8.000,00 15.000,00 23.000,00
0018.0541.0007.2066	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	RECOMPOSIÇÃO DA MATA CILIAR DOS RIOS DO MUNICIPIO APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	8.000,00 100,00 8.100,00
0018.0541.0007.2144	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE DOS CARLÓS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	300,00 100,00 400,00
0018.0541.0007.2160	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR DE PRESERVAÇÃO DO RIO SÃO MIRIM E APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	0,50 0,50 1,00
0018.0542.0007.2058	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	CONTROLE DE ZOONOSE DE ANIMAIS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00 5.000,00 10.000,00
			Total da Unidade		570.001,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 22 de 44

Exercício: 2015
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 10 - SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT
003 - DPTO DE CULTURA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0013.0391.0008.1025	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	4.000,00 1.000,00 5.000,00
0013.0392.0008.2067	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	85.000,00 37.000,00 122.000,00
0013.0392.0008.2068	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	152.000,00 11.000,00 163.000,00
0013.0392.0008.2069	Fiscal	3339000000000000	MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00 30.000,00
0013.0392.0008.2070	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS CULTURAIS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	80.000,00 15.000,00 95.000,00
0013.0392.0008.2071	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	ESCOLA DE DIVERSIDADE CULTURAL APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	8.000,00 5.000,00 13.000,00
0013.0392.0008.2072	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	VALORIZAÇÃO DO ARTISTA E ARTESÃO LOCAL APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00 5.000,00 20.000,00
0013.0392.0008.2073	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	RESGATE DA CULTURA LOCAL APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00 5.000,00 15.000,00
			Total da Unidade		463.000,00
			Total do Órgão		1.628.002,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015

Consolidado

Página 23 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 11 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
001 - DPTO DE OBRAS

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0015.0451.0009.1026	Fiscal	3449000000000000	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	100,00 100,00
0015.0451.0009.1027	Fiscal	3449000000000000	CICLOVIAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	100,00 100,00
0015.0451.0009.1028	Fiscal	3449000000000000	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	400.000,00 400.000,00
0015.0451.0009.2074	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	890.000,00 10.000,00 900.000,00
0015.0451.0009.2075	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	728.500,00 81.500,00 810.000,00
0015.0451.0009.2076	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000	ENSAIBRAMENTO DE VIAS PUBLICAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 11600 - CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO	750.000,00 2.000,00 752.000,00
0015.0451.0009.2077	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	AQUISICÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	750.000,00 150.000,00 900.000,00
0015.0451.0009.2161	Fiscal	3339000000000000	HORAS MAQUINAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	8.000,00 8.000,00
			Total da Unidade		3.770.200,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 24 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 11 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
002 - DPTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0015.0452.0009.2078	Fiscal Fiscal	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.030.000,00
			APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00
			Total Projeto Atividade		1.050.000,00
0015.0452.0009.2079	Fiscal Fiscal	3319000000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
		3319100000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	728.500,00
			APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	81.500,00
			Total Projeto Atividade		810.000,00
0015.0452.0009.2080	Fiscal Fiscal	3339000000000000	ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITERIO DA JACA		
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	25.000,00
			APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	75.000,00
			Total Projeto Atividade		100.000,00
0015.0452.0009.2081	Fiscal Fiscal	3339000000000000	REDE PUBLICA DE ILUMINAÇÃO		
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	11700 - CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS D	1.150.000,00
			APLICACOES DIRETAS	11700 - CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS D	450.000,00
			Total Projeto Atividade		1.600.000,00
			Total da Unidade		3.560.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 25 de 44

Exercício: 2015
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 11 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
003 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0017.0512.0010.2082	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO FMSB APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	1000 - RECURSOS ORDINARIOS 1000 - RECURSOS ORDINARIOS	4.000,00 1.000,00 5.000,00
0017.0512.0010.2083	Fiscal	3339000000000000	LIMPEZA PUBLICA URBANA APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	1000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.451.898,00 1.451.898,00
0017.0512.0010.2084	Fiscal	3339000000000000	MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	1000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.850.000,00 1.850.000,00
0017.0512.0010.2085	Fiscal	3339000000000000	IMPLANTACAO DO PLANO DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	1000 - RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00 10.000,00
0017.0512.0010.2086	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO RIO SÃO MIRIM APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10026 - SANEAMENTO BÁSICO 10026 - SANEAMENTO BÁSICO	150.000,00 10.000,00 160.000,00
0017.0512.0010.2156	Fiscal Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000	DRENAGEM E MANEJO DAS AGUAS PLUVIAIS URBANAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	1000 - RECURSOS ORDINARIOS 10026 - SANEAMENTO BÁSICO 1000 - RECURSOS ORDINARIOS	150.000,00 200.000,00 40.000,00 390.000,00
			Total da Unidade		3.866.898,00
			Total do Órgão		11.197.098,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 26 de 44

Exercício: 2015
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 12 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0008.0243.0011.2087	Seguridade Social	3339000000000000	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS DO FIA	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.000,00
			APLICACOES DIRETAS		1.000,00
			Total Projeto Atividade		
0008.0243.0011.2088	Seguridade Social	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO FIA	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	4.000,00
	Seguridade Social	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.000,00
			APLICACOES DIRETAS		5.000,00
			Total Projeto Atividade		
0008.0243.0011.2089	Seguridade Social	3339000000000000	AÇÃO DIRETA COM GRANÇAS E ADOLESCENTES	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	9.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	17800 - FIA Demais Recursos	2.000,00
			APLICACOES DIRETAS		11.000,00
			Total Projeto Atividade		
			Total da Unidade		17.000,00
			Total do Órgão		17.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 27 de 44

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO					
Unidade Orçamentária: 001 - ENSINO FUNDAMENTAL					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0361.0021.1029	Fiscal	3449000000000000	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	10.000 10.000
0012.0361.0021.1030	Fiscal Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000 3449000000000000	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 25800 - SALARIO EDUCACAO	15.000,00 465.000,00 286.000,00 766.000,00
0012.0361.0021.2090	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	461.784,80 40.000,00 501.784,80
0012.0361.0021.2091	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	1.739.000,00 316.000,00 2.055.000,00
0012.0361.0021.2092	Fiscal	3339000000000000	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	60.000,00 60.000,00
0012.0361.0021.2093	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000	MERENDA ESCOLAR APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 26001 - P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental	210.000,00 142.000,00 352.000,00
0012.0361.0021.2094	Fiscal Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 26101 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal 26102 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua	740.000,00 30.000,00 30.000,00 800.000,00
0012.0361.0021.2095	Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 25800 - SALARIO EDUCACAO 10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 25800 - SALARIO EDUCACAO	3.350.000,00 250.000,00 150.000,00 40.000,00 3.790.000,00
0012.0361.0021.2096	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	21800 - TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB 10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	7.205.000,00 1.080.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 28 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
001 - ENSINO FUNDAMENTAL

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0361.0021.2096	Fiscal	3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	21800 - TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	60.000,00 8.345.000,00
0012.0361.0021.2097	Fiscal	3339000000000000	GESTAO FINANCEIRA DEMOCRATICA DAS ESCOLAS - PDDE APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	72.000,00 72.000,00
0012.0361.0021.2159	Fiscal	3335000000000000	CONVENIO DE EDUCACAO AMBIENTAL C/ RESERVA VOLTA VELHA TRANSFERENCIAS A INST PRIV/S/ FINS LUCR Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	100.000,00 100.000,00
			Total da Unidade		16.841.794,80

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 29 de 44

Exercício: 2015
Consolidado

13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 002 - ENSINO INFANTIL					
Órgão: Unidade Orçamentária:					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0365.0021.1031	Fiscal	3449000000000000	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	10,00 10,00
0012.0365.0021.1032	Fiscal Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000 3449000000000000	CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO E REFORMAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 25800 - SALARIO EDUCACAO	15.000,00 305.000,00 504.000,00 824.000,00
0012.0365.0021.2098	Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 25800 - SALARIO EDUCACAO 10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 25800 - SALARIO EDUCACAO	1.350.000,00 150.000,00 50.000,00 40.000,00 1.590.000,00
0012.0365.0021.2099	Fiscal	3339000000000000	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	35.000,00 35.000,00
0012.0365.0021.2100	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 26101 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal	220.000,00 3.000,00 223.000,00
0012.0365.0021.2101	Fiscal Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	21800 - TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB 10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 21800 - TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	4.050.000,00 225.000,00 375.000,00 4.650.000,00
0012.0365.0021.2102	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000	MERENDA ESCOLAR DAS CRECHES APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 26003 - P. N. Aliment. Escolar PNAE/Crache	35.000,00 46.000,00 81.000,00
0012.0365.0021.2103	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000	MERENDA ESCOLAR DA PRÉ-ESCOLA APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 26002 - P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar	75.000,00 44.000,00 119.000,00
0012.0365.0021.2104	Fiscal	3339000000000000	GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PODE APLICACOES DIRETAS	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	17.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 30 de 44

Órgão:: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Unidade Orçamentária: 002 - ENSINO INFANTIL

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0365.0021.2104			GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE		17.000,00
			Total Projeto Atividade		
			Total da Unidade		7.539.010,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 31 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
003 - ENSINO FUNDAMENTAL / EJA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0366.0021.2105	Fiscal	3339000000000000	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL EJA APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	40.000,00 40.000,00
0012.0366.0021.2106	Fiscal Fiscal	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO EJA APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	502.000,00 98.000,00 600.000,00
0012.0366.0021.2107	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO EJA APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	27.000,00 3.000,00 30.000,00
0012.0366.0021.2108	Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000	MERENDA ESCOLAR DO EJA APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 28004 - Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA	5.000,00 13.000,00 18.000,00
			Total da Unidade		688.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 32 de 44

Órgão:: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Unidade Orçamentária: 004 - ENSINO MÉDIO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0362.0022.2109	Fiscal Fiscal Fiscal	3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL ENSINO MÉDIO APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 26101 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal 26102 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadual	135.000,00 6.000,00 345.000,00 486.000,00
0012.0362.0022.2163	Fiscal Fiscal	3335000000000000 3445000000000000	CONVÊNIO COM A APP DA ESCOLA ESTADUAL NEREU RAMOS TRANSFERENCIAS A INST PRIV.S/ FINS LUCR TRANSF. A INST. PRIVADAS S/FINS LUCRATIVO Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	150.000,00 150.000,00 300.000,00
			Total da Unidade		786.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 33 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
005 - ENSINO SUPERIOR

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0384.0022.2110	Fiscal	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO		
			APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.100.000,00
			Total Projeto Atividade		1.100.000,00
			Total da Unidade		1.100.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 34 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
006 - ENSINO ESPECIAL

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0367.0021.2133	Fiscal	3335000000000000	CONVÊNIO COM A APAE TRANSFERÊNCIAS A INST PRIV.S/ FINS LUCR	10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	43.910,00
			Total Projeto Atividade		43.910,00
			Total da Unidade		43.910,00
			Total do Órgão		26.998.714,80

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 35 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0010.0301.0013.1033	Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000	CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	10,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	10,00
			Total Projeto Atividade		20,00
0010.0301.0013.2111	Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	26403 - Atenção Básica - PAB FIXO	20.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	26403 - Atenção Básica - PAB FIXO	5.000,00
			Total Projeto Atividade		25.000,00
0010.0301.0013.2112	Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	800.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26701 - Assistência Farmacêutica Básica Estadual	67.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26702 - Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL	78.000,00
			Total Projeto Atividade		945.000,00
0010.0301.0013.2113	Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	30.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26401 - Cofinanciamento da Atenção Básica	99.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26402 - NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.	110.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26403 - Atenção Básica - PAB FIXO	160.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26404 - Atenção Básica - PSF	218.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26406 - Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola	34.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26407 - Atenção Básica - PMAQ/AB	206.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	140.000,00
			Total Projeto Atividade		997.000,00
0010.0301.0013.2114	Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	40.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26503 - MAC / ESTADUAL	39.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	10.000,00
			Total Projeto Atividade		10.000,00
0010.0301.0013.2115	Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO PA 24 HORAS	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	495.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26501 - MAC/ISAMU	90.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26502 - MAC / SE	250.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	20.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	26501 - MAC/ISAMU	10.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	26502 - MAC / SE	50.000,00
			Total Projeto Atividade		915.000,00
0010.0301.0013.2116			REPASSE AO CIS / AMUNESC		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 36 de 44

14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Órgão: Unidade Orçamentária:					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0010.0301.0013.2116	Seguridade Social Seguridade Social	3317100000000000 3337100000000000	REPASSE AO CIS/AMUNESC TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS Total Projeto Atividade	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	6.500,00 153.500,00 160.000,00
0010.0301.0013.2117	Seguridade Social	3319000000000000	PLANTÕES MÉDICOS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	1.400.000,00 1.400.000,00
0010.0301.0013.2118	Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	1.433.707,15 30.000,00 1.463.707,15
0010.0301.0013.2141	Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO CMS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	10.000,00 5.000,00 15.000,00
0010.0301.0013.2142	Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social	3319000000000000 3319000000000000 3319000000000000 3319000000000000 3319000000000000 3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 26402 - NASF SC COFINCIAMENTO ATEN.BAS. 26403 - Atenção Básica - PAB FIXO 26404 - Atenção Básica - PSF 26405 - Atenção Básica - PACS 26407 - Atenção Básica - PMAQ/AB 26501 - MAC/SAMU 10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	7.974.000,00 130.000,00 223.000,00 210.000,00 422.000,00 100.000,00 50.000,00 891.000,00 10.000.000,00
0010.0303.0013.2158	Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000 3449000000000000	IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CAPS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP 10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	150.000,00 50.000,00 200.000,00
0010.0304.0013.2120	Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	16600 - VIGILANCIA EM SAUDE 26602 - Vigilância em Saúde - Sanitária 16600 - VIGILANCIA EM SAUDE	55.000,00 10.000,00 20.000,00 85.000,00
0010.0304.0013.2121	Seguridade Social	3335000000000000	CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE ITAPOÁ TRANSFERÊNCIAS A INST.PRIV./SI FINS LUCR Total Projeto Atividade	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	56.000,00 56.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 37 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0010.0305.0013.2119			MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP	5.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26601 - Vigilância em Saúde - Epidemiológica	24.000,00
	Seguridade Social	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	26601 - Vigilância em Saúde - Epidemiológica	5.000,00
			Total Projeto Atividade		34.000,00
			Total da Unidade		16.394.727,15
			Total do Órgão		16.394.727,15

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 38 de 44

15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Orgão.....	Unidade Orçamentária:	Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição
0008.0241.0005.2126	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
	Seguidade Social	Seguidade Social	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
				Total Projeto Atividade	30.000,00
0008.0241.0005.2128	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	PROGRAMA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR AO IDOSO/DEFICIENTE	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	24700 - APOIO A PESSOA IDOSA - API
				Total Projeto Atividade	10.000,00
0008.0243.0005.2124	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	25202 - FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL
	Seguidade Social	Seguidade Social	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
	Seguidade Social	Seguidade Social	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	25202 - FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL
				Total Projeto Atividade	120.800,00
0008.0243.0005.2125	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
	Seguidade Social	Seguidade Social	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
				Total Projeto Atividade	16.000,00
0008.0244.0005.1043	Seguidade Social	Seguidade Social	3449000000000000	CONSTRUÇÃO COZINHA INDUSTRIAL	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
				Total Projeto Atividade	10.000,00
0008.0244.0005.2122	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO FMAS	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26301 - Bolsa Família
	Seguidade Social	Seguidade Social	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
	Seguidade Social	Seguidade Social	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	26301 - Bolsa Família
				Total Projeto Atividade	235.600,00
0008.0244.0005.2123	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO CRAS	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	25204 - FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	25205 - SERV CONV E FORTAL VINCULO - SCFV
	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	26302 - IGD - SUAS
	Seguidade Social	Seguidade Social	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
	Seguidade Social	Seguidade Social	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	26302 - IGD - SUAS
				Total Projeto Atividade	186.700,00
0008.0244.0005.2127	Seguidade Social	Seguidade Social	3339000000000000	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	1000 - RECURSOS ORDINARIOS
				APLICACOES DIRETAS	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 39 de 44

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0008.0244.0005.2127	Seguridade Social	3339000000000000	BENEFÍCIOS EVENTUAIS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	25203 - FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	3.460,00 161.460,00
0008.0244.0005.2129	Seguridade Social	3339000000000000	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DOS CONSELHOS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00 10.000,00
0008.0244.0005.2130	Seguridade Social	3339000000000000	PROGRAMA AÇÃO DIRETA COM AS FAMILIAS - PAIF APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	25201 - PBF- PISO BASICO FIXO	78.000,00 78.000,00
0008.0244.0005.2132	Seguridade Social	3339000000000000	PROGRAMA DE MEDIDA SOCIA EDUCATIVA - PMSE APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00 15.000,00
0008.0244.0005.2143	Seguridade Social Seguridade Social	3319000000000000 3319100000000000	FOLHA DE PAGAMENTO DO FIAS APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.080.000,00 120.000,00 1.200.000,00
0008.0244.0005.2146	Seguridade Social	3335000000000000	CONVÊNIO COM A COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO SAMAMBAIAL TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR Total Projeto Atividade	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	24.000,00 24.000,00
			Total da Unidade		2.101.960,00
			Total do Órgão		2.101.960,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 40 de 44

Órgão:
Unidade Orçamentária: 16 - IPESI-INST. PREV. SOC. SERV. P.UB. MUN. ITAPOÁ
001 - IPESI

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0009.0272.0014.2134	Seguridade Social	3339000000000000	BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS	2.000.000,00 2.000.000,00
0009.0272.0014.2135	Seguridade Social	3339000000000000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS	500.000,00 500.000,00
0009.0272.0014.2136	Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000 3449000000000000	MANUTENÇÃO DO IPESI APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS 10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS	130.000,00 20.000,00 150.000,00
0009.0272.0014.2137	Seguridade Social	3339000000000000	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E CONSELHEIROS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS	15.000,00 15.000,00
0099.0997.0014.2138	Seguridade Social	3999900000000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO IPESI RESERVA DE CONTINGENCIA Total Projeto Atividade	10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS	4.730.000,00 4.730.000,00
			Total da Unidade		7.395.000,00
			Total do Órgão		7.395.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 41 de 44

Exercício: 2015
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 17 - FUNREBOM-FUND.MUN.C.BOMBEIROS
001 - DPTO DO FUNREBOM

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0006.0182.0015.2139	Fiscal	3339000000000000	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	10025 - FUNREBOM	80.000,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	120.000,00
	Fiscal	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10025 - FUNREBOM	40.000,00
			Total Projeto Atividade		240.000,00
			Total da Unidade		240.000,00
			Total do Órgão		240.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 42 de 44

Órgão:		26 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Unidade Orçamentária:		001 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ati.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado		
0099.0999.0019.9001	Fiscal	3999990000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	10000 - RECURSOS ORDINARIOS	200.000,00		
			Total Projeto Atividade		200.000,00		
			Total da Unidade		200.000,00		
			Total do Órgão		200.000,00		
Total Geral					81.450.500,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 43 de 44

Vínculo		Resumo por Vínculo	
	Descrição		Valor orçado
10000	RECURSOS ORDINARIOS		29.376.458,05
10025	FUNREBOM		120.000,00
10026	SANEAMENTO BÁSICO		360.000,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA		200.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		11.844.714,80
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP		13.699.727,15
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS		7.395.000,00
11600	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E		2.000,00
11700	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS DE		1.600.000,00
14400	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO		155.000,00
15400	CONVENIO TRANSITO - MILITAR		23.874,00
15500	CONVENIO TRANSITO - CIVIL		23.874,00
15600	CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA		20.292,00
16600	VIGILANCIA EM SAUDE		75.000,00
17800	FIA Demais Recursos		2.000,00
18900	ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTROS		12.000,00
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB		11.690.000,00
24700	APOIO A PESSOA IDOSA - API		4.400,00
25201	PBF - PISO BASICO FIXO		78.000,00
25202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL		20.800,00
25203	FEAS - COFINANC. DE BENEFICIOS EVENTUAIS		3.460,00
25204	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		26.700,00
25205	SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV		135.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO		1.270.000,00
26001	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental		142.000,00
26002	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar		44.000,00
26003	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche		46.000,00
26004	Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA		13.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal		39.000,00
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadual		375.000,00
26301	Bolsa Família		15.600,00
26302	IGD - SUAS		18.000,00
26401	Cofinanciamento da Atenção Básica		99.000,00
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.		240.000,00
26403	Atenção Básica - PAB FIXO		408.000,00
26404	Atenção Básica - PSF		428.000,00
26405	Atenção Básica - PACS		422.000,00
26406	Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola		34.000,00

Atende.Net

IPM Informática Pública Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2015
Consolidado

Página 44 de 44

26407	Atenção Básica - PMAQ/AB	306.000,00
26501	MAC/SAMU	150.000,00
26502	MAC / SE	300.000,00
26503	MAC / ESTADUAL	49.000,00
26601	Vigilância em Saúde - Epidemiológica	29.000,00
26602	Vigilância em Saúde - Sanitária	10.000,00
26701	Assistência Farmacêutica Básica Estadual	67.000,00
26702	Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL	78.000,00
Total orçado		81.450.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

ERRATA ANEXO LM Nº 559/2014 - 09 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2015

ORÇAMENTO FISCAL

UNIDADE GESTORA	RECEITA	DESPESA
PREFEITURA MUNICIPAL	57.392.540,00	25.503.098,05
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	13.619.000,00	26.998.714,80
FUNREBOM	120.000,00	240.000,00
CÂMARA MUNICIPAL		2.800.000,00
TOTAL	71.131.540,00	55.541.812,85

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

UNIDADE GESTORA	RECEITA	DESPESA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.620.000,00	16.394.727,15
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	301.960,00	2.101.960,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	2.000,00	17.000,00
IPESI	7.395.000,00	7.395.000,00
TOTAL	10.318.960,00	25.908.687,15

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.716 DE 12 DE JANEIRO 2015

Decreto Nº 4.716 de 12 de janeiro 2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso I e II e artigo 16 da Lei Municipal 5.567 de 23/12/2014 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 140.568,03 (cento e quarenta mil, quinhentos e sessenta e oito reais e três centavos) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade orçamentária: 01 Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade: 2.127 Consórcio Públ. Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste contestado
Modalidade Aplicação: 3.3.93.00.00.00.00.00.01.0000.000000-199

Valor: R\$ 12.000,00

Proj./Atividade: 2.023 Manutenção da Gerencia de Eventos
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.000.000000-22

Valor: R\$ 128.566,03

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

Órgão: 02 ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade orçamentária: 01 Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade: 2.127 Consórcio Públ. Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste contestado
Modalidade Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000-197

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000-198
--

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000-200
--

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 2.023 Manutenção da Gerencia de Eventos
Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.000.000000-21

Valor: R\$ 128.566,03

Art. 3º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 55.678,56 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), por conta do superávit financeiro dos recursos do FUNDEB-:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0018.000000-216

Valor: R\$ 55.678,56

Art. 4º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos oriundos do Estado de Turismo, Cultura e Esporte, conforme proposta nº 13783, para custear despesas com a realização do desfile das escolas de samba do carnaval 2015.

Órgão: 02 ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade orçamentária: 01 Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade: 2.023 Manutenção da Gerencia de Eventos
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000000-217

Valor: R\$ 300.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 12 de janeiro de 2015

RAFAEL LASKE

EXTRATO ALTERAÇÃO TP 4/2014/FMS - PL 34/201/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2014/FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 4/2014/FMS

O Município de Joaçaba, por intermédio do Fundo Municipal da Saúde torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital de Tomada de Preço Nº 4/2014/FMS, cujo extrato foi publicado no DOM em 12/12/2014 (Edição nº 1635, página 782), tendo por objeto a "Contratação de agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir programas de prevenção à saúde, campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde e atos gerais da Secretaria Municipal de Saúde ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010.":

1) No item 8. "DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO", o subitem 8.1.2. do edital passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.1.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente";

2) A data e horário para abertura ficam alterados para o dia 25/02/2015 a partir das 15 horas;

3) A data e horário de entrega dos envelopes contendo as Propostas Técnicas (01, 02 e 03) e a Proposta de Preços (04) ficam alterados para até as 14h30min do dia 25/02/2015.

As demais disposições permanecem inalteradas.

O Edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527- 8828, em

dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 15 de janeiro de 2015.
MARCOS WEISS
Gestor do FMS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 254/2015 - RECEBIDA EM 16/01/2015

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 254/2015

Autorizo por meio desta, a empresa H2O AMBIENTAL LTDA, CNPJ/MF nº 08.815.559/0001-81 a execução pela CONTRATADA, dos serviços de monitoramento da área do entorno e do sistema de tratamento de efluentes do aterro sanitário situado na Linha Duas Casas, interior do Município de Joaçaba, SC., de acordo com o Processo de Licitação nº 76/2014/PMJ - CV nº 6/2014/PMJ, homologado em 06/01/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 40.486,64 (quarenta mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 210/2015/PMJ de 06 de janeiro de 2015. A forma de execução será de acordo com a cláusula segunda do referido contrato.

Joaçaba (SC), 08 de janeiro de 2015.

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____
RAFAEL LASKE
Prefeito Joaçaba

Contratada: H2O AMBIENTAL LTDA

Representante: GUSTAVO LOPES DO AMARAL PLIESKI

Assinatura e carimbo _____
CPF: 007.083.849-60

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

PORTARIA Nº 3660

PORTARIA Nº 3.660 DE 16 DE JANEIRO DE 2015
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Tomadas de Contas Especial", a fim de que se apure eventual dano ao erário por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de processo administrativo instaurada pela portaria n.º 3.115/2014 da qual apurou-se a possível indenização por parte do Locador Ademar Sebastião Jacomel e

Jacó João Jacomel das benfeitorias necessárias e úteis com a reforma no imóvel locado "Certinho", situado à Rua Tiradentes, na cidade de Joaçaba-SC em face a rescisão contratual.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE

ORDEM DE SERVIÇO 0005/2015 - SIMAE ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0005/2015

Autorizo por meio desta, a empresa ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA - ME a iniciar os serviços referentes à perfuração de poços de monitoramento na Estação de Tratamento de Esgoto de Herval D'Oeste, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0083/2014, Pregão Presencial JHL 0060/2014, Protocolo JHL 3433/2014, formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0105/2014 de 22 de dezembro de 2014.

O valor Global dos serviços e materiais contratados do respectivo processo é de R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais), com prazo de execução de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 16 de janeiro de 2015.
Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Contratado: Eco Sistemas Ambientais Ltda
Responsável: Fernando Lucio Machado Ferrari
CREA/SC 059710-7
Engenheiro Responsável

RECEBI EM ____/____/____

PREGÃO PRESENCIAL PP 0001/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0001/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

PROTOCOLO JHL 0008/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0001/2015 - Licitação 0001/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Registro de Preços visando à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças em geral e acessórios, para Equipamentos Acoplados aos veículos da Frota do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 19/02/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 19/02/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 19/01/2015 a 19/02/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 19 de Janeiro de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

PREGÃO PRESENCIAL PP 0002/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0002/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015

PROTOCOLO JHL 0035/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0002/2015 - Licitação 0002/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Registro de Preços de Massa Asfáltica embalada em sacos com 25kg, para utilização em consertos de vias públicas onde o SIMAE efetuar reparos de tubulações no exercício 2015.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 20/02/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 20/02/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 19/01/2015 a 20/02/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 19 de Janeiro de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0004/2015 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0004/2015

TOMADA DE PREÇOS JHL 0002/2010

PROCESSO LICITATÓRIO 0061/2010

PROTOCOLO Nº 3093/2010

Data: 16/01/2015

Objeto: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALORES REFERENTE CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TECNICA.

Valor Mensal: R\$ 4.547,89 (Quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos).

Contratado: HIDRATECH SANEAMENTO S/S LTDA

Prazo de vigência: 01/02/2015 A 31/01/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0005/2015 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0005/2015

SMOS JHL 0025/2015

PROTOCOLO Nº 0142/2015

Data: 16/01/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de concurso público com prova escrita e prova prática para os cargos de Pedreiro, Auxiliar de Operações e Auxiliar Administrativo..

Valor Global: R\$6.800,00 (seis mil e oitocentos)

Contratado: GEORGE ALMEIDA - ME

Prazo de vigência: 16/01/2015 a 15/04/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

PP 01-2015 PML RERRATIFICADO E CC 02-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 01-2015 PML RERRATIFICADA

Objeto: Aquisição de Colchões de Berço, Travesseiros e Cobertores

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 30/01/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 155.956,00

Modalidade: CC 02-2015 PML

Objeto: Contratação de Serviços Publicitários

Tipo: Melhor Técnica

Abertura: 05/03/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 2.500.000,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 16 de janeiro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 01-2015 SEMASA

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 SEMASA

OBJETO:AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO NA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA), CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS, CONSTANTES NO ANEXO II, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Lages, 16 de janeiro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário da SEMASA

RERRATIFICAÇÃO PP 02-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 SEMASA
OBJETO:A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S-10 E TANQUE DE ARMAZENAMENTO (EM REGIME DE COMODATO), PARA INSTALAÇÃO NA ESTAÇÃO DE RECALQUE DE ÁGUA TRATADA ERAT2, ESTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA ERAB3, E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA ETA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS, CONSTANTES NO ANEXO II, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. - SEMASA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTOS.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Lages, 16 de janeiro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário da SEMASA

Lauro Muller**PREFEITURA****ATA ABERTURA 01/2015 PMLM**

ATA INAUGURAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER PARA ABERTURA E PROCESSAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/PMLM/2015, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE EMPRESAS DO RAMO PERTINENTE, PARA CONTINUAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE DE 564,50 M² NO BAIRRO BARRO BRANCO NO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER/SC., DE ACORDO COM O CONVÊNIO COM O TERMO DE COMPROMISSO PAC20032/ PRO-INFANCIA PAC , MEDIANTE AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL, SOB A REGÊNCIA DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES

Às 10 horas do dia 16 do mês de Dezembro do ano dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município de Lauro Muller, na sede da municipalidade, para abertura e processamento do Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/PMLM/2015. Após o termino do horario de protocolo fixado para as nove horas e cinquenta e cinco minutos da mesma data. Abertos os trabalhos pelo Presidente, o Sr. Alan Jung Crocetta, o mesmo informou que apenas a empresa: CONSTRUTORA NELGUI LTDA protocolou seus envelopes Nºs. 1 e 2, tempestivamente no setor de protocolo desta Prefeitura não estando nenhum representante durante a abertura. Dando continuidade, a Comissão Permanente de Licitações determinou a abertura dos envelopes Nº. 1 (Habilitação), das licitantes, os mesmos foram rubricados pela Comissão. Após análise conforme exigencia do edital a comissão declarou as empresas habilitadas p/ proxima fase do certame. Face ausencia dos licitantes abre-se prazo de recurso no prazo legal. Comunica-se o licitante nada mais.

Lauro Muller 16 de janeiro de 2015.

Leoberto Leal**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 - FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2014.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de óleo diesel comum, óleo diesel S10 e gasolina comum, para abastecimento da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

AUTO POSTO CAMILO LTDA

CNPJ: 05.385.866/0001-81

RUA: ÂNGELO SILVA, Nº 317, BAIRRO CENTRO, CEP: 88.445-000 LEOBERTO LEAL/SC.

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 75.415.075/0002-13

RUA: MARCIONILO DOS SANTOS, Nº 1426, BAIRRO CORTICEIRA, CEP: 89.270-000, GUARAMIRIM/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de combustíveis (óleo diesel comum, óleo diesel S10 e gasolina comum), para abastecimento de toda a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, sendo parte com entrega e, parte a ser retirado da bomba do Posto de Serviço, conforme especificações neste Edital e seus anexos.

1.2 - O Óleo Diesel Comum e o Óleo Diesel S10 deverão ser entregue na Garagem da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

1.3 - A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará a partir de 02/01/2015, pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os combustíveis cotados são as seguintes:

LOTE I - ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
01	Litro	25.000	Óleo Diesel Comum	PETROBRAS	R\$ 2,47	R\$ 61.750,00	RUDIPEL RUD-NICK PETRÓLEO LTDA
02	Litro	15.000	Óleo Diesel S10	PETROBRAS	R\$ 2,61	R\$ 39.150,00	RUDIPEL RUD-NICK PETRÓLEO LTDA

LOTE II - GASOLINA COMUM:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
03	Litro	37.000	Gasolina Comum	RDP	R\$ 3,11	R\$ 115.070,00	AUTO POSTO CAMILO LTDA

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta

municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 O vencedor do Lote 01 - óleo diesel comum e óleo diesel S10 - deverá instalar na Garagem da Prefeitura, em forma de comodato, um Tanque bipartido com Reservatório com capacidade máxima total de 13.000 litros, com os compartimentos de 8.000 litros e de 5.000 litros, bomba, filtro e bacia de contenção, bem como a regularização deste junto aos órgãos competentes, inclusive órgãos ambientais e a manutenção destes equipamentos durante a vigência do contrato. Conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega em até 48 horas. A fornecedora deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

9.2 O vencedor do Lote 02 - gasolina comum - deverá entregar diariamente o produto, mediante apresentação de solicitação da Administração Municipal, conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega a qualquer momento, no horário normal de funcionamento da fornecedora.

9.3 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos produtos até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.10 Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração,

nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

Funcionamento da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

Atenção Básica - Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

Vigilância em Saúde - Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

ABELARDO CAMILO DA CUNHA	AGUINALDO MORAES TAVARES
AUTO POSTO CAMILO LTDA Empresa Vencedora	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES CPF: 017.410.949-09
2- LIZANDRO KREUSCH CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 - PMLL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10, GASOLINA COMUM E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de óleo diesel comum, óleo diesel S10, gasolina comum e agente redutor líquido Arla 32, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

AUTO POSTO CAMILO LTDA

CNPJ: 05.385.866/0001-81

RUA: ÂNGELO SILVA, Nº 317, BAIRRO CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC.

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 75.415.075/0002-13

RUA: MARCIONILO DOS SANTOS, Nº 1426, BAIRRO CORTICEIRA, CEP: 89.270-000, GUARAMIRIM/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 - A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de combustíveis (óleo diesel comum, óleo diesel S10, gasolina comum e agente redutor líquido Arla 32), para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, sendo parte com entrega e, parte a ser retirado da bomba do Posto de Serviço, conforme especificações contidas no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 050/2014.

1.2 - O Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, deverão ser entregues da seguinte maneira:

I- Na Garagem da Prefeitura. Sendo que o vencedor deverá realizar a instalação de um tanque bipartido, duas bombas de abastecimento e dois filtros de linha. O tanque bipartido deverá ter capacidade máxima total de 13.000 litros, onde os compartimentos serão preferencialmente de 8.000 litros e de 5.000 litros;

II- Na Localidade de Alto Vargedo, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (8 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

III- Na Localidade de Rio das Pedras, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (9 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

IV- Na Localidade de Ribeirão dos Ovos, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o

tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (16 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

V- Na Localidade de Vargem dos Bugres, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (30 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

O vencedor deverá ainda realizar por sua conta, quando solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a manutenção dos equipamentos cedidos.

1.3 - A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará a partir de 02/01/2015 pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os combustíveis cotados são as seguintes:

LOTE I - ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S50:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
01	Litro	165.000	Óleo Diesel Comum	PETROBRAS	R\$ 2,47	R\$ 407.550,00	RUDIPEL RUD-NICK PETRÓLEO LTDA
02	Litro	30.000	Óleo Diesel S10	PETROBRAS	R\$ 2,61	R\$ 78.300,00	RUDIPEL RUD-NICK PETRÓLEO LTDA

LOTE II - GASOLINA COMUM:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
03	Litro	75.000	Gasolina Comum	RDP	R\$ 3,11	R\$ 233.250,00	AUTO POSTO CAMILO LTDA

LOTE III - AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
04	Unid.	10	Agente redutor líquido Arla 32, balde com 20 litros.	PONTUAL	R\$ 62,00	R\$ 620,00	RUDIPEL RUD-NICK PETRÓLEO LTDA

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterà sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas

das informações correspondes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus

preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. O vencedor do Lote 01 - óleo diesel comum e óleo diesel S10 - deverá instalar na Garagem da Prefeitura, em forma de comodato, um Tanque bipartido com Reservatório com capacidade máxima total de 13.000 litros, com os compartimentos de 8.000 litros e de 5.000 litros, bomba, filtro e bacia de contenção, bem como a regularização deste junto aos órgãos competentes, inclusive órgãos ambientais e a manutenção destes equipamentos durante a vigência do contrato. Conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega em até 48 horas. A fornecedora deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

9.2. O vencedor do Lote 01 - Óleo Diesel S10, deverá disponibilizar em forma de comodato, um Tanque com Reservatório com capacidade máxima total de 5.000 litros nas seguintes localidades conforme mencionado:

I- Na Localidade de Alto Vargedo, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (8 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

II- Na Localidade de Rio das Pedras, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (9 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

III- Na Localidade de Ribeirão dos Ovos, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (16 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

IV- Na Localidade de Vargem dos Bugres, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (30 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

O vencedor deverá ainda realizar por sua conta, quando solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a manutenção dos equipamentos cedidos.

9.3. A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

9.4. O vencedor do Lote 02 - gasolina comum - deverá entregar diariamente o produto, mediante apresentação de solicitação da Administração Municipal, conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega a qualquer momento, no horário normal de funcionamento da fornecedora.

9.5. Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos produtos até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.10 Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito
Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Administração

Transporte Escolar-EF

Transporte Escolar-EF

Transporte Escolar-EF

Transporte Escolar-EF

Transporte Escolar-EI

Transporte Escolar-EI

Transporte Escolar-EI

Transporte Escolar-EI

Transporte Escolar-EM

Transporte Escolar-EM

Apoio ao Transporte de Alunos Universitários

Funcionamento e Manutenção do CRAS

Funcionamento e Manutenção do CRAS

Funcionamento e Manutenção do Programa IGD

Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras
- Transferência Convênios

Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agricultura

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

ABELARDO CAMILO DA CUNHA	AGUINALDO MORAES TAVARES
AUTO POSTO CAMILO LTDA EPP Empresa Vencedora	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

CONTRATO Nº 001/2015 - FMS

CONTRATO Nº 001/2015 - FMS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL/SC E A EMPRESA AUTO POSTO CAMILO LTDA.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita ROBERTA OTTO, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO POSTO CAMILO LTDA, pessoa

jurídica de direito privado, sito na Rua Ângelo Silva, nº 317, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 05.385.866/0001-81, neste ato representada pelo Senhor Abelardo Camilo da Cunha, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 017/2014, pelos termos da proposta da Contratada datada de 19/12/2014 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

1 - Aquisição parcelada de até 37.000 (trinta e sete mil) litros de Gasolina comum, conforme as necessidades. Lote 02 - gasolina comum - deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do fornecedor.

1.1- A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 017/2014, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL.

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de até R\$ 115.070,00 (cento e quinze mil e setenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

(6) Funcionamento da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

(24) Atenção Básica - Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

(41) Vigilância em Saúde - Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO.

O prazo para a execução do contrato será a partir de 02 de janeiro de 2015, pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro - constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	ABELARDO CAMILO DA CUNHA AUTO POSTO CAMILO LTDA Contratada
--	--

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	--

CONTRATO Nº 001/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 001/2015 - PMLL

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC E A EMPRESA AUTO POSTO CAMILO LTDA.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e. Senhor José Jair Alexandre, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO POSTO CAMILO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita

na Rua Ângelo Silva, nº 317, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 05.385.866/0001-81, neste ato representada pelo Senhor Abelardo Camilo da Cunha, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 050/2014, pelos termos da proposta da Contratada datada de 19/12/2014 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

1.1 - Aquisição parcelada de até 75.000 (setenta e cinco mil) litros de Gasolina tipo comum, conforme as necessidades. O Lote 02 - gasolina comum - deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do fornecedor.

1.2 - A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 050/2014, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL.

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de até R\$ 233.250,00 (duzentos e trinta e três mil duzentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

(3) Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

(9) Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Administração

(40) Transporte Escolar-EF

(41) Transporte Escolar-EF

(42) Transporte Escolar-EF

(43) Transporte Escolar-EF

(58) Transporte Escolar-EI

(59) Transporte Escolar-EI

(60) Transporte Escolar-EI

(44) Transporte Escolar-EM

(45) Transporte Escolar-EM

(46) Apoio ao Transporte de Alunos Universitários

(75) Funcionamento e Manutenção do CRAS

(80) Funcionamento e Manutenção do Programa IGD

(109) Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

(111) Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras - Transferência Convênios

(112) Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

(118) Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agricultura

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO.

O prazo para a execução do contrato será a partir de 02 de janeiro de 2015, pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro - constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE
Prefeito Municipal e.e.
Contratante

ABELARDO CAMILO DA CUNHA
AUTO POSTO CAMILO LTDA
Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 002/2015 - FMS

CONTRATO Nº 002/2015 - FMS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL/SC E A EMPRESA RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita ROBERTA OTTO, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Marcionilo dos Santos, nº 1426, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, neste ato representada pelo Senhor Aguinaldo Moraes Tavares, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 017/2014, pelos termos da proposta da Contratada datada de 19/12/2014 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

1 - Aquisição parcelada de até 25.000 (vinte e cinco mil) litros de óleo diesel comum e de até 15.000 (quinze mil) litros de óleo diesel S10 conforme as necessidades, mediante entrega na garagem da Prefeitura do Lote 01 - óleo diesel comum e óleo diesel S10. A Empresa vencedora que entregar o combustível na Garagem (óleo diesel comum e óleo diesel S10), deverá instalar, por sua conta, um Tanque bipartido com Reservatório com capacidade máxima total de 13.000 litros, com os compartimentos de 8.000 litros e de 5.000 litros, bomba, filtro e bacia de contenção, providenciando as devidas regularizações junto aos órgãos competentes, bem como a manutenção destes equipamentos durante a vigência do contrato.

1.1- A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 017/2014, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL.

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de até 100.900,00 (cem mil e novecentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

(6) Funcionamento da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

(24) Atenção Básica - Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

(41) Vigilância em Saúde - Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO.

O prazo para a execução do contrato será a partir de 02 de janeiro de 2015, pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convençionados.

Parágrafo Primeiro - constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos

princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.

ROBERTA OTTO
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

AGUINALDO MORAES TAVARES
RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 002/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 002/2015 - PMLL

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC E A EMPRESA RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e. Senhor José Jair Alexandre, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Marconilo dos Santos, nº 1426, Município de Guarimir, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, neste ato representada pelo Senhor Aguinaldo Moraes Tavares, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 050/2014, pelos termos da propostas da Contratada datada de 19/12/2014 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

1.1 - Aquisições de combustíveis de até 165.000 (cento e sessenta e cinco mil) litros de óleo diesel comum, de até 30.000 (trinta mil) litros de óleo diesel S10 e 10 (dez) baldes de agente redutor líquido Arla 32 (balde com 20 litros), para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, sendo parte com entrega, conforme especificações contidas no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 050/2014.

1.2 - O Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, deverão ser entregues da seguinte maneira:

I- Na Garagem da Prefeitura. Sendo que o vencedor deverá realizar a instalação de um tanque bipartido, duas bombas de abastecimento e dois filtros de linha. O tanque bipartido deverá ter capacidade máxima total de 13.000 litros, onde os compartimentos serão preferencialmente de 8.000 litros e de 5.000 litros;

II- Na Localidade de Alto Vargedo, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (8 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

III- Na Localidade de Rio das Pedras, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (9 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

IV- Na Localidade de Ribeirão dos Ovos, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (16 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

V- Na Localidade de Vargem dos Bugres, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (30 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

O vencedor deverá ainda realizar por sua conta, quando solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a manutenção dos equipamentos cedidos.

1.3 - A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

1.4 - A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 050/2014, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL.

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de até R\$ 486.470,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil quatrocentos e setenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

(3) Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

(9) Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Administração

(40) Transporte Escolar-EF

(41) Transporte Escolar-EF

(42) Transporte Escolar-EF

(43) Transporte Escolar-EF

(58) Transporte Escolar-EI

(59) Transporte Escolar-EI

(60) Transporte Escolar-EI

(44) Transporte Escolar-EM

(45) Transporte Escolar-EM

(46) Apoio ao Transporte de Alunos Universitários

(75) Funcionamento e Manutenção do CRAS

(80) Funcionamento e Manutenção do Programa IGD

(109) Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

(111) Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras - Transferência Convênios

(112) Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

(118) Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agricultura

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO.

O prazo para a execução do contrato será a partir de 02 de janeiro de 2015, pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro - constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos

de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE Prefeito Municipal e.e. Contratante	AGUINALDO MORAES TAVARES RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA Contratada
---	--

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

CONTRATO Nº 003/2015 - FMS

CONTRATO Nº 003/2015

Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações do Fundo Municipal de Saúde.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde e Assistência Social, a Senhorita Roberta Otto, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa BRAUN OTTO INFORMÁTICA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Leoberto Leal, nº 69, Bairro Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada por sua sócia a Senhora VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida na localidade de Rio das Pedras, que serão executados os seguintes serviços:

I - Instalação dos equipamentos necessários para fruição dos serviços de internet e telefone voip;

II - Disponibilização e manutenção da transmissão de dados, Plano 1 (um) Mega, com velocidade de downloads 1000 (mil) kbps/uploads de 200 (duzentos) Kbps.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA:

I - Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste contrato;

II - Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

III - Corrigir possíveis erros de funcionamento dos serviços disponibilizados na transmissão dos dados;

IV - Prestar atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto falhas na transmissão que impossibilitem sua utilização;

V - Dar garantia dos equipamentos e outros dispositivos instalados no período mínimo de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. As visitas de assistência técnica ou manutenção técnica em computadores não estão previstas neste contrato. Caso seja necessário deverão ser previamente consultado com a CONTRATADA sob a cobrança adicional dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO. Este contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2015. Podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer cláusulas implica na rescisão imediata do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL. O presente contrato pode ser encerrado:

I - a qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;

b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte.

III - por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada a outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não existam, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO. Obriga-se o MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

II - Fornecer a CONTRATADA endereço para instalação dos equipamentos e disponibilização do serviço;

II - Realizar mensalmente o pagamento dos valores, conforme valores propostos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Pela Prestação de Serviços de Telecomunicações será pago o valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais) mensais, totalizando R\$ 1.176,00 (um mil cento e setenta e seis reais), referente a mensalidade da Internet e o dispositivo de voip para disponibilização da transmissão de dados conforme previsto na Cláusula Primeira. Créditos adicionais solicitados não estão previsto nestes valores, estes devem ser pagos pela CONTRATANTE de forma separada.

§ 1º. O pagamento será realizado mediante boleto bancário, entregue por via postal, e será pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

§ 2º. A falta de pagamento de qualquer das parcelas implica na automática suspensão dos serviços da CONTRATADA até a regularização do mesmo, não podendo o MUNICÍPIO, na forma da legislação civil (artigo 1.092), enquanto estiver inadimplente, receber nenhum dos serviços contratados através do presente instrumento.

§ 3º. Na falta de recebimento da cobrança bancária, o pagamento deverá ser realizado através de depósito bancário, até a data de vencimento, em conta determinada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE. O valor estabelecido na Cláusula Sexta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - RECURSO FINANCEIRO. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.39.11.00.00.00.0.1.0002 (6) Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL. O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.

ROBERTA OTTO Secretário Municipal da Saúde Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO BRAUN OTTO INFORMÁTICA LTDA EPP Contratada
--	---

TESTEMUNHAS:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

CONTRATO Nº 003/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 003/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO ESCOLAR PARA O ANO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, cujo Paço Municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e. Senhor José Jair Alexandre, e a Empresa INTELLIBR SISTEMAS LTDA ME, estabelecida à Rua Juvenal Pereira, nº 53, Bairro Kobrasol, Município de São José, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.982.125/0001-76, neste ato representado pelo Senhor Cesar Murilo Muller de Jesus, brasileiro, portador do CPF nº 667.742.259-34, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, onde ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Objetiva-se a prestação de serviços de licença de uso do sistema de gerenciamento escolar, manutenção, suporte e fornecimento de licenças para o ano de 2015.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor total de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), pagos em 10 (dez) parcelas de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento será efetuado diretamente pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em até 10 (dez) dias úteis posteriores a apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária do fornecedor.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;
- 4) Pelo pessoal empregado nos serviços de que trata este contrato, observando-se a legislação pertinente, especialmente das obrigações trabalhistas;
- 5) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e manutenção geral;
- 6) Pelas despesas de viagem, deslocamento, hospedagem e alimentação de seus funcionários envolvidos na execução dos serviços objeto deste contrato;
- 7) Em fornecer a CONTRATANTE, sempre que solicitado, amplos esclarecimentos sobre o andamento dos serviços;
- 8) Em executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as melhores técnicas e com pessoal qualificado;
- 9) Por não ceder ou transferir, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 10) Em zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento dos documentos fiscais e outros relativos ao presente Contrato, de forma a evitar extravios que possam implicar em morosidade no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATANTE;
- 11) Por manter completo sigilo sobre as informações que lhe forem confiadas, não podendo cedê-las a terceiros, sob nenhum pretexto, comprometendo-se por seus empregados e prepostos a tê-las sob sua guarda.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos de acordo com a Cláusula Terceira;
- 3) Disponibilizar em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos, informações e documentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 4) Facilitar o acesso dos técnicos da Contratada às áreas de trabalho, registros, documentação necessária ao bom andamento dos trabalhos;
- 5) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado;
- 6) Manter a configuração adequada da máquina para a instalação do sistema;
- 7) Manter "back-ups" adequados para satisfazer as necessidades de segurança, bem como de recuperação de informações, no caso de falha de máquina;
- 8) Manter sigilo absoluto sobre as informações técnicas do sistema contratado, não podendo reproduzir ou fornecer cópias ou modelos do sistema, por meio algum, responsabilizando-se por seus servidores e prepostos.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas forem inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a executar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplica-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas dos preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couberem, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE Prefeito Municipal e.e. Contratante	CESAR MURILO MULLER DE JESUS INTELLIBR SISTEMAS LTDA ME Contratada
---	--

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

CONTRATO Nº 004/2015 - FMS

CONTRATO Nº 004/2015

Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações do Fundo Municipal de Saúde.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde e Assistência Social, a Senhorita Roberta Otto, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa BRAUN OTTO INFORMÁTICA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Leoberto Leal, nº 69, Bairro Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada por sua sócia a Senhora VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Santa Edwiges na localidade de Vargem dos Bugres, que serão executados os seguintes serviços:

I - Instalação dos equipamentos necessários para fruição dos serviços de internet e voip;

II - Disponibilização e manutenção da transmissão de dados, Plano 1 (um) Mega, com velocidade de downloads/uploads de 1000 (mil) kbps.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA:

I - Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste contrato;

II - Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

III - Corrigir possíveis erros de funcionamento dos serviços disponibilizados na transmissão dos dados;

IV - Prestar atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto falhas na transmissão que impossibilitem sua utilização;

V - Dar garantia dos equipamentos e outros dispositivos instalados no período mínimo de 6 (seis) meses;

Parágrafo único. As visitas de assistência técnica ou manutenção técnica em computadores não estão previstas neste contrato. Caso seja necessário deverão ser previamente consultado com a CONTRATADA sob a cobrança adicional dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO. Este contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2015. Podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer cláusulas implica na rescisão imediata do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL. O presente contrato pode ser encerrado:

I - a qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;

b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte.

III - por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada a outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não existam, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO. Obriga-se

o MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

II - Fornecer a CONTRATADA endereço para instalação dos equipamentos e disponibilização do serviço;

II - Realizar mensalmente o pagamento dos valores, conforme valores propostos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Pela Prestação de Serviços de Telecomunicações será pago o valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais) mensais, totalizando R\$ 1.176,00 (um mil cento e setenta e seis reais) referente a mensalidade da Internet e o dispositivo de voip para disponibilização da transmissão de dados conforme previsto na Cláusula Primeira. Créditos adicionais solicitados não estão previsto nestes valores, estes devem ser pagos pela CONTRATANTE de forma separada.

§ 1º. O pagamento será realizado mediante boleto bancário, entregue por via postal, e será pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

§ 2º. A falta de pagamento de qualquer das parcelas implica na automática suspensão dos serviços da CONTRATADA até a regularização do mesmo, não podendo o MUNICÍPIO, na forma da legislação civil (artigo 1.092), enquanto estiver inadimplente, receber nenhum dos serviços contratados através do presente instrumento.

§ 3º. Na falta de recebimento da cobrança bancária, o pagamento deverá ser realizado através de depósito bancário, até a data do vencimento, em conta determinada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE. O valor estabelecido na Cláusula Sexta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - RECURSO FINANCEIRO. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.39.11.00.00.00.0.1.0002 (6)
Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL. O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO BRAUN OTTO INFORMÁTICA LTDA EPP Contratada
--	---

TESTEMUNHAS:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

CONTRATO Nº 004/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 004/2015

Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e. Senhor José Jair Alexandre, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa BRAUN OTTO INFORMÁTICA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Leoberto Leal, nº 69, Bairro Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada pela Senhora Valéria Clarice Braun Otto, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Escola de Ensino Fundamental Vargem dos Bugres na Localidade de Vargem dos Bugres, que serão executados os seguintes serviços:

I - Instalação dos equipamentos necessários para fruição dos serviços de internet e telefone voip;

II - Disponibilização e manutenção da transmissão de dados, Plano 1 (um) Mega, com velocidade de downloads 1000 (mil) kbps/uploads de 200 (duzentos) Kbps.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA:

I - Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste contrato;

II - Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

III - Corrigir possíveis erros de funcionamento dos serviços disponibilizados na transmissão dos dados;

IV - Prestar atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto falhas na transmissão que impossibilitem sua utilização;

V - Dar garantia dos equipamentos e outros dispositivos instalados no período mínimo de 06 (seis) meses;

Parágrafo único. As visitas de assistência técnica ou manutenção técnica em computadores não estão previstas neste contrato. Caso seja necessário deverão ser previamente consultado com a CONTRATADA sob a cobrança adicional dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO. Este contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2015. Podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer cláusulas implicará na rescisão imediata do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL. O presente contrato pode ser encerrado:

I - A qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - Por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;

b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte.

III - Por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada a outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não existam, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - Por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO. Obriga-se o MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

II - Fornecer a CONTRATADA endereço para instalação dos equipamentos e disponibilização do serviço;

II - Realizar mensalmente o pagamento dos valores, conforme valores propostos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Pela Prestação de Serviços de Telecomunicações será pago o valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais) mensais, totalizando R\$ 1.176,00 (um mil cento e setenta e seis reais), referente a mensalidade da Internet e o dispositivo de voip para disponibilização da transmissão de dados conforme previsto na Cláusula Primeira. Créditos adicionais solicitados não estão previsto nestes valores, estes devem ser pagos pela CONTRATANTE de forma separada.

§ 1º. O pagamento será realizado mediante boleto bancário, entregue por via postal, e será pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

§ 2º. A falta de pagamento de qualquer das parcelas implica na automática suspensão dos serviços da CONTRATADA até a regularização do mesmo, não podendo o MUNICÍPIO, na forma da legislação civil (artigo 1.092), enquanto estiver inadimplente, receber nenhum dos serviços contratados através do presente instrumento.

§ 3º. Na falta de recebimento da cobrança bancária, o pagamento deverá ser realizado através de depósito bancário, até a data de vencimento, em conta determinada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE. O valor estabelecido na Cláusula Sexta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - RECURSO FINANCEIRO. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.39.11.00.00.00.0.1.0001 (31) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental

CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL. O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE
Prefeito Municipal e.e.
Contratante

VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO
BRAUN OTTO INFORMÁTICA LTDA EPP
Contratada

TESTEMUNHAS:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 005/2015 - FMS

CONTRATO Nº 005/2015

Contrato de Prestação de Serviços para Manutenção dos Equipamentos da Contratante relacionados no Anexo I, que faz parte integrante deste Contrato em conformidade com as instruções contidas nos Manuais de Serviço dos Fabricantes.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa Medicalblu Equipamentos Médicos e

Hospitales LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Raul Deeke, nº 89, Bairro da Velha, CEP: 89.040-010, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 10.944.321/0001-06, neste ato representada por seu Diretor o Senhor Michel Campos de Castro, portador do CPF 033.730.939-61 a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - DO OBJETO.

1.1A contratada prestará serviço de Manutenção nos equipamentos da Contratante relacionados no Anexo I, parte integrante deste Contrato, de conformidade com as instruções contidas nos Manuais de Serviço dos fabricantes;

1.2A contratada se obriga a desenvolver, implementar e manter um sistema de registro das manutenções corretivas e preventivas e de qualquer ocorrência para com os equipamentos, objeto deste Contrato.

Parágrafo Único: Para os efeitos deste Contrato, considera-se:

Cláusula Segunda - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.

A fim de possibilitar a execução dos serviços, objeto deste Contrato, caberá à CONTRATANTE:

2.1 Identificar uma pessoa na sua Organização, a quem a CONTRATADA deverá se reportar, objetivando a implementação das ações resultantes do presente Contrato;

2.2 Assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA, livre acesso aos equipamentos;

2.3 Manter as condições estabelecidas pelo fabricante para o bom funcionamento do equipamento;

2.4 Permitir a execução dos serviços em suas dependências, caso necessário;

2.5 Informar à CONTRATADA todas e quaisquer anormalidades ocorridas com o equipamento quando em funcionamento;

2.6 Adquirir partes e peças dos equipamentos ou de seus representantes legais;

2.7 Custear quaisquer outros tipos de serviços cujos não estão estabelecidos por esse contrato;

2.8 Devolver o Equipamento de Backup enviado pela CONTRATADA com o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a data de envio pela mesma, sob penalidade de multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) caso ultrapasse esta data limite, exceto se o atraso for por caso fortuito ou força maior;

2.9 Em caso de extravio do Equipamento de Backup enviado pela CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá ressarcir o valor do equipamento para a CONTRATADA no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

2.10 Estar ciente que não estão inclusos gastos referente a deslocamento, estadia e refeição.

Cláusula Terceira - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

São responsabilidades da CONTRATADA:

3.1 Manter os equipamentos dentro de suas características originais de fabricação;

3.2 Informar ao CONTRATANTE os defeitos, causas prováveis e os procedimentos adotados para corrigi-los;

3.3 De comum acordo com a CONTRATANTE, otimizar os horários de atendimento técnico objetivando a menor interferência ao serviço e a agenda de exames;

3.4 Desenvolver, implementar e manter atualizado o sistema de Ordem de Serviços que deverá conter todos os procedimentos e detalhes tomados nas manutenções preventivas e corretivas em uma pasta em poder da CONTRATANTE.

3.5 Tomar providência objetivando corrigir as não conformidades detectadas;

3.6 Dar cumprimento aos Cronogramas de Manutenção Preventiva a ser instituído em comum acordo com a CONTRATANTE, considerando-se as características de cada equipamento;

3.7 Prestar os serviços ora contratados através de seus técnicos que não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese.

3.8 Entregar Notas Fiscais e Faturas referentes ao presente Contrato com o prazo de 05 (cinco) dias antes do vencimento.

Cláusula Quarta - DA MODALIDADE CONTRATADA E COBERTURA DE SERVIÇOS.

A modalidade contratada é a OURO e tem como cobertura de serviços pela CONTRATADA:

4.1 Análises do estado geral de funcionamento e de segurança dos equipamentos;

4.2 Calibrações do equipamento com simulador homologado pelo Inmetro e RBC;

4.3 Enviar um equipamento de backup durante o tempo manutenção; (Cabo Paciente, Eletrocardiógrafo Wincardio);

4.4 Substituições de peças e partes do eletrocardiógrafo wincardio e cabo paciente;

4.5 Mãos de obra para execução dos serviços;

4.6 Manutenções a distância via ponto remoto, em caso de perda de configuração;

4.7 Não há cobertura para Serviços ou Manutenção de Acessórios do Eletrocardiógrafo (pêras de sucção, cardioclipes, eletrodos reutilizáveis);

4.8 Não há cobertura para Manutenções decorrentes de imperícias, negligência, imprudência do operador, incêndios, inundações, sobrecarga da rede elétrica, sabotagens, acidentes da natureza e outros resultantes de caso fortuito ou de força maior;

4.9 Não há cobertura para Serviços de transporte de equipamentos e acessórios, substituições dos equipamentos, bem como para colocação ou adaptação de peças e/ou componentes fornecidos por terceiros não autorizados.

Cláusula Quinta - DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO.

É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial, de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Contrato por qualquer das partes sem prévia e expressa autorização da outra.

Cláusula Sexta - DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO.

As visitas aos setores da CONTRATANTE, quando necessárias, serão realizadas no horário comercial, de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, com agendamento prévio.

Cláusula Sétima - DA TRANSFERÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS.

A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, transferir os equipamentos dos locais onde se encontram atualmente instalados, devendo, entretanto, comunicar sua intenção à CONTRATADA.

Cláusula Oitava - DA AMPLIAÇÃO, REDUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

Fica reservado à CONTRATANTE o direito de as suas expensas ampliarem, reduzir, substituir parcialmente ou modificar os equipamentos, devendo, entretanto, acordar com a CONTRATADA, preliminarmente, através de Termo Aditivo, às novas bases deste Contrato.

Cláusula Nona - DAS MODIFICAÇÕES E ACRÉSCIMOS.

Todas e quaisquer modificações ou acréscimos nas disposições deste Contrato, terão que ser formalizadas através de Termo Aditivo e de comum acordo.

Cláusula Décima - DO PREÇO.

Pelos serviços, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância de R\$ 217,72 (duzentos e dezessete reais e setenta e dois centavos) mensais, sendo este o valor bruto, com vencimento todo dia 05 (cinco) de cada mês. Sendo o valor total do contrato R\$ 2.612,64 (dois mil seiscentos e doze reais e sessenta e quatro centavos). O não pagamento até o vencimento incidirá em multa de R\$ 2,00 (dois reais) e juros diários de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo único: No valor mencionado na Cláusula anterior, estão incluídas todas as taxas e impostos que incidem sobre os valores dos serviços contratados, de acordo com a legislação vigente.

Cláusula Décima Primeira - DOTAÇÃO.

A despesa com a execução do presente contrato correrá do Orçamento do Município de Leoberto Leal, para o exercício de 2015, as dotações utilizadas são as seguintes:

05.01.10.301.0006.2.015 3.3.90.39.17.00.00.00.0.1.0002 (6) Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Cláusula Décima Segunda - DO REAJUSTE.

Após o término de cada período de 01 (um) ano, a CONTRATADA, de comum acordo com a CONTRATANTE, poderá rever os preços declarados neste contrato, baseando no índice IGPM, oficial do governo para este fim.

Cláusula Décima Terceira - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2015, a contar de sua assinatura, sendo prorrogado por períodos de 12 (doze) meses sucessivamente, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Quarta - DA RESCISÃO DO CONTRATO.

A contratante poderá rescindir antecipadamente o presente Contrato, mediante comunicação expressa com 30 (trinta) dias de antecedência, e se comprovada qualquer irregularidade na prestação

de serviços da contratada.

Parágrafo Primeiro: No caso de rescisão do contrato por parte da contratante, ficará assegurado a contratada, cobrar da contratante o ressarcimento de eventuais créditos/despesas em aberto com seus clientes/fornecedores, desde que devidamente comprovadas.

Parágrafo Segundo: A contratada poderá rescindir antecipadamente o presente Contrato, mediante comunicação expressa com 30 (trinta) dias de antecedência, quando não houver mais interesse na prestação de serviços.

Parágrafo Terceiro: O não cumprimento da comunicação expressa acima, no prazo estipulado, acarretará na multa equivalente a 12 (doze) salários mínimos da época, como forma de compensar/inibir este acontecimento/prejuízo.

Cláusula Décima Quinta - DO FORO.

Para todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o FORO da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina.

E, por estar em justas e contratadas, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual teor.

Cláusula Décima Sexta - PUBLICAÇÃO.

Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA ME MICHEL CAMPOS DE CASTRO Contratada
--	---

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

ANEXO I**Relação de Equipamentos:**

Item	Descrição	Nº de Série	Localização
5	Cabo Paciente Wincardio REF: 111	0612200	Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal
79	Wincardio USB REF: 106	0611954	Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal
163	Contrato de Manutenção FMS		Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2015.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICO S E HOSPITALARES LTDA ME MICHEL CAMPOS DE CASTRO Contratada
--	---

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

TIPO: Menor Preço (por item). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 003/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 29 de janeiro de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 16/01/2015.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e.e.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.656/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO N.º 2.656/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.252/2014 de 03 de Dezembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 43 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Especial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - LINDOIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública
3.3.71.00.00.00.00.0214 - Transferências a Consórcios Públicos
.....R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - LINDOIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública
3.3.40.00.00.00.00.00.0214 - Transferências a Consórcios Públicos
.....R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado,

Em, 08 de Janeiro de 2015
Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO Nº 2.657/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 2.657/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.
ESTABELECE O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2015 OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso de suas atribuições legais

Considerando o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM do exercício 2014

Considerando o percentual de 6,23% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo IBGE

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 188,46 (cento e oitenta e oito reais e quarenta e seis centavos) para a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM no exercício de 2015.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado,

Em, 12 de Janeiro de 2015

Edison Domingos Giron

Auxiliar de Técnico

EDITAL PREGÃO 07/2015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

Pedro Bringhenti - Prefeito Municipal em exercício, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520/02, aquisição de televisor, DVD, prancha alisadora, secador de cabelos, colchão, roupeiro, cômoda, estofado, estante e balcão, no dia 02 de fevereiro de 2015, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 16 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti -

Prefeito Municipal em exercício.

Luzerna**PREFEITURA****CONTRATO FMS Nº 001.15**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - AG KIENEN & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Brasil, 98, Centro, na cidade de Pato Branco/PR, CEP 85501-080 inscrita no CNPJ sob o nº 82.225.947/000165, neste ato representada pelo Senhor ADEMIR GERALDO KIENEN, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 10.167.901-2 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 329.374.669-15, residente e domiciliado em Pato Branco/PR à Rua Itapuã, nº 1827, Bairro Brasília, denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
7	8.000,00	CP	Acido acetilsalicilico tamponado 325 mg	0,20	1.600,00
11	5.000,00	CP	Aciclovir - comp 200 mg	0,06	300,00
35	8.000,00	CP	Amoxicilina ácido clavulanico 500/125mg comp	0,84	6.720,00
41	10.000,00	CP	Anlodipina 2,5 mg	0,545	5.450,00
47	400,00	FR	Benzilpenicilina benzatina - frasco 1.200.000 ui	2,85	1.140,00
58	600,00	FR	Bromoprida 4mg/ml 20 ml gotas generico	0,84	504,00
70	80.000,00	CP	Carbamazepina 200 mg	0,076	6.080,00
88	5.000,00	CP	Cinazina comp 75 mg	0,087	435,00
117	200,00	AMP	Dexametasona fosfato dissodico 4mg/ml injetavel	0,92	184,00
130	200,00	AMP	Dimenidrinato + piridoxina injetavel 1 ml im	1,38	276,00
134	800,00	AMP	Dipirona 500 mg /ml injetavel	0,485	388,00
136	3.000,00	FR	Dipirona sodica gotas 500mg/ml 10ml generico	0,45	1.350,00
166	15.000,00	CP	Haloperidol comp 05mg	0,062	930,00
169	1.000,00	AMP	Heparina sodica 5.000 ui/ml - sub cutanea	4,13	4.130,00
174	500,00	FR	Hidrocortisona injetavel 500 mg	6,00	3.000,00
195	3.000,00	CP	Levodopa 200mg + carbidopa 25mg - comp	0,19	570,00
217	500,00	AMP	Meloxicam 15 mg injetavel	1,65	825,00
218	20.000,00	CP	Meloxicam comp 15 mg - comp	0,084	1.680,00
225	600,00	AMP	Metoclopramida injetavel 5 mg/ml	0,24	144,00
227	25.000,00	CP	Metoprolol comp 50 mg	1,10	27.500,00
234	10.000,00	CP	Nifedipino comp 10 mg	0,024	240,00
235	10.000,00	CP	Nifedipino comp 20mg	0,028	280,00
291	500,00	AMP	Vit b12 5.000 mcg + dexametasona 1,5 mg + dipirona	8,98	4.490,00
294	10,00	TB	Curativo de hidrocolóide e alginato de cálcio e sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbômero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoína, - conservantes estes de grande importância para manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto- num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a, capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlceras de perna - venosa e arterial - pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com ph neutro, com tampa flip top, tubo com 85gr. Apresentar bula do produto junto com a proposta. Tamanho 85g	48,999	489,99

O FORNECEDOR 1 - AG KIENEN & CIA LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 68.705,99 (sessenta e oito mil setecentos e cinco reais e noventa e nove centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6.Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8.Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10.Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11.O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12.Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13.O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1.A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto

na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6.No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º,

4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as

exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

ADEMIR GERALDO KIENEN
AG KIENEN & CIA LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO FMS Nº 002.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Visconde de Nova Granada, 1105, Bairro Itamarati, na cidade de Leme/SP, CEP 13.617-400, inscrita no CNPJ sob o nº 65.817.900/0001-71, neste ato representada por JOSIANE CARARO, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
107	700,00	bl	Comprimidos com levonorgestrel 0,05 mg + 0,03 de etinilradiol (06) comprimidos com levonorgestrel 0,075 mg + 0,04 de etinilradiol (05) comprimidos com levonorgestrel 0,125 mg + 0,03 de etinilradiol (10) caixa com 21 comprimidos	5,50	3.850,00
192	5.000,00	CP	Levodopa 100mg + benserazida 25mg - comprimidos	0,83	4.150,00
193	20.000,00	CP	Levodopa 200mg + benzerazida 50mg - comp	0,60	12.000,00
259	35.000,00	CP	Propatilnitrato comp 10 mg	0,314	10.990,00

O FORNECEDOR 2 - AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 30.990,00 (trinta mil novecentos e noventa reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de

expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PAGAMENTOS**

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência em que concerne às hipóteses de aplicação,

quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

JOSIANE CARARO
AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO FMS Nº 003.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 003/2015
PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014
PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada por seu gerente administrativo MAICON CORDOVA PEREIRA, brasileiro, casado, gerente, portador da cédula de identidade nº 3.242.195 e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.886.939-70, residente e domiciliado na Rua Henrique Munzfeld, nº 130, Bairro Fundo Canoas, Município de Rio do Sul/SC, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
6	150.000,00	CP	Aas - comp 100 mg	0,0129	1.935,00
14	15.000,00	CP	Acido folico - comp 5 mg	0,02	300,00

22	1.500,00	FR	Albenda-zol susp 40mg/ml 10ml generico	0,80	1.200,00
39	50.000,00	CP	Anlodipina comp 5mg generico	0,028	1.400,00
45	100,00	AMP	Atropina 0,25 mg/ml	0,30	30,00
49	300,00	FR	Benzilpenicilina procaina potassica - frasco 400.000	2,26	678,00
72	10.000,00	CP	Carbama-zepina 400 mg	0,119	1.190,00
77	30.000,00	CP	Carvedi-lol - comp 12,5mg	0,078	2.340,00
78	30.000,00	CP	Carvedi-lol- comp 3,125 mg	0,06	1.800,00
89	25.000,00	CP	Citalopran 20 mg	0,124	3.100,00
111	10,00	AMP	Deslano-sideo 0,2 mg/ml	1,24	12,40
138	60,00	UN	Dispositivo intra-uteri-no - diu	49,43	2.965,80
162	70.000,00	CP	Furosemi-da - comp 40 mg - genérica	0,035	2.450,00
164	60.000,00	CP	Gliben-clamida comp 5mg generico	0,028	1.680,00
241	20,00	POT	Nitrofu-razona pomada 2 mg/g pote 500 g	6,66	133,20
246	50.000,00	CP	Paraceta-mol comp 500mg generico	0,032	1.600,00
277	20,00	AMP	Sulfato de magnesio 10% inje-tavel	0,32	6,40

O FORNECEDOR 3 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 22.820,80 (vinte e dois mil oitocentos e vinte reais e oitenta centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente

existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4.O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6.Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8.Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10.Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11.O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12.Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13.O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do

art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1.A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005,

na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da

comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras „b” e inciso II, letras „c” e „d”, observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento,

independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

MAICON CÓRDOVA PEREIRA
ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA
FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO FMS Nº 004.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Nereu Ramos, nº 1675 D, Bairro Universitário, na cidade de Chapecó/SC, CEP 89812-111, inscrita no CNPJ sob o nº 13.568.558/0001-10, neste ato representada por seu sócio proprietário IJOWI TOBINDILDA, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
30	20.000,00	CP	Aminofilina - comp 100 mg	0,03	600,00
33	80.000,00	CP	Amitriptilina 25mg	0,042	3.360,00
67	500,00	AMP	Butilbrometo de escopolamina 20 mg/ml - 01 ml	0,97	485,00
80	2.000,00	FR	Cefalexina-susp 50 mg/ml	2,599	5.198,00
94	20.000,00	CP	Clopidogrel 75 mg cpr	0,368	7.360,00
96	10.000,00	CP	Clorpromazina 100 mg	0,165	1.650,00
101	8.000,00	CP	Cloxacolan - 2 mg	0,259	2.072,00
123	10,00	AMP	Diazepam 10mg/ml	0,626	6,26
156	30,00	FR	Fenobarbital gotas 100mg	3,42	102,60
167	30,00	AMP	Haloperidol 5mg/ml	0,90	27,00
172	50.000,00	CP	Hidroclo-rotiazida comp 50mg generico	0,033	1.650,00
180	3.000,00	CP	Ibuprofeno 300 mg - comp	0,054	162,00
181	20.000,00	CP	Ibuprofeno 600 mg - comp	0,075	1.500,00
191	1.000,00	CP	Ivermectina comp 6 mg	0,24	240,00
264	600,00	AMP	Ranitidina 25mg/ml	0,62	372,00
266	25.000,00	CP	Risperidona 02mg	0,239	5.975,00
276	800,00	FR	Sulfametoxazol + trimetoprima susp 40/8	0,88	704,00

O FORNECEDOR 4 - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 31.463,86 (trinta e um mil quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los,

de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)
3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.
4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e

a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;
5.1.2. Multa;
5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu

registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente

assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

IJOWI TOBINDILDA
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO FMS Nº 005.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 005/2015
PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014
PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

5 - ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Octaviano Teixeira Dos Santos, 1132, Centro, na cidade de Francisco Beltrão/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 02.607.956/0001-81, neste ato representada por sua sócia-gerente Senhora SIRLEI FÁTIMA FOLLADOR, portadora da cédula de identidade nº 000525255 e inscrita no CPF/MF sob o nº 465.988.800-25, doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
53	30.000,00	CP	Biperideno 2 mg	0,195	5.850,00
61	5.000,00	CAP	Bupropiona comp 150 mg	0,33	1.650,00
68	150.000,00	CP	Captopril comp 25mg generico	0,0138	2.070,00
71	500,00	FR	Carbama-zepina susp 2%	4,39	2.195,00
91	20.000,00	CP	Clonazepam 0,5 mg	0,075	1.500,00
92	35.000,00	CP	Clonazepam 2,0 mg	0,072	2.520,00
98	100,00	FR	Clorproma-zina solução oral 40 mg/ml	4,97	497,00
109	1.000,00	AMP	Decano-ato de haloperidol 50 mg/ml solução injetável	6,461	6.461,00
113	50,00	FR	Dexam+-neon +polimixina b pomada oft esteril 3,5g	15.249	762,45
140	30.000,00	CP	Doxazosina mesilato cpr 2 mg	0,079	2.370,00
168	5.000,00	CP	Haloperidol comp 01mg	0,10	500,00
170	3.000,00	CP	Hemitartarato de zolpidem de comp 10 mg	0,355	1.065,00
188	15.000,00	CP	Isossorbida dinitrato comp sublingual 5 mg	0,171	2.565,00
197	20.000,00	CP	Levome-promazina 25mg	0,234	4.680,00
198	300,00	FR	Levome-promazina gotas 4%	7,80	2.340,00
215	500,00	CP	Medroxi-progesterona 10 mg	0,767	383,50
216	200,00	AMP	Medroxi-progesterona 50mg/ml solução injetável	12,78	2.556,00

224	3.000,00	FR	Metoclopramida solução oral 4 mg/ml	0,419	1.257,00
231	500,00	FR	Metro-nidazol suspensão 4%	1,49	745,00
236	60.000,00	CP	Nimesulida 100 mg cpr	0,039	2.340,00
248	4.000,00	FR	Paracetamol gotas 15ml generico	0,45	1.800,00
270	500,00	FR	Salbutamol xarope 2 mg/5ml	0,71	355,00
284	20.000,00	CP	Tramadol - comprimidos 50 mg	0,10	2.000,00

O FORNECEDOR 5 - ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 48.461,95 (quarenta e oito mil quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de

fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver

alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou

Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas,

na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

SIRLEI FÁTIMA FOLLADOR
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES
LTDA
FORNECEDOR 5

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO FMS Nº 006.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 006/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

6 - CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na BR 480, nº 795, na cidade de Barão do Coteigipe/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, neste ato representada por seu procurador Sr. EDIVAR SZYMANSKI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 5051132966 e inscrito no CPF/MF sob o nº 670.481.290-34, residente e domiciliado na Rua 21 de Abril, nº 99. apto.33, Município de Barão do Coteigipe/RS, doravante denominado FORNECEDOR 6;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
23	500,00	CP	Alendronato de sodio 10 mg	0,165	82,50
25	10.000,00	CP	Alopurinol - comp 100mg generico	0,047	470,00
50	300,00	FR	Benzoato de benzila - frasco 250 mg/ml	1,34	402,00
56	100,00	FR	Brometo de ipratropio frasco 0.025%	0,645	64,50
73	800,00	FR	Carbocisteína xarope 20mg/ml generico	1,54	1.232,00
74	800,00	FR	Carbocisteína xarope 50mg/ml generico	1,80	1.440,00
105	30.000,00	CP	Complexo b - comprimido	0,035	1.050,00
112	300,00	FR	Dexam+neon+polimixina b - colirio fr 05 ml	9,47	2.841,00
171	150.000,00	CP	Hidroclorotiazida comp 25mg generico	0,024	3.600,00
177	3.000,00	FR	Hidroxido de magnesio+aluminio susp oral 35,6+37mg	1,49	4.470,00
182	25.000,00	CP	Imipramina - cloridrato 25 mg - comp	0,139	3.475,00
184	5.000,00	FR	Iodeto de potassio xarope 250 mg/15ml	1,25	6.250,00
207	3.000,00	CP	Loperamida comp 2 mg	0,09	270,00
219	60.000,00	CP	Metformina comp 500mg generico	0,047	2.820,00
220	60.000,00	CP	Metformina comp 850mg generico	0,064	3.840,00
252	8.000,00	CP	Polivitaminico comp	0,039	3120,00
253	400,00	FR	Prednisolona fosfato sodico 3mg/ml sol oral fr 100 ml generico	5,20	2.080,00
254	200,00	FR	Prednisolona fosfato sodico-1mg/ml sol oral fr 100ml generico	4,05	810,00
273	150.000,00	CP	Sinvastatina 20 mg	0,058	8.700,00
274	50.000,00	CP	Sinvastina 40 mg	0,108	5.400,00

280	1.000,00	FR	Sulfato ferroso solução oral 25 mg/ml	1,20	1.200,00
282	100,00	FR	Timolol maleato 0,5% - solução oftálmica	1,00	100,00
287	10.000,00	CP	Varfarina sodica comp 5 mg	0,089	890,00

O FORNECEDOR 6 - CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 51.799,00 (cinquenta e um mil setecentos e noventa e nove reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento

de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as

multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente

superiores aos praticados pelo mercado;
e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

EDIVAR SZYMANSKI
CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
FORNECEDOR 6

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO FMS Nº 007.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 007/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

7 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Severino Augusto Pretto, nº 560, Bairro Santo Antônio, na cidade de Encantado/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 05.782.733/0001-49, neste ato representada por sua sócia administradora, RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade nº 8043627945 e inscrita no CPF/MF sob o nº 488.351.100-68, residente e domiciliada na Rua Flores da Cunha, nº 1025, Centro, na cidade de Encantado/RS, doravante denominado FORNECEDOR 7;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
15	100,00	FR	Acido folico - solução oral 0,2 mg/ml	5,00	500,00
16	10.000,00	CP	Acido valproico 250 mg	0,20	2.000,00
18	3.000,00	CP	Acido valproico 300 mg	0,61	1.830,00
19	10.000,00	CP	Acido valproico 500 mg	0,53	5.300,00
75	30.000,00	CP	Carbonato de calcio comp 500 mg	0,042	1.260,00

102	500,00	TB	Colagenase pomada c/ cloranfenicol 30g	10,39	5.195,00
155	200,00	FR	Fenobarbital 40 mg/ml	3,10	620,00
258	5.000,00	CP	Propafenona 300mg comp	2,01	10.050,00

O FORNECEDOR 7 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 26.755,00(vinte e seis mil setecentos e cinquenta e cinco reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3.Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4.O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6.Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8.Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10.Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11.O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12.Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13.O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à

Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1.A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6.No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias

ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras „b” e inciso II, letras „c” e „d”, observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna,

considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	RENATA CASAGRANDE GALIOTTO CIAMED DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA FORNECEDOR 7
TESTEMUNHAS: 1. _____	2. _____

CONTRATO FMS Nº 008.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 008/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

8 - COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua da Saudade, 45-A, na cidade de Poços de Caldas/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0004-91, neste ato representada por sua representante legal LETÍCIA DE MELO CORTEZ, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 28.263.287-6 e inscrita no CPF/MF sob o nº 268.311.098-70, residente e domiciliada na Rua 21, nº 459, aptº 231, Bairro Jardim Rio Claro, na cidade de Rio Claro/SP, doravante denominado FORNECEDOR 8;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
21	3.000,00	cp	Albendazol - comp 400mg - generico	0,36	1.080,00
37	10.000,00	CPS	Ampicilina capsulas 500mg generico	0,124	1.240,00
62	500,00	AMP	Butil. De escopolamina 4mg/ml + dip 500mg/ml - injetavel 05 ml	1,50	750,00
69	150.000,00	CP	Captopril comp 50mg generico	0,029	4.350,00
79	25.000,00	CP	Cefalexina - comp 500 mg	0,152	3.800,00

83	1.000,00	TB	Cetoconazol creme 20mg/g 30g generico	1,09	1.090,00
93	3.000,00	FR	Clonazepam - gotas 2,5/ ml	1,42	4.260,00
119	3.000,00	FR	Dexclorfeniramina xarope 2mg/5ml 100ml generico	0,85	2.550,00
129	10.000,00	CP	Dimenidrinato + piridoxi- na - comp 50/10 mg	0,165	1.650,00
141	30.000,00	CP	Enalapril comp 05 mg	0,05	1.500,00
149	45.000,00	CP	Espironolactona - 25 mg	0,079	3.555,00
154	20.000,00	CP	Fenobarbital comp 100mg	0,098	1.960,00
157	300,00	TB	Fibrinolisisina+desoxir- ribonuclease pomada dermatologica 10g	17,95	5.385,00
161	60.000,00	CP	Fluoxetina - 20 mg - genérica	0,054	3.240,00
176	3.000,00	FR	Hidroxido de aluminio susp oral 61.5 mg/ml	1,19	3.570,00
204	500,00	AMP	Lidocaina xilocaina 2% s/ vasoconstritor 20ml	1,40	700,00
206	25.000,00	CP	Litio carbonato comp 300 mg	0,092	2.300,00
210	20.000,00	CP	Lorazepam 2 mg comp	0,095	1.900,00
240	5.000,00	CP	Nitrofurantoina comp 100 mg	0,12	600,00
255	15.000,00	CP	Prednisona comp 20mg generico	0,105	1.575,00
257	500,00	AMP	Prometazina injetavel 25mg/ml	1,215	607,50

O FORNECEDOR 8 - COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 47.662,50 (quarenta e sete mil seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
 - 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.
 - 4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado,

sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1.A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6.No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
 - 5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega

dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas

novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação,

desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

LETÍCIA DE MELO CORTEZ
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
FORNECEDOR 8

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO FMS Nº 009.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 009/2015
PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014
PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

9 - DAMEDI DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Paraná, 299, centro, na cidade de Pato Branco/PR, CEP 85501-090, inscrita no CNPJ sob o nº 95.368.320/0001-05, neste ato representada por sua representante legal MARIA ROSANGELA RONSSSEN DAMBROS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 35824090 e inscrita no CPF/MF sob o nº 855.226.439-00, doravante denominado FORNECEDOR 9;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive

das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
10	100,00	TB	Acetonido de trianicolona em base emoliente para uso odontológico bisnaga 10	2,19	219,00
52	1.000,00	CP	Biperideno 4 mg - (comprimido de liberação controlada)	0,52	520,00
97	10.000,00	CP	Clorpromazina 25 mg	0,186	1.860,00
99	5.000,00	CP	Clorpropami-da 250 mg	0,36	1.800,00
132	1.000,00	FR	Dimeticona gotas 75mg/ml 10ml generico	0,669	669,00
139	5.000,00	CP	Dissulfiram - comp 250 mg	0,272	1.360,00
145	100,00	AMP	Epinefrina cloridrato 01 mg/ml	1,17	117,00
148	5.000,00	CP	Espironolactona - 100 mg	0,21	1.050,00
183	6.000,00	CP	Imipramina - cloridrato 75 mg	1,325	7.950,00
186	20.000,00	CP	Isossorbida comp 10 mg	0,087	1.740,00
214	2.000,00	CP	Mebendazol comp 100mg generico	0,031	62,00
221	1.000,00	CP	Metildopa comp 250 mg	0,14	140,00
226	25.000,00	CP	Metoprolol comp 25 mg	0,579	14.475,00
290	500,00	FR	Vit a + vit d 3.000 ui/ml + 800 ui/ml 10 ml	3,79	1.895,00

O FORNECEDOR 9 - DAMEDI DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 33.857,00 (trinta e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3.Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente

existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4.O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6.Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8.Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10.Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11.O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12.Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13.O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do

art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1.A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005,

na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da

comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente

assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

MARIA ROSANGELA RONSSSEN DAMBROS
DAMEDI DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP
FORNECEDOR 9

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO FMS Nº 010.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 010/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

10 - DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Vasco da Gama, 33, na cidade de Barão do Cotegipe/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, neste ato representada por seu procurador ALEXANDRE LUIS GUARNIERI, brasileiro, solteiro, maior, portador da cédula de identidade nº 7087942533-SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.895.840-77, residente na Linha Duas - Seção Cravo, Município de Barão do Cotegipe/RS, doravante denominado FORNECEDOR 10;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	20.000,00	CP	Amoxicilina - comp 500 mg fracionável	0,199	3.980,00
2	5.000,00	CP	Azitromicina - comp 500 mg - embalagem primária fracional	0,656	3.280,00
4	10.000,00	CP	Ciprofloxacino-comp 500mg embalagem primária fracionável	0,282	2.820,00
5	6.000,00	CP	Sulfametoxazol + trimetoprima - comp 400/80 comp embalagem primária fracionável	0,152	912,00
9	80,00	AMP	Acetato de medroxiprogesterona 150 mg/ml	10,30	824,00
24	10.000,00	CP	Alendronato sodico comp 70 mg	0,324	3.240,00
29	500,00	FR	Ambroxol xarope 15mg/5ml generico	0,98	490,00
31	20.000,00	CP	Amiodarona comp 200 mg	0,238	4.760,00
34	2.000,00	FR	Amoxicilina susp 250mg/5ml generico	1,47	2.940,00
66	20.000,00	CP	Butilbescopolamina comp 10mg	0,22	4.400,00
76	30.000,00	CP	Carbonato de calcio 600 mg+-colecalciferol 400 ui	0,279	8.370,00
100	25.000,00	CP	Codeína fosfato comprimidos 30 mg	0,745	18.625,00
178	1.000,00	FR	Ibuprofeno - solucao oral 50mg/ml	0,87	870,00

223	20.000,00	CP	Metoclopramida comp 10 mg	0,053	1.060,00
232	500,00	TB	Miconazol creme 60gr 2% vaginal generico	4,40	2.200,00
267	3.000,00	ENV	Sais para reidratação oral 27,9 g	0,359	1.077,00
269	500,00	FR	Salbutamol spray	4,80	2.400,00

O FORNECEDOR 10 - DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 62.248,00 (sessenta e dois mil duzentos e quarenta e oito reais); 1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3.Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4.O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6.Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8.Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.10.Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11.O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12.Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13.O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente

incorrecção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições

de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1.A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6.No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos

entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que

for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

ALEXANDRE LUIS GUARNIERI
DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
FORNECEDOR 10

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO FMS Nº 011.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 011/2015
PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014
PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

11 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Argentina, 645, Bairro Jardim das Américas, na cidade de Pato Branco/PR, CEP 85.502-040, inscrita no CNPJ sob o nº 76.386.283/0001-13, neste ato representada por seu sócio administrador MAURICIO MACIAG, brasileiro, maior, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 6.794.3627-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 039.087.819-73, doravante denominado FORNECEDOR 11;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
124	500,00	TB	Diclofenaco dietilamonio gel 60gr generico	2,20	1.100,00
199	100,00	UN.	Levonorgestrel 0,75 mg - comp	1,25	125,00
281	500,00	TB	Tetraciclina 100mg+anfetérica b 50mg creme vaginal generico	8,70	4.350,00

FORNECEDOR 11 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 5.575,00 (cinco mil quinhentos e setenta e cinco reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de

proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a

aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6.No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos

orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

**CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA**

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

MAURICIO MACIAG
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP
FORNECEDOR 11

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO FMS Nº 012.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 012/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

12 - FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Joaquim Nabuco, nº 1595, Bairro Capoeiras, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.090.060, inscrita no CNPJ sob o nº 07.164.711/0001-40, neste ato representada pelo sócio administrador, JOSÉ MOREIRA RAMOS, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 600.747.7638 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob nº 183.100.010-53, doravante denominado FORNECEDOR 12;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
292	20,00	UN	Curativo tratamento de carvão ativado, altamente absorvente com controle de odor, para uso em feridas contaminadas (infectadas) com odor forte, composto de uma camada de alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose sódica - forma meio úmido ideal para a cicatrização, com ação hemostática, não adere a ferida, facilitando as trocas - uma camada de filme em a - que propicia uma distribuição homogênea do exsudato, transferindo este para a camada seguinte - uma camada com dupla lâmina de carvão ativado - destinada ao controle do odor, promove a absorção do mesmo e transfere o exsudato para a camada seguinte, longe do leito da ferida - uma camada de material altamente absorvente que retém o exsudato - e uma camada de filme e.m.a. - da proteção e consistência ao curativo, permitindo sua fixação através de fita adesiva e permite a transferência do exsudato para o curativo secundário, tamanho 10x10 cm. Apresentar bula do produto junto com a proposta.	38,00	760,00
293	20,00	UN	Curativo de hidrofibra composto de carboximetilcelulose sódica e prata iônica em uma concentração de 0,1 a 2% não dispensando a prata no leito da ferida, altamente absorvente, não aderente, estéril, que interaja com o exsudato da ferida formando em gel macio, que mantenha o meio úmido, com drenagem vertical, mantendo o fluxo distante da ferida e pele circundante, indicado para lesões planas e/ou cavitárias, feridas, feridas crônicas, ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas, e em queimaduras. Para o tratamento de queimaduras de espessura parcial, que permaneça até 14 dias mantendo a ação antimicrobiana contra uma ampla gama de microorganismos incluindo enterococos resistentes a vancomicina (vre), staphylococos resistentes a metilicina (mrsa) e pseudomonas, tamanho 10x10 cm. Apresentar bula do produto junto com a proposta.	49,50	990,00
295	6,00	TB	Curativo tratamento gel, oclusivo estéril debridador, hidroativo a base de água, estéril, incolor, levemente aderente, para facilitar a aplicação, composto por 02 hidrocolóides (pectina e carboximetilcelulose sódica) e propilenoglicol, que promove autólise e desprendimento de crostas, tubo com 15 gr. Apresentar bula do produto junto com a proposta.	22,00	132,00

O FORNECEDOR 12 - FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 1.882,00 (hum mil oitocentos e oitenta e dois reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente

existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.
- 4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação,

sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

JOSÉ MOREIRA RAMOS
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
FORNECEDOR 12

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO FMS Nº 013.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 013/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

13 - KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua do Comércio, nº

07, Sala 02, Centro, na cidade de Ibiáçá(RS), inscrita no CNPJ sob o nº 15.068.089/0001-03, neste ato representada por sua representante legal KARINA BIZOTTO, brasileira, solteira, farmacêutica, inscrita no CPF/MF sob o nº 013.027.200-07, residente e domiciliada na cidade de Ibiáçá(RS), doravante denominado FORNECEDOR 13;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

2.Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
90	3.000,00	CP	Clomipramina - 25 mg	0,588	1.764,00
150	5.000,00	CP	Estrogenios conjugados comp 0.625 mg	0,485	2.425,00

O FORNECEDOR 13 - KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 4.189,00 (quatro mil cento e oitenta e nove reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou

retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento

fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a

irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras „b” e inciso II, letras „c” e „d”, observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH
NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE
TESTEMUNHAS:

1. _____

KARINA BIZOTTO
KFMED DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA ME
FORNECEDOR 13

2. _____

CONTRATO FMS Nº 014.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 014/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

14 - LA DALLA PORTA JUNIOR pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Pascoal G Librelotto, Parque Dom Antônio Reis, na cidade de Santa Maria/RS, CEP: 97065-290. inscrita no CNPJ sob o nº 11.145.401/0001-56, neste ato representada pelo sócio administrador LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade nº 5089873843 e inscrito no CPF/MF sob nº 016.047.580-58, residente e domiciliado na Rua Inconfidentes, nº 50, Bairro Medianeira, na cidade de Santa Maria(SC)doravante denominado FORNECEDOR 14;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
32	100,00	AMP	Amiodarona 150mg/03ml	1,859	185,90
38	500,00	FR	Ampicilina susp 250 mg/5ml	1,975	987,50
54	15.000,00	CP	Bromazepan - 3mg	0,044	660,00
104	500,00	FR	Complexo b - gotas	1,39	695,00
114	10.000,00	CP	Dexametasona comp 4.0 mg	0,195	1.950,00
125	80.000,00	CP	Diclofenaco potassico comp 50 mg	0,029	2.320,00
159	3.000,00	CP	Fluconazol - comp 150 mg	0,196	507,00
190	5.000,00	CP	Itraconazol comp 100mg	0,439	2.195,00
194	5.000,00	CP	Levodopa 200mg + carbidopa 50mg - comp	0,182	910,00
247	50.000,00	CP	Paracetamol comp 750mg generico	0,04	2.000,00
265	150,00	FR	Rifamicina topica spray 20 ml	2,145	321,75

O FORNECEDOR 14 - LA DALLA PORTA JUNIOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 12.732,15 (doze mil setecentos e trinta e dois reais e quinze centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1.A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6.No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo

Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços

constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem

que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR LA DALLA PORTA JUNIOR FORNECEDOR 14
TESTEMUNHAS: 1. _____	2. _____

CONTRATO FMS Nº 015.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 015/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

15 - LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Av. São Paulo, nº 881, Térreo, Bairro São Geraldo, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.260-161 inscrita no CNPJ sob o nº 04.071.245/0001-60, neste ato representada pelo sócio administrador CLAUDIONEI DOS SANTOS MELO, brasileiro, maior capaz, portador da cédula de identidade nº 1048489627 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob nº 561.148.770-04, doravante denominado FORNECEDOR 15;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
85	60.000,00	CP	Ciclobenzaprina, cloridrato comp 5 mg	0,107	6.420,00
86	30.000,00	CP	Cilostazol - comp 100mg	0,306	9.180,00
137	250,00	FR	Dipropionato de beclometasona 250 ug/dose - 250 mcg spray	30,57	7.642,50
158	20.000,00	CP	Finasterida 05 mg comp	0,14	2.800,00
196	5.000,00	CP	Levofloxacino comp 500 mg	0,529	2.645,00
222	35.000,00	CP	Metildopa comp 500mg	0,114	3.990,00
249	40.000,00	CP	Paroxetina 20mg	0,141	5.640,00
272	50.000,00	CP	Sertralina 50 mg	0,106	5.300,00

O FORNECEDOR 15 - LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 43.617,50 (quarenta e três mil seiscentos e dezessete e cinquenta centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3.Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4.O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6.Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete

das mercadorias solicitadas.

1.8.Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10.Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11.O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12.Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13.O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados

da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garanti-
da a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do
recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital
ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contra-
to decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato
decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados
no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações
posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente supe-
riores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas,
na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e
alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escri-
to, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do
instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a
ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final
deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECE-
DOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escri-
to, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra
forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que
são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, conside-
rando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º
(quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para
cancelamento do registro de preço não o desobriga do forneci-
mento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão
final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo
máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação
das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não
aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas
novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços
constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas
novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços
constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço
registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60
(sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das pena-
lidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, asse-
gurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por
despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu re-
gistro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha
comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso
fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguin-
tes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado
que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de
cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro
de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as
contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito,
comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as
exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços,
mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA
DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por
conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos or-
çamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a
vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que
segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do
Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso
estadual.

CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12
(doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorro-
gação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (ses-
senta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompa-
nhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas
pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrên-
cias relacionadas com a execução da mesma, determinando o que
for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura
pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os
fornecimentos que dele poderão advir independentemente da es-
timativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata
e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de
um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação,
desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro
classificado não possua capacidade de fornecimento compatível
com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração
a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a
realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem
que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empre-
sas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das
hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora,
neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabe-
lecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento,
independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde
que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormen-
te assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir
quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Re-
gistro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento
em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abai-
xo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	CLAUDIONEI DOS SANTOS MELO LICIMED DISTRIB. DE MEDICAMEN- TOS LTDA FORNECEDOR 15
TESTEMUNHAS: 1. _____	2. _____

CONTRATO FMS Nº 016.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 016/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

16 - MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Pedro Toniollo, 1141 na cidade de Getúlio Vargas/RS, CEP 99.900.000 inscrita no CNPJ sob o nº 06.935.554/001-67, neste ato representada pelo sócio administrador MARCOS WAVZENKIEVICZ, brasileiro, maior, capaz, empresário e comerciante, portador da cédula de identidade nº 2043408695 SSPRS e inscrito no CPF/MF sob nº 72740264020, doravante denominado FORNECEDOR 16;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
8	1.000,00	FR	Acebrofilina - 25 mg/5ml xarope frasco 120 ml	2,39	2.390,00
12	500,00	TB	Aciclovir - creme 50 mg - genérico	1,60	800,00
40	500,00	CP	Anlodipino, besilato - comprimido de 10mg	0,037	18,50
44	50.000,00	CP	Atenolol- comp 100 mg - generico	0,036	1.800,00
46	500,00	FR	Azitromicina 40mg/ml - 600mg suspensão - generico	2,59	1.295,00
64	2.000,00	FR	Butilbr escop+dipirona 6,67+333,4mg/ml gts generico	1,85	3.700,00
110	200,00	FR	Deltametrina shampoo	1,20	240,00
116	100,00	AMP	Dexametasona 0,1 mg/ml - elixir	1,08	108,00
120	20.000,00	CP	Diazepam 05 mg	0,038	760,00
121	20.000,00	CP	Diazepam 10 mg	0,037	740,00
128	25.000,00	CP	Digoxina comp 0,25 mg	0,035	875,00
131	10.000,00	CP	Dimeticona comprimidos 40mg generico	0,065	650,00
135	40.000,00	CP	Dipirona sodica- comp 500 mg generico	0,062	2.480,00
146	100,00	FR	Eritromicina 50 mg/ml	3,18	318,00
147	5.000,00	CP	Eritromicina 500 mg	0,40	2.000,00
173	500,00	FR	Hidrocortisona injetavel 100 mg	2,76	1.380,00
208	20.000,00	CP	Loratadina comp 10 mg	0,047	940,00
211	150.000,00	CP	Losartana potassica comp 50mg generico	0,039	5.850,00
233	4.000,00	TB	Neomicina+bacitracina pomada 5mg/g+250ui/g 10g	0,83	3.320,00
239	800,00	TB	Nistatina cr vaginal 100.000ui/g generico	2,57	2.056,00
242	7.000,00	CP	Norfloxacino comp 400 mg	0,13	910,00
244	1.000,00	FR	Oleo mineral 100 ml	1,58	1.580,00
245	200.000,00	CP	Omeprazol - capsulas 20 mg	0,044	8.800,00
260	140.000,00	CP	Propranolol comp 40mg generico	0,015	2.100,00
262	10.000,00	CP	Ranitidina - comp. 150mg	0,073	730,00
271	3.000,00	CP	Secnidazol comp 1g	0,38	1.140,00
279	15.000,00	CP	Sulfato ferroso - comp 40 mg	0,032	480,00

O FORNECEDOR 16 - MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 47.460,50 (quarenta e sete mil quatrocentos e sessenta reais e cinquenta centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas

nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1.A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6.No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete)

dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços

constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS

CONTRATANTE

MARCOS WAVZENKIEVICZ

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS

FORNECEDOR 16

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO FMS Nº 017.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 017/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

17 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Samuel Kruschim, nº 200, Bairro Patronato, na cidade Santa Maria /RS CEP 97020-670, inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86, neste ato representado por MAURO MARCIANO GRACIA DE FREITAS, brasileiro, casado, maior, empresário portador da cédula de identidade nº 8022867959-SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 374.624.900-72, residente Rua Samuel Kruschim, nº 200, apto 201, Vila Noal, Bairro Patronato, na cidade Santa Maria/RS, doravante, doravante denominado FORNECEDOR 17;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	3.000,00	CP	Cetoconazol - comp 200 mg	0,087	261,00
13	500,00	AMP	Acido ascorbico-injetavel -ampola 100 mg/ml -05ml	0,79	395,00
27	8.000,00	CP	Alprazolam 0,5 mg	0,09	720,00
28	8.000,00	CP	Alprazolam 1 mg	0,092	736,00
42	40.000,00	CP	Atenolol comp 25mg generico	0,02	800,00
59	10.000,00	CP	Bromoprida - comp. 10mg - generico	0,094	940,00
84	15.000,00	CP	Cetoconazol - comp 200 mg	0,08	1.200,00
87	8.000,00	CP	Cinazina comp 25 mg	0,057	456,00
103	20,00	FR	Colirio - tetracaina 1%/fenilefrina 0,1% frasco 10 ml	6,49	129,80
106	500,00	AMP	Complexo b injetavel ampola 2 ml	0,705	352,50
108	1.300,00	bl	Comprimidos de 0,15 mg de levonorgestrel e 0,03mg de etilestradiol- blister com 21 comprimidos	0,47	611,00
126	2.000,00	FR	Diclofenaco potassico gotas 15 mg/ml	1,52	3.040,00
133	10.000,00	CP	Dinitrato de isossorbida - comp 40mg	0,10	1.000,00

144	250,00	AMP	Enantato de noretisterona+-valerato de estradiol 50 +5mg/ml	5,15	1.287,50
151	20.000,00	CP	Extrato seco de ginkgo biloba - comp 80 mg	0,139	2.780,00
152	10.000,00	CP	Fenitoina 100 mg	0,06	600,00
160	10.000,00	CP	Flunarizina comp 10 mg	0,04	400,00
165	200,00	AMP	Glicose injetavel ampola 50%	0,22	44,00
175	500,00	FR	Hidrocortisona + neomicina solucao otologica	9,00	4.500,00
187	20.000,00	CP	Isossorbida comp 20 mg	0,061	1.220,00
200	50.000,00	CP	Levotiroxina sodica 100 mcg	0,103	5.150,00
201	50.000,00	CP	Levotiroxina sodica 25 mcg	0,108	5.400,00
202	50.000,00	CP	Levotiroxina sodica 50 mcg	0,119	5.950,00
203	40.000,00	CP	Levotiroxina sodica 75 mcg	0,134	5.360,00
209	1.000,00	FR	Loratadina xpe 1mg/ml generico	1,60	1.600,00
228	500,00	TB	Metronidazol geleia vaginal 100mg/g generico	2,38	1.190,00
238	500,00	FR	Nistatina susp 100.000ui/ml generico	1,479	739,50
243	200,00	FR	Oleo hidratante com acidos graxos essenciais 200 ml	3,80	760,00
250	300,00	FR	Permetrina solucao 1%	1,02	306,00

261	10.000,00	CP	Ramipril comprimi- dos 2,5 mg	0,50	5.000,00
263	200,00	FR	Ranitidina 15 mg/ml xarope	3,400	680,00
268	5.000,00	CP	Salbutamol comp 2 mg	0,135	675,00
275	300,00	TB	Sulfadiazina de prata 10mg/g creme 50g generico	2,95	885,00
285	150,00	FR	Tobramicina colirio 5 ml	3,99	598,50
289	500,00	CP	Verapamil 120 mg	0,185	92,50

O FORNECEDOR 17 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 55.859,30 (cinquenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as

normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.
- 4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1.A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do

- contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
- 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6.No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- 5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
- 5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
- 5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:
- 7.1.1. Pela Administração, quando:
- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
 - b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
 - c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
 - d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
 - e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do

instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12

(doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

MAURO MARCIANO GRACIA DE FREITAS
MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS
FORNECEDOR 17

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO FMS Nº 018.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 018/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

18 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Professor Leonidas da Costa, nº 847, Bairro Parolin, na cidade Curitiba /PR CEP 80220410, inscrita no CNPJ sob o nº 81706251/0001-98, neste ato representado por ELCIO LUIS BORDIGNON, brasileiro, casado, maior, economista, portador da cédula de identidade nº 55910200 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 972234769-15, doravante denominado FORNECEDOR 18;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
26	10.000,00	CP	Alopurinol comp 300mg generico	0,094	940,00
179	3.000,00	CP	Ibuprofeno 200 mg	0,076	228,00
189	5.000,00	CP	Isossorbida mononitrato comp 40 mg	0,099	495,00
212	13.000,00	CP	Losartana potassica + hidroclorotiazida comp 50/12,5	0,095	1.235,00
229	10.000,00	CP	Metronidazol comp 250mg	0,07	700,00
251	50.000,00	CP	Piroxicam - comp 20 mg	0,079	3.950,00

O FORNECEDOR 18 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 7.548,00 (sete

mil quinhentos e quarenta e oito reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de

eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1.A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6.No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento,

durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a

realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

ELCIO LUIS BORDIGNON
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
FORNECEDOR 18

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO FMS Nº 019.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 019/2015
PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014
PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

19 - PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Uruguai, nº 1538 - E, Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.247.385/0001-49, neste ato representada por seu sócio-gerente, CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 3.927.811 SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.332.029-39, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, nº 516D, Bairro Santa Maria, na cidade de Chapecó/SC,, doravante denominado FORNECEDOR 19;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
17	200,00	FR	Acido valproico 50 mg/ml - xarope	1,984	396,80
20	5.000,00	AMP	Agua para injeção 05 ml	0,143	715,00
43	120.000,00	CP	Atenolol comp 50mg generico	0,0255	3.060,00
55	15.000,00	CP	Bromaze-pan 6 mg	0,058	870,00
57	100,00	FR	Bromidrato de fenotrol frasco 5 mg/ml	1,44	144,00
118	10.000,00	CP	Dexclorfeniramina - comp 2 mg	0,056	560,00
127	1.000,00	AMP	Diclofenaco sodico 75 mg/03 ml injetavel	0,548	548,00
205	200,00	TB	Lidocaina 100 mg/5g geleia 2% 30g	1,33	266,00
256	10.000,00	CP	Prednisona comp 5mg generico	0,058	580,00
283	500,00	AMP	Tramadol injetável 50 mg/ml	0,896	448,00
288	20.000,00	CP	Verapamil comp 80mg generico	0,049	980,00

O FORNECEDOR 19 - PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 8.567,80 (oito mil quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3.Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4.O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo

ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a

Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras „b” e inciso II, letras „c” e „d”, observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser identificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de

cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de

Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI
PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
FORNECEDOR 19

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO FMS Nº 020.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 020/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

20 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Regente Diogo A. Feijó, 451-D, na cidade de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada por seu procurador FÁBIO FILIPETTO, brasileiro, casado, vendedor, portador da cédula de identidade nº 8051133398 - SSP/PC-RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 687.509.270-000, residente e domiciliado a Rua Ângelo Caleffi, nº 186, Bairro Centro, na cidade de Barão do Cotegipe/RS, doravante denominado FORNECEDOR 20;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 134/2014, Pregão Presencial nº 081/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
48	400,00	FR	Benzilpenicilina benzatina - frasco 600.000 ui	3,618	1.447,20
60	500,00	AMP	Bromoprida 05mg/ml	0,90	450,00
63	20.000,00	CP	Butilbrescop+ dipirona - comp 10 mg + 250 mg	0,23	4.600,00
65	2.000,00	GTS	Butilbrescopolamina 10mg/ml gts generico	2,189	4.378,00
95	500,00	FR	Cloranfenicol colírio 5 mg/ml	7,839	3.919,50
115	2.000,00	TUB	Dexametasona - creme dermatológico 0.1 % - 10g - genérico	0,605	1.210,00
142	40.000,00	CP	Enalapril comp 10 mg	0,046	1.840,00
143	100.000,00	CP	Enalapril comp 20 mg	0,049	4.900,00
163	10,00	AMP	Furosemda 10mg/ml	0,68	6,80
213	300,00	FR	Mebendazol frasco 100 mg/05ml	0,609	182,70
230	10.000,00	CP	Metronidazol comp 400 mg	0,32	3.200,00
278	10,00	AMP	Sulfato de terbutalina 0,5mg	1,914	19,14
286	500,00	FR	Varfarina 1 mg	0,219	109,50

O FORNECEDOR 20 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 26.262,84 (vinte e seis mil duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos

em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador

deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, identificadas nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1.A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6.No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes

casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Fonte 02: Recursos de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica – Recurso federal e recurso estadual.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

FÁBIO FILIPETTO
S & R DISTRIBUIDORA LTDA
FORNECEDOR 20

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO FMS Nº 021.15

CONTRATO FMS Nº 021/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 145/14 - FMS

EDITAL DE PREGÃO nº 089/14 - FMS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DE MEDICAMENTOS (REFERÊNCIA, GENÉRICOS E SIMILARES), EXCETO OS RELACIONADOS NA LISTA BÁSICA DA FARMÁCIA MUNICIPAL, DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, brasileiro, solteiro, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.630.159-11 e portador da cédula de identidade nº 11/R 4.092.312, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 476, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE GUERRA E GUERRA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.526.603/0001-57, com endereço na Av. 16 de Fevereiro, nº 148, Centro, em Luzerna(SC), representada por sua sócia administradora, SIMONE GUERRA, brasileiro, farmacêutica, portadora da cédula de identidade nº 2.419.793 e inscrita no CPF/MF sob o nº 710.980.549-20, residente e domiciliada na Av. 16 de Fevereiro, s/n, apto 301, Centro, em Luzerna(SC), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE AQUISIÇÃO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DE MEDICAMENTOS (REFERÊNCIA, GENÉRICOS E SIMILARES), EXCETO OS RELACIONADOS NA LISTA BÁSICA DA FARMÁCIA MUNICIPAL, DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório fms 145/2014, Pregão fms nº 089/2014, é a aquisição, em caráter excepcional, de medicamentos (referência, genéricos e similares),

exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2015, constituindo-se em:

Item	Especificação	Desconto Mínimo%	Preço Unitário R\$	Preço do Item
2	Fornecimento, em caráter excepcional, de MEDICAMENTOS GENÉRICOS, constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2015.	43,1500%	18,7605	18,76

1.2. Os medicamentos deverão ser fornecidos de forma parcelada, durante o exercício financeiro de 2015, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde;

1.3. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega do medicamento solicitado em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação.

1.4. Os medicamentos fornecidos deverão possuir registro na AN-VISA.

1.5. O prazo de validade do medicamento entregue não poderá ser inferior a 45 (quarenta e cinco) dias da data de entrega do mesmo. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação de validade impressas em suas embalagens.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues à Assistente Social, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC. Quando do recebimento da medicação, a Assistente Social, emitirá a Autorização de Benefício, que será entregue à empresa, conforme requisição.

1.7.A CONTRATADA deverá informar o valor da medicação da lista da ABCFARMA, preço máximo ao consumidor e preço com o desconto, em campos próprios do formulário da requisição, para conferência e emissão de autorização de benefício.

1.8. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.9. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, a Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas, obrigando-se a CONTRATADA a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.11. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.12. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias do mês

subsequente ao vencido, de acordo com os medicamentos fornecidos, os valores estabelecidos na Lista de Medicamentos ABC Farma e o desconto de 43,15% (quarenta e três vírgula quinze por cento) ofertado pela CONTRATADA;

2.2. Para fins de pagamento deverá ser apresentado mensalmente o respectivo documento fiscal, atestado por servidor competente, o qual deverá vir acompanhado de todas as autorizações emitidas pelo Chefe do Setor de Saúde, referente ao mês;

2.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde, Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro - Luzerna/SC, CNPJ/MF 10.574.092/0001-77 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

2.4. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Secretaria de Saúde de Luzerna, aos cuidados do Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

2.5. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA;

2.6. Os preços não serão reajustados;

2.7. O preço somente será revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar o objeto do presente Contrato conforme o disposto na Cláusula Primeira - Do Objeto e Forma de Execução;

4.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação inicial e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato;

4.5. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna a emissão da autorização, para proceder ao fornecimento dos medicamentos solicitados.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o FORNECEDOR, convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração

aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

I - por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

II - amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

III - judicialmente, nos termos da legislação vigente;

6.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

6.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

6.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letra "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

8.1. O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2015, com início imediato a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, art. 57, § 1º, incisos I, II, III, IV e VI.

8.2. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

SIMONE GUERRA
GUERRA E GUERRA LTDA - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

CONTRATO FMS Nº 022.15

CONTRATO FMS Nº 022/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 145/14 - FMS

EDITAL DE PREGÃO nº 089/14 - FMS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DE MEDICAMENTOS (REFERÊNCIA, GENÉRICOS E SIMILARES), EXCETO OS RELACIONADOS NA LISTA BÁSICA DA FARMÁCIA MUNICIPAL, DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, brasileiro, solteiro, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.630.159-11 e portador da cédula de identidade nº 11/R 4.092.312, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 476, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE E LEANDRO CORRADI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.402.242/0001-25, com endereço na Avenida 16 de fevereiro, 262, sala 01, Centro, em Luzerna/SC, representado por seu proprietário, LEANDRO CORRADI, brasileiro, casado, farmacêutico, portador da cédula de identidade nº 2.142.001 e inscrito no CPF/MF sob nº 790.106.529-04, residente e domiciliado em Joaçaba/SC, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE AQUISIÇÃO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DE MEDICAMENTOS (REFERÊNCIA, GENÉRICOS E SIMILARES), EXCETO OS RELACIONADOS NA LISTA BÁSICA DA FARMÁCIA MUNICIPAL, DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO**

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório FMS nº 145/2014, Pregão FMS nº 089/2014, é a aquisição, em caráter excepcional, de medicamentos (referência, genéricos e similares), exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2015, constituindo-se em:

Item	Especificação	Desconto Mínimo%	Preço Unitário R\$	Preço por Item
1	Fornecimento, em caráter excepcional, de MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA, constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2015.	21,00%	15,80	15,80
3	Fornecimento, em caráter excepcional, de MEDICAMENTOS DE SIMILARES, constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2015.	44,3000%	23,951	23,95

1.2. Os medicamentos deverão ser fornecidos de forma parcelada, durante o exercício financeiro de 2015, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde;

1.3. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega do medicamento solicitado em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação.

1.4. Os medicamentos fornecidos deverão possuir registro na ANVISA.

1.5. O prazo de validade do medicamento entregue não poderá ser inferior a 45 (quarenta e cinco) dias da data de entrega do mesmo. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação de validade impressas em suas embalagens.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues à Assistente Social, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC. Quando do recebimento da medicação, a Assistente Social, emitirá a Autorização de Benefício, que será entregue à empresa, conforme requisição.

1.7.A CONTRATADA deverá informar o valor da medicação da lista da ABCFARMA, preço máximo ao consumidor e preço com o desconto, em campos próprios do formulário da requisição, para conferência e emissão de autorização de benefício.

1.8. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.9. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, a Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas, obrigando-se a CONTRATADA a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.11. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos

produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.12. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias do mês subsequente ao vencido, de acordo com os medicamentos fornecidos, os valores estabelecidos na Lista de Medicamentos ABC Farma e o desconto ofertado pela CONTRATADA;

2.2. Para fins de pagamento deverá ser apresentado mensalmente o respectivo documento fiscal, atestado por servidor competente, o qual deverá vir acompanhado de todas as autorizações emitidas pelo Chefe do Setor de Saúde, referente ao mês;

2.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde, Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro - Luzerna/SC, CNPJ/MF 10.574.092/0001-77 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

2.4. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Secretaria de Saúde de Luzerna, aos cuidados do Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

2.5. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA;

2.6. Os preços não serão reajustados;

2.7. O preço somente será revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar o objeto do presente Contrato conforme o disposto na Cláusula Primeira - Do Objeto e Forma de Execução;

4.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação inicial e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato;

4.5. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna a emissão da autorização, para proceder ao fornecimento dos medicamentos solicitados.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o FORNECEDOR, convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta,

falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

I - por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

II - amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

III - judicialmente, nos termos da legislação vigente;

6.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

6.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

6.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letra "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

8.1. O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2015, com início imediato a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, art. 57, § 1º, incisos I, II, III, IV e VI.

8.2. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de janeiro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

LEANDRO CORRADI
LEANDRO CORRADI ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

DECISÃO - CONCLUSIVA - PARECER Nº 002.2015 - ASS.JUR.SEN - SETOR DE LICITAÇÕES - RECURSO PL PML 0147.14 - PP RP PML 0090.14 - AGENDAS PERSONALIZADAS - RSUL LTDA ME - ATEST. DE CAPAC. TÉCNICA - ADEQUAÇÃO

Recurso Administrativo.

Ref.: Parecer nº 002/2015/ ASS.JUR.SEN.

Processo Licitatório PML nº 00147/2014

Pregão Presencial para Registro de Preços PML nº 0090/2014

Interessado(a)(s): RSUL LTDA ME - Recorrente;

Polimpessos Serviços Gráficos LTDA - Recorrida;

Origem: Setor de Licitações.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Mariana de Azevedo Ramos.

DECISÃO ADMINISTRATIVA CONCLUSIVA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE APTIDÃO PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO. COMPATIBILIDADE ENTRE O OBJETO CERTIFICADO E O OBJETO LICITADO E NÃO A EXATA ADEQUAÇÃO ENTRE UM E OUTRO. RECURSO QUE DEVE SER CONHECIDO E NÃO MERECE PROVIMENTO.

Acolho as recomendações do Parecer Jurídico retro, razão pela qual conheço e nego provimento ao Recurso Administrativo interposto, para o fim de manter incólume a decisão tomada pela Pregoeira do Município e determinar o prosseguimento do Processo Licitatório em seus ulteriores termos.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Nada mais.

Luzerna/SC, segunda-feira, 12 de janeiro de 2015.

Juliano Schneider

Município de Luzerna/SC

Prefeito Municipal e.e.

EXTRATO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0003/2015 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA PML Nº 0001/2015 - CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE PARTE DE IMÓVEL DE POSSE DO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0003/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PML Nº 0001/2015

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, por intermédio de seu Prefeito Municipal, o Sr. Moises Diersmann, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Concorrência Pública, nos termos abaixo especificados:

OBJETO: Concessão do direito real de uso do bem imóvel, consistente em consistente em: parte do imóvel situado à Rua São Roque, nº 319, Centro, no município de Luzerna/SC, com cadastro imobiliário sob o nº 01.01.02.012.0399, com Alvará de Licença para Construção autuado sob o nº 0742, em 03 de maio de 2004; com área construída de 391,06 m² (trezentos e noventa um metros quadrados e seis décimos de metro quadrado); pavimento térreo, edificado em alvenaria, com destinação de uso comercial; localizado em terreno com área total de 1.108,00 m² (um mil, cento e oito metros quadrados), com as seguintes características: paredes em alvenaria com revestimento interno em massa acrílica e pintura acrílica e revestimento externo em pintura acrílica, ambos em bom estado de conservação; janelas de vidro temperado 10mm (dez milímetros), com boa abertura para a iluminação interna do ambiente, com funcionamento "de correr", parcialmente danificadas; fachada com fechamento em vidro temperado 10mm (dez milímetros) em toda a sua extensão, com elevação de 3,50 m (três metros e meio) e porta de acesso em vidro temperado 10mm (dez milímetros) com 2,00 m (dois metros) de abertura; piso cerâmico em toda sua área; esquadrias internas de madeira; laje de cobertura com rebaixamento de forro na altura de 3,50 m (três metros e meio), em material PVC; instalações elétricas e hidro sanitárias parcialmente danificadas, demandando intervenção técnica para seu correto uso e funcionamento; área comercial útil de 363,85m² (trezentos e sessenta e três metros quadrados e oitenta e cinco décimos de metro quadrado), dois sanitários, cada um deles com área de 2,80m² (dois metros quadrados e oitenta décimos de metro quadrado); amplo pátio externo para estacionamento, com área de 452,70m² (quatrocentos e cinquenta e dois metros quadrados e setenta décimos de metro quadrado), com pavimento intertravado de concreto (paver), para uso comum com o restante dos ocupantes da edificação; de posse do Município, com a finalidade específica do incentivo e estímulo à instalação de empresa/negócio/empreendimento voltado especificamente ao tratamento e/ou a recuperação de pessoas enfermas e/ou debilitadas, em estrito cumprimento à finalidade específica para o qual o Município recebeu o aludido imóvel e atendimento à destinação que lhe vem sendo dada; e com o escopo secundário da geração de emprego e renda, no Município; o que é feito com encargos (cobrança de aluguel mensal e cumprimento de condições mínimas) e cláusula de reversão, conforme autoriza a Lei Municipal nº 1.327, de 16 de dezembro de 2014 e alterações posteriores.

A parte do imóvel a ser concedida, com encargo e cláusula de reversão é destinada à finalidade específica de servir para instalação de novo empreendimento no município voltado especificamente ao tratamento e/ou recuperação de pessoas enfermas e/ou debilitadas, inclusive com percentual de atendimentos mínimos através do SUS, que atendam as condições mínimas exigidas no edital.

REGIMENTO: Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores, Lei Municipal nº 1.327, de 16 de dezembro de 2014 e alterações posteriores.

LIMITE PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: O recebimento dos envelopes de habilitação e de propostas, ocorrerá até às 09:00 horas

do dia 27 de fevereiro de 2015, pelo Setor de Licitações junto ao Paço Municipal, localizado na Avenida 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, em Luzerna/SC.

ABERTURA DA SESSÃO: A abertura da sessão ocorrerá às 09h:-15min do mesmo dia (27 de fevereiro de 2015), no mesmo local (Setor de Licitações junto ao Paço Municipal, localizado na Avenida 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, em Luzerna/SC).

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700 ou através dos e-mails luan.dias@luzerna.sc.br e mariana@luzerna.sc.gov.br.

PARECER Nº 002.2015 - ASS.JUR.SEN - SETOR DE LICITAÇÕES - RECURSO PL PML 0147.14 - PP RP PML 0090.14 - AGENDAS PERSONALIZADAS - RSUL LTDA ME – ATEST. DE CAPAC. TÉCNICA – ADEQUAÇÃO – OBJETO LICITADO

Parecer nº 002/2015/ ASS.JUR.SEN.

Processo Licitatório PML nº 00147/2014

Pregão Presencial para Registro de Preços PML nº 0090/2014

Interessado(a)(s): RSUL LTDA ME - Recorrente;

Polimpessos Serviços Gráficos LTDA - Recorrida;

Origem: Setor de Licitações.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Mariana de Azevedo Ramos.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE APTIDÃO PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO. COMPATIBILIDADE ENTRE O OBJETO CERTIFICADO E O OBJETO LICITADO E NÃO A EXATA ADEQUAÇÃO ENTRE UM E OUTRO. RECURSO QUE DEVE SER CONHECIDO E NÃO MERECE PROVIMENTO.

1.RELATÓRIO:

Trata-se de pedido de Parecer Jurídico, oriundo do Setor de Licitações, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitações, Mariana de Azevedo Ramos, que tem por objeto recurso interposto pela empresa RSUL LTDA ME, no Processo Licitatório PML nº 00147/2014, Pregão Presencial para Registro de Preços PML nº 0090/2014, que tem por escopo a "a contratação de empresa especializada para a execução, de forma integral, de agendas personalizadas, destinada aos alunos do Complexo Educacional São Francisco - Prefeitura de Luzerna (sic), em conformidade com as especificações" do edital.

A manifestação da intenção recursal se deu de forma tempestiva, conforme consta da Ata de Reunião de Julgamento de Proposta nº 147/2014 (Sequência: 1), tendo como delineação expressa da causa da irresignação o fato de que "o atestado apresentado pela empresa POLIMPRESSOS não atende ao edital pois se trata de produto fabricado e personalizado" (sic).

Razões de recurso apresentadas no prazo deferido, em que se alega, em síntese, que o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa Recorrida não serviria ao fim a que pretendem, por não ter dele constado que as agendas produzidas/fornecidas pela empresa Recorrida, ao emitente do atestado de capacidade técnica vergastado, eram personalizadas; e que a expressão "agendas de uso diverso" não supriria a ausência do termo "personalizado" ou da expressa previsão de que as agendas fossem destinadas aos "ramos escolar e/ou infantil".

Requeru, em decorrência do esposado, a desclassificação da empresa recorrida. Não junto documentos.

Do cotejo dos Autos e ante o teor da irresignação considero

desnecessária a intimação da Recorrida, não descurando ser assegurado aos licitantes o pleno exercício do contraditório nos processos administrativos, razão pela qual não foi intimada para contrarrazões.

Vieram, então, os Autos para Parecer Jurídico.

Sendo a síntese do essencial, passa-se ao mérito.

2.DO MÉRITO:

Consabidamente, muito se questiona quando da emissão e/ou da exigência de atestados de capacidade técnica ou correlatos, nas licitações realizadas pelo ente público. Apesar de ser uma matéria aparentemente resolvida, verifica-se que em tal campo ainda prosperam-se inúmeras dúvidas, como a que ensejou o recurso em apreço.

Assim, insta verificar que a norma licitatória (Lei 8.666/93) traz, especificamente em seu art. 30, inciso II, a tratativa da capacidade técnico-operacional dos licitantes, denotando, que a comprovação de sua capacidade, se dará mediante a apresentação de atestado de aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, em características, quantidades e prazos.

Note-se que a lei exige compatibilidade entre o objeto certificado e o objeto licitado e não a exata adequação entre um e outro!

Pois bem, in casu, vejamos então o que diz o atestado de capacidade técnica ora vergastado! Consta do mencionado documento, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina que a empresa Recorrida "(...) forneceu produtos impressos no prazo e na qualidade acordado em quantia de dias atendendo os pedidos de (sic) (...) agendas de uso diverso (...). Atestamos ainda, que os produtos listados foram executados de forma satisfatória, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. O que autoriza a qualificá-la comercialmente idônea e tecnicamente capaz."

O atestado certifica, portanto, de forma inarredável que a empresa Recorrida forneceu ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina "agendas de uso diverso".

Logo, partindo da premissa de que a exigência legal é de que deva haver simples compatibilidade entre o objeto certificado e o objeto licitado e não a exata adequação entre um e outro, e que à Administração Pública é textualmente vedada à exigência de critérios imotivadamente restritivos, não vislumbro como inadequado ao fim a que se presta o atestado acostado aos Autos do Processo Licitatório, pela Recorrida, como pretende nos fazer crer a Recorrente. Isto porque não há razões para crer que uma empresa que forneceu "de forma satisfatória" e "no prazo e na qualidade acordado" "agendas de uso diverso" (como consta do atestado) não possa fornecer "agendas personalizadas, destinada aos alunos do Complexo Educacional São Francisco" (objeto licitado).

Outrossim, há de se levar em consideração que as agendas já possuem seu layout, vulgo "arte", elaborado pela Assessoria de Comunicação e Secretária de Educação deste Município, cabendo à empresa vencedora do certame tão somente a sua confecção (impressão e montagem física) com base neste layout, razão pela qual não havia motivos para exigir que a empresa participante já tivesse, especificamente, prestado o serviço de confecção e fornecimento de agendas "personalizadas" ou dos "ramos escolar e/ou infantil", como pretende a Recorrente; porque não há a demanda de serviços diversos daquele inerente a confecção (impressão e montagem física) de qualquer outra agenda cujo layout ("arte") lhe venha a ser entregue.

Ademais, por certo é que se o emitente do atestado de capacidade técnica optou por adquirir "agendas de uso diverso" de empresa que presta serviços gráficos, ao invés de adquiri-las de empresa atacadista ou varejista que tenha como ramo de atuação a comercialização de artigos de escritório e papelaria, podemos deduzir com certo grau de certeza, que as agendas adquiridas eram personalizadas, mesmo não constando tal expressão do atestado. Logo, forçoso é concluir que o Atestado de Capacidade Técnica

apresentado pela empresa Recorrida presta-se perfeitamente ao exigido pelo instrumento convocatório e pela Lei de Licitações, razão pela qual não há que se falar em sua desclassificação, como pleiteou a Recorrente.

3.CONCLUSÃO:

Ex positis, opina-se seja conhecido e não provido o recurso administrativo interposto, para o fim de manter-se incólume a Decisão da Pregoeira, que habilitou a empresa ora Recorrida, em função da adequação de seu atestado de capacidade técnica ao exigido pelo instrumento convocatório e pela Lei de Licitações, dando-se prosseguimento ao Processo Licitatório, em seus ulteriores termos.

S.m.j., é o parecer.

Luzerna/SC, segunda-feira, 12 de janeiro de 2015.

LUAN FERNANDO DIAS
Assessor Jurídico Sênior
OAB/SC 32.118

Macieira

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2015 - CIMCATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0001/2015. Objeto: Entrega entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2015, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas. Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA. Valor de despesas fixas: R\$ 15.480,00 (quinze mil quatrocentos e oitenta reais), sendo o valor de R\$ 1.290,00 (um mil duzentos e noventa reais) mensais.

Prazo: 31/12/2015

Macieira, 09 de janeiro de 2015.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0002/2015 - CIMCATARINA MIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0002/2015. Objeto: Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 72 (Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos) para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, especificamente para despesas com a Manutenção da Iluminação Pública - MIP.

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA. Valor de despesas fixas: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), sendo o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais.

Prazo: 31/12/2015

Macieira, 09 de janeiro de 2015.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 137/2014

DECRETO Nº 137 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Maracajá, e;

Considerando a necessidade de provimento de servidores de carreira por meio de concurso público;

Considerando o longo prazo entre esta data e o último concurso;

Considerando o relevante número de servidores temporários necessários para continuação dos serviços públicos necessários e essenciais para população;

Considerando a necessidade e relevante interesse público na limpeza urbana e conservação das ruas, praças e próprios da administração pública;

Considerando a necessidade e relevante interesse público na coleta e triagem para aproveitamento de lixo;

Considerando o baixo número de servidores públicos efetivos para função de auxiliar de serviços gerais;

Considerando a necessidade e relevante interesse público no funcionamento da farmácia pública municipal e a ausência de farmacêutica como servidora efetiva no Município de Maracajá;

Considerando a necessidade e relevante interesse público no funcionamento das unidades de saúde municipal, do programa de EFS e da falta de servidores efetivos para função de médico, enfermeiro e técnico de enfermagem;

Considerando a necessidade e relevante interesse público na manutenção de saúde psicológica, fisioterapia e dos programas de assistência social aos cidadãos do Município de Maracajá e da inexistência de servidor com provimento efetivo na função de psicólogo, fisioterapeuta e Assistente social;

Considerando o baixo número de servidores públicos efetivos na função de motorista, bem como, os diferentes níveis de habilitação para condução de ônibus escolares e ambulâncias, estes com serviço de plantão inclusive;

Considerando a necessidade e relevante interesse público na manutenção de vigias para acionamento das ambulâncias de plantão e viabilização da escala de outros vigias;

Considerando a necessidade e relevante interesse público na manutenção da vigilância epidemiológica;

Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Maracajá determinando a realização de concurso público;

Considerando o prazo de tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade de autos nº 2011.010178-4, que declarou a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 791/2009, que refletia no valor dos vencimentos dos servidores públicos municipais;

Considerando a ausência de delimitação das funções relativas a cada cargo de provimento efetivo na Lei Municipal nº 427/1997 e suas alterações;

Considerando o prazo para estudo e aviamento da Lei Municipal nº 985/2014, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores públicos municipais;

Considerando o acordo firmado nos autos da Ação Cautelar Inominada de autos nº 0905339-69.2014.8.24.0004 e da Ação Civil Pública de autos nº 0905364-82.2014.8.24.0004 para reconhecer a nulidade da licitação pregão presencial 049/2014.

DECRETA:

Art. 1º Decreta a prorrogação das contratações temporárias

indispensáveis para manutenção de serviço público de relevante interesse coletivo até efetiva realização de concurso público identificados nas seguintes portarias:

I - OBRAS E AGRICULTURA:

MAT	FUNCIONÁRIO	PORTARIAS	DATA CRIAÇÃO
1708	Claudenor Otávio Farias	69	16/01/2014
1753	Alex Moreira	124	11/02/2014
1754	Cezinaldo de Souza	125	11/02/2014
1762	Vilson Gabriel de Lima	133	11/02/2014
1776	Ginivaldo Venâncio	147	11/02/2014
1756	Jairo Pedro de Souza	127	11/02/2014
1783	Manoel Euclides da Rocha	154	13/02/2014
1789	Marcelo José Flor	163	13/02/2014
1806	André Zélio Pereira	181	18/02/2014
1807	Adriano Zélio Pereira	182	18/02/2014
1849	Claudionei Nicolau Francisco	311	05/08/2014

II - LIMPEZA URBANA:

MAT	FUNCIONÁRIO	PORTARIAS	DATA CRIAÇÃO
1772	Paulo Afonso Darolt	143	11/02/2014
1774	Ramon da Luz Pedroso	145	11/02/2014
1775	Lourival Nascimento da Silva	146	11/02/2014
1777	Valdeci de Souza	148	11/02/2014
1791	Gilmar Adão Gonçalves	165	13/02/2014
1859	Douglas Darolt dos Santos	349	01/10/2014

III - PREFEITURA:

MAT	FUNCIONÁRIO	PORTARIAS	DATA CRIAÇÃO
1802	Rosane Arminda Jacobs	176	17/02/2014
1812	Tatiana dos Santos da Rocha	187	18/02/2014

IV - CENTRO DE TRIAGEM:

MAT	FUNCIONÁRIO	PORTARIAS	DATA CRIAÇÃO
1739	Flávia Suzeti Rocha	105	10/02/2014
1740	Marlene Mafioletti	106	10/02/2014
1742	Suzana A. Farias da Silva	108	10/02/2014
1743	Nivaldo João Martins	109	10/02/2014
1745	Maria de Lourdes Pereira	111	10/02/2014

1746	Jorge Manoel Rocha	112	10/02/2014
1747	Amandio Santos de Freitas	113	10/02/2014
1748	Maria Terezinha de Medeiros	114	10/02/2014

V - EDUCAÇÃO:

MAT	FUNCIONÁRIO	PORTARIAS	DATA CRIAÇÃO
1760	Claudia Beatriz de Medeiros	131	11/02/2014

VI - SAÚDE:

MAT	FUNCIONÁRIO	PORTARIAS	DATA CRIAÇÃO
1752	Wanice Lemos Valério	123	11/02/2014
1761	Adrieli da Silveira Elias	132	11/02/2014
1763	Rosilane Dassoler da Silva	134	11/02/2014
1767	José Dilnei Prudêncio	138	11/02/2014
1769	Manoel José da Rocha	140	11/02/2014
1770	Enio Henrique	141	11/02/2014
1771	Ari Zappe	142	11/02/2014
1778	Ivonei José da Cruz	149	12/02/2014
1803	Elisa Maria Pedro	177	17/02/2014
1814	Laenio Luiz Rocha	190	19/02/2014
1820	Fulvia S. da Rosa	216	14/03/2014
1829	Gorete Salvático Goularte Borges	243	16/04/2014
1831	Larissa Miguel	245	23/04/2014
1855	Aline Lumertz Dias de Matos	336	15/09/2014
1749	Claudionor Candido	115	10/02/2014

Art. 2º Decreta a prorrogação das contratações temporárias indispensáveis para manutenção de serviço público de relevante interesse coletivo até 30 de janeiro de 2015 identificados nas seguintes portarias:

I - CRECHE:

MAT	FUNCIONÁRIO	PORTARIAS	DATA CRIAÇÃO
1677	Andreia Valeriano Figueredo Leandro	31	09/01/2014
1678	Darlane Cristina Sant'Ana Gomes	32	09/01/2014
1680	Naramirtiz de Souza	34	09/01/2014
1681	Franciane da Silva	35	09/01/2014
1684	Gisele de Medeiros Mesquita	38	09/01/2014
1686	Juliana de Souza Elias	40	09/01/2014

1687	Suelin Reus da Rocha	41	09/01/2014
1689	Andréia Resende	43	09/01/2014
1692	Franciele Bertoja Mota	46	09/01/2014
1693	Daiane Gomes de Souza	47	09/01/2014
1695	Elineia Acordi Dordet	49	09/01/2014
1704	Gisleine Rocha Estevam	63	16/01/2014
1823	Bruna Candiottto Trevisol	219	14/03/2014
1847	Dinamar Joaquim	297	21/07/2014
1852	Maria Amélia Leandro Cardoso	318	20/08/2014
1697	Iolanda da Silva Garcia	51	09/01/2014
1698	Marli de Fatima Leite Diotti	52	09/01/2014
1701	Sandra de F. Kuchertt Candido	55	09/01/2014
1702	Marilia Berti Cardoso	56	09/01/2014
1717	Juliana Dassoler da Silva	78	03/02/2014

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 11 de Dezembro 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

PARECER 03 - CME

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Interessado: Secretaria Municipal de Educação
Assunto: Aprovação de INFORMÁTICA BÁSICA
Parecer CME No: 03/2014

I - Relatório

O Conselho Municipal de Educação de Maracajá realizou reunião técnica no dia 17 de dezembro de 2014 para aprovar o CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA.

O Conselho Municipal de Educação diante do exposto dá parecer favorável ao CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA.

Maracajá, 17 de dezembro de 2014.

LÚCIO VÂNIO MORAES

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Meleiro**PREFEITURA****PORTARIA N.º 004/2015**

PORTARIA n.º 004/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM-E.S.F POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ROSANGELA MEZARI DORDETE, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem - E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada à Secretaria de Saúde, em substituição à servidora Patricia Sartor Baesso, em virtude de Licença Maternidade, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Janeiro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

Modelo**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO Nº20/2015**

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 20/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 005/2015, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA PARA MELHORAMENTO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SENDO 08 HORAS SEMANAIS DE FEVEREIRO À DEZEMBRO DE 2015. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 10:15 do dia 29/01/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 16 de Janeiro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº25/2015 FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 025/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 003/2015

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MÁRCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Presencial n. 003/2015, com o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA, COM REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE, CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS DE FEVEREIRO À DEZEMBRO DE 2015, PARA ATENDIMENTOS CLÍNICOS E ATENDIMENTO À GRUPOS DO NASF. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 29/01/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 16 de Janeiro de 2015.

MÁRCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº26/2015 FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 026/2015 - Modalidade Pregão Presencial
n. 004/2015

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MÁRCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Presencial n. 004/2015, com o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE FISIOTERAPIA, COM REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE, CARGA HORÁRIA DE 24 HORAS SEMANAIS, NO PERÍODO DE FEVEREIRO À DEZEMBRO DE 2015, SENDO ATENDIMENTOS CLINICOS NA UNIDADE DE SAÚDE E DOMICILIARES E ATENDIMENTOS A GRUPOS DO NASF. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 09:00 do dia 29/01/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 16 de Janeiro de 2015.

MÁRCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RECURSOS
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 02/2014

Nos termos do Edital Nº 02/2014, o Instituto de Consultoria em Administração Pública, ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, torna pública A INEXISTÊNCIA DE RECURSOS RELATIVOS AO GABARITO PROVISÓRIO.

Modelo, SC, 16 de janeiro de 2015.

DECRETO Nº 014/2015

DECRETO Nº 014/2015 DE 14.01.2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES,
CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis Municipais e demais normas legais pertinentes Lei Federal 8.666/93 com alterações subsequentes,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada a Comissão de Licitações, com vigência de mandato de 01 (um) ano, a contar desta data, conforme segue a nomeação abaixo:

- I - ADILSON CESAR BRAUN - PRESIDENTE
- II - VANESSA SIMONE MUNDT - SECRETÁRIO
- III - KÁTIA RAGAZZON - MEMBRO
- IV - FABRÍCIO JOÃO MILAN - MEMBRO
- V - ELYSON JEAN KAMMLER - SUPLENTE

Art.2º - Os membros desta comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições com contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 14 de janeiro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

DECRETO Nº 015/2015

DECRETO Nº 015/2015 de 14.01.2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE JULGAMENTO DE REGISTROS CADASTRAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.129/93 de 27.08.1993,

Art. 1º - Fica designada a comissão de julgamento de registros cadastrais, do município de Modelo - SC e do Fundo Municipal de Saúde, composta pelos membros conforme a seguir nominados:

- 1 - VANESSA SIMONE MUNDT - Presidente
- 2 - ELYSON JEAN KAMMLER - Secretário
- 3 - FABRÍCIO JOÃO MILAN - Auxiliar Direto
- 4 - ADILSON CESAR BRAUN - Suplente
- 5 - FRANCIELI PAVALICINI - Suplente

Parágrafo Único - A vigência do mandato da comissão é de 01 (um) ano, com vigência a partir desta data.

Art. 2º - As atribuições da comissão de julgamento de registros cadastrais são as constantes da Lei Municipal nº 1.129/93 de 27.08.1993 e demais normas legais pertinentes a matéria.

Art. 3º - O serviço da comissão é de caráter relevante, não sendo atribuída qualquer remuneração.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 14 de janeiro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

DECRETO Nº 016/2015

DECRETO Nº 016/2015 DE 14.01.2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES, REALIZADAS NA MODALIDADE PREGÃO, NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Federal 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 094/2006 de 22/05/2006,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Municipal ADILSON CESAR BRAUN para exercer a função de PREGOEIRO, nos processos licitatórios na modalidade Pregão, a partir desta data, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º - Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I - Vanessa Simone Mundt

II - Fabrício João Milan

III - Marcia Wendling Rudiger

Art. 3º - Ficam igualmente designados para compor a equipe de apoio, conforme objeto das licitações, os servidores abaixo mencionados:

- Processos Licitatórios:

- Materiais odontológicos: Servidor Albio Schild Filho;

- Materiais de Enfermagem: Servidora Elisangela Neu

- Materiais/medicamentos/farmacêutico: Marlise Lindemann

- Obras e serviços de Engenharia: Katia Ragazzon

Art. 4º - As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade, sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,

aos 14 de janeiro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra:FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

DECRETO Nº 017/2015

DECRETO Nº 017/2015 de 15.01.2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO, DA DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IONE TREVISAN, DO CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.132/2014, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o pedido da servidora de rescisão do cargo em comissão com dedicação integral que foi designada,

DECRETA:

Art.1º - Fica rescindida a designação, a partir de 01.02.2015, da Sra. IONE TREVISAN, portadora do RG nº 2.653.293 e CPF nº 800.080.209-06, do cargo em comissão de Chefe de Departamento, do Município de Modelo/SC.

Parágrafo Único - A servidora retorna automaticamente para o cargo efetivo de Professora Ensino Superior - Habilitação em Educação Infantil, 20 h/s, conforme Decreto de nomeação nº 049/2012, reiniciando o estágio probatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.02.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 15 de janeiro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente e de acordo:

IONE TREVISAN

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

GABARITO OFICIAL PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2014

A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, nos termos do item 7.1 do Edital 002/2014, torna público o GABARITO OFICIAL, conforme abaixo:

AUXILIAR EDUCACIONAL - P:1

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	E	D	D	C	B	B	C	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	C	C	A	E	A	B	D	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	E	E	B	D	C	A	C	C	B

EDUCADOR SOCIAL (SER. DE CONV. E FORT DE VÍNCULOS) - P:1

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	E	D	D	C	B	B	C	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	C	C	A	E	A	B	B	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	C	E	A	D	C	C	A	B	C

ENFERMEIRO PSF - P:1

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	B	D	B	C	A	D	E	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	C	C	A	C	D	E	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	A	E	D	C	C	B	C	C

MOTORISTA - P:1

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	D	D	D	A	B	C	E	E	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	C	B	D	D	C	B	E	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	D	B	C	E	C	A	C	D	E

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H - P:1

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	B	D	B	C	A	D	E	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	C	C	A	B	D	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
E	A	E	B	A	B	D	B	B	D

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 10H - P:1

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	B	D	B	C	A	D	E	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	C	C	A	E	A	B	C	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

A	E	B	D	C	A	B	C	D	E
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H - P:1									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	B	D	B	C	A	D	E	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	C	C	A	E	A	B	C	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	E	B	D	C	A	B	C	D	E
PROFESSOR SÉRIES INICIAIS 1º AO 5º ANO - P:1									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	B	D	B	C	A	D	E	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	C	C	A	A	B	D	E	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	A	D	C	D	C	C	A	E	C

Modelo, SC, 16 de janeiro de 2015.

NOTA E CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

PROCESSO SELETIVO 02/2014

Nos termos do Edital 02/2013, o Instituto de Consultoria em Administração Pública - ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo tornapública a nota da prova escrita / objetiva, da prova prática e prova de títulos e classificação dos candidatos, conforme abaixo:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS												
INSCRI- ÇÃO	CANDIDA- TO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFI- CAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
INEXISTÊNCIA DE CANDIDATOS INSCRITOS												

AUXILIAR EDUCACIONAL												
INSCRI- ÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA- TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFI- CAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
107923	PATRÍCIA BIGOLIN GRANZOTO	1,80	0,20	--	4,80	6,80	0,13	--	6,93	1º	CLASSIFICADO (A)	08/10/1985
107967	JULIANE PICCOLI SCHMITT	2,40	0,20	0,20	4,00	6,80	--	--	6,80	2º	CLASSIFICADO (A)	02/09/1995
107933	JULIANA WERLANG	1,80	--	--	4,80	6,60	--	--	6,60	3º	CLASSIFICADO (A)	16/06/1984
107906	CRISTIA- NA MARLI PFEIFER	2,10	--	0,20	4,00	6,30	--	--	6,30	4º	CLASSIFICADO (A)	26/08/1987
107986	VERONICE STRAPAZ- ZON BALDIN	0,90	--	0,20	4,80	5,90	--	--	5,90	5º	CLASSIFICADO (A)	19/02/1981
108003	AMANDA BATISTA BORGES	0,60	--	0,20	4,80	5,60	--	--	5,60	6º	CLASSIFICADO (A)	12/05/1986

107927	CATIANE APARECIDA BEGNINI	1,20	--	0,40	4,00	5,60	--	--	5,60	7º	CLASSIFICADO (A)	01/01/1991
107978	ADILCI SIEBAUER	0,30	--	0,20	3,60	4,10	--	--	4,10	8º	CLASSIFICADO (A)	05/07/1985
107975	JAINÉ ANDRESSA ALBANI	0,30	--	0,20	3,60	4,10	--	--	4,10	9º	CLASSIFICADO (A)	05/12/1995
107971	SIDILEI FERREIRA	1,20	0,40	0,20	1,60	3,40	--	--	3,40	10º	CLASSIFICADO (A)	18/11/1985
108000	ANDRESSA NEMERSKI	0,90	0,20	--	1,60	2,70	--	--	2,70	11º	CLASSIFICADO (A)	30/03/1995
108006	SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

EDUCADOR SOCIAL(SER. DE CONV. E FORT DE VÍNCULOS)

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
107972	MARIA VENERANDA DALLA CORTI	2,40	0,20	0,20	3,60	6,40	--	--	6,40	1º	CLASSIFICADO (A)	20/10/1956
107928	JANICE BILLIG	0,90	0,20	0,40	4,00	5,50	--	--	5,50	2º	CLASSIFICADO (A)	29/01/1992
107994	ÉDINA MARIA BEKCEER	1,80	--	0,20	3,20	5,20	--	--	5,20	3º	CLASSIFICADO (A)	05/12/1976
107950	EDINEIA KELLY KATH	0,90	0,40	0,20	3,20	4,70	--	--	4,70	4º	CLASSIFICADO (A)	13/03/1987
107997	JOCIMARA GAMBA	0,90	--	0,20	3,20	4,30	--	--	4,30	5º	CLASSIFICADO (A)	15/03/1994
107916	ANA CLÁUDIA SENHOR	0,90	--	0,20	2,80	3,90	--	--	3,90	6º	CLASSIFICADO (A)	03/10/1994
107987	SUSANE PINHEIRO HEINECK	0,30	0,20	0,40	2,40	3,30	--	--	3,30	7º	CLASSIFICADO (A)	05/05/1985
107920	ELISANDRA GAUSCKI HENN	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ENFERMEIRO PSF

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
107999	YANÁ TAMARA TOMASI	1,80	0,20	0,40	4,00	6,40	--	--	6,40	1º	CLASSIFICADO (A)	13/01/1992
107992	CASSIANO LAGO	1,80	0,20	0,40	3,60	6,00	--	--	6,00	2º	CLASSIFICADO (A)	15/07/1989
107934	ELISANGELA NEU	1,20	--	0,20	3,20	4,60	0,50	--	5,10	3º	CLASSIFICADO (A)	24/04/1975
107945	JÉSSICA VANESSA CORRADI DALAZEN	2,10	--	0,40	2,00	4,50	--	--	4,50	4º	CLASSIFICADO (A)	13/06/1992
107924	ADRIANA BELOLLI PRIOR	1,50	0,20	0,40	0,80	2,90	--	--	2,90	5º	CLASSIFICADO (A)	23/08/1982

MOTORISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
107944	GILSON HISTER	2,10	0,20	0,40	4,00	6,70	--	9,00	7,85	1º	CLASSIFICADO (A)	24/08/1990

107922	MAURICIO HENRIQUE RAUBER	2,10	0,40	0,20	5,60	8,30	--	7,00	7,65	2°	CLASSIFICADO (A)	20/12/1982
107956	SILVANDRO CECATTO	2,10	0,20	0,40	4,00	6,70	--	8,50	7,60	3°	CLASSIFICADO (A)	18/03/1981
107998	MARCIO LANGE	1,80	--	0,20	5,20	7,20	--	7,50	7,35	4°	CLASSIFICADO (A)	22/04/1979
107988	GELSON SIMAO	2,10	--	0,40	5,60	8,10	--	6,50	7,30	5°	CLASSIFICADO (A)	15/06/1986
107996	LEOMAR BALDIN	2,40	0,20	--	3,20	5,80	--	7,00	6,40	6°	CLASSIFICADO (A)	07/02/1979
107939	JUNIOR CARLOS BOIANI	1,20	0,20	0,20	3,20	4,80	--	8,00	6,40	7°	CLASSIFICADO (A)	23/05/1991
107921	JOSIEL EDUARDO DA SILVA	2,10	0,60	0,20	3,60	6,50	--	5,50	6,00	8°	CLASSIFICADO (A)	13/03/1991
107983	ANDERSON MICHELS	1,50	--	0,20	4,40	6,10	--	--	3,05	9°	DESCCLASSIFICADO (A)	05/05/1994
108008	JEAN CARLO NERES	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
107908	DANIELA FRANDOLOSO MARINS	2,40	--	0,40	5,20	8,00	1,70	--	9,70	1°	CLASSIFICADO (A)	19/09/1985
107952	SIRLEI MARINS DA COSTA	2,70	--	0,40	5,20	8,30	1,18	--	9,48	2°	CLASSIFICADO (A)	04/04/1980
107960	MAGALI CARMEN SIGNOR	1,50	0,20	0,20	5,60	7,50	1,38	--	8,88	3°	CLASSIFICADO (A)	16/08/1966
107959	DIRLEI MARINS ALLEBRANDT	1,80	0,20	0,40	4,80	7,20	1,36	--	8,56	4°	CLASSIFICADO (A)	17/08/1976
107957	GIOMAR DOS SANTOS MEIRA	2,10	0,20	0,40	4,40	7,10	1,15	--	8,25	5°	CLASSIFICADO (A)	27/06/1971
107935	LUCIA ILETE KIRCH FRANDOLOSO	1,80	0,20	0,40	3,20	5,60	2,50	--	8,10	6°	CLASSIFICADO (A)	17/05/1969
107930	MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER	2,40	--	0,40	4,80	7,60	0,15	--	7,75	7°	CLASSIFICADO (A)	24/10/1983
107903	MIRIAM FREY CECATTO	2,10	--	0,20	4,00	6,30	1,20	--	7,50	8°	CLASSIFICADO (A)	12/04/1972
108002	CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI	1,80	--	0,40	4,80	7,00	0,33	--	7,33	9°	CLASSIFICADO (A)	02/05/1993
107961	JANDIRA MARIA LARA HECKLER	1,50	0,20	0,20	4,00	5,90	1,33	--	7,23	10°	CLASSIFICADO (A)	19/08/1969
107970	DENISE ROWER QUEVEDO	1,20	--	0,40	4,00	5,60	1,20	--	6,80	11°	CLASSIFICADO (A)	10/10/1977
107963	HELLEN ALVES DE ANDRADE	2,10	--	0,40	3,60	6,10	0,50	--	6,60	12°	CLASSIFICADO (A)	06/05/1992
107925	VIVIANE BALDIN	1,50	--	0,40	3,20	5,10	1,50	--	6,60	13°	CLASSIFICADO (A)	03/01/1979

107907	ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA KASPER	1,80	--	0,20	3,60	5,60	0,78	--	6,38	14°	CLASSIFICADO (A)	04/07/1977
107931	JANETE FERRARI GALLINA	1,20	0,20	0,20	4,40	6,00	0,20	--	6,20	15°	CLASSIFICADO (A)	06/08/1971
107977	ROSANGELA KNORST DEOTTI	1,50	--	0,40	3,20	5,10	1,05	--	6,15	16°	CLASSIFICADO (A)	15/06/1966
107965	SIDRIANA FATIMA BACH MET-DLER	0,90	0,20	0,40	4,00	5,50	0,60	--	6,10	17°	CLASSIFICADO (A)	31/10/1975
107942	JANETE TEREZINHA EBERHARDT	2,10	--	0,40	2,00	4,50	1,50	--	6,00	18°	CLASSIFICADO (A)	20/03/1986
107991	ELENI PEREIRA SCHMITT	2,10	--	0,40	2,40	4,90	0,45	--	5,35	19°	CLASSIFICADO (A)	02/01/1973
107979	LUCIA EUZÉBIO	0,90	--	0,20	4,00	5,10	--	--	5,10	20°	CLASSIFICADO (A)	08/08/1983
107955	DERLICE TURMINA	1,80	0,40	0,20	2,00	4,40	0,60	--	5,00	21°	CLASSIFICADO (A)	10/01/1983
108005	SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 10H

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
107914	VANESSA ARTIGAS DO AMARAL	2,40	0,20	0,40	4,00	7,00	--	--	7,00	1°	CLASSIFICADO (A)	24/01/1993
107912	CAMILA FRANZ BOTH	1,20	--	0,40	3,60	5,20	--	--	5,20	2°	CLASSIFICADO (A)	14/10/1987

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
107937	LEWIS MATE HEINECK	2,70	0,40	0,40	5,60	9,10	0,71	--	9,81	1°	CLASSIFICADO (A)	26/11/1984
107954	MARIANE DALLA CORTI BAUER-MANN	1,20	0,20	0,40	6,00	7,80	0,43	--	8,23	2°	CLASSIFICADO (A)	20/10/1987
107909	FABRÍCIO JOÃO MILAN	1,50	--	0,20	5,60	7,30	--	--	7,30	3°	CLASSIFICADO (A)	22/09/1992
107943	ALEXANDRA CRISTINA GOMES	2,10	0,20	0,40	4,00	6,70	0,50	--	7,20	4°	CLASSIFICADO (A)	06/04/1980
107974	DIANA CHAVES	2,10	--	0,40	3,60	6,10	--	--	6,10	5°	CLASSIFICADO (A)	23/12/1981
107995	DANIELA SIGNOR	0,30	--	0,40	2,00	2,70	--	--	2,70	6°	CLASSIFICADO (A)	09/08/1991

PROFESSOR SÉRIES INICIAIS 1º AO 5º ANO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
107953	SIRLEI MARINS DA COSTA	2,10	--	0,40	3,60	6,10	1,33	--	7,43	1°	CLASSIFICADO (A)	04/04/1980

107958	GIOMAR DOS SANTOS MEIRA	2,40	--	0,40	2,80	5,60	1,15	--	6,75	2º	CLASSIFICADO (A)	27/06/1971
107915	JANDIRA MARIA LARA HECKLER	1,80	0,20	0,20	2,80	5,00	1,33	--	6,33	3º	CLASSIFICADO (A)	19/08/1969
107989	SANDRA FACIOCHI KRIESER	1,50	0,20	0,40	2,40	4,50	0,65	--	5,15	4º	CLASSIFICADO (A)	18/02/1982
107980	ROSANGELA KNORST DEOTTI	0,30	--	0,40	3,20	3,90	1,15	--	5,05	5º	CLASSIFICADO (A)	15/06/1966

Modelo - SC, 16 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº 006/2015

PORTARIA Nº 006/2015 de 14.01.2015.

ENCERRA FUNÇÃO GRATIFICADA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.132/2014, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica encerrada a partir de 12.01.2015, a designação de Função Gratificada do Servidor CLAUDECIR LEONIR BOLIS, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado Departamento Municipal de Estradas e Rodagens, concedida pela Portaria nº 171/2014 de 03.12.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12.01.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 14 de janeiro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 006/2015

DECRETO Nº 006/2015, em 08 de Janeiro de 2015.

“NOMEIA COMISSÃO PARA CONSTITUIÇÃO DO BANCO DE MONITORES VOLUNTÁRIOS PARA O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, INSTITUÍDO PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 17, DE 24 DE ABRIL DE 2007, REGIDO PELO DECRETO Nº 7.083, DE 27 DE JANEIRO DE 2010 COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão encarregada de promover a constituição do banco de monitores voluntários para o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, regido pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, ficando designados para sua composição as seguintes pessoas, todos servidores desta municipalidade, sob a presidência do primeiro:

- 1.Eliane Inácio Cardozo;
- 2.Queila de Almeida Simões Zanatta; e
- 3.Marinelza Maccari.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Janeiro de 2015.
Agnaldo David Maccari
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Michel Antônio Maccari
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 007/2015

DECRETO Nº 007/2015, de 16 de Janeiro de 2015.

“FIXA O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, REFERENTE AO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO (IPTU), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 416 e 557, da Lei Complementar nº 002/2009, de 21 de dezembro de 2009;

DECRETA:

Artigo 1º - Fixa o Calendário Fiscal do Município de Morro da Fumaça para o Exercício Financeiro de 2015, referente ao recolhimento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Artigo 2º - O Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) terá desconto de 20% (vinte por cento), com pagamento em Cota Única, até o dia 10 de Abril de 2015.

Artigo 3º - As parcelas referentes ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) obedecerão ao seguinte calendário:

- I.Parcela 01 - com vencimento em 10 de abril de 2015;
- II.Parcela 02 - com vencimento em 11 de maio de 2015;
- III.Parcela 03 - com vencimento em 10 de junho de 2015;
- IV.Parcela 04 - com vencimento em 10 de julho de 2015;

Artigo 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Janeiro de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE ADM. E FINANÇAS

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 008/2015

DECRETO Nº 008/2015, de 16 de Janeiro de 2015.

“FIXA O ÍNDICE IPCA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2009, DE 21/12/2009, PARA ATUALIZAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DE TODOS OS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 237, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 002/2009, de 21 de dezembro de 2009;

DECRETA:

Artigo 1º. É fixado o Índice de Correção Monetária de todos os Tributos Municipais, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, em 6,41% (seis vírgula quarenta e um por cento), para o ano de 2015, conforme artigo 237, parágrafo único, da Lei Complementar n. 002/2009.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Janeiro de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE ADM. E FINANÇAS

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 009/2015

DECRETO Nº 009/2015, de 16 de Janeiro de 2015.

"DISPÕE SOBRE A CORREÇÃO DA UFM (UNIDADE FISCAL MUNICIPAL), CONFORME ART. 416 E 557, DA LEI COMPLEMENTAR 002/2009 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL)."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 416 e 557, da Lei Complementar nº 002/2009, de 21 de dezembro de 2009;

DECRETA:

Artigo 1º. A Unidade Fiscal Municipal - (UFM), para o ano de 2015 (dois mil e quinze), passa a vigorar com o valor de R\$ 2,61 (dois reais e sessenta e um centavos), para atualização dos Tributos Municipais.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Janeiro de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE ADM. E FINANÇAS

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

REGISTRO DE PREÇOS FMS 007/2015

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 007/2015. Objeto: Aquisição de Tablets para utilizar o Software de Sistema Móvel para captação de informações contidas no sistema desenvolvido pelo Ministério da Saúde, denominado E-SUS AB Centralizador. Data: 29/01/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS 043/2014/051/2014 / 052/2014..

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS43/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 43/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 43/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE LISTAGEM ATUALIZADA DO GUIA FARMACEUTICO DE MEDICAMENTOS BRASINDICE DE A A Z (MEDICAMENTOS GENERICOS E SIMILARES) PARA ATENDER OS USUARIOS DO SUS - SISTEMA UNICO DE SAUDE, ATRAVÉS DA FARMACIA BASICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Fornecedor: SESI SOCIAL INDUSTRIA.

Valor: R\$ 350.000,00.

Desconto item 01: 26,33%

Desconto Item 02: 18,00%

Vigência: 05/01/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 05 de janeiro de 2015.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS51/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 51/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 51/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA COMPOSIÇÃO DOS ALIMENTOS DESTINADOS AOS PACIENTES DO CAPS (CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL) E AOS FUNCIONARIOS DO SAMU, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: PJServiços e Comercio Eireli.

Valor: R\$ 54.325,10.

Vigência: 05/01/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 05 de janeiro de 2015.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS52/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 52/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 52/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AOS PACIENTES DO CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: Comercial Jaw com. Med. Hospitalar.

Valor: R\$ 102.960,00.

Fornecedor: Comercial Cir. Rio Clarence.

Valor: R\$ 25.910,00.

Vigência: 05/01/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 05 de janeiro de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS45/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS45/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 45/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 45/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Fornecedor: CEK INFORMÁTICA.

Valor: R\$ 25.695,00

Vigência: 05/01/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 05 de janeiro de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN189/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 189/2014- RET.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 189/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 189/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Fornecedor: ASFAG LTDA.

Valor: 208.655,00

Vigência: 08/12/15.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN207/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 207/2014 - RET.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 207/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 207/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Fornecedor: DSM DISTR.MÓVEIS

Valor: 104.459,00.

Fornecedor: AKON LTDA.

Valor: 538.304,00

Fornecedor: SUPERAR LTDA

Valor: 85.656,00

Fornecedor: RODRIGUES DO AMARAL LTDA

Valor: R\$ 71.188,00

Vigência: 10/12/15.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN209/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 209/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 209/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 209/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Fornecedor: Linear Indústria e Comércio Ltda.

CNPJ: 17.253.233/0001-07.

Valor: 24.225,00.

Vigência: 05/01/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN213/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 213/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 213/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 213/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Fornecedor: Linear Indústria e Comércio Ltda,

CNPJ nº 17.253.233/0002-80

Valor: R\$ 560.800,00

Vigência: 12/01/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 12 de janeiro de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN215/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 215/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 215/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 215/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Fornecedor: JOSE DE ARIMATEA SILVEIRA ME.

CNPJ nº 01.669.438/0001-20.

Valor: R\$ 545.000,00.

Vigência: 05/01/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN219/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 219/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 219/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 219/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Fornecedor: C.E MACEDO E CIA LTDA.

Valor: 48.680,00.

Fornecedor: C.E MACEDO E CIA LTDA.

Valor: 48.680,00.

Fornecedor: SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS.

Valor: 18.090,00.

Fornecedor: PESCARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SANEAMENTO.

Valor: R\$ 78,00.

Vigência: 05/01/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

CARTA DE CONVOCAÇÃO

Navegantes, 12 de janeiro de 2015.

Ilmo Sr.

SÉRGIO LOPES DA SILVA

NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 12 de janeiro de 2015.

Ilmo Sr.
SÉRGIO LOPES DA SILVA
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 16 de janeiro de 2015.

Ilmo Sr.
OSNI FLORÊNCIO ROSA
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 16 de janeiro de 2015.

Ilma Sra.
TAHIS DAIANE DE VARGAS
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 16 de janeiro de 2015.

Ilma Sra.
MARLETE MARIA ALEXANDRE
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

CONTRATO Nº 377/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 377/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: SRA. ROSELI FATIMA DE JESUS CUOCHINSKI.

Objeto: Quarto termo aditivo para promover alteração do prazo e valor pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Valor anual de

R\$ 47.142,00

Navegantes, 15 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

CONTRATO Nº 378/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 378/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: SR. ADRIANO CARPES IMÓVEIS LTDA ME.

Objeto: Quarto termo aditivo para promover alteração do prazo e valor pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Valor anual de

R\$ 40.412,76

Navegantes, 10 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 241/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN241/2014.

Processo: DL241/2014.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOLHIMENTO EM CARÁTER EMERGENCIAL DA IDOSA M.F NA CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY, TAL MEDIDA SE FAZ NECESSÁRIA EM RAZÃO DO FECHAMENTO DA INSTITUIÇÃO ESTRELA DE ISABEL, ONDE A IDOSA SE ENCONTRA ACOLHIDA DESDE 2012.

Contratado: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA

CNPJ 95.766.598/0001-30

Valor: R\$ 34.680,00.

Fundamento: Art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

Navegantes, 12 de janeiro de 2015.

DISTRATO CONTRATO Nº207/2014.

Distrato Contrato Nº.207/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada : ENGITA CONSTRUÇÕES LTDA.

Licitação : DL178/2014.

OBJETO: DISTRATO DO CONTRATO 207/2014 referente à CONTRATAÇÃO (EMERGENCIAL) DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO DE REDE DE ÁGUA, SERVIÇOS DE CORTE E RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE ÁGUA, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, FACE À SUSPENSÃO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL DO PROCESSO LICITATÓRIO - CC 113/2014, ATRAVÉS DA DECISÃO DA LIMINAR CONCEDIDA NO AJUIZAMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA - AUTOS: 0004322-18.2014.8.24.0315.

Navegantes, 05 de janeiro de 2015.

Nova Trento**PREFEITURA****CONTRATO Nº 001/2015**

CONTRATO Nº 001/2015

Origem: Processo Nº 132/2014 - Tomada de Preços nº 084/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA, com sede no Bairro Avaí, Rua Pedro Paulo Streit, s/n.º, cidade de Guaramirim, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 78.218.187/0001-91. Objeto do Contrato: Aquisição de material impresso, para uso da Prefeitura Municipal de Nova Trento - Secretaria de Educação, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I. O valor total é de R\$ 12.200,00 (Doze mil e duzentos reais). Vigência: 15/01/2015 à 31/12/2015.

Nova Trento, 15 de janeiro de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 630/2015

Lei Complementar nº 630/2015

Altera o Piso Salarial Municipal para os Profissionais do Magistério, de Nível Médio - Modalidade Normal, Concede Reajuste aos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere a Lei, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Piso Salarial Municipal do Magistério Público da Educação Básica, passando de R\$ 1.708,00 (mil setecentos e oito reais), para R\$ 1.917,78 (mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos), 40 (quarenta) horas semanais, Anexo II, Nível I, aprovado pela Lei nº 2.509, de 30 de outubro de 2013, para a formação de nível médio, na modalidade normal, previsto no Artigo 62 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e por determinação do Art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de junho de 2008.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder 13,01% (treze vírgula, zero um por cento) de reajuste na tabela de vencimentos dos profissionais do magistério em efetivo exercício - Anexo II, Níveis III, IV, V e VI, aprovado pela Lei nº 2.509, de 30 de outubro de 2013, vigente em dezembro de 2014, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º As disposições relativas ao piso salarial e ao reajuste de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões profissionais do Magistério Público Municipal da Educação Básica alcançadas pelo artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003 e pela Emenda Constitucional 47 de 05 de julho de 2005.

Art. 4º Esta Lei atende o disposto na alínea "C" do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais e ao dos dispositivos da lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2015.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Administração e Finanças

LEI Nº 2.564/2015

Lei nº 2.564/2015

Concede revisão geral anual de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal no vencimento dos servidores ativos, inativos, pensionistas, na tabela de diárias e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, em exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica revisado em 6,34% (seis vírgula trinta e quatro por cento), equivalente à inflação acumulada medida pelo INPC de novembro de 2013 a outubro de 2014, o valor dos vencimentos vigentes em dezembro de 2014 dos servidores públicos ativos e comissionados do Município de Nova Trento, o valor dos abonos constantes do Anexo I da Lei Municipal nº 2.523/2014 vigentes no mês de dezembro de 2014 e os valores das diárias.

§ 1º A revisão geral anual de que trata esta lei não se aplica ao subsídio ou remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Assessores Jurídicos, Chefe de Gabinete, Profissionais do Magistério em efetivo exercício, Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias.

§ 2º Aos inativos e pensionistas a cargo do tesouro municipal e a cargo do Regime Próprio de Previdência, aplica-se no que couber, o disposto nesta lei.

Art. 2º O piso de vencimento dos servidores municipais de Nova Trento é de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

Lei nº 2.564/2015

ANEXO I
Planilha de Abono de acordo com os níveis salariais

Faixa Salarial	Valor do Abono
Piso de R\$ 788,00	R\$ 152,74
Acima de R\$ 788,00	R\$ 127,29

Nova Trento, 16 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 2.565/2015

Lei nº 2.565/2015

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante convênio, a transferir até R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais) à entidade " Associação de Pais e Amigos do Excepcionais APAE", com sede à Rua Salvador Gessele, nº 50, na cidade de Nova Trento, Centro, CNPJ nº 78.540.846/0001-01, em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), a partir de 1º de janeiro de 2015, destinados a atender despesas com o pagamento de profissionais, encargos sociais e despesas de manutenção em geral da referida entidade e constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
Unidade: 01- Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Projeto/Atividade: 2.044 - Funcionamento e Manutenção da APAE
Elemento: (170)3.3.5.0.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 16 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

CONVÊNIO Nº 001/2015

Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Nova Trento e de outro a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de Nova Trento.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, CNPJ nº 82.925.025/0001-60, com sede na Rua Santo Inácio Praça Del Comune nº 126, Centro, Nova Trento, representado neste ato por Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, portador do RG nº 3.573.471 e do CPF nº 032.953.809-88, doravante denominado simplesmente "Município" e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de Nova Trento, CNPJ nº 78.540.846/0001-01, com sede na Rua Salvador Gessele, nº 50, Bairro Centro, Nova

Trento, representada neste ato pelo seu presidente, Moacir Eliseu Battisti Archer, brasileiro, casado, residente à Rua Jordão Cadorin, 40, Centro, Nova Trento, portador do RG nº 250.861/SSP/SC e do CPF nº 196.260.889-15, doravante denominada simplesmente "beneficiária", resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira com autorização dada pela Lei Municipal nº 2.533, de 06 de março de 2014.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objeto a concessão de apoio financeiro à beneficiária destinados à atender despesas com o pagamento de profissionais, encargos sociais e despesas de manutenção em geral relacionadas à atividade fim da mesma, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Município, o qual faz parte integrante do presente convênio.

DO VALOR DO CONVÊNIO

CLÁUSULA Segunda - O valor do presente convênio é de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais) e será transferido à beneficiária em 12 (doze) parcelas mensais, com valor unitário de até R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), sendo a primeira no mês de janeiro de 2015 e a última no mês de dezembro de 2015.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2015, com a seguinte classificação:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
Unidade: 01- Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Projeto/Atividade: 2.044 - Funcionamento e Manutenção da APAE
Elemento: (170) 3.3.5.0.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA - Este convênio tem vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura e poderá ser prorrogado através de acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que autorizado em lei.

DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

CLÁUSULA QUINTA - Constituem obrigações da beneficiária:

I - Prestar os serviços de atendimento a pessoas com deficiência intelectual e múltipla que necessitam dos seus serviços e que não possam ser absorvidas pela rede pública de ensino, prestando-lhes serviços com qualidade, eficiência, higiene e segurança, de forma contínua;

II - Permitir que o Município por seus Secretários de Educação e Esportes e de Bem Estar Social e Habitação tenham acesso ao ambiente de trabalho da beneficiária para avaliar a qualidade dos serviços;

III - Destinar os recursos objetos do presente convênio conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Município;

IV - Movimentar os recursos recebidos através de conta bancária específica, mantida em banco oficial, com cheques nominais ou transferências financeiras, mantendo o recurso em aplicação financeira no período em que não for utilizado;

V - Restituir os valores da despesa, acrescido de juros e correção monetária segundo índices oficiais de atualização de débitos fiscais, a partir da data do recebimento do recurso quando a despesa for realizada em finalidade diversa do estabelecido no Plano de Trabalho ou quando não apresentada a prestação de contas;

VI - Identificar os bens permanentes adquiridos com os recursos deste convênio, quando for o caso;

VII - Prestar contas dos recursos recebidos do Município no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento de cada parcela, na forma estabelecida pelas Normas de Controle

Interno do Município, item 3.1.15, subitem 27, do Anexo I, do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores;

VIII - Manter permanentemente atualizado o cadastro da entidade junto ao Município;

IX - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes e danos causados a terceiros, eximindo o Município de quaisquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em Juízo ou fora dele.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA SEXTA - Constituem obrigações do Município:

I - Realizar a transferência de cada parcela, mensalmente, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, em conta bancária vinculada ao presente convênio;

II - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio, em seus termos e cláusulas, bem como avaliar a qualidade, a higiene e a segurança dos serviços prestados pela beneficiária;

III - Examinar e deliberar, por intermédio da Diretoria de Controle Interno, as prestações de contas apresentadas pela beneficiária.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA SÉTIMA - A prestação de contas dar-se-á na forma do na forma estabelecida pelas Normas de Controle Interno do Município, item 3.1.15, subitem 27, do Anexo I, do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores no que couber.

Parágrafo Único. A prestação de contas, acompanhada de relatório sucinto contendo todas as ações desenvolvidas, deverá ser apresentada à Diretoria de Controle Interno para análise e emissão de parecer técnico conclusivo, devendo conter os seguintes documentos:

I - Balancete de prestação de contas assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro, evidenciando o saldo e o resultado da aplicação financeira;

II - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos de acordo com o objeto do presente convênio e em atenção à finalidade pactuada;

III - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

IV - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

V - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com movimentação completa do período;

VI - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas;

VII - Guia de recolhimento do saldo não aplicado, inclusive do rendimento de aplicação, se for o caso;

VIII - Declaração do responsável nos documentos comprobatórios de despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

IX - Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

X - Quando for o caso, relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial

os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha;
XI - Quando os recursos forem destinados a realização de obras e serviços de engenharia, a prestação de contas deverá estar acompanhada dos seguintes documentos complementares:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal;

DO INADIMPLEMENTO

CLÁUSULA OITAVA - O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento é motivo para denúncia e rescisão deste convênio, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial.

Parágrafo 1º Ocorrendo inadimplemento relativamente ao objeto, por ato unilateral da beneficiária, ficará esta obrigada a restituir os valores recebidos indevidamente, atualizados monetariamente a acrescidos dos juros legais.

Parágrafo 2º As sobras mensais verificadas deverão ser mantidas em aplicações financeiras, e deverão ser reembolsadas ao Município no prazo máximo da última prestação de contas do presente convênio.

DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

CLÁUSULA NONA - Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada parte pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do convênio.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista, para dirimir eventuais dúvidas oriundas do presente convênio.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo.

Nova Trento, 16 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini PREFEITO MUNICIPAL	Moacir Eliseu Battisti Archer PRESIDENTE DA APAE
--	---

TESTEMUNHA	TESTEMUNHA
------------	------------

Juliano Gulini
Chefe de Gabinete
CPF nº 040.187.199-14

Clarisse Cadorin Marchiori
Gerente Legislativo
CPF nº 298.715.739-8

LEI Nº 2.566/2015

LEI Nº 2.566/2015

Altera os parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º, acrescenta os parágrafos 6º e 7º ao art. 24, e altera o art. 96, da Lei nº 1.668/99, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de Nova Trento, e revoga o art. 64 da Lei nº 1.668/99, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério, e o art. 13 da Lei nº 1.795/2001, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino do Município.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de NOVA TRENTO, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do art. 24, da Lei nº 1.668/99, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24.

§ 2º Para os professores da Educação Infantil e professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental a jornada de trabalho será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

§ 3º Para os demais professores, a jornada de trabalho será de 05 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco) 30 (trinta), 35 (trinta e cinco) ou 40 (quarenta) horas semanais.

§ 4º A duração da hora aula para todos os professores da Educação Básica Municipal, será de 50 (cinquenta) minutos.

§ 5º Os professores desenvolverão, no mínimo, 1/3 (um terço) de sua carga horária, denominada hora atividade, com a realização de planejamento, preparação e avaliação do trabalho didático e pedagógico, colaboração com a administração da unidade escolar e do Sistema Municipal de Ensino, participação nas reuniões pedagógicas e de aperfeiçoamento profissional, participação na articulação com a comunidade e no contato com os pais, de acordo com a proposta pedagógica da Unidade Escolar na qual desempenhe suas atividades, devidamente aprovadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes".

Art. 2º Acrescenta os parágrafos 6º e 7º ao art. 24, da Lei nº 1.668/99, com a seguinte redação:

"Art. 24.

§ 6º A hora atividade será cumprida, preferencialmente na Unidade Escolar de lotação e/ou exercício.

§ 7º A ausência do servidor às atividades previstas nos parágrafos anteriores, será tratada da mesma forma que as demais faltas".

Art. 3º O art. 96 da Lei nº 1.668/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96. Os servidores do magistério municipal, em efetivo exercício, têm direito a 30 (trinta) dias de férias anuais, as quais serão gozadas durante o período de recesso escolar.

Parágrafo único. Havendo a necessidade de convocação de servidores do magistério para atuação nas creches municipais, esta somente poderá ocorrer após o gozo de, no mínimo, 20 (vinte) dias ininterruptos de férias, sendo assegurado ao servidor convocado a conversão em pecúnia de 1/3 (um terço), do vencimento, a ser pago no mês de retorno".

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, especialmente, o art. 64 da Lei nº 1.668/99 e o art. 13 da Lei nº 1.795/2001.

Nova Trento, 16 janeiro de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Administração e Finanças

PORTARIA Nº 001/2015

PORTARIA Nº 001/ 2015
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, FELICIANA VINOTTI, matrícula nº 6335, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo, com 30 (trinta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 31 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de janeiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 002/2015

PORTARIA Nº 002/ 2015
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, LEONARDO VARGAS, matrícula nº 6328, ocupante do cargo de Educador Físico - NASF, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 31 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de janeiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 004/2015

PORTARIA Nº 004/ 2015
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 1008/2014 "A", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 072/2014, PAULO SERGIO RODRIGUES, matrícula nº 6216, para exercer o cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 04 de janeiro de 2015 a 03 de fevereiro de 2015, em substituição ao Titular Jorge Bottamedi, afastado por motivo de férias.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de janeiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor PAULO SÉRGIO RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 53, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 767.115.369-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Jorge Bottamedi, afastado por motivo de férias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 788,06 (setecentos e oitenta e oito reais e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os

Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 04 de janeiro de 2015 a 03 de fevereiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Paulo Sergio Rodrigues
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 005/2015

PORTARIA Nº 005/ 2015

Revoga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 687/2014 "A", que Designou a Servidora Pública Municipal, SUZANI DE LOURDES RIBEIRO, matrícula nº 6441, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, para ficar à disposição junto ao Cartório Eleitoral da 53ª Zona Eleitoral da Comarca de São João Batista.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 006/2015

PORTARIA Nº 006/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 687/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocada conforme Decreto nº 136/2014, SUZANI DE LOURDES RIBEIRO, matrícula nº 6441, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de janeiro de 2015 a 29 de junho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado

MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SUZANI DE LOURDES RIBEIRO, brasileira, convivente em união estável, residente e domiciliada na Rod. SC 408, s/n, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 051.891.579-46, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 906,69 (novecentos e seis reais e sessenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de janeiro de 2015 a 29 de junho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Suzani de Lourdes Ribeiro

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 007/2015

PORTARIA Nº 007/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 09/2014, de 18/09/2014, Decreto de Convocação nº 222/2014, POLLYANNA RUBERTI VOLTOLINI, matrícula nº 6505, para exercer o cargo de Psicólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 05 de janeiro de 2015 a 03 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento,

doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora VANDERLITA TRAINOTTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº 1213, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 716.271.119-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Psicólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.084,35 (dois mil e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 05 de janeiro de 2015 a 03 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 05 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Pollyanna Ruberti Voltolini
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 05 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 011/2015

PORTARIA Nº 011/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, JORGE LUIZ CAMARGO RODRIGUES, matrícula nº 6226, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 30 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 012/2015

PORTARIA Nº 012/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, SAMUEL DAL-PRÁ CIPRIANI, matrícula nº 6387, ocupante do cargo de Estagiário, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 05 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 013/2015

PORTARIA Nº 013/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Janeiro/ 2015, ao Servidor Público Municipal HERON DO NASCIMENTO LINHARES, matrícula nº 6144, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Assuntos de Juventude e Esportes, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em em 05 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 014/2015

PORTARIA Nº 014/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 988/2014, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ROQUE GONSALES MONTIBELLER, matrícula nº 927, concursado no cargo de Fiscal Sanitário, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 40 (quarenta) dias, a contar de 13 de dezembro de 2014 a 21 de janeiro de 2015, conforme resultado pericial datado de 06/01/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 016/2015

PORTARIA Nº 016/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 72, da Lei nº 1.207 de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Janeiro/2015, á Servidora Pública Municipal GENICI TOMASI, matrícula nº 3077, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 01/01/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 07 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 07 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 017/2015

PORTARIA Nº 017/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Janeiro/2015, ao Servidor Público Municipal, JULIANO GULINI, matrícula nº 5557, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 07/01/2014 a 06/01/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 07 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 07 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 018/2015

PORTARIA Nº 018/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, BIANCA BECKER TIETBOHL, matrícula nº 6467, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 07 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 07 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 1020/2014

PORTARIA Nº 1.020/ 2014

Concede Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ANTONIO JACZCZAK, matrícula nº 54, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento (Coleta de Lixo), pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 09 de dezembro de 2014 a 06 de fevereiro de 2015, conforme resultado pericial datado de 18/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 18 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1020/2014 "A"

PORTARIA Nº 1.020/ 2014 "A"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 924/2014, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal AFONSO INÁCIO DALRI, matrícula nº 219, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 26 de dezembro de 2014 a 23 de fevereiro de 2015, conforme resultado pericial datado de 18/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 18 de dezembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 1022/2014

PORTARIA Nº 1.022/ 2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, RENATH ANDREIA DAROSSO, matrícula nº 6169, ocupante do cargo de Provedor em Comissão de Chefe de Serviços de Saúde - CC 14, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 17 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de dezembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2014

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2014

HOMOLOGAÇÃO: 15/01/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de material impresso, para uso da Prefeitura Municipal de Nova Trento - Secretaria de Educação, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

GRAFICA GUARAMIRIM LTDA. (CNPJ Nº 78.218.187/0001-91) - Valor Total: R\$ 12.200,00 (Doze mil e duzentos reais).

Nova Trento/SC, 15 de janeiro de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte**PREFEITURA****AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 001/2015 - tem como objeto a aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios a serem utilizados na elaboração da merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino do município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 16/01/2015 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes : COMERCIAL ALVORADA LTDA (1398), NOAL & TREVISOL LTDA ME (1628), AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (2492), SCS COMÉRCIO LTDA ME (2493), RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME (2494), NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (2699), Sendo que a empresa COMERCIAL ALVORADA LTDA (1398) foi vencedora dos itens 40-41-42-46-48-49-51-55-56-61-64-65-66-67-68-69-70-71-72-73 e 74. A empresa NOAL & TREVISOL LTDA ME (1628) foi vencedora dos itens 11-38-44-45-47-50-52-54-77-78 e 79. A empresa AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (2492), foi vencedora dos itens 2-3-4-5-8-10-13-14-15-17-18-19-20-21-22-25-27-30-32-33-34 e 35. A empresa SCS COMÉRCIO LTDA ME (2493), foi vencedora do item 76. A empresa RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME (2494), foi vencedora dos itens 39-43-53-57-58-59-60-62 e 63. A empresa NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (2699), foi vencedora dos itens 1-6-7-9-12-16-23-24-26-28-29-31-36-37e 75. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial Nº 001/2015.

Novo Horizonte/SC, em 16 de Janeiro de 2015.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 002/2015 - tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DA RETROESCAVADEIRA JCB 4CX, ANO 2010, FROTA Nº 62, PATRIMÔNIO Nº 4548, DE USO DO DPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia

16/01/2015 às 14:00 hs, que teve como ÚNICA empresa participante: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA sendo que mesma foi vencedora dos itens 01 a19. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 002/2015.

Novo Horizonte/SC, em 16 de Janeiro de 2.015.
ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

EXTRATO CONTRATUAL Nº 022 A 027/2015

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO CONTRATUAL

Objeto : A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada de
Gêneros Alimentícios a serem utilizados na elaboração da merenda escolar
para os alunos da Rede Municipal de Ensino do município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Contrato Nº.: 022/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: COMERCIAL ALVORADA LTDA
Valor : 11.613,93 (onze mil seiscentos e treze reais e noventa e três centavos)

Contrato Nº.: 023/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: NOAL & TREVISOL LTDA ME
Valor : 11.464,91 (onze mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Contrato Nº.: 024/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP
Valor : 3.664,84 (três mil seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)

Contrato Nº.: 025/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: SCS COMÉRCIO LTDA ME
Valor : 3.025,74 (três mil e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos)

Contrato Nº.: 026/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME
Valor : 11.977,14 (onze mil novecentos e setenta e sete reais e quatorze centavos)

Contrato Nº.: 027/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
Valor : 3.014,10 (três mil e quatorze reais e dez centavos)

Vigência : Início: 16/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (28) Saldo: 88.000,00

Novo Horizonte, 16 de Janeiro de 2015

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 008/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO : 16/01/15
OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada de
Gêneros Alimentícios a serem utilizados na elaboração da merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino do município de
Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

CONTRATADO: COMERCIAL ALVORADA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.613,93 (onze mil seiscentos e treze reais e noventa e três centavos)

CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.464,91 (onze mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.664,84 (três mil seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)

CONTRATADO: SCS COMÉRCIO LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.025,74 (três mil e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos)

CONTRATADO: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.977,14 (onze mil novecentos e setenta e sete reais e quatorze centavos)

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.014,10 (três mil e quatorze reais e dez centavos)

DATA: 16/01/15 - MERCI MOSCHEN DE MACEDO - Prefeita Em Exercício.

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 247

DECRETO Nº 247, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.369, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.610.997,29 (um milhão, seiscentos e dez mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte e nove centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

02. GABINETE DO PREFEITO

0201. GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2002. Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.0.1.0000. (003). Aplicações Diretas	R\$	16.808,00
--	-----	-----------

04.124.0002.2003. Manutenção de Assessoria e Controle Interno

3.1.90.00.00.0.1.0000. (005). Aplicações Diretas	R\$	20.558,44
3.3.90.00.00.0.1.0000. (006). Aplicações Diretas	R\$	10.436,00

03. GABINETE DO VICE-PREFEITO

0301. GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0002.2004. Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.0.1.0000. (008). Aplicações Diretas	R\$	5.509,14
--	-----	----------

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.1.90.00.00.0.1.0000. (010). Aplicações Diretas	R\$	55.475,72
3.3.90.00.00.0.1.0000. (011). Aplicações Diretas	R\$	39.442,53
4.4.90.00.00.0.1.0000. (012). Aplicações Diretas	R\$	1.035,00

04.122.0003.2007. Contribuições associativas

3.3.50.00.00.0.1.0000. (014). Transf. a Institui- ções Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	381,80
--	-----	--------

0402. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.843.0015.0001. Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.0.1.0000. (015). Aplicações Diretas	R\$	754,97
--	-----	--------

28.845.0015.0003. Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor

3.3.90.00.00.0.1.0000. (017). Aplicações Diretas	R\$	17.696,75
3.3.90.00.00.0.1.4400. (019). Aplicações Diretas	R\$	70,48

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

0501. SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

12.122.0004.2008. Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.0.1.0000. (022). Aplicações Diretas	R\$	20.477,51
3.3.90.00.00.0.1.0000. (023). Aplicações Diretas	R\$	2.341,00
4.4.90.00.00.0.1.0000. (024). Aplicações Diretas	R\$	3.650,00

0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.306.0004.2009. Merenda Escolar

3.3.90.00.00.0.1.6000. (026). Aplicações Diretas	R\$	1.937,07
--	-----	----------

12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.0.1.1800. (038). Aplicações Diretas	R\$	150.335,85
3.3.90.00.00.0.1.0100. (039). Aplicações Diretas	R\$	13.572,40
3.3.90.00.00.0.1.1800. (273). Aplicações Diretas	R\$	5.731,95

12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

3.1.90.00.00.0.1.0100. (041). Aplicações Diretas	R\$	7.157,22
3.3.90.00.00.0.1.0100. (042). Aplicações Diretas	R\$	7.554,37

12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.0100. (050). Aplicações Diretas	R\$	67.557,66
3.1.90.00.00.0.1.1800. (051). Aplicações Diretas	R\$	114.903,46

3.3.90.00.00.0.1.0100. (052). Aplicações Diretas	R\$	24.835,78
3.3.90.00.00.0.1.1800. (274). Aplicações Diretas	R\$	4.266,50

12.367.0004.2016. Manutenção da Educação Especial

3.3.90.00.00.0.1.0100. (056). Aplicações Diretas	R\$	5.803,75
--	-----	----------

0503. DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

3.1.90.00.00.0.1.0000. (057). Aplicações Diretas	R\$	14.182,74
3.3.90.00.00.0.1.0000. (058). Aplicações Diretas	R\$	947,29

13.392.0005.2019. Desenvolvimento de atividades artístico-culturais

3.3.90.00.00.0.1.0000. (062). Aplicações Diretas	R\$	13.558,66
--	-----	-----------

0504. DEPARTAMENTO DE DESPORTO

27.812.0006.2021. Apoio ao esporte amador

3.1.90.00.00.0.1.0000. (064). Aplicações Diretas	R\$	9.987,74
3.3.90.00.00.0.1.0000. (065). Aplicações Diretas	R\$	7.720,07

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.1.90.00.00.0.1.0200. (081). Aplicações Diretas	R\$	126.049,47
3.3.90.00.00.0.1.0200. (082). Aplicações Diretas	R\$	22.893,30

10.301.0007.2027. Manutenção do Programa Farmácia Básica

3.3.90.00.00.0.1.0200. (097). Aplicações Diretas	R\$	8.681,00
--	-----	----------

10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.3.90.00.00.0.1.0200. (102). Aplicações Diretas	R\$	143.502,97
3.3.90.00.00.0.1.6401. (302). Aplicações Diretas	R\$	26.700,00
3.3.90.00.00.0.3.0200. (281). Aplicações Diretas	R\$	448,33

10.304.0007.2029. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.0.1.0000. (104). Aplicações Diretas	R\$	684,36
--	-----	--------

10.305.0007.2030. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

3.3.90.00.00.0.1.6601. (108). Aplicações Diretas	R\$	5.432,56
3.3.90.00.00.0.3.6603. (282). Aplicações Diretas	R\$	610,00
4.4.90.00.00.0.1.6604. (305). Aplicações Diretas	R\$	2.200,00

17.512.0007.1017. Implantação do sistema de água e esgotamento sanitário

4.4.90.00.00.0.1.0000. (306). Aplicações Diretas	R\$	29.513,00
--	-----	-----------

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES

26.782.0008.1021. Construção da garagem municipal

4.4.90.00.00.0.1.0000. (117). Aplicações Diretas	R\$	157,88
--	-----	--------

26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.1.90.00.00.0.1.0000. (119). Aplicações Diretas	R\$	69.475,03
3.3.90.00.00.0.1.0000. (120). Aplicações Diretas	R\$	183.445,94
3.3.90.00.00.0.1.2400. (300). Aplicações Diretas	R\$	33.907,23

26.782.0008.2033. Manutenção da garagem e oficina municipal

3.3.90.00.00.0.1.0000. (123). Aplicações Diretas	R\$	6.432,06
4.4.90.00.00.0.1.0000. (124). Aplicações Diretas	R\$	1.340,00

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO

0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS

06.181.0009.2035. Manutenção do convênio com a Polícia Civil

3.3.90.00.00.0.1.0000. (126). Aplicações Diretas	R\$	499,32
--	-----	--------

15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

3.1.90.00.00.0.1.0000. (141). Aplicações Diretas	R\$	41.608,50
3.3.90.00.00.0.1.0000. (142). Aplicações Diretas	R\$	21.608,19
4.4.90.00.00.0.1.0000. (143). Aplicações Diretas	R\$	3.418,00

15.452.0010.2040. Manutenção do Cemitério Municipal

3.3.90.00.00.0.1.0000. (146). Aplicações Diretas	R\$	582,56
--	-----	--------

09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.1.90.00.00.0.1.0000. (159). Aplicações Diretas	R\$	41.035,25
3.3.90.00.00.0.1.0000. (160). Aplicações Diretas	R\$	84.175,42
4.4.90.00.00.0.1.0000. (161). Aplicações Diretas	R\$	1.895,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

1001. SEC. MUN. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

23.691.0013.2046. Desenvolvimento econômico

3.3.90.00.00.0.1.0000. (165). Aplicações Diretas	R\$	8.901,87
--	-----	----------

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0014.2049. Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.0.1.0000. (169). Aplicações Diretas	R\$	6.015,93
--	-----	----------

08.243.0014.2051. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente

3.1.90.00.00.0.1.0000. (175). Aplicações Diretas	R\$	22.588,52
3.3.90.00.00.0.1.0000. (176). Aplicações Diretas	R\$	1.992,80
3.3.90.00.00.0.1.5204. (257). Aplicações Diretas	R\$	932,18
3.3.90.00.00.0.3.5000. (220). Aplicações Diretas	R\$	1.406,37

08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social

3.1.90.00.00.0.1.0000. (189). Aplicações Diretas	R\$	62.332,32
3.3.90.00.00.0.1.0000. (190). Aplicações Diretas	R\$	3.783,18
4.4.90.00.00.0.1.0000. (191). Aplicações Diretas	R\$	972,00
3.3.90.00.00.0.1.5205. (295). Aplicações Diretas	R\$	1.086,90
TOTAL	R\$	1.610.997,29

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 2.464,70 (dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

0200. Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$	448,33
5000. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	R\$	1.406,37
6603. Outros programas de vigilância em saúde	R\$	610,00
TOTAL	R\$	2.464,70

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 1.538.671,81 (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e um centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

0000. Recursos Ordinários	R\$	809.576,00
0100. Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$	108.026,15
0200. Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$	300.265,48
1800. Transferências do FUNDEB - Remuneração dos profissionais do Magistério	R\$	275.237,76
2400. Transferências de Convênios - Outros	R\$	33.907,23
4400. Fundo Especial do Petróleo	R\$	70,48
5204. Outras Transf. de Rec. Fundo de Assist. Social - Piso Básico Variável - SCFV	R\$	932,18

5205. FEAS - Benefícios Eventuais	R\$	1.086,90
6000. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	R\$	1.937,07
6601. Vigilância e Promoção de Saúde	R\$	5.432,56
6604. Vigilância em Saúde - Estadual	R\$	2.200,00
TOTAL	R\$	1.538.671,81

III - a anulação parcial de dotações, no montante de R\$ 69.860,78 (sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e oito centavos), nas seguintes programações orçamentárias:

02. GABINETE DO PREFEITO

0201. GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2002. Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.0.1.0000. (002). Aplicações Diretas	R\$	16.808,00
--	-----	-----------

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.1.90.00.00.0.1.0000. (010). Aplicações Diretas	R\$	212,00
--	-----	--------

0402. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.843.0015.0001. Amortização do Principal e Encargos da Dívida

4.6.90.00.00.0.1.0000. (016). Aplicações Diretas	R\$	754,97
--	-----	--------

0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.0.1.0100. (037). Aplicações Diretas	R\$	11.297,81
--	-----	-----------

12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

3.3.90.00.00.0.1.0100. (042). Aplicações Diretas	R\$	7.157,22
--	-----	----------

0504. DEPARTAMENTO DE DESPORTO

27.812.0006.2021. Apoio ao esporte amador

3.3.90.00.00.0.1.0000. (065). Aplicações Diretas	R\$	53,59
--	-----	-------

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.1.90.00.00.0.1.0200. (100). Aplicações Diretas	R\$	861,26
3.1.90.00.00.0.1.6401. (101). Aplicações Diretas	R\$	26.700,00

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0014.2049. Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.0.1.0000. (170). Aplicações Diretas	R\$	6.015,93
TOTAL	R\$	69.860,78

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 1º de dezembro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Onde se leu:

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 23/01/2014, às 14hs, o Processo Licitatório n.0003/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0003/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de material elétrico para a manutenção da rede de iluminação pública das áreas urbana e rural do município de ouro para o exercício de 2015. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 08/01/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Passa a ser lido:

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 23/01/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0003/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0003/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de material elétrico para a manutenção da rede de iluminação pública das áreas urbana e rural do município de ouro para o exercício de 2015. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 08/01/2015.

Vitor João Faccin,

Prefeito Municipal.

ERRATA- CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0001/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Onde se leu:

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Concorrência Pública Nº 0001/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 13/02/2014, às 14hs, o Processo Licitatório n.0004/2015, na modalidade Concorrência Pública para Compras e Serviços n. 0001/2015, tipo menor preço global, sob regime de empreitada global. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de

serviços na realização de Concurso Público. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 09/01/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Passa a ser lido:
MUNICÍPIO DE OURO / SC
Concorrência Pública Nº 0001/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 13/02/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0004/2015, na modalidade Concorrência Pública para Compras e Serviços n. 0001/2015, tipo menor preço global, sob regime de empreitada global. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na realização de Concurso Público. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 09/01/2015.
Vitor João Faccin,
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Onde se leu:
MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 23/01/2014, às 09hs, o Processo Licitatório n.0001/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0001/2015, tipo menor preço por item, sob o regime de entrega parcelada. Objeto: contratação de seguro para veículos da frota do Município de Ouro, de acordo com as especificações do Anexo I do edital. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 07/01/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Passa a ser lido:

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 23/01/2015, às 09hs, o Processo Licitatório n.0001/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0001/2015, tipo menor preço por item, sob o regime de entrega parcelada. Objeto: contratação de seguro para veículos da frota do Município de Ouro, de acordo com as especificações do Anexo I do edital. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 07/01/2015.
Vitor João Faccin,
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Onde se leu:
MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 23/01/2014, às 10hs30min, o Processo Licitatório n.0002/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0002/2015, tipo menor preço por item representado pelo maior desconto ofertado por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de medicamentos genéricos, éticos e similares constantes na tabela da Revista ABC Farma. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 07/01/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Passa a ser lido:
MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 23/01/2015, às 10hs30min, o Processo Licitatório n.0002/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0002/2015, tipo menor preço por item representado pelo maior desconto ofertado por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de medicamentos genéricos, éticos e similares constantes na tabela da Revista ABC Farma. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 07/01/2015.
Vitor João Faccin,
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 30/01/2015, às 09hs, o Processo Licitatório n.0005/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0004/2015, menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: aquisição de gás de cozinha para as Escolas de Ensino Fundamental e os Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, para o exercício de 2015. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 16/01/2015.
Vitor João Faccin,
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 30/01/2015, às 10hs15min, o Processo Licitatório n.0006/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0005/2015, menor preço por item, sob regime de entrega imediata. Objeto: Aquisição de material escolar destinado às Escolas de Ensino Fundamental e Pré-escola da Rede Municipal de Ensino e aos Centros Municipais de Educação Infantil para o exercício de 2015. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 16/01/2015.
Vitor João Faccin,
Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0060/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME Objeto: Contratação de empreiteira para execução dos serviços de construção de escola com 06 salas de aulas, com área aproximada de 854,00 m², localizada na Rua Natal Binda, conforme projeto do fundo de desenvolvimento da Educação - FNDE.Vigência:31/12/2014 á 30/06/2015.Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 29 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0009/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: TONNER MAIS LTDA - ME

Objeto: locação de copiadora/impressora com escâner e fax, serviços de assistência técnica completa e manutenção, com fornecimento de todo o suprimento (cartucho de tonner componentes mecânicos/eletrônicos) que forem necessários, menos o papel utilizado para as cópias, em máquinas multifuncional. Valor certo e ajustado de R\$:6.912,00 (seis mil novecentos e doze reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 05 de janeiro de 2015.

Nilson Santin-

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO PREGÃO 0001/2015PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0001/2015

O Município de Ouro Verde, por intermédio do Prefeito Municipal em exercício, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preço para Aquisição de forma parcelada de Materiais de Expediente e escolar para as Secretarias do Município sendo: Administração, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes, Creche Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social Do Município. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 30 de janeiro de 2015. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h40min dia 30 de janeiro de 2015. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 16 de janeiro de 2015.

Nilson Santin

Prefeito Municipal em Exercício.

Palhoça

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2015 – Pregão
 Presencial 45/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 GRAFICA MADRI LTDA. OBJETO: Serviços de confecção de
 materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS
 II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com fornecimento
 de todos os materiais necessários.
 DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: GRAFICA MADRI LTDA				CNPJ: 04.300.682/0001-09	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Atestado médico AD (Álcool e outras Drogas), tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
6	50,00	BL		R\$2,1700	R\$108,5000
Especificação: Atestado médico CAPS II, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
7	50,00	BL		R\$2,1700	R\$108,5000
Especificação: Bloco de anotações personalizado, com as seguintes especificações: CAPA em papel couchê 180 g/m², impressão 4x0 (colorida), com a arte NEPS escrita na capa (art e design do logotipo será fornecida). CONTRACAPA em papel couchê 180 g/m², sem impressão. FOLHAS INTERNAS em papel offset 75 g/m², cor branca, com a logo do NEPS PALHOÇA no lado inferior direito, conforme modelo abaixo (art e design a cargo da gráfica). ACABAMENTO: capas e folhas coladas na parte superior. Bloco com 20 folhas internas e medindo 14 x 21 cm.					
10	200,00	UN		R\$2,2000	R\$440,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Assistente Social - CAPS AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
18	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Assistente Social - NASF, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
19	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Dermatologista, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
22	60,00	BL		R\$2,6700	R\$160,2000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Endócrino, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
24	40,00	BL		R\$3,3700	R\$134,8000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Farmacêutico - NASF, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
26	50,00	BL		R\$2,9100	R\$145,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Neurologista, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com					

1x50 fls.					
30	80,00	BL		R\$2,3500	R\$188,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Otorrinolaringologista, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
32	60,00	BL		R\$2,6700	R\$160,2000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Pedagogo CAPS AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
33	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Pedagogo CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
34	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Pediatra, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
35	60,00	BL		R\$2,6700	R\$160,2000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Técnico Enfermeiro, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
37	70,00	BL		R\$2,1900	R\$153,3000
Especificação: Capa de prontuário Componente Especializado, formato 50x33cm, papel offset branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.					
47	1500,00	UN		R\$0,3300	R\$495,0000
Especificação: Capa de prontuário para ação judicial, formato 50x33cm, papel offset branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.					
48	500,00	UN		R\$0,8900	R\$445,0000
Especificação: Cartão de agendamento, formato 30x12cm, Frente e Verso, 2 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em azul - 1x1.					
53	40000,00	UN		R\$0,0600	R\$2.400,0000
Especificação: Cartão de Controle de Medicação - Program de Saúde mental, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.					
54	2000,00	UN		R\$0,1100	R\$220,0000
Especificação: Cartão de Identificação Brasil Sorridente, formato 100mmx70mm, papel 180gr, branco com impressão em duas cores (preto e verde), 2x0					
55	2000,00	UN		R\$0,0700	R\$140,0000
Especificação: Cartão de Medicamentos, formato 100mmx70mm, papel off set 180gr, cor 1x0.					
56	2000,00	UN		R\$0,0700	R\$140,0000
Especificação: Cartão de visita, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 4x 0 cor, quantidade para ser personalizado para 7 servidores.					

57	1000,00	UN		R\$0,2400	R\$240,0000
Especificação: Certificados em Papel off-set 180 gr Formato 29,7 cm x 21,0 cm, 8 cores.					
66	5000,00	UN		R\$0,2200	R\$1.100,0000
Especificação: Contrato Terapêutico AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
70	20,00	BL		R\$5,2900	R\$105,8000
Especificação: Contrato Terapêutico CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
71	20,00	BL		R\$5,2900	R\$105,8000
Especificação: Folder Dia dos Pais 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170 gr, 1 dobra, vinco.					
104	2000,00	UN		R\$0,2000	R\$400,0000
Especificação: Folder Dia Internacional da Mulher 20X21CM, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.					
105	3000,00	UN		R\$0,1600	R\$480,0000
Especificação: Folder Explicativo com a história NEPS Arte e Design fica a cargo da gráfica (logotipo do NEPS tem que aparecer no canto superior esquerdo) x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170Gr, 1 dobra, vinco.					
106	100,00	UN		R\$3,0000	R\$300,0000
Especificação: Folder Prevenção 20x 21cm, 1Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco.					
114	2000,00	UN		R\$0,2100	R\$420,0000
Especificação: Folder Transmissão vertical 20 x 21cm, 1Folha 4x4 cores em papel couché brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco					
116	2000,00	UN		R\$0,2100	R\$420,0000
Especificação: Folder Vivendo com HIV 20x21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial , 1 dobra, vinco					
117	2000,00	UN		R\$0,2100	R\$420,0000
Especificação: Folheto dia das mães 30x15cm, 1 folha 4x4 cores em papel 180 gr comercial, dobra, corte e vinco, faca.					
118	2000,00	UN		R\$0,2700	R\$540,0000
Especificação: Folhetos 1º dezembro 15x10 cm, 1 folha 4x4 cores em papel offset 120gr comercial, 1 dobra, vinco.					
119	2000,00	UN		R\$0,1500	R\$300,0000
Especificação: Informativos modelos diversos, tamanho 15 x 21 cm, em papel mais barato 4x0 cor.					
123	100000,00	UN		R\$0,0800	R\$8.000,0000
Especificação: Ordem de abastecimento, bloco 2x50, formato 150 x 110mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via					

branco e 2ª via azul carbonado com impressão em preto - 1x0.					
129	1000,00	BL		R\$1,6900	R\$1.690,0000
Especificação: Receituário de controle especial " A" Amarela, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.					
138	100,00	BL		R\$2,9800	R\$298,0000
Especificação: Receituário de controle especial " B-1" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.					
139	1600,00	BL		R\$1,8900	R\$3.024,0000
Especificação: Receituário de controle especial " B-2" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.					
140	100,00	BL		R\$2,9800	R\$298,0000
Especificação: Termo consentimento livre escolha, tamanho 21x30cm, 1x0 cor , 1ª via em papel offset 75gr, 1 capa sem impressão em papel capa AG 90 gr, tamanho 42,00x30,00cm, bloco 50x1.					
153	300,00	UN		R\$2,3900	R\$717,0000
Especificação: Vale Camisinha 6x9cm 4x0 cores 1 Folha 4x1 cores em papel off-set 90 grs.					
157	10000,00	UN		R\$0,0500	R\$500,0000
Valor Total		(vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta centavos)			R\$25.543,80

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2015 – Pregão
 Presencial 45/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO. OBJETO: Serviços de confecção de
 materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS
 II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com fornecimento
 de todos os materiais necessários.
 DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA				CNPJ: 13.919.051/0001-63	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Capa de prontuário, formato 50x33cm, papel off set branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.					
50	100000,00	UN		R\$0,2100	R\$21.000,0000
Especificação: Cartão de Agendamento do EAD, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.					
52	500,00	UN		R\$0,2500	R\$125,0000
Especificação: Cartão odontológico, tam. 13x10cm, papel off-set 180gr, cor 1x0.					
58	8000,00	UN		R\$0,0400	R\$320,0000
Especificação: Cartão para autorização de consultas, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.					
59	3000,00	UN		R\$0,0500	R\$150,0000
Especificação: Cartão para entrega de exames, frente e verso, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.					
60	3500,00	UN		R\$0,0500	R\$175,0000
Especificação: Cartão para marcação de exames de CD4/CD8, papel off-set 240 gr, tamanho 6x8 cm, impressão 1x 0 cor.					
61	3000,00	UN		R\$0,0500	R\$150,0000
Especificação: Cartão para resultados teste Anti-HIV, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.					
62	15000,00	UN		R\$0,0300	R\$450,0000
Especificação: Cartão Pré-Natal, papel off-set 240gr, 03 vincos, tamanho 13,5 x 51 cm, impressão 4x4 cores.					
63	3000,00	UN		R\$0,3300	R\$990,0000
Especificação: Cartilha História de Vida, capa confeccionado em papel couche 170gr com cores 4x0, miolo confeccionado em papel couche 115gr com cores 4x4, acabamento intercalado e grampeado, com 20 (vinte) páginas, 5 folhas A\$ frente e verso, tamanho 15x21cm fechado, aberto 21x31cm.					
65	20000,00	ENV		R\$0,6500	R\$13.000,0000

Especificação: Ficha A - Cadastro de famílias, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
81	5000,00	BL		R\$1,5000	R\$7.500,0000
Especificação: Ficha clinica, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
86	6000,00	BL		R\$1,4500	R\$8.700,0000
Especificação: Ficha de atendimento SAMU, blocos 3x20 fls, papel auto copiativo (carbonadas), folhas nas cores branca, amarela e azul, papel off-set 63gr, impressão 1x0, formato oficio.					
93	2000,00	BL		R\$3,5000	R\$7.000,0000
Especificação: Ficha de para controle de visitas domiciliares dos ACS, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
98	600,00	BL		R\$1,5900	R\$954,0000
Especificação: Folder Adolescente 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170Gr, 1 dobra, vinco.					
102	3000,00	UN		R\$0,1900	R\$570,0000
Especificação: Folder Alterações Frequentes na Gestação, 30x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170Gr, 2 dobra, vinco.					
103	3000,00	UN		R\$0,2100	R\$630,0000
Especificação: Folder informativo da Anti-Rábico, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
107	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
Especificação: Folder informativo da Coqueluche, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
108	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
Especificação: Folder informativo da Dengue, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
109	10000,00	UN		R\$0,1400	R\$1.400,0000
Especificação: Folder informativo da Hepatite, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
110	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
Especificação: Folder informativo da Meningite, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
111	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
Especificação: Folder Saúde da Família, papel gouche brilho, 170 gr comercial, formato A4, com 02 (duas) dobras, impressão 4x4 cores, frente e verso.					
115	20000,00	UN		R\$0,1200	R\$2.400,0000

Especificação: Receituário de Controle Especial, bloco 2x50, formato 190x145mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via amarela com impressão em preto - 1x0.

141	6000,00	BL		R\$1,4500	R\$8.700,0000
-----	---------	----	--	-----------	---------------

Especificação: Relatório SSA2, formato 230x180mm, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

147	700,00	BL		R\$1,1000	R\$770,0000
-----	--------	----	--	-----------	-------------

Valor Total		(setenta e oito mil e trezentos e oitenta e quatro reais)			R\$78.384,00
--------------------	--	--	--	--	---------------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2015**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pág 1 / 7

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2015 – Pregão Presencial 45/2014 -
Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: WEBERGRAFIC COMERCIO DE
MATERIAIS GRAFICOS LTDA. OBJETO: Serviços de confecção de materiais gráficos para
utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da
Secretária, com fornecimento de todos os materiais necessários.

DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: WEBERGRAFIC COMERCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS LTDA					CNPJ: 11.505.113/0001-65
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acompanhamento de tuberculose - ficha B-TB, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
1	50,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,5000	R\$125,0000
Especificação: Adesivo redondo, formato 7x7 cm, impressão 4x0 cor, com faca					
2	500,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,3000	R\$150,0000
Especificação: Agente de gestante, capa plastificada em papel triplex 280 gr em 4x4 cores, tamanho fechado 16x22cm, miolo com 36 páginas, papel off-set 90gr, impressão 4x4 cores, acabamento com grampo, 1 (uma) bolsa interna 4x0 cor, tamanho aberto 21x16 cm, corte especial e cola, papel off-seet 240 gr.					
4	3000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$1,6000	R\$4.800,0000
Especificação: Atestado de saúde, tamanho 11,5x16cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
5	2000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,4300	R\$860,0000
Especificação: Atestado médico para gestante, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas.					
8	500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,9500	R\$475,0000
Especificação: Boletim de produção ambulatorial - BPA - I (individualizado), formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
12	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$501,0000
Especificação: Boletim de produção ambulatorial - BPA consolidado, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
13	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4700	R\$1.470,0000
Especificação: Boletim de produção mensal e boletim bimestral de encaminhamento, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
14	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$250,5000
Especificação: Boletim de reconhecimento geografico RG 01, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
15	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,8500	R\$277,5000
Especificação: Boletim de reconhecimento geografico RG 02, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 2 / 7

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

16	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,8500	R\$277,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Cardiologista, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
20	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Educador Físico - NASF, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
23	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$250,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Enfermeiro, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
25	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Gineco, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
27	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Médico, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
29	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Nutricionista, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
31	110,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,9700	R\$216,7000
Especificação: Boletim diário de atendimento odontológico - endodontia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
38	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$253,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento odontológico - PAB e procedimentos coletivos, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
39	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$253,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento odontológico - periodontia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
40	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$253,5000
Especificação: Boletim diário de Pequenas Cirurgias, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
41	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Boletim mensal de doses aplicadas de vacinas de rotina, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
42	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Bolsa personalizada em TNT (retornável), gramatura 60, cor bege, tamanho: 30cm alt.x22cm larg., com serigrafia em 02 cores e estampa em 01 lado.					
43	5000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$3,1000	R\$15.500,0000



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 3 / 7

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Especificação: Cadastro de paciente Anexo 01 - Medicamento Excepcionais/Alto Custo, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

44	15,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$5,2000	R\$78,0000
----	-------	----	-------------	-----------	------------

Especificação: Calendário de mesa, 4X0 cores em papel triplex 300 gr comercial 30 gr, tamanho 18,00 x 36,00 cm, vinco, faca pronta, plastificação com brilho.

46	1100,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,6000	R\$660,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Capa de prontuário para cadastro clopidogrel, formato 50x33cm, papel offset branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.

49	1500,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,3400	R\$510,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Capa para processo, formato 50x33 cm, papel 180gr, rosa, 1x0 cor, com 1 dobra

51	200,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,6000	R\$120,0000
----	--------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Cartazes assim pega, assim não pega 42X60cm, 4X0 cores 1 folha, papel couche brilho 150 gr comercial.

64	1000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,9200	R\$920,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Comunicação Interna, papel off-set 63g branco, tamanho 15x21,5cm, 1x0 cor, bloco 2x50.

67	10,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$8,5000	R\$85,0000
----	-------	----	-------------	-----------	------------

Especificação: Comunicado dos Agentes Comunitário, formato 9,50x12cm, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote, grampo e cola.

68	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,9900	R\$99,0000
----	--------	----	-------------	-----------	------------

Especificação: Confeção de banner em lona impressa, medindo 90x120 cm, em 8 cores.

69	30,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$50,0000	R\$1.500,0000
----	-------	----	-------------	------------	---------------

Especificação: Dados da mãe e recém-nascido "Acolher ao Nascer", formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote, grampo e cola.

73	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,0900	R\$209,0000
----	--------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Declaração de Comparecimento, 1x50, formato 205x150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., cor branco com impressão em preto - 1x0.

74	5000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,7800	R\$3.900,0000
----	---------	----	-------------	-----------	---------------

Especificação: Envelope saco ouro timbrado, tamanho 18x 24cm, impressão 1x0 cor, papel off-set com gramatura de 90 g/m2.

76	1000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,2300	R\$230,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Envelope Saco Timbrado, formato 260x360mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branco com impressão em preto - 1X0.

77	6000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,2400	R\$1.440,0000
----	---------	----	-------------	-----------	---------------

Especificação: Envelope timbrado 114x229mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.

78	6000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,0800	R\$480,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pág 4 / 7

Compras**Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço****Especificação:** Envelope timbrado saco 250x175mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.

79	3000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,2000	R\$600,0000
----	---------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Ficha B-dia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

82	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$1.490,0000
----	---------	----	-------------	-----------	---------------

Especificação: Ficha B-HA - Acompanhamento de hipertensos, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

83	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$1.490,0000
----	---------	----	-------------	-----------	---------------

Especificação: Ficha Clínico - Ginecológica, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

87	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$507,0000
----	--------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Ficha D - Programa saúde da Família, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.

88	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6800	R\$672,0000
----	--------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Ficha de acompanhamento de gestante / B-GES, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 5

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ficha de acompanhamento de gestante / B-GES, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
90	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$1.490,0000
Especificação: Ficha de avaliação de fisioterapêutica, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
94	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$501,0000
Especificação: Ficha de cadastramento da gestante, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
95	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$676,0000
Especificação: Ficha de notificação/investigação de Hanseníase - SINAN, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
97	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$507,0000
Especificação: Ficha de visita às maternidades "Acolher ao Nascer", formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
99	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,0800	R\$208,0000
Especificação: Ficha de visita Programa do Controle de Febre Amarela e Dengue, formato 155x110mm, papel offset com gramatura de 63gr, cor 1x0, bloco 1x50 folhas.					
100	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,6500	R\$260,0000
Especificação: Ficha para Investigação de atendimento Anti-Rábico, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
101	10000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,3700	R\$13.700,0000
Especificação: Formulário de acolhimento AD, Frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
120	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Formulário de acolhimento CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
121	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Formulário de alteração de carga Horária formato A4, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls. Os modelos serão enviados em anexo. Com o logotipo do NEPS no canto superior esquerdo Arte e Design fica a cargo da gráfica.					
122	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,8300	R\$366,0000
Especificação: Levantamento de saúde mental, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
125	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,7900	R\$358,0000
Especificação: Livro capa dura em preto para controle de entrega de medicamentos do CEAP, com formato 20,5x30cm, papel interno off-set com gramatura 75g, cor 1x0, com 200 folhas numeradas, cola.					



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 6

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

126	5,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$130,0000	R\$650,0000
Especificação: Mapa de acompanhamento anual do hipertenso e/ou diabético, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
127	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$507,0000
Especificação: Orientações para Projeto Terapêutico Compartilhado, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
130	40,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$3,3800	R\$135,2000
Especificação: Pasta porta documentos, transparente, formato retangular medindo 36x26 cm e fechamento botão de pressão, confeccionada em filme calandrado plastificada 100% policloreto de nívela, espessura 20 com no mínimo 250 gr/m2; aba medindo 12 cm de comprimento por 36 cm de largura, inteira continuando a extensão do corpo principal (dobrado com o dorso frisado através de termo solda e fechamento 2 botões de pressão de PVC branco; um bolso sobreposto fixado por meio de termo solda com a lateral direita aberta com a finalidade de compor o bolso literalmente; as parte laterais e inferior são fechadas através de termo solda, proporcionando acabamento uniforme e resistente.					
131	1000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$14,5000	R\$14.500,0000
Especificação: Pedido de Marcação - Unidade Origem, bloco com 1x50, formato 210 x 150 mm, papel offset 63gr, branco com impressão preto -1x0.					
132	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,9900	R\$396,0000
Especificação: Projeto Terapêutico AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
134	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Projeto Terapêutico CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
135	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: RASS - CAPS II e AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
136	50,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,9400	R\$147,0000
Especificação: Recibo de dispensação ação judicial, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
142	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,9900	R\$199,0000
Especificação: Recibo de dispensação, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
143	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Registro de Controle da Dengue - PNCD, Vigilância Entomológica, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
144	1500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$2.235,0000
Especificação: Registro diário do serviços Antivetorial, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pág 7

Compras
Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

145	1500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$2.235,0000
Especificação: Relatório de produção e de marcadores para avaliação - PMA2, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
146	500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,5900	R\$795,0000
Especificação: Requerimento componente especializado - Anexo 2, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
148	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Requisição de Material, bloco 2x50, formato 230 x 150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via azul com impressão em preto - 1x0.					
152	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,2900	R\$458,0000
Especificação: Termo de recebimento do Kit do "Acolher ao Nascer", formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
154	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,9900	R\$199,0000
Especificação: Termo de responsabilidade AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
155	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Termo de responsabilidade CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
156	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Valor Total		(oitenta e três mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta centavos)			R\$83.973,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2015 – Pregão
 Presencial 45/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA. OBJETO: Serviços de
 confecção de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de
 Saúde, CAPS II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com
 fornecimento de todos os materiais necessários.
 DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: NORTE INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA				CNPJ: 18.486.182/0001-18	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Agenda de 2016, capa plastificada em papel tríplex 280 gr em 4x4 cores, tamanho fechado 16x22cm, miolo com 36 páginas, papel off-set 90gr, impressão 4x4 cores, acabamento com grampo, 1 (uma) bolsa interna 4x0 cor, tamanho aberto 21x16 cm, corte especial e cola, papel offset 240 gr. Com a arte NEPS escrita na capa (art. e design do logotipo será fornecida)					
3	30,00	UN		R\$32,1000	R\$963,0000
Especificação: Atestado médico, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
9	5000,00	BL		R\$0,7800	R\$3.900,0000
Especificação: Bloco para anotações, papel off-set 63 gr, Formato 20,8 cm x 15,0 cm, 1x0 cor branco com 50 folhas					
11	3000,00	BL		R\$0,7700	R\$2.310,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento da Psicologia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
17	200,00	BL		R\$1,6800	R\$336,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Clínico Geral, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
21	800,00	BL		R\$1,5000	R\$1.200,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Médico da Saúde da Família, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
28	400,00	BL		R\$1,6000	R\$640,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Psiquiatra, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
36	500,00	BL		R\$1,6000	R\$800,0000
Especificação: Cadastro do SISVAN, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
45	700,00	BL		R\$1,4500	R\$1.015,0000
Especificação: Convite Venha Fazer seu HIV, tamanho 7,5X10cm, 4X0 cores, papel off-set 180 gr comercial.					
72	5000,00	UN		R\$0,0800	R\$400,0000

Especificação: Encaminhamento de paciente, Frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
75	3000,00	BL		R\$1,5000	R\$4.500,0000
Especificação: Etiqueta laboratório Dengue/Entomologia, formato A4, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote 7,20x7,00cm, grampo e cola.					
80	400,00	UN		R\$2,0000	R\$800,0000
Especificação: Ficha B-HAN, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
84	300,00	BL		R\$1,6800	R\$504,0000
Especificação: Ficha clinica evolução Anamnese CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
85	1000,00	BL		R\$1,5000	R\$1.500,0000
Especificação: Ficha de acompanhamento da criança - FAC, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
89	2000,00	BL		R\$1,5000	R\$3.000,0000
Especificação: Ficha de ANAMNESE CAPS II, formato tamanho 42x29,7cm, papel off set 75 gr, cor 1x0, frente e verso, com 1 vinco.					
91	1000,00	UN		R\$0,9800	R\$980,0000
Especificação: Ficha de atendimento do Centro de Triagem, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
92	8000,00	BL		R\$1,3900	R\$11.120,0000
Especificação: Ficha de cadastro de Hipertenso e/ou Diabético, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
96	500,00	BL		R\$1,6000	R\$800,0000
Especificação: Folder informativo sobre os Agravos de Notificação Compulsória, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
112	1000,00	UN		R\$0,3800	R\$380,0000
Especificação: Folder informativo sobre Testes Rápidos, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
113	2000,00	UN		R\$0,2400	R\$480,0000
Especificação: Laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamentos, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
124	150,00	BL		R\$1,9800	R\$297,0000
Especificação: Mapa de acompanhamento do SISVAN, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
128	700,00	BL		R\$1,5000	R\$1.050,0000

Especificação: Pedido de Marcação - Unidade Solicitante, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
133	2000,00	BL		R\$1,5000	R\$3.000,0000
Especificação: Receita Médica, bloco 1x50, formato 210x150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., cor branco com impressão em preto - 1x0.					
137	18000,00	BL		R\$0,7400	R\$13.320,0000
Especificação: Requisição de exame citopatológico, colo do útero, frente e verso, papel offset 63 gr, cor branco com impressão em rosa, bloco com 1x50 fls.					
149	200,00	BL		R\$1,7000	R\$340,0000
Especificação: Requisição de exame mamografia, frente/verso, bloco com 1x50, papel off-set com gramatura 63g, branco com impressão verde, formato A4.					
150	200,00	BL		R\$1,7000	R\$340,0000
Especificação: Requisição de exame, formato 205x140mm, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50fls					
151	10000,00	BL		R\$0,7500	R\$7.500,0000
Valor Total		(sessenta e um mil e quatrocentos e setenta e cinco reais)			R\$61.475,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2015 – Pregão
 Presencial 46/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 WEIKAN TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: Aquisição de equipamentos
 de informática e eletroeletrônicos para o NEPS - Núcleo de Educação
 Permanente da Saúde e CAPS II, UPA Centro, UBSs, Setor de Endemias
 e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
 DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA				CNPJ: 09.159.503/0001-89	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: HD Externo 500GB com SATA III 32mb Buffer. Para o CAPS II.					
3	3,00	UN	WESTERN DIGITAL WDPGC5000ABK	R\$240,0000	R\$720,0000
Especificação: NOBREAK - Especificações Técnicas mínimas: Saída: Capacidade de Potência de Saída 2100 Watts/ 3000 VA; Tensão nominal de saída 115V; 8 (oito) Conexões de Saída padrão NBR 14136. Entrada: Tensão nominal de entrada 115V, 220V; Frequência de entrada 60 Hz; Tipo de Conexão de Entrada NBR 14136; Intervalo de tensão de entrada ajustável para as principais operações 90 - 140 / 180 - 250V; Corrente Máxima de Entrada 26A. Baterias: Tipo de bateria selada Chumbo-Acido livre de manutenção e a prova de vazamento; Quantidade de RBC? 4; Comunicação & Gerenciamento: Soar alarme quando na bateria e Alarme distinto de pouca bateria. Proteção contra surtos e filtragem: Classe de surto de energia 381 Joules Garantia Padrão 2 anos para reparo ou substituição e 1 ano para baterias. Para o NEPS					
6	1,00	UN	RAGTECH INFINIUM DIGITAL 3200VA	R\$1.800,0000	R\$1.800,0000
Especificação: ROTEADOR WIRELESS: Padrão 802.11a, 802.11b, 802.11g, 802.11n, draft 802.11ac, 802.3ab, 802.3u. 4 portas LAN 10/100/1000 e 1 porta WAN 10/100/1000. Faixa frequência de 2.4 GHz e 5 GHz simultâneos, Antenas: 4 internas ou mais. Suporte nativo IPv6. Tensão: Bivolt. Certificações mínimas: ANATEL, IPv6 Ready, Wi-Fi Certified e Wi-Fi Protect Setup (WPS). Para o NEPS.					
16	4,00	UN	D-LINK DIR-868L	R\$725,0000	R\$2.900,0000
Especificação: Televisor, tela de LED com 42", com conversor digital, entrada de HDMI, portas de USB, Full HD; na cor preta. Garantia mínimo 01 ano. Para o CAPS II.					
21	1,00	UN	LG 42 LY340C	R\$1.549,0000	R\$1.549,0000
Valor Total		(seis mil e novecentos e sessenta e nove reais)			R\$6.969,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2015 – Pregão
 Presencial 46/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 ZOOM TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: Aquisição de equipamentos de
 informática e eletroeletrônicos para o NEPS - Núcleo de Educação
 Permanente da Saúde e CAPS II, UPA Centro, UBSs, Setor de Endemias
 e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
 DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: ZOOM TECNOLOGIA LTDA				CNPJ: 06.105.781/0001-65	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: PROJETOR - Especificações mínimas: Sistema de visualização: Sistema 3LCD. Tipo de projetor: Teto e mesa. Dispositivo Visual: 0,63 pol. (16 mm), 3 placas, faixa de aspecto 4 por 3. Número de pixels: 2.359.296 pixels (1024 × 768 pixels, painéis de 3 placas). Lente de Projeção: Zoom manual (aprox. 1.2x); Foco Manual. Lâmpada: Lâmpada de alta pressão 210W. Vida Útil da Lâmpada: Até 7.000h. Tamanho da tela: Imagem projetada de 30 a 300 polegadas (0,76m a 7,62m). Saída de Luz: 2600 lumens. Resolução: Resolução de sinal de entrada máximo de computador de 1600 × 1200 (visualização reformatada), Resolução de tela de 1024 × 768 pixels / Sinal de vídeo - NTSC, PAL, SECAM, 480/60i, 576/50i, 480/60p, 576/50p, 720/60p, 720/50p, 1080/60i, 1080/50i, 1080/60p e 1080/50p. Taxa de Contraste: 2500 por 1. Entradas: HDMI, Video Composto, S-Video, Video GB/Componente e Au-dio estéreo. Acessórios Fornecidos: Controle Remoto (1), Bateria de Lítio CR2025 (1), Cabo HD D-sub de 15 pinos (1,8m) (1), Eti-queta de segurança (1), CD-Rom de Instrução de operação (1), Manual de referência rápida (1), Regulamentos de Segurança (1), Tampa de lente, (1) bolsa de transporte. Garantia: 36 meses. 06 unidades para o NEPS, 01 para o CAPS II e 01 para Setor de Endemias. 01 UPA					
12	1,00	UN	Sony VPL-dx130B	R\$1.850,0000	R\$1.850,0000
Valor Total		(um mil e oitocentos e cinquenta reais)			R\$1.850,00

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 01/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 01/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA DESENVOLVIMENTO DE TREINAMENTO DE REMAPEAMENTO INTELIGENTE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA. Data da entrega dos envelopes: 30/01/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 30/01/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 16 de Janeiro de 2015.

Tânia de Fátima Henchen

Gestora do Fundo.

PROCESSO 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 06/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 01/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS. Data da entrega dos envelopes: 29/01/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 29/01/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 16 de Janeiro de 2015.

José Roberto Gomes

Prefeito Municipal em Exercício.

PROCESSO 07/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 07/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 02/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO EXTERNA E INTERNA E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO INTERNA, PARA O ANO DE 2015. Data da entrega dos envelopes: 30/01/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 30/01/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 16 de Janeiro de 2015.

José Roberto Gomes

Prefeito Municipal em Exercício.

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2015

DECRETO Nº. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

“ CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 733 de 13 de abril de 2011;

DECRETA:

Art. 1º- Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação - CPL, composta de 03 (três), membros, que procederá ao recebimento e ao julgamento dos processos licitatórios do Município de Passo de Torres.

Art. 2º- Para compor a Comissão Permanente de Licitação, ficam nomeados, Jean Luiz Wagner Silva, Samanta Bonicenha de Souza e Lucilene Cardoso Porto, presidida pelo primeiro e secretariada pelo segundo.

Art. 3º - A comissão de licitação, compete privativamente:

- I - Deliberar sobre o processo licitatório;
- II - Receber todas as propostas dos participantes da licitação;
- III - Proceder o julgamento das propostas.

Art. 4º - A Comissão de Licitação fará a gerencia do processo licitatório nas seguintes modalidades:

- I - Concorrência;
- II - Tomada de preço;
- III - Convite;
- IV - Concurso;
- V - Leilão.

Art. 5º - O Presidente baixará todos os atos necessários ao bom funcionamento e o Secretário elaborará os relatórios e/ ou as atas das reuniões e das licitações.

Art. 6º - Os membros da presente Comissão não serão remunerados.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 05 de Janeiro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 002/2015

DECRETO Nº. 002, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

"NOMEIA, EROTILDE DE FREITAS BECKER, PARA OCUPAR O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeada, Erotilde de Freitas Becker, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com remuneração específica em Lei, ligado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º- A nomeação de que trata o Art. 1º, é pelo período de (2) dois anos.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 05 de Janeiro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 003/2015

DECRETO Nº. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

"DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, MARIVALDA HONORATO CUNHA, PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO, FG-2".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, a servidora Marivalda Honorato Cunha, para ocupar a função de Chefe de Divisão - FG - 2.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 05 Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 05 de Janeiro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 004/2015

DECRETO Nº. 004, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

"EXONERA THAIS CRISTINA PEREIRA SELAU, DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Thais Cristina Pereira Selau, do cargo de Secretária Municipal de Planejamento, DAS 1.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 05 de Janeiro de 2015.

Alexandre AngeloFelippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 005/2015

DECRETO Nº. 005, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

"EXONERA, A PEDIDO GEDSON GOUDINHO HESPANHOL, DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, a pedido Gedson Goudinho Hespagnol do cargo de Conselheiro Tutelar.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 05 de janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de janeiro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

LEI 972/2014

LEI Nº 972, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Passo de Torres, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. MF sob o nº 07.458.485/0001-00, com sede em Passo de Torres (SC), com o objetivo de promover o atendimento pedagógico e biopsicossocial dos portadores de deficiência do Município de Passo de Torres.

Art. 2º - O auxílio financeiro será de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) divididos em 11 (onze) parcelas iguais e mensais de R\$ 3.000,00 (três mil reais), iniciando em fevereiro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a cargo da dotação orçamentária própria.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 10 de dezembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 10 de Dezembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 973/2014

LEI Nº 973, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

"FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES E A ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC - HOSPITAL BENEFICIENTE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES DE TORRES/RS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, entre o Município de PASSO DE TORRES/SC e a ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC - HOSPITAL BENEFICIENTE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, de Torres/RS.

Art. 2º - Para a execução financeira do Convênio de Cooperação Técnica, o Município repassará mensalmente ao Hospital a importância de R\$: 6.000,00 (seis mil reais), totalizando o valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) com efeitos a partir de janeiro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta de dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 10 de dezembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 10 de dezembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 974/2014

LEI Nº 974, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Associação de Agricultores de Passo de Torres, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. MF sob o nº 02.168.412/0001-60, com sede em Passo de Torres (SC), objetivando dar suporte financeiro para a manutenção das atividades desenvolvidas pela associação.

Art. 2º - O auxílio financeiro será no valor de R\$ 60.0000,00 (sessenta mil reais) divididos em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), iniciando em janeiro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a cargo da dotação orçamentária própria.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 10 de dezembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 10 de dezembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 975/2014

LEI Nº 975, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de

Torres, do exercício de 2014, no valor de R\$ 262.055,00 (duzentos e sessenta e dois mil e cinquenta e cinco reais), nas dotações orçamentárias abaixo discriminada:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Proj./Atividade 2.003 Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Assessorias

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(06) Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj./Atividade 2.007 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(11) Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 ENSINO REGULAR

Proj./Atividade 2.016 Manutenção do Departamento de Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 0695(48) Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA DE TURISMO

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE TURISMO

Proj./Atividade 2.024 Manutenção do Departamento de Turismo

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(72) Aplicações Diretas
R\$ 18.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(74) Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj./Atividade 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(78) Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Proj./Atividade 2.043 Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(86) Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Órgão: 10 SECRETARIA DA PESCA

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DA PESCA

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(93) Aplicações Diretas
..... R\$ 4.555,00

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS

Proj./Atividade 1.052 Pavim. E Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(122) Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Proj./Atividade 2.048 Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(128) Aplicações Diretas
..... R\$ 68.000,00

TOTAL R\$ 262.055,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Proj./Atividade 1.004 Aquisição de Veículo e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(01) Aplicações DiretasR\$
38.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 ENSINO REGULAR

Proj./Atividade 2.016 Manutenção de Outros Níveis de Ensino

3.3.50.00.00.00.00.00 0695(45) Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
..... R\$ 30.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA DE CULTURA

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA

Proj./Atividade 1.026 Construção do Centro de Eventos

4.4.90.00.00.00.00.00 100(62) Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

Proj./Atividade 2.025 Manutenção do Departamento de Cultura

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(63) Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(64) Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(65) Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA DE TURISMO

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE TURISMO

Proj./Atividade 1.023 Constr. Equip. Suporte Turismo e Segurança ao Turista

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(71) Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj./Atividade 2.053 Aquisição de Área e Construção de Casa Populares

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(156) Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Unidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Proj./Atividade 2.036 Manutenção do Fundo Municipal de Habitação

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(82) Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Proj./Atividade 1.042 Aquisição de Máquinas Equip. Agrícolas e Utilitários

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(85) Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Órgão: 10 SECRETARIA DA PESCA

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DA PESCA

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(92) Aplicações Diretas
..... R\$ 4.555,00

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS

Proj./Atividade 1.051 Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(118) Aplicações Diretas
..... R\$ 31.500,00

Proj./Atividade 1.054 Ampliação e Reforma da Garagem Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(126) Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Proj./Atividade 1.055 Constr. Capela Mortuária e Ampliação do Cemitério

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(127) Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 262.055,00

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal Nº 900/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal Nº. 902/2013, e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei Nº 910/2013 de 26 de dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 10 de dezembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10 de dezembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 517, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 517, de 16 de janeiro de 2015.

“CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de contratar em caráter temporário servidores para ocupar o cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Urbano, haja vista o início do Programa de Silagem 2015; Considerando o disposto nos incisos I e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autorizam a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público; Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade; Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, para ocupar o cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, símbolo SG-4, com lotação na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, pelo período de 19/01/2015 a 19/04/2015, os servidores abaixo relacionados:

Servidor	Carga Horária	Local de Trabalho
Ademir Dolizeti Sangalli	40 horas semanais	Secretaria da Agricultura e Des. Econômico
Nelcimar Marcon	40 horas semanais	Secretaria da Agricultura e Des. Econômico

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 16 de janeiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 512, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 512, de 23 de dezembro de 2014.
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, a servidora ENI CARMEN RIBEIRO DE BITTENCOURT, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, referentes ao período aquisitivo de 14/01/2014 a 13/01/2015, para serem gozadas do dia 22/12/2014 a 05/01/2015, retornando às atividades de seu cargo no dia 06/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 23 de dezembro de 2014.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 513, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 513, de 05 de janeiro de 2015.
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a redução na demanda dos serviços prestados pelos setores públicos do município nesta época do ano;
Considerando o direito dos servidores ao gozo de férias e o pedido dos servidores;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Lidiane Barrionuevo Brustolin	05/05/2014 a 04/05/2015	05/01/2015 a 04/02/2015
Marli R. R. Gubert Luvison	01/03/2013 a 28/02/2014	05/01/2015 a 04/02/2015
Oneide Lovison	02/04/2014 a 01/04/2015	05/01/2015 a 04/02/2015
Osmar Vieira	02/01/2014 a 01/01/2015	05/01/2015 a 04/02/2015
Graciele Arienti Orlandin	05/05/2012 a 04/05/2013	05/01/2015 a 24/01/2015
Raquileia Lopes Titon	01/03/2014 a 28/02/2015	05/01/2015 a 04/02/2015

Edson Rodrigo da Silva	11/02/2014 a 10/02/2015	05/01/2015 a 04/02/2015
Lilyan Aparecida de Ramos	02/03/2014 a 01/03/2015	05/01/2015 a 04/02/2015
Vanuza Machado	21/07/2013 a 20/07/2014	05/01/2015 a 04/02/2015
Roseli Daluz Leal Lopes	01/03/2013 a 28/02/2014	05/01/2015 a 04/02/2015
Maria Ivete Sendeski	01/03/2014 a 28/02/2015	05/01/2015 a 04/02/2015
Ana Paula Z. Aires Cavalheiro	04/05/2013 a 03/05/2014	05/01/2015 a 04/02/2015
Roseli Aparecida Correa	17/02/2014 a 16/02/2015	05/01/2015 a 04/02/2015
Paulo Cezar Bonan	09/03/2014 a 08/03/2015	05/01/2015 a 04/02/2015
Naira Ritter de Ramos	11/01/2013 a 10/01/2014	05/01/2015 a 24/01/2015
Dejaime Desanti	21/01/2013 a 20/01/2014	05/01/2015 a 04/02/2015
Edinalva Bocalon Zotti	02/01/2013 a 01/01/2014	05/01/2015 a 04/02/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de janeiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.
DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 514, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 514, de 05 de janeiro de 2015.
"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 38, I, da Lei Complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999.

Considerando a solicitação de exoneração por motivos particulares, formulada pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o servidor municipal LUIZ DE JESUS PADILHA, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, símbolo TC-13, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, a partir do dia 05 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de janeiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 515, DE 06 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 515, de 06 de janeiro de 2015.
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor JOSÉ AQUINO RIO BRANCO, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, lotado na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, referentes ao período aquisitivo de 14/01/2014 a 13/01/2015, para serem gozadas do dia 07/01/2015 a 06/02/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 06 de janeiro de 2015.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 516, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 516, de 08 de janeiro de 2015.
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor IVAN ANTONIO SUTIL, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, símbolo TC-5, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, referentes ao período aquisitivo de 08/03/2013 a 07/03/2014, para serem gozadas do dia 08/01/2015 a 07/02/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 08 de janeiro de 2015.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0005/2015
PREGÃO ELETRÔNICO N. 0005/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N. 0005/2015 - Objeto - Item 01 - Veículo tipo sedan, zero quilômetro, fabricação nacional, ano e modelo não inferior à data da contratação ou posterior, 04 portas laterais, movido à etanol e gasolina, injeção eletrônica, potência do motor, não inferior a 100 cv (com combustível gasolina), direção assistida, ar condicionado, air bag duplo na dianteira, vidros e travas elétricas (vidros elétricos, no mínimo, nas portas dianteiras), ar condicionado, desembaçador de vidro traseiro, jogo de tapetes, protetor de cárter, para-choques pintados na cor do veículo. As propostas deverão ser anexadas no sistema das 08:30 h/min do dia 20/01/2014, até as 08:30 do dia 30/01/2015. Abertura das propostas: será às 09:00 h/min do dia 30/01/2015. Início da sessão de disputa de preços: 09:10 h/min do dia 30/01/2015. Retirada do Edital pelo site www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações". Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 16 de janeiro de 2015
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso XXVI do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO: Processo nº. 02/2015; DL nº. 01/2015; Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA); Objeto: Contratação da Prestação de Serviços de Publicação de atos oficiais expedidos pelos Órgãos Públicos do Município de Paulo Lopes no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC). Valor: R\$ de R\$ 3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais).

Paulo Lopes, 14 de janeiro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso XXVI do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO: Processo nº. 03/2015; DL nº. 02/2014; Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ nº 09.427.503/0001-12; Objeto: a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA. Valor: R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais), pagos mensalmente.

Paulo Lopes, 14 de janeiro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 01/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, s/nº. Centro, Paulo Lopes/SC, até às 08 h55min do dia 29/01/2015.

A sessão se dará a partir das 09 horas do dia 29/01/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 19 de janeiro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº. 02/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2015

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando Registro de Preços para Prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nas máquinas, tratores e implementos agrícolas pertencentes à Secretaria de Obras e Secretaria de Agricultura do Município de Paulo Lopes, com fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, s/nº. Centro, Paulo Lopes/SC, até às 10h55min do dia 29/01/2015. A sessão se dará a partir das 11h00min do dia 29/01/2015, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 19 de janeiro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

CONTRATO Nº 03/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 03/2014 - RH/FMS

Contratado (A): JORGE ROBERTO REBELLO, na função de Médico Plantonista, início em 16/01/2015 e término em 15/01/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 16 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 04/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 04/2014 - RH/FMS

Contratado (A): GUILHERME OKU FERNANDES, na função de Médico Plantonista, início em 16/01/2015 e término em 15/01/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 16 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 05/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 05/2014 - RH/FMS

Contratado (A): LEANDRO BITTENCOURT BRASIL, na função de Médico Plantonista, início em 16/01/2015 e término em 15/01/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 16 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2167/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2167/2015

EXONERA a Sra. CÉLIA DA SILVA, do cargo em comissão de DIRETORA DO PA 24 HORAS, do Departamento de Saúde, da Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 16 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PP01/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº03/2015 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ELÉTRICA, PARA IMPLANTAÇÃO DE TODA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA 20ª FESTA DO MARISCO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS EM ANEXO.

Recebimento dos Envelopes até: 29/01/2015 até às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 30/01/2015 às 14:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 16 de Janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 07/2014 - FMS, firmado entre o Sr. JOÃO RAFAEL DA SILVA NETTO DELGADO e esta PREFEITURA, em 03 de fevereiro de 2014, por interesse público, a contar desta data:

Penha/SC, 16 de janeiro 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 107/2014 - FMS, firmado entre o Sr. DANIELE CRISTINA FEDERICE LOUSADA e esta PREFEITURA, em 19 de novembro de 2014, por interesse público, a contar desta data:

Penha/SC, 16 de janeiro 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 60/2014 - FMS, firmado entre o Sr. MAURICIO GUSBERTI e esta PREFEITURA, em 11 de setembro de 2014, por interesse público, a contar desta data:

Penha/SC, 16 de janeiro 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Peritiba**PREFEITURA****ATA 01/2015 PMP**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 79/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 43/2014

Aos cinco dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quinze, o Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 43/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.899.314/0001-66, com sede à Rua do Comércio, S/N, Centro, na cidade de Peritiba, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. Leonaldo Vieira Lopes portador do RG 363.010 e CPF 295.572.759-87 de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de combustíveis, para veículos e máquinas da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde para o ano de 2015, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
02	170.000	Litro	Óleo Diesel S-500	Ipiranga	2,60	442.000,00
03	70.000	Litro	Óleo Diesel S10	Ipiranga	2,82	197.400,00
Total						639.400,00

O valor total estimado desta ATA é de R\$ 639.400,00 (Seiscentos e trinta e nove mil e quatrocentos reais).

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município de Peritiba.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de

forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá o cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Peritiba, observadas as exigências contidas no art. 8º do Decreto Federal nº 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações dos serviços registradas na presente Ata encontram-se indicados no Termo de Adjudicação anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

§ 1º Os valores da presente ATA serão reajustáveis nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, de acordo com os índices oficiais do Governo Federal, através da Portaria Interministerial dos Órgãos Competentes, devidamente comprovados com notas fiscais de compra, antes e após o aumento, do produto pelo vencedor. O Contratado, porém, deverá fazer o reajuste pelo preço à vista que conste na bomba de seu estabelecimento e nunca superior aos índices oficiais do Governo Federal objeto desta licitação.

§ 2º Havendo redução dos preços, haverá a respectiva redução dos valores do presente Contrato, nos mesmos índices, fixados na forma do parágrafo anterior.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa mencionada no item 05, a critério do Município de Peritiba, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito, aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

7. DO PAGAMENTO E DA ENTREGA

7.1. O Município de Peritiba efetuará o pagamento dos serviços objeto desta licitação, ao licitante vencedor no prazo de até o 10º dia útil da quinzena seguinte ao do seu fornecimento, de forma parcelada, acompanhado da respectiva nota fiscal e ateste pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão descontados da empresa.

7.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o objeto

a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

7.4. - O abastecimento do combustível, deverá ser realizado nos próprios veículos, máquinas e equipamentos na sede do licitante, que deverá estar situado dentro do perímetro urbano do município de Peritiba e as suas custas, mediante apresentação de guia de solicitação fornecido pelo órgão/unidade competente do Município.

7.5. - O combustível será entregue diariamente conforme a necessidade de cada veículo ou máquina.

7.6. A Administração não receberá os serviços fornecidos em desacordo com esta Ata sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

7.7. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais/Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, FGTS e INSS, Certidão de Débitos Estaduais e Municipais), devidamente atualizada.

7.8. As despesas decorrentes da presente ATA integram as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal de Peritiba para o exercício de 2015.

Órgão: 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto/Atividade: 2.077 - Manutenção dos Veículos da Atenção Básica

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Projeto/Atividade: 2.124 - Programa de melhoria ao acesso e qualidade a Saúde

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice, Assessorias e Controle Interno

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 01 Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade: 2.005 - Manutenção das Atividades de Administrativas

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Unidade: 03 - Secretaria Munic. de Agricultura, indústria e Comércio e Meio Ambiente

Projeto/Atividade: 2.019 - Manutenção de Máquinas e Veículos

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Unidade: 01 - Departamento De Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2.032 - Transporte Escolar para o Ensino Infantil

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Unidade: 02 - Departamento De Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2.037 - Manutenção dos Veículos do Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Projeto / Atividade: 2.040 - Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Unidade: 03 - Departamento De Ensino Médio

Projeto / Atividade: 2.109 - Operacionalização do ensino médio

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 07 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Unidade: 01 - Departamento Municipal de Transportes

Projeto/Atividade: 2.055 - Manutenção de Máquinas e veículos do DMER

Elemento: 3.3.90.30.01. 00.00.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto/Atividade: 2.111 - Manutenção das atividades do CRAS

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Aplicações diretas

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. Gerenciar a presente Ata, indicando sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

8.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

8.4. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

8.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obriga-se a:

9.1. Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

9.2. Consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias aos serviços pretendidos.

9.3. Verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

9.4. Enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

9.5. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Prestar os serviços obedecendo rigorosamente ao disposto no anexo I do edital do Pregão nº 43/2014.

10.2. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

10.3. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

10.4. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº 43/2014.

10.5. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital de Pregão Presencial nº 43/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração

Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não mantiver a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo item;

c) multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor global do respectivo item.

11.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e caso não cumpridas serão cobradas judicialmente.

11.4. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 11.1 e 11.2, alíneas "b" e "c", e no item 11.2, alínea "a", facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

11.5. Da aplicação da penalidade prevista nos itens 11.1 e 11.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

11.6. As sanções previstas no item 11.2, alíneas "b" e "c", poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste edital.

11.7. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Esta Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

12.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução, ocorrido no mercado, ou de fato novo, que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

13. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

13.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(es) e a(s) especificação(ões)

resumida(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 79/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 43/2014, as propostas com preços e especificações.

16. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 05 de Janeiro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Contratante	PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP Contratada
---	--

LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha
GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Fiscal do Contrato

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

ATA 02/2015 PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015
PROCESSO LICITATÓRIO nº 79/2014.
PREGÃO PRESENCIAL nº 43/2014

Aos cinco dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quinze, o Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 43/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 09.155.931/0001-33, com sede à Rua do Comércio, S/N, Centro, na cidade de Peritiba, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. Marcelo Boll portador do RG 4.235.692 e CPF

058.916.299-33 de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de combustíveis, para veículos e máquinas da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde para o ano de 2015, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
01	35.000	Litro	Gasolina Comum	Band. Branca	3,22	112.700,00
Total						112.700,00

O valor total estimado desta ATA é de R\$ 112.700,00 (Cento e doze mil e setecentos reais).

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município de Peritiba.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá o cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Peritiba, observadas as exigências contidas no art. 8º do Decreto Federal nº 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações dos serviços registradas na presente Ata encontram-se indicados no Termo de Adjudicação anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

§ 1º Os valores da presente ATA serão reajustáveis nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, de acordo com os índices oficiais do Governo Federal, através da Portaria Interministerial dos Órgãos Competentes, devidamente comprovados

com notas fiscais de compra, antes e após o aumento, do produto pelo vencedor. O Contratado, porém, deverá fazer o reajuste pelo preço à vista que conste na bomba de seu estabelecimento e nunca superior aos índices oficiais do Governo Federal objeto desta licitação.

§ 2º Havendo redução dos preços, haverá a respectiva redução dos valores do presente Contrato, nos mesmos índices, fixados na forma do parágrafo anterior.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa mencionada no item 05, a critério do Município de Peritiba, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito, aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n.º 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

7. DO PAGAMENTO E DA ENTREGA

7.1. O Município de Peritiba efetuará o pagamento dos serviços objeto desta licitação, ao licitante vencedor no prazo de até o 10º dia útil da quinzena seguinte ao do seu fornecimento, de forma parcelada, acompanhado da respectiva nota fiscal e ateste pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão descontados da empresa.

7.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o objeto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

7.4. - O abastecimento do combustível, deverá ser realizado nos próprios veículos, máquinas e equipamentos na sede do licitante, que deverá estar situado dentro do perímetro urbano do município de Peritiba e as suas custas, mediante apresentação de guia de solicitação fornecido pelo órgão/unidade competente do Município.

7.5. - O combustível será entregue diariamente conforme a necessidade de cada veículo ou máquina.

7.6. A Administração não receberá os serviços fornecidos em desacordo com esta Ata sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

7.7. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais/Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, FGTS e INSS, Certidão de Débitos Estaduais e Municipais), devidamente atualizada.

7.8. As despesas decorrentes da presente ATA integram as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal de Peritiba para o exercício de 2015.

Órgão: 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto/Atividade: 2.077 - Manutenção dos Veículos da Atenção Básica

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes
Projeto/Atividade: 2.124 - Programa de melhoria ao acesso e qualidade a Saúde

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice, Assessorias e Controle Interno

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 01 Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade: 2.005 - Manutenção das Atividades de Administrativas

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Unidade: 03 - Secretaria Munic. de Agricultura, indústria e Comércio e Meio Ambiente

Projeto/Atividade: 2.019 - Manutenção de Máquinas e Veículos

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Unidade: 01 - Departamento De Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2.032 - Transporte Escolar para o Ensino Infantil

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Unidade: 02 - Departamento De Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2.037 - Manutenção dos Veículos do Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Projeto / Atividade: 2.040 - Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Unidade: 03 - Departamento De Ensino Médio

Projeto / Atividade: 2.109 - Operacionalização do ensino médio

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 07 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Unidade: 01 - Departamento Municipal de Transportes

Projeto/Atividade: 2.055 - Manutenção de Máquinas e veículos do DMER

Elemento: 3.3.90.30.01. 00.00.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMS

Projeto/Atividade: 2.111 - Manutenção das atividades do CRAS

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. Gerenciar a presente Ata, indicando sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

8.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

8.4. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis

alterações ocorridas na presente Ata.

8.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obriga-se a:

9.1. Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

9.2. Consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias aos serviços pretendidos.

9.3. Verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

9.4. Enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

9.5. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Prestar os serviços obedecendo rigorosamente ao disposto no anexo I do edital do Pregão nº 43/2014.

10.2. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

10.3. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

10.4. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº 43/2014.

10.5. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital de Pregão Presencial nº 43/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não mantiver a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo item;

c) multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor global do respectivo item.

11.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e caso não cumpridas serão cobradas judicialmente.

11.4. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 11.1 e 11.2, alíneas "b" e "c", e no item 11.2, alínea "a", facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

11.5. Da aplicação da penalidade prevista nos itens 11.1 e 11.2

cabará recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

11.6. As sanções previstas no item 11.2, alíneas "b" e "c", poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste edital.

11.7. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Esta Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

12.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução, ocorrido no mercado, ou de fato novo, que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

13. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

13.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(es) e a(s) especificação(ões) resumida(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 79/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 43/2014, as propostas com preços e especificações.

16. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 05 de Janeiro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Município	POSTO DE ABASTECIMENTO MA- RALEX LTDA EPP Contratada
---	--

LIZIANE KLEIN GAERTNER
CPF: 031.965.439-78
Testemunha

GILBERTO TAKECHI GENTA
CPF: 009.359.289-28
Testemunha

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Fiscal do Contrato

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

ATA 03/2015 PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015
PROCESSO LICITATÓRIO nº 83/2014.
PREGÃO PRESENCIAL nº 46/2014

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, o Município de, o Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 46/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS ME, inscrita no CNPJ sob o nº 80.442.858/0001-45, com sede à Rua do Comércio, Centro, na cidade de Peritiba, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. Emeron Luiz Engel, portador do RG 3.743.170 e CPF 052.859.429-00, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para prestação de serviços geometria, balanceamento e conserto de pneus dos veículos e máquinas do Município de Peritiba, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Preço R\$	
				Unitário	Total
9	100	Und	Balanceamento Veículos Leves	8,00	800,00
10	150	Und	Balanceamento Veículos Pesados – cada roda – Caminhões e Ônibus	16,00	2.400,00

11	15	Und	Geometria para veículos acima de aro 15	35,00	525,00
12	20	Und	Geometria para veículos até aro 14	30,00	600,00
13	80	Und	Conserto pneu aro 24 e 25 (motoni-veladora, retroescavadeira e Pá carregadeira)	48,00	3.840,00
14	200	Und	Conserto/ Montagem de Pneu aro 20 (caminhão e ônibus)	20,00	4.000,00
15	100	Und	Conserto/ Montagem pneu aro 16 (micro ônibus e caminhoneta)	12,00	1.200,00
16	30	Und	Conserto/ Montagem Pneu Ambulância	10,00	300,00
17	25	Und	Conserto/ montagem pneu carreta de silagem	12,00	300,00
18	20	Und	Conserto/ Montagem Pneu dianteiro Trator Agrícola	30,00	600,00
19	20	Und	Conserto/ Montagem Pneu traseiro Trator Agrícola	42,00	840,00
20	150	Und	Conserto/ Montagem Pneu veículo 5 lugares	9,00	1.350,00
21	20	Und	Conserto/ Montagem pneu dianteiro Retroescavadeira.	20,00	400,00
22	15	Und	Montagem Pneu Aro 16 – Micro Ônibus e Caminhoneta	10,00	150,00

23	150	Und	Montagem Pneu Aro 20 (Ca-minhão e Ônibus)	20,00	3.000,00
24	30	Und	Montagem Pneu Am-bulância	10,00	300,00
25	30	Und	Montagem Pneu dianteiro Trator Agrícola	30,00	900,00
26	30	Und	Montagem Pneu tra-seiro Trator Agrícola	40,00	1.200,00
27	30	Und	Montagem Pneu Retroesca-vadeira, Pá Carrega-deira e Motonive-ladora	44,00	1.320,00
28	100	Und	Montagem Pneu Veículos 5 lugares	8,00	800,00
29	80	Und	Rodízio de pneu de veículo 5 lugares	6,00	480,00
30	25	Und	Serviços de mão de obra para gambagem para pneus até aro 14	30,00	750,00
31	25	Und	Serviços de mão de obra para gambagem para pneus acima de aro 15	35,00	875,00
TOTAL					26.930,00

O valor total estimado desta ATA é de R\$ 26.930,00 (Vinte e seis mil novecentos e trinta reais).

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município de Peritiba.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será

liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá o cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Peritiba, observadas as exigências contidas no art. 8º do Decreto Federal n.º 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações dos serviços registradas na presente Ata encontram-se indicados no Termo de Adjudicação anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa mencionada no item 05, a critério do Município de Peritiba, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito, aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n.º 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O Município de Peritiba efetuará o pagamento dos serviços objeto desta Ata, ao licitante vencedor no prazo de até o 20º dia do Mês seguinte ao do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão descontados da contratada.

7.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o objeto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

7.4. - O abastecimento do combustível, deverá ser realizado nos próprios veículos, máquinas e equipamentos na sede do licitante, que deverá estar situado dentro do perímetro urbano do município de Peritiba e as suas custas, mediante apresentação de guia de solicitação fornecido pelo órgão/unidade competente do Município.

7.5. - O combustível será entregue diariamente conforme a necessidade de cada veículo ou máquina.

7.6. A Administração não receberá os serviços fornecidos em desacordo com esta Ata sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

7.7. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora

junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais/Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, FGTS e INSS, Certidão de Débitos Estaduais e Municipais), devidamente atualizada.

7.8. As despesas decorrentes da presente ATA integram as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal de Peritiba para o exercício de 2015.

Órgão: 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto/Atividade: 2.077 - Manutenção dos Veículos da Atenção Básica

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Projeto/Atividade: 2.124 - Programa de melhoria ao acesso e qualidade a Saúde

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice, Assessorias e Controle Interno

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 01 Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade: 2.005 - Manutenção das Atividades de Administrativas

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Unidade: 03 - Secretaria Munic. de Agricultura, indústria e Comércio e Meio Ambiente

Projeto/Atividade: 2.019 - Manutenção de Máquinas e Veículos

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Unidade: 01 - Departamento De Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2.032 - Transporte Escolar para o Ensino Infantil

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Unidade: 02 - Departamento De Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2.037 - Manutenção dos Veículos do Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Projeto / Atividade: 2.040 - Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Unidade: 03 - Departamento De Ensino Médio

Projeto / Atividade: 2.109 - Operacionalização do ensino médio

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 07 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Unidade: 01 - Departamento Municipal de Transportes

Projeto/Atividade: 2.055 - Manutenção de Máquinas e veículos do DMER

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto/Atividade: 2.111 - Manutenção das atividades do CRAS

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. Gerenciar a presente Ata, indicando sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

8.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

8.4. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

8.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obriga-se a:

9.1. Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

9.2. Consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias aos serviços pretendidos.

9.3. Verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

9.4. Enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

9.5. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Prestar os serviços obedecendo rigorosamente ao disposto no anexo I do edital do Pregão nº 46/2014.

10.2. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

10.3. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

10.4. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº 46/2014.

10.5. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), estipulado no Edital de Pregão Presencial nº 46/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não mantiver a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global

do respectivo item;

c) multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor global do respectivo item.

11.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e caso não cumpridas serão cobradas judicialmente.

11.4. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 11.1 e 11.2, alíneas "b" e "c", e no item 11.2, alínea "a", facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

11.5. Da aplicação da penalidade prevista nos itens 11.1 e 11.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

11.6. As sanções previstas no item 11.2, alíneas "b" e "c", poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste edital.

11.7. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Esta Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

12.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução, ocorrido no mercado, ou de fato novo, que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

13. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

13.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(es) e a(s) especificação(ões) resumida(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 83/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 46/2014, as propostas com preços e especificações.

16. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 05 de Janeiro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Município	BORRACHARIA ENGEL E ALTHAUS LTDA ME Contratada
---	--

LIZIANE KLEIN GAERTNER
CPF: 031.965.439-78
Testemunha

GILBERTO TAKECHI GENTA
CPF: 009.359.289-28
Testemunha

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Fiscal do Contrato

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

ATA 04/2015 PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 83/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 46/2014

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, o Município de, o Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 46/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa ODAIR JOÉ RAUBER 01625879962, inscrita no CNPJ sob o nº 13.347.517/0001-01, com sede à Rua do Comércio, Centro, na cidade de Peritiba, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. Odair José Rauber, portador do RG 3.182.257 e CPF 016.258.799-62, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1.DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para prestação de serviços lavagem dos veículos e máquinas do Município de Peritiba, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Preço R\$	
				Unit.	Total
1	80	Und	Lavação Caminhão Caçamba	100,00	8.000,00
2	20	Und	Lavação Caminhão Pipa	100,00	2.000,00

3	50	Und	Lavação de Ambulância	37,00	1.850,00
4	100	Und	Lavação de ônibus	125,00	12.500,00
5	250	Und	Lavação de veículos 5 lugares	29,00	7.250,00
6	50	Und	Lavação de veículo Doblô	30,00	1.500,00
7	80	Und	Lavação Máquinas Pesadas (Retroescavadeira, Pá Carregadeira, Motoniveladora e Escavadeira Hidráulica)	130,00	10.400,00
8	60	Und	Lavação Trator Agrícola	18,00	2.880,00
Valor Máximo do Lote 1:					46.380,00

O Valor total estimado desta ata é de R\$ 46.380,00 (Quarenta e seis mil trezentos e oitenta reais).

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município de Peritiba.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá o cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Peritiba, observadas as exigências contidas no art. 8º do Decreto Federal n.º 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações dos serviços registradas na presente Ata encontram-se indicados no Termo de Adjudicação anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa mencionada no item 05, a critério do Município de Peritiba, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito, aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n.º 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O Município de Peritiba efetuará o pagamento dos serviços objeto desta Ata, ao licitante vencedor no prazo de até o 20º dia do Mês seguinte ao do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão descontados da contratada.

7.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o objeto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

7.4. - O abastecimento do combustível, deverá ser realizado nos próprios veículos, máquinas e equipamentos na sede do licitante, que deverá estar situado dentro do perímetro urbano do município de Peritiba e as suas custas, mediante apresentação de guia de solicitação fornecido pelo órgão/unidade competente do Município.

7.5. - O combustível será entregue diariamente conforme a necessidade de cada veículo ou máquina.

7.6. A Administração não receberá os serviços fornecidos em desacordo com esta Ata sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

7.7. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais/Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, FGTS e INSS, Certidão de Débitos Estaduais e Municipais), devidamente atualizada.

7.8. As despesas decorrentes da presente ATA integram as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal de Peritiba para o exercício de 2015.

Órgão: 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto/Atividade: 2.077 - Manutenção dos Veículos da Atenção Básica

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Projeto/Atividade: 2.124 - Programa de melhoria ao acesso e qualidade a Saúde

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice, Assessorias e Controle Interno

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 01 Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade: 2.005 - Manutenção das Atividades de Administrativas

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Unidade: 03 - Secretaria Munic. de Agricultura, indústria e Comércio e Meio Ambiente

Projeto/Atividade: 2.019 - Manutenção de Máquinas e Veículos

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Unidade: 01 - Departamento De Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2.032 - Transporte Escolar para o Ensino Infantil

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Unidade: 02 - Departamento De Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2.037 - Manutenção dos Veículos do Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Projeto / Atividade: 2.040 - Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Unidade: 03 - Departamento De Ensino Médio

Projeto / Atividade: 2.109 - Operacionalização do ensino médio

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 07 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Unidade: 01 - Departamento Municipal de Transportes

Projeto/Atividade: 2.055 - Manutenção de Máquinas e veículos do DMER

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMS

Projeto/Atividade: 2.111 - Manutenção das atividades do CRAS

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. Gerenciar a presente Ata, indicando sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

8.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

8.4. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

8.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obriga-se a:

9.1. Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas

alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

9.2. Consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias aos serviços pretendidos.

9.3. Verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

9.4. Enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

9.5. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Prestar os serviços obedecendo rigorosamente ao disposto no anexo I do edital do Pregão nº 46/2014.

10.2. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

10.3. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

10.4. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº 46/2014.

10.5. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), estipulado no Edital de Pregão Presencial nº 46/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não manter a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo item;

c) multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor global do respectivo item.

11.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e caso não cumpridas serão cobradas judicialmente.

11.4. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 11.1 e 11.2, alíneas "b" e "c", e no item 11.2, alínea "a", facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

11.5. Da aplicação da penalidade prevista nos itens 11.1 e 11.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

11.6. As sanções previstas no item 11.2, alíneas "b" e "c", poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste edital.

11.7. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro

Municipal de Fornecedores, se for o caso.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Esta Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

12.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução, ocorrido no mercado, ou de fato novo, que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

13. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

13.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(es) e a(s) especificação(ões) resumida(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 83/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 46/2014, as propostas com preços e especificações.

16. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 05 de Janeiro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Município	ODAIR JOÉ RAUBER 01625879962 Contratada

LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha
GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Fiscal do Contrato

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

ATA 05/2015 PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 87/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2014

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 49/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Nereu Ramos, 44 Peritiba/SC, inscrita no CNPJ nº 83.573.212/0006-08, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor Gerson Luiz Cavasin, portador da Carteira de Identidade nº 3.305.865 CPF nº 029.490.629-31, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente ATA é o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Material de expediente, consumo e limpeza, pelo período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
1	14	Und	Açúcar cristal acondicionado em embalagens de polietileno de 5 kg cada, com registro no ministério da agricultura e data de fabricação recente.	Minasçucar	7,05	98,70
2	73	Und	Açúcar refinado produzido com matéria-prima de qualidade, livre de contaminação e com características naturais ao produto acondicionado em embalagem de polietileno de 5 kg cada, com registro no Ministério da Agricultura e com data de fabricação recente.	Alto Alegre	7,85	573,05
18	41	Und	Balas de café pacote 700g	Soberana	7,95	325,95
19	49	Und	Balas duras sortidas pacote 700g	Pietrobon	7,69	376,81
35	34	Und	Caixa de fósforo grande com 240 und	Fiat Lux	1,90	64,60
65	10	Und	Casco de botijão de gás vazio		105,00	1.050,00
68	186	Und	Cera Incolor 750ml	Brilho Fácil	6,25	1.162,50
71	638	Und	Chás diversos (endro, camomila, erva doce)	Prenda	1,89	1.205,82
86	24	Und	Cuia média	BTM	20,40	489,60
101	130	Und	Embalagem para alimentos 3kg com 100und.	Star	2,83	367,90
102	180	Und	Embalagem para alimentos 5kg com 100und.	Star	3,50	630,00
104	800	Und	Erva mate 1 kg sem adição de açúcar	Nosswitz	7,58	6.064,00
109	103	Und	Esponja brilha inox	Brilhinox	1,35	139,05
130	238	Und	Gel dental infantil, com sabor, flúor ativo, 50 gr.	Tand	2,85	678,30

145	63	Und	Leite UHT Integral, ingredientes: leite integral, estabilizante tripolifosfato de sódio, difosfato de sódio e ortofosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 6g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	Aurora	1,74	109,62
-----	----	-----	--	--------	------	--------

			Leite UHT Semidesnatado, com teor de gordura de 1,5% a 1,8% produzido a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação, apresentando características, cor e aroma naturais ao produto. Embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, com rótulo contendo especificações do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).			
146	155	Und		Aurora	1,85	286,75
158	115	Und	Lustra móveis 500ml	Destac	5,22	600,30
166	25	und	Milho para pipoca 500g	Kanty	1,26	31,50
184	69	Und	Papel laminado grande 7,5m x 45cm	Wyda	2,94	202,86
201	75	Und	Pilha alcalina AAA com 2und	Panasonic	3,65	273,75
202	68	Und	Pilha alcalina AA2 pequena com 4und	Rayovac	4,49	305,32
203	23	Und	Pilha média, pacote com 2 unidades tipo alcalina	Rayovac	6,79	156,17
214	8	und	Polvilho azedo 500g	Lages	4,89	39,12
224	48	Und	Protetor solar Kids/ infantil 120 ml FPS 50 (fator) cremoso, c/ registro no ministério da saúde.	Anasol	28,96	1.390,08
225	15	Und	Protetor Solar Loção 120ml FPS mínima 30, c/ registro no ministério da saúde.	Luvex	29,00	435,00

			Sal refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e no máximo 15mg por Kg de acordo com a Legislação Federal Específica, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).			
266	11	Und		Diana	0,99	10,89
269	53	Und	Shampoo infantil de 400ml	Tra lá lá	6,54	346,62
304	46	Und	Vassoura de nylon com cabo	Condor	6,31	290,26
306	51	Und	Veneno granulado p/ ratos a base de Brodifacoum emb. c/ 25g	KLERAT	0,99	50,49
Total						17.755,01

O Valor total estimado desta ata é de R\$ 17.755,01 (Dezessete mil setecentos e cinquenta e cinco reais e um centavo).

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não se obrigando ao Município à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

- 5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.
54. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.
- 5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.
- 5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento - programa para 2015.

Órgão: 11 - FUNDOMUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto / Atividade: 2.075 - Operacionalização das ações gerais da saúde.

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Projeto / Atividade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

Unidade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Projeto / Atividade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Unidade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Projeto / Atividade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Unidade: 05.07 - Departamento de Cultura

Projeto / Atividade: 05.07 - Departamento de Cultura

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Unidade: 07.01 - Departamento de Municipal de Transportes

Projeto / Atividade: 07.01 - Departamento Municipal de Transportes

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA

Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 2.102 - Manutenção das atividades do CRAS

7. DOS PAGAMENTOS

- 7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão descontados da contratada.

- 7.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).
- 8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.
- 8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.
- 8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).
- 8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.
- 8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.
- 8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.
- 8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).
- 8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.
- 8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser

deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais objeto do presente edital deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da emissão/envio da Ordem de Fornecimento ou Nota de empenho, na Prefeitura Municipal de Peritiba, ou nas Secretarias conforme autorização.

9.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias.

9.2.1. Os produtos que não estiverem em conformidade ao que foi licitado e ou apresentarem vícios, deverão ter os mesmo corrigidos em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação.

9.3. Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data da convocação, o MUNICÍPIO convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas as faltosas as penalidades descritas no item 10.

9.3.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-símile.

9.4. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de Notas Fiscais distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, constando o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.5. O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade que deverá ser de no mínimo 1 (um) ano a contar do recebimento dos produtos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado, implica no pagamento de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela em atraso ou da nota de empenho, isentando em consequência o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

10.2 A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo.

10.3 A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5 A aplicação de multa, a ser determinada pelo MUNICÍPIO, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

10.6 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não mantiver a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) "Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos".

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente,

sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1 Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Quadro de Avisos do Município e no site www.peritiba.sc.gov.br

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a PREFEITA MUNICIPAL, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.4.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 87/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 49/2014, as propostas com preços e especificações.

15. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 09 de Janeiro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Município	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA Contratada
---	---

<hr/> LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha	
<hr/> GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha	
<hr/> PAULO CÉSAR SAATKAMP Assessor Jurídico OAB 13284	

ATA 06/2015 PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 87/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2014

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 49/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa MERCADO POLIANE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua do Comércio, 472, Centro, na cidade de Peritiba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 00.070.364/0001-48, neste ato representado por seu Representante Legal o Senhor Edison Bazei, portador da Carteira de Identidade nº 1.889.989 e CPF nº 690.494.949-87, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente ATA é o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Material de expediente, consumo e limpeza, pelo período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
20	138	Und	Balas mastigável diversos sabores (leite, nata, frutas e Iogurte) pacote 600g	Berbau	5,65	779,70
21	81	Und	Balas mastigável tipo "Butter Toffees" diversos sabores pacote 750g	Arcor	5,65	898,29
28	24	Und	Bomba inox média	NSZ	21,29	510,96
31	294	Und	Café em pó 500g extraforte	Melita	8,60	2.528,40
85	63	Und	Creme dental adulto 90g	Sorriso	1,28	80,64
97	560	Und	Detergente Liquido Neutro 500ml	Limpol	1,32	739,20
110	118	Und	Esponja de aço 8und	Bombril	1,09	128,62
116	150	Und	Filtro para bomba chimarrão	JM	1,15	172,50
127	75	Und	Gás de cozinha botijão de 13Kg sem casco	Copagas	48,50	3.637,50
128	38	Und	Gás P45	Copagas	229,90	8.736,20
168	58	Und	Óleo de Soja refinado tipo 1, acondicionado em embalagem pet de 900ml, original do fabricante, com prazo de validade e lote, especificações do produto e informações do fabricante, produto isento de registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	Soya	2,54	147,32
217	59	Und	Pratos de plástico branco p/ refeição, descartáveis, medindo aprox. 21cm de diâmetro c/ 10un		1,48	87,32
253	293	Und	Sabão em pó 2kg	Brilhante	9,84	2.883,12

294	25	Und	Toalha de banho cores claras me- dindo no mínimo 0,70x1,40m	Atlântica	15,50	387,50
Total						21.717,27

O Valor total estimado desta ata é de R\$ 21.717,27 (Vinte e um mil setecentos e dezessete reais e vinte e sete centavos).

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não se obrigando ao Município à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento - programa para 2015.

Órgão: 11 - FUNDOMUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto / Atividade: 2.075 - Operacionalização das ações gerais da saúde.

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Projeto / Atividade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

Unidade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Projeto / Atividade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Unidade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Projeto / Atividade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Unidade: 05.07 - Departamento de Cultura

Projeto / Atividade: 05.07 - Departamento de Cultura

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Unidade: 07.01 - Departamento de Municipal de Transportes

Projeto / Atividade: 07.01 - Departamento Municipal de Transportes

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA

Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 2.102 - Manutenção das atividades do CRAS

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão descontados da contratada.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.

8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).

8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.

8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).

8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais objeto do presente edital deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da emissão/envio da Ordem de Fornecimento ou Nota de empenho, na Prefeitura Municipal de Peritiba, ou nas Secretarias conforme autorização.

9.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias.

9.2.1. Os produtos que não estiverem em conformidade ao que foi licitado e ou apresentarem vícios, deverão ter os mesmo corrigidos em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação.

9.3. Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data da convocação, o MUNICÍPIO convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas as faltosas as penalidades descritas no item 10.

9.3.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-símile.

9.4. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de Notas Fiscais distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, constando o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.5. O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade que deverá ser de no mínimo 1 (um) ano a contar do recebimento dos produtos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado, implica no pagamento de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela em atraso ou da nota de empenho, isentando em consequência o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

10.2 A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo.

10.3 A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5 A aplicação de multa, a ser determinada pelo MUNICÍPIO, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

10.6 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro

Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;
Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
Não manter a proposta, injustificadamente;
Falhar ou fraudar na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo;
Cometer fraude fiscal.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) "Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos".

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1 Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Quadro de Avisos do Município e no site www.peritiba.sc.gov.br

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a PREFEITA MUNICIPAL, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.4.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 87/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 49/2014, as propostas com preços e especificações.

15. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 09 de Janeiro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Município	MERCADO POLIANE LTDA Contratada
---	------------------------------------

LIZIANE KLEIN GAERTNER
CPF: 031.965.439-78

Testemunha

GILBERTO TAKECHI GENTA
CPF: 009.359.289-28
Testemunha

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

ATA 07/2015 PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 87/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2014

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 49/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa TENDÊNCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Marechal Deodoro, 515, Concórdia/SC, inscrita no CNPJ nº 01.010.272/0001-35, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor Daniel Carlos Sander, portador da Carteira de Identidade nº 3572593 CPF nº 042.301.469-22, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente ATA é o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Material de expediente, consumo e limpeza, pelo período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
16	11	Und	Apagador para quadro branco	Carbrint	3,20	35,20
33	24	Und	Caixa alfinete para mapa com 50und	ACC	3,45	82,80
34	5	Und	Caixa de alfinete embalagem com 50gr nº 29.	ACC	3,55	17,75
36	4	Und	Caixa de grampos para grampeador 23/13 metálicos galvanizados com 1000 und	ACC	3,53	14,12
40	16	Und	Caneta corretiva 8 ml	Fabber	8,70	139,20

46	19	Und	Cartucho de reposição para marcador para quadro branco vermelho, verde, azul e preto.	Pilot	2,05	38,95
51	2	Und	Cartucho de tinta para impressora "kit" 311 azul, 312 amarelo, 313 vermelho para impressora laser jet cp1025 color 1º linha	HP Original	677,00	1.354,00
58	8	Und	Cartucho laser jet 1025, kit c/ - nº 310, 311, 312 e 313 1º linha.	HP Original	890,00	7.120,00
59	1	Und	Cartucho Lexmark X 544 1cg ciano 1º linha	Lexmark	545,00	545,00
61	1	Und	Cartucho Lexmark x 544 1mg magenta 1º linha	Lexmark	549,90	549,90
62	1	Und	Cartucho Lexmark x 544 1yg amarelo 1º linha	Lexmark	549,90	549,90
64	5	Und	Cartucho para impressora Sansung ML 2850 1º linha	Sansung	204,00	1.020,00
72	21	Und	Clips 2/0 com 500 un	ACC	8,95	187,95
73	33	Und	Clips 3/0 caixa com 500 unidades	ACC	8,99	296,67
74	35	Und	Clips 6/0 caixa com 212 unidades	ACC	8,65	302,75
76	18	Und	Clips coloridos de metal 2/0 com 100 unidades	ACC	5,85	105,30
94	13	Und	Detergente lava louças alcalino 5lt	LHE	16,90	219,70
98	16	Und	Dispensador de fita adesiva grande	Gramp line	14,49	231,84
99	281	Und	DVD Virgem	Elgin	0,75	210,75
118	29	Und	Fita adesiva tipo durex grande tamanho 12mmx30m	3M	1,02	29,58
137	23	Und	Grampos 106/6 com 2500und (grampeador de madeira)	Bachi	5,50	126,50
138	1	Und	Grampos 106/8 com 2500und	Bachi	6,90	6,90
143	20	Und	Lápis de cor com 12 unidades, tamanho grande	Bic	7,15	143,00
171	8	Und	Pacote cartão ponto com 100und	S Domingos	6,65	53,20
179	513	Und	Papel Almaco com pauta com 10 unidades	Credeal	0,62	318,06
187	30	Und	Papel vergê liso caixa com 50und 120g/m²	Off Paper	6,30	189,00
204	25	Und	Pincéis kit (nº 10, 12, 14, 16 e 18)	Condor	12,65	316,25
209	20	Und	Pistola de cola quente grande	CIS	17,40	348,00
210	13	Und	Pistola de cola quente pequena	CIS	17,00	221,00

213	15	Und	Plástico transparente para pasta catálogo A4 227x307mm, embalagem com 10 Und	Deo	1,50	22,50
220	20	Und	Prendedor de papel tipo grampomol, corpo medindo 51mm, abertura de 26 mm caixa com 12 unidades	Genmes	12,90	258,00
244	18	Und	Régua plástica 60cm	Waleu	3,00	54,00
286	49	Und	Tinta atóxica p/ pintura facial c/10 cores	Yur	14,80	725,20
Total						15.832,97

O valor total estimado desta ata é de R\$ 15.832,97 (Quinze mil oitocentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos).

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não se obrigando ao Município à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento - programa para 2015.

Órgão: 11 - FUNDOMUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto / Atividade: 2.075 - Operacionalização das ações gerais da saúde.

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Projeto / Atividade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

Unidade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Projeto / Atividade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Unidade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Projeto / Atividade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Unidade: 05.07 - Departamento de Cultura
Projeto / Atividade: 05.07 - Departamento de Cultura

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS
Unidade: 07.01 - Departamento Municipal de Transportes
Projeto / Atividade: 07.01 - Departamento Municipal de Transportes

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA
Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Projeto / Atividade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Projeto / Atividade: 2.102 - Manutenção das atividades do CRAS

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão descontados da contratada.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.

8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).

8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.

8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).

8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais objeto do presente edital deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da emissão/envio da Ordem de Fornecimento ou Nota de empenho, na Prefeitura Municipal de Peritiba, ou nas Secretarias conforme autorização.

9.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias.

9.2.1. Os produtos que não estiverem em conformidade ao que foi licitado e ou apresentarem vícios, deverão ter os mesmo corrigidos em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação.

9.3. Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data da convocação, o MUNICÍPIO convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas as faltosas as penalidades descritas no item 10.

9.3.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-símile.

9.4. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de Notas Fiscais distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, constando o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.5. O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade que deverá ser de no mínimo 1 (um) ano a contar do recebimento dos produtos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado, implica no pagamento de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela em atraso ou da nota de empenho, isentando em consequência o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

10.2 A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo.

10.3 A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5 A aplicação de multa, a ser determinada pelo MUNICÍPIO, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

10.6 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não mantiver a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) "Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos".

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1 Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Quadro de Avisos do Município e no site www.peritiba.sc.gov.br

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a PREFEITA MUNICIPAL, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.4.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 87/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 49/2014, as propostas com preços e especificações.

15. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 09 de Janeiro de 2015.

_____ NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Município	_____ TENDÊNCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA LTDA Contratada
--	--

LIZIANE KLEIN GAERTNER
CPF: 031.965.439-78
Testemunha

GILBERTO TAKECHI GENTA
CPF: 009.359.289-28
Testemunha

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

ATA 08/2015 PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 87/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2014

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 49/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Domingos Machado de Lima, 533, Loja 01, Concórdia/SC, inscrita no CNPJ nº 06.275.370/0001-18, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador o Senhor Valério Samuel Vancin, portador da Carteira de Identidade nº 1.879.223 CPF nº 949.928.519-91, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente ATA é o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Material de expediente, consumo e limpeza, pelo período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
47	125	Und	Cartucho de tinta impressora HP 21 preto 1º linha	HP Original	51,30	6.412,50

48	106	Und	Cartucho de tinta impressora HP 22 colorido 1º linha	HP Original	63,00	6.678,00
49	38	Und	Cartucho de Tinta impressora HP 60 Colorido 1º linha	HP Original	56,30	2.139,40
50	38	Und	Cartucho de Tinta impressora HP 60 Preto 1º linha	HP Original	45,00	1.710,00
63	8	Und	Cartucho Panasonic KX - MB 1530	Panasonic	359,00	2.872,00
169	13	Und	Pá para recolher lixo	Plastgramp	2,20	28,60
197	24	Und	Pen drive 16 GB	Sandisk	29,00	696,00
219	14	Und	Prendedor de papel tipo grampomol, - corpo medindo 32 mm, abertura de 15mm caixa com 12 unidades	Genmes	5,77	80,78
221	15	Und	Prendedor de papel tipo grampomol, corpo medindo 40 mm, abertura de 20mm caixa com 12 unidades	Genmes	10,13	151,95
228	13	Und	Recarga cartucho HP 670 Amarelo	Vancin	20,00	260,00
229	13	Und	Recarga cartucho HP 670 Ciano	Vancin	20,00	260,00
230	13	Und	Recarga cartucho HP 670 Magenta	Vancin	20,00	260,00
231	13	Und	Recarga cartucho HP 670 Preta	Vancin	20,00	260,00
232	8	Und	Recarga p/ LEXMARK E120	Vancin	65,00	520,00
234	6	Und	Recarga para impressora laser jet M1132 MFP	Vancin	25,00	150,00
235	6	Und	Recarga para impressora Samsung SCX5530FN	Vancin	120,00	720,00
236	8	Und	Recarga SANSUNG SCX 4623F	Vancin	55,00	440,00
245	14	Und	Repelente adultos 200ml	Repelex	15,80	221,20
246	6	Und	Repelente infantil aerossol 200ml	Repelex	15,80	94,80
258	26	Und	Sabonete Líquido 5lt	Illo	14,00	364,00
260	50	Und	Sacador de grampo	Cavia	1,00	50,00
301	6	Und	Toner Impressora Sansung SCX 4200 original	Sansung	260,00	1.560,00
302	10	Und	Toner para impressora Laser Jet M1132 MFP	HP	143,00	1430,00
Total						27.359,23

O Valor total estimado desta ata é de R\$ 27.359,23 (Vinte e sete mil trezentos e cinquenta e nove reais e vinte e três centavos).

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não se obrigando ao Município à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta

Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento - programa para 2015.

Órgão: 11 - FUNDOMUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto / Atividade: 2.075 - Operacionalização das ações gerais da saúde.

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Projeto / Atividade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

Unidade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Projeto / Atividade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Unidade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Projeto / Atividade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Unidade: 05.07 - Departamento de Cultura

Projeto / Atividade: 05.07 - Departamento de Cultura

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Unidade: 07.01 - Departamento de Municipal de Transportes

Projeto / Atividade: 07.01 - Departamento Municipal de Transportes

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA

Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 2.102 - Manutenção das atividades do CRAS

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão descontados da contratada.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.

8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).

8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.

8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).

8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais objeto do presente edital deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da emissão/envio da Ordem de Fornecimento ou Nota de empenho, na Prefeitura Municipal de Peritiba, ou nas Secretarias conforme autorização.

9.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias.

9.2.1. Os produtos que não estiverem em conformidade ao que foi licitado e ou apresentarem vícios, deverão ter os mesmo corrigidos em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação.

9.3. Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data da convocação, o MUNICÍPIO convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas as faltosas as penalidades descritas no item 10.

9.3.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-símile.

9.4. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de Notas Fiscais distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, constando o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.5. O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade que deverá ser de no mínimo 1 (um) ano a contar do recebimento dos produtos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado, implica no pagamento de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela em atraso ou da nota de empenho, isentando em consequência o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

10.2 A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo.

10.3 A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5 A aplicação de multa, a ser determinada pelo MUNICÍPIO, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

10.6 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não mantiver a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) “Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos”.

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização:

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1 Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Quadro de Avisos do Município e no site www.peritiba.sc.gov.br

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a PREFEITA MUNICIPAL, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.4.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1.1. Integrar a presente ata o Processo Licitatório nº 87/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 49/2014, as propostas com preços e especificações.

15. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 09 de Janeiro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Município	VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA EPP Contratada
---	--

LIZIANE KLEIN GAERTNER
CPF: 031.965.439-78
Testemunha

GILBERTO TAKECHI GENTA
CPF: 009.359.289-28
Testemunha

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

ATA 09/2015 PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 87/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2014

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 49/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa CASA PATRÍCIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à R. Brasília, 10, centro - Peritiba/SC, inscrita no CNPJ nº 08.334.130/0001-72, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador o Senhor Éder Gastmann, portador da Carteira de Identidade nº 14/R-2.820.985 CPF nº 027.867.009-14, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente ATA é o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Material de expediente, consumo e limpeza, pelo período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
10	20	Und	Alfinete cabeça colorido embalagem com 4 discos de 40 unidades.	Armarinhos FB	2,60	52,00
112	150	Und	Festão ramificado 270x25cm 400 galos.	Merita Xmas	27,99	4.198,50
113	150	Und	Festão triplo rígido 12x500cm	Merita Xmas	19,99	2.998,50
114	150	Und	Festão triplo rígido 18x500cm.	Merita Xmas	27,99	4.198,50
115	63	Und	Fibra Virgem Siliconada Pacotes com 5 kg.	Santa Fé	36,99	2.330,37
211	40	M	Plástico térmico estampado espessura 0,20 com 1,40m larg.	Vulcan	9,30	372,00
212	40	M	Plástico transparente espessura 0,15 com 1,40m larg.	Vulcan	6,45	258,00
274	60	M	Tecido cetim 100% poliéster cores diversas larg. 1,40m.	Dany	6,00	360,00
276	80	M	Tecido fibra em metro (manta acrílica) gramatura 130 com 1,30m de largura.	Ober	5,75	460,00

277	200	M	Tecido forro 100% poliester de cortina 3,00m larg. Cores diversas.	Cortex	14,30	2.860,00
279	300	M	Tecido oxford 100% poliester cores diversas 1,50m larg.	Tecipa	5,95	1.785,00
280	50	M	Tecido plano algodão cru 100% algodão 2,55m largura.	Dany	21,80	1.090,00
281	300	M	Tecido voal amassado 100% poliester 3,00m larg. Cores diversas	Cortex	14,90	4.470,00
282	300	M	Tecido voal liso 100% poliester 3,00m larg. Cores diversas.	Cortex	8,70	2.610,00
283	50	M	Tecido xadrez 100% poliéster 1,40m larg. de cores variadas.	Dany	5,60	280,00
Total						28.322,87

O Valor total estimado desta ata é de R\$ 28.322,87 (Vinte e oito mil trezentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos).

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não se obrigando ao Município à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento - programa para 2015.

Órgão: 11 - FUNDOMUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto / Atividade: 2.075 - Operacionalização das ações gerais da saúde.

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Projeto / Atividade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

Unidade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Projeto / Atividade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Unidade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Projeto / Atividade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Unidade: 05.07 - Departamento de Cultura

Projeto / Atividade: 05.07 - Departamento de Cultura

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Unidade: 07.01 - Departamento de Municipal de Transportes

Projeto / Atividade: 07.01 - Departamento Municipal de Transportes

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA

Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 2.102 - Manutenção das atividades do CRAS

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão descontados da contratada.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.

8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).

8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.

8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).

8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais objeto do presente edital deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da emissão/envio da Ordem de Fornecimento ou Nota de empenho, na Prefeitura Municipal de Peritiba, ou nas Secretarias conforme autorização.

9.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias.

9.2.1. Os produtos que não estiverem em conformidade ao que foi licitado e ou apresentarem vícios, deverão ter os mesmo corrigidos em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação.

9.3. Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data da convocação, o MUNICÍPIO convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas as faltosas as penalidades descritas no item 10.

9.3.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-simile.

9.4. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de Notas Fiscais distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, constando o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.5. O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na

Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade que deverá ser de no mínimo 1 (um) ano a contar do recebimento dos produtos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado, implica no pagamento de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela em atraso ou da nota de empenho, isentando em consequência o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

10.2 A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo.

10.3 A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5 A aplicação de multa, a ser determinada pelo MUNICÍPIO, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

10.6 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não mantiver a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) "Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos".

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1 Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Quadro de Avisos do Município e no site www.peritiba.sc.gov.br

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a PREFEITA MUNICIPAL, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado,

e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.4.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 87/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 49/2014, as propostas com preços e especificações.

15. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 09 de Janeiro de 2015.

<hr/>	<hr/>
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Município	CASA PATRÍCIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EPP Contratada

<hr/>
LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha
<hr/>
GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha
<hr/>
PAULO CÉSAR SAATKAMP Assessor Jurídico OAB 13284

ATA 10/2015 PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 87/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2014

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 49/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Silvino Ciarinni, 530, Sala 01, Concórdia/SC, inscrita no CNPJ nº 11.499.653/0001-83, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor Kleber Luiz Libano, portador da Carteira de Identidade nº 26994569 CPF nº 848.629.399-53, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente ATA é o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Material de expediente, consumo e limpeza, pelo período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
5	265	Und	Água sanitária 5lt	ILLO	4,70	1.245,50
6	175	Und	Água Sanitária concentrada 5lt	ILLO	11,00	1.925,00
9	286	Und	Álcool líquido 70% 1 lt	FLOPS	3,29	940,94
11	169	Und	Alvejante 5lt	ILLO	4,70	794,30
12	285	Und	Alvejante sem cloro 5lt	ILLO	9,00	2.565,00
13	76	Und	Amaciante de roupa 2lt	GOTA LIMPA	3,30	250,80
14	76	Und	Amaciante de roupa 5lt	ILLO	7,35	558,60
15	113	Und	Anti-mofo desumidificador (pote)	GOTA LIMPA	4,50	508,50
17	56	Und	Apontador de plástico com depósito	FABER	2,14	119,84
22	28	Und	Balde 12 lt de plástico resistente	ARQPLAST	5,65	158,20
23	31	Und	Balde 8 lt de plástico resistente	ARQPLAST	2,90	89,90
24	10	Und	Barbante fio cru para crochê nº 2 com no mínimo 1800m.	CIRCULO	12,40	124,00
25	10	Und	Barbante fio cru para crochê nº 4 com no mínimo 1000m.	CIRCULO	12,40	124,00
26	10	Und	Barbante fio cru para crochê nº 6 com no mínimo 700m.	CIRCULO	12,40	124,00
27	113	Und	Bolsa branca Grande tam aprox. 58x84cm	MARTINS	1,60	180,80
32	203	Und	Café granulado solúvel instantâneo, com selo da ABIC 200g	AMIGO	6,57	1.333,71
41	1390	Und	Caneta esferográfica azul	FABER CASTEL	0,50	695,00
42	840	Und	Caneta esferográfica preta	FABER CASTEL	0,50	420,00
43	263	Und	Caneta esferográfica Vermelha	FABER CASTEL	0,50	131,50
44	13	Und	Canetinhas/marcadores 12 unidade	FABER CASTEL	12,30	159,90
45	200	Und	Cartolina 150g, 50x66cm, Cores diversas	JANDAIA	0,25	50,00
56	4	Und	Cartucho HP Deskjet 1000-122 colorido original	HP	31,32	125,28
57	9	Und	Cartucho HP Deskjet 1000-122 preto original	HP	31,62	284,58
66	238	Und	CD virgem	MULTILASER	0,52	123,76
69	56	Und	Cera Líq. Diversas cores frasco 750ml	BRY	2,35	131,60
70	16	Und	Cera preta 5lt	INGLESA	30,00	480,00
75	10	Und	Clips 8/0 com 25 unidades	ACC	2,25	22,50
77	81	Und	Cola branca 110g	FRAMA	1,50	121,50
78	104	Und	Cola de alta precisão 5 gramas	BIC	5,25	546,00
80	669	Und	Copo descartável 180ml com 100und	CRISTAL COPO	2,26	1.511,94

81	100	Und	Copo descartável 200ml com 100und	CRISTAL COPO	2,68	268,00
82	135	Und	Copo descartável 50ml com 100und	CRISTAL COPO	1,20	162,00
83	486	Und	Copo descartável 80ml com 100und	CRISTAL COPO	2,20	1.069,20
84	63	Und	Corretivo liquido 18ml	ACRILEX	1,15	72,45
87	333	Und	Desengordurante multiuso frasco 500ml	UAU	2,65	882,45
88	31	Und	Desengraxante 5lt	ILLO	8,00	248,00
89	86	Und	Desinfetante 2 lt	GOTA LIMPA	3,50	301,00
90	336	Und	Desinfetante 5lt	ILLO	5,90	1.982,40
93	200	Und	Detergente con-centrado gel para louças, embalagem com 500ml	LIMPOL	1,50	300,00
96	83	Und	Detergente limpa piso 5lt	SUPER CLEAR	12,50	1.037,50
100	256	Und	E.V.A. (50x40cm 1,8 mm) cores diversas	EVEAT	1,00	256,00
103	200	Und	Embalagem para alimentos 8kg com 100und.	MEGA MIL	4,15	830,00
105	4	Und	Escada de alumínio com 7 degraus	MOR	120,00	480,00
106	50	Und	Escova para banheiro com suporte	SANY PLIN	4,82	241,00
107	10	Und	Escova para lavar roupas, base em madeira totalmente lisa com tamanho aproximado de 12cm	CONDOR	1,39	13,90
108	19	Und	Escova plástica para lavar roupas	BETANIN	2,15	40,85
117	89	Und	Filtro para cafeteira com 30 unidades	BRIGITA	1,89	168,21
121	59	Und	Fita Crepe branca aprox. 2cm	3M	1,44	84,96
123	171	Und	Fita larga transparente 45mmx50m	3M	2,40	410,40
124	41	Und	Folhas de isopor de 1mx50cmx1,5cm Comp x Larg x Esp	STYROCORTE	2,24	91,84
131	313	Und	Giz branco para quadro negro (antialérgico) c/ 64und	DELTA	1,39	435,07
132	165	Und	Giz colorido para quadro negro (antialérgico) c/ 64und	DELTA	2,10	346,50
133	34	Und	Grampeador capacidade mínima 25 folhas em metal	LYKE	16,75	569,50
134	40	Und	Grampeador capacidade mínima 45 folhas	LYKE	30,00	1.200,00
135	9	Und	Grampeador para madeira com botão de ajuste de pressão, todo em metal.	SERTIC	48,60	437,40
139	138	Und	Guardanapo de papel 23x23 cm embalagem c/ 50und	DIPLOMATA	0,60	82,80
140	89	Und	Inseticida aerosol 300ml	BOM BRIL	5,00	445,00

141	38	Und	Isqueiro a gás grande	BIC	2,79	106,02
142	25	Und	Lápis 6B	MERCUR	1,00	25,00
144	78	Und	Lápis de escrever sextavado	FABER CASTEL	0,45	35,10
147	5	Und	Limpa alumínio 5lt	ILLO	8,00	40,00
149	56	Und	Limpa vidro, líquido para limpeza de vidros e acrílicos 500ml	UAU	2,60	145,60
150	18	Und	Limpa vidro 5lt	ILLO	9,60	172,80
151	234	Und	Limpador 1 lt	SUPER CLEAR	2,80	655,20
152	58	Und	Limpador limpeza pesada 5lt	ILLO	10,50	609,00
153	21	Und	Limpador multi uso 5lt	ILLO	8,00	168,00
154	69	Und	Lixa para fogão (folhas)	CARBURUNDO	1,00	69,00
157	36	Und	Loção repelente de insetos cremosa textura suave embalagem com 117 ml.	REPELEX	14,98	539,28
162	83	Par	Luva latex tam M curta (par)	DANNY	1,49	123,67
163	151	Par	Luva latex tam M longa (par)	DANNY	1,49	224,99
164	180	Und	Marcador de texto	LYKE	0,65	117,00
167	44	Und	Óleo de peroba 100ml	ÓLEO DE PEROBA	4,60	202,40
170	18	Und	Pá para recolher lixo com cabo	SENDOR	14,70	264,60
173	34	Und	Palitos p/ picolé com extremidades arredondadas c/ 100 und	THEOTTO	2,85	96,90
175	150	Und	Pano de prato branco, com barra, de 76x49cm	MARTINS	2,00	300,00
176	61	Und	Pano para chão, tipo saco, medida aprox: 46x70cm	MARTINS	1,85	112,85
177	143	Und	Pano para limpeza em flanela, 50x27cm, cor laranja	MARTINS	1,00	143,00
178	525	Und	Papel tipo A4 multiuso 75g, cor branca, papel produzido com fibras virgens de eucalipto, tratados para obter um elevado grau de brancura (alcalina). Produzido com fibra de madeira 100% reflorestada. Dimensões: 210x297mm. Resmas de 500 folhas.	NOBYLE	12,30	6.457,50
180	1500	Und	Papel higiênico branco com 4 rolos de 60 metros	FOFINHO	3,00	4.500,00
182	26	Und	Papel higiênico, fardo com 8 rolos grande de 300m	FLORAX	36,15	939,90
185	1874	Und	Papel toalha branco com 1000und	MISS PAPEIS	4,95	9.276,30

189	234	Und	Pasta A-Z de primeira qualidade ofício larga executive. medidas - 28,5 x 34,5 x 7,3 cm	CHIES	8,30	1.942,20
190	31	Und	Pasta Catálogo A4, 227x307mm, preta, em PVC, visor de identificação, c/ 50 envelopes em plástico transparente, c/ Visor para identificação, c/ 4 colchetes	ACP	7,99	247,69
194	1038	Und	Pasta suspensa marmorizada de primeira qualidade vareta metal ponteira plástica	TIMPEL	1,70	1.764,60
198	30	Und	Pen drive 4 GB	SAN DISC	16,00	480,00
199	83	Und	Pen drive 8 GB	SAN DISC	14,70	1.220,10
205	41	Und	Pincel atômico azul	FABER CASTEL	1,75	71,75
206	35	Und	Pincel atômico preto	FABER CASTEL	1,75	61,25
207	29	Und	Pincel atômico vermelho	FABER CASTEL	1,75	50,75
208	13	Und	Pincel p/ pintura em tecido, Kit c/ no mínimo 6 pincéis (Nº 06 redondo pituá, Nº 16 chato, Nº 06 chato aparado e lixado, Nº 12 chato aparado e lixado, Nº 14 chato aparado e lixado e Nº 00 redondo).	CONDOR	23,00	299,00
215	4	Und	Porta copos 180 ml	JSN	34,90	139,60
216	6	Und	Porta copos 50 ml	JSN	28,90	173,40
226	51	Und	Querosene para limpeza frasco c/ 900ml	GUANABARA	5,84	297,84
227	96	Und	Recado auto adesivo 51x38mm com 4 blocos de 100 folhas	LYKE	2,09	200,64
237	116	Und	Refil de cola quente transparente espessura grossa 11,2 x 300mm embalagem c/ 1kg	RENDICOLA	15,70	1.821,20
238	109	Und	Refil de cola quente transparente espessura fina 7,5mm x 300mm embalagem c/ 1kg	RENDICOLA	15,70	1.711,30
241	51	Und	Régua de alumínio 30cm	GOLLER	2,50	127,50
242	16	Und	Régua grande de madeira 1 metro	SOUZA	4,85	77,60
243	33	Und	Régua plástica 30cm	WALEU	0,40	13,20
248	5	Und	Rodo com cabo de madeira com lâmina de borracha 40cm	INCAVAS	6,20	31,00
249	21	Und	Rodo com cabo de madeira com lâmina de borracha 60cm	SENDOR	17,25	362,25
250	84	Und	Rodo de espuma com cabo	SENDOR	6,70	562,80
251	76	Und	Sabão de alcool em barra 400 gramas	PLANALTO	2,05	155,80

252	25	Und	Sabão em barra com 5 und	PLANALTO	3,70	92,50
254	11	Und	Sabonete antisséptico 5l	PREMISSE	24,00	264,00
256	123	Und	Sabonete infantil 80g	BABY	0,90	110,70
257	129	Und	Sabonete Líquido 1lt, fragrâncias diversas	ILLO	6,50	838,50
261	765	Und	Saco de lixo 100 litros com 25und	PEGA LIXO	5,25	4.016,25
262	325	Und	Saco de lixo 15 litros com 100und	PEGA LIXO	5,25	1.706,25
263	363	Und	Saco de lixo 30 litros com 50und	PEGA LIXO	5,25	1.905,75
264	163	Und	Saco de lixo 50 litros com 50und	PEGA LIXO	5,25	855,75
265	10	Und	Saco para lixo 25lts preto, rolo com 50 unidades	PEGA LIXO	3,50	35,00
267	44	Und	Sapólio em pó 300g	RADIUM	2,40	105,60
268	234	Und	Sapólio líquido 300ml	RADIUM	3,63	849,42
272	38	Und	Talco infantil 200g	YORK	5,50	209,00
273	60	M	Tecido 100% algodão estampado cores diversas 1,50m. de largura.	CATARINENSE	15,50	930,00
275	50	M	Tecido feltro 100% poliéster cores diversas 1,40m de largura.	CATARINENSE	13,00	650,00
278	100	M	Tecido juta cru 0,80m largura.	CATARINENSE	5,85	585,00
284	58	Und	Tesoura com Lâmina em aço inox e Cabo em polipropileno e borracha termoplástica natural com comprimento de aproximadamente 20cm	CLASSE	6,90	400,20
287	40	Und	Tinta cola dimensional c/ glitter 3D varias cores 35ml.	ACRILEX	1,90	76,00
291	31	Und	Tinta PVA para madeira, embalagem c/ 100ml, cores diversas	ACRILEX	4,10	127,10
292	483	Und	Tira manchas liquido 500ml	VANISCH	5,15	2.487,45
293	1438	M	TNT diversas cores, com no mínimo 1,40M de Largura e gramatura 40 g/m2	SANTA FÉ	1,07	1.538,66
296	110	Und	Toalha de banho simples (para chão)	FLABON	3,50	385,00
297	40	Und	Toalha de rosto claras	ATLANTICA	5,00	200,00
298	35	Und	Toalha de rosto escuras	ATLANTICA	5,00	175,00
299	44	Und	Toalhas de prato	MARTINS	2,10	92,40
300	888	Und	Toalhas interfolhas 2 dobras branco extra luxo 23x20 com 1000 toalhas	MISS PAPEIS	6,10	5.416,80
303	65	Und	Umidificador de dedos	CENTRAL	3,15	204,75
Total						89.695,74

O Valor total estimado desta ata é de R\$ 89.695,74 (Oitenta e nove mil seiscentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos).

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não se obrigando ao Município à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento - programa para 2015.

Órgão: 11 - FUNDOMUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto / Atividade: 2.075 - Operacionalização das ações gerais da saúde.

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Projeto / Atividade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

Unidade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Projeto / Atividade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Unidade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Projeto / Atividade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Unidade: 05.07 - Departamento de Cultura

Projeto / Atividade: 05.07 - Departamento de Cultura

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Unidade: 07.01 - Departamento de Municipal de Transportes

Projeto / Atividade: 07.01 - Departamento Municipal de Transportes

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA

Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 2.102 - Manutenção das atividades do CRAS

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão

descontados da contratada.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.

8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).

8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.

8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).

8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais objeto do presente edital deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da emissão/envio da Ordem de Fornecimento ou Nota de empenho, na Prefeitura Municipal de Peritiba, ou nas Secretarias conforme autorização.

9.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias.

9.2.1. Os produtos que não estiverem em conformidade ao que foi licitado e ou apresentarem vícios, deverão ter os mesmo corrigidos em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação.

9.3. Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data da convocação, o MUNICÍPIO convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas as faltosas as penalidades descritas no item 10.

9.3.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-simile.

9.4. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de Notas Fiscais distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, constando o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.5. O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade que deverá ser de no mínimo 1 (um) ano a contar do recebimento dos produtos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado, implica no pagamento de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela em atraso ou da nota de empenho, isentando em consequência o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

10.2 A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo.

10.3 A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5 A aplicação de multa, a ser determinada pelo MUNICÍPIO, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

10.6 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não mantiver a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;
Cometer fraude fiscal.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) "Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos".

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1 Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Quadro de Avisos do Município e no site www.peritiba.sc.gov.br

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a PREFEITA MUNICIPAL, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.4.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 87/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 49/2014, as propostas com preços e especificações.

15. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 09 de Janeiro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Município	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME Contratada
---	---

LIZIANE KLEIN GAERTNER
CPF: 031.965.439-78
Testemunha

GILBERTO TAKECHI GENTA
CPF: 009.359.289-28
Testemunha

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

ATA 11/2015 PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 87/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2014

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 49/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 05.919.156/0001-94, com sede à R Francisco de Paula Rodrigues Alves, 825 - Letra D, Bairro bela Vista - Chapecó/SC neste ato representada pelo seu Procurador Edson Pederssetti, portador da Carteira de Identidade nº 4.653.246-3 CPF nº 054.921.239-63, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente ATA é o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Material de expediente, consumo e limpeza, pelo período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
4	106	Und	Água sanitária 2lt	Ramalet	2,65	280,90
8	223	Und	Álcool gel Etilico Hidratado 70% 1lt	Mega	4,82	1.074,86
67	78	Und	Cera incolor 5 l	Bravo	31,00	2.418,00
126	25	Und	Garrafa térmica 1,8 litros	Aladim	40,50	1.012,50
129	25	Und	Gel dental infantil de 0 a 3 anos, sem flúor, com sabor tutti-frutti.	Alegrinho	3,90	97,50
161	89	Par	Luva de látex para procedimentos não cirúrgicos, não estéreis, totalmente isenta de pó, ambidestras, c/ 100un, tamanho M.	Descarpac	13,99	1.245,11
181	2388	Und	Papel higiênico folha dupla com 4 rolos (macio)	Fofinho	2,80	6.686,40

195	238	Und	Pedra sanitária com cesto	Sany	1,23	292,74
196	163	Und	Pedra sanitária sem cesto	Sany	0,72	117,36
218	59	Und	Pratos de plastico branco p/ sobre-mesa, descartáveis, medindo aprox. 15cm de diâmetro c/ 10un	Coposul	0,70	41,30
Total						13.266,67

O Valor total estimado desta ata é de R\$ 13.266,67 (Treze mil duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não se obrigando ao Município à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento - programa para 2015.

Órgão: 11 - FUNDOMUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto / Atividade: 2.075 - Operacionalização das ações gerais da saúde.

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Projeto / Atividade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

Unidade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Projeto / Atividade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Unidade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Projeto / Atividade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Unidade: 05.07 - Departamento de Cultura

Projeto / Atividade: 05.07 - Departamento de Cultura

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Unidade: 07.01 - Departamento de Municipal de Transportes
Projeto / Atividade: 07.01 - Departamento Municipal de Transportes

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA
Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Projeto / Atividade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Projeto / Atividade: 2.102 - Manutenção das atividades do CRAS

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão descontados da contratada.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.

8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).

8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.

8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).

8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais objeto do presente edital deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da emissão/envio da Ordem de Fornecimento ou Nota de empenho, na Prefeitura Municipal de Peritiba, ou nas Secretarias conforme autorização.

9.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias.

9.2.1. Os produtos que não estiverem em conformidade ao que foi licitado e ou apresentarem vícios, deverão ter os mesmos corrigidos em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação.

9.3. Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data da convocação, o MUNICÍPIO convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas as faltosas as penalidades descritas no item 10.

9.3.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-símile.

9.4. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de Notas Fiscais distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, constando o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.5. O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade que deverá ser de no mínimo 1 (um) ano a contar do recebimento dos produtos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado, implica no pagamento de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela em atraso ou da nota de empenho, isentando em consequência o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

10.2 A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo.

10.3 A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5 A aplicação de multa, a ser determinada pelo MUNICÍPIO, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

10.6 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não manter a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) "Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos".

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1 Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Quadro de Avisos do Município e no site www.peritiba.sc.gov.br

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a PREFEITA MUNICIPAL, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.4.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 87/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 49/2014, as propostas com preços e especificações.

15. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 09 de Janeiro de 2015.

 NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Município	 AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP Contratada
---	---

 LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha	 GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha
 PAULO CÉSAR SAATKAMP Assessor Jurídico OAB 13284	

ATA 12/2015 PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 87/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2014

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 49/2014, RESOLVE: registrar o preço da empresa COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Severino Slongo, 30, Lacerdópolis/SC, inscrita no CNPJ nº 05.758.684/0001-09, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor Roberto Antonio Tessaro, portador da Carteira de Identidade 2.140.493 CPF nº 518.089.929-34, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente ATA é o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Material de expediente, consumo e limpeza, pelo período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
3	163	Und	Adesivo instantâneo multiuso, média viscosidade 50 gramas (Linha artesanato)	Tek Bond	11,70	1.907,10
7	214	Und	Água sanitária perfumada com cloro 5 lt	Qboa	10,99	2.351,86
29	81	Und	Borrachas brancas com capa plástica	Faber	1,50	121,50
30	46	Und	Caderno grande 1 matéria - capa dura	Credeal	3,25	149,50

37	100	Und	Caixa de Grampos para grampeador 26/6 metálicos galvanizados com 5000	ACC	4,05	405,00
38	4	Und	Caixa de Grampos para grampeador 26/8 metálicos galvanizados com 5000	ACC	5,04	20,16
39	164	Und	Caixa para arquivo morto polipropileno 35x24x13cm cor Azul	Alaplast	2,65	434,60
52	30	Und	Cartucho HP 670 Amarelo 1º linha	HP Original	30,50	915,00
53	30	Und	Cartucho HP 670 Ciano 1º linha	HP Original	30,50	915,00
54	30	Und	Cartucho HP 670 Magenta 1º linha	HP Original	30,50	915,00
55	53	Und	Cartucho HP 670 preta 1º linha	HP Original	28,90	1.531,70
79	10	Und	Cola para artesanato - adesivo vinílico disperso em água, de cor branca, odor característico e média viscosidade, que após seco apresenta uma película transparente, plastificada, de alta resistência ao descolamento. Embalagem com 500g	Cascola	10,20	102,00
91	63	Und	Desinfetante germicida, embalagem 2lts	Universal	3,20	201,60
92	201	Und	Desodorizador/ Neutralizador de ambientes 500ml	LHE	7,45	1.497,45
95	35	Und	Detergente limpa piso 1lt	Super Clean	18,00	630,00
111	295	Und	Esponja de lavar louça com 3 und	Scotch Brite	2,39	705,05
119	23	Und	Fita adesiva tipo durex grande tamanho 12mmx50m	3M	1,85	42,55
120	63	Und	Fita Crepe	3M	3,30	207,90
122	38	Und	Fita dupla face transparente	3M	9,00	342,00
125	4	Und	Galão térmico grande 12 litros com pézinho	Invicta	135,00	540,00
136	23	Und	Grampo trilho metal com 50und Romeu e Julieta	ACC	7,40	170,20
148	25	Und	Limpa pedra 5lt	Illo	12,20	305,00
155	39	Und	Lixeira para banheiro cesto 10 litros	Tritec	9,00	351,00
156	9	Und	Lixeira para cozinha 10 litros	Tritec	14,00	126,00
159	75	Par	Luva de borracha reforçada M	Dany longatec	6,60	495,00
160	25	Par	Luva de borracha reforçada tamanho G	Dany longatec	6,60	165,00
165	80	Und	Marcador para quadro branco redondo recarregável médio, vermelho, verde, azul e preto	Pilot	5,00	400,00
172	65	Und	Palito de churrasco com 100und	Gaboardi	3,70	240,50

174	24	Und	Palitos para algodão doce 40cm pacote com 1000und	Gaboardi	113,00	2.712,00
183	8	Und	Papel Kraft bobina 80g - 60 cm - 140 metros (papel pardo)	São João	46,00	368,00
186	391	Und	Papel toalha branco, pacote com 2 rolos	Maxim	2,44	954,04
188	39	Und	Papel vergê liso caixa com 50und 180g/m²	Off Paper	7,60	296,40
191	63	Und	Pasta classifica- dora tamanho 345x235mm pacote com 10und, grama- tura 480grs	Dello	27,50	1.732,50
192	76	Und	Pasta de plástico com elástico tama- nho 233x348mm	Alaplast	1,20	91,20
193	86	Und	Pasta de plástico escolar tamanho 233x348x40mm	Alaplast	2,05	176,30
200	21	Und	Perfurador em metal 2 furos capacidade mínima 25 folhas	Like	14,79	310,59
222	96	Und	Prendedor de roupas de madeira com 12und	Gaboardi	0,80	76,80
223	63	Und	Primer p/ artesanato embalagem c/ 100ml	Acrilex	6,40	403,20
239	15	Und	Refil mop parede (pó) 25x12cm	Nobre	37,00	555,00
240	10	Und	Refil mop parede (pó) 40x12cm	Nobre	40,00	400,00
247	8	Und	Rodo com braçadeira plástica 45 cm	Perovinha	33,00	264,00
255	8	Und	Sabonete espuma para aplicadores de pressão embalagem de 1L	Biolux	18,00	144,00
259	11	Und	Saboneteira p/ refil de sabonete líquido	Trilha Plus	21,00	231,00
270	6	Und	Suporte dispensor de papel toalha interfolhas	Trilha	23,00	138,00
271	29	Und	Suporte p/ papel higiênico grande (300m)	Trilha	21,45	622,05
285	10	Und	Tesouras de picote 665-8	Mundial	64,00	640,00
288	26	Und	Tinta cola dimensio- nal para relevo c/ 35ml, cores diversas	Acrilex	2,09	54,34
289	125	Und	Tinta guache 250 ml cores cores diversas	Acrilex	2,09	336,25
290	188	Und	Tinta para tecido, Não tóxica, resis- tente a lavagens, embalagem c/ 37ml, cores diversas	Acrilex	1,57	295,16
295	93	Und	Toalha de banho cores escuras, medindo no mínimo 0,70x1,40m	Atlântica	10,20	948,60
305	129	Und	Vassoura de palha com cabo	NZ	17,00	2.193,00
Total						30.130,10

O Valor total estimado desta ata é de R\$ 30.130,10 (Trinta mil cento e trinta reais e dez centavos).

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não se obrigando ao Município à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento - programa para 2015.

Órgão: 11 - FUNDOMUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto / Atividade: 2.075 - Operacionalização das ações gerais da saúde.

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Projeto / Atividade: 03.00 - Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

Unidade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Projeto / Atividade: 05.01 - Departamento de Ensino Infantil

Unidade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Projeto / Atividade: 05.02 - Departamento de Ensino Fundamental

Unidade: 05.07 - Departamento de Cultura

Projeto / Atividade: 05.07 - Departamento de Cultura

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Unidade: 07.01 - Departamento de Municipal de Transportes

Projeto / Atividade: 07.01 - Departamento Municipal de Transportes

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA

Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Projeto / Atividade: 2.102 - Manutenção das atividades do CRAS

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos para o Município, estes serão

descontados da contratada.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.

8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).

8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.

8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).

8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais objeto do presente edital deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da emissão/envio da Ordem de Fornecimento ou Nota de empenho, na Prefeitura Municipal de Peritiba, ou nas Secretarias conforme autorização.

9.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias.

9.2.1. Os produtos que não estiverem em conformidade ao que foi licitado e ou apresentarem vícios, deverão ter os mesmo corrigidos em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação.

9.3. Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data da convocação, o MUNICÍPIO convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas as faltosas as penalidades descritas no item 10.

9.3.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-simile.

9.4. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de Notas Fiscais distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, constando o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.5. O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade que deverá ser de no mínimo 1 (um) ano a contar do recebimento dos produtos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado, implica no pagamento de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela em atraso ou da nota de empenho, isentando em consequência o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

10.2 A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo.

10.3 A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com à presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5 A aplicação de multa, a ser determinada pelo MUNICÍPIO, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

10.6 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não retirar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não mantiver a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;
Cometer fraude fiscal.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) "Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos".

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1 Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Quadro de Avisos do Município e no site www.peritiba.sc.gov.br

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a PREFEITA MUNICIPAL, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.4.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 87/2014; o Edital do Pregão Presencial nº 49/2014, as propostas com preços e especificações.

15. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 09 de Janeiro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Município	COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME Contratada

LIZIANE KLEIN GAERTNER
CPF: 031.965.439-78
Testemunha

GILBERTO TAKECHI GENTA
CPF: 009.359.289-28
Testemunha

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

EXTRATO DE CONTRATO 09/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 75/2014 - Tomada de Preços nº 04/2014.

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de Conclusão de Barracão Industrial, com área total de 1.340,91 m², situado à Rua do Comércio, lote urbano, centro, Peritiba - SC.

Dados do Contrato: Contrato nº 09/2015

Contratado: CHAVE CERTA CASA E CONSTRUCAO EIRELI - ME.

CNPJ: 13.178.732/0001-18

Data de Vigência: 08/01/2015 à 08/05/2015

Valor do Contrato: R\$ 87.256,65 (Oitenta e sete mil duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

Município de Peritiba - SC em 08 de Janeiro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 10/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 71/2014, Pregão Presencial nº 37/2014.

Objeto: Prestação de serviços de seguro para os veículos e máquinas da frota Municipal.

Dados do Contrato: Contrato nº 10/2015

Contratado: ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL)S.A.

CNPJ: 33.065.699/0001-27

Data de Vigência: 20/01/2015 à 20/01/2016

Valor do Contrato: R\$ 15.965,00 (Quize mil novecentos e sessenta e cinco reais).

Município de Peritiba - SC em 08 de Janeiro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 11/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 71/2014, Pregão Presencial nº 37/2014.
Objeto: Prestação de serviços de seguro para os veículos e máquinas da frota Municipal.
Dados do Contrato: Contrato nº 11/2015
Contratado: GENTE SEGURADORA SA.
CNPJ: 90.180.605/0001-02
Data de Vigência: 20/01/2015 à 20/01/2016
Valor do Contrato: R\$ 19.390,00 (Dezenove mil trezentos e noventa reais).

Município de Peritiba - SC em 08 de Janeiro de 2015.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 12/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 34/2014, Tomada de Preços nº 02/2014.
Objeto: Contratação de empresas do ramo de engenharia e/ou construção civil para Execução de obra de Redes de Água para as Comunidades de Alto São Pedro, Linha Caravágio, Linha Maria Goretti, Linha Vila Nova e Linha São Miguel.
Dados do Contrato: Contrato nº 12/2015
Contratado: J. DOS SANTOS - EPP.
CNPJ: 10.872.564/0001-78
Data de Vigência: 16/01/2015 à 16/09/2015
Valor do Contrato: R\$ 1.117.905,58 (Um milhão cento e dezessete mil novecentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

Município de Peritiba - SC em 16 de Janeiro de 2015.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Petrolândia**PREFEITURA****CONTRATO Nº 01/2015**

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, inscrito no CNPJ: 09.427.503/0001-12. Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM/SC), ADMINISTRADO PELO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA). Data: 05/01/2015. Valor dos Serviços: R\$ 3.540,00.

Petrolândia, 19 de janeiro de 2015.

Joel Longen
Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 02/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a empresa INFO DIGITALLÉ SOLUÇÕES TÉCNICAS PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ: 86.731.494/0001-08. Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GEDOC, DESTINADO AO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS (LEIS MUNICIPAIS, DECRETOS, PORTARIAS, CORRESPONDÊNCIAS, CONTRATOS, REQUERIMENTOS, PARECERES JURÍDICOS, EDITAIS, MEDIDAS PROVISÓRIAS, LEI ORGÂNICA E OUTROS) COM O DEVIDO ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS SUAS FASES PROCESSUAIS, DE FORMA ORDENADA, POSSIBILITANDO A PESQUISA E A VISUALIZAÇÃO DE TODAS AS PEÇAS E O SEU ARMAZENAMENTO DIGITAL. Data: 05/01/2015. Valor dos Serviços: R\$ 3.480,84.

Petrolândia, 19 de janeiro de 2015.

Joel Longen
Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 03/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a empresa INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ: 08.662.246/0001-30. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTAS PÚBLICAS, GERAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015 E SERVIÇOS MENSIS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS NO SISTEMA DE CONTAS PÚBLICAS". Data: 05/01/2015. Valor dos Serviços: R\$ 3.534,38.

Petrolândia, 19 de janeiro de 2015.

Joel Longen
Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 04/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a empresa INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ: 08.662.246/0001-30. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS SOFTWARES "SCP - SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL" E "AVALIAÇÃO FUNCIONAL". Data: 05/01/2015. Valor dos Serviços: R\$ 4.711,51.

Petrolândia, 19 de janeiro de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 05/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e o Senhor CLAUDINEI ROLING, inscrito no CPF: 050.365.359-44. Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL RURAL, SITUADO NA LOCALIDADE DE RIO DE DENTRO, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, NO QUAL ESTÁ LOCALIZADA UMA JAZIDA DE PEDRAS, E QUE POR ESTE INSTRUMENTO, FICA O OUTORGADO AUTORIZADO A EXPLORAR, EXTRAIR, REMOVER E TRANSPORTAR O MATERIAL DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO QUE SE ENCONTRA NUMA ÁREA DE 30.000M² (TRINTA MIL METROS QUADRADOS), JÁ DEMARCADOS. Data: 16/01/2015. Valor da Locação: R\$ 5.000,00.

Petrolândia, 19 de janeiro de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto**PREFEITURA****PORTARIA N. 017 DE 12 DE JANEIRO DE 2015.**

PORTARIA N. 017 DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

NOMEIA DANIELLI POSSERA PARA O CARGO DE ATENDENTE DE CRECHE I, CONCURSO PÚBLICO 001/2014. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2014;

Considerando o resultado dos exames médicos realizados pelo candidato aprovado em concurso público;

Considerando o disposto na Portaria n.º 375 de 10 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear, mediante concurso público DANIELLI POSSERA, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 081.549.649-51, para o exercício do cargo público de ATENDENTE DE CRECHE I, com vencimento conforme lei complementar nº168 de 09 de novembro de 2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sob regime jurídico Estatutário, na forma que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 016, de 17 de novembro de 1992, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (IPREPI), lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Parágrafo único. A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de nomeação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 12 de janeiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 018 DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA N. 018 DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

NOMEIA RAMONE DALL' BOSCO PARA O CARGO DE PROFESSORA DE CRECHE, CONCURSO PÚBLICO 001/2014. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2014;

Considerando o resultado dos exames médicos realizados pelo candidato aprovado em concurso público;

Considerando o disposto na Portaria n.º 376 de 10 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear, mediante concurso público RAMONE DALL'

BOSCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 061.845.599-07, para o exercício do cargo público de PROFESSOR DE CRECHE, com vencimento conforme lei complementar nº168 de 09 de novembro de 2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sob regime jurídico Estatutário, na forma que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 016, de 17 de novembro de 1992, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (IPREPI), lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Parágrafo único. A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de nomeação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 12 de janeiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 016, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 016, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

CONTRATA KELI GRANEMANN DE OLIVEIRA, PARA EXERCER A FUNÇÃO PÚBLICA DE ATENDENTE DE CRECHE I EM CARÁTER TEMPORÁRIO, QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004, 117/2005 e 194/2013 que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 004/2014;

RESOLVE:

Art. 1º- CONTRATAR, KELI GRANEMANN DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 077.458.979-55, para exercer a função em caráter temporário de Atendente de Creche I, nível de vencimento conforme da Lei Complementar 168, de 09 de novembro de 2010 Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 12 de Janeiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074/2014 CONCORRÊNCIA N.º 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074/2014
CONCORRÊNCIA N.º 002/2014

SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA ATA DE RESULTADO DE JULGAMENTO GERAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Às oito horas (08h00min.), do décimo sexto dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e quinze (16/01/2015), na Sala de Licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE - SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações para a segunda sessão pública, destinada para cotejar as vias não identificadas (Invólucro n.º 01) com as vias identificadas (Invólucro n.º 02) do Plano de Comunicação Publicitária, elaborar planilha com as notas atribuídas pela Subcomissão Técnica, referente aos Invólucros n.º 01 e n.º 03, e proclamar o resultado do julgamento geral das propostas técnicas. Foi realizado 01 novo credenciamento de representante da Empresa FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP - SANDRA GEVAERD FERNANDES BENTO. Compareceram para a segunda sessão pública as seguintes licitantes: FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP - SANDRA GEVAERD FERNANDES BENTO; EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA - CICERO BRAZ DE BEM; CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP - JORGE GAVA DESTRO FILHO; PENSO COMUNICAÇÃO LTDA - MAIKON MARCELO FERREIRA WERNER; FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA - ROGÉRIO TEÓFILO DA SILVA. Após certificar-se de que todos preenchiam as condições de participação fixadas no Edital, o Presidente da Comissão distribuiu aos presentes as vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária e os documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, referente aos Invólucros n.º 01 e n.º 03: atas de julgamento, planilhas com as pontuações e justificativas escritas das razões que as fundamentaram. Em seguida, o Presidente da Comissão mostrou aos presentes os Invólucros n.º 02 para que verificassem que os mesmos encontravam-se fechados e rubricados no fecho, sem qualquer violação. Após, realizou-se a abertura dos invólucros de n.º 02 e os procedimentos para a identificação da autoria das Propostas, mediante cotejo entre a primeira página da via identificada com a primeira página da via não identificada de cada Plano de Comunicação Publicitária. À medida que foi identificada cada Proposta, suas notas, referente aos Invólucros n.º 01 e n.º 03, foram lançadas em planilha (anexa) que todos os presentes puderam visualizar. As licitantes classificadas para a próxima etapa do certame foram as seguintes: FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP - Nota 92,6; EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA - Nota 74,9; CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP - Nota 79,2; PENSO COMUNICAÇÃO LTDA - Nota 71,3; FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA - Nota 85,0. Assim, o presidente da Comissão Permanente de Licitações informou que o resultado do julgamento das propostas técnicas será publicado no DOM, data a partir da qual estará franqueada vista ao processo, bem como a íntegra da presente Ata será disponibilizada no sítio da Prefeitura Municipal de Pomerode e que, oportunamente, marcará data, hora, e local para os procedimentos previstos na terceira sessão. Nada mais havendo a tratar ou registrar, às 10:00h, o presidente da Comissão Permanente de Licitações encerrou a reunião, da qual foi lavrada

a presente Ata, que segue assinada por todos os seus membros e pelos representantes constituídos das licitantes.

Pomerode/SC, 16 de Janeiro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ALCINO SIEWERT
Presidente

MARCOS ALBERTO REITER
Secretário

WALDEMAR WILHELM
Membro

INGELORE KRAFT
Membro

REPRESENTANTES DAS LICITANTES

SANDRA GEVAERD FERNANDES BENTO
FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP

CICERO BRAZ DE BEM
EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA

JORGE GAVA DESTRO FILHO
CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP

MAIKON MARCELO FERREIRA WERNER
PENSO COMUNICAÇÃO LTDA

ROGÉRIO TEÓFILO DA SILVA
FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074/2014
CONCORRÊNCIA N.º 002/2014

SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA RESULTADO DO JULGAMENTO GERAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Agência	Pontuação do Invólucro n.º 01	Pontuação do Invólucro n.º 03	Pontuação Final
FÓRMULA COMU- NICAÇÃO LTDA EPP	192	86	278
FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA	174	81	255
CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP	158	80	238
EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA	155	70	225
SAL MARKETING E WEB LTDA ME	143	74	217
PENSO COMUNI- CAÇÃO LTDA	154	60	214

Agência	Nota do Invólucro n.º 01	Nota do Invólucro n.º 03	Pontuação Final
FÓRMULA COMU- NICAÇÃO LTDA EPP	64	28,6	92,6
FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA	58	27	85,0
CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP	52,6	26,6	79,2
EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA	51,6	23,3	74,9
SAL MARKETING E WEB LTDA ME	47,6	24,6	72,2
PENSO COMUNI- CAÇÃO LTDA	51,3	20	71,3

Porto Belo

PREFEITURA

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 001/2015 PMPB – 001/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 001/2015 PMPB - 001/2015 FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Contratação de empresa para manutenção e reparo dos veículos leves (motocicletas) de utilização das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, com fornecimento de peças, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 28/01/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 28/01/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de janeiro de 2015.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO - 002/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 002/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições prontas, tipo "marmix", para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 29/01/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 29/01/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de janeiro de 2015.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 634/2015

DECRETO Nº 634, de 13 de janeiro de 2015.

Determina a data de vencimento das parcelas e descontos para pagamento à vista do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, TFR - Taxa de Funcionamento Regular, TOS - Taxa de Ocupação de Solo, para o exercício de 2015, de acordo com a Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto nos Artigos 28, 69 e 249 da Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao exercício de 2015:

I-à vista, até 15 de abril de 2015, com 10 % (dez por cento) de desconto;

II-a prazo, sem descontos, em até 09 (nove) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	15 de abril de 2015
2ª	15 de maio de 2015
3ª	15 de junho de 2015
4ª	15 de julho de 2015
5ª	17 de agosto de 2015
6ª	15 de setembro de 2015
7ª	15 de outubro de 2015
8ª	16 de novembro de 2015
9ª	15 de dezembro de 2015

Art. 2º Os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (por homologação) deverão efetuar o pagamento do referido tributo no mês imediatamente posterior ao do fato gerador, de acordo com a seguinte tabela:

FATO GERADOR	VENCIMENTO
Janeiro	16 de fevereiro de 2015
Fevereiro	16 de março de 2015
Março	15 de abril de 2015
Abril	15 de maio de 2015
Maio	15 de junho de 2015
Junho	15 de julho de 2015
Julho	17 de agosto de 2015
Agosto	15 de setembro de 2015
Setembro	15 de outubro de 2015
Outubro	16 de novembro de 2015
Novembro	15 de dezembro de 2015
Dezembro	15 de janeiro de 2016

Art. 3º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (base fixa), referente ao exercício de 2015:

I-à vista, até 31 de março de 2015, com 10 % (dez por cento) de desconto;

II-a prazo, sem descontos, em até 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	31 de março de 2015
2ª	30 de abril de 2015
3ª	29 de maio de 2015
4ª	30 de junho de 2015

Art. 4º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação da Taxa de Funcionamento Regular - TFR, referente ao exercício de 2015:

I-à vista, até 25 de junho de 2015, com 10% (dez por cento) de desconto;

II-a prazo, sem descontos, em até 03 (três) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	25 de junho de 2015
2ª	24 de julho de 2015
3ª	25 de agosto de 2015

Art. 5º A Taxa de Ocupação de Solo - TOS, referente ao exercício de 2015 deverá ser quitada em parcela única, com vencimento em 25 de junho de 2015, sem descontos.

Art. 6º Para fins do parcelamento das taxas e impostos dispostos nos Artigos 1º, 3º, 4º e 5º do presente Decreto, levar-se-á em conta o valor de R\$ 35,00 (Trinta e cinco reais) como valor mínimo permitido para cada parcela.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2015.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2015.
ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças
e Contabilidade

PORTARIA Nº 003/2015

PORTARIA Nº 003, de 16 de janeiro de 2015.

Proíbe que os veículos oficiais sejam encaminhados para manutenção da parte elétrica, sem avaliação prévia da Coordenadoria de Manutenção Elétrica da Prefeitura Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica terminantemente proibido que os veículos oficiais sejam encaminhados para manutenção e assistência técnica da parte elétrica, em Oficinas Mecânicas terceirizadas, sem avaliação prévia do Coordenador de Manutenção Elétrica da Prefeitura Municipal, Senhor Alcyr Augusto Scherer, servidor efetivo desta Municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de janeiro de 2015.
ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 001 2015 PMPR

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 01/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 29.01.2015, para Aquisição de uma carreta semirreboque basculante reta nova, 3 eixos, na cor branca, com capacidade mínima de 25m3, 0km, 2014 ou superior, reforçada, de alta resistência, para transporte de minérios, areia, brita, cascalho, rachão, etc., Conforme convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 16 de Janeiro de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

CONTRATO NR. 14/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 14/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	EMPENHO – PRESTADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS LTDA ME
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para aplicação de "Processo Seletivo" para os cargos de professor de educação infantil, professor de ensino fundamental, professor de inglês, professor de educação física, professor de artes e merendeira, a fim de atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com a elaboração, aplicação e correção de provas a serem aplicadas no dia 29 de janeiro de 2015 e divulgação do resultado no dia 30 de janeiro de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).
DATA:	12/01/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 15/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 15/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JEFERSON DIEGO BONAMIGO
OBJETO:	Contratação da "Banda Musical Arco Íris" (nome fantasia), representada pelo Sr. Jeferson Diego Bonamigo, para apresentação artística e animação musical durante o II Kerbfest dos Idosos do Município de Presidente Castello Branco/SC, a se realizar no dia 04 de fevereiro de 2015, nas dependências do Pavilhão Sadi José Pissaia, localizado na Travessa Zeferino Matiolo, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.712/2014, de 17 de dezembro de 2014.
VALOR R\$:	R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).
DATA:	13/01/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 16/2015**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 16/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	EMPRESA EDITORA CONCÓRDIA LTDA EPP
OBJETO:	Credenciamento de empresas para prestação de serviços de publicação em páginas centrais de "Publicações Legais e Eventos" em colunas/quadros, de modo a quantificar o centímetro/coluna, sendo o caractere a ser utilizado em fonte arial, tamanho 12, espaçamento simples, padrão, microsoft word 97/2003 ou similar, em jornais de circulação regional, com circulação na sede do Município de Presidente Castello Branco/SC, para prestação de serviços de veiculação de publicidade, compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Executivo do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 7,97 por cm ² de publicação em páginas centrais de "Publicações Legais e Eventos" em colunas/quadros.
VIGÊNCIA:	14/01/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 17/2015**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 17/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	PRÉ-FABRICADOS SGANZERLA LTDA ME
OBJETO:	Objeto do presente Contrato consiste na aquisição de materiais para construção da rede pluvial em parte da Rua XV de Novembro no Município de Presidente Castello Branco (SC), atendendo ao Convênio Nº 2014 TR 2137, celebrado entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC).
VALOR R\$:	R\$ 99.233,40 (noventa e nove mil, duzentos e trinta e três reais, com quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	15/01/2015 a 30/06/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 18/2015**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 18/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	RÁDIO RURAL DE CONCÓRDIA LTDA EPP
OBJETO:	Credenciamento de empresas para prestação de serviços de radio-difusão em amplitude modulada, categoria Rádio AM/FM local, para veiculação de inserções institucionais diárias, para prestação de serviços de veiculação de publicidade, compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Executivo do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 32,10 por inserções com duração mínima de 45", R\$ 40,85 por inserções com duração mínima de 60" e R\$ 1.567,00 por programação ao vivo em eventos municipais.
VIGÊNCIA:	16/01/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 30 (trinta) de janeiro de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios, a serem utilizados na Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano letivo de 2015, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MORGANA RAQUEL ALEXANDRE DOMINGOS, portador(a) do CPF nº 004.704.269-93, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rui Barbosa, nº 1915 □ Bairro Sumaré □ Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Saúde - Policlínica, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLAUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2015 e encerrando-se em 13/02/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLAUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E

por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 14 de janeiro de 2015.

GIVANILDO SILVA	MORGANA RAQUEL ALEXANDRE DOMINGOS
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) IVANIR LORENÇO, portador(a) do CPF nº 824.723.199-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rinaldo Mezadri, nº 50 □ Bairro Canoas □ Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Saúde - Policlínica, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 19/01/2015 e encerrando-se em 18/02/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLAUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de janeiro de 2015.

GIVANILDO SILVA	IVANIR LORENÇO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHEILA RODRIGUES SILVEIRA portador(a) do CPF nº 083.741.169-60, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vidal Gregório Pereira, nº 642 - Bairro Coloninha - Florianópolis - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Assistente Social, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria de Assistência Social e Habitação - CREAS.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.617,51 (três mil seiscentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 19/01/2015 e encerrando-se em 11/02/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de janeiro de 2015.

GIVANILDO SILVA	SCHEILA RODRIGUES SILVEIRA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

PORTARIA Nº 0007/RH

PORTARIA Nº. 0007/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - REMOVER os servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, considerando o Resultado Final do Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta - Ano 2015, do Magistério Público Municipal e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Educação Infantil

Servidor	Unidade Origem	Unidade Destino
Denise Adriana da Silva Laurindo	CEI Sebastião Back	CEI Favo de Mel I
Elaine Cristina Budag	CEI Dr. Romão Trauczynski	CEI Raio de Luz
Elaine Demétrio	CEPLAS	CEI Canta Galo
Elisabeth Aparecida Bernardo Fronza	CEI Tia Bea	CEI Cantinho do Amor
Joseane Goes	CEI Pinguinho de Gente	CEI Prof Belmarli da Silva
Josemeri Carvalho	CEI Favo de Mel I	CEI Padre Angelo Moser
Patricia Regina Mendes	CEPLAS	CEI Raio de Luz
Roseli Strey	CEI Raio de Luz	CEI Sebastião Back
Silvana do Nascimento	CEI Adelaide Ledra	CEI Ilse Soldatelli
Taís Adam Ern	CEI Sebastião Back	CEI Canta Galo

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Rio do Sul, 13 de janeiro de 2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

PORTARIA Nº 0017/RH

PORTARIA Nº. 0017/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir o cargo de Psicopedagogo, ocupado pela servidora JANARA APARECIDA MAFRA, da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, com fundamento no Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, Decreto nº 4.506 de 12 de janeiro de 2015 e Protocolo nº 151238/2014.

Art. 2º Fica desta forma assegurado a servidora Janara Aparecida Mafra a lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de janeiro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014 - ROSELI MARIA CASSIMIRO DE OLIVEIRA**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ROSELI MARIA CASSIMIRO DE OLIVEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 009/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 16 de janeiro de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

PUBLICAÇÃO DE EDITAIS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. ÓRGÃO AUTUADOR 8043, DO Nº2007/2014 AO Nº2018/2014. E Nº2019/2015 AO Nº2022/2015 - ÓRGÃO AUTUADOR 8796/RADAR, Nº96/2014 AO Nº100/2014 E Nº101/2015, Nº102/2015. .

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 2007/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CAL1523	55292058D	6599/2	29/09/2014	230 * V
CAL1523	55292059D	5010/0	29/09/2014	162 * I
DVR9476	54697304E	6610/2	15/10/2014	230 * VII
EEV7107	54697169E	6599/2	05/11/2014	230 * V
LWU7778	54697412E	5045/0	16/11/2014	162 * V
LWU7778	54697413E	6599/2	16/11/2014	230 * V
LWW0661	54697064E	5010/0	08/11/2014	162 * I
LWW0661	54697065E	5118/0	08/11/2014	164 c/c 162 * I
LWW0661	54697066E	6599/2	08/11/2014	230 * V
LWW0661	54697067E	6610/2	08/11/2014	230 * VII
LYH0040	54697025E	6599/2	26/09/2014	230 * V
LYH0040	54697026E	5010/0	26/09/2014	162 * I
LYH0040	54697027E	5118/0	26/09/2014	164 c/c 162 * I
LZJ2087	54697306E	5274/1	16/10/2014	175
LZS3222	55292141D	6602/0	07/10/2014	230 * VI
LZX9162	54697182E	6912/0	12/11/2014	232
MBA0094	55292284D	6599/2	31/10/2014	230 * V
MBC5737	55292364D	5010/0	14/11/2014	162 * I
MBC5737	55292365D	5118/0	14/11/2014	164 c/c 162 * I
MCP2664	55292065D	6912/0	07/10/2014	232
MCX5037	54697254E	6408/0	13/11/2014	221
MCX5037	54697255E	6556/1	13/11/2014	230 * I
MDT5879	54697368E	5010/0	16/11/2014	162 * I
MDT5879	54697369E	5118/0	16/11/2014	164 c/c 162 * I
MDT5879	54697370E	6599/2	16/11/2014	230 * V
MEU5850	54697180E	6548/0	09/11/2014	229

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFQ6460	55292415D	6610/2	15/10/2014	230 * VII
MGG6937	55292339D	6599/2	15/10/2014	230 * V
MGH6361	54697325E	6602/0	09/11/2014	230 * VI
MGY9977	54697127E	6599/2	18/10/2014	230 * V
MHU3890	54697137E	5169/1	01/11/2014	165
MHZ3855	54697071E	6556/1	10/11/2014	230 * I
MHZ3855	54697150E	6599/2	10/11/2014	230 * V
MJM9285	55292285D	6599/2	31/10/2014	230 * V
MJN6007	54697402E	6599/2	13/11/2014	230 * V
MJU9328	54697367E	5029/2	14/11/2014	162 * II
MLY2294	54697235E	5169/1	08/11/2014	165
MLY2294	54697236E	6912/0	08/11/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

DANIEL SCLIFO ZUCON

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 2008/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGA2215	54697323E	6050/1	09/11/2014	208
AJZ7894	55292290D	5568/0	04/11/2014	181 * XIX
BHM0913	55292338D	5185/1	15/10/2014	167
DAQ1092	54694526E	5185/1	12/11/2014	167
DIV0545	54697315E	5541/1	31/10/2014	181 * XVII
EZE4197	54697321E	5614/3	07/11/2014	182 * V
HEJ8917	54697167E	5185/1	05/11/2014	167
HEJ8917	54697168E	5193/0	05/11/2014	168
IJO4580	54693033E	5452/3	15/11/2014	181 * VIII
JDA2910	55292332D	5541/1	07/10/2014	181 * XVII
LOF4187	54694530E	5185/1	13/11/2014	167
LWW0661	54697063E	5185/1	08/11/2014	167
LZZ4890	55288685D	5541/4	18/11/2014	181 * XVII
MBA2353	54696947E	5550/0	26/10/2014	181 * XVIII
MBC9527	55291883D	7366/2	06/11/2014	252 * VI
MCC1643	54697048E	5843/4	08/10/2014	196
MCP7614	54694522E	5185/1	12/11/2014	167
MCY4116	55292138D	7030/2	06/10/2014	244 * I
MDC6937	54693935E	7030/1	22/10/2014	244 * I
MDP7756	54697405E	5568/0	14/11/2014	181 * XIX
MEH4559	54695325E	5185/1	24/10/2014	167
MEI1138	55292060D	5967/0	02/10/2014	203 * V
MEI1138	55292131D	5967/0	02/10/2014	203 * V
MEI6824	55293660D	5959/1	12/11/2014	203 * IV
MEJ3101	55292455D	7366/2	05/11/2014	252 * VI
MEN1730	54697147E	5380/0	09/11/2014	181 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEU5850	54697174E	5819/1	09/11/2014	193
MEU5850	54697175E	5185/1	09/11/2014	167
MEU5850	54697176E	5185/2	09/11/2014	167
MEU5850	54697177E	7366/2	09/11/2014	252 * VI
MEU5850	54697178E	5835/0	09/11/2014	195
MEU5850	54697179E	6394/4	09/11/2014	220 * XIV
MEU5850	54697181E	5215/1	09/11/2014	170
MFC2211	54697068E	6050/1	08/11/2014	208
MFV9176	55292406D	7366/2	07/10/2014	252 * VI
MGH6361	54697324E	7056/1	09/11/2014	244 * III
MHD3043	54697183E	5673/1	12/11/2014	183
MHP1251	54693073E	7056/2	01/11/2014	244 * III c/c §1º
MHV7019	55292292D	5541/1	10/11/2014	181 * XVII
MXH9981	55292288D	5525/0	03/11/2014	181 * XV
MIE5908	54697414E	5967/0	16/11/2014	203 * V
MIE5908	54697415E	5967/0	16/11/2014	203 * V
MIF5107	54697165E	5720/0	30/10/2014	186 * I
MIM1574	54697128E	5703/0	18/10/2014	185 * I
MIM1574	54697129E	6050/1	18/10/2014	208
MJO1949	55293666D	5959/1	20/11/2014	203 * IV
MJY4175	54696842E	5541/1	15/10/2014	181 * XVII
MKF6372	55289428D	5185/1	20/11/2014	167
MLZ1686	55292009D	5568/0	01/10/2014	181 * XIX
NFQ6505	55292140D	5185/1	07/10/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2009/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGA7319	54696571E	5010/0	04/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
BGA7319	54696572E	5118/0	04/09/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
BGA7319	54696573E	6556/1	04/09/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBL0140	54696006E	5096/0	08/09/2014	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MBL0140	54696007E	5045/0	08/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBL0140	54696008E	5169/1	08/09/2014	R\$ 1.915,38	165
MBT4997	54695500E	5169/1	03/09/2014	R\$ 1.915,38	165
MJP5186	55288883D	6599/2	13/09/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2010/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GXI4960	54695959E	6050/1	22/07/2014	R\$ 191,53	208
LYP5752	55291377D	5509/0	08/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MBF5464	54696331E	5185/1	12/07/2014	R\$ 127,69	167
MBP6719	55288777D	6050/1	22/07/2014	R\$ 191,53	208
MCS8027	55288983D	5509/0	09/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MDV1542	55291868D	5541/6	24/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE0501	54696314E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
MHA8542	54696362E	5541/1	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA8410	55291920D	6084/1	01/09/2014	R\$ 127,69	211
MIM0246	54696854E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
MJY6584	55289463D	5541/6	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 2011/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HQW1909	55292080D	6610/2	11/11/2014	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

DANIEL SCLIFO ZUCON

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 2012/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDH6685	55292362D	5550/0	07/11/2014	181 * XVIII
MHE1866	55292506D	5541/4	13/10/2014	181 * XVII
MJK1926	55291884D	6050/1	06/11/2014	208
MJY6703	55292429D	5568/0	04/11/2014	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2013/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IKY7809	54697029E	5169/1	28/09/2014	R\$ 1.915,38	165
LWT8220	54694520E	5045/0	05/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
LZD3407	54696602E	5169/1	29/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LZL3668	55288710D	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAL1845	54694291E	6408/0	13/09/2014	R\$ 85,12	221
MAL1845	54694292E	6599/2	13/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEE6262	54693500E	6599/2	14/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEE6262	54695966E	5010/0	14/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEE6262	54695967E	5118/0	14/09/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MMH6989	54696570E	5274/1	04/09/2014	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

DANIEL SCLIFO ZUCON

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2014/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CGX1463	55288594D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYB1387	55288888D	5550/0	22/09/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBC6855	55291606D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE0463	54696828E	5541/6	09/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBP3097	55291905D	5541/1	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV2928	55291660D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCL1994	54696996E	6050/1	15/09/2014	R\$ 191,53	208
MEP5653	54696098E	5525/0	01/10/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MLD7172	54694971E	5525/0	04/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 2015/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGS0034	54697318E	6548/0	01/11/2014	229
AJF6238	54696528E	6599/2	06/11/2014	230 * V
AJF6238	54696529E	5010/0	06/11/2014	162 * I
AJF6238	54696530E	5118/0	06/11/2014	164 c/c 162 * I
AJH7822	54693074E	6548/0	01/11/2014	229
IPJ4816	54697192E	5169/1	30/11/2014	165
IPJ4816	54697193E	6912/0	30/11/2014	232
LYH2837	55292070D	6599/2	15/10/2014	230 * V
LYH2837	55292071D	5045/0	15/10/2014	162 * V
LZB6225	54697163E	6599/2	25/10/2014	230 * V
MAB2228	54697184E	6599/2	13/11/2014	230 * V
MAC4486	54694387E	6599/2	25/11/2014	230 * V
MAL1614	55291796D	5010/0	13/10/2014	162 * I
MAL1614	55291797D	5118/0	13/10/2014	164 c/c 162 * I
MAW5168	54697308E	5010/0	21/10/2014	162 * I
MAW5168	54697309E	5118/0	21/10/2014	164 c/c 162 * I
MBB5474	54697208E	6610/2	11/10/2014	230 * VII
MBB5474	54697209E	6599/2	11/10/2014	230 * V
MBN0406	55292244D	6599/2	23/10/2014	230 * V
MBN1894	54693850E	5274/1	25/10/2014	175
MBP7275	54697362E	6599/2	27/10/2014	230 * V
MBS3169	54697166E	5010/0	01/11/2014	162 * I
MBX7625	54693041E	5045/0	05/12/2014	162 * V
MCQ3148	55292347D	6556/1	23/10/2014	230 * I
MCS2813	54697171E	5029/2	06/11/2014	162 * II
MCS2813	54697172E	5126/2	06/11/2014	164 c/c 162 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCZ6914	55288895D	5010/0	15/11/2014	162 * I
MCZ6914	55288896D	5118/0	15/11/2014	164 c/c 162 * I
MCZ6914	55288897D	6637/2	15/11/2014	230 * IX
MDU1582	54697060E	5010/0	24/10/2014	162 * I
MDU1582	54697061E	5118/0	24/10/2014	164 c/c 162 * I
MDU1582	54697355E	6556/1	24/10/2014	230 * I
MEH2143	54696228E	5029/2	29/10/2014	162 * II
MEH2143	54696229E	6599/2	29/10/2014	230 * V
MEH2143	54696231E	6912/0	29/10/2014	232
MFD1415	54697433E	6599/2	02/12/2014	230 * V
MFL2103	54696613E	5010/0	29/11/2014	162 * I
MFL2103	54696614E	5118/0	29/11/2014	164 c/c 162 * I
MGQ1214	54694524E	5010/0	06/11/2014	162 * I
MGQ1214	54694525E	5118/0	06/11/2014	164 c/c 162 * I
MGX2442	55293668D	7340/0	22/11/2014	252 * IV
MIL6236	55292348D	6599/2	23/10/2014	230 * V
MKV3401	54694195E	6653/1	21/11/2014	230 * XI
MKX5775	54693038E	6599/2	28/11/2014	230 * V
MLB1978	55292346D	5274/1	22/10/2014	175
MLJ5377	54697224E	6599/2	28/10/2014	230 * V
MLL3743	55293690D	5010/0	28/11/2014	162 * I
MWE7978	54696540E	6769/1	29/11/2014	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

DANIEL SCLIFO ZUCON

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 2016/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJW5994	55293625D	5568/0	19/11/2014	181 * XIX
AKC2064	54697432E	5703/0	01/12/2014	185 * I
ALZ8515	55293628D	5541/1	18/11/2014	181 * XVII
AMM6585	55292145D	5460/0	16/10/2014	181 * IX
DHS7575	54697425E	5452/3	28/11/2014	181 * VIII
LWZ1702	55288898D	5185/1	18/11/2014	167
LXP0334	55293503D	7366/2	30/10/2014	252 * VI
LYF4942	54697130E	5452/1	24/10/2014	181 * VIII
LZP1990	55288900D	7056/1	22/11/2014	244 * III
MAU1052	55292283D	7366/2	29/10/2014	252 * VI
MAW6829	55290094D	5509/0	11/10/2014	181 * XIII
MBK5151	55292560D	7366/2	22/11/2014	252 * VI
MBN1894	54693849E	7056/1	25/10/2014	244 * III
MBN7089	54694527E	5185/1	12/11/2014	167
MBT7442	55291878D	5550/0	15/10/2014	181 * XVIII
MBX3027	55293678D	5541/5	26/11/2014	181 * XVII
MBZ1922	54696217E	5738/0	25/10/2014	186 * II
MCC4102	55291978D	5541/1	29/10/2014	181 * XVII
MCM1629	55290140D	5452/3	22/10/2014	181 * VIII
MCP5595	55293691D	5967/0	01/12/2014	203 * V
MCV1140	55290100D	5541/1	20/10/2014	181 * XVII
MDG9045	55292144D	5967/0	16/10/2014	203 * V
MDY9186	55288893D	5452/3	09/11/2014	181 * VIII
MEC3752	55292069D	5568/0	14/10/2014	181 * XIX
MEI6073	55291974D	5452/3	25/10/2014	181 * VIII
MEL1659	55290096D	5550/0	16/10/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEN0077	54694519E	5185/1	12/11/2014	167
MEV2620	55292521D	5835/0	18/11/2014	195
MFT4382	54697436E	7366/2	03/12/2014	252 * VI
MFZ1044	55290143D	5541/1	28/10/2014	181 * XVII
MGP0132	55292553D	5452/1	20/11/2014	181 * VIII
MHB1262	55292082D	5738/0	13/11/2014	186 * II
MHE7416	55293623D	5541/4	18/11/2014	181 * XVII
MHU6780	54693959E	5703/0	02/11/2014	185 * I
MII7089	55293602D	5568/0	27/10/2014	181 * XIX
MIT2172	55292282D	7366/2	29/10/2014	252 * VI
MJJ5100	55292018D	5541/6	01/11/2014	181 * XVII
MJQ7016	55289043D	5541/6	12/11/2014	181 * XVII
MJY1570	55292361D	5541/5	05/11/2014	181 * XVII
MKB4636	55292020D	5541/4	12/11/2014	181 * XVII
MKD5719	55291975D	5541/1	29/10/2014	181 * XVII
MKF6372	55292559D	7366/2	20/11/2014	252 * VI
MKG4931	54697331E	5967/0	28/11/2014	203 * V
MLO4852	55293680D	5541/4	26/11/2014	181 * XVII
MLS8147	55292505D	5509/0	13/10/2014	181 * XIII
MMC5664	55292277D	5541/1	29/10/2014	181 * XVII
MMH1117	55291730D	5541/6	20/10/2014	181 * XVII
MMH2415	54697314E	5541/1	31/10/2014	181 * XVII
MMH6712	55290139D	5541/1	22/10/2014	181 * XVII
MMM4174	55289042D	5460/0	05/11/2014	181 * IX
MMM6879	55293612D	5509/0	12/11/2014	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2017/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJJ8386	55288886D	6912/0	19/09/2014	R\$ 53,20	232
BHL4638	55292258D	6912/0	01/10/2014	R\$ 53,20	232
BND6367	54697002E	6599/2	05/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
CEZ5523	54696553E	5169/1	24/08/2014	R\$ 1.915,38	165
CEZ5523	54696554E	6912/0	24/08/2014	R\$ 53,20	232
DDG2045	54694296E	5045/0	13/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
DDG2045	54694297E	5142/0	13/09/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
DDG2045	54694298E	6599/2	13/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
DJF2133	54697103E	7340/0	17/09/2014	R\$ 85,12	252 * IV
HMZ1129	54695920E	6912/0	28/07/2014	R\$ 53,20	232
HXG1148	54696738E	6610/2	12/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IJJ2197	55893246B	6912/0	05/10/2014	R\$ 53,20	232
IJJ2197	55893247B	5010/0	05/10/2014	R\$ 574,61	162 * I
IJM5077	54696551E	6610/2	24/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IJM5077	54696552E	5169/1	24/08/2014	R\$ 1.915,38	165
LCB2252	55291948D	6637/2	29/09/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LWV3164	55289421D	6599/2	15/10/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWV3164	55289422D	5010/0	15/10/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWV3164	55289423D	5118/0	15/10/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LWZ6969	55291688D	6599/2	09/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXL4501	54697017E	6602/0	15/09/2014	R\$ 191,53	230 * VI
LXL4501	54697019E	6556/1	15/09/2014	R\$ 191,53	230 * I
LXR1540	55291392D	5010/0	19/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXR1540	55291393D	5118/0	19/09/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYA3102	54697004E	6661/0	05/09/2014	R\$ 127,69	230 * XII
LYH6806	54695968E	6599/2	14/09/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZW2384	54694572E	5010/0	28/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAA7156	54695963E	6610/2	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MAO4457	54697119E	6599/2	09/10/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBA9779	54696585E	6653/2	19/09/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MBA9779	55893243B	6653/2	02/10/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MBA9779	55893244B	6912/0	02/10/2014	R\$ 53,20	232
MBF2805	54693957E	6599/2	15/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBJ9377	54697108E	6912/0	02/10/2014	R\$ 53,20	232
MBJ9377	54697109E	5029/2	02/10/2014	R\$ 957,69	162 * II
MBJ9377	54697110E	5126/2	02/10/2014	R\$ 957,69	164 c/c 162 * II
MBO1942	54693496E	6599/2	11/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBO1942	54694289E	5169/1	11/09/2014	R\$ 1.915,38	165
MBO1942	54694290E	5029/2	11/09/2014	R\$ 957,69	162 * II
MBY6303	54694178E	6610/2	22/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCC9928	54696564E	6610/2	02/09/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCC9928	54696565E	6912/0	02/09/2014	R\$ 53,20	232
MCJ2463	55291725D	6637/2	03/10/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCP3939	54695965E	6610/2	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCV7833	54696204E	5169/1	04/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MDI9550	54696211E	5010/0	13/10/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDI9550	54696212E	5061/0	13/10/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDI9550	54696214E	6610/2	13/10/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MED5783	54693719E	6599/2	16/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEK3701	55292402D	6912/0	03/10/2014	R\$ 53,20	232
MFA0965	54697028E	5169/1	27/09/2014	R\$ 1.915,38	165
MFR0114	54695312E	5045/0	10/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFV7103	55291706D	6599/2	03/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGA6591	55292329D	7340/0	07/10/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MGB1176	55291705D	6599/2	03/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGL3536	55291372D	6599/2	13/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGS4876	54697018E	6599/2	15/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHE9906	54694613E	5169/1	31/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MIX6626	55292253D	6599/2	13/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJC1544	55291932D	5045/0	06/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJC1544	55291933D	5142/0	06/09/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MJJ8136	54697058E	5169/1	04/10/2014	R\$ 1.915,38	165
MJO1949	54697005E	6653/2	09/09/2014	R\$ 127,69	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKC9611	55292302D	6912/0	03/09/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

DANIEL SCLIFO ZUCON

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2018/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIM9359	55292130D	5541/1	29/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AMW0503	55288984D	5509/0	09/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
ANC8383	54694184E	5541/4	02/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
APG6779	55291970D	5541/7	23/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DGV4657	55291617D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DJF2133	54697104E	7366/2	17/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
DUB2082	55291699D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DVJ5741	55292109D	5541/4	13/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ELV4936	54693777E	6122/0	12/05/2014	R\$ 191,53	214 * I
ELV4936	54693778E	6050/1	12/05/2014	R\$ 191,53	208
ELV4936	54693780E	5703/0	12/05/2014	R\$ 85,12	185 * I
HSE3056	55288797D	5541/6	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ICS0145	55288635D	5959/4	04/08/2014	R\$ 191,53	203 * IV
ICS0145	55288636D	5835/0	04/08/2014	R\$ 127,69	195
IGX7920	55292005D	6050/2	11/09/2014	R\$ 191,53	208
JPN1161	54696264E	5185/1	19/07/2014	R\$ 127,69	167
KZY0926	55292053D	5568/0	27/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LCB2252	55291949D	5185/2	29/09/2014	R\$ 127,69	167
LQJ0747	55291693D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWS8883	54694864E	5428/1	31/07/2014	R\$ 191,53	181 * V
LXC0123	54696993E	6050/1	09/09/2014	R\$ 191,53	208
LXC1511	55292256D	5541/1	23/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXM8763	55288995D	5525/0	20/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
LXV3605	55291830D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYB9360	54696941E	5541/5	11/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYG9405	54693716E	5550/0	08/09/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYO7363	55288733D	5541/1	10/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYP4004	55288736D	5541/6	17/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYV5350	55291871D	5541/4	06/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZA1086	55291962D	6050/2	08/09/2014	R\$ 191,53	208
LZA4103	55292313D	5568/0	29/09/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LZA9785	55292207D	5541/1	25/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZW8512	55291957D	5541/1	22/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZX2096	55288793D	7366/2	28/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MAF6046	55288598D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAJ8393	54696495E	5541/4	22/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAP2682	55290133D	5541/1	12/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAR9785	55291685D	6041/2	05/09/2014	R\$ 127,69	207
MAT5934	54696395E	6050/1	07/08/2014	R\$ 191,53	208
MBA9779	55893242B	7056/1	02/10/2014	R\$ 191,53	244 * III
MBJ6731	55291673D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV7656	54696940E	5541/6	11/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD5982	55291827D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCJ2463	55291724D	7030/2	03/10/2014	R\$ 191,53	244 * I
MDD3575	54696502E	6050/1	21/08/2014	R\$ 191,53	208
MDH6387	55291697D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF1888	55291841D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI1818	55288738D	5452/3	18/09/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEK3701	55292401D	5185/1	03/10/2014	R\$ 127,69	167
MEK6417	55291703D	5541/1	25/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW3204	54696881E	5541/5	01/10/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW3204	55292010D	5541/5	08/10/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB5676	55291698D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI1261	54696826E	6050/1	02/08/2014	R\$ 191,53	208
MFK8563	55291838D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP9195	55291395D	5541/1	19/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFW1846	55291843D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY2006	54695311E	7366/2	29/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGM8761	55288633D	5541/4	30/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN7043	54696939E	5541/4	10/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP6720	55292227D	5568/0	08/10/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MGW9946	55291870D	5541/1	06/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD9632	54693903E	5908/0	22/04/2014	R\$ 127,69	202 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHD9632	54693905E	5819/1	22/04/2014	R\$ 574,61	193
MHD9632	54693907E	5967/0	22/04/2014	R\$ 191,53	203 * V
MHM1625	54697012E	5819/6	11/09/2014	R\$ 574,61	193
MHM1625	54697013E	5967/0	11/09/2014	R\$ 191,53	203 * V
MHN1831	54696450E	5185/1	09/08/2014	R\$ 127,69	167
MHN7824	54696095E	6122/0	22/09/2014	R\$ 191,53	214 * I
MIE6156	54696513E	5550/0	08/09/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIV8501	55291715D	5541/4	10/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC1544	55291929D	6050/2	06/09/2014	R\$ 191,53	208
MJC1544	55291930D	5835/0	06/09/2014	R\$ 127,69	195
MJC8013	55292215D	5541/1	29/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJE1576	55292312D	7366/2	25/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJJ4202	55291921D	5738/0	03/09/2014	R\$ 191,53	186 * II
MJJ8136	54697057E	6050/1	04/10/2014	R\$ 191,53	208
MJO1949	54693069E	5215/2	19/09/2014	R\$ 191,53	170
MJY5136	55291641D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY5136	55291665D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ8819	55291869D	5541/1	28/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB7806	55292251D	5509/0	13/09/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MKC2289	55292201D	5541/4	08/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKF4911	55292229D	5541/1	08/10/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKH7117	55330448D	6050/1	16/09/2014	R\$ 191,53	208
MKL1262	55291828D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLB5416	54696880E	5541/6	01/10/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLB6042	54696978E	6050/1	14/08/2014	R\$ 191,53	208
MLQ2808	54696991E	6050/1	09/09/2014	R\$ 191,53	208
MLS0621	55288964D	5509/0	26/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MLT7303	54696520E	5541/4	12/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLX0661	55291839D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF7144	55291831D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 2019/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFJ4680	54697482E	5010/0	05/12/2014	162 * I
AFJ4680	54697483E	5118/0	05/12/2014	164 c/c 162 * I
ANA2177	55292435D	6599/2	14/11/2014	230 * V
BYG5856	54695868E	5169/1	13/12/2014	165
CCC3339	54695871E	6599/2	16/12/2014	230 * V
CCC3339	54695872E	5010/0	16/12/2014	162 * I
CCC3339	54695873E	6602/0	16/12/2014	230 * VI
CCT7181	54697470E	6599/2	29/11/2014	230 * V
CCT7181	54697471E	6610/2	29/11/2014	230 * VII
CJL3449	54696021E	6599/2	10/12/2014	230 * V
CRI8963	54697481E	6670/0	05/12/2014	230 * XIII
DKL3383	55292371D	5010/0	28/11/2014	162 * I
DKL3383	55292372D	5118/0	28/11/2014	164 c/c 162 * I
EJQ8644	54693043E	5274/1	11/12/2014	175
EUH7126	55293618D	6599/2	14/11/2014	230 * V
LWS4741	54697464E	5010/0	27/11/2014	162 * I
LWS4741	54697465E	5118/0	27/11/2014	164 c/c 162 * I
LWS4741	54697466E	6653/2	27/11/2014	230 * XI
LYJ3937	54697185E	6599/2	13/11/2014	230 * V
LYO3598	54695758E	6599/2	14/12/2014	230 * V
LYW3060	55292568D	6599/2	28/11/2014	230 * V
LYW7582	54694218E	5010/0	06/12/2014	162 * I
LZQ3803	54697229E	5010/0	02/11/2014	162 * I
LZQ3803	54697230E	6556/1	02/11/2014	230 * I
LZX2096	54695870E	6599/2	14/12/2014	230 * V
MCI4969	55292658D	6599/2	10/12/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCJ4857	54696548E	6610/2	15/12/2014	230 * VII
MCR8907	54695876E	6599/2	16/12/2014	230 * V
MCW3055	54697371E	5010/0	28/11/2014	162 * I
MCZ8226	55292572D	6599/2	02/12/2014	230 * V
MDE5076	54697373E	5118/0	30/11/2014	164 c/c 162 * I
MDE5076	54697374E	6599/2	30/11/2014	230 * V
MDE5076	54697375E	6580/0	30/11/2014	230 * IV
MDF1032	54695754E	7340/0	14/12/2014	252 * IV
MDK0221	55292623D	6599/2	10/12/2014	230 * V
MDP7894	54695866E	6653/2	13/12/2014	230 * XI
MDP7894	54695867E	6602/0	13/12/2014	230 * VI
MDZ0397	54697251E	6599/2	05/11/2014	230 * V
MEH2884	55293665D	6963/0	20/11/2014	237
MEV5386	55293616D	6599/2	14/11/2014	230 * V
MFG0657	54697449E	6599/2	14/12/2014	230 * V
MFS2056	55292077D	6599/2	11/11/2014	230 * V
MGC4152	54697135E	6602/0	30/10/2014	230 * VI
MHR1322	54697473E	6610/2	29/11/2014	230 * VII
MHR1322	54697474E	5029/2	29/11/2014	162 * II
MHR1322	54697475E	5126/2	29/11/2014	164 c/c 162 * II
MHU7878	55293617D	6599/2	14/11/2014	230 * V
MIA0314	55292170D	6599/2	11/11/2014	230 * V
MIC2068	55288682D	6599/2	11/11/2014	230 * V
MIV0659	54697442E	6599/2	10/12/2014	230 * V
MJP5977	54697332E	6599/2	28/11/2014	230 * V
MKS8555	54697489E	6599/2	10/12/2014	230 * V
MKS8555	54697490E	5037/1	10/12/2014	162 * III
MKS8555	54697491E	6912/0	10/12/2014	232
MKZ5206	55291738D	6599/2	23/11/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

DANIEL SCLIFO ZUCON

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 2020/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATB9898	55292299D	5541/1	19/11/2014	181 * XVII
CSF6711	54695877E	5444/0	16/12/2014	181 * VII
DHV0466	54697186E	5568/0	14/11/2014	181 * XIX
DMK3705	54696538E	6050/1	27/11/2014	208
EBW7384	55292452D	5568/0	04/11/2014	181 * XIX
EJQ8644	54693042E	5185/1	11/12/2014	167
EKN8188	55292619D	5550/0	09/12/2014	181 * XVIII
HDK6669	55292753D	5452/5	06/12/2014	181 * VIII
HTN1370	55292377D	5452/1	05/12/2014	181 * VIII
LLQ1051	55292601D	5568/0	01/12/2014	181 * XIX
LWX3372	54697462E	5967/0	26/11/2014	203 * V
LXP5028	55292511D	5568/0	05/11/2014	181 * XIX
LYS7298	55292660D	5452/1	11/12/2014	181 * VIII
LYU9636	55292380D	5509/0	06/12/2014	181 * XIII
LZB3805	55292461D	6050/2	03/12/2014	208
MAK9872	54696542E	5541/4	03/12/2014	181 * XVII
MAT3335	55292076D	5460/0	08/11/2014	181 * IX
MBE8474	54694534E	6050/1	21/11/2014	208
MBY5981	55292381D	5509/0	06/12/2014	181 * XIII
MCB5895	55292023D	5541/4	14/11/2014	181 * XVII
MCJ4857	54696547E	5185/1	15/12/2014	167
MCJ4857	54696549E	7366/2	15/12/2014	252 * VI
MCR8907	54695874E	5835/0	16/12/2014	195
MCR8907	54695875E	5967/0	16/12/2014	203 * V
MDF1032	54695753E	5207/0	14/12/2014	169
MDJ9893	54697492E	7030/2	22/11/2014	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEH4559	54695324E	7366/2	29/10/2014	252 * VI
MEI7610	54697406E	5568/0	14/11/2014	181 * XIX
MEP0220	54697252E	5193/0	09/11/2014	168
MEZ2761	55292457D	7030/2	14/11/2014	244 * I
MEZ2761	55293661D	5967/0	14/11/2014	203 * V
MFG9626	55290142D	5541/5	27/10/2014	181 * XVII
MFU5756	55292652D	5738/0	08/12/2014	186 * II
MGA4338	55292566D	5541/4	28/11/2014	181 * XVII
MGL4774	55292512D	5568/0	05/11/2014	181 * XIX
MGQ3982	55292616D	5541/4	05/12/2014	181 * XVII
MHO8679	54696533E	5541/6	19/11/2014	181 * XVII
MIB7390	54694544E	5185/1	27/11/2014	167
MII2880	54697322E	5967/0	07/11/2014	203 * V
MIR5875	55292513D	5541/5	09/11/2014	181 * XVII
MJF7234	55292083D	5738/0	13/11/2014	186 * II
MJV4051	55292607D	5550/0	02/12/2014	181 * XVIII
MKL5458	54694531E	5185/1	13/11/2014	167
MKN0244	55290137D	5550/0	17/10/2014	181 * XVIII
MKQ6152	55292446D	5967/0	02/12/2014	203 * V
MKS1600	55292532D	5541/6	03/12/2014	181 * XVII
MKU1585	54697404E	5568/0	14/11/2014	181 * XIX
MKU1585	55288681D	5460/0	09/11/2014	181 * IX
MKW1457	55292454D	6050/1	04/11/2014	208
MKX5775	54697499E	6050/2	18/11/2014	208
MLQ3352	55292289D	5541/1	04/11/2014	181 * XVII
MMF9704	55289049D	5541/6	01/12/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2021/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGF6460	54697010E	6610/2	10/09/2014	R\$ 127,69	230 * VII
BJQ5575	55288999D	6599/2	28/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
CER5147	54695989E	5010/0	11/10/2014	R\$ 574,61	162 * I
CER5147	54695991E	5010/0	11/10/2014	R\$ 574,61	162 * I
CZO2165	54694282E	6599/2	05/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
EBF5426	55291708D	6599/2	03/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWS8883	54694857E	5010/0	31/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWS8883	54694859E	5118/0	31/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAO3787	54696743E	5169/1	17/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MAV2151	54695999E	5169/1	13/10/2014	R\$ 1.915,38	165
MBG4835	54692832E	6556/1	26/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBG4835	54692833E	6599/2	26/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCL8334	54697052E	6599/2	17/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHX2133	54697311E	5010/0	23/10/2014	R\$ 574,61	162 * I
MLV7474	54695499E	6653/2	01/09/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MMH1660	54692819E	5169/1	09/08/2014	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

DANIEL SCLIFO ZUCON

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2022/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAM5838	54697055E	5185/1	03/10/2014	R\$ 127,69	167
AKO9752	55290118D	5509/0	02/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
CPW2131	55288648D	5525/0	20/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
DWT9943	55288890D	5460/0	25/09/2014	R\$ 85,12	181 * IX
LWY9168	55330446D	6050/1	14/09/2014	R\$ 191,53	208
LWY9168	55330447D	5185/1	14/09/2014	R\$ 127,69	167
LXC1076	54696586E	7366/2	23/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LXO5360	55291918D	5908/0	29/08/2014	R\$ 127,69	202 * I
LXP5683	55291396D	5541/1	19/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAN4590	54696345E	6050/1	15/08/2014	R\$ 191,53	208
MAV2151	54695996E	6050/1	13/10/2014	R\$ 191,53	208
MAV2151	54695997E	6050/1	13/10/2014	R\$ 191,53	208
MAW5320	55290594D	6050/1	09/04/2014	R\$ 191,53	208
MBK2814	54693710E	5550/0	27/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBO0207	55290079D	5509/0	20/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MBQ0758	55291917D	5509/0	09/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MBU1614	54696994E	5509/0	11/09/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MCX5159	55292232D	5541/4	08/10/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDB9978	55289412D	5541/3	22/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI1978	54696100E	5525/0	01/10/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MEZ9463	55291904D	5541/1	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN8507	54694177E	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MFT5395	55288940D	5568/0	28/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MGL5543	55291399D	5541/4	03/10/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ9742	55288993D	5525/0	20/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MHC5169	54694176E	6050/1	20/08/2014	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHI3050	55288942D	5541/4	28/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ1472	54694286E	5207/0	05/09/2014	R\$ 53,20	169
MIB7483	55290084D	5541/6	22/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI2023	55288789D	5541/1	19/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJS3133	55291683D	5541/1	26/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB8355	54694179E	5541/5	22/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKK5025	54693443E	6050/1	24/10/2014	R\$ 191,53	208
MKW6453	54692850E	5843/4	01/09/2014	R\$ 127,69	196
MLB0317	55291816D	5541/1	08/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMJ4473	54694186E	5541/6	28/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 796 96/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX1382	8796005724	7455/0	20/10/2014	218 * I
AQT3436	8796005556	7455/0	09/10/2014	218 * I
ATC2838	8796005728	7455/0	20/10/2014	218 * I
HSF0570	8796005739	7463/0	20/10/2014	218 * II
JGZ8304	8796005813	7455/0	20/10/2014	218 * I
KJN1660	8796005797	7455/0	20/10/2014	218 * I
LWZ1702	8796005713	7455/0	20/10/2014	218 * I
LYS3405	8796005686	7455/0	20/10/2014	218 * I
LZG2450	8796005734	7455/0	20/10/2014	218 * I
LZR9135	8796005831	7455/0	20/10/2014	218 * I
LZU3571	8796005335	7463/0	15/09/2014	218 * II
MAT4135	8796005681	7463/0	20/10/2014	218 * II
MBD8857	8796005770	7455/0	20/10/2014	218 * I
MBH2694	8796005742	7455/0	20/10/2014	218 * I
MBM9892	8796005709	7455/0	20/10/2014	218 * I
MBO3244	8796005684	7455/0	20/10/2014	218 * I
MCC3615	8796005661	7455/0	18/10/2014	218 * I
MCG5224	8796005688	7455/0	20/10/2014	218 * I
MDG3166	8796005789	7455/0	20/10/2014	218 * I
MEY3809	8796005795	7455/0	20/10/2014	218 * I
MFH7475	8796005732	7463/0	20/10/2014	218 * II
MFY6158	8796005698	7455/0	20/10/2014	218 * I
MGJ5163	8796005778	7455/0	20/10/2014	218 * I
MHA6272	8796005780	7455/0	20/10/2014	218 * I
MHO5635	8796005781	7455/0	20/10/2014	218 * I
MHX9126	8796005785	7455/0	20/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHZ1777	8796005673	7463/0	20/10/2014	218 * II
MHZ1777	8796005802	7455/0	20/10/2014	218 * I
MJE0312	8796005435	7455/0	19/09/2014	218 * I
MJN7093	8796005753	7455/0	20/10/2014	218 * I
MKA2432	8796005841	7455/0	20/10/2014	218 * I
MKB1494	8796005727	7455/0	20/10/2014	218 * I
MKD4371	8796005750	7455/0	20/10/2014	218 * I
MKI1383	8796005763	7455/0	20/10/2014	218 * I
MKL8609	8796005736	7455/0	20/10/2014	218 * I
MKL9708	8796005752	7455/0	20/10/2014	218 * I
MLH0363	8796005703	7455/0	20/10/2014	218 * I
MLO6642	8796005816	7455/0	20/10/2014	218 * I
MLX2285	8796005817	7455/0	20/10/2014	218 * I
MMB4631	8796005745	7455/0	20/10/2014	218 * I
MMD2911	8796005818	7463/0	20/10/2014	218 * II
MMF9654	8796005839	7463/0	20/10/2014	218 * II
OKG9326	8796005838	7455/0	20/10/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 97/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJG2832	8796004682	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJX8419	8796004099	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
BTG5830	8796003538	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
IFY0377	8796003394	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWR7138	8796004047	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYB7078	8796003704	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYG1518	8796004930	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYG9302	8796003897	7463/0	18/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYK8491	8796004128	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYU5147	8796004774	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZG1890	8796005143	7463/0	27/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZZ0083	8796004778	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBE0590	8796004854	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCG0318	8796003998	7463/0	25/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCK3793	8796004837	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCU0987	8796005231	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCU1646	8796004571	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGY2219	8796005132	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHP0854	8796004014	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIH8677	8796004708	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIJ6168	8796003942	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW7363	8796004643	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJS6404	8796004542	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC0467	8796004974	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKD9955	8796004973	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM5662	8796005009	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLL2802	8796003761	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMD0340	8796005003	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMH3685	8796004019	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 98/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYR1123	8796005384	7463/0	18/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZI3480	8796005136	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBN2540	8796004078	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ6530	8796004050	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR5078	8796005126	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEM8413	8796005322	7463/0	15/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MET0726	8796005443	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU5716	8796005062	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEX9566	8796005135	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU8689	8796004693	7471/0	18/08/2014	R\$ 574,61	218 * III
MLR1353	8796005258	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMC0876	8796005170	7463/0	27/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
OKE6626	8796005175	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 796 99/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGB9361	8796006218	7455/0	10/11/2014	218 * I
AHL4735	8796006386	7455/0	11/11/2014	218 * I
AJB4267	8796006183	7455/0	10/11/2014	218 * I
AJH8072	8796005801	7455/0	20/10/2014	218 * I
AKG3911	8796005922	7455/0	29/10/2014	218 * I
ALK9537	8796006043	7455/0	04/11/2014	218 * I
AST7595	8796006556	7455/0	15/11/2014	218 * I
CAI9693	8796006412	7455/0	11/11/2014	218 * I
CAR5066	8796006154	7455/0	06/11/2014	218 * I
CBE6851	8796005738	7463/0	20/10/2014	218 * II
CIA1953	8796006273	7455/0	11/11/2014	218 * I
DCF5685	8796005712	7455/0	20/10/2014	218 * I
DHV6117	8796006248	7455/0	10/11/2014	218 * I
DOG0384	8796006419	7455/0	11/11/2014	218 * I
DQV4163	8796006324	7455/0	11/11/2014	218 * I
DUE2246	8796005823	7463/0	20/10/2014	218 * II
DXT4795	8796005690	7455/0	20/10/2014	218 * I
EAT3739	8796005814	7455/0	20/10/2014	218 * I
EIA9553	8796006250	7455/0	10/11/2014	218 * I
EJK7176	8796006291	7455/0	11/11/2014	218 * I
HKW9172	8796006046	7455/0	04/11/2014	218 * I
IJJ9213	8796006037	7455/0	04/11/2014	218 * I
IKP5151	8796005694	7463/0	20/10/2014	218 * II
ILL9829	8796006331	7455/0	11/11/2014	218 * I
JCA0004	8796005775	7455/0	20/10/2014	218 * I
JSY6472	8796005798	7463/0	20/10/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWU4602	8796005610	7455/0	14/10/2014	218 * I
LXF2056	8796006506	7455/0	15/11/2014	218 * I
LXH6318	8796005923	7455/0	29/10/2014	218 * I
LYC6967	8796006214	7455/0	10/11/2014	218 * I
LYM3926	8796005696	7455/0	20/10/2014	218 * I
LYO6237	8796005996	7455/0	04/11/2014	218 * I
LYR8380	8796005927	7455/0	29/10/2014	218 * I
LYV6453	8796006492	7463/0	15/11/2014	218 * II
LYY7448	8796006059	7463/0	04/11/2014	218 * II
LYY7538	8796006194	7455/0	10/11/2014	218 * I
LZG2450	8796006109	7455/0	04/11/2014	218 * I
LZO3369	8796006351	7455/0	11/11/2014	218 * I
LZR2952	8796005985	7455/0	04/11/2014	218 * I
LZT1249	8796006131	7455/0	06/11/2014	218 * I
MAZ7185	8796005799	7455/0	20/10/2014	218 * I
MBB3242	8796006115	7455/0	06/11/2014	218 * I
MBF4761	8796005935	7455/0	29/10/2014	218 * I
MBK7436	8796006060	7455/0	04/11/2014	218 * I
MBN1894	8796006550	7471/0	15/11/2014	218 * III
MBQ8027	8796006162	7463/0	06/11/2014	218 * II
MBR7826	8796006306	7455/0	11/11/2014	218 * I
MBU1614	8796005626	7455/0	14/10/2014	218 * I
MBU4785	8796006123	7455/0	06/11/2014	218 * I
MCB9239	8796006519	7463/0	15/11/2014	218 * II
MCD4850	8796005680	7455/0	20/10/2014	218 * I
MCE1951	8796005946	7455/0	29/10/2014	218 * I
MCO1233	8796005655	7455/0	18/10/2014	218 * I
MCT3337	8796005819	7455/0	20/10/2014	218 * I
MCT7628	8796006469	7455/0	15/11/2014	218 * I
MCW3448	8796006400	7455/0	11/11/2014	218 * I
MCY4379	8796006390	7455/0	11/11/2014	218 * I
MCZ6914	8796006476	7455/0	15/11/2014	218 * I
MDA5336	8796006011	7455/0	04/11/2014	218 * I
MDD9641	8796006212	7463/0	10/11/2014	218 * II
MDT2725	8796005921	7463/0	29/10/2014	218 * II
MDU1413	8796006500	7455/0	15/11/2014	218 * I
MDV2595	8796006000	7455/0	04/11/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEB0212	8796006242	7463/0	10/11/2014	218 * II
MEC5816	8796006244	7455/0	10/11/2014	218 * I
MEH1807	8796005646	7463/0	18/10/2014	218 * II
MEI5877	8796006054	7463/0	04/11/2014	218 * II
MEJ4743	8796006149	7455/0	06/11/2014	218 * I
MER8485	8796006106	7455/0	04/11/2014	218 * I
MEU5550	8796005649	7455/0	18/10/2014	218 * I
MEW9937	8796006455	7455/0	15/11/2014	218 * I
MFE7517	8796005749	7455/0	20/10/2014	218 * I
MFL9291	8796005840	7455/0	20/10/2014	218 * I
MFN9826	8796005933	7463/0	29/10/2014	218 * II
MFR0114	8796006426	7455/0	11/11/2014	218 * I
MFW0867	8796006009	7455/0	04/11/2014	218 * I
MFZ0415	8796005620	7455/0	14/10/2014	218 * I
MGB7652	8796005658	7455/0	18/10/2014	218 * I
MGF1352	8796006502	7455/0	15/11/2014	218 * I
MGH1777	8796005803	7455/0	20/10/2014	218 * I
MGK2057	8796005601	7455/0	14/10/2014	218 * I
MGL2325	8796005723	7455/0	20/10/2014	218 * I
MGN2825	8796006439	7455/0	11/11/2014	218 * I
MGO0766	8796005949	7455/0	29/10/2014	218 * I
MG57528	8796006362	7455/0	11/11/2014	218 * I
MGT4376	8796005650	7455/0	18/10/2014	218 * I
MHA6272	8796005990	7455/0	04/11/2014	218 * I
MHE5016	8796006495	7455/0	15/11/2014	218 * I
MHH0094	8796006525	7455/0	15/11/2014	218 * I
MHJ5266	8796005632	7455/0	14/10/2014	218 * I
MHJ7083	8796006208	7455/0	10/11/2014	218 * I
MHK5500	8796005999	7455/0	04/11/2014	218 * I
MHK6818	8796005926	7455/0	29/10/2014	218 * I
MHL9307	8796006180	7455/0	10/11/2014	218 * I
MHO1234	8796005909	7463/0	29/10/2014	218 * II
MHP1251	8796006438	7455/0	11/11/2014	218 * I
MHQ5536	8796005773	7455/0	20/10/2014	218 * I
MHV4761	8796006464	7463/0	15/11/2014	218 * II
MHX4848	8796006225	7455/0	10/11/2014	218 * I
MIE5269	8796005809	7455/0	20/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIE8781	8796006517	7471/0	15/11/2014	218 * III
MIF0065	8796005716	7455/0	20/10/2014	218 * I
MIM1566	8796005744	7455/0	20/10/2014	218 * I
MIQ8986	8796006373	7455/0	11/11/2014	218 * I
MIW1637	8796005788	7455/0	20/10/2014	218 * I
MIY3097	8796006028	7455/0	04/11/2014	218 * I
MIY4982	8796005976	7455/0	29/10/2014	218 * I
MIZ8949	8796006241	7455/0	10/11/2014	218 * I
MJF9384	8796005644	7455/0	18/10/2014	218 * I
MJH4752	8796006095	7455/0	04/11/2014	218 * I
MJI6498	8796006463	7463/0	15/11/2014	218 * II
MJN7093	8796005948	7455/0	29/10/2014	218 * I
MJO5668	8796005677	7455/0	20/10/2014	218 * I
MJO5670	8796006159	7463/0	06/11/2014	218 * II
MJQ3197	8796006053	7455/0	04/11/2014	218 * I
MJR1382	8796006434	7455/0	11/11/2014	218 * I
MJU0321	8796005991	7455/0	04/11/2014	218 * I
MJW1978	8796005930	7471/0	29/10/2014	218 * III
MJX4541	8796006276	7455/0	11/11/2014	218 * I
MJX5565	8796006224	7455/0	10/11/2014	218 * I
MKD4371	8796006006	7463/0	04/11/2014	218 * II
MKD4371	8796006221	7471/0	10/11/2014	218 * III
MKD7650	8796006101	7455/0	04/11/2014	218 * I
MKE8652	8796006008	7455/0	04/11/2014	218 * I
MKL1262	8796006486	7455/0	15/11/2014	218 * I
MKP0915	8796006249	7455/0	10/11/2014	218 * I
MKP3617	8796006315	7455/0	11/11/2014	218 * I
MKU2556	8796006272	7455/0	11/11/2014	218 * I
MKU5697	8796006040	7455/0	04/11/2014	218 * I
MKU7368	8796005956	7455/0	29/10/2014	218 * I
MKV1518	8796005968	7463/0	29/10/2014	218 * II
MKW6453	8796005657	7455/0	18/10/2014	218 * I
MKW7102	8796006303	7463/0	11/11/2014	218 * II
MKZ7443	8796006091	7463/0	04/11/2014	218 * II
MLF7211	8796005747	7455/0	20/10/2014	218 * I
MLL6571	8796006176	7455/0	10/11/2014	218 * I
MLM6723	8796005919	7455/0	29/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLV5320	8796006512	7455/0	15/11/2014	218 * I
MLW0178	8796005648	7455/0	18/10/2014	218 * I
MLX0712	8796006110	7455/0	04/11/2014	218 * I
MLY2028	8796006278	7455/0	11/11/2014	218 * I
MLZ6228	8796006027	7455/0	04/11/2014	218 * I
MLZ8654	8796006255	7471/0	10/11/2014	218 * III
MMJ3136	8796006336	7455/0	11/11/2014	218 * I
MMK2226	8796005672	7455/0	20/10/2014	218 * I
MMM1807	8796005707	7455/0	20/10/2014	218 * I
MMM4174	8796006408	7463/0	11/11/2014	218 * II
MZG4333	8796006234	7455/0	10/11/2014	218 * I
OKE2555	8796006219	7455/0	10/11/2014	218 * I
OKE3405	8796005676	7463/0	20/10/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 100/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFL0665	8796005448	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AGO4767	8796004673	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHU2295	8796004493	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHU2295	8796004731	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHU2295	8796004783	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKG3911	8796005124	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMC4781	8796004501	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
BRF6765	8796004916	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CAO7248	8796004962	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
CEZ5523	8796004957	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
CHY8208	8796004192	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIG3939	8796005086	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DIV0545	8796005026	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DWN8988	8796005238	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DYA3485	8796004087	7471/0	26/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
FFW5356	8796004793	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
FJJ0512	8796004915	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
GGR5001	8796005254	7463/0	27/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
HAO2932	8796004147	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
HMZ1129	8796003888	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
KAJ4247	8796004847	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
KEM1623	8796005189	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LII4614	8796004811	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LNS3857	8796005447	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWR1336	8796004737	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWX1114	8796005077	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWZ6016	8796005326	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXX6125	8796005395	7463/0	19/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXY3405	8796004937	7455/0	25/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXZ4435	8796004887	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYA3102	8796004859	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYL2333	8796005370	7463/0	18/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYL4123	8796005271	7463/0	22/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYP2302	8796005247	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYR4280	8796005052	7463/0	26/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYR4280	8796005261	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYR7205	8796005267	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYR8380	8796005071	7463/0	26/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYU4441	8796005110	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYW2296	8796005381	7455/0	18/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZA5120	8796004424	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZT1249	8796005351	7463/0	18/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAB7500	8796005207	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAI8761	8796005493	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL0668	8796005362	7455/0	18/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL0668	8796005446	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAO3727	8796005224	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAX3772	8796004949	7463/0	01/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBF1674	8796004694	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBF2983	8796004827	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBQ5688	8796004504	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBR4526	8796005200	7463/0	27/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBW5636	8796005432	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBZ5095	8796005212	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCA0595	8796005060	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCC0250	8796005084	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF0459	8796004980	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI3440	8796005461	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCJ4214	8796005478	7463/0	19/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCM4918	8796004995	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCO6486	8796004991	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCO6558	8796005439	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCW5875	8796005270	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDE0978	8796005055	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDH7781	8796004899	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK5113	8796005061	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDL6829	8796004903	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDN8921	8796005047	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT6115	8796004746	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT6256	8796004497	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEA5144	8796005000	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC0951	8796004934	7463/0	22/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEC5575	8796005012	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF6146	8796004685	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEX6634	8796004940	7455/0	25/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEX9561	8796005043	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEZ9886	8796004786	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD1417	8796005180	7463/0	27/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFD3403	8796004181	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD3403	8796005466	7463/0	19/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFF6128	8796005253	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFQ0429	8796004977	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFR3817	8796004966	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFR8920	8796004906	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV3563	8796004970	7463/0	20/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFY5801	8796005240	7471/0	27/08/2014	R\$ 574,61	218 * III
MFZ2988	8796004924	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFZ2988	8796005082	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL2896	8796004421	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL4377	8796003893	7463/0	18/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGN3983	8796005140	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGW7286	8796004721	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGX7308	8796004822	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE7416	8796005138	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG1744	8796005455	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHH2081	8796005113	7463/0	26/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHJ4719	8796004593	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL2437	8796005020	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHM1560	8796004796	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHT3330	8796004927	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHT9789	8796004486	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHY3406	8796005104	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ7163	8796005218	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA2882	8796004584	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA4764	8796005265	7463/0	22/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIV6294	8796004719	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA4142	8796004993	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJC9889	8796005426	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJD6928	8796004868	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJD7784	8796004948	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJI4142	8796004727	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJI6498	8796005208	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT6434	8796005243	7463/0	27/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJV9784	8796005162	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV9784	8796005385	7455/0	18/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX4541	8796004567	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX7232	8796005354	7455/0	18/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJY6584	8796004896	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG4399	8796004787	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKJ7396	8796003929	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKL9145	8796004611	7463/0	14/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKM3495	8796005211	7463/0	27/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKR2828	8796005193	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT2538	8796004689	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKV9445	8796004969	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX1998	8796005163	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC5801	8796004663	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLH2616	8796003887	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLI8503	8796005075	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK1477	8796004676	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLL0183	8796005172	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP1106	8796004908	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP7186	8796005074	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLU1385	8796005169	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLW6403	8796004921	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX6603	8796005357	7455/0	18/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMB1315	8796005184	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMB1315	8796005248	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MVJ7049	8796004215	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MYA1461	8796005445	7463/0	19/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
PEE4589	8796005210	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 796 101/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADY4191	8796006697	7455/0	04/12/2014	218 * I
AHR8558	8796006107	7455/0	04/11/2014	218 * I
AJC2048	8796006016	7455/0	04/11/2014	218 * I
ALK9537	8796006734	7455/0	04/12/2014	218 * I
ALZ8515	8796006611	7455/0	24/11/2014	218 * I
ARN7656	8796006057	7455/0	04/11/2014	218 * I
AVX7349	8796006251	7455/0	10/11/2014	218 * I
CAC4675	8796006240	7455/0	10/11/2014	218 * I
CLB7914	8796006483	7463/0	15/11/2014	218 * II
DGE7558	8796006458	7455/0	15/11/2014	218 * I
DHQ3223	8796006042	7455/0	04/11/2014	218 * I
DIG9482	8796006018	7455/0	04/11/2014	218 * I
DYA3485	8796006050	7455/0	04/11/2014	218 * I
EGU7834	8796006394	7455/0	11/11/2014	218 * I
FOJ6288	8796006585	7455/0	24/11/2014	218 * I
FUN0268	8796005945	7455/0	29/10/2014	218 * I
IPS0836	8796006683	7455/0	04/12/2014	218 * I
JRV1809	8796006735	7455/0	04/12/2014	218 * I
JSF3335	8796006049	7455/0	04/11/2014	218 * I
KJA7341	8796006005	7455/0	04/11/2014	218 * I
KMY6808	8796006169	7455/0	06/11/2014	218 * I
LXR3456	8796006090	7455/0	04/11/2014	218 * I
LYA4403	8796006228	7463/0	10/11/2014	218 * II
LYY6347	8796006201	7455/0	10/11/2014	218 * I
LZF4583	8796006648	7455/0	24/11/2014	218 * I
LZK9362	8796006644	7463/0	24/11/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZT8715	8796006220	7455/0	10/11/2014	218 * I
LZW8226	8796005635	7463/0	18/10/2014	218 * II
MAE0812	8796005961	7455/0	29/10/2014	218 * I
MAO9610	8796006402	7463/0	11/11/2014	218 * II
MBP1593	8796006246	7455/0	10/11/2014	218 * I
MBT1272	8796006664	7455/0	24/11/2014	218 * I
MBT8750	8796006667	7455/0	24/11/2014	218 * I
MCO0421	8796006121	7455/0	06/11/2014	218 * I
MDZ8722	8796006205	7455/0	10/11/2014	218 * I
MEP7150	8796006111	7455/0	04/11/2014	218 * I
MEX7884	8796006253	7455/0	10/11/2014	218 * I
MFE7638	8796006152	7455/0	06/11/2014	218 * I
MGB3379	8796006126	7455/0	06/11/2014	218 * I
MGM4525	8796005965	7463/0	29/10/2014	218 * II
MGP6612	8796006165	7455/0	06/11/2014	218 * I
MGQ2411	8796006071	7463/0	04/11/2014	218 * II
MGQ7421	8796006607	7455/0	24/11/2014	218 * I
MGY4664	8796006602	7455/0	24/11/2014	218 * I
MGZ6594	8796006668	7463/0	24/11/2014	218 * II
MHH5005	8796006175	7455/0	10/11/2014	218 * I
MHN9615	8796006266	7455/0	10/11/2014	218 * I
MHO2982	8796006744	7455/0	04/12/2014	218 * I
MHS8829	8796006207	7455/0	10/11/2014	218 * I
MHT9144	8796006657	7455/0	24/11/2014	218 * I
MHY0318	8796006682	7455/0	04/12/2014	218 * I
MIA7037	8796006591	7455/0	24/11/2014	218 * I
MIB5895	8796006097	7455/0	04/11/2014	218 * I
MIL2180	8796006636	7455/0	24/11/2014	218 * I
MIT1568	8796006196	7455/0	10/11/2014	218 * I
MIT5534	8796006151	7455/0	06/11/2014	218 * I
MIW2039	8796005941	7455/0	29/10/2014	218 * I
MJH1797	8796006185	7455/0	10/11/2014	218 * I
MJH2894	8796005951	7455/0	29/10/2014	218 * I
MJH4024	8796006163	7455/0	06/11/2014	218 * I
MJI6498	8796006718	7455/0	04/12/2014	218 * I
MJI9424	8796006068	7463/0	04/11/2014	218 * II
MJM3208	8796005953	7455/0	29/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJV5364	8796005942	7455/0	29/10/2014	218 * I
MJZ8631	8796006099	7455/0	04/11/2014	218 * I
MKD4380	8796006080	7455/0	04/11/2014	218 * I
MKE0524	8796005972	7463/0	29/10/2014	218 * II
MKN8657	8796006026	7463/0	04/11/2014	218 * II
MKR1648	8796006592	7455/0	24/11/2014	218 * I
MKR5519	8796005994	7455/0	04/11/2014	218 * I
MKU6669	8796005992	7455/0	04/11/2014	218 * I
MKX8564	8796006200	7455/0	10/11/2014	218 * I
MLD5677	8796006638	7455/0	24/11/2014	218 * I
MLE0330	8796006181	7455/0	10/11/2014	218 * I
MLH6889	8796006624	7455/0	24/11/2014	218 * I
MLL3563	8796006136	7455/0	06/11/2014	218 * I
MLN3911	8796006223	7455/0	10/11/2014	218 * I
MLQ6423	8796005916	7455/0	29/10/2014	218 * I
MLQ6423	8796005936	7471/0	29/10/2014	218 * III
MLS6086	8796006045	7455/0	04/11/2014	218 * I
MLT9828	8796006075	7455/0	04/11/2014	218 * I
MLT9828	8796006256	7455/0	10/11/2014	218 * I
MLT9997	8796006586	7455/0	24/11/2014	218 * I
MLW6762	8796006167	7455/0	06/11/2014	218 * I
MLZ9812	8796006067	7463/0	04/11/2014	218 * II
MMA7806	8796006670	7455/0	24/11/2014	218 * I
MMD2911	8796006661	7455/0	24/11/2014	218 * I
MMH4934	8796006168	7455/0	06/11/2014	218 * I
MMM3437	8796006144	7455/0	06/11/2014	218 * I
MMM7396	8796006160	7455/0	06/11/2014	218 * I
OCZ4591	8796006257	7463/0	10/11/2014	218 * II
OPQ2831	8796006729	7455/0	04/12/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 102/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKO9752	8796004725	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANR3604	8796004665	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
APY6150	8796004865	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASW1862	8796004516	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXU9999	8796004430	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
BFE8443	8796005333	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
BJG2985	8796004933	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
BLA1386	8796004863	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CES6618	8796005481	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
DCB9981	8796004080	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DCD7119	8796004777	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
DCD7119	8796004785	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DON6313	8796004614	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DRU4243	8796004692	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DWQ0394	8796005355	7455/0	18/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
DZH1662	8796005462	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
GCW8008	8796004490	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
GSW1714	8796004636	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
HBS1949	8796005400	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
IHF3872	8796004103	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
IJT0493	8796004539	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
KOR4024	8796004626	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LNC7997	8796004466	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXE0587	8796004701	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXV3615	8796004832	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYU5147	8796004549	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZQ3274	8796004143	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAC2757	8796004416	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAK7870	8796005307	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL6944	8796004997	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ2210	8796004473	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAY5392	8796004529	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBJ4674	8796004858	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT4912	8796004646	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH0636	8796004698	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH2770	8796005392	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCT7049	8796004166	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDI9304	8796003983	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ7013	8796005525	7463/0	09/10/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEB9054	8796004457	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE8176	8796005031	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEO6025	8796004535	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEP1257	8796005125	7463/0	26/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEP1306	8796004148	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER6099	8796004771	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEV8024	8796005486	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEW2356	8796004471	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEX8915	8796005480	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEY4969	8796004472	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFC4084	8796004164	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGA2092	8796004618	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGE8419	8796004813	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL9139	8796004942	7455/0	25/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGN4886	8796004580	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGP6612	8796004612	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGW2634	8796004886	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGX7974	8796005320	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGZ0243	8796001991	7455/0	03/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU0971	8796004124	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB8155	8796004503	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB8155	8796004846	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII8643	8796005349	7455/0	18/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL1907	8796004518	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIL1907	8796004524	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIU1406	8796004655	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIV0920	8796005024	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIY0107	8796003989	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA0886	8796004527	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH1797	8796004491	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN7280	8796005327	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN7280	8796005329	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJO5567	8796005377	7455/0	18/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJP5977	8796004161	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJR4334	8796004492	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW7060	8796004513	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX4529	8796004732	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKB0075	8796004468	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC2289	8796005437	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKE6831	8796005072	7463/0	26/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKE7451	8796005036	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKE8652	8796005306	7463/0	15/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKF7106	8796004434	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG5205	8796005465	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT3253	8796005371	7455/0	18/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKW6565	8796004988	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX7085	8796004557	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG0176	8796004707	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLL1453	8796004429	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 16 DE JANEIRO DE 2015

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2015 FMS**
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2015 FMS

O PREFEITO do MUNICÍPIO DE RIO DO SUL EM EXERCÍCIO - SC no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item, visando a registro de preços aquisição de material de higiene, limpeza e cozinha para atender necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul - Santa Catarina.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 3.246/13 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até o dia 26/01/2015 às 08:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 26/01/2015 às 08:15 horas.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 26/01/2015 às 08:30 horas.

CONTATO: Luis Henrique
e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBJETO - Registro de preços Aquisição de material de higiene, limpeza e cozinha para atender necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul - Santa Catarina.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, esclarecimentos e maiores informações, poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 16 de janeiro de 2015.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito de Rio do Sul em exercício

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 05/2015, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de coleções didáticas para a educação infantil da rede municipal de ensino

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 29/01/2015 até as 09h00min.

Abertura: 29/01/2015, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 05 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 06/2015, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de empresa para realização de transporte de estudantes para a Secretaria de Educação.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 30/01/2015 até as 14h00min.

Abertura: 30/01/2015, às 14h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 05 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
PROCESSO LICITATÓRIO 003/2015
CHAMADA PÚBLICA 001/2015

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que esta promovendo processo de chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender o programa municipal de alimentação escolar da rede municipal de ensino de Santa Cecília. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos documentos e propostas para o dia 02 de fevereiro de 2015, até às 13h30min. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital, deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto a prefeitura municipal.

Santa Cecília, 16 de janeiro de 2015.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ERRATA E ALTERAÇÃO DE ABERTURA EDITAL Nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
ERRATA E ALTERAÇÃO DA ABERTURA DE EDITAL
Edital nº 007/2015-PR
PUBLICADO NO DOM EM 16/01/2015-EDIÇÃO Nº 1664 PG 282

Onde lê-se:
"para aquisição de Gás GLP de Petróleo durante o exercício 2014."

Leia-se:
"para aquisição de Gás GLP de Petróleo durante o exercício 2015."

Fica alterado o prazo de recebimento e abertura da documentação e propostas do Edital de Licitação acima descrito, para o dia 29 de janeiro de 2015 às 09:00horas.

Lê-se: "Com entrega dos envelopes marcada para até as 08h:45min do dia 29/01/2015, e abertura dos envelopes 15 minutos depois."

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone Fax: (0xx48) 534-1113 e e-mail: liocitacao@santarosadosul.sc.gov.br, das 13:00h às 19:00h.

Nelson Cardoso de Oliveira.
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
TERMO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015-INEXIGIBILIDADE

CONTRATADO: GIZELI CARDOSO DA SILVA & CIA LTDA.
CNPJ: 04.088.632/0001-00

Objeto: prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas no atendimento aos serviços de saúde ofertados pela Rede Municipal de Saúde, usando como referência os procedimentos e valores da Tabela SIA/SUS, conforme credenciamento na Chamada Pública nº 01/2013

Da base legal: artigo 25, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Da justificativa: A Inexigibilidade justifica-se por inviabilidade de competição, haja visto a contratação do universo de fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto, que demonstre interesse na prestação dos serviços e satisfaçam as exigências do Edital Credenciamento.

A escolha dos fornecedores deu-se por chamada pública através do Edital de Credenciamento nº 01/2013, aberto a todos os interessados.

Assinatura: 19/01/2015

Joelson Farias Pereira
Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2014-INEXIGIBILIDADE

CONTRATADO: LABORATORIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E CITOLÓGIA SÃO JOÃO LTDA

CNPJ: 04.746.998/0004-71

Objeto: Prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas no atendimento aos serviços de saúde ofertados pela Rede Municipal de Saúde, usando como referência os procedimentos e valores da Tabela SIA/SUS, conforme Edital de credenciamento nº 01/2013

Da base legal: artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Da justificativa: A Inexigibilidade justifica-se por inviabilidade de competição, haja visto a contratação do universo de fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto, que demonstre interesse na prestação dos serviços e satisfaçam as exigências do Edital Credenciamento.

A escolha dos fornecedores deu-se por chamada pública através do Edital de Credenciamento nº 01/2013, aberto a todos os interessados.

Assinatura: 19/01/2015

Joelson Farias Pereira

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso**PREFEITURA****DECRETO Nº 008/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2015**

DECRETO Nº 008/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto lotados os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal para o exercício de 2014 conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Prefeito Municipal:

Fiat/Siena Placa MLV 6742

Fundo da Infância e Adolescência (Conselho Tutelar)

Palio Weekend Placa MLM 2970

Secretaria da Administração

Fiat Uno MLI - 6240

Secretaria Municipal de Educação:

Micro Ônibus MLH 7455

Micro Ônibus MKW 6886

Ônibus Placa MLN 3555

Ônibus Placa LBE-9266

Ônibus Placa MHI-3781

Micro Ônibus Placa MGC-5389

Kombi Placa LZQ-9676

Fiorino Placa AIU-2301

Gol Placa HSA-4843

Secretaria Municipal de Saúde Pública:

Fiat/Siena Placa MLI 6230

Fiat/Palio Weekend Placa MJM 8733

Fiat/Doblô Placa MJZ 3892

Fiat/Ducato Placa MGC 0247

Ambulância Placa MHM 0646

Sanderô Placa MHX 6135

Fiat/Uno MLF 1217

Fiat/Uno Way Placas MLM 7091

Fiat/Pálio Placas MDB 6817

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Caminhão Placa LYT-1023

Caminhão Placa MBI-3024

Motoniveladora Velha

Motoniveladora New Holland RG140B

Logan Placa MIR-8759

Pá Carregadeira

Trator de Pneu John Deer nº 01

Caminhão MGK-3928

Caminhão MGK-3988

Caminhão Truck ATE-2422

Retroescavadeira Randon RD-406(1)

Retroescavadeira Randon RD-406(2)

Gol Placa DEE-6726

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Cursa Placa MLV - 1476

Secretaria Municipal de Agricultura:
Moto Placa MDC-5595
Trator New Holland nº 02
Trator de Pneu John Deer 4x4 5605 nº 03
Trator de Pneu New Holland TL 75 E nº 04
Trator Masse Ferguson MF 4275 nº 05
Trator de Pneu John Deer nº 06
Escavadeira Hidráulica Doosan
Fiat Strada Working MLV 6622
Retroescavadeira Caterpillar (03)
Trator de Esteiras New Holland

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso -
SC, 12 de Janeiro de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 0828/2015

DECRETO Nº 0828, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 354.000,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(20) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Transito - Prefeitura

(100) 3.3.90.39.00.00.00 156 - Outros Serv de Terceiros - P.J.R\$ 244.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.034 - Rádio Patrulha

(370) 4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.080 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

(159) 4.4.90.52.00.00.00 152 - Equipam. e Material Permanente R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(12) 3.3.90.32.00.00.00 001 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 50.000,00

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Transito - Prefeitura

(89) 3.1.90.11.00.00.00 156 - Vencimentos e Vantagens Fixas - P.C.R\$ 100.000,00

(91) 3.1.90.16.00.00.00 156 - Outras Despesas Variáveis - P.C.R\$ 20.000,00

(94) 3.3.90.14.00.00.00 156 - Diárias - Civil R\$ 5.000,00

(95) 3.3.90.30.00.00.00 156 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

(97) 3.3.90.33.00.00.00 156 - Passagens e Desp de Locomoção R\$ 5.000,00

(102) 3.3.90.47.00.00.00 156 - Obrigações Tribut. e Contribuições R\$ 14.000,00

(105) 4.4.90.51.00.00.00 156 - Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Atividade: 2.034 - Rádio Patrulha
(371) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equipam. e Material Permanente R\$ 10.000,00

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.080 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
(158) 3.3.90.48.00.00.00 152-Outros Aux. Financ. a Pessoas Físicas....R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de janeiro de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

ERRATA DECRETO Nº 0827/2015

ERRATA:

No Diário Oficial Municipal nº 1664, de 16 de janeiro de 2015, página 284, na publicação do Decreto nº 0827/2015, no local que se lê "Art. 2º Fica Revogado o Decreto nº 0819 de 05 de janeiro de 2015" leia-se "Art. 2º Fica Revogado o Decreto nº 0809 de 05 de janeiro de 2015".

PORTARIA Nº 7200/2015

PORTARIA Nº 7200, DE 16 DE JANEIRO DE 2015
Exonera Procurador

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 19 de janeiro de 2015, RAFAEL PINHEIRO BORGES, do cargo de Procurador, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 7215/2015

PORTARIA Nº 7215, DE 16 DE JANEIRO DE 2015
Exonera Assessor de Gabinete

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 19 de janeiro de 2015, EMERSON HINKE, do cargo de Assessor de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 7216/2015

PORTARIA Nº 7216, DE 16 DE JANEIRO DE 2015
Nomeia Procurador

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 19 de janeiro de 2015, EMERSON HINKE, no cargo de Procurador Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 07/2015

Pregão Eletrônico nº 07/2015
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 07/2015
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 07/2015, e o envio das propostas será das 17:00hrs do dia 19/01/2015 até as 08:00hrs do dia 30/01/2015 pelo site www.bll.org.br. Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 30/01/2015 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: Aquisição de tubos, conexões e válvulas de ferro fundido nodular, aço carbono e ferro maleáveis galvanizados, filtro

de linha, válvulas redutoras de pressão e matérias elétricos diversos para instalação nas seguintes estações: VRP002.1, VRP005.1, VRP020 E EAT039, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no ANEXO I do edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site www.bll.org.br e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 19 de janeiro de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N03/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.03/2015
Edital:TOMADA PREÇOS P/OBRAS SERV ENG- N.03/2015.
Tipo : Menor preço

Objeto:AMPLIAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE CEIM-CRIANÇA FELIZ. CMFE PROJETO. Entrega dos Envelopes:09:00hrs -dia 04 de fevereiro de 2015.Abertura dos Envelopes:09:00 horas- dia 04 de fevereiro de 2015.O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio Lorenz, 747, nos dias úteis, das Segunda/ Sexta, horário de expediente, fone 014 493325.3000.

SAO CARLOS, 16 de janeiro de 2015-
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATO E ADITIVOS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
Contrato Nº:39/2014- PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada:IOPLAN INSTITUTO OESTE DEPLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

Objeto...:PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO ,ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMP P/CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.
Vigência:30.03.2015
Licitação...:AF-981/2014
SAO CARLOS,12 DE JANEIRO DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.:04/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC - CIS-AMOSC
Objeto :prestação de serviços de saúde especializados
Valor :R\$ 273.000,00(duzentos e setenta e tres mil reais)
Vigência : Até 31/12/2015
Licitação :Dispensa N.01/2015
SAO CARLOS, 09 de janeiro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.:01/2015
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

de Santa Catarina - Epagri
Objeto :SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO
RURAL NO MUNICIPIO
Valor :R\$30.780,00(trinta mil setecentos e oitenta reais)
Vigência : 31.12.2015
Licitação :02/2015 - Dispensa de Licitação

SAO CARLOS, 16 de janeiro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 299-2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 299, de 16.01.2015
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno e Resolução nº 001/2011 (Organização Administrativa da Secretaria quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, e da outras Providências);

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhorita Élen Magali Aiolfi, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora do Departamento de Finanças, com carga horária de vinte (20) horas semanais, enquadrada no Anexo II - Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, Código 06, da Resolução nº 001/2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, 16 de janeiro de 2015.

NEUDI JOSE BURATTI

Presidente da Câmara de Vereadores

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

MILTON BERTOLDI

1º Secretário

PORTARIA Nº 004-2015 NOMEIA ÉLEN TESOUREIRA

PORTARIA Nº 003/2015, de 16 de janeiro de 2015.
DESIGNA FUNCIONÁRIO.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno e Resolução nº 001/2011 (Organização Administrativa da Secretaria quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, e da outras Providências), resolve;

DESIGNAR:

Art. 1º A Servidora Élen Magali Aiolfi, ocupante de Diretora do Departamento de Finanças, para exercer as atividades de Tesouraria e de Controle Interno da gestão financeira da Câmara Municipal, podendo assinar cheques juntamente com o Presidente da Mesa Diretora e outros documentos pertinentes à função.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados as disposições ao contrário.

São Domingos, 16 de janeiro de 2015.

NEUDI JOSE BURATTI

Presidente da Câmara de Vereadores

Esta Portaria foi registrado e publicado em data supra.

MILTON BERTOLDI

1º Secretário

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 039/2014

No dia 16 de janeiro de 2015, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório FMS 039/2014, Modalidade Tomada de Preços FMS n. 006/2014 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO ESPERANÇA, conforme havia sido designado em ata na sessão anterior já que não houve interposição de recurso. A participante foi comunicada, porém, não se fez presente. Passou-se à abertura do envelope n. 02 - Proposta de Preços da licitante Construtora e Incorporadora Bigolin Ltda, CNPJ 14.494.057/0001-07. A licitante habilitada apresentou o valor global de R\$ 43.510,97 (quarenta e três mil, quinhentos e dez reais e noventa e sete centavos), sendo esta declarada válida por cumprir com todos os requisitos do edital, bem como com o contido no artigo 3º do Decreto n. 7.983, de 08/04/2013, e artigo 102, § 7º, da Lei 12.708, de 17/08/2012. Desta feita, restou VENCEDORA do presente certame a licitante Construtora e Incorporadora Bigolin Ltda, CNPJ 14.494.057/0001-07. A participante receberá, via e-mail, cópia da presente ata, ficando ciente de que se declara aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 004/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 004/2015
TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 001/2015

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 06 de fevereiro de 2015, estará recebendo as propostas de interessados para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ADAPTAÇÃO E READEQUAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, objeto do Contrato de Repasse n. 1013934-13/2013/MTUR/CAIXA. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 06 de janeiro de 2015.
ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 006/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 006/2015
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 002/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 29 de janeiro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM E ETANOL PARA UTILIZAÇÃO EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, AUTOMÓVEIS E DEMAIS VEÍCULOS AUTOMOTORES PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:.

São Domingos, SC, 06 de janeiro de 2015.
Flávio Celeste Lorenzi
Pregoeiro Oficial.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 005/2015

DECRET O Nº 005/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam REVOGADOS os efeitos do Decreto Nº324/2014, de 23/12/2014, que trata da exoneração do servidor LUIZ RIBEIRO, por haver saído com incorreções (duplicidade).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 006/2015

DECRETO Nº 006/2015

“QUE NOMEIA FUNCIONÁRIOS, POR FORÇA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2014”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADAS as seguintes pessoas: - CHINTIA DE SOUZA ROQUE, para ocupar o Cargo Efetivo de Assistente Técnico Pedagógico, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com 40 horas semanais classificada em 5º lugar no Concurso Público Nº 001/2014, realizado em data de 13/04/14, sob o regime estatutário. - RITA DE CASSIA NUNES, para ocupar o Cargo Efetivo de Assistente Técnico Pedagógico, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com 40 horas semanais, classificada em 7º lugar no Concurso Público Nº 001/2014, realizado em data de 13/04/14, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 007/2015

DECRET O Nº 007/2015

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO Á FUNCIONÁRIA ALBERTINA GONÇALVES DA SILVA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - ALBERTINA GONÇALVES DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora Municipal, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 053/2013 de 04/02/2013, a referida exoneração dá-se por aposentadoria por idade da mesma.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 008/2015

DECRETO Nº 008/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Por determinação do Senhor Prefeito e atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

01 - ANTONIO DALTON NUNES SILVEIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,34 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.359,01;
02 - DAURA IVONE NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;
03 - HILDA CATARINA GARCIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 835,64;
04 - HILDA MARA NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;
05 - IVETE PADILHA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 835,64;
06 - IVONE DO AMARAL, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 996,56 para Nível VII, com vencimentos mensais de R\$ 1.120,70;
07 - MARGARIDA ALCIDIA SILVERIO VELHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 835,64;
08 - MARLI GIRARDI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,34 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.359,01;
09 - MARTA GODOY DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Nível IV, com vencimentos mensais de R\$ 1.441,26 para Nível VI, com vencimentos mensais de R\$ 1.621,11.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 009/2015

DECRETO Nº 009/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Por determinação do Senhor Prefeito e atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

- 01 - RITA DE CASSIA SOUZA, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras Públicas Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.859,93 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 2.091,99;
02 - GILLIS DE MATTOS NETO, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras Públicas Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.859,93 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.972,54;
03 - CLAUDIO MATOS GOULART, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,34 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.359,01;
04 - DONATO PADILHA NETO, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras Públicas Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.859,93 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.972,54;
05 - ELVIO DE SOUZA ROSA, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.859,93 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 2.091,99;
06 - GIULIAN AMARAL PORTO, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.859,93 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.972,54;
07 - JADER PROCHNOW NUNES, ocupante do Cargo de Contador Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 3.130,71 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 3.521,26;
08 - JULIO RENI PEREIRA, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo Nível IX, com vencimentos mensais de R\$ 2.976,66 para Nível XI, com vencimentos mensais de R\$ 3.347,94;
09 - LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Nível VIII, com vencimentos mensais de R\$ 1.823,36 para Nível X, com vencimentos mensais de R\$ 2.050,81.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 010/2015

DECRETO Nº 010/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Por determinação do Senhor Prefeito e atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

- 01 - MARCIA NUNES, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo Nível VII, com vencimentos mensais de R\$ 2.646,50 para Nível IX, com vencimentos mensais de R\$ 2.976,66;
02 - NAZARENO DE OLIVEIRA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.859,93 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 2.091,99;
03 - RICARTE COSTA NUNES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,34 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.359,01;
04 - VALNIRA SOUZA GÓSS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Nível VIII, com vencimentos mensais de R\$ 1.823,36 para Nível X, com vencimentos mensais de R\$ 2.050,81;
05 - ZELI BORGES DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo Nível VII, com vencimentos mensais de R\$ 2.646,50 para Nível IX, com vencimentos mensais de R\$ 2.976,66;
06 - EUGÊNIO HUGEN PAGANI, ocupante do Cargo de Advogado Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 5.352,49 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 6.020,21;
07 - FABIO MATOS GOULART, ocupante do Cargo de Advogado Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 5.352,49 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 6.020,21;
08 - SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Nível VIII, com vencimentos mensais de R\$ 1.823,36 para Nível X, com vencimentos mensais de R\$ 2.050,81;
09 - ADRIANO RODRIGUES TAVARES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 011/2015

DECRETO Nº 011/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Por determinação do Senhor Prefeito e atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

- 01 - ALVARO PEREIRA DO AMARAL, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.859,93 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.972,54;
02 - BRIGIDA DE LIMA MARAL, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 835,64;
03 - CRISTIANO CAMPOS ARAUJO, ocupante do Cargo de Médico

Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 2.676,19 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 3.010,05;
04 - GABRIEL SOUZA CAMARGO, ocupante do Cargo de Odontólogo Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 2.676,19 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 3.010,05;
05 - JANETE APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;
06 - JOSE LUIZ ANTUNES, ocupante do Cargo de Motorista Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.074,16 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.139,22;
07 - JOSIANE NUNES OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Psicólogo Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 2.676,19 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 3.010,05;
08 - LEONARDO JOSÉ BATHKE, ocupante do Cargo de Médico Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 2.838,27 para Nível IV, com vencimentos mensais de R\$ 3.192,29;
09 - LUCIA HELENA GEREMIAS BONGIOLO, ocupante do Cargo de Assistente Social Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 2.676,19 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 3.010,05.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 012/2015

DECRETO Nº 012/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Por determinação do Senhor Prefeito e atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

01- MARCELO LUIZ SCHMITT, ocupante do Cargo de Farmacêutico/Bioquímico Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 3.130,70 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 3.521,26;
02 - MARCIA MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Enfermeira Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 2.676,19 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 2.838,27;
03 - MARCOS AGUIAR GODINHO, ocupante do Cargo de Motorista Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.074,16 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.139,22;
04 - MARCOS JOSÉ NUNES PADILHA, ocupante do Cargo de Motorista Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.074,16 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.139,22;
05 - NAIR CAROLINA ARRUDA SOUZA, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 2.676,19 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 3.010,05;
06 - PAULA DOMICIANO RIBEIRO, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.859,93 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.972,54;
07 - REGINA CUSTODIA NUNES, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.859,93 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 2.091,99;
08 - ROKE VIANEI PEREIRA, ocupante do Cargo de Odontólogo Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 2.676,19 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 3.010,05;

09 - ADRIANA DE JESUS ANSELMO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 013/2015

DECRETO Nº 013/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Por determinação do Senhor Prefeito e atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

01 - ANA DAS GRAÇAS DUTRA HASCKEL, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,34 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.359,01;
02 - ARIIVALDO ANRIQUE DOS SANTOS ROSA, ocupante do Cargo de Motorista Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,24 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.358,96;
03 - CUSTODIA TEREZINHA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;
04 - MARCIO DA SILVA TOMAZ, ocupante do Cargo de Carpinteiro Nível IV, com vencimentos mensais de R\$ 1.182,09 para Nível VI, com vencimentos mensais de R\$ 1.331,64;
05 - MARILDA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Nível VIII, com vencimentos mensais de R\$ 1.823,36 para Nível X, com vencimentos mensais de R\$ 2.050,81;
06 - MARLENE DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 835,64;
07 - SEBASTIÃO DOS SANTOS LIMA, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.161,82 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.306,80;
08 - SERLI LIMA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;;
09 - TERESINHA APARECIDA VERTUOSO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 014/2015

DECRETO Nº 014/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Por determinação do Senhor Prefeito e atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

01 - ANTONIO COSTA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;
02 - AVELINO NESI, ocupante do Cargo de Mecânico Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.161,82 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.232,15;
03 - CILÉSIO DE OLIVEIRA BARBOSA, ocupante do Cargo de Carpinteiro Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.115,19 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.255,61;
04 - JAIR BORGES DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Pedreiro Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.255,61 para Nível VII, com vencimentos mensais de R\$ 1.412,27;
05 - JANI MENDONÇA CASCAES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;
06 - JOÃO HORMINIO FONTANELLA, ocupante do Cargo de Pintor Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 992,50 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.116,33;
07 - JOÃO PEREIRA DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;
08 - JOÃO ROGÉRIO LAURINDO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;;
09 - JOSÉ AMILTON MARAFIGO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 015/2015

DECRETO Nº 015/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Por determinação do Senhor Prefeito e atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

01 - JOSÉ PAULO DA SILVA, ocupante do Cargo de Encanador Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.051,94 para Nível IV, com vencimentos mensais de R\$ 1.183,92;
02 - JOSÉ VILMAR DOMICIANO DA ROSA, ocupante do Cargo de Eletricista Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 992,50 para

Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.052,60;
03 - PAULO CESAR MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;
04 - SEBASTIÃO RAMOS FLORES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;
05 - VOLNI PEREIRA DE LIMA, ocupante do Cargo de Eletricista Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.264,05 para Nível VII, com vencimentos mensais de R\$ 1.412,27;
06 - ZÉLIO VERONICA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;
07 - ALADIR DOM DO AMARAL, ocupante do Cargo de Motorista Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,24 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.358,96;
08 - ANTONIO DE SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Motorista Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.074,16 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,24;;
09 - ANTONIO EDSON PEREIRA, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.306,80 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.469,84.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 016/2015

DECRETO Nº 016/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Por determinação do Senhor Prefeito e atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

01 - ELPIDIO PEREIRA, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.161,82 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.306,80.
02 - ELSO CAVALHEIRO NUNES, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.306,80 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.469,84.
03 - HELIO BARBOSA, ocupante do Cargo de Motorista Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.074,16 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,24;
04 - JAIR RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.306,80 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.469,84;
05 - JANI CESAR NUNES, ocupante do Cargo de Motorista Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.074,16 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.139,22;
06 - JOÃO VARDELI DE LIMA, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.306,80 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.469,84;
07 - JOAQUIM GUEDES, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível III, com vencimentos mensais de R\$

1.306,80 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.469,84;
08 - JOSÉ VALDEMAR MARTINS, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.161,82 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.232,15;

09 - JULIO CESAR LAURINDO, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.306,80 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.469,84;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 017/2015

DECRETO Nº 017/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Por determinação do Senhor Prefeito e atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

01 - LEONCIO P. DOS SANTOS FILHO, ocupante do Cargo de Motorista Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,24 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.358,96.

02 - LUIZ GONZAGA BORGES, ocupante do Cargo de Pedreiro Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 992,51 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.116,33.

03 - RENE MACEDO, ocupante do Cargo de Motorista Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.074,16 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.139,22;

04 - RENI RODRIGUES BORGES, ocupante do Cargo de Motorista Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.074,16 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,24;

05 - JANI CESAR NUNES, ocupante do Cargo de Motorista Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.074,16 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.139,22;

06 - ROMILTO GUIMARÃES VELHO, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.161,82 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.306,80;

07 - ALDORI BARBOSA, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.306,80 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.469,84;

08 - ANDRÉ SOUZA SPOLTI, ocupante do Cargo de Técnico em Atividades Agrícolas Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.859,93 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 2.091,99;

09 - CLEBESON JOSÉ CARDOSO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 835,64;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 018/2015

DECRETO Nº 018/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Por determinação do Senhor Prefeito e atendendo ao que dispõe a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

01 - GENTIL JOAQUIM ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16.

02 - JOÃO CARLOS DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Nível VIII, com vencimentos mensais de R\$ 1.823,36 para Nível X, com vencimentos mensais de R\$ 2.050,81.

03 - JUAREZ CAMARGO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16.

04 - NESTOR OLIVEIRA SOBRINHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 835,64;

05 - SEBASTIÃO ALEQUES MACEDO WALTRICK, ocupante do Cargo de Técnico em Atividades Agrícolas Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 1.859,93 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 2.091,99;

06 - SEBASTIÃO CÍCERO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 788,00 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 886,16;

07 - CARLIN VALTRICK WOLFF, ocupante do Cargo de Motorista Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,24 para Nível V, com vencimentos mensais de R\$ 1.358,96;

08 - DONIZETE BARBOSA, ocupante do Cargo de Eletricista Nível I, com vencimentos mensais de R\$ 992,50 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.116,33;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 007/2015

PORTARIANº 007/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária - IVONE RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 23/12/2014 até 20/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 23 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 008/2015

PORTARIANº 008/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde,
conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes fun-
cionários: - MARGARIDA ALCIDIA SILVERIO VELHO, ocupante da
Função de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/12/2014
e o retorno de acordo com o INSS. - BRUNA DAMASCENO DA SIL-
VA, ocupante da Função de Odontóloga, por 02 (dois) dias, a con-
tar do dia 22/12/2014. - FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do
Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 30/12/2014.
- EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Admini-
strativo, por 01 (um) dia, no dia 30/12/2014. - KARINA RODRI-
GUES LEITSKE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por
01 (um) dia, no dia 05/01/2015. - PATRICIA CASSÃO DA ROSA,
ocupante da Função de Agente de Saúde, por 05 (cinco) dias, a
contar do dia 05/01/2015. - IVANDINA DE FATIMA PEREIRA, ocu-
pante da Função de Agente de Saúde, por 05 (cinco) dias, a contar
do dia 05/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo
1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 009/2015

PORTARIANº 009/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:
- IVONE DO AMARAL, ocupante do Cargo de Agente de Servi-
ços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia
05/01/2015 à 03/02/2015. - ARIANE CORDOVA MENDES, ocupan-
te do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, referente ao exercício
de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 010/2015

PORTARIANº 010/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - FRE-
DERICO MENDES VIEIRA, ocupante da Função de Médico PSF,
referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 08/01/2015
à 06/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 011/2015

PORTARIANº 011/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária: - BENTA
DE FATIMA FURTADO, ocupante do Cargo Comissionado de Se-
cretaria da Administração, referente ao exercício de 2014/2015, a
contar do dia 09/01/2015 à 07/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 012/2015

PORTARIANº 012/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica TRANSFERIDA a funcionária JESSICA TAVARES MA-
TOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secre-
taria Municipal de Administração, para a partir desta data desem-
penhar suas funções na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 013/2015

PORTARIANº 013/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADAS por Término de Contratos as seguintes pessoas: - FABIANO BORGES DE SOUZA, ocupante da Função de Motorista na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 086/2014, de 27/02/2014. - SARAH MATOS TIVES, ocupante da Função de Professora no Centro de Música, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 432/2014, de 30/09/2014. - SUIANI ELINIS OLIVEIRA DA ROSA, ocupante da Função de Professora no Centro de Música, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 409/2014, de 09/09/2014. - SERGIO MATIAS DA CUNHA, ocupante da Função de Professor no Centro de Música, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 462/2014, de 22/10/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 014/2015

PORTARIANº 014/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - MARTA SILVEIRA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 05/01/2015. - DILMAR PADILHA ARTISMO, ocupante do Cargo de Motorista, por 07 (sete) dias, a contar do dia 07/01/2015. - JOSÉ ALSONI GUIMARÃES, ocupante do Cargo de Vigia, por 01 (um) dias, no dia 07/01/2015. - BRUNA DAMASCENO DA SILVA, ocupante da Função de Dentista, por 01 (um) dia, no dia 09/01/2015. - SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 09/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 015/2014

PORTARIANº 015/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com os Requerimentos Protocolados sob os nºs 191 e 192, de 26/11/2014 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 21; Ficam REMOVIDAS por PERMUTA as seguintes funcionárias: - MARISA ANTUNES OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais efetivada no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para se tornar efetiva na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, a partir desta data. - BERNADETE PORTO KAULING, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais efetivada na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para se tornar efetiva no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 016/2015

PORTARIANº 016/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 208, de 12/01/2015 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 2.300/1999, de 24/09/1999, artigo 129; Fica REMOVIDA a funcionária GISLAINE POLLI FARIAS DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais efetivada no Postinho Girassol, para se tornar efetiva no Postinho do CAIC, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 017/2015

PORTARIANº 017/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária MARLENE ELIZIARIO DE MELO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 12/01/2015 à 10/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 018/2015

PORTARIANº 018/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por motivos administrativos e/ou ordem técnica a senhora ANDREIA APARECIDA SANTOS DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (servente/faxineira), na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 324/2014, de 09/07/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 019/2015

PORTARIANº 019/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária CLAUDIANI ANGELINA DA SILVA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 02/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 020/2015

PORTARIANº 020/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CEDIDA TEMPORARIAMENTE por restrição médica a funcionária NILZA APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para desempenhar funções compatíveis com sua incapacidade até que receba alta médica no Posto de Saúde (Unidade Central) Secretaria Municipal de Saúde, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 021/2015

PORTARIANº 021/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimento Protocolado sob o nº 087, de 17/03/2014 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Fica REMOVIDA a Professora LÉIA DE SOUZA SANTOS efetivada na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho através do Decreto Nº 054/2013, de 04/02/2013 para se tornar efetiva na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 022/2015

PORTARIANº 022/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimento Protocolado sob o nº 198, de 09/12/2014 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Fica REMOVIDO o Merendeiro ANTONIO CARLOS DE LIMA efetivado na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho através do Decreto Nº 132/2014, de 05/06/2014 para se tornar efetivo na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 023/2015

PORTARIANº 023/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimento Protocolado sob o nº 105, de 02/06/2014 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Fica REMOVIDA a Professora GERLANE GORETI DE OLIVEIRA efetivada na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel através do Decreto Nº 111/2014, de 19/05/2014 para se tornar efetiva na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 024/2015

PORTARIANº 024/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimento Protocolado sob o nº 097, de 16/05/2014 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Fica REMOVIDA a Professora JANETE BARBOSA DE SOUZA efetivada na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de Arvoredo através do Decreto Nº 053/2013, de 04/02/2013 para se tornar efetiva na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 025/2015

PORTARIANº 025/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimento Protocolado sob o nº 141, de 05/08/2014 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Fica REMOVIDO o Professor JOSÉ DA SILVA PADILHA efetivado na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, com 20 horas semanais através do Decreto Nº 111/2014, de 19/05/2014 para se tornar efetivo na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, e também fica removido o mesmo efetivado no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano com 20 horas semanais através do Decreto Nº 109/2013, de 04/03/2013 para se tornar efetivo na

E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 026/2015

PORTARIANº 026/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimento Protocolado sob o nº 195, de 02/12/2014 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Fica REMOVIDA a Professora LÚCIA DE FÁTIMA FURTADO DOS SANTOS MARTINS efetivada na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina através do Decreto Nº 035/2012, de 20/01/2012 para se tornar efetiva na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 027/2015

PORTARIANº 027/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimento Protocolado sob o nº 106, de 02/06/2014 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Fica REMOVIDA a Professora MARIZA NUNES GARCIA DA SILVA efetivada na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava através do Decreto Nº 111/2014, de 19/05/2014 para se tornar efetiva na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 028/2015

PORTARIANº 028/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor ADEMIR MANOEL DE ALMEIDA JUNIOR, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde (Novos Tempos), Bairro Pradinho, na Secretaria Municipal da Saúde, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 435/2013, de 06/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 029/2015

PORTARIANº 029/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a funcionária NADIR OLIVEIRA PALMA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Assistência Social, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 14/01/2015 à 12/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 030/2015

PORTARIANº 030/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao funcionário ELVIO DE SOUZA ROSA, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 15/01/2015 à 13/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.548 /2014

DECRETO Nº 3.548 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor RODRIGO MACEDO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.549 /2014

DECRETO Nº 3.549 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIA LUCIA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.559/2014

DECRETO Nº 3.559/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor LEONARDO PADILHA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.565/2014

DECRETO Nº 3.565/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SHIRLAINE ANA DE SOUZA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público

regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.567/2014

DECRETO Nº 3.567/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CARMELINA CIRIMBELLI BITENCOURT para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

ABERTURA DA CONCORRENCIA Nº 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRENCIA Nº 005/2014 - Processo nº 437/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA REPERFILAMENTO E CAPEAMENTO ASFALTICO EM DIVERSAS RUAS DOS BAIRROS NOSSA SENHORA DO ROSARIO, CAMPINAS E KOBASOL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, conforme se encontra descrito de forma clara e precisa no Quadro de Quantidades e Custos, e demais anexos deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 19 de fevereiro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 19 de fevereiro de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

DECRETO Nº 3.550 /2014

DECRETO Nº 3.550 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor CARLOS ROBERTO PEREIRA TOLosa para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.551 /2014

DECRETO Nº 3.551 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor RENOIR PEREIRA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado

homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.552 /2014

DECRETO Nº 3.552 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora DENISE MAXIMIANO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.553/2014

DECRETO Nº 3.553/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ADRIANA TELLES RIBEIRO DORNELLES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código

de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

Secretária Municipal Interina da Educação

DECRETO Nº 3.554/2014

DECRETO Nº 3.554/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor DANIEL SWOBODA MURIALDO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.555/2014

DECRETO Nº 3.555/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor ELCIONE ANTUNES PINTO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.556/2014

DECRETO Nº 3.556/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor PAULO RUBEM PASSAGLIA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.557/2014

DECRETO Nº 3.557/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor FABIANO FURINI IGNACIO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.558/2014

DECRETO Nº 3.558/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor ANTONIO ROBERTO FERNANDES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.560/2014

DECRETO Nº 3.560/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora PRISCILA ALVES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.561/2014

DECRETO Nº 3.561/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora FABIANA DE FATIMA APARECIDA DE OLIVEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.562/2014

DECRETO Nº 3.562/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora LAIANA DE FATIMA BOBATO ORKIEL para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.563/2014

DECRETO Nº 3.563/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor MARCOS LEANDRO ESPINDULA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.564/2014

DECRETO Nº 3.564/2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor ROSSANO PAULO SCANDOLARA JUNIOR para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.566/2014

DECRETO Nº 3.566/2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ELAINE THIESEN para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado

pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.568/2014

DECRETO Nº 3.568/2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora GICELE MAISA DE CHRISTO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.569/2014

DECRETO Nº 3.569/2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIA REGINA DOS SANTOS

BONALDO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.570/2014

DECRETO Nº 3.570/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIA ISABEL SCHMITT DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.571/2014

DECRETO Nº 3.571/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SUSANN DA SILVA SCHMEIDER MOREIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.572/2014

DECRETO Nº 3.572/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora NILZETH MORETTE DA SILVA PINTO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.573/2014

DECRETO Nº 3.573/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ELIETE PEREIRA DA SILVA DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.574/2014

DECRETO Nº 3.574/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MONICA RITA GUERREIRO GOMES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.575/2014

DECRETO Nº 3.575/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ALINE DE ASSIS SCHERER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.576/2014

DECRETO Nº 3.576/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MERCIA CRISTINA MONTEIRO MACEDO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21

de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.577/2014

DECRETO Nº 3.577/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora FABIANA DE ESPINDOLA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.578/2014

DECRETO Nº 3.578/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora NEIDE TEREZINHA GODINHO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.579/2014

DECRETO Nº 3.579/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ANDREA ELI MACHADO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.580/2014

DECRETO Nº 3.580/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MICHELE GOULART RIBEIRO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.581/2014

DECRETO Nº 3.581/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora RENATA DE SOUZA ROSA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.582/2014

DECRETO Nº 3.582/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CLAUDIA MARIA ABREU DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.583/2014

DECRETO Nº 3.583/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora GRAZIELA REGINA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21

de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.584/2014

DECRETO Nº 3.584/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ROSELEI REGINA TITON ROGALSKI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.585/2014

DECRETO Nº 3.585/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora THAMIRYS FRIGO FURTADO

para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.586/2014

DECRETO Nº 3.586/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora BERNADETE PETRY DE AVILA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.587/2014

DECRETO Nº 3.587/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SANTANA JOVINA TORQUATO ALBINO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.588/2014

DECRETO Nº 3.588/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora VIVIANE SCHLICHTING PARENTE DE MELO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.589/2014

DECRETO Nº 3.589/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora KARINA GREYCE CONRAT para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.590/2014

DECRETO Nº 3.590/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora EDUARDA SOUZA GAUDIO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.591/2014

DECRETO Nº 3.591/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora KALLINE FRANCKE CAMBOIM para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.592/2014

DECRETO Nº 3.592/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ISABEL CRISTINA ELIAS DALCOMUNI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do

Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.593/2014

DECRETO Nº 3.593/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ANGELA CARVALHO DE SOUSA MORAES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.594/2014

DECRETO Nº 3.594/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica

Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora TACILDA DE FREITAS DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.595/2014

DECRETO Nº 3.595/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CLAUDIA HELENA BENTO DACOL para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.596/2014

DECRETO Nº 3.596/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ELIANE MARIA DO AMARAL ANTUNES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.597/2014

DECRETO Nº 3.597/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora FRANCINI DA SILVA VENERA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.598/2014

DECRETO Nº 3.598/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora GISELLI OSTROSKI DE SOUZA FERREIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.599/2014

DECRETO Nº 3.599/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JULIANA ISABELLA DA SILVA ESPINDOLA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.600/2014

DECRETO Nº 3.600/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARCIA REGINA DA SILVA E SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.602/2014

DECRETO Nº 3.602/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora PATRICIA CRISTINA CARVALHO ROMAO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº

4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.603/2014

DECRETO Nº 3.603/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora PATRICIA DIAS DOS SANTOS DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.604/2014

DECRETO Nº 3.604/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora DANIELA MARA MARTINS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.605/2014

DECRETO Nº 3.605/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora FABIANA DE SOUZA CONRAD para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.606/2014

DECRETO Nº 3.606/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora VANUZA MARIA ALVES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.607/2014

DECRETO Nº 3.607/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ALICE HANNI BLIND para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.696/2014

DECRETO Nº 3.696/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ANDRIELE RAMOS PELLENZ para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.697/2014

DECRETO Nº 3.697/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JULIANA HAMES GELSLEUSTER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.698/2014

DECRETO Nº 3.698/2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora DANIELA HALMENSCHLAGER FELL para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.699/2014

DECRETO Nº 3.699/2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora DEBORA MOTA COLLAÇO ELEUTERIO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com

resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.700/2014

DECRETO Nº 3.700/2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora NERZI MARIA DE SOUZA RODRIGUES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.701/2014

DECRETO Nº 3.701/2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARCIA DA SILVA FALCAO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF

do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.702/2014

DECRETO Nº 3.702/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SUSANA LUIZA CAVALHEIRO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.703/2014

DECRETO Nº 3.703/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JUSARA ALBERTINA FERREIRA

AMARAL para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3805/2015

DECRETO Nº 3805/2015

EXONERA SERVIDOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora TANIA SONDHAL CAVALLAR do cargo de Assessor VI Administrativo - CCM6, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 12 de janeiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de janeiro de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3806/2015

DECRETO Nº 3806/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, LIDIANE RAMOS LEAL, matrícula: 37.254, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de janeiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de janeiro de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3807/2015

DECRETO Nº 3807/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, SONIA REGINA CAMPOS CHAVES, matrícula: 30.665-7, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de janeiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de janeiro de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3808/2015

DECRETO Nº 3808/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora MARIANA TORQUATO DOS SANTOS, matrícula: 32.572, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 06 de janeiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de janeiro de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3809/2015

DECRETO Nº 3809/2015

EXONERA SERVIDOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MARISTELA DOS PRAZERES RIBEIRO DE MELO do cargo Diretor I de Centro de Saúde - CCM 4, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de janeiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de janeiro de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3810/2015

DECRETO Nº 3810/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, RAQUEL DA CUNHA REBOLO, para exercer o cargo em comissão de Diretor I de Centro de Saúde - CCM 4, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o decreto 2293/2014.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de janeiro de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3811/2015

DECRETO Nº 3811/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, CONRADO DAY, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de janeiro de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3812/2015

DECRETO Nº 3812/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, ALTINO JOSÉ MARTINS FILHO, matrícula: 39.760-0, com lotação na Fundação educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de janeiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de janeiro de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA
Prefeito Municipal

REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 036.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 036/2014 - Processo nº 367/2014. Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O PÁTIO COBERTO, PARA O CEI VILA FORMOSA NO BAIRRO FORQUILHAS MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, conforme se encontra descrito de forma clara e precisa no Quadro de Quantidades e Custos, e demais anexos deste Edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 04 de fevereiro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 04 de fevereiro de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2014 - PROCESSO Nº 231/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2014 - Processo nº 231/2014. Fornecedor: I - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, II - SEMINA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRESERVATIVOS MASCULINOS E GEL LUBRIFICANTE PARA SEREM DISTRIBUIDOS PELO PROGRAMA DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$ 45.500,00 quarenta e cinco mil e quinhentos reais, II - R\$28.800,00 vinte e oito mil e oitocentos reais. Valor Total: R\$74.300,00 setenta e quatro mil e trezentos reais.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 53/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 53/2014.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE AÇÃO SOCIAL SALTO DO MAIOÍM.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 206 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José, SC, 15 de janeiro de 2015.

SIGNATÁRIOS: José Natal Pereira, Daniela Da Silva Fraga e Eduardo Pedro De Souza

TERMO DE CONVÊNIO Nº 63/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 63/2014.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CONSELHO COMUNITÁRIO SANTOS DUMONT.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 86 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de janeiro de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Daniela Da Silva Fraga e Marcos Aurélio Rufino

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

TERMO DE SELEÇÃO

TERMO DE SELEÇÃO

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADA NA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA.

1. O município de São Lourenço do Oeste - SC , concluído o processo de seleção instituído pelo Edital de Credenciamento nº 003/2014, declara selecionada a empresa de construção civil abaixo qualificada:

Razão Social	VISOLI CONSTRUTORA LTDA EPP
CNPJ:	02.131.315/0001-01
Endereço:	Rua Ernesto Beuter, 1145 – Bairro Brasília São Lourenço do Oeste – SC / CEP: 89.990-000
Telefone para contato:	(49) 3344-1144
Representante Legal:	Douglas Visoli
CPF:	056.623.029-10
RG:	4.165.424

2. A empresa selecionada deverá apresentar à Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 30 dias após a data de assinatura deste termo de seleção, a proposta contendo a documentação completa para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa minha Vida, conforme especificado pela Caixa Econômica Federal;

3. Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido as exigências constantes nos itens anteriores, a critério do Município, este termo será considerado nulo.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de janeiro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – 2º SEMESTRE

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.651.021,02	0,00
Pessoal Ativo	20.473.723,08	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	110.268,52	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.067.029,42	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	290.530,06	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	290.530,06	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	23.360.490,96	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	23.360.490,96	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	55.338.621,78
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	42,21
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	33.203.173,07
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	31.543.014,41
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	29.882.855,76

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.897.227,00	0,00
Pessoal Ativo	19.719.929,06	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	110.268,52	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.067.029,42	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	290.530,06	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	290.530,06	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	22.606.696,94	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	22.606.696,94	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		55.338.621,78
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		40,85
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		29.882.855,76
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		28.388.712,97
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		26.894.570,19
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.267.012,32	1.963.698,76	1.578.583,46
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.267.012,32	1.963.698,76	1.578.583,46
Interna	2.267.012,32	1.963.698,76	1.578.583,46
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.588.763,54	8.437.521,71	6.267.269,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.629.535,94	9.840.565,60	6.919.281,15
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	40.772,40	1.403.043,89	652.011,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.321.751,22	-6.473.822,95	-4.688.685,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.039.806,20	52.467.252,20	55.338.621,78
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,53%	3,74%	2,85%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-4,64%	-12,34%	-8,47%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	60.047.767,44	62.960.702,64	66.406.346,14
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	54.042.990,70	56.664.632,38	59.765.711,52

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.267.012,32	1.963.698,76	1.578.583,46
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	287.307,14	287.307,14	265.759,22
De Tributos	287.307,14	287.307,14	265.759,22
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.979.705,18	1.676.391,62	1.312.824,24

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	19.325,32	531,21
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	9.280.780,74	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

FONTE:

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	49.164.732,67	51.592.178,67	55.338.621,78
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	10.816.241,19	11.350.279,31	12.174.496,79
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	9.734.617,07	10.215.251,38	10.957.047,11

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	55.338.621,78	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.854.179,48	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	7.968.761,54	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.873.703,52	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienções de Bens destinados a Outros Programas	59.488,23	0,00	59.488,23
Assistência Farmacêutica Básica	26.312,36	0,00	26.312,36
Atenção Básica	448.793,40	79.415,94	369.377,46
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	130.378,78	341,33	130.037,45
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	5.656,92	0,00	5.656,92
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	63.123,32	0,00	63.123,32
Convênio Trânsito - Civil	16.976,56	0,00	16.976,56
Convênio Trânsito - Militar	49.345,93	0,00	49.345,93
Convênio Trânsito - Prefeitura	13.007,03	0,00	13.007,03
Fia Demais Recursos	37.837,83	0,00	37.837,83
Fundo Especial do Petróleo	50.749,36	0,00	50.749,36
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	95,10	0,00	95,10
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social – FNAS	205.858,96	0,00	205.858,96
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração	14.512,96	0,00	14.512,96
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	68.195,54	0,00	68.195,54
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	733,73	0,00	733,73
Recursos Ordinários	(406.008,00)	0,00	(406.008,00)
Salário Educação	1.427.058,71	0,00	1.427.058,71
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU	21.167,75	0,00	21.167,75
Transferências de Convênios - Educação	35.019,73	489.000,01	(453.980,28)
Transferências de Convênios - Outros	405.233,99	40.172,67	365.061,32
Transferências de Convênios - Saúde	69.926,54	0,00	69.926,54
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica	356.201,15	0,00	356.201,15
Vigilância em Saúde	157.162,81	0,00	157.162,81
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.256.828,69	608.929,95	2.647.898,74
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	2.074,20	(458,77)	2.532,97
Recursos Ordinários	3.660.378,26	44.071,82	3.616.306,44
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.662.452,46	43.613,05	3.618.839,41
TOTAL (III) = (I + II)	6.919.281,15	652.543,00	6.266.738,15
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ' A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		R\$ 1,00					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.488,23	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.312,36	0,00
Atenção Básica	0,00	79.298,50	0,00	0,00	0,00	369.377,46	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.037,45	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.656,92	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.123,32	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.976,56	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.345,93	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.007,03	0,00
Fia Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.837,83	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.749,36	0,00
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,10	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205.858,96	0,00
Outras Transferências Decorrentes de Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.512,96	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.195,54	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	733,73	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(406.008,00)	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.427.058,71	0,00
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.167,75	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	489.000,00	0,00	0,00	0,00	(453.980,28)	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	40.172,67	0,00	0,00	0,00	365.061,32	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.926,54	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356.201,15	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.162,81	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	608.471,17	0,00	0,00	0,00	2.647.898,74	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.532,97	0,00
Recursos Ordinários	0,00	43.540,62	0,00	0,00	0,00	3.616.306,44	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	43.540,62	0,00	0,00	0,00	3.618.839,41	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	652.011,79	0,00	0,00	0,00	6.266.738,15	0,00

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9
---	---	--

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	23.360.490,96	42,21
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	33.203.173,07	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	31.543.014,41	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.688.685,90	-8,47
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	66.406.346,14	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.174.496,79	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.854.179,48	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.873.703,52	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	6.266.738,15

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 6º BIMESTRE

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.820.432,00	53.820.432,00	9.619.471,89	17,87	56.710.580,37	105,37
RECEITAS CORRENTES	51.820.410,00	51.820.410,00	9.510.161,73	18,35	55.338.621,78	106,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.298.500,00	6.298.500,00	854.511,85	13,57	6.815.252,83	108,20
IMPOSTOS	4.670.000,00	4.670.000,00	806.539,79	17,27	6.298.814,78	134,88
TAXAS	1.208.500,00	1.208.500,00	47.972,06	3,97	516.438,05	42,73
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	970.000,00	970.000,00	178.565,96	18,41	1.006.180,60	103,73
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	970.000,00	970.000,00	178.565,96	18,41	1.006.180,60	103,73
RECEITA PATRIMONIAL	339.800,00	339.800,00	178.441,92	52,51	794.683,14	233,87
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	15.000,00	15.000,00	15.512,40	103,42	27.419,40	182,80
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	324.800,00	324.800,00	162.929,52	50,16	767.263,74	236,23
RECEITA AGROPECUÁRIA	30.000,00	30.000,00	1.659,12	5,53	7.686,18	25,62
Outras Receitas Agropecuárias	30.000,00	30.000,00	1.659,12	5,53	7.686,18	25,62
RECEITA DE SERVIÇOS	332.000,00	332.000,00	139.482,96	42,01	843.736,78	254,14
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.726.010,00	42.726.010,00	8.006.228,47	18,74	44.346.628,84	103,79
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	42.295.010,00	42.295.010,00	7.969.912,13	18,84	43.143.637,57	102,01
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	8.550,00	0,00	10.550,00	0,00
Transf. de Conv.	431.000,00	431.000,00	27.766,34	6,44	1.192.441,27	276,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.124.100,00	1.124.100,00	151.271,45	13,46	1.524.453,41	135,62
Multas e Juros de Mora	155.100,00	155.100,00	42.861,69	27,63	325.990,12	210,18
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	44.822,24	112,06	56.818,48	142,05
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	364.000,00	364.000,00	28.119,24	7,73	373.063,81	102,49
RECEITAS DIVERSAS	565.000,00	565.000,00	35.468,28	6,28	768.581,00	136,03
RECEITAS DE CAPITAL	2.000.022,00	2.000.022,00	109.310,16	5,47	1.371.958,59	68,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	31.910,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	31.910,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22,00	22,00	109.310,16	864,36	1.340.048,59	129,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	109.310,16	0,00	1.094.588,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	22,00	22,00	0,00	0,00	245.460,59	729,95
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	53.820.432,00	53.820.432,00	9.619.471,89	17,87	56.710.580,37	105,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	53.820.432,00	53.820.432,00	9.619.471,89	17,87	56.710.580,37	-2.890.148,37
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	53.820.432,00	53.820.432,00	9.619.471,89	17,87	56.710.580,37	-2.890.148,37
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.307.387,56	—	—	2.932.232,70	—
Superávit Financeiro	—	3.307.387,56	—	—	2.932.232,70	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f – (g + h))	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	%		
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)											
DESPESAS CORRENTES	53.820.832,00	7.686.498,81	61.507.330,81	6.331.808,26	54.705.971,02	11.402.543,89	54.705.971,02	0,00	88,94	6.801.359,71	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.522.349,00	4.035.799,36	49.558.148,36	6.654.905,39	46.630.254,13	10.385.167,18	46.630.254,13	0,00	94,09	2.927.894,21	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	22.190.949,00	-1.307.879,79	20.883.069,21	5.230.500,34	20.639.262,12	5.236.575,34	20.639.262,12	0,00	98,83	243.807,01	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000,00	26.000,00	226.000,00	30.762,21	223.806,29	30.762,21	223.806,29	0,00	99,03	2.193,7	
DESPESAS DE CAPITAL	23.131.400,00	5.317.679,15	28.449.079,15	1.393.642,84	25.767.185,72	5.117.829,63	25.767.185,72	0,00	90,57	2.681.893,41	
INVESTIMENTOS	8.268.483,00	3.650.699,45	11.919.182,45	-323.097,13	8.075.716,89	1.017.376,71	8.075.716,89	0,00	67,75	3.843.465,51	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6.818.483,00	4.351.699,45	11.170.182,45	-447.887,07	7.327.115,90	892.586,77	7.327.115,90	0,00	65,60	3.843.066,51	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.450.000,00	-701.000,00	749.000,00	124.789,94	748.600,99	124.789,94	748.600,99	0,00	99,95	399,0	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,0	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	53.820.832,00	7.686.498,81	61.507.330,81	6.331.808,26	54.705.971,02	11.402.543,89	54.705.971,02	0,00	88,94	6.801.359,71	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%	
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	53.820.832,00	7.686.498,81	61.507.330,81	6.331.808,26	54.705.971,02	11.402.543,89	54.705.971,02	0,00	88,94	6.801.359,79
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.004.609,35	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.820.832,00	7.686.498,81	61.507.330,81	6.331.808,26	54.705.971,02	11.402.543,89	56.710.580,37	92,20	—	6.801.359,79

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% (b + c)/ Total (b + c)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.820.832,00	61.507.330,81	6.331.808,26	54.705.971,02	11.402.543,89	54.705.971,02	0,00	100,00	88,94
Legislativa	1.570.000,00	1.570.000,00	246.281,97	1.323.096,13	438.160,58	1.323.096,13	0,00	2,42	84,27
Ação Legislativa	1.570.000,00	1.570.000,00	246.281,97	1.323.096,13	438.160,58	1.323.096,13	0,00	2,42	84,27
Judiciária	1.016.000,00	641.000,00	155.260,81	625.665,08	199.424,02	625.665,08	0,00	1,14	97,61
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	416.000,00	341.000,00	71.109,36	329.164,12	74.590,46	329.164,12	0,00	0,60	96,53
Defesa Civil	600.000,00	300.000,00	84.151,45	296.500,96	124.833,56	296.500,96	0,00	0,54	98,83
Administração	4.729.000,00	4.391.460,00	425.415,03	4.214.602,31	890.619,24	4.214.602,31	0,00	7,70	95,97
Administração Geral	4.042.000,00	4.060.062,23	406.662,73	3.897.383,83	833.225,22	3.897.383,83	0,00	7,12	95,99
Controle Interno	346.000,00	115.000,00	21.620,30	109.328,71	25.523,02	109.328,71	0,00	0,20	95,07
Outras Transferências	341.000,00	216.397,77	-2.868,00	207.889,77	31.871,00	207.889,77	0,00	0,38	96,07
Defesa Nacional	50.000,00	30.000,00	603,70	17.625,01	6.823,72	17.625,01	0,00	0,03	58,75
Defesa Civil	50.000,00	30.000,00	603,70	17.625,01	6.823,72	17.625,01	0,00	0,03	58,75
Segurança Pública	320.000,00	657.503,54	5.238,18	477.985,12	33.473,02	477.985,12	0,00	0,87	72,70
Administração Geral	320.000,00	657.503,54	5.238,18	477.985,12	33.473,02	477.985,12	0,00	0,87	72,70
Assistência Social	1.819.401,00	2.033.833,15	176.962,46	1.810.671,56	364.945,69	1.810.671,56	0,00	3,31	89,03
Assistência à Criança e ao Adolescente	263.000,00	212.722,73	17.008,80	154.812,74	23.901,55	154.812,74	0,00	0,28	72,78
Assistência Comunitária	1.556.401,00	1.821.110,42	159.953,66	1.655.858,82	341.044,14	1.655.858,82	0,00	3,03	90,93
Saúde	10.781.551,00	14.239.594,71	1.400.172,72	13.002.235,34	2.745.047,10	13.002.235,34	0,00	23,77	91,31
Atenção Básica	8.899.951,00	12.048.008,03	1.223.469,13	11.052.703,42	2.335.823,85	11.052.703,42	0,00	20,20	91,74
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.790.600,00	1.992.210,41	172.350,34	1.803.066,18	400.981,88	1.803.066,18	0,00	3,30	90,51
Vigilância Epidemiológica	91.000,00	199.376,27	4.353,25	146.465,74	8.241,37	146.465,74	0,00	0,27	73,46
Educação	16.996.566,00	21.107.768,07	2.635.348,89	19.345.035,43	3.918.046,15	19.345.035,43	0,00	35,36	91,65
Ensino Fundamental	11.945.064,00	16.525.044,40	1.812.035,63	14.867.224,10	2.962.196,44	14.867.224,10	0,00	27,18	89,97
Ensino Médio	20.000,00	20.000,00	1.600,00	19.955,00	1.600,00	19.955,00	0,00	0,04	99,78
Ensino Superior	161.000,00	76.000,00	1.049,00	74.665,40	17.408,20	74.665,40	0,00	0,14	98,24
Educação Infantil	4.870.502,00	4.486.723,67	820.664,26	4.383.190,93	936.841,51	4.383.190,93	0,00	8,01	97,69

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Cultura	53.820.832,00	61.507.330,81	6.331.808,26	54.705.971,02	11.402.543,89	54.705.971,02	0,00	100,00	6.801.359,79
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	818.001,00	1.206.067,54	227.843,04	1.043.378,91	310.774,21	1.043.378,91	0,00	1,91	162.688,63
Difusão Cultural	50.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Urbanismo	768.000,00	1.206.066,54	227.843,04	1.043.378,91	310.774,21	1.043.378,91	0,00	1,91	162.687,63
Difusão Cultural	6.911.804,00	6.600.424,15	399.642,90	4.888.542,75	1.067.699,81	4.888.542,75	0,00	8,94	1.711.881,40
Infra-Estrutura Urbana	460.000,00	250.750,00	-1.553,64	238.680,46	64.321,81	238.680,46	0,00	0,44	12.069,54
Serviços Urbanos	4.931.803,00	6.004.473,15	420.927,72	4.324.405,48	912.122,19	4.324.405,48	0,00	7,90	1.680.067,67
Habitação	1.520.001,00	345.201,00	-19.731,18	325.456,81	91.255,81	325.456,81	0,00	0,59	19.744,19
Habitação Urbana	308.001,00	58.001,00	13.315,25	50.501,04	14.853,95	50.501,04	0,00	0,09	7.499,96
Saneamento	308.001,00	58.001,00	13.315,25	50.501,04	14.853,95	50.501,04	0,00	0,09	7.499,96
Saneamento Básico Rural	230.702,50	1.229.176,30	0,00	1.217.973,80	104.037,89	1.217.973,80	0,00	2,23	11.202,50
Saneamento Básico Urbano	11.202,50	11.202,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.202,50
Gestão Ambiental	219.500,00	1.217.973,80	0,00	1.217.973,80	104.037,89	1.217.973,80	0,00	2,23	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	2.815.799,50	3.994.920,34	398.561,54	3.134.790,90	718.280,47	3.134.790,90	0,00	5,73	860.129,44
Promoção da Produção Agropecuária	2.598.799,50	3.837.920,34	388.873,68	3.001.951,20	696.505,40	3.001.951,20	0,00	5,49	835.969,14
Indústria	227.000,00	157.000,00	9.687,86	132.839,70	21.775,07	132.839,70	0,00	0,24	24.160,30
Promoção Industrial	805.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	595.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	1.023.000,00	1.123.000,00	-37.611,95	1.076.465,92	167.603,39	1.076.465,92	0,00	1,97	46.534,08
Transporte	1.023.000,00	1.123.000,00	-37.611,95	1.076.465,92	167.603,39	1.076.465,92	0,00	1,97	46.534,08
Transporte Rodoviário	366.004,00	272.281,01	41.178,00	199.753,39	87.538,06	199.753,39	0,00	0,37	72.527,62
Desporto e Lazer	366.004,00	272.281,01	41.178,00	199.753,39	87.538,06	199.753,39	0,00	0,37	72.527,62
Desporto Comunitário	1.050.002,00	847.301,00	57.910,81	808.408,29	96.444,96	808.408,29	0,00	1,48	38.892,71
	880.002,00	630.002,00	57.910,81	591.109,29	96.444,96	591.109,29	0,00	1,08	38.892,71

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% (b + c)/ Total (b + c)		% (b + c)/a
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.820.832,00	61.507.330,81	6.331.808,26	54.705.971,02	11.402.543,89	54.705.971,02	0,00	100,00	88,94	6.801.359,79
Desporto e Lazer	1.050.002,00	847.301,00	57.910,81	808.408,29	96.444,96	808.408,29	0,00	1,48	95,41	38.892,71
Lazer	170.000,00	217.299,00	0,00	217.299,00	0,00	217.299,00	0,00	0,40	100,00	0,00
Encargos Especiais	2.130.000,00	1.475.000,00	185.684,91	1.469.240,04	238.771,63	1.469.240,04	0,00	2,69	99,61	5.759,96
Outros Encargos Especiais	2.130.000,00	1.475.000,00	185.684,91	1.469.240,04	238.771,63	1.469.240,04	0,00	2,69	99,61	5.759,96
Reserva de Contingência ¹	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	53.820.832,00	61.507.330,81	6.331.808,26	54.705.971,02	11.402.543,89	54.705.971,02	0,00	100,00	88,94	6.801.359,79

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9
---	---	--

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
		Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014		
		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)													
	RECEITAS CORRENTES (I)	5.033.030,59	4.921.819,08	6.846.122,36	4.612.316,69	4.378.663,61	4.302.133,57	4.370.623,99	5.952.811,85	5.282.210,83	4.930.284,62	5.012.267,84	5.533.007,36	61.175.292,39	57.769.950,00
	RECEITA TRIBUTÁRIA	259.526,96	724.313,08	1.703.049,28	400.349,42	361.356,34	343.725,45	453.942,88	513.227,58	626.631,61	574.616,38	365.003,56	489.508,29	6.815.522,83	6.298.500,00
	I.P.T.U.	2.398,85	263.620,99	1.328.425,75	64.546,44	59.668,06	69.204,28	66.613,73	74.748,36	60.140,23	59.391,31	59.753,92	58.761,30	2.167.273,22	1.250.000,00
	I.R.R.F.	31.986,73	38.563,77	42.172,65	53.744,35	52.441,40	46.765,72	47.774,94	48.650,51	51.532,10	56.093,33	10.682,98	125.768,16	607.196,64	660.000,00
	I.S.S.	153.323,65	237.533,31	132.876,99	200.760,41	161.519,69	134.853,36	218.799,18	253.477,22	324.986,93	316.040,98	201.430,28	218.400,98	2.554.002,99	1.940.000,00
	I.T.B.I.	40.495,14	121.086,39	70.052,39	32.864,28	52.619,61	62.945,79	81.693,12	107.255,65	148.286,04	121.289,35	69.421,74	62.320,43	970.341,93	820.000,00
	Outras Receitas Tributárias	31.322,59	63.486,62	129.521,50	48.433,94	35.109,58	29.956,30	39.061,91	28.095,84	41.686,31	21.791,40	23.714,64	24.257,42	516.438,05	1.628.500,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	65.219,09	81.539,23	145.611,97	76.172,22	71.653,73	71.541,33	73.133,23	74.076,06	80.373,99	88.293,79	87.832,13	90.733,83	1.006.180,60	970.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL	28.099,16	42.506,84	64.749,71	63.644,65	65.017,97	105.862,00	38.149,53	103.259,08	40.697,20	64.235,08	70.461,91	107.980,01	794.683,14	339.800,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	72,50	100,00	25,00	54,00	246,00	0,00	486,00	3.520,00	1.523,56	1.534,12	125,00	7.686,18	30.000,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	7.669,53	120.933,18	400,00	66.140,48	180.226,22	6.478,34	0,00	54.393,76	184.617,36	83.394,95	77.470,10	62.012,86	843.736,78	332.000,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.593.120,60	3.875.773,46	4.869.107,59	3.950.395,28	3.657.033,67	3.720.380,16	3.720.220,61	4.407.892,73	4.270.915,99	4.076.577,42	4.363.023,09	4.578.318,85	50.183.299,45	48.675.550,00
	Cota-Parte do F.F.M.	1.189.662,73	1.270.385,79	753.586,58	860.092,19	1.146.178,61	859.559,97	738.253,26	896.852,12	801.355,66	743.077,70	983.465,71	1.581.812,15	11.824.212,47	11.950.000,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.	1.275.024,27	1.212.174,62	1.229.718,11	1.198.484,90	1.218.250,77	1.235.945,20	1.148.845,18	1.197.545,38	1.299.405,71	1.332.054,88	1.469.616,02	1.415.565,36	15.232.330,40	15.200.000,00
	Cota-Parte do I.P.V.A.	141.237,54	186.890,72	243.074,43	227.628,30	249.580,42	214.402,62	253.822,23	238.840,55	207.500,57	204.260,07	106.176,91	57.801,95	2.331.335,31	2.300.000,00
	Cota-Parte do I.T.R.	8,73	117,27	63,96	98,97	91,32	50,66	62,54	199,86	3.523,15	5.996,40	246,33	38,57	10.097,76	7.700,00
	Outras Transferências Correntes	632.875,55	333.725,01	1.632.195,23	639.781,25	-77.049,98	350.143,70	595.330,01	1.022.893,69	887.703,79	671.965,65	632.683,55	454.562,72	7.776.810,17	6.577.850,00
	Transferências da LC 61/1989	20.369,29	17.245,14	16.850,73	18.336,09	19.943,51	18.995,14	19.513,30	20.114,54	18.928,80	20.271,18	23.277,35	22.987,97	236.813,04	220.000,00
	Transferências de LC 87/1996	5.382,65	5.382,65	0,00	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	10.765,30	64.591,80	70.000,00
	Transferências do FUNDEB	1.328.559,84	849.852,26	993.616,55	1.001.130,93	1.094.646,37	1.035.900,22	959.211,44	1.026.063,94	1.047.115,66	1.094.029,89	1.142.174,57	1.134.804,83	12.350.108,50	12.350.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	79.395,25	76.680,79	63.103,81	55.029,64	43.319,68	53.900,29	85.177,74	796.476,64	75.454,68	41.643,44	46.942,93	104.328,52	1.524.453,41	1.124.100,00
	DEDUÇÕES (II)	526.336,85	538.439,06	448.821,82	462.004,42	527.870,93	466.917,82	433.135,13	471.715,78	464.199,14	462.116,19	517.632,80	517.480,67	5.836.670,61	5.955.940,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	526.336,85	538.439,06	448.821,82	462.004,42	527.870,93	466.917,82	433.135,13	471.715,78	464.199,14	462.116,19	517.632,80	517.480,67	5.836.670,61	5.949.540,00
	M/J de Mora de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
	M/J Mora Divida Ativ de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.506.693,74	4.383.380,02	6.397.300,54	4.150.312,27	3.850.792,68	3.836.215,75	3.937.488,86	5.481.096,07	4.818.011,69	4.468.168,43	4.494.635,04	5.015.526,69	55.338.621,78	51.814.010,00
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO DE BARRAS													
FONTE:		CÓDIGO													

FONTE:
SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9
---	--

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.267.012,32	1.721.330,00	1.578.583,46
DEDUÇÕES (II)	4.588.763,54	8.055.327,41	6.267.269,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.629.535,94	9.938.203,38	6.919.281,15
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	40.772,40	1.882.875,97	652.011,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.321.751,22	-6.333.997,41	-4.688.685,90
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.321.751,22	-6.333.997,41	-4.688.685,90

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	1.645.311,51	-2.366.934,68

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.173.149,34

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	51.495.610,00	9.347.232,21	54.572.763,13
Receita Tributária	6.298.500,00	854.511,85	49.587.631,68
I.P.T.U.	1.250.000,00	118.515,22	5.781.349,45
I.S.S.	1.940.000,00	419.831,26	1.974.722,06
I.T.B.I.	820.000,00	131.742,17	1.904.872,32
I.R.R.F.	660.000,00	136.451,14	763.254,77
Outras Receitas Tributárias	1.628.500,00	47.972,06	590.969,25
Receita de Contribuição	970.000,00	178.565,96	547.531,05
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	875.073,53
Outras Contribuições	970.000,00	178.565,96	0,00
Receita Patrimonial Líquida	15.000,00	15.512,40	875.073,53
Receita Patrimonial	339.800,00	178.441,92	10.708,54
(-) Aplicações Financeiras	324.800,00	162.929,52	462.883,06
Transferências Correntes	42.726.010,00	8.006.228,47	452.174,52
F.P.M.	9.560.000,00	2.152.531,75	41.167.935,52
I.C.M.S.	12.160.000,00	2.308.145,25	8.907.909,10
Convênios	431.000,00	27.766,34	11.430.645,39
Outras Transferências Correntes	20.575.010,00	3.517.785,13	1.340.085,78
Demais Receitas Correntes	1.486.100,00	292.413,53	19.489.295,25
Dívida Ativa	364.000,00	28.119,24	1.752.564,64
Diversas Receitas Correntes	1.122.100,00	264.294,29	358.632,80
			1.393.931,84
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.000.022,00	109.310,16	2.881.311,57
Operações de Crédito (III)	2.000.000,00	0,00	2.208.455,78
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	23.325,00
Transferências de Capital	22,00	109.310,16	649.530,79
Convênios	22,00	0,00	649.530,79
Outras Transferências de Capital	0,00	109.310,16	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
			0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	22,00	109.310,16	649.530,79
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	51.495.632,00	9.456.542,37	55.912.811,72

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS					
		EM 2014			EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		No Bimestre	Até o Bimestre				
DESPESAS CORRENTES (VIII)	49.558.148,36	10.385.167,18	46.630.254,13	0,00	41.720.137,11	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	20.883.069,21	5.236.575,34	20.639.262,12	0,00	18.739.057,94	0,00	
Juros e Encargos da Dívida (IX)	226.000,00	30.762,21	223.806,29	0,00	210.399,82	0,00	
Outras Despesas Correntes	28.449.079,15	5.117.829,63	25.767.185,72	0,00	22.770.679,35	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	49.332.148,36	10.354.404,97	46.406.447,84	0,00	41.509.737,29	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	11.919.182,45	1.017.376,71	8.075.716,89	0,00	7.660.659,48	0,00	
Investimentos	11.170.182,45	892.586,77	7.327.115,90	0,00	6.809.232,60	0,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XIV)	749.000,00	124.789,94	748.600,99	0,00	851.426,88	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.170.182,45	892.586,77	7.327.115,90	0,00	6.809.232,60	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-	-	-	

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	60.532.330,81	11.246.991,74	53.733.563,74	0,00	48.318.969,89	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.036.698,81	-1.790.449,37		2.179.247,98		1.918.192,58
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		2.932.232,70		0,00
Superávit Financeiro	-	-		2.932.232,70		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-2.705.000,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		40.772,40	40.772,40	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	40.772,40	40.772,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	25.822,76	25.822,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO	0,00	8.349,64	8.349,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	6.600,00	6.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	40.772,40	40.772,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9
---	---	--

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.938.700,00	4.938.700,00	845.113,66	6.757.288,37	136,82
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.461.700,00	1.461.700,00	145.575,09	2.542.617,30	173,95
1.1.1- IPTU	1.250.000,00	1.250.000,00	118.536,52	2.170.360,92	173,63
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.700,00	3.700,00	4.323,87	13.582,51	367,09
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	160.000,00	160.000,00	14.036,03	236.084,51	147,55
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	48.000,00	48.000,00	8.678,67	122.589,36	255,39
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	820.000,00	820.000,00	133.848,30	984.933,06	120,11
1.2.1- ITBI	820.000,00	820.000,00	133.848,30	984.933,06	120,11
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.997.000,00	1.997.000,00	429.239,13	2.622.541,37	131,32
1.3.1- ISS	1.940.000,00	1.940.000,00	419.831,26	2.556.283,56	131,77
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.000,00	6.000,00	2.247,32	5.940,27	99,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	36.000,00	36.000,00	4.536,31	34.211,63	95,03
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	2.624,24	26.105,91	174,04
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	660.000,00	660.000,00	136.451,14	607.196,64	92,00
1.4.1- IRRF	660.000,00	660.000,00	136.451,14	607.196,64	92,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.747.700,00	29.747.700,00	5.677.116,27	29.699.380,78	99,84
2.1- Cota-Parte FPM	11.950.000,00	11.950.000,00	2.565.277,86	11.824.212,47	98,95
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.950.000,00	11.950.000,00	2.565.277,86	11.824.212,47	98,95
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.200.000,00	15.200.000,00	2.885.181,38	15.232.330,40	100,21
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	16.147,95	64.591,80	92,27
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	220.000,00	46.245,32	236.813,04	107,64
2.5- Cota-Parte ITR	7.700,00	7.700,00	284,90	10.097,76	131,14
2.6- Cota-Parte IPVA	2.300.000,00	2.300.000,00	163.978,86	2.331.335,31	101,36
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	34.686.400,00	34.686.400,00	6.522.229,93	36.456.669,15	105,10
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.635.000,00	1.635.000,00	344.283,49	1.914.853,03	117,12
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.120.000,00	1.120.000,00	227.202,68	1.353.665,00	120,86
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	380.000,00	380.000,00	89.280,00	362.472,00	95,39
5.4- Transferências Diretas - PNATE	105.000,00	105.000,00	10.368,79	82.950,32	79,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.000,00	10.000,00	17.432,02	115.765,71	1.157,66
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	220.005,00	220.005,00	25.694,96	858.037,33	390,01
6.1- Transferências de Convênios	220.005,00	220.005,00	25.694,96	858.037,33	390,01
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.000,00	1.000,00	3.125,94	17.862,39	1.786,24
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.856.005,00	1.856.005,00	373.104,39	2.790.752,75	150,36
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.949.540,00	5.949.540,00	1.035.113,47	5.836.670,61	98,10
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.390.000,00	2.390.000,00	412.746,11	2.261.494,83	94,62
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.040.000,00	3.040.000,00	577.036,13	3.046.465,10	100,21
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	3.229,59	12.918,36	92,27
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	44.000,00	44.000,00	9.249,07	47.362,14	107,64
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.540,00	1.540,00	56,95	2.019,42	131,13
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	460.000,00	460.000,00	32.795,62	466.410,76	101,39
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.380.000,00	12.380.000,00	2.285.881,61	12.758.530,04	103,06
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.350.000,00	12.350.000,00	2.276.979,40	12.707.108,50	102,89
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	8.902,21	51.421,54	171,41
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.400.460,00	6.400.460,00	1.241.865,93	6.870.437,89	107,34
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				(g)=((e+f)/d)x100
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.428.000,00	7.760.000,00	2.165.469,38	7.760.000,00	0,00	100,00	
13.1- Com Educação Infantil	3.428.000,00	2.328.000,00	709.250,79	2.328.000,00	0,00	100,00	
13.2- Com Ensino Fundamental	4.000.000,00	5.432.000,00	1.456.218,59	5.432.000,00	0,00	100,00	
14- OUTRAS DESPESAS	4.952.000,00	4.961.821,67	182.090,36	4.652.150,56	0,00	93,76	
14.1- Com Educação Infantil	1.240.000,00	1.359.821,67	62.277,14	1.316.343,33	0,00	96,80	
14.2- Com Ensino Fundamental	3.712.000,00	3.602.000,00	119.813,22	3.335.807,23	0,00	92,61	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.380.000,00	12.721.821,67	2.347.559,74	12.412.150,56		97,57	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						12.412.150,56	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						60,82	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						36,46	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %						2,71	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *						0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	8.671.600,00	8.671.600,00	1.630.557,48	9.114.167,29		105,10	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS				
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.810.500,00	4.030.321,67	889.477,49	3.974.193,19	0,00	98,61	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.979.060,00	12.930.060,00	2.609.410,84	12.438.136,07	0,00	96,20	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.712.000,00	9.034.000,00	1.576.031,81	8.767.807,23	0,00	97,05	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.267.060,00	3.896.060,00	1.033.379,03	3.670.328,84	0,00	94,21	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	14.789.560,00	16.960.381,67	3.498.888,33	16.412.329,26		96,77	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						6.870.437,89	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 i)						51.421,54	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						9.821,67	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *						—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)						—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						6.931.681,10	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						9.480.648,16	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						26,01	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.126.000,00	1.126.000,00	183.859,04	506.886,80	0,00	45,02	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	730.006,00	2.320.386,40	134.705,62	1.754.277,77	0,00	75,60	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.856.006,00	3.446.386,40	318.564,66		2.261.164,57	65,61	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	16.645.566,00	20.406.768,07	3.817.452,99		18.673.493,83	91,51	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014		

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (h)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	9.821,67	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.707.108,50	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	12.412.150,56	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	12.412.150,56	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	51.421,54	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	356.201,15	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 9.821,67, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.000.000,00	0,00		2.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	11.919.182,45	8.075.716,89	0,00	3.843.465,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	11.919.182,45	8.075.716,89	0,00	3.843.465,56
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-9.919.182,45	-8.075.716,89		-1.843.465,56

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	31.910,00	-31.910,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	31.910,00	-31.910,00
TOTAL	0,00	31.910,00	-31.910,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	25.175,41	31.910,00	57.085,41

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTO
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% ((b/a)*100)	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.938.700,00	4.938.700,00	6.757.288,37	136,82	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.250.000,00	1.250.000,00	2.170.360,92	173,63	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	820.000,00	820.000,00	984.933,06	120,11	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.940.000,00	1.940.000,00	2.556.283,96	131,77	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	660.000,00	660.000,00	607.196,64	92,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.700,00	9.700,00	19.522,78	201,27	
Divida Ativa dos Impostos	196.000,00	196.000,00	270.296,14	137,91	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	63.000,00	63.000,00	148.695,27	236,02	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	29.747.700,00	29.747.700,00	29.699.380,78	99,84	
Cota-Parte FPM	11.950.000,00	11.950.000,00	11.824.212,47	98,95	
Cota-Parte ITR	7.700,00	7.700,00	10.097,76	131,14	
Cota-Parte IPVA	2.300.000,00	2.300.000,00	2.331.335,31	101,36	
Cota-Parte ICMS	15.200.000,00	15.200.000,00	15.232.330,40	100,21	
Cota-Parte IP-Exportação	220.000,00	220.000,00	236.813,04	107,64	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	70.000,00	70.000,00	64.591,80	92,27	
Desoneração CMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	64.591,80	92,27	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	34.686.400,00	34.686.400,00	36.456.669,15	105,10	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (d)	% ((d/c)*100)	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.084.852,00	4.084.852,00	4.077.341,25	99,82	
Provenientes da União	3.768.852,00	3.768.852,00	3.788.051,59	100,51	
Provenientes dos Estados	316.000,00	316.000,00	289.289,66	91,55	
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.000,00	1.000,00	744,48	74,45	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.085.852,00	4.085.852,00	4.078.085,73	99,81	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDAÇÃO ATÉ o Bimestre (f)	% ((f+g)/e)	
			(g)		
DESPESAS CORRENTES	10.542.549,00	13.124.376,21	0,00	92,70	
Pessoal e Encargos Sociais	5.069.949,00	5.289.155,21	0,00	98,68	
Outras Despesas Correntes	5.472.600,00	7.835.221,00	0,00	88,66	
DESPESAS DE CAPITAL	239.002,00	1.115.218,50	0,00	75,01	
Investimentos	239.002,00	1.115.218,50	0,00	75,01	

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos		239.002,00	1.115.218,50	0,00	75,01
		239.002,00	1.115.218,50	0,00	75,01
TOTAL (IV)	10.781.551,00	14.238.594,71	13.002.235,34	0,00	91,31
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADAS Até Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/IV(f+g))
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	4.084.852,00	6.139.485,71	5.029.645,16	0,00	38,88
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.084.850,00	5.579.892,39	4.600.815,88	0,00	35,38
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2,00	559.593,32	428.829,28	0,00	3,30
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADAS AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	4.084.852,00	6.139.485,71	5.029.645,16	0,00	38,88
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(f+g) - V(h+i)]	6.696.699,00	8.100.109,00	7.972.590,18		61,32
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
[(VI%)] = (VI/ IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴			21,87		
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(V(h+i) - (15 x IIb)/100)]			2.504.089,81		

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (I) SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	0,00	0,00
TOTAL (VII)	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (K) SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Atenção Básica	8.899.951,00	12.048.008,03	11.052.703,42	0,00	85,01
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.790.600,00	1.992.210,41	1.803.066,18	0,00	13,87
Vigilância Epidemiológica	91.000,00	199.376,27	146.465,74	0,00	1,13
TOTAL	10.781.551,00	14.239.594,71	13.002.235,34	0,00	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso I da Lei 4.320/64.

FONTE:
*Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
*O valor apresentado na interseção com a coluna "f" ou com a coluna "f+g" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total f".
*O valor apresentado na interseção com a coluna "f" ou com a coluna "f+g" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nele estabelecido for superior ao fixado na LC nº 14/2012.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031.634/O-9
---	---	---

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial	—	53.820.432,00		
Previsão Atualizada	—	53.820.432,00		
Receitas Realizadas	9.619.471,89	56.710.580,37		
Déficit Orçamentário	—	0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	2.932.232,70		
DESPESAS				
Dotação Inicial	—	53.820.832,00		
Créditos Adicionais	—	7.686.498,81		
Dotação Atualizada	—	61.507.330,81		
Despesas Empenhadas	6.331.808,26	54.705.971,02		
Despesas Executadas	11.402.543,89	54.705.971,02		
Liquidadas	11.402.543,89	54.705.971,02		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	—	0,00		
Superavit Orçamentário	—	2.004.609,35		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas	6.331.808,26	54.705.971,02		
Despesas Executadas	11.402.543,89	54.705.971,02		
Liquidadas	11.402.543,89	54.705.971,02		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	—	0,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			55.338.621,78	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00	0,00		
Despesa Previdenciárias Executadas(V)	0,00	0,00		
Liquidadas	0,00	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-1.173.149,34	-2.366.934,68	201,76
Resultado Primário		-2.705.000,00	2.179.247,98	-80,56
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	40.772,40	0,00	40.772,40	0,00
EXECUTIVO	40.772,40	0,00	40.772,40	0,00
TOTAL:	40.772,40	0,00	40.772,40	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		9.480.648,16	25%	26,01
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		7.760.000,00	60%	60,82
Liquidadas		7.760.000,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida		8.075.716,89	3.843.465,56	

Continua 1/2

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			31.910,00	-31.910,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		7.972.590,18	15,00	21,87
Liquidadas		7.972.590,18		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/01/2015

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS
CONTADOR CRC/SC 03153

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. PROC. 01.2015 IL 01.2015 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2015

A Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2015.

Contratado: CELESC DISTRIBUIDORA S.A

VALOR: 20.000,00

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC , 16 de janeiro de 2015.

JOSÉ ELIAS ARAUJO DO ROSÁRIO

Presidente

EXT. PROC. 02.2015 IL 0.2015 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2015

A Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2015.

Contratado: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO - CASAN

VALOR: 3.500,00

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC , 16 de janeiro de 2015.

JOSÉ ELIAS ARAÚJO DO ROSÁRIO

Presidente da Fundação

EXT. PROC. 03.2015 IL 03.2015 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2015

A Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de telefonia fixa, segundo previsão de gastos do Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2015.

Contratado: OI S.A

VALOR: 15.000,00

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC , 16 de janeiro de 2015.

JOSÉ ELIAS ARAÚJO DO ROSÁRIO

Presidente

EXT. PROC. 03.2015 IL 03.2015 - ESPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2015

A Fundação Municipal de Esportes, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de telefonia fixa, segundo previsão de gastos do Fundação Municipal de Esporte em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2015.

Contratado: OI S.A

VALOR: 6.000,00

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC , 16 de janeiro de 2015.

EVERALDO DI BERTI

Presidente

EXT. PROC. 10.2015 IL 01.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de telefonia fixa,

segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste -SC., em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 para o exercício de 2015.

Contratado: OI S.A

VALOR: 232.750,00.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 16 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício

PROCESSO LICITATÓRIO N. 05/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a máquina Rolo Compactador Cat Mod. CS-531D ano 2001, vinculado para serviços de manutenção e conservação das ruas do perímetro urbano desta municipalidade, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 30 de janeiro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 16 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício

PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Contratação de serviços com fornecimento de material (CBUQ) destinado para a manutenção e recuperação de pavimentação asfáltica compreendendo corte, requadramento dos buracos, pintura de ligação e chamada de asfalto nas ruas do perímetro urbano deste Município, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 30 de janeiro de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 16 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 07/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto destinados para a manutenção e conservação da tubulação dos bueiros pluviais das estradas gerais e secundárias do interior do Município; e, também dos esgotos e da rede pluvial das ruas do perímetro urbano do Município de SMOeste - SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 02 de fevereiro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 16 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício

PROCESSO LICITATÓRIO N. 08/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados para o Programa da Secretaria Municipal de Educação, AABB Comunidade, parta o período de 06 meses, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 02 de fevereiro de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 16 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO C CV 01.2015 FMS****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 01.2015 FMS-

MODALIDADE: Carta Convite

OBJETO: O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para a realização de Projeto Técnico e Arquitetônico para a estação de tratamento de água.

DATA DE ABERTURA: 28/01/2015 às 08:00h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails licitacoes@pmspa.sc.gov.br ou compras@pmspa.sc.gov.br.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203. São Pedro de Alcântara, 16/01/2015.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

EDITAL DISPENSA 07.2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 01.2015 FMS-

MODALIDADE: Carta Convite

OBJETO: O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para a realização de Projeto Técnico e Arquitetônico para a estação de tratamento de água.

DATA DE ABERTURA: 28/01/2015 às 08:00h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails licitacoes@pmspa.sc.gov.br ou compras@pmspa.sc.gov.br.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203. São Pedro de Alcântara, 16/01/2015.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº. A01/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A01/2015 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 219/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: VIAÇÃO CANARINHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.438.209/0001-21, estabelecida na Rua Roberto Ziemann, nº. 460, Czerniewicz, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-300, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Décio Bogo, inscrito no CPF sob o nº 481.349.109-04 e portador da carteira de Identidade nº. 2/R 488.752 SSI-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 219/2014-PMS, celebrado em 13 de outubro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 198/2014-PMS, Inexigibilidade nº. 03/2014-PMS, para contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de vale transporte aos servidores do Município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, § 1º, conforme parecer da Procuradoria Municipal e considerando a solicitação feita pela empresa VIAÇÃO CANARINHO LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder em exercício, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" para o item 01 para o valor de R\$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. CONTRATA	VALOR ATUAL	SALDO CONTRATADO	VALOR REAJUSTADO
01	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de crédito para os servidores do Município de Schroeder. (Jaraguá do Sul x Schroeder)	16000	3,75	16000	3,95

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 102.600,00 (cento e dois mil e seiscentos reais).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 219/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 16 de janeiro de 2015.

CONTRATADA:

VIAÇÃO CANARINHO LTDA

Décio Bogo

CPF nº 481.349.109-04

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 007/2015

DECRETO Nº007/2015 DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

"Homologação das inscrições após prazo para recurso, do Processo Seletivo Municipal, de acordo com Edital nº 001/2014".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica do Município e nos termos do presente documento, defere inscrições dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Municipal Nº001/2014, do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, conforme determina o referido Edital.

Art. 1º - Após prazo para recurso ficam assim homologadas as inscrições dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Municipal Nº001/2014, do Município de Serra Alta (SC), as quais preenchem os requisitos exigidos, a seguinte função/cargo:

--

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
65	LETIANE GRANELLA	51375915

--

AGENTE EDUCATIVO

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
2	JUCIÉLI VANI	54077621
12	ANDREUÇA SUSELI CORRADI LAMBRECHT	4.043.712
25	ELENIR KREMER SGARBI	3682206
27	TALLYSSA CEREJO	5.889.814
56	ANDRESSA NEMERSKI	5957810
60	GABRIELI BARBARA MASSONI	5543022
84	GABRIELA BEATRIZ ARGENTA	5543296

--

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
4	SANDRA PAULA BE- LOLLI	3157896
5	CRISTIANA MARTELLO	4734567
13	PRISCILA WERNER	3539245
69	FERNANDA JOHANN TOMAZELLI	4970296
75	HEMILY CRISTINA MO- RAS WESCHENFELLES	6645402

--

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
6	DIVA PRIOR	38623471
9	ROSA LIMA SOARES	40426360
22	OLIVA PEREIRA	18513301
30	EVA DE JESUS	3713393
46	DARLI PANDOLFO CIEPLAK	4337320
52	MARLUCIA DA SILVA VICARI	27828453-X
53	GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA	4.315.545
78	IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	12R-1715.605
80	ADENIR DE JESUS	12R2545039
85	GENI TEREZA STANKIEWICZ	2.457.928

--

COORDENADOR DO PETI (SCFV)

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
3	CRISTIANE MARTINI	5543635
7	BRUNA LUIZA SPADA	5789530
20	ELISA SALETE KEHL	4910758
24	DAIANE WESCHEN- FELDER	51375990
44	JUCIELI HANAUER	4704268
50	JUCELENE SCHMITZ	4910413
68	PATRINI MARIELI DE SOUZA	5789834
73	TATIANE ANTUNES DO AMARAL	52158012
74	VANUSA PRIOR	4181964

--

PROFESSOR DE ARTES

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
71	CARLA SENHOR	55214690

--

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
1	FABIANA PARIZOTTO	5839166
18	CAMILA SIQUEIRA	5.691.120
40	KARINE ENGEL DA CUNHA	5543786
43	LEWIS MATÉ HEINECK	2659401
61	RAFAEL JUNIOR BETTU	5770101
81	VITOR VIEIRA TRA- VASSOS	12971785-6

--

PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
15	DERLICE TURMINA	4686327
21	ROSANE CRISTINA JACOBY	3921720

23	ELISANDRA GAUSCKI HENN	8182876
29	ADRIELI OLTRAMARI	5021479
39	GIOMAR DOS SANTOS MEIRA	3220175
45	ADIVANE SEBEN	5521182
59	IVONETE PIRES DE LIMA	3878650
67	JANETE TEREZINHA EBERHARDT	46538925
77	ALINE OZELAME COR-RADI	6461095
79	CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI	6.053.115
86	JANETE FERRARI GALLINA	2856862

--

PROFESSOR II – SÉRIES INICIAIS

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
11	CINARA MICHELS CARNEIRO	6645390
17	JAQUELINE SELIG GERHARDT	4344857
34	SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN.	2433487-1
70	AGUSTINHO BRANCO DE LIMA	2646808

--

PROFESSOR III – INGLÊS

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
58	JULIANA MARIA SCATOLIN	06106363559

--

PROFESSOR DE ARTESANATO

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
51	PATRÍCIA CEREZOLLI	4891534
55	SOLANGE REINHEIMER	4378763
72	CIBELI CRISTINA DE OLIVEIRA	5729843

--

SEGUNDO PROFESSOR

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
10	SALETE TEREZINHA WOLSKI BRUGNERA	1592814
31	VIVIANE BALDIN	3,372,916
32	IVANI TOMAZELLI GERMINIANI	1279208
47	FRANCINE PACASSA	51375788
48	JAQUELINE NOAL DONIDA	3505078-0
49	ELONI CEREJO CERUTTI	4.076.610
62	SANDRA FACIOCHI KRIESER	4791359
63	CRISTIANE FUZINATO	49107500

66	SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	470556
----	----------------------------------	--------

Se Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 16 de Janeiro de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta/SC

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATUAL Nº 004/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	004/2015
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	TRANSCUNHADOS TRANSPORTES LTDA ME
Objeto.....	Aquisição pelo Município de Serra Alta/SC, através de suas unidades gestoras, de: combustíveis para uso nos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários dos Departamentos, Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde do Município de Serra Alta/SC, para a manutenção de suas atividades no decorrer do ano de 2015.
Valor.....:	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição do combustível objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 371.600,00 (Trezentos e setenta e um mil e seiscentos reais). Sendo R\$ 3,11 (Três reais e onze centavos) o litro da gasolina, R\$ 2,80 (Dois reais e oitenta centavos) o litro de óleo diesel S-10 e R\$ 2,64 (Dois reais e sessenta e quatro centavos) por litro de óleo diesel S-500.

	19/01/2015 á 31/12/2015.
	Orçamento vigente: 08.00 – SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB. 08.01 – Departamento de Transportes 2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes Despesa 67 e 69 - 3.3.90.30.01 – combustíveis e lubrificantes automotivos
	10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.01 – Fundo Municipal de Saúde 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Despesa 5 - 3.3.90.30.01 – combustíveis e lubrificantes automotivos
Vigência....	
Dotação.....	
SERRA ALTA, 19 de janeiro de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 005/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	005/2014
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto.....	AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA. Aquisição pelo Município de Serra Alta/SC, através de suas unidades gestoras, de: combustíveis para uso nos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários dos Departamentos, Secretarias do Município de Serra Alta/SC, para a manutenção de suas atividades no decorrer do ano de 2015.
Valor.....:	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição do combustível objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 327.315,00 (Trezentos e vinte e sete mil e trezentos e quinze reais). Sendo R\$ 3,11 (Três reais e onze centavos) o litro da gasolina, R\$ 2,80 (Dois reais e oitenta centavos) o litro de óleo diesel S-10 e R\$ 2,64 (Dois reais e sessenta e quatro centavos) por litro de óleo diesel S-500.

	19/01/2015 á 31/12/2015.
	Orçamento vigente: 02.01 – Gabinete do Prefeito 2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Despesa 2 - 3.3.90.30.01 – combustíveis e lubrificantes automotivos
	03.01 – Departamento da Administração 2.300 – Manutenção da Administração Geral Despesa 8 - 3.3.90.30.01 – combustíveis e lubrificantes automotivos
	05.01 – Departamento da Educação 2.500 – Manutenção Ensino Básico Despesa 44 - 3.3.90.30.01 – combustíveis e lubrificantes automotivos
	07.01 – Departamento de Agricultura 2.010 – Assistência ao Produtor Rural Despesa 62 - 3.3.90.30.01 – combustíveis e lubrificantes automotivos
	11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social 2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social Despesa 95 - 3.3.90.30.01 – combustíveis e lubrificantes automotivos
Vigência....	
Dotação.....	
SERRA ALTA, 19 de janeiro de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

Siderópolis

PREFEITURA

01 2015 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO EPAGRI MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO PMS Nº. 01/2015 INEXIGIBILIDADE PMS 01/2015

O Município de Siderópolis, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que estará realizando inexigibilidade de licitação em conformidade com o art. 25, inciso II da Lei 8.666/93 para Contratação de empresa para prestar serviços de Assistência Técnica e de Extensão Rural e ações descritas no Plano Anual de Trabalho PAT, para exercício de 2015 (11 meses). Contratada: EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. VALOR GLOBAL: até R\$ 31.656,72. VIGÊNCIA: da assinatura do contrato até 31/12/2015.

Siderópolis, 16 de janeiro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA.
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 05/2015

DECRETO N.º 05, DE 14 DE JANEIRO DE 2015
NOMEIA ANI CAROLINI DE MATTIA VITALLI PARA CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado(a) ANI CAROLINI DE MATTIA VITALLI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 076.878.529-40, para ocupar o cargo de Assessor II - C3, na Secretaria de Finanças, a contar de 05/01/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 14 de janeiro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de janeiro de 2015.

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 006/2015

DECRETO Nº. 006/2015, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica, e Lei Municipal nº 779 de 25 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Revisão Geral Anual no percentual de 6,23%, correspondente à variação do INPC/IBGE de janeiro de 2014 a dezembro de 2014, a ser aplicado sobre o vencimento base dos servidores públicos municipal dos Poderes Executivo e Legislativo.

Variação do INPC/IBGE (janeiro de 2014 à dezembro de 2014)
6,23%

Total
6,23%

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 19 DE JANEIRO DE 2015.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO RESULTADO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, na pessoa do Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento no contido nos artigos 24 e 25 da Lei nº. 8.666/93 torna público para conhecimento geral a dispensa de licitação (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO) no procedimento nº. 001/2015, para Contratação de Instituição Hospitalar destinada a prestação de Serviços de Plantão Médico -Hospitalar, 24 horas, e consultas médicas especializadas necessárias ao atendimento de pacientes do Centro Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos/SC, em regime de urgência/emergência durante o exercício de 2015, tendo como Contratada a Sociedade Beneficente Hospitalar Maravilha - CNPJ: 85.197.077/0001-56.

Tigrinhos/SC, 19 de Janeiro de 2015.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 021/2015

PORTARIA Nº. 021/2015.

CONCEDE LICENÇA PREMIO PARA SERVIDORA LILIAN SANTIN, SENDO CONVERTIDA EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, digníssimo Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença premio a pedido da Servidora Pública, a Sra. LILIAN SANTIN, efetiva no cargo de CONTADORA, cadastrado na matrícula nº. 357/01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, relativo ao período de Julho de 2007 a Julho de 2012, sendo convertido em Abono Pecuniário, conforme Art. 126 § 3º da Lei Municipal 777//2014, conforme requerimento do mesmo e seu deferimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE JANEIRO DE 2015.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de janeiro de dois mil e quinze.

PORTARIA 022/2015

PORTARIA Nº. 022/2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARI ADRIANA OGLIARI PERONDI, Enfermeira, Efetiva, Matrícula nº. 338/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2014, pelo período de 30 dias a partir de 19 de Janeiro à 17 de Fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE JANEIRO DE 2015.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de janeiro de dois mil e quinze.

PORTARIA 023/2015

PORTARIA Nº. 023/2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. JANIR LUIZ BACH, Diretor Geral, Matrícula nº. 405/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro de 2014 a Janeiro de 2015, pelo período de 20 dias a partir de 19 de Janeiro à 07 de Fevereiro de 2015, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE JANEIRO DE 2015.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de janeiro de dois mil e quinze.

PORTARIA 024/2015

PORTARIA Nº. 024/2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, digníssimo Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº. 536/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder Licença Maternidade a Servidora Municipal DAIANE DA CRUZ CORRÊA FONSECA, Auxiliar de serviços Gerais, matrícula nº. 436/01, nos termos da Lei Municipal nº. 536/2009, pelo período de 180 dias, conforme atestado médico apresentado, a partir de 13 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE JANEIRO DE 2015.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de janeiro de dois mil e quinze.

PORTARIA 025/2015

PORTARIA Nº. 025/2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal Sra. EMILIA JANETE DIAS MACIEL, matrícula nº 500/01, pelo período de 38 (trinta e oito) dias, a partir de 14 (quatorze) de Janeiro de 2015, nos termos do art. 107 da Lei Municipal nº. 012 de 06 de janeiro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal nº 12/1997

Art. 107. Ao servidor que, por motivo de saúde, esteja impossibilitado de exercer seu cargo, será concedida licença remunerada a pedido ou de ofício, mediante inspeção do órgão médico oficial, até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por igual período.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE JANEIRO DE 2014.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de janeiro de dois mil e quinze.

Trombudo Central**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL 02/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal em exercício Srª. Hanelore Hedler, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR LOTE, EXCLUSIVO para Microempreendedor Individual - MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRANSPORTES E OBRAS, UNIDADES ESCOLARES E CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICIPIO DE TROMBUDO CENTRAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 14:00h. do dia 29 de janeiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 16 de janeiro de 2015

Hanelore Hedler

Prefeita Municipal em exercício

PREGÃO PRESENCIAL 03/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 03/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal em exercício Srª. Hanelore Hedler, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 03/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR LOTE, EXCLUSIVO para Microempreendedor Individual - MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRANSPORTES E OBRAS, UNIDADES ESCOLARES E CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICIPIO DE TROMBUDO CENTRAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:30h. do dia 29 de janeiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 16 de janeiro de 2015
Hanelore Hedler
Prefeita Municipal em exercício

RETIFICAÇÃO CONTRATUAL 208/2014

Retificação do Extrato de Contrato Nº 208/2014

Diante do equívoco verificado na data de assinatura do Contrato nº 208/2014 realizado com a empresa Consórcio de informática na gestão pública municipal e no referido Extrato de Contrato, publicado no dia 15 de janeiro de 2015, onde se lê o Valor: 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais) se lê Valor: 3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais), segue a respectiva correção no referido Extrato de Contrato e a republicação do mesmo.

Hanelore Hedler
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

RETIFICAÇÃO CONTRATUAL 209/2014

Retificação do Extrato de Contrato Nº 209/2014

Diante do equívoco verificado na data de assinatura do Contrato nº 209/2014 realizado com a empresa Consórcio de informática na gestão pública municipal e no referido Extrato de Contrato, publicado no dia 15 de janeiro de 2015, onde se lê o Valor: 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais) se lê Valor: 3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais) segue a respectiva correção no referido Extrato de Contrato e a republicação do mesmo.

Hanelore Hedler
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Tunápolis

PREFEITURA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 131/2014

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a "contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde) em conformidade com as especificações dos Anexos.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Máximo R\$	Valor total R\$
4	400.000,00	un	Óleo Diesel S 500	POTENCIAL	2,57	1.028.000,00
5	50.000,00	un	Óleo Diesel S 10	POTENCIAL	2,75	137.500,00
6	5.000,000	un	Álcool Etanol	POTENCIAL	2,45	12.250,00
			Total geral			1.177.750,00

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 131/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ nº 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 131/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 95/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2015.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS COMBUSTÍVEIS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade ATÉ O DIA 31/12/2015, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 131/2014, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até o dia 31/12/2015.

7.3 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial

dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 02 de janeiro de 2015.

ENOI SCHERER	Auto Posto Canarinho Ltda EPP
Prefeito Municipal	Fornecedor Registrado
	Canísio Thomas
	Sócio Administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 09/2015

CONTRATO Nº 09/2015

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Bairro Progresso neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Transportes e Serviços Rurais Staub Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.490.574/0001-01, estabelecida na Est. Linha Cantina-Interior do Município de Santa Helena, SC, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador o Sr. Valdir Staub, inscrito no CPF nº 034.472.139-65.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 139/2014 e Pregão 101/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

1.2 Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Pregão Presencial nº 101/2014, bem como a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1. O pagamento será de R\$ 2,07(dois reais e sete centavos) por quilometro (Km) rodado, mensal no dia 20 (vinte) do mês

subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, e planilha específica emitida pela Secretaria Municipal da Educação, em moeda corrente nacional, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir, sendo pré-requisito para o recebimento, a apresentação do comprovante de pagamento do seguro, quando o mesmo for contratado com pagamento mensal pela CONTRATADA.

2.2. O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1. O valor do preço unitário do quilômetro rodado, do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelos índices aplicados pelo DETER Rodoviário II.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1. Os serviços deverão ser executados conforme o Calendário Escolar do ano letivo de 2015, expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

4.2. Durante a vigência do contrato poderá, mediante o Parecer da Comissão ser alterado o trajeto e a distância das linhas quando houver necessidades para o atendimento do transporte de alunos da Rede Pública de Ensino.

4.3 Realizar as viagens em horário de forma a permitir que os alunos cheguem com antecedência mínima de 05 (cinco) minutos antes do início das aulas, a ser fixado pela Secretaria de Educação.

4.4 Iniciar as viagens de volta, num prazo não superior a 10 (dez) minutos, após o horário de encerramento das aulas.

4.5 É da CONTRATANTE a obrigação do pagamento de impostos, tributos e demais que incidirem sobre os serviços prestados, em qualquer esfera.

4.6 Manter a Secretaria Municipal de Educação permanentemente informada sobre o andamento dos serviços.

4.7 Qualquer substituição de veículos deverá ser comunicada oficialmente a Secretaria Municipal de Educação.

4.8 Cumprimento do itinerário, comunicando à Secretaria de Educação Municipal sempre que houver qualquer problema com alunos durante o percurso.

4.9 Durante o ano letivo será feito um monitoramento no transporte escolar, sendo que somente será paga a quilometragem de acordo com necessidade verificada.

4.10 Alterar os itinerários e os horários, a pedido da Administração, assim como executar eventual itinerário não descrito no presente Edital, quando se relacionar a atividades extra-curriculares a critério da Secretaria Municipal da Educação, com a consequente repactuação das alterações e dos valores acordados, quando for necessário;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA obriga-se prestar o Serviço, objeto deste contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório, Processo nº 101/2014 a qual, como todos os documentos da licitação e especificações da CONTRATANTE, passa a fazer

parte integrante do presente Contrato, ou seja, deverá cumprir o horário, trajeto e itinerário fixado pela CONTRATANTE, buscando os alunos nos locais determinados;

5.2 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alterações que possa comprometer a manutenção do presente.

5.3 Tratar com cortesia e urbanidade os alunos transportados, os servidores encarregados da coordenação do transporte e os fiscais do Município;

5.4 Submeter os veículos à vistoria técnica semestral, em órgão ou empresa autorizada pela autoridade de trânsito;

5.5 Manter os veículos de acordo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e demais normas aplicadas à espécie, inclusive quanto às novas disposições legais que venham a ser editadas;

5.6 Manter os veículos sempre limpos;

5.7 Manter os veículos em condições ideais de segurança;

5.8 Arcar com as despesas referentes aos serviços, objeto da presente licitação, inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;

5.9 Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso aos veículos destinados à prestação dos serviços;

5.10 Manter atualizada a documentação exigida no Edital bem como neste contrato administrativo, relativa aos veículos, junto à Comissão de Licitação.

5.11 A CONTRATADA responderá pelos Serviços Prestados e por quaisquer danos que venha a causar à CONTRATANTE, aos alunos e terceiros, por dolo ou culpa, ficando a Prefeitura Municipal isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da prestação dos serviços de transporte escolar, objeto do presente contrato.

5.12 A CONTRATADA deverá prestar o Serviço, objeto deste Contrato, conforme o Calendário Escolar do ano letivo de 2015, expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

5.13 É da CONTRATADA a responsabilidade pelos danos pessoais e materiais que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto, bem como o custo para a reparação dos mesmos.

5.14 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir os Serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (dotações: 46-47-48 Fundamental 59 e 60 infantil,

64-65-66 Médio) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 A presente contratação terá vigência até 31.12.2015 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

8.2 Em caso de prorrogação do prazo de vigência do presente Contrato, o reajuste será de acordo variação da Tabela do DETER Rodoviário II.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, na hipótese de assumir diretamente o transporte escolar com veículo próprio, ou na concessão de linhas municipais para terceiros.

9.1.3 Por acordo entre as partes;

9.1.4 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, em 09 de janeiro de 2015.

Enoi Scherer Transportes e Serviços Rurais Staub Ltda
Prefeito Municipal Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Nome:Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao Processo de Licitação nº 131/2014.

OBJETO: Registro de Preços visando a "contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde) em conformidade com as especificações dos Anexos.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Unit R\$	Valor total R\$
1	30.000,00	Litro	Gasolina comum	Charrua	3.17	95.100,00
			Total geral			95.100,00

Aos dois dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 131/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 01 a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 131/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 95/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2015.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto da presente ata de registro de preço.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 131/2014, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até 31/12/2015.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

LUIZE SCHROEDER

representante legal

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Tubo de concreto 20cm x 1m.	400	22,40	5.955,00
2	Tubo de concreto 30cm x 1m	800	29,40	23.520,00
3	Tubo de concreto 40cm x 1m	800	37,25	29.800,00
				62.280,00

Aos dias 12 de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes nesta ata deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item (s) 01, 02, 03, a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA -ME inscrita sob o CNPJ n.º 10.494.614/0001-20, estabelecida na Estrada Linha Pitangueira, s/n, Interior, no Município de Tunápolis/SC neste ato representado Jair Royer, sócio administrador.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 100/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos ao vencedor será efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório n.º. 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 12 de janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch	Artef. de Cim. Fronteira Ltda - ME
Prefeito Municipal	Jair Royer
Em exercício	Sócio administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses, para o exercício financeiro de 2015.

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso DO FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório de acordo com o item abaixo.

FORNECEDOR; Pré- Moldados Maravilha Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 86.739.364/0001-03, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 63, Centro, no Município de Maravilha/SC, neste ato representado pelo representante legal Sr. Anivo Jung.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor unit R\$	Valor total
7	Tubo de concreto de 1,50m x1 m pa2 (com ferragem)	100	un	587,00	58.700,00
					58.700,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 100/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os Tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os tubos de concreto deverão ser entregues bem curados e de ótima qualidade.

6.3. Os Tubos de Concreto deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 12 de janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício.

Fornecedor Registrado

Pré- Moldados Maravilha Ltda EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses, para o exercício financeiro de 2015.

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Senhor Volmir Pedro Lawisch, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos TUBOS DE CONCRETO, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 05, a empresa CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME inscrita sob o CNPJ nº 12.683.308/0001-68, estabelecida na Rua Egidio Ferronato, 161, centro, no Município de Caibí/SC neste ato representado por Jaison Cadoná, representante legal portadora do RG nº 3.583.202 e do CPF nº 062.281.639-06.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total
5	Tubo de concreto de 100 x 100 (com ferragem)	200	un	303,79	60.758,00
					60.758,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 100/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os Tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os tubos de concreto deverão ser entregues bem curados e de ótima qualidade.

6.3. Os Tubos de Concreto deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunapolis, SC 12 de Janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch
Prefeito Municipal em Exercício

Fornecedor Registrado
CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses, para o exercício financeiro de 2015.

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Senhor Volmir Pedro Lawisch, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO,

observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos TUBOS DE CONCRETO, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: Ruscheinsky & Cia Ltda- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ: 79.409579/0001-09 estabelecida na Rua Santos Dumont, 695 no Município de Iporã do Oeste -SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total
6	Tubo de concreto de 0,80 cm x 1m pa1 (com ferragem)	300	un	166,90	50.070,00
					50.070,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 100/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de

seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os Tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os tubos de concreto deverão ser entregues bem curados e de ótima qualidade.

6.3. Os Tubos de Concreto deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunapolis, SC 12 de Janeiro de 2015.
Volmir Pedro Lawisch
Prefeito Municipal em Exercício

Fornecedor Registrado
Ruscheinsky & Cia Ltda- ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses, para o exercício financeiro de 2015.

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Senhor Volmir Pedro Lawisch, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos TUBOS DE CONCRETO, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: IMPERIAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.645.439/0001-52, com sede na Rua Victor Meirelles, nº 1462, Bairro Cidade Alta, no Município de Cunha Porá, SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total
4	Tubo de concreto 60 cm x 1m.	800	un	72,40	57.920,00
					57.920,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 100/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os Tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os tubos de concreto deverão ser entregues bem curados e de ótima qualidade.

6.3. Os Tubos de Concreto deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 12 de Janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

Fornecedor Registrado

IMPERIAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 01/2015. FUNDO

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL nº 01/2015.

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, inscrito no CNPJ nº 12.273.240/0001-49, com sede na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município e de outro lado o Sr. Idacir Paulo Petry, inscrito no CPF nº 627.227.199-91, portador da cédula de identidade nº 13/C-2.209.965, residente e domiciliado na Rua Albino Frantz, nº 100 na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 8666 de 21/06/93 e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na locação de uma sala comercial de 148 (cento e quarenta oito)m², de propriedade do LOCADOR, existente no Prédio construído na Rua Albino Frantz nº 100, neste Município de Tunápolis - SC, registrado no Registro de Imóveis de Itapiranga/SC sob a matrícula nº 7.378/1;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O imóvel de que trata esta cláusula abrigará as instalações do NASF (Núcleo de Apoio a Família)

PARÁGRAFO SEGUNDO - As instalações e equipamentos anexados ao imóvel pelo Fundo Municipal da Saúde, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão ao Fundo Municipal da Saúde após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O preço do aluguel ora avençado é de R\$ 823,00 (Oitocentos e vinte três reais) mensais, como pagamento até o dia 12 do mês subsequente ao mês base, através de depósito bancário, podendo atrasar no máximo em dez dias, sendo que as despesas da energia elétrica da sala comercial deverão ser transferidas e liquidadas pela Contratante.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores estabelecidos na cláusula

segunda não sofrerão reajuste durante o período de 05/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato estende-se até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado, nos limites de Lei 8.666/93, havendo interesse do Fundo Municipal da Saúde.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Fundo Municipal da Saúde comunicará o Proprietário com antecedência de no mínimo 30 dias antes do término do Contrato, para a assinatura do respectivo termo aditivo se houver interesse em prorrogar prazo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Havendo prorrogação os valores ora avençados serão reajustados pelo IGPM ou pelo que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÃO DA LOCADORA: Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

I - ressalvar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;

II - responsabilizar-se pelo pagamento impostos incidentes sobre imóvel objeto desta locação;

III - abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;

IV - garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES: O descumprimento, por parte da Proprietária, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (9) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, do de ano de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga - SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 05 de janeiro de 2015.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

IDACIR PAULO PETRY
LOCADOR

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 03/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL nº 03/2015

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC, CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, 111, representada neste ato por seu prefeito Municipal, o Sr. ENOI SCHERER, Identidade nº 2.529.279-0, CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado a Sra. Liria Gossler Reckenvald, inscrita no CPF nº 000.110.129-35, portadora da cédula de identidade nº 13/R-3.457.795, residente e domiciliado na Avenida Cerro Largo, nesta cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente LOCADORA, celebram o presente contrato de locação de imóvel, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 8666 de 21/06/93 e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na locação de uma sala comercial de 132 m², existente no Prédio construído na Avenida Cerro Largo, nº 586, neste Município de Tunápolis - SC, registrado no Registro de Imóveis de Itapiranga sob a matrícula nº 6.461;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Que a finalidade da presente locação, é a ocupação no período das instalações do CRAS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As instalações e equipamentos anexados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O preço do aluguel ora avençado é de R\$ 712,50 (setecentos e doze reais e cinquenta centavos) mensais, como pagamento até o dia 12 do mês subsequente ao mês base, através de depósito bancário, podendo atrasar no máximo em dez dias, sendo que as despesas da energia elétrica da sala comercial deverão ser transferidas e liquidadas pela Contratante. O valor total do contrato será de 8.550,00 (oito mil quinhentos e cinquenta reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores estabelecidos nesta cláusula não sofrerão reajuste durante o período estabelecido na Cláusula Terceira deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato estende-se até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado, nos limites de Lei 8.666/93, havendo interesse da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Município, interesse na prorrogação, comunicará a Proprietária com antecedência de no mínimo 30 dias antes do término do Contrato, para a assinatura do respectivo termo aditivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Havendo prorrogação os valores ora avençados serão reajustados pelo IGPM ou pelo que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÃO DA LOCADORA: Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

I - ressalvar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;

II - responsabilizar-se pelo pagamento impostos incidentes sobre imóvel objeto desta locação;
 III - abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;
 IV - garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES: O descumprimento, por parte da Proprietária, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos para fazer frete às despesas com a execução deste contrato estão previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Tunápolis sob o seguinte:
 Projeto atividade 2.033
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.10052 - Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social(dotação 122)

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga - SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 05 de janeiro de 2015.
 ENOI SCHERER
 Prefeito Municipal

LIRIA GOSSLER RECKTENVALD
 Locadora

CONTRATO Nº 07/2015

CONTRATO Nº 07/2015

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa BERENICE HELENA FERNANDES- Micro Empreendedora, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 15.814.011/0001-82, estabelecida na Rua São Luiz,70, Bairro Colina, no Município de Tunapolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representada pela Sra. Berenice H. Fernandes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para desenvolver oficinas com o público do CRAS, mais especificamente com o público do Serviço de Convência e Fortalecimento de vínculos nas diversas faixas etárias, através de monitores conforme Termo de Referência constante no Anexo I, de acordo com a Proposta e demais peças integrantes do Edital respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independente de sua transcrição.

Item	Qtde horas	Unid.	Especificação	Vlr. Unit. Hora	Valor Total
03	704	UN	Monitor(a) de artesanato 16 horas semanais.	24,00	16.896,00
TOTAL GERAL					16.896,00

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor total deste contrato é de R\$ 16.896,00(dezesseis mil oitocentos e noventa e seis reais) correspondentes ao(s) preço(s) oferecido(s) e a(s) quantidade(s) especificada(s) no Anexo I do Edital da Licitação modalidade de Pregão Presencial sendo o mesmo fixo e irrevogável nos termos da legislação vigente.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 8 (oito) dias após a prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal na Prefeitura Municipal de Tunápolis/SC à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto assinado pela Equipe Técnica do CRAS, e apresentação de CND'S Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS, sendo o valor fixo e irrevogável, mediante programação de pagamento junto a Secretaria Municipal de Fazenda. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e esta deverá efetuar a apresentação válida no prazo de 05 (cinco) dias.

CLAUSULA QUARTA - DA VIGENCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência até 31/12/2015 a partir de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA - REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO E CLÁUSULAS COMPLEMENTARES

O presente contrato rege-se, basicamente, pelas normas consubstanciadas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, complementadas suas cláusulas pelas normas contratuais constantes da Licitação modalidade homologada em 08/01/2015.

CLAUSULA SÉTIMA - DA DOTACAO ORÇAMENTARIA

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (128) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGACOES DAS PARTES

I - DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da(o) Contratada(o):

- Cumprimento integral do objeto deste contrato;
- execução do objeto contratado dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados;
- arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações trabalhistas, sociais, tributárias e previdenciárias, bem como outras de quaisquer espécie para a execução do objeto contratado, exceto os casos expressamente previstos neste instrumento;
- arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias

oriundas desta contratação;
e) responder, exclusivamente, por todos os danos e prejuízos, tanto materiais, morais e/ou pessoais, durante a execução do objeto contratado, causados à Contratante e/ou a terceiros por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos;
f) assumir os riscos inerentes às atividades;
g) a Contratada não poderá pleitear indenizações por prejuízos ou despesas decorrentes de casos fortuitos ou força maior;
h) manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele (a) assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e no edital do presente processo.
i) Executar o serviço em conformidade com as exigências e condições estabelecidas no Anexo I do Edital.

II - DO MUNICÍPIO:

Constituem obrigações da Contratante:

- a) - Efetuar o pagamento de acordo com o previsto na Cláusula Terceira;
- b) - Fiscalizar e acompanhar, pela equipe técnica do CRAS a completa execução do objeto deste contrato.
- c) - efetuar o desconto do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente da fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título (art. 158 inciso I - CF/88).

CLAUSULA NONA - DA RESCISAO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente, pela Administração, na ocorrência de quaisquer um dos motivos especificados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLAUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES

Ficam por este ato incorporadas a este instrumento todas as penalidades previstas no Edital, para todos os fins de direito, inclusive pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão ou outras falhas por parte da Contratada, ficando estabelecida multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor deste contrato, com a conseqüente rescisão deste instrumento. Além da multa supra relacionada, ao município caberá, também, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações, interpelar a Contratada civil ou penalmente.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que não se faça menção expressa.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS ALTERACOES

Qualquer modificação de forma qualitativa ou quantitativa, redução ou acréscimo do objeto ora contratado, bem como prorrogação de prazo poderá ser determinada pela Contratante, lavrando-se o respectivo termo, conforme os artigos 57, §1º, e 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Itapiranga/SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.
E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o

presente instrumento em 02 (duas) vias de único teor e validade, para um só efeito legal, devidamente conferido pela Procuradoria Jurídica do município de Tunápolis, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

Tunápolis, SC, 08 de janeiro de 2015.

Prefeito Municipal

BERENICE HELENA FERNANDES

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Nome: Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 08/2015.

CONTRATO Nº 08/2015.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Bairro Progresso neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa FLACH & VOGT LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Linha Pitangueira, s/n, no Município de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.920.043/0001-83, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Miguel Flach, inscrito no CPF sob o nº 627.195.219-49, considerado simplesmente doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 139/2014 e Pregão 101/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

1.2 Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Pregão Presencial nº 101/2014, bem como a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1. O pagamento será de R\$ 1,89 (um real e oitenta e nove centavos) por quilometro (Km) rodado, mensal no dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, e planilha específica emitida pela Secretaria Municipal da Educação, em moeda corrente nacional, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir, sendo pré-requisito para o recebimento, a apresentação do comprovante de pagamento do seguro, quando o mesmo for

contratado com pagamento mensal pela CONTRATADA.

2.2. O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1. O valor do preço unitário do quilômetro rodado, do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelos índices aplicados pelo DETER Rodoviário II.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1. Os serviços deverão ser executados conforme o Calendário Escolar do ano letivo de 2015, expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

4.2. Durante a vigência do contrato poderá, mediante o Parecer da Comissão ser alterado o trajeto e a distância das linhas quando houver necessidades para o atendimento do transporte de alunos da Rede Pública de Ensino.

4.3 Realizar as viagens em horário de forma a permitir que os alunos cheguem com antecedência mínima de 05 (cinco) minutos antes do início das aulas, a ser fixado pela Secretaria de Educação.

4.4 Iniciar as viagens de volta, num prazo não superior a 10 (dez) minutos, após o horário de encerramento das aulas.

4.5 É da CONTRATANTE a obrigação do pagamento de impostos, tributos e demais que incidirem sobre os serviços prestados, em qualquer esfera.

4.6 Manter a Secretaria Municipal de Educação permanentemente informada sobre o andamento dos serviços.

4.7 Qualquer substituição de veículos deverá ser comunicada oficialmente a Secretaria Municipal de Educação.

4.8 Cumprimento do itinerário, comunicando à Secretaria de Educação Municipal sempre que houver qualquer problema com alunos durante o percurso.

4.9 Durante o ano letivo será feito um monitoramento no transporte escolar, sendo que somente será paga a quilometragem de acordo com necessidade verificada.

4.10 Alterar os itinerários e os horários, a pedido da Administração, assim como executar eventual itinerário não descrito no presente Edital, quando se relacionar a atividades extra-curriculares a critério da Secretaria Municipal da Educação, com a consequente repactuação das alterações e dos valores acordados, quando for necessário;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA obriga-se prestar o Serviço, objeto deste contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório, Processo nº 101/2014 a qual, como todos os documentos da licitação e especificações da CONTRATANTE, passa a fazer parte integrante do presente Contrato, ou seja, deverá cumprir o horário, trajeto e itinerário fixado pela CONTRATANTE, buscando os alunos nos locais determinados;

5.2 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação,

devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alterações que possa comprometer a manutenção do presente.

5.3 Tratar com cortesia e urbanidade os alunos transportados, os servidores encarregados da coordenação do transporte e os fiscais do Município;

5.4 Submeter os veículos à vistoria técnica semestral, em órgão ou empresa autorizada pela autoridade de trânsito;

5.5 Manter os veículos de acordo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e demais normas aplicadas à espécie, inclusive quanto às novas disposições legais que venham a ser editadas;

5.6 Manter os veículos sempre limpos;

5.7 Manter os veículos em condições ideais de segurança;

5.8 Arcar com as despesas referentes aos serviços, objeto da presente licitação, inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;

5.9 Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso aos veículos destinados à prestação dos serviços;

5.10 Manter atualizada a documentação exigida no Edital bem como neste contrato administrativo, relativa aos veículos, junto à Comissão de Licitação.

5.11 A CONTRATADA responderá pelos Serviços Prestados e por quaisquer danos que venha a causar à CONTRATANTE, aos alunos e terceiros, por dolo ou culpa, ficando a Prefeitura Municipal isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da prestação dos serviços de transporte escolar, objeto do presente contrato.

5.12 A CONTRATADA deverá prestar o Serviço, objeto deste Contrato, conforme o Calendário Escolar do ano letivo de 2015, expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

5.13 É da CONTRATADA a responsabilidade pelos danos pessoais e materiais que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto, bem como o custo para a reparação dos mesmos.

5.14 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir os Serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (dotações: 46-47-48 Fundamental 59 e 60 infantil, 64-65-66 Médio) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 A presente contratação terá vigência até 31.12.2015 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

8.2 Em caso de prorrogação do prazo de vigência do presente Contrato, o reajuste será de acordo variação da Tabela do DETER Rodoviário II.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, na hipótese de assumir diretamente o transporte escolar com veículo próprio, ou na concessão de linhas municipais para terceiros.

9.1.3 Por acordo entre as partes;

9.1.4 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, em 09 de janeiro de 2015.

Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

FLACH & VOGT LTDA-ME
CONTRATADA

Miguel Flach
Sócio administrador

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 04/2014/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 04/2015/PMU

Objeto: aquisição de artefatos de cimento. Recebimento dos envelopes: até às 09h do dia 02/02/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 09h do dia 02/02/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

Rosane Zatta
Pregoeira

AVISO PR 05/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 05/2015/PMU

Objeto: aquisição parcelada de material asfáltico. Recebimento dos envelopes: até às 09h do dia 03/02/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 09h do dia 03/02/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

Rosane Zatta
Pregoeira

Vargeão

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE PARQUE INDUSTRIAL

I - O MUNICÍPIO DE VARGEÃO, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua 7 de Setembro nº 477, com CNPJ nº 83.009.928/0001-64, através do seu Prefeito Municipal AMARILDO PAGLIA, torna público, para conhecimento dos interessados, seu interesse na aquisição de imóveis, situados na área rural ou urbana do município de Vargeão, Estado de Santa Catarina, que apresentem condições favoráveis de imediato aproveitamento, para a execução de futuros empreendimentos industriais, que fomentem o desenvolvimento econômico e social do município.

I.1 - O imóvel ofertado deve possuir medidas de aproximadamente 50.000m² (cinquenta mil metros quadrados).

II - Para esse fim, estará recebendo, até o dia 15 de fevereiro de 2015, a oferta dos interessados para a alienação de imóveis que atendam, preliminarmente, às exigências a seguir relacionadas.

III - Este ato de chamamento tem caráter de cadastro prévio, não gerando direito ao ofertante da efetivação de qualquer aquisição.

IV - Para a análise dos imóveis ofertados serão levados em consideração os seguintes critérios:

- a) localização em área urbana ou rural do município de Vargeão, que tenham facilidade de acesso a infraestrutura;
- b) topografia adequada para plantas industriais;
- c) área do imóvel a ser adquirida pode abranger a totalidade ou parte do imóvel, ou mais de um imóvel desde que contíguos;
- d) instalação de rede elétrica e água encanada;
- e) preço;
- f) prazo e condições de pagamento;

V - Para determinar o valor do imóvel, o MUNICÍPIO DE VARGEÃO adotará os seguintes critérios:

- a) estudo preliminar de aproveitamento quanto ao número de lotes industriais que o mesmo comporta, podendo valer-se de estudos e projetos já realizados;
- b) incidência dos custos de infraestrutura.

V.1.- O valor máximo a ser pago estará limitado pelo valor de avaliação a ser feita na forma da lei e pelo valor de viabilidade de comercialização do empreendimento.

VI - Os interessados deverão apresentar as suas propostas no protocolo do Município de Vargeão, na Rua 7 de Setembro nº 477, Centro, até o dia 15 de fevereiro de 2015, juntando, em caráter preliminar, os seguintes elementos:

- a) matrícula imobiliária atualizada do imóvel;
- b) planta de localização do imóvel em relação à malha urbana do Município;
- c) informação sobre a situação da aprovação do projeto de parcelamento, se houver;
- e) proposta de preço com validade para 60 dias e condições de pagamento.

VII - Após os trâmites internos de aferição das condições do imóvel e sua avaliação, decidindo-se pela sua viabilidade, o MUNICÍPIO DE VARGEÃO solicitará do ofertante a juntada dos documentos

indispensáveis a realização da aquisição do imóvel.

VIII - Desde que cumpridas as disposições deste regulamento, nada impede que um mesmo interessado apresente mais de um imóvel a ser cadastrado.

IX - Em qualquer momento do processo poderão ser solicitadas do ofertante outras informações ou documentos, necessários à análise das condições do imóvel.

X - Na hipótese prevista no artigo anterior, o imóvel que não for escolhido permanecerá cadastrado para eventual aquisição futura, se for do interesse das partes, momento em que poderá, se necessário, ser realizada nova avaliação, para atualização do seu preço.

XI - Maiores informações poderão ser fornecidas pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na Rua 7 de Setembro nº 477, Centro, Vargeão/SC, telefone 49-3434-0148.

Vargeão, 16 de janeiro de 2015.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 29 de janeiro de 2015 às 8h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados ao SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 10/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 16 de janeiro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

Extratos de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 29 de Janeiro de 2015 às 14 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição de armários de aço, cadeira para alimentação de bebê e conjuntos de cadeiras e carteiras escolares destinados à rede municipal de ensino de Vargeão, SC, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 11/2015. Informações

complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 16 de janeiro de 2015.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

Extratos de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 29 de Janeiro de 2015 às 16 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa para locação de 400 (quatrocentas) horas de um caminhão munck em perfeitas condições de uso, acoplado com cesto aéreo, com fornecimento de combustível e com operador/motorista, para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2015, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 12/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 16 de janeiro de 2015.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS MONITORAS DA REDE MUNICIPAL 2015

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS MONITORAS DA REDE MUNICIPAL 2015

1ª	Adelma Magnaguagno
2ª	Mariza Sala
3ª	Joiciani Varela de Oliveira
4ª	Rosicler Gil Correa de Almeida
5ª	Debora Marina Dos Santos
6ª	Danielle Galvão
7ª	Simone Aparecida Wuicik
8ª	Jessica Antunes Martins Ferreira
9ª	Ingridiamara Quechin da Silva
10ª	Andressa Soares da Silva de Oliveira Artifon
11ª	Izabel Maria Pegoraro Alviero
12ª	Mayara Giani Dos Santos

O prazo de interposição de recurso da classificação é de 5 (cinco) dias úteis após a publicação da relação de classificação da Rede Municipal, para a escolha de aula no Ano Letivo de 2015.

Vargem Bonita, 16 de janeiro de 2015.

Nádia de Lourdes Roseghini Lazaroto
Secretária Municipal de Educação

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL 2015

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL 2015

1ª	Terezinha Aparecida Koshinski
2ª	Neiva Marilu Sampietro
3ª	Elenir Zonta Dos Santos
4ª	Leni Maria Vieira
5ª	Sirlei De Fatima Gresele
6ª	Luceni De Fatima Lauber Bazzi
7ª	Rose Mari Gonçalves Chaves
8ª	Claudia Salete Mozer Rodrigues
9ª	Elisandra Carvalho Da Silva
10ª	Adelina Lucia Chinato Rampazo
11ª	Rosana Aparecida Marcolino
12ª	Sirlene De Fatima De Bastiani Rodrigues
13ª	Jussara Kades De Oliveira Da Silva
14ª	Lourdes Aparecida Alves De Oliveira
15ª	Elizana Silva Salvador Cordeiro
16ª	Elizangela Cavalheiro Mariano
17ª	Rozeli Forquezato Dalbelo
18ª	Roberta Rocha De Souza
19ª	Luciane Manfé Chaves
20ª	Terezinha De Fátima Vieira
21ª	Andreia Lucia Gabrieli
22ª	Judite Aparecida De Carli Giardini
23ª	Elisangela Virme de Abreu
24ª	Kelli Fagundes Manfé
25ª	Adriana Quechin Dos Santos

26ª	Dalcira Artifon Lauber
27ª	Karla Luciane Miotto De Abreu
28ª	Vanusa Forquechesatto Zimmermann
29ª	Eliane Maria De Sá
30ª	Juliana Casia Vesaro
31ª	Adriana Correia De Mello
32ª	Dania Cecilia Darold
33ª	Dilvete Luvison Toniello
34ª	Gisele Do Carmo Esteves Quechin
35ª	Marili Aparecida Cardoso
36ª	Sara Ferreira
37ª	Adriana Paula Louzada
38ª	Cristiani Fazoni Ferreira

O prazo de interposição de recurso da classificação é de 5 (cinco) dias úteis após a publicação da relação de classificação da Rede Municipal, para a escolha de aula no Ano Letivo de 2015.

Vargem Bonita, 16 de janeiro de 2015.

Nádia de Lourdes Roseghini Lazaroto

Secretária Municipal de Educação

RELAÇÃO CLASSIFICAÇÃO DOS PROFESSORES NAS ÁREAS ESPECÍFICAS DA REDE MUNICIPAL 2015

RELAÇÃO CLASSIFICAÇÃO DOS PROFESSORES NAS ÁREAS ESPECÍFICAS DA REDE MUNICIPAL 2015

ARTES-	1º Eliane Peres Mendes 2º Lourdes Aparecida Alves de Oliveira
INGLÊS-	1º Salete Marcon Zenaro
EDUCAÇÃO FÍSICA-	1º Junior Cezar Panizzi 2º Leonardo Dal Moro
ORIENTADORA EDUCACIONAL-	1º Marli Terezinha Filipini
SECRETÁRIA DE ESCOLA –	1º Elisabeth Picoli 2º Neiva Fatima Salvador
SUPERVISORA ESCOLAR-	1º Neusa Virmes Nascimento 2º Cácia Raquel Dos Santos Mozzer

O prazo de interposição de recurso da classificação é de 5 (cinco) dias úteis após a publicação da relação de classificação da Rede Municipal, para a escolha de aula no Ano Letivo de 2015.

Vargem Bonita, 16 de janeiro de 2015.

Nádia de Lourdes Roseghini Lazaroto

Secretária Municipal de Educação

Videira

PREFEITURA

ATA Nº 191

ATA – 182–Aos onzedias do mês de fevereiro de dois mil e catorze,àsquatorze horas, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado na Rua Lauro Muller 288(duzentos e oitenta e oito), bairro Alvorada, cidades de Videira, Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para deliberarem sobre os seguintes assuntosde pauta. 1) Inscrição da entidade CIEE.2)Apresentação e aprovação Plano de Ação e Aplicação/2014.3) Formação das comissões de atendimento e normas e regulamentação. 4)Criação de nova comissão para apuração de processos administrativos. 5)Prestação de Contas e Superávit FIA/2013.A Senhora Katiani Guaraci de Moraes fez a acolhida dos membros, iniciou a reunião apresentando documentação da entidade CIEE, a qual solicitou inscrição junto a este conselho. Em análise, o conselheiro Alvir, percebeu que o balancete estava sem a assinatura do contador responsável, e, o plano de ação defasado, datando o ano de 2013. Desta forma, deliberou-se por devolver à documentação a instituição, solicitando as alterações no balancete e no plano de ação, para posterior inscrição. Quanto à apresentação do Plano de Ação e Aplicação, após a leitura aprovaram em unanimidade, sem maiores ressalvas. Neste momento, a Sra. Katiani, passou então para a formação das comissões, destacando que as mesmas precisam ser compostas de forma paritária e, desta forma estabeleceu-se o seguinte: Comissão de atendimento: representante da secretaria de administração, educação, pastoral da criança, Escola de Pais do Brasil e Unoesc. Já a de normas e regulamentação ficou composta pelos representantes da Secretaria de Finanças, Departamento de Ação Social, Saúde, Sorria Criança, Apae e AAPT. As reuniões acontecerão nasúltimas terças e quartas-feiras dos meses subsequentes, às catorze horas, na sala de reuniões do Departamento de Ação Social. Ficandoestabelecido também que nas terças-feiras será a comissão de atendimento e nas quartas-feiras a de normas e regulamentação. E, as reuniões ordinárias a cada dois meses na primeira terça-feira do mês. Concluído este item de pauta, ainda com a palavra, a Presidente Sra. Katiani explanou acerca dos andamentos da construção da nova legislação municipal e do Regimento Interno do Conselho Tutelar, informou que em conversa com o Sr. Rubens, responsável pelo Jurídico da Prefeitura, o mesmo, comprometeu-se em no prazo máximo de duas semanas,encaminhar a nova legislação para a Câmara deVereadores, e, posterior a isso, este Conselho de Direitos, juntamente com o Conselho tutelar concluirá o Regimento Internoque está praticamente pronto. Falou ainda que a última resolução a qual nomeou a comissão para processos administrativos precisava ser revogada, pois, estava composta por seis conselheiros, e todos estes seis, precisariam acompanhar na íntegra o volume de processos administrativos que se encontram sob posse do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que comprometeria os compromissos de trabalho de cada conselheiro nomeado. Optou-se então, pela nomeação de no máximo dois conselheiros por processo, e, que estas nomeações seriamrotativas. Então, para a apuração doprocesso da Conselheira Tutelar Marilene Vanz dos Santos, nomeou-se a Sra. Valdenice Schneider,como secretária e a própria presidente Sra. Katiani Guaraci de Moraes, e, após a apuração deste, nas próximas reuniões nomear-se-ão as outras comissões. Quanto ao quinto e último item, referente a prestação de contas e o superávit

financeiro/2013 (dois mil e treze), os conselheiros aprovaram o valor de R\$ 91.277,67 (noventa e um mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos), os quais serão aplicados de acordo com o plano de ação, também aprovado anteriormente. Nada mais havendo a tratar,

a Presidente, Senhora Katiani Guaraci de Moraes, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Esther, lavrei a presente ata que será assinada por mim.

DECRETO Nº 11.465/15

DECRETO Nº 11.465/15, DE 13 DE JANEIRO DE 2015.

Define o valor do vale-alimentação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 134, da Lei Complementar nº 129/12, bem como, no art. 134, da Lei Complementar nº 130/12,

DECRETA

Art. 1º Fica definido o valor de R\$ 110,00 (cento e dez reais), a título de crédito alimentação, o qual será pago mensalmente ao servidor público efetivo ativo com carga horária semanal acima de 20 (vinte) horas.

Art. 2º Ao servidor público efetivo ativo com carga horária semanal de até 20 horas, fica assegurado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2015.

Videira, 13 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.466/15

DECRETO Nº 11.466/15, DE 13 DE JANEIRO DE 2015.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 05 de janeiro de 2015, HAMILTON ANTONIO ZARDO JUNIOR, Assessor de Programas Municipais, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação, admitido pelo Decreto nº 11.031/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de janeiro de 2015.

Videira, 13 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.468/15

DECRETO Nº 11.468/15, DE 13 DE JANEIRO DE 2015.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DANIELA DE BAIROS CERON DE MERA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.469/15

DECRETO Nº 11.469/15, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 224.334,92 (Duzentos e vinte e quatro mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
1.022 – Construção/Ampliação/Reforma de Unidades de Saúde	

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064.6	
8 – Aplicações Diretas	27.334,92
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.50.00.00.00.00.00.03.0003.0	
0 – Aplicações Diretas	197.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	224.334,92

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014 e excesso de arrecadação de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de janeiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.471/15

DECRETO Nº 11.471/15, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.
Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 22 de janeiro de 2015, ANA CLÁUDIA CAGNIN, Diretora do Departamento de Pessoal, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, admitida pelo Decreto nº 11.047/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2015.

Videira, 14 de janeiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0018/15

PORTARIA nº 0018/15

Designa Miriam de Miranda Girardi para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Designar MIRIAM DE MIRANDA GIRARDI, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Videira, 13 de janeiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0019/15

PORTARIA nº 0019/15

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19909/2014,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora SALETE MARIA GELAIN FABIAN, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Educação Infantil e Anos Iniciais com Ênfase em Ludopedagogia e Literatura Infantil".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 25 de novembro de 2014.

Videira, 13 de janeiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0020/15

PORTARIA nº 0020/15

Designa Servidora para substituir Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nomeada pela Portaria nº 1438/14, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a solicitação da comissão de processo administrativo disciplinar;

Considerando que o servidor Dionisio Robaskewicz Neto encontra-se afastado de suas funções em razão de licença paternidade e posteriormente férias,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora IZABEL APARECIDA BALBINOTT para exercer as funções de Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº 1438/2014, em substituição ao servidor DIONISIO ROBASKEWICZ NETO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0021/15

PORTARIA nº 0021/15

Designa Servidora para substituir Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nomeada pela Portaria nº 1437/14, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a solicitação da comissão de processo administrativo disciplinar;

Considerando que o servidor Dionisio Robaskewicz Neto encontra-se afastado de suas funções em razão de licença paternidade e posteriormente férias,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora IZABEL APARECIDA BALBINOTT para exercer as funções de Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº 1437/2014, em substituição ao servidor DIONISIO ROBASKEWICZ NETO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0022/15

PORTARIA nº 0022/15

Designa Servidora para substituir Membro da Comissão de Sindicância nomeada pela Portaria nº 1469/14, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a solicitação da comissão de sindicância;

Considerando que o servidor Dionisio Robaskewicz Neto encontra-se afastado de suas funções em razão de licença paternidade e posteriormente férias,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora IZABEL APARECIDA BALBINOTT para exercer as funções de Membro da Comissão de sindicância, nomeada pela Portaria nº 1469/14, em substituição ao servidor DIONISIO ROBASKEWICZ NETO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0023/15

PORTARIA nº 0023/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Mem 008/15 DEPLD, do Departamento Pessoal;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora MAYARA NATASCHA PADILHA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 09 de janeiro de 2015 até 08 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 09 de janeiro de 2015.

Videira, 13 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 07/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE 368 HORAS AULAS DE CURSO PARA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - GLOBAL. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 05/02/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 16 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 001/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE - VIDEIRA - SC

FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

CNPJ: 03.333.619/0001-06

RESOLUÇÃO Nº 001/2015.

Dispõe sobre a Criação de Comissão Especial Eleitoral do Conselho Tutelar

O CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob ata nº 191 de 16 de janeiro de 2015, a criação de Comissão Especial Eleitoral para fins de organização do processo da eleição suplementar do Conselho Tutelar. A comissão será composta pelas seguintes representações:

- 1) Secretaria de Finanças: Titular- Alvair Lirio Barzoto e Suplente - Clemir Bertoto Erdemann;
- 2) Secretaria de Saúde e Ação Social: Titular -Terezinha Kerschbaumer e Suplente -Francieli Aparecida Vizolli
- 3) Associação Sorria Criança: Titular -Marilda VescoviPelissaro e Suplente -Simone Braga Montebrunhuli Moura Pinho
- 4) Escola de Pais do Brasil: Titular - Seloir de Fátima Beivilaqua-Grandoe Suplente -.Marli Aparecida Schiehl

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Katiani Guaraci de Moraes

Presidente do CMDCA

Xavantina**PREFEITURA****CONVÊNIO Nº 001/2015 - FMS**

CONVÊNIO Nº 001/2015 - FMS

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE XAVANTINA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnico-financeira.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr. Osmar Dervanoski, doravante denominado simplesmente FUNDO e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Xavantina, na Rua Celso Ramos, devidamente inscrita no CNPJ nº 82.832.361/0001-69, por seu representante legal, Sr. Gilmar Antonio Benetti, portador do CPF n. 472.611.539-15, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei Municipal nº 1418, de 18 de Dezembro de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Instrução Normativa nº TC-14/2012, Instrução Normativa nº 001/2014, de 09 de abril de 2014, e, de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUNDO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é o estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, para melhoria nas ações e serviços essenciais e indispensáveis na área da saúde, bem como para atendimentos de urgência e emergência à população do Município de Xavantina no Hospital São Lucas, inclusive escala de sobreaviso, pagamento de salários de funcionários, diretor clínico e manutenção das atividades da entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 1418, de 18 de Dezembro de 2014 e plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é a contar de 01 de Janeiro de 2015 até 31 de Agosto de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:

Para execução do presente convênio, o FUNDO transferirá recursos no valor total de até R\$ 496.000,00 (quatrocentos e noventa e seis mil reais), a serem pagos, conforme cronograma:

Nº Parcela – Mês	Valor R\$ - Mês
01 – Janeiro de 2015	62.000,00
02 – Fevereiro de 2015	62.000,00
03 – Março de 2015	62.000,00
04 – Abril de 2015	62.000,00
05 – Maio de 2015	62.000,00
06 – Junho de 2015	62.000,00
07 – Julho de 2015	62.000,00
08 – Agosto de 2015	62.000,00

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos repassados pelo FUNDO integram a dotação orçamentária do Órgão/Entidade 1001, Projeto Atividade 2.022, Elemento de Despesa 3.3.50.00.00.00.00.0002 (27).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

- I - aplicar os recursos recebidos, bem como a contrapartida, conforme plano de aplicação aprovado pelo Município;
- II - ressarcir ao Município os recursos recebidos através deste convênio, bem como os rendimentos de aplicação financeira, quando comprovada a sua inadequada utilização ou saldo não utilizado;
- III - movimentar a realização das despesas em conta específica, dos recursos recebidos;
- IV - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
- V - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas se for o caso;
- VI - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo Município;
- VII - prestar contas no prazo de sessenta dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira;
- VIII - efetuar e manter o atendimento a todos os munícipes xavantinsenses, através de funcionários do Hospital São Lucas ou por outros profissionais credenciados e qualificados, sendo pessoal administrativo, profissionais da área de medicina e/ou pessoal de apoio (enfermeiras), ainda que mediante plantão ou sobreaviso, de forma gratuita nos casos de emergência e urgência.

Parágrafo único. Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no item VII e atender o disposto na Instrução Normativa n. 001/2014, de 09 de abril de 2014, da Coordenadoria de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO:

O FUNDO compromete-se à:

- I - Liberar os recursos, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:
 - a) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas;
 - b) quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.
- II - Acompanhar a execução do objeto através de visitas in loco e fiscalizações periódicas;
- III - Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será extinto:

- I - pela conclusão do seu objeto;
- II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de trinta dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de extinção, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena

de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em três vias, perante as testemunhas abaixo firmadas.

Xavantina (SC), 16 de Janeiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS
--------------------------	---

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Nome: Joselino Luiz Naissinger	Nome: Tiago Brandelero
CPF: 047.840.569-39	CPF: 044.852.339-60

DECRETO 008/2015

DECRETO Nº 008/2015

FIXA PREÇOS PARA A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DURANTE A REALIZAÇÃO DA 3ª EXPOXAVANTINA, ESTABELECE REQUISITOS PARA SUA UTILIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando as festividades alusivas aos 51 anos de Emancipação Político-Administrativa de Xavantina, que acontecem no período de 30 de Janeiro de 2015 a 01 de Fevereiro de 2015;

Considerando que dentre as festividades está previsto a realização da 3ª ExpoXavantina, no período de 30 de Janeiro de 2015 a 01 de Fevereiro de 2015, assim como, o disposto na Lei nº 1413/2014 e a necessidade de fixar critérios para organização da feira, em especial no que tange a ocupação dos espaços públicos destinados aos expositores;

Considerando que a feira tem como principal objetivo o incentivo ao desenvolvimento da indústria, comércio e pecuária do Município;

DECRETA:

Art. 1º A ocupação dos espaços públicos destinados aos expositores durante a realização da 3ª ExpoXavantina, será disciplinada pela Comissão Organizadora, nomeada pelo Decreto nº 007/2015, observando-se o disposto neste Decreto.

Art. 2º Os espaços disponíveis constam dos anexos deste Decreto e terão os seguintes preços, para a ocupação durante todo o evento:

I - Espaços Internos de nº 01 à 41 (3m X 3m), situados dentro do Ginásio de Esportes (Pavilhão do Comércio):

- a) para os expositores do Município será gratuito;
- b) para expositores de outros municípios, o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

II - Espaços Externos de nº 42 à 78 (com metragens variadas de acordo com o Anexo Único), os quais serão cobertos por lona:

- a) para os expositores do Município, será gratuito o espaço e será fornecido uma lona de forma gratuita;
- b) para expositores de outros municípios, o valor de R\$ 500,00

(quinhentos reais), sendo gratuito o espaço e uma lona;
c) para expositores de outros municípios, que tiverem a sua própria estrutura de lona, a mesma poderá ser instalada na feira sem custo.

III - Praça de Alimentação (04 box's medindo 3m X 3m cada), para comerciantes do Município será gratuito, não sendo permitida a venda de qualquer tipo de bebida.

IV - Não será permitido para comerciantes de fora do Município a venda de bebidas ou alimentos nos dias da realização da feira.

§ 1º Primeiramente serão disponibilizados espaços para os expositores do Município, após, havendo ainda espaços disponíveis, será disponibilizado para os interessados de outros Municípios, desde que em atividades inexistentes no município.

§ 2º O pagamento do uso do espaço deverá ser efetuado em parcela única, nas datas dispostas neste decreto, mediante depósito identificado na conta corrente nº 6561-7, agência nº 4601-9 do Banco do Brasil e apresentação de comprovante original ou envio de comprovante no email: expo@xavantina.sc.gov.br até a data do dia 27 de Janeiro de 2015.

§ 3º Os valores arrecadados serão investidos na realização do evento.

§ 4º Os espaços deverão ser utilizados para divulgar o produto ou serviço produzido ou comercializado pelo interessado, podendo a Comissão Organizadora indeferir inscrições que não atenderem os objetivos e finalidades do evento.

§ 5º Os espaços definidos nos anexos deste decreto, contam com fornecimento de energia elétrica, água e acesso à internet, sendo que os interessados deverão efetuar a ligação do ponto de fornecimento até o respectivo espaço.

Art. 3º Os interessados do Município de Xavantina, deverão efetuar as inscrições até o dia 21 de Janeiro de 2015.

Art. 4º A distribuição dos espaços de que trata o artigo anterior será efetuada pela comissão organizadora, no dia 23 de Janeiro de 2015, na Prefeitura de Xavantina, às 15:00hrs.

Art. 5º Os interessados em adquirir mais de um espaço, deverão manifestar sua intenção até o dia 21 de Janeiro de 2015 e efetuar o pagamento dos valores até o dia 23 de Janeiro de 2015.

Art. 6º Os interessados de outros Municípios, deverão efetuar as inscrições até o dia 21 de Janeiro de 2015.

Art. 7º A distribuição dos espaços de que trata o artigo anterior será efetuada comissão organizadora, no dia 23 de Janeiro de 2015, na Prefeitura de Xavantina, às 15:00hrs, cujo pagamento deve acontecer no período de 23 à 27 de Janeiro de 2015.

Art. 8º Se houver um número de interessados superior ao número de vagas disponibilizadas, será dada prioridade pela ordem de inscrição.

Art. 9º O interessado que não apresentar o comprovante de depósito até a data de 27 de Janeiro de 2015, terá sua inscrição desconsiderada, a qual será aberta para outros interessados, sem necessidade de sorteio.

Art. 10. Nos espaços em que não houver infra-estrutura, o expositor deverá por sua conta montar o stand de exposição, segundo os seus critérios, nos padrões da feira, cabendo ao Município, através da Comissão Organizadora, fiscalizar para que a delimitação

do espaço concedido não seja extrapolado e que o conteúdo do expositor não ofenda aos bons costumes e aos objetivos da Feira.

Parágrafo único. Os stands e demais equipamentos deverão ser instalados sem danificar o local.

Art. 11. O Município ou a Comissão organizadora não se responsabilizam pela segurança ou danos que possam ocorrer aos expositores ou entre esses e terceiros.

Art. 12. Durante a realização do evento o expositor deverá manter seu espaço devidamente organizado e em condições adequadas, de forma a se tornar atraente e apresentável ao público visitante, assim com, não poderá interferir ou prejudicar os demais expositores.

Parágrafo único. O expositor que estiver em desacordo com o estabelecido neste Decreto ou que não acatar as recomendações da Comissão Organizadora poderá perder o direito de continuar explorando o local, devendo retirar seus pertences e desocupar o espaço o qual poderá ser disponibilizado a outro eventual interessado.

Art. 13. Até 24 (vinte e quatro) horas após o final do evento o expositor deverá recolher todo seu material e demais pertences, assim como eventual entulho ou lixo, devendo devolver o espaço livre de qualquer objeto ou embarço, nas mesmas condições que recebeu.

Art. 14. Eventuais danos ou prejuízos que o expositor tenha causado ao Município ou a terceiros deverá ser ressarcido no prazo a ser estabelecido pela Comissão Organizadora.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 05 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 009/2015

DECRETO Nº 009/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.422, de 14 de Janeiro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
--

Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras

Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento
--

Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0024 CR (95)

R\$.....	
.....	
.....	245.850,00
TO TAL.....	
.....	
.....	245.850,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de transferências de convênios - União/Outros, termo de compromisso nº 789541/2013-SC, processo nº 2623.1007921-67/2013, na fonte de recurso 03.0024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 010/2015

DECRETO Nº 010/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.423, de 14 de Janeiro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0024 CR (95)	
R\$.....	
.....	
.....	245.850,00
TO TAL.....	
.....	
.....	245.850,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de transferências de convênios - União/Outros, termo de compromisso nº 800155/2013-SC, processo nº 2623.1013910-15/2013, na fonte de recurso 03.0024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 011/2015

DECRETO Nº 011/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.424, de 14 de Janeiro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 83.439,53 (oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e três centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 CR (60)	
R\$.....	
.....	
.....	83.439,53
TO TAL.....	
.....	
.....	83.439,53

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de transferências de convênios - União/Outros, na fonte de recurso 01.0024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 012/2015

DECRETO Nº 012/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.425, de 14 de Janeiro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 CR (60)	
R\$.....	
.....	110.000,00
TO TAL.....	
.....	110.000,00
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de transferências de convênios - União/Outros, contrato de repasse nº 814381/2014/Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa/Processo nº 2623.1022043-26/2014, na fonte de recurso 01.0024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 013/2015

DECRETO Nº 013/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.426, de 14 de Janeiro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 121.618,64 (cento e vinte e um mil, seiscentos e deztoitos reais e sessenta e quatro centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0089 CR (93)	
R\$.....	
.....	30.000,00
.....	
Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0089 CR (94)	

R\$.....	
.....	91.618,64
TO TAL.....	
.....	121.618,64
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos de alienação de bens - 03.0089.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1422

LEI Nº 1422, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0024 CR (95)	
R\$.....	
.....	245.850,00
TO TAL.....	
.....	245.850,00
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de transferências de convênios - União/Outros, termo de compromisso nº 789541/2013-SC, processo nº 2623.1007921-67/2013, na fonte de recurso 03.0024.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1423

LEI Nº 1423, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0024 CR (95)	
R\$.....	
.....	
.....	245.850,00
TO TAL.....	
.....	
.....	245.850,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de transferências de convênios - União/Outros, termo de compromisso nº 800155/2013-SC, processo nº 2623.1013910-15/2013, na fonte de recurso 03.0024.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1424

LEI Nº 1424, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 83.439,53 (oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e três

centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 CR (60)	
R\$.....	
.....	
.....	83.439,53
TO TAL.....	
.....	
.....	83.439,53

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de transferências de convênios - União/Outros, na fonte de recurso 01.0024.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1425

LEI Nº 1425, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 CR (60)	
R\$.....	
.....	
.....	110.000,00
TO TAL.....	
.....	
.....	110.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de transferências de convênios - União/Outros, contrato de repasse nº 814381/2014/Ministério

do Desenvolvimento Agrário/Caixa/Processo nº 2623.1022043-26/2014, na fonte de recurso 01.0024.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1426

LEI Nº 1426, DE 14 DE JANEIRO DE 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 121.618,64 (cento e vinte e um mil, seiscentos e deztoitos reais e sessenta e quatro centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0089 CR (93)	
R\$.....	
.....	
.....	30.000,00
Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0089 CR (94)	
R\$.....	
.....	
.....	91.618,64
TO TAL.....	
.....	121.618,64
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos de alienação de bens - 03.0089.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1427

LEI Nº 1427, DE 14 DE JANEIRO DE 2015
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REMANEJAR E AMPLIAR GASTOS COM A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AOS 51 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Xavantina a remanejar os valores excedentes e ampliar os gastos na ordem de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), além dos já autorizados pela Lei Municipal nº 1413 de 09 de Dezembro de 2014, para melhor atender as necessidades na realização das Festividades Alusivas aos 51 Anos de Emancipação Político-Administrativa do Município de Xavantina (3ª ExpoXavantina), a serem realizadas no período de 30 de janeiro à 01 de fevereiro de 2015, conforme plano de trabalho em anexo único.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento municipal vigente no Exercício de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1428

LEI Nº 1428, DE 14 DE JANEIRO DE 2015
AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADE, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios para o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS ESPORA E MANGO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Linha Rio Claro, Xavantina, SC, devidamente inscrito no CNPJ nº 00.719.181/0001-00, do valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para fins de aquisição de premiação como troféus e medalhas, na realização da 11ª edição interestadual do Rodeio Crioulo de Xavantina, nos dias 07 e 08 Fevereiro de 2015.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PE 01/2015 PMXV

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015 PMXV

Objeto: Aquisição de alimentos para preparação de merenda escolar para alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino infantil e fundamental, conforme especificações constantes no ANEXO "A" deste Edital. Forma de Pregão: Eletrônico. Tipo: Menor Preço por Item. Recebimento das propostas: até às 08:00 horas do dia 29/01/2015. Início da Sessão: 29/01/2015, às 09:00 horas, no endereço eletrônico <http://cidadecompras.cnm.org.br>, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites <http://cidadecompras.com.br> e www.xavantina.sc.gov.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Xavantina, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 19 de janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

PORTARIA 001/2015

PORTARIA Nº 001/2015

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais, a contar das datas e períodos aquisitivos, a saber:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Acacio Molozzi	Motorista	09/09/13 a 08/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Ana Chiossi Mirandolli	Agente de Atividades Gerais	02/07/13 a 01/07/14	05/01/15 a 03/02/15
Camila Tortelli	Assessor de Direção	25/04/13 a 24/04/14	05/01/15 a 03/02/15
Edinéia Fatima Paludo	Professor 40h	27/12/12 a 26/12/13	05/01/15 a 03/02/15

Elenir Ticiani	Professor 40h	11/02/13 a 10/02/14	05/01/15 a 03/02/15
Fabiano Giroto	Assessor Esportivo	15/01/14 a 14/01/15	05/01/15 a 03/02/15
Gilvian Garbini	Agente de Atividades Gerais	01/10/13 a 30/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Ivaci Salete Giarretta Dellazzari	Professor 20h	27/12/13 a 26/12/14	05/01/15 a 03/02/15
Ivaci Salete Giarretta Dellazzari	Professor 20h	27/12/13 a 26/12/14	05/01/15 a 03/02/15
Ivonete Terezi-nha Vivan	Professor 20h	16/09/13 a 15/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Joselaine Schmidt	Agente de Atividades Gerais	10/09/13 a 09/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Juliana Canton	Nutricionista 25h	11/09/13 a 10/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Kelin Mari Martini	Professor 20h	16/09/13 a 15/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Leonice Gazzola Dal Bello	Agente de Atividades Gerais	08/03/13 a 07/03/14	05/01/15 a 03/02/15
Lorizane Moretto Balen	Professor 40h	25/12/13 a 24/12/14	05/01/15 a 03/02/15
Lucivane Regina Ongaratto	Professor Normalista 40h	27/12/13 a 26/12/14	05/01/15 a 03/02/15
Maite Aparecida Bicigo Lussi	Professor Língua Estrangeira 20h	16/09/13 a 15/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Nelize Forest Testa	Professor 20h	01/05/13 a 30/04/14	05/01/15 a 03/02/15
Oseias Casonatto	Motorista	10/09/13 a 09/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Patrícia Moterle	Professor 20h	16/09/13 a 15/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Rosalina Schmidt	Assessor de Direção Escolar	04/02/13 a 03/02/14	05/01/15 a 03/02/15
Rosiani Pelisson	Assessor de Direção	16/04/13 a 15/04/14	05/01/15 a 03/02/15
Simone Bicigo	Professor de Educação Física 20h	16/09/13 a 15/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Sueli Tortelli Trevisan	Professor 20h	27/12/13 a 26/12/14	05/01/15 a 03/02/15
Thais Luana Triaca	Professor de Educação Física 20h	16/09/13 a 15/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Thuane Gandolfi	Assessor de Direção Escolar	13/06/13 a 12/06/14	05/01/15 a 03/02/15
Zeleti Maria Fasolo Bicigo	Merendeira	10/09/13 a 09/09/14	05/01/15 a 03/02/15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 05 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativo

PORTARIA 002/2015

PORTARIA Nº 002/2015

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais, a contar das datas e períodos aquisitivos, a saber:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Adriane Forest Chiossi	Agente Comunitário de Saúde	04/11/13 a 03/11/14	05/01/15 a 03/02/15
Ane Caroline de Oliveira da Luz	Psicóloga 40h	16/09/13 a 15/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Celso Mota Pereira	Fonoaudiólogo	12/09/13 a 11/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Cleusa Ana Polli Nardino	Agente Comunitário de Saúde	04/11/12 a 03/11/13	05/01/15 a 03/02/15
Dilce Buffon Triaca	Agente Comunitário de Saúde	03/03/12 a 02/03/13	05/01/15 a 03/02/15
Eliane Dall Acqua	Agente Comunitário de Saúde	18/04/12 a 17/04/13	05/01/15 a 03/02/15
Eronilda da Silva Polli	Agente Comunitário de Saúde	18/04/12 a 17/04/13	05/01/15 a 03/02/15
Gean Paulo Mores	Agente Comunitário de Saúde	09/09/13 a 08/09/13	05/01/15 a 03/02/15
Gersiane Ciotta	Assistente Social	14/08/13 a 13/08/14	05/01/15 a 03/02/15
Jean Fernando Gandolfi	Agente Comunitário de Saúde	01/11/13 a 31/10/14	05/01/15 a 03/02/15
Karine Rossetto	Técnico de Enfermagem	03/11/13 a 02/11/14	05/01/15 a 03/02/15
Marcio Ivan de Oliveira Gonzalhes	Médico	10/09/13 a 09/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Marilde Dreon	Diretor	04/02/13 a 03/02/14	05/01/15 a 03/02/15
Marilene Justina Fazolo Seghetto	Agente de Atividades Gerais	01/04/12 a 31/03/13	05/01/15 a 03/02/15
Maritania Mariana da Veiga	Agente Comunitário de Saúde	09/09/13 a 08/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Meryen Andrine Renostro Martins de Quadros	Psicóloga	23/03/13 a 22/03/14	05/01/15 a 03/02/15
Monica Carpi da Silveira	Agente Comunitário de Saúde	09/09/13 a 08/09/14	05/01/15 a 03/02/15
Patricia Carla Breda	Patricia Carla Breda	12/11/13 a 11/11/14	05/01/15 a 03/02/15
Patricia Moraes de Sousa	Atendente de Unidade	22/03/13 a 21/03/14	05/01/15 a 03/02/15
Roberto Carlos Garghetti	Motorista	02/01/13 a 01/01/14	05/01/15 a 03/02/15
Ronei Paulo Bergamin	Agente Comunitário de Saúde	06/02/13 a 05/02/13	05/01/15 a 03/02/15
Taciane Karine Faia	Auxiliar de Odontólogo	04/05/13 a 03/05/14	05/01/15 a 03/02/15
Tatiane Fiorese Marostica	Agente Comunitário de Saúde	03/02/12 a 02/02/13	05/01/15 a 03/02/15
Terezinha Aparecida de Souza Triaca	Agente Comunitário de Saúde	09/09/13 a 08/09/14	05/01/15 a 03/02/15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 05 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativo

PORTARIA 003/2015

PORTARIA Nº 003/2015

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais, a contar das datas e períodos aquisitivos, a saber:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Dirceu Ravadelli	Auxiliar Agropecuario	18/02/13 a 17/02/14	05/01/15 a 09/01/15 = 05 dias
Dirceu Ravadelli	Auxiliar Agropecuario	18/02/14 a 17/02/15	12/01/15 a 07/02/15 = 25 dias
Lady Gris	Médico Veterinário	07/11/12 a 06/11/13	12/01/15 a 10/02/15 = 30 dias
Marilete Luisa Passarella Viero	Agente de Atividades Gerais	13/09/13 a 12/09/14	05/01/15 a 03/02/15 = 30 dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 05 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativo

PORTARIA 004/2015

PORTARIA Nº 004/2015

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais,

a contar das datas e períodos aquisitivos, a saber:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Diego Frana	Auxiliar de Operador	26/01/13 a 25/01/14	05/01/15 a 09/01/15 = 05 dias
Diego Frana	Auxiliar de Operador	26/01/14 a 25/01/15	12/01/15 a 05/02/15 = 25 dias
Gilmar Luiz Batistella	Diretor	18/03/13 a 17/03/14	05/01/25 a 12/01/15 = 08 dias
Gilmar Luiz Batistella	Diretor	18/03/14 a 17/03/15	13/01/15 a 03/02/15 = 22 dias
Nicanor Vicente Pansera	Operador de Trator de Esteiras	04/05/13 a 03/05/14	12/01/15 a 24/01/15 = 13 dias
Nicanor Vicente Pansera	Operador de Trator de Esteiras	04/05/14 a 03/05/15	25/01/15 a 10/02/15 = 17 dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 05 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativo

PORTARIA 005/2015

PORTARIA Nº 005/2015

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais, a contar das datas e períodos aquisitivos, a saber:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Clancelise Buratti Dall Bello	Agente de Atividades Gerais	23/03/13 a 22/03/14	05/01/15 a 03/02/15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 05 de Janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativo

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 002 - AGRICULTURA FAMILIAR

AVISO CHAMADA PÚBLICA 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito em exercício COMUNICA que encontra-se aberta a Chamada Pública nº 02/2015, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e de empreendedor familiar rural ou suas organizações, em atendimento a Lei 11.947/2009 de 16/06/2009, resolução CD/FNDE nº 26 de 17/06/2013. O recebimento da documentação e do projeto de venda ocorrerá até o dia 02 de fevereiro de 2015, até às 17h: 00min, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Xaxim - SC. A abertura da sessão para análise será no dia 03 de fevereiro de 2015 as 09h:00min. Maiores informações pelo fone: (49)33538200. Cópia completa do Edital disponível no site oficial do Município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim - SC, 16 de janeiro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em exercício

AVISO DE DISPENSA 003/2015 - PM

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015

HOMOLOGAÇÃO: 16/01/2015

CONTRATADO: RUDIMAR R. GALVAN & CIA LTDA ME- CNPJ

02.088.717/0003-24

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL HINO XAXIM - SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7070,00 (SETE MIL E SETENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 16/02/2015

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

XAXIM, 16/01/2015

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO 029

DECRETO Nº 029/2015.

Suspende pelo prazo de 1 (um) ano o art. 154 da Lei complementar nº 148/2014 e dá outras providências.

Considerando que, a Lei complementar nº 148/2014, em seu art. 154, descreve que "Art. 154. Somente será concedido alvará de licença, mediante apresentação do alvará de habite-se."

Considerando que, o art. 156 da mesma lei dispõe que "Art. 156. Não se aplicam as normas estabelecidas no presente Código, exceto o definido na Subseção IV, Seção III, deste Capítulo, aos

estabelecimentos em funcionamento, na data de publicação desta.” (grifamos)

Considerando que, devido à falta de poder de polícia verificada em gestões passadas, por incrível que pareça, a maioria das construções existente no Município não possuem carta de habite-se, ou antes mesmo disso, alvará de construção;

Considerando que, muitos Contabilistas que estão dando abertura à novas empresas, tem encontrado dificuldade em dar andamento à documentação necessária;

Considerando que, a não abertura de estabelecimentos comerciais, poderia resultar em prejuízo ao interesse público, haja vista a não geração de emprego e renda que ocasionaria;

Considerando que, seria excesso de formalismo e agarrar-se ao positivismo extremo, exigindo que todos as construções existentes no município, de um momento para outro, providenciassem a respectiva carta de habite-se, ferindo-se assim o princípio da eficiência, pois o setor competente para a emissão de tais, devido à escassez de servidores, ficaria praticamente inoperante, ante a enxurrada de pedidos;

Considerando que, se o art. 156 prevê a possibilidade de não aplicação aos estabelecimentos em funcionamento, não seria muito diverso do uma empresa iniciar suas atividades em um imóvel também sem habite-se, em situação idêntica aos que já estão com as atividades em andamento;

Considerando que, manter tal exigência poderia fazer com que empresas deixassem de ser de fato instaladas no Município, indo-se assim, de encontro ao que rege o art. 170 da Constituição Federal;

Considerando que, mesmo havendo o regramento, Marçal Justen Filho, leciona que os princípios são a viga-mestra da Administração Pública:

[...] o direito não estabelece uma conduta determinada como obrigatória, vedada ou facultada. A escolha da conduta a ser adotada dependerá das circunstâncias, o que não equivalerá a consagrar a liberdade para o agente escolher como bem entender. Nessas situações, pode haver alguma autonomia de escolha quanto ao meio a adotar, e os princípios serão o instrumento normativo adequado para evitar escolhas inadequadas. [...] Com algum exagero, poder-se-ia afirmar que os princípios possuem influencia mais significativa no direito administrativo do que no direito privado. (JUSTEN FILHO, 2012, p. 108) (Grifamos)

Considerando que, o art. 358 da Lei Complementar nº 148/2014, prevê a possibilidade do Ente Público regulamentar as disposições de tal lei;

DECRETA:

Art. 1º. Quando da solicitação de alvará de funcionamento com a finalidade de criação de empresa nova, renovação ou alteração, fica suspensa a exigência da carta de habite-se prevista no art. 154 da Lei Complementar nº 148/2014.

Art. 2º. O presente regramento tem vigência até o dia 31 de dezembro de 2015, no qual após esta data, serão reestabelecidos os efeitos do art. 154 da Lei Complementar nº 148/2014.

Parágrafo único. É condição sinequa non para que as empresas estejam autorizadas a dar andamento ao empreendimento no ano de 2016 em diante, que providenciem a regularização, com a obtenção do habite-se do imóvel onde estão sediadas, até a data prevista no 'caput', sob pena da tomada de medidas administrativas cabíveis, dentre as quais, a interdição do imóvel.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 16 de janeiro de 2015.
Luis Felipe Diniz Fagundes
Prefeito Municipal e.e.

Publicado e registrado em data supra

Fabio José Dal Magro
OAB/SC 20.041 - Procurador-geral

Consórcios

ARIS

TERMO DE REVOGAÇÃO 001/2015- PROCESSO LICITATÓRIO 65/2014

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 001/2015
Processo Licitatório nº 65/2014
Pregão Presencial nº 05/2014

Objeto: Contratação de operadora para realização de concurso público.

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS comunica que em virtude de inúmeros questionamentos e dúvidas geradas acerca do edital de licitação de Pregão nº 05/2014, tornou-se inviável o prosseguimento do processo licitatório em comento. Desta forma, em observância aos princípios basilares da Constituição e da lei 8.666/93, o processo foi submetido à decisão da autoridade competente, em conformidade com o que dispõe o artigo 49 da lei 8.666/93, que decidiu pela REVOGAÇÃO do certame.

Florianópolis, 09 de janeiro de 2015.
Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

Ricardo Martins
Presidente Comissão Licitação

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2015 - MATERIAIS DE EXPEDIENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0002/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais de Expediente e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira e para o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o período de 04 de fevereiro à 30 de abril de 2015. JULGAMENTO: Menor Preço ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 19/01/2015 até às 09:00 horas do dia 29/01/2015. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 29/01/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 29/01/2015. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bll.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 16 de janeiro de 2015.

Elói Rönnau - Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

CONTRATO Nº 021/2014 - COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE EFLUENTES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2014

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Preserve Ambiental Ltda.

OBJETO: Coleta, transporte, tratamento e disposição final de efluentes.

VALOR: R\$15.980,00 (quinze mil e novecentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos

Timbó, 30 de dezembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 117, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 117, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$10.825,93.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$10.825,93 (dez mil e oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e três centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.006.0013.0392.0005.2006 - Gestão de Cultura	
3390000000000000 - Aplicações	
Diretas	R\$1.128,39
To tal.....	
.....	R\$1.128,39

03.004.0018.0541.0007.2004 - Gestão Ambiental e de Recursos Naturais	
3390000000000000 - Aplicações	
Diretas	R\$9.219,04
To tal.....	
.....	R\$9.219,04

03.001.0004.0122.0001.2001 - Manutenção das Atividades	
4490000000000000 - Aplicações	
Diretas	R\$478,50
To tal.....	
.....	R\$478,50

To tal.....	
.....	R\$10.825,93

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 29 de dezembro de 2014.

Hartwig Persuhn
Presidente

CIS/AMFRI

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAI - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO.

O Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, composto por dez municípios, sendo Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, inscrito no CNPJ sobre n.º 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, n.º 1655 - Bairro São Vicente no município de Itajaí-SC, fone (047)3404-8000 com dados na pagina www.amfri.org.br, faz, de acordo com disposto no Protocolo de Intenções, o seu Estatuto e ainda com a Lei Federal nº. 11.107 de 06/04/2005 e no cumprimento do disposto no art. 25 c/c art. 34 § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como ao disposto na Portaria n. 1606/GM/2001 c/c Resolução CIS-AMFRI n. 04/2013, o Chamamento Público para ingresso de interessados na modalidade Credenciamento, sendo pessoas física e jurídica, da área da saúde, para prestação de serviços de acordo com a Tabela Descritiva do CIS-AMFRI, bem como para apresentação dos documentos constantes no presente Edital para as empresas já credenciadas. A relação de preços, documentos necessários para o Credenciamento e demais informações poderão ser encontradas no sítio eletrônico acima referido, ou ainda, na sede do Consórcio.

Itajaí/SC, 15 de Janeiro de 2015.

Ana Paula da Silva
Presidente do CIS-AMFRI

Célio José Bernardino
Diretor Administrativo - CIS-AMFRI

Edital de Notificação

ABDON BATISTA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8320 118/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8320 118/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIC9429	55616359D	24/01/2013	65992	230 * V	191.53
MIC9429	55616360D	24/01/2013	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ABDON BATISTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8320 126/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8320 126/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EXD7409	55616354D	23/01/2013	50100	162 * I	574.61
EXD7409	55616356D	23/01/2013	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ABDON BATISTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8320 133/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8320 133/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AML2322	55616112D	17/09/2013	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ABDON BATISTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8320 137/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8320 137/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFA4377	55616128D	10/03/2014	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ABDON BATISTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI
DELEGADO DE POLICIA

ARROIO TRINTA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 100/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 100/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZV0779	55227258A	16/06/2007	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 113/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 113/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXA4954	55227120A	28/03/2008	65300	228	127.69
MFE3443	55227295A	27/04/2008	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 12/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 12/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYR5253	55041836	26/03/1998	54440	181 * VII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 124/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 124/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MVY7568	55227073A	17/11/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 127/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 127/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCV5231	55227134A	05/06/2008	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 13/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 13/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXT0167	55041798	03/04/1998	55170	181 * XIV	127.69
LYH8895	55041796	17/02/1998	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 132/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 132/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDT6424	54864264C	18/04/2009	58350	195	127.69
MDT6424	54864257C	18/04/2009	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 138/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 138/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCH9740	54864290C	11/06/2009	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 14/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 14/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYH1666	55042056	19/09/1998	65800	230 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 144/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 144/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCK6254	54864325C	16/09/2009	73662	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 148/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 148/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXQ4432	54864349C	26/11/2009	54010	181 * III	127.69
MDH6494	54864347C	12/11/2009	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 15/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 15/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXU2769	55042060	23/11/1998	69120	232	53.20
LXU2769	55042060	23/11/1998	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 150/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 150/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKG1159	54864354C	11/12/2009	69200	233	127.69
MGE2142	54864356C	14/12/2009	69200	233	127.69
MHR8885	54864353C	10/12/2009	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 154/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 154/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX1864	54864358C	09/01/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 16/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 16/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAD8411	55042055	04/09/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 161/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 161/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWX0595	54864205C	13/07/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 162/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 162/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW7677	54864212C	29/07/2010	69200	233	127.69
LXR8396	54864207C	17/07/2010	65992	230 * V	191.53
LXR8396	54864211C	17/07/2010	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 165/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 165/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCN3490	54864221C	21/08/2010	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 167/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 167/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBP0022	54864241C	31/10/2010	66020	230 * VI	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 17/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 17/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADW6856	55042105	09/02/1999	58350	195	127.69
LXQ6789	55042065	01/12/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 18/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 18/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXJ9649	55042104	09/02/1999	58350	195	127.69
LXV9883	55042074	19/03/1999	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 182/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 182/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYZ0717	55227376A	16/04/2011	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 183/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 183/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DIN5850	54461652D	03/05/2011	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 19/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 19/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV1217	55042069	03/03/1999	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 193/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 193/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYN4809	54461622D	28/08/2011	65482	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 196/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 196/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALB7720	54461679D	25/09/2011	65482	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 20/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 20/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYZ4540	55042107	04/04/1999	65300	228	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 209/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 209/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBY5857	54461691D	23/11/2011	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 21/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 21/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD2761	55042080	01/05/1999	65800	230 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 212/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 212/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAV2985	54461810D	21/12/2011	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 213/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 213/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HPC8087	54461819D	29/12/2011	51851	167	127.69
MAK6381	54461758D	23/12/2011	52070	169	53.20
MAK6381	54461759D	23/12/2011	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 217/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 217/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAP9178	54461734D	17/12/2011	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 222/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 222/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXV3083	54461906D	16/02/2012	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 224/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 224/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYJ5227	54461739D	17/02/2012	50100	162 * I	574.61
LYJ5227	54461740D	17/02/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 229/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 229/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAD9860	54461763D	16/03/2012	67691	230 * XXII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 23/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 23/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAA5803	55042082	24/06/1999	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 230/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 230/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZE8100	54461748D	09/03/2012	51851	167	127.69
MCM8432	54461762D	16/03/2012	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 235/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 235/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYN9892	54461764D	20/03/2012	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 236/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 236/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZR9282	54462045D	26/04/2012	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 238/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 238/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZC7963	54462058D	30/04/2012	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 239/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 239/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXW4522	54461917D	27/04/2012	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 24/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 24/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADK5916	55042091	23/11/1999	54600	181 * IX	85.12
LZJ5807	55042261	29/10/1999	70300	244 * I	191.53
LZJ5807	55042261	29/10/1999	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 243/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 243/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBV8766	54462084D	20/05/2012	70640	244 * IV	191.53
MFR2848	54462085D	20/05/2012	70640	244 * IV	191.53
MGX1681	54462086D	20/05/2012	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 245/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 245/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MER1784	54462090D	28/05/2012	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 25/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 25/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYT4247	55042266	21/01/2000	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 255/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 255/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFO1565	54461930D	09/08/2012	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 256/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 256/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCI4277	54462055D	26/04/2012	70301	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 26/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 26/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAM2473	55042093	12/02/2000	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 268/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 268/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZR3445	55783053D	13/10/2012	50100	162 * I	574.61
LZR3445	55783101D	13/10/2012	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 269/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 269/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KQS0545	55783030D	13/10/2012	51851	167	127.69
MGR2696	55783034D	13/10/2012	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 27/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 27/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAA6552	55042134	03/06/2000	65300	228	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 271/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 271/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXB1573	55783124D	30/11/2012	50100	162 * I	574.61
LXB1573	55783125D	30/11/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 274/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 274/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKG2469	55783112D	10/11/2012	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 277/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 277/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BET1065	54461933D	09/11/2012	59670	203 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 28/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 28/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDX8130	55042100	13/06/2000	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 283/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 283/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJS0977	55783452D	26/01/2013	59670	203 * V	191.53
MJS0977	55783453D	26/01/2013	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 29/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 29/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYX4388	55042175	27/08/2000	54520	181 * VIII	127.69
LYX4388	55042176	27/08/2000	54100	181 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 293/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 293/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZS5181	55783476D	11/05/2013	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 294/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 294/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD2662	55783153D	01/05/2013	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 30/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 30/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGV6346	55042277	30/07/2000	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 300/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 300/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZL9906	54461955D	10/03/2012	65800	230 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 301/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 301/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AWA0113	55783479D	09/06/2013	50100	162 * I	574.61
AWA0113	55783480D	09/06/2013	65992	230 * V	191.53
AWA0113	55783481D	09/06/2013	66372	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 302/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 302/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZO3640	55783210D	29/07/2013	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 31/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 31/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZX5703	55042139	12/09/2000	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 310/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 310/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBJ4169	55783176D	22/10/2013	70721	244 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 313/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 313/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJD7178	55783232D	29/11/2013	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 314/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 314/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJD7178	55783236D	29/11/2013	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 317/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 317/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILP5084	55783207D	28/07/2013	50100	162 * I	574.61
ILP5084	55783208D	28/07/2013	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 32/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 32/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CLI2375	55042142	10/10/2000	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 320/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 320/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MJV7976 55783242D 31/12/2013 53800 181 * I 85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 323/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 323/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EQZ6390	55783200D	02/03/2014	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 33/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 33/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYM5112	55042287	28/09/2000	54870	181 * XI	127.69
LYM5112	55042287	28/09/2000	54100	181 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 332/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 332/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKA2910	55783372D	17/07/2014	73662	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 334/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 334/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZS5181	55783379D	02/08/2014	52152	170	191.53
LZS5181	55783382D	02/08/2014	58350	195	127.69
LZS5181	55783380D	02/08/2014	60760	210	191.53
LZS5181	55783381D	02/08/2014	70640	244 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 34/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 34/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDZ4580	55042652	02/02/2001	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 35/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 35/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXH7714	55042657	14/02/2001	65990	230 * V	191.53
LXH7714	55042658	14/02/2001	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 36/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 36/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZB7014	55042294	19/01/2001	69120	232	53.20
MAX5767	55042299	19/01/2001	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 37/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 37/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZN9367	55042662	03/04/2001	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 38/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 38/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKC1800	55042196	25/03/2001	69390	234	191.53
AKC1800	55042197	25/03/2001	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 39/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 39/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BWD6410	55042018	10/05/2001	54520	181 * VIII	127.69
BWD6410	55042018	10/05/2001	53800	181 * I	85.12
LYO7796	55042021	25/05/2001	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 40/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 40/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC9006	55042673	02/08/2001	50450	162 * V	191.53
LXS1351	55042663	07/04/2001	67690	230 * XXII	85.12
LYG0183	55042669	03/07/2001	55250	181 * XV	85.12
LZE1693	55042012	03/04/2001	67690	230 * XXII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 41/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 41/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IAV7440	55041904	04/08/2001	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 42/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 42/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAM0419	55042026	03/10/2001	54600	181 * IX	85.12
MBU2410	55042210	30/09/2001	65300	228	127.69
MIG0029	55042676	28/09/2001	50100	162 * I	574.61
MIG0029	55042676	28/09/2001	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 43/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 43/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYB1418	55042677	27/09/2001	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 44/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 44/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXK8741	55042678	19/11/2001	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 45/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 45/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBC6878	55042680	26/11/2001	65640	230 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 46/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 46/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC7924	55041906	10/12/2001	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 47/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 47/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU4526	55226903	04/03/2002	69200	233	127.69
MAE6814	55226902	04/03/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 48/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 48/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZX7976	55226911	11/05/2002	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 49/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 49/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL6137	55226920	13/06/2002	55250	181 * XV	85.12
LXT7297	55226919	17/06/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 50/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 50/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXP7279	55226927	08/07/2002	50370	162 * III	574.61
MEW7560	55226926	11/07/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 51/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 51/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABI9442	55226938	09/09/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 52/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 52/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MES7440	55226943	04/10/2002	54100	181 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 53/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 53/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYS4223	55226948	27/10/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 54/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 54/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZS9358	55226952	14/11/2002	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 55/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 55/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBY0538	55226953	19/11/2002	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 56/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 56/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBD7112	55226957	12/12/2002	69200	233	127.69
MAM8352	55226954	09/12/2002	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 57/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 57/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR2436	55226964	21/12/2002	55250	181 * XV	85.12
LZS1657	55226961	20/12/2002	55250	181 * XV	85.12
LZT6466	55226963	21/12/2002	65300	228	127.69
MAF9568	55226962	21/12/2002	65300	228	127.69
MBN7162	55226959	20/12/2002	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 58/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 58/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZF5476	55226970	05/03/2003	50450	162 * V	191.53
MAC4724	55226967	01/03/2003	50100	162 * I	574.61
MAQ0514	55226968	02/03/2003	50100	162 * I	574.61
MAQ0514	55226969	02/03/2003	65990	230 * V	191.53
MAQ0514	55226969	02/03/2003	66450	230 * X	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 59/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 59/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAB2248	55226971	09/03/2003	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 60/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 60/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AYS1111	55226974	17/03/2003	56570	182 * IX	85.12
IFF0410	55226973	16/03/2003	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 61/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 61/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASC6969	55226972	12/04/2003	66700	230 * XIII	127.69
ASC6969	55226972	12/04/2003	52740	175	191.53
BGM5717	55226977	13/04/2003	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 62/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 62/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAB1717	55226979	27/04/2003	54280	181 * V	191.53
LXG2315	55226978	29/04/2003	50370	162 * III	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 63/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 63/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYN7690	55226983	01/06/2003	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 64/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 64/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFX9010	55226984	17/06/2003	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 65/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 65/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYD7746	55226994	17/10/2003	69120	232	53.20
LYD7746	55226994	17/10/2003	65300	228	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 83/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 83/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZS5968	55227175	19/11/2005	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 85/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 85/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXI6166	55227188	15/03/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 86/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 86/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXH7940	55227205A	04/06/2006	69120	232	53.20
LXH7940	55227205A	04/06/2006	65480	229	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 88/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 88/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO2616	55227183	21/01/2006	69120	232	53.20
LZY9078	55227173	18/11/2005	65990	230 * v	191.53
LZY9078	55227172	18/11/2005	52150	170	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 90/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 90/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZQ3685	55227200A	12/11/2006	65990	230 * v	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 96/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 96/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCN3400	55227105A	26/01/2007	65990	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 98/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 98/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CKZ9127	55227223A	08/04/2007	65300	228	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 101/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 101/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIW0230	8769014277	29/10/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 103/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 103/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYA9109	8769014349	03/11/2010	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 105/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 105/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALS9310	8769016216	18/11/2010	74550	218 * I	85.12
BTM1577	8769018549	01/12/2010	74630	218 * II	127.69
DET5810	8769016190	17/11/2010	74550	218 * I	85.12
LZD3734	8769016142	12/11/2010	74550	218 * I	85.12
MBR8906	8769018564	05/12/2010	74550	218 * I	85.12
MCN3649	8769016087	14/11/2010	74550	218 * I	85.12
MDO3564	8769016095	17/11/2010	74630	218 * II	127.69
MDO3564	8769016099	18/11/2010	74550	218 * I	85.12
MDV8231	8769018599	04/12/2010	74550	218 * I	85.12
MFD0491	8769015236	09/11/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 108/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 108/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BYH8980	8769019355	19/12/2010	74550	218 * I	85.12
BYH8980	8769019357	19/12/2010	74630	218 * II	127.69
ILL4785	8769018651	08/12/2010	74550	218 * I	85.12
LXB6556	8769019281	11/12/2010	74630	218 * II	127.69
MAA1487	8769018646	07/12/2010	74550	218 * I	85.12
MCF3209	8769017505	27/11/2010	74630	218 * II	127.69
MDV8231	8769018633	06/12/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 11/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 11/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC6077	8769000674	09/04/2009	74550	218 * I	85.12
MDC4515	8769000648	06/04/2009	74550	218 * I	85.12
MHP1890	8769000738	19/04/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 110/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 110/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DPM6238	8769018569	06/12/2010	74550	218 * I	85.12
HQW3004	8769020336	31/12/2010	74550	218 * I	85.12
LZJ1172	8769020315	29/12/2010	74630	218 * II	127.69
MHI5060	8769020233	23/12/2010	74550	218 * I	85.12
MLN5599	8769019374	21/12/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 112/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 112/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKL6231	8769020257	25/12/2010	74550	218 * I	85.12
LYL0983	8769020260	25/12/2010	74550	218 * I	85.12
MDA1610	8769022143	06/01/2011	74550	218 * I	85.12
MIM3049	8769023141	17/01/2011	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 115/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 115/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFW9550	8769022187	10/01/2011	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 118/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 118/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAI3901	8769023127	16/01/2011	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 120/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 120/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILT6709	8769025363	30/01/2011	74550	218 * I	85.12
MAU2889	8769025294	28/01/2011	74630	218 * II	127.69
MJI1949	8769025431	05/02/2011	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 122/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 122/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZF3297	8769025440	06/02/2011	74550	218 * I	85.12
MCA1073	8769025438	06/02/2011	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 124/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 124/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAS8422	8769027755	02/03/2011	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 126/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 126/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HUN1553	8769010211	19/09/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 13/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 13/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYH5128	8769000629	04/04/2009	74550	218 * I	85.12
LZK7143	8769000809	27/04/2009	74550	218 * I	85.12
MDR5673	8769000670	12/04/2009	74550	218 * I	85.12
MDR5673	8769000690	12/04/2009	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 15/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 15/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAK9568	8769001209	17/05/2009	74550	218 * I	85.12
MEE2348	8769000901	07/05/2009	74550	218 * I	85.12

MGM1564 8769001238 18/05/2009 74550 218 * I 85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 17/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 17/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CCN5784	8769000820	02/05/2009	74550	218 * I	85.12
LZM2999	8769000813	28/04/2009	74630	218 * II	127.69
MAQ6988	8769000884	08/05/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 20/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 20/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DST3255	8769001349	28/05/2009	74630	218 * II	127.69
MCE1500	8769000844	03/05/2009	74550	218 * I	85.12
MFF4461	8769000718	13/04/2009	74550	218 * I	85.12
MFF4461	8769000740	13/04/2009	74550	218 * I	85.12
MGE6589	8769000873	10/05/2009	74550	218 * I	85.12
MGE6589	8769000911	10/05/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 22/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 22/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBD3776	8769001437	15/06/2009	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 24/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 24/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJP0055	8769001218	17/05/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 26/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 26/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCF5537	8769001523	03/07/2009	74550	218 * I	85.12
MDL3772	8769001628	24/07/2009	74630	218 * II	127.69
MEP3693	8769001612	16/07/2009	74630	218 * II	127.69
MFA2658	8769001581	07/07/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 28/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 28/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAS7467	8769001410	07/06/2009	74630	218 * II	127.69
MBD3776	8769001514	29/06/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 33/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 33/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEQ5351	8769001662	21/08/2009	74550	218 * I	85.12
MES5999	8769001858	23/09/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 35/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 35/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HPG2782	8769001623	23/07/2009	74550	218 * I	85.12
MBT6288	8769001877	21/09/2009	74630	218 * II	127.69
MCD3610	8769001702	05/09/2009	74550	218 * I	85.12
MCP2444	8769001789	15/09/2009	74550	218 * I	85.12
MCP2444	8769001796	19/09/2009	74550	218 * I	85.12
MCP2444	8769001837	19/09/2009	74550	218 * I	85.12
MDV9371	8769000880	06/05/2009	50020	257 8\$	127.69
MEK7372	8769000726	15/04/2009	50020	257 8\$	85.12
MFH3728	8769001720	04/09/2009	74630	218 * II	127.69
MFJ2563	8769001650	17/08/2009	74550	218 * I	85.12
MFV7450	8769000741	13/04/2009	50020	257 8\$	85.12
MGQ1454	8769001636	30/08/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 37/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 37/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYJ7137	8769001509	03/07/2009	50020	257 8\$	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 40/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 40/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBI9623	8769001839	21/09/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 42/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 42/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IMC8256	8769002034	08/11/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 44/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 44/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DMG4715	8769002001	17/10/2009	74550	218 * I	85.12
LXR8396	8769001916	03/10/2009	74630	218 * II	127.69
LXR8396	8769001919	04/10/2009	74630	218 * II	127.69
MGD8428	8769001845	30/09/2009	74550	218 * I	85.12
MGU6594	8769001529	06/07/2009	50020	257 8S	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 46/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 46/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDO6973	8769001953	11/10/2009	74550	218 * I	85.12
MGS8745	8769001965	09/10/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 48/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 48/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDH6494	8769002057	05/11/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 50/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 50/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFC9377	8769001818	18/09/2009	74550	218 * I	85.12
MKS1960	8769002177	29/11/2009	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 53/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 53/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC6077	8769001800	20/09/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 56/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 56/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALV1993	8769002247	06/12/2009	74550	218 * I	85.12
LXN9554	8769002249	06/12/2009	74630	218 * II	127.69
LXT6580	8769002105	23/11/2009	74550	218 * I	85.12
LYB7346	8769002184	30/11/2009	74550	218 * I	85.12
MBJ3651	8769002197	06/12/2009	74550	218 * I	85.12
MFF4725	8769002109	24/11/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 58/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 58/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXA5204	8769002432	01/01/2010	74550	218 * I	85.12
MEW8796	8769002327	10/12/2009	74550	218 * I	85.12
NBO0329	8769002314	16/12/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 6/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 6/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAR2560	8769000581	05/04/2009	74550	218 * I	85.12
MAR2560	8769000636	05/04/2009	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 60/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 60/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZA7289	8769002426	30/12/2009	74550	218 * I	85.12
LZO0422	8769002674	04/02/2010	74550	218 * I	85.12
MHX3270	8769002532	20/01/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 63/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 63/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXQ0597	8769002172	27/11/2009	74550	218 * I	85.12
MGK6809	8769002463	06/01/2010	74550	218 * I	85.12
MGL5317	8769002224	01/12/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 65/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 65/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEO2698	8769002818	25/02/2010	74550	218 * I	85.12
ALB2096	8769002826	28/02/2010	74550	218 * I	85.12
KFN6574	8769002694	06/02/2010	74550	218 * I	85.12
MFE7857	8769002752	11/02/2010	74550	218 * I	85.12
MHD3663	8769002833	22/02/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 67/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 67/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANQ9245	8769003028	18/03/2010	74630	218 * II	127.69
ARR8844	8769002805	23/02/2010	74550	218 * I	85.12
KFN6574	8769002848	27/02/2010	74550	218 * I	85.12
LXD1248	8769002726	11/02/2010	74550	218 * I	85.12
MBW0409	8769002983	14/03/2010	74550	218 * I	85.12
MFG1297	8769002914	10/03/2010	74630	218 * II	127.69
MFN8692	8769002985	14/03/2010	74550	218 * I	85.12
MHD3004	8769002860	08/03/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 69/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 69/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBV9526	8769002987	14/03/2010	74550	218 * I	85.12
MFJ2855	8769003087	30/03/2010	74550	218 * I	85.12
MHE0215	8769003091	30/03/2010	74550	218 * I	85.12
MHE0215	8769003136	08/04/2010	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 72/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 72/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CIY5027	8769026020	05/06/2010	74710	218 * III	574.61
LXQ7969	8769003182	23/04/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 74/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 74/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANN7700	8769003160	16/04/2010	74550	218 * I	85.12
KFN6574	8769002420	28/12/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 76/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 76/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIK8379	8769010815	17/06/2010	74630	218 * II	127.69
AIK8379	8769010823	19/06/2010	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 78/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 78/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMI7563	8769026178	12/07/2010	74550	218 * I	85.12
LZI4521	8769003172	16/04/2010	74550	218 * I	85.12
MBB6494	8769003176	17/04/2010	74630	218 * II	127.69
MDC4969	8769010811	14/06/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 80/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 80/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DVB0919	8769000704	11/04/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 83/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 83/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKX5232	8769002684	07/02/2010	74630	218 * II	127.69
BTF1669	8769010949	13/08/2010	74550	218 * I	85.12
MGH8528	8769002683	07/02/2010	74550	218 * I	85.12
MGT7667	8769026367	01/08/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 85/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 85/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGL1886	8769026310	26/07/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 87/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 87/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKO8821	8769003149	10/04/2010	74550	218 * I	85.12
MBF3974	8769002357	28/12/2009	74550	218 * I	85.12
MGK2034	8769001823	19/09/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 89/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 89/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IGM0565	8769002377	30/12/2009	74550	218 * I	85.12
KUU8041	8769002606	28/01/2010	74550	218 * I	85.12
LXT3236	8769002709	16/02/2010	74550	218 * I	85.12
LYZ1469	8769012181	12/10/2010	74550	218 * I	85.12
MCT1093	8769013063	14/10/2010	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8769 9/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 9/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDC9019	8769000576	03/04/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 91/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 91/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASZ9000	8769013079	15/10/2010	74630	218 * II	127.69
LXT3645	8769002692	06/02/2010	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 93/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 93/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCT1093	8769013817	27/10/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 95/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 95/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILW3810	8769011489	18/09/2010	74630	218 * II	127.69
MDX6809	8769013798	26/10/2010	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 97/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 97/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DFV1906	8769013055	16/10/2010	74550	218 * I	85.12
LXB6556	8769013804	26/10/2010	74550	218 * I	85.12
MBC8119	8769013064	14/10/2010	74550	218 * I	85.12
MBZ3269	8769015222	07/11/2010	74630	218 * II	127.69
MEA9904	8769012124	09/10/2010	74630	218 * II	127.69
MWE1705	8769013812	27/10/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 99/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 99/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKY0176	8769014282	30/10/2010	74630	218 * II	127.69
ANF0239	8769016229	19/11/2010	74550	218 * I	85.12
MCG9418	8769014258	01/11/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 309/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 309/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQL2817	55783180D	15/11/2013	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 311/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 311/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCO3077	55783245D	06/01/2014	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 312/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 312/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJD7178	55783187D	17/12/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 315/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 315/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXR5853	55783264D	02/03/2014	52741	175
MBW7278	54461941D	07/01/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 316/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 316/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXR5853	55783262D	02/03/2014	58350	195
LXR5853	55783263D	02/03/2014	59670	203 * V
LXR5853	55783261D	02/03/2014	52152	170
LXR5853	55783260D	02/03/2014	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 318/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 318/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBZ0540 55783197D 10/02/2014 51851 167
MBZ0540 55783195D 10/02/2014 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 319/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 319/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABF7223 54461865D 27/02/2014 51180 164 c/c 162 * I
ABF7223 54461863D 27/02/2014 50100 162 * I
ABF7223 55783302D 27/02/2014 65992 230 * V
MFT2109 55783198D 18/02/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 321/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 321/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZZ1254	55783360D	26/03/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 322/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 322/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDA5018 55783361D 02/04/2014 51851 167

MGR2696 54461791D 03/05/2014 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 324/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 324/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBC5038 55783313D 07/05/2014 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 325/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 325/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAU6336	55783368D	13/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAU6336	55783367D	13/05/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 326/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 326/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZD9964	55783316D	07/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 327/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 327/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABG6072	54461868D	11/06/2014	65992	230 * V
LZO6768	55783370D	11/06/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 328/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 328/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LBI6271	54461867D	11/06/2014	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 329/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 329/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIH2543 55783371D 16/07/2014 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 330/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 330/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYF1868 55783375D 20/07/2014 65992 230 * V
LYF1868 55783376D 20/07/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 331/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 331/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCW3104	55783374D	20/07/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 333/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 333/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFW9550	55783389D	26/09/2014	53800	181 * I
MLW4060	55783385D	17/09/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 335/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 335/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEH3288	55783268D	28/11/2014	50100	162 * I
MEH3288	55783270D	28/11/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEH3288	55783269D	28/11/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 336/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 336/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUW2249	54461947D	11/11/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 337/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 337/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIH7805 55783409D 20/11/2014 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 1/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 1/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IMJ5139 8769000626 03/04/2009 74550 218 * I
MAU6708 8769000585 06/04/2009 74630 218 * II
MBQ5023 8769000558 24/03/2009 74550 218 * I
MGW3391 8769000615 02/04/2009 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 10/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 10/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABH6289	8769000839	02/05/2009	74630	218 * II
BFA2107	8769000817	30/04/2009	74550	218 * I
BHO4338	8769001208	17/05/2009	74550	218 * I
BTJ6425	8769000913	04/05/2009	74550	218 * I
CWN4225	8769000842	03/05/2009	74550	218 * I
CXY0607	8769001244	22/05/2009	74630	218 * II
CXY0607	8769001259	22/05/2009	74550	218 * I
ICS2219	8769001248	24/05/2009	74550	218 * I
ICS2219	8769001275	23/05/2009	74550	218 * I
KEN2454	8769000889	10/05/2009	74550	218 * I
KEN2454	8769000874	10/05/2009	74630	218 * II
LWX3194	8769000851	30/04/2009	74550	218 * I
LXK6613	8769000826	27/04/2009	74550	218 * I
LYF1001	8769001262	24/05/2009	74550	218 * I
LYG0301	8769001250	25/05/2009	74550	218 * I
LYI3630	8769000870	07/05/2009	74550	218 * I
LYI3630	8769000883	07/05/2009	74550	218 * I
LYQ1192	8769000838	02/05/2009	74550	218 * I
MAQ2830	8769000861	29/04/2009	74550	218 * I
MAY8687	8769000876	11/05/2009	74550	218 * I
MDL2506	8769001246	23/05/2009	74550	218 * I
MDS2920	8769001212	18/05/2009	74550	218 * I
MEQ2755	8769000849	30/04/2009	74630	218 * II
MFL9254	8769000878	05/05/2009	74550	218 * I

MGN8623 8769000907 09/05/2009 74710 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 100/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 100/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXK8633	8769020256	25/12/2010	74550	218 * I
MFT0789	8769018572	01/12/2010	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 102/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 102/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTB3496	8769020232	23/12/2010	74550	218 * I
LXL9480	8769019279	11/12/2010	74550	218 * I
LYA8959	8769019326	17/12/2010	74550	218 * I
LZD1192	8769019323	17/12/2010	74550	218 * I
MAJ6981	8769019270	21/12/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 104/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 104/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACQ8394	8769020210	01/01/2011	74550	218 * I
AFL0023	8769020364	02/01/2011	74630	218 * II
AJF9060	8769011498	18/09/2010	74550	218 * I
AVC0047	8769020272	26/12/2010	74550	218 * I
BZQ3212	8769020189	25/12/2010	74550	218 * I
CAN3165	8769020362	02/01/2011	74630	218 * II
CXM0669	8769022107	04/01/2011	74550	218 * I
HCG7366	8769018600	04/12/2010	74550	218 * I
KIF7436	8769022099	09/01/2011	74550	218 * I
LWU6713	8769020295	27/12/2010	74550	218 * I
LXK8741	8769022085	05/01/2011	74550	218 * I
LXL9116	8769023104	14/01/2011	74550	218 * I
LYM9113	8769020185	23/12/2010	74550	218 * I
LZB5340	8769022134	06/01/2011	74550	218 * I
LZG2483	8769020300	27/12/2010	74550	218 * I
LZO5237	8769022095	08/01/2011	74550	218 * I
MBP2399	8769023053	17/01/2011	74550	218 * I
MCN1203	8769023085	12/01/2011	74550	218 * I
MCO2822	8769023106	14/01/2011	74550	218 * I
MEI8765	8769020341	01/01/2011	74550	218 * I
MEI8765	8769019332	18/12/2010	74550	218 * I
MEQ5541	8769020281	26/12/2010	74550	218 * I
MER0445	8769020280	26/12/2010	74550	218 * I
MES8116	8769020254	25/12/2010	74550	218 * I
MEV6024	8769019296	14/12/2010	74630	218 * II
MEW2713	8769023156	18/01/2011	74550	218 * I
MFA4674	8769020309	28/12/2010	74550	218 * I
MFO2660	8769023157	18/01/2011	74550	218 * I
MFO2660	8769023056	18/01/2011	74630	218 * II
MGA9361	8769020284	26/12/2010	74550	218 * I
MGC3942	8769019336	18/12/2010	74550	218 * I
MGH6295	8769020343	01/01/2011	74550	218 * I
MGM3844	8769022110	04/01/2011	74630	218 * II
MHL6801	8769023041	12/01/2011	74550	218 * I
MHW5697	8769023096	13/01/2011	74550	218 * I
MIX7799	8769020225	23/12/2010	74630	218 * II
MJA3540	8769022091	07/01/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 106/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 106/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAR6263	8769022145	06/01/2011	74630	218 * II
MGZ0092	8769025384	01/02/2011	74550	218 * I
MHC6960	8769019293	14/12/2010	74550	218 * I
MHW6109	8769025352	29/01/2011	74550	218 * I
MID9546	8769025380	01/02/2011	74550	218 * I
MID9546	8769025391	02/02/2011	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 107/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 107/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BUN3184	8769025320	05/02/2011	74630	218 * II
DQH0703	8769022084	04/01/2011	74550	218 * I
LYM8674	8769023067	10/01/2011	74630	218 * II
MAX2356	8769023046	15/01/2011	74550	218 * I
MCB7080	8769023071	11/01/2011	74630	218 * II
MDT4233	8769023122	15/01/2011	74550	218 * I
MEC8438	8769026842	09/02/2011	74550	218 * I
MEK3014	8769026918	15/02/2011	74550	218 * I
MFR8999	8769026898	14/02/2011	74550	218 * I
MGQ1906	8769023083	12/01/2011	74550	218 * I
MGW9515	8769025303	30/01/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8769 109/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 109/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFM6838	8769025323	06/02/2011	74550	218 * I
CIE6613	8769026869	11/02/2011	74550	218 * I
LWU6713	8769023691	20/01/2011	74550	218 * I
LXW6035	8769025442	07/02/2011	74550	218 * I
LXY9897	8769027742	25/02/2011	74550	218 * I

LYQ9050	8769025396	02/02/2011	74630	218	*	II
LZE8410	8769026813	15/02/2011	74550	218	*	I
LZN5612	8769023688	19/01/2011	74550	218	*	I
MAJ6981	8769025308	01/02/2011	74550	218	*	I
MBK7779	8769023727	20/01/2011	74550	218	*	I
MCN1203	8769027971	23/02/2011	74550	218	*	I
MCQ3263	8769026847	09/02/2011	74550	218	*	I
MCY4843	8769026802	09/02/2011	74550	218	*	I
MDC5401	8769025293	28/01/2011	74550	218	*	I
MDY9014	8769025408	03/02/2011	74550	218	*	I
MHA6915	8769025301	30/01/2011	74550	218	*	I
MHQ7775	8769025343	28/01/2011	74550	218	*	I
MHQ9588	8769026917	15/02/2011	74550	218	*	I
MHZ7381	8769028025	02/03/2011	74550	218	*	I
MJJ4250	8769023140	17/01/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 111/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 111/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEH4042	8769028479	05/03/2011	74550	218 * I
AGL8527	8769028523	10/03/2011	74550	218 * I
AKO8821	8769025449	07/02/2011	74550	218 * I
MDB5070	8769026830	08/02/2011	74550	218 * I
MFW7033	8769028484	05/03/2011	74550	218 * I
MGB3325	8769025374	31/01/2011	74550	218 * I
MGB6336	8769026822	18/02/2011	74550	218 * I

MGW8385	8769028436	07/03/2011	74630	218	*	II
MHW5697	8769028516	10/03/2011	74550	218	*	I
MHW5697	8769028520	10/03/2011	74550	218	*	I
MIM8877	8769027750	01/03/2011	74550	218	*	I
MIM8877	8769028017	01/03/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 113/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 113/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAT5042	8769028499	07/03/2011	74630	218 * II
MFE6285	8769026913	15/02/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 114/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 114/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDC2876	8769026814	15/02/2011	74550	218 * I
MHI5808	8769026922	16/02/2011	74550	218 * I
MJE2530	8769028470	03/03/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 116/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 116/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBK0288	8769027737	22/02/2011	74630	218 * II
MBK0288	8769027962	22/02/2011	74550	218 * I
MBV2449	8769030126	28/03/2011	74550	218 * I
MCN1203	8769030187	23/03/2011	74630	218 * II
MEU0358	8769031085	03/04/2011	74550	218 * I
MFS6776	8769027738	22/02/2011	74550	218 * I
MFZ8347	8769030188	23/03/2011	74550	218 * I
MFZ8347	8769030184	23/03/2011	74550	218 * I
MGV8513	8769031035	29/03/2011	74550	218 * I
MGW2101	8769031068	01/04/2011	74550	218 * I
MGW7563	8769030192	24/03/2011	74630	218 * II
MHI9337	8769030144	18/03/2011	74630	218 * II
MHM9789	8769028503	07/03/2011	74630	218 * II
MHS5086	8769031069	01/04/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 117/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 117/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEB1667	8769028468	03/03/2011	74550	218 * I
AGS7163	8769028443	09/03/2011	74550	218 * I
ALC1990	8769028433	05/03/2011	74550	218 * I
MCB6207	8769028464	03/03/2011	74550	218 * I
MEV4939	8769028526	11/03/2011	74550	218 * I

MGO6906	8769028519	10/03/2011	74550	218	*	I
MHW5697	8769031057	31/03/2011	74550	218	*	I
MIO9449	8769028439	08/03/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 119/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 119/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DGQ0810	8769030147	18/03/2011	74550	218 * I
GHI0004	8769028522	10/03/2011	74550	218 * I
LXK8878	8769030139	17/03/2011	74550	218 * I
MBE9250	8769028553	14/03/2011	74550	218 * I
MBW9295	8769030148	19/03/2011	74630	218 * II
MEN0187	8769030120	27/03/2011	74550	218 * I
MGP5813	8769028494	06/03/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 12/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 12/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADI1347	8769001283	23/05/2009	74630	218 * II
BPA6873	8769001414	08/06/2009	74550	218 * I
BVN3748	8769001478	24/06/2009	74550	218 * I
CIE2161	8769001488	27/06/2009	74550	218 * I
CIE2161	8769001469	27/06/2009	74550	218 * I
JZU6364	8769001315	26/05/2009	74550	218 * I
LXZ9018	8769001471	29/06/2009	74550	218 * I
LYN3531	8769001460	28/06/2009	74550	218 * I
LYR7030	8769001271	22/05/2009	74550	218 * I
MBD3776	8769001274	23/05/2009	74550	218 * I
MBD3776	8769001317	27/05/2009	74550	218 * I
MBD3776	8769001318	27/05/2009	74550	218 * I
MCC9749	8769001396	07/06/2009	74550	218 * I
MCE5829	8769001423	10/06/2009	74550	218 * I
MCH4823	8769001467	25/06/2009	74550	218 * I
MCH4823	8769001482	25/06/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 121/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 121/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABM8888	8769030108	20/03/2011	74550	218 * I
AEA3694	8769030221	28/03/2011	74550	218 * I
AJY0966	8769030154	19/03/2011	74630	218 * II
AMI7222	8769031036	30/03/2011	74550	218 * I
KDR7562	8769031050	04/04/2011	74550	218 * I
LYB1396	8769030122	27/03/2011	74550	218 * I
LYR1370	8769031038	30/03/2011	74550	218 * I
MBV6127	8769030193	25/03/2011	74550	218 * I
MDF4368	8769023145	17/01/2011	74550	218 * I
MEE3789	8769031748	09/04/2011	74550	218 * I
MES5999	8769031724	06/04/2011	74550	218 * I
MHK2030	8769030202	26/03/2011	74550	218 * I
MHW5697	8769031732	07/04/2011	74550	218 * I
MIA7972	8769031691	12/04/2011	74550	218 * I
MIA7972	8769031775	12/04/2011	74550	218 * I
MIA7972	8769031776	12/04/2011	74630	218 * II
MMM1320	8769031055	30/03/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 123/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 123/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGN6601	8769031693	12/04/2011	74550	218 * I
LXZ5271	8769031758	10/04/2011	74550	218 * I
LYX8619	8769031763	10/04/2011	74550	218 * I
MCN1203	8769031728	06/04/2011	74550	218 * I
MFK2065	8769031731	07/04/2011	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8769 125/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 125/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALZ0713	8769033563	21/04/2011	74550	218 * I
---------	------------	------------	-------	---------

DET5810	8769016242	20/11/2010	74550	218	*	I
LXI4129	8769017510	28/11/2010	74550	218	*	I
LZT9545	8769015220	07/11/2010	74550	218	*	I
MAJ6981	8769017427	24/11/2010	74550	218	*	I
MAJ6981	8769017426	24/11/2010	74630	218	*	II
MAU8246	8769016233	19/11/2010	74550	218	*	I
MBN9312	8769017463	23/11/2010	74550	218	*	I
MCF9389	8769015228	08/11/2010	74630	218	*	II
MDC2810	8769015214	07/11/2010	74550	218	*	I
MDE3077	8769017435	27/11/2010	74630	218	*	II
MDF4368	8769016218	18/11/2010	74550	218	*	I
MDF4368	8769016219	18/11/2010	74550	218	*	I
MED6787	8769016107	20/11/2010	74550	218	*	I
MEH2155	8769016139	12/11/2010	74550	218	*	I
MEV4939	8769017486	26/11/2010	74550	218	*	I
MEX1393	8769013100	16/10/2010	74550	218	*	I
MFS6776	8769017479	26/11/2010	74550	218	*	I
MGD5594	8769017532	30/11/2010	74550	218	*	I
MGM5699	8769015241	09/11/2010	74630	218	*	II
MWE0234	8769033574	01/05/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 127/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 127/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCN1203 8769034212 05/05/2011 74630 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 128/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 128/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAS3217	8769034229	08/05/2011	74550	218 * I
ACQ2514	8769031714	17/04/2011	74630	218 * II
DGO2027	8769034193	03/05/2011	74550	218 * I
LZD7476	8769033622	27/04/2011	74550	218 * I
MBG8846	8769034191	03/05/2011	74550	218 * I
MEW4721	8769031828	17/04/2011	74550	218 * I
MFK8679	8769034215	06/05/2011	74630	218 * II
MFV1741	8769031812	16/04/2011	74550	218 * I
MFV1741	8769031825	17/04/2011	74630	218 * II
MGR9008	8769030116	24/03/2011	74550	218 * I
MGS1967	8769034203	04/05/2011	74550	218 * I
MHF4667	8769031687	11/04/2011	74550	218 * I
NER6367	8769031737	08/04/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 130/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 130/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALC1990	8769033569	22/04/2011	74710	218 * III
ALC1990	8769033570	22/04/2011	74630	218 * II
CDW6039	8769035527	23/05/2011	74550	218 * I
CHR2372	8769034169	04/05/2011	74550	218 * I
LXH3103	8769031769	11/04/2011	74550	218 * I
LXV3083	8769034178	07/05/2011	74550	218 * I
LXZ5271	8769035574	29/05/2011	74630	218 * II
MAL7107	8769035536	24/05/2011	74630	218 * II
MAY0973	8769034254	10/05/2011	74550	218 * I
MBK0288	8769031694	12/04/2011	74710	218 * III
MBR1581	8769035412	23/05/2011	74550	218 * I
MBR1581	8769035534	23/05/2011	74550	218 * I
MCB7064	8769035457	15/05/2011	74550	218 * I
MCC4879	8769035556	26/05/2011	74550	218 * I
MDE5333	8769033637	29/04/2011	74550	218 * I
MDG8130	8769033595	24/04/2011	74630	218 * II
MFE4156	8769033584	22/04/2011	74550	218 * I
MFH3601	8769033587	23/04/2011	74550	218 * I
MFR7772	8769035464	16/05/2011	74550	218 * I
MGD7628	8769031689	12/04/2011	74550	218 * I
MGD7628	8769031690	12/04/2011	74550	218 * I
MGM8850	8769033586	23/04/2011	74550	218 * I
MHC4148	8769035548	25/05/2011	74550	218 * I
MHF7648	8769031777	12/04/2011	74550	218 * I
MHS3107	8769035535	23/05/2011	74630	218 * II
MHX2727	8769035434	11/05/2011	74630	218 * II
MIE9582	8769035377	11/05/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 132/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 132/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANK3702	8769035414	23/05/2011	74550	218 * I
ANK3702	8769035530	23/05/2011	74550	218 * I
LYH7868	8769034242	08/05/2011	74550	218 * I
LYR7529	8769010214	21/09/2010	74550	218 * I
MAR8347	8769010227	25/09/2010	74630	218 * II
MDA1023	8769034197	03/05/2011	74630	218 * II
MDL3366	8769035463	16/05/2011	74550	218 * I
MES3560	8769010204	16/09/2010	74550	218 * I
MFG8130	8769013092	16/10/2010	74550	218 * I
MIH2601	8769034207	04/05/2011	74630	218 * II
MLA6940	8769010226	25/09/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 134/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 134/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANW4311	8769036955	11/06/2011	74550	218 * I
HAB9185	8769037037	12/06/2011	74550	218 * I
HAN0768	8769036965	31/05/2011	74550	218 * I
MCS2471	8769036952	10/06/2011	74550	218 * I
MHC8791	8769036948	07/06/2011	74550	218 * I
MHU1847	8769036963	31/05/2011	74550	218 * I
MIY6059	8769037015	09/06/2011	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 135/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 135/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CYJ9906	8769035554	26/05/2011	74550	218 * I
MAV7925	8769035505	21/05/2011	74630	218 * II
MGA2387	8769035416	24/05/2011	74550	218 * I
MGE1944	8769035453	15/05/2011	74550	218 * I
MGM3716	8769003099	02/04/2010	74630	218 * II
MGT4184	8769035586	30/05/2011	74550	218 * I
MHN9981	8769035399	18/05/2011	74550	218 * I
MIY7321	8769035478	18/05/2011	74550	218 * I
MJY2710	8769035477	18/05/2011	74550	218 * I
MJY2710	8769035583	30/05/2011	74550	218 * I
MLA6940	8769035516	22/05/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8769 137/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 137/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MES5999	8769037952	13/06/2011	74550	218 * I
MFF1506	8769037950	27/06/2011	74550	218 * I
MGE8864	8769037959	14/06/2011	74550	218 * I
MGL5187	8769002459	05/01/2010	74550	218 * I

MIM8877 8769035538 24/05/2011 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 139/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 139/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZQ7589	8769037043	12/06/2011	74550	218 * I
MDI0708	8769036938	04/06/2011	74550	218 * I
MJG3892	8769036928	31/05/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 14/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 14/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZA8716	8769001450	19/06/2009	74550	218 * I
MAD8411	8769001342	26/05/2009	74550	218 * I
MDY1650	8769001347	27/05/2009	74550	218 * I
MFT7835	8769001598	09/07/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 141/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 141/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABB8815	8769040172	28/06/2011	74550	218 * I
LYQ0143	8769028006	27/02/2011	74550	218 * I
LZD7476	8769028012	28/02/2011	74550	218 * I
MBK0288	8769027963	22/02/2011	74550	218 * I
MBV5700	8769040205	04/07/2011	74550	218 * I
MEY0989	8769027958	21/02/2011	74550	218 * I
MIC9427	8769040192	02/07/2011	74550	218 * I
MID9546	8769040221	06/07/2011	74550	218 * I
MIM8877	8769040265	11/07/2011	74550	218 * I
MWE1621	8769030141	18/03/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 143/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 143/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJY7685	8769037932	17/06/2011	74550	218 * I
ANO1850	8769037938	20/06/2011	74630	218 * II
ANO1850	8769037939	20/06/2011	74710	218 * III
MEG5470	8769037957	14/06/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 145/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 145/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNP9325	8769041007	25/07/2011	74550	218 * I
IKP9870	8769042014	30/07/2011	74550	218 * I
MBM5786	8769040904	12/07/2011	74550	218 * I
MCN1812	8769042026	31/07/2011	74550	218 * I
MEA8135	8769040985	23/07/2011	74550	218 * I
MHY8898	8769040998	24/07/2011	74630	218 * II
MIK7461	8769041008	25/07/2011	74630	218 * II
MIM8877	8769041010	25/07/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 147/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 147/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFM6838	8769040224	06/07/2011	74550	218 * I
AHJ8145	8769040200	04/07/2011	74550	218 * I
KDD9804	8769040165	10/07/2011	74550	218 * I
LYZ2286	8769040152	08/07/2011	74630	218 * II
LZP1943	8769040229	06/07/2011	74550	218 * I
MAO8572	8769040170	11/07/2011	74630	218 * II
MCX5778	8769037020	10/06/2011	74630	218 * II
MUA5556	8769040142	28/06/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 148/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 148/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFE7282	8769040960	19/07/2011	74550	218 * I
BOT2834	8769041009	25/07/2011	74550	218 * I
BPL7289	8769043258	02/08/2011	74550	218 * I
IET4708	8769043321	05/08/2011	74550	218 * I
IGK5760	8769040994	24/07/2011	74550	218 * I
MBC6643	8769040970	21/07/2011	74550	218 * I
MCV3914	8769040897	24/07/2011	74550	218 * I
MDP9153	8769040884	21/07/2011	74550	218 * I
MDX1590	8769040878	17/07/2011	74550	218 * I
MEJ4412	8769040874	15/07/2011	74630	218 * II
MET7098	8769043314	04/08/2011	74630	218 * II
MFG5026	8769043268	07/08/2011	74550	218 * I
MFK2751	8769043392	14/08/2011	74550	218 * I
MFT7834	8769043351	10/08/2011	74630	218 * II
MHN1241	8769043284	12/08/2011	74550	218 * I
MHN1241	8769043372	12/08/2011	74550	218 * I
MIC8604	8769043337	08/08/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 149/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 149/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAH7720	8769042029	31/07/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 151/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 151/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWY6305	8769011461	15/09/2010	74630	218 * II
MEW4721	8769040879	17/07/2011	74550	218 * I
MHJ4875	8769011466	16/09/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 153/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 153/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANT3353	8769011460	15/09/2010	74550	218 * I
APC2955	8769043329	06/08/2011	74550	218 * I
AUD7880	8769011541	22/09/2010	74550	218 * I
IJO7121	8769043292	13/08/2011	74550	218 * I
INS0700	8769044100	16/08/2011	74630	218 * II
LZD7476	8769043303	02/08/2011	74550	218 * I
MDK9410	8769044067	16/08/2011	74550	218 * I
MEE2742	8769044161	26/08/2011	74630	218 * II
MFO8483	8769044074	18/08/2011	74550	218 * I
MFP1629	8769043309	03/08/2011	74550	218 * I
MFS7731	8769043269	08/08/2011	74550	218 * I
MHK1439	8769044083	23/08/2011	74550	218 * I
MHQ9396	8769011494	18/09/2010	74550	218 * I
MHW5697	8769040918	14/07/2011	74550	218 * I
MIE7400	8769043393	14/08/2011	74550	218 * I
MMA0911	8769043378	12/08/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 155/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 155/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGX5296	8769043395	14/08/2011	74630	218 * II
CLO2676	8769043293	14/08/2011	74550	218 * I
MED2449	8769043350	10/08/2011	74550	218 * I
MFK9694	8769044085	25/08/2011	74550	218 * I
MGO3968	8769043347	09/08/2011	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8769 157/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 157/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ASK0043	8769045411	05/09/2011	74550	218 * I
---------	------------	------------	-------	---------

CWN1818	8769045375	14/09/2011	74550	218	*	I
LXL9390	8769045407	04/09/2011	74550	218	*	I
LZD9015	8769045368	10/09/2011	74550	218	*	I
MHP3746	8769045388	03/09/2011	74550	218	*	I
MMK6170	8769044141	23/08/2011	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 159/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 159/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADX8508	8769044094	30/08/2011	74550	218 * I
DRM9782	8769044143	23/08/2011	74550	218 * I
INO3709	8769044136	22/08/2011	74550	218 * I
INO3709	8769044135	22/08/2011	74550	218 * I
INO3709	8769044080	22/08/2011	74550	218 * I
JUK1051	8769046954	25/09/2011	74550	218 * I
MBQ8759	8769044076	20/08/2011	74550	218 * I
MBQ8759	8769044119	20/08/2011	74550	218 * I
MEK8525	8769045381	02/09/2011	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 16/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 16/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BPE8259	8769001376	06/06/2009	74550	218 * I
DIX9155	8769000814	28/04/2009	74550	218 * I
MBS9677	8769001492	02/07/2009	74550	218 * I
MER0445	8769001498	05/07/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 161/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 161/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ATC0167	8769046966	29/09/2011	74550	218 * I
CCV2302	8769045360	07/09/2011	74550	218 * I
MHS6404	8769045387	03/09/2011	74550	218 * I
MID1641	8769046946	22/09/2011	74550	218 * I
MLA6940	8769044115	19/08/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 163/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 163/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGK7752	8769045382	02/09/2011	74550	218 * I
MEB0371	8769045399	04/09/2011	74630	218 * II
MHZ8401	8769043270	08/08/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 164/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 164/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYZ4112	8769044082	23/08/2011	74550	218 * I
MF6379	8769026868	11/02/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 165/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 165/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IFQ5432	8769046953	24/09/2011	74550	218 * I
KDD9804	8769046978	02/10/2011	74550	218 * I
LZF0738	8769047843	11/10/2011	74550	218 * I
LZF0738	8769047848	12/10/2011	74550	218 * I
LZF3297	8769046933	20/09/2011	74550	218 * I
LZY9234	8769046948	23/09/2011	74550	218 * I
MAC3910	8769046979	02/10/2011	74550	218 * I
MHS8194	8769046942	21/09/2011	74550	218 * I
MLV2130	8769046950	23/09/2011	74550	218 * I
MMD1780	8769046923	16/09/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 166/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 166/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGR9676	8769047864	19/10/2011	74550	218 * I
DCC8488	8769047830	06/10/2011	74630	218 * II
DST7247	8769047834	07/10/2011	74550	218 * I
JPH0172	8769049680	07/11/2011	74550	218 * I
KES0972	8769049674	03/11/2011	74550	218 * I
LNP3417	8769049711	31/10/2011	74550	218 * I
LXZ5271	8769049641	22/10/2011	74630	218 * II
LZD7460	8769047833	07/10/2011	74550	218 * I
MCL7920	8769047855	15/10/2011	74550	218 * I
MDA3682	8769047845	12/10/2011	74550	218 * I
MDH8533	8769049698	30/10/2011	74550	218 * I
MEG8672	8769049699	30/10/2011	74550	218 * I
MFG3202	8769047853	14/10/2011	74550	218 * I
MFQ2862	8769047842	11/10/2011	74550	218 * I
MFY2603	8769046959	27/09/2011	74550	218 * I
MGM1860	8769047861	17/10/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 168/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 168/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFK3330	8769051343	12/11/2011	74550	218 * I
AKL5275	8769051367	16/11/2011	74550	218 * I
MBR0963	8769049726	02/11/2011	74550	218 * I
MFG8130	8769051336	12/11/2011	74550	218 * I
MGE8053	8769051271	19/11/2011	74550	218 * I
MGE8053	8769051399	19/11/2011	74550	218 * I
MGU5297	8769049670	02/11/2011	74630	218 * II
MGU5297	8769049728	02/11/2011	74630	218 * II
MIM8877	8769051411	21/11/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 170/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 170/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEF4835	8769049752	05/11/2011	74550	218 * I
AEV8162	8769049745	04/11/2011	74550	218 * I
AIJ7458	8769049663	30/10/2011	74630	218 * II
CGE0827	8769049720	01/11/2011	74550	218 * I
LZS1293	8769052199	30/11/2011	74630	218 * II
MBJ9939	8769049747	05/11/2011	74550	218 * I
MFH0193	8769052192	28/11/2011	74550	218 * I
MGC8097	8769052262	01/12/2011	74630	218 * II
MIH0997	8769052173	24/11/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 172/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 172/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DPR9363	8769049706	31/10/2011	74550	218 * I
MBL3352	8769049652	24/10/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 174/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 174/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DVD9003	8769051254	11/11/2011	74630	218 * II
LZY9798	8769051355	14/11/2011	74550	218 * I
MAR0148	8769051416	22/11/2011	74630	218 * II
MAZ9958	8769049754	06/11/2011	74550	218 * I
MBU5046	8769052228	27/11/2011	74550	218 * I
MDC0389	8769051285	22/11/2011	74550	218 * I
MES6689	8769054107	14/12/2011	74550	218 * I
MHC0683	8769051284	22/11/2011	74550	218 * I
MHJ1205	8769051283	22/11/2011	74550	218 * I
MJG3892	8769051281	21/11/2011	74550	218 * I
MJH8120	8769051262	16/11/2011	74550	218 * I
MJX9590	8769054108	14/12/2011	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 175/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 175/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFA4563	8769051362	15/11/2011	74550	218 * I
DIM0177	8769054091	19/12/2011	74550	218 * I
GAY2404	8769052183	27/11/2011	74630	218 * II
LUM1068	8769054102	20/12/2011	74630	218 * II
LXK8878	8769051322	09/11/2011	74550	218 * I
LYV9707	8769051277	20/11/2011	74550	218 * I
MCT6948	8769054146	18/12/2011	74550	218 * I
MFB4944	8769051419	23/11/2011	74550	218 * I
MFG5026	8769051279	21/11/2011	74550	218 * I
MHG4011	8769051335	11/11/2011	74550	218 * I
MIM8877	8769054164	20/12/2011	74550	218 * I
MIV9149	8769054129	17/12/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 177/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 177/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIO3471	8769055550	28/12/2011	74550	218 * I
IMQ1972	8769055631	30/12/2011	74550	218 * I
MCL4996	8769055623	28/12/2011	74630	218 * II
MFM2024	8769052229	27/11/2011	74630	218 * II
MIH2601	8769051417	22/11/2011	74630	218 * II
MIL0952	8769055633	30/12/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 178/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 178/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHG6281	8769054106	14/12/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 18/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 18/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MMK5430 8769001576 14/07/2009 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 180/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 180/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CMH4920	8769056138	03/01/2012	74550	218 * I
DKS3287	8769056154	09/01/2012	74550	218 * I
DZF0826	8769054095	20/12/2011	74550	218 * I
LWZ7875	8769055563	31/12/2011	74550	218 * I
LYQ4984	8769054136	17/12/2011	74550	218 * I
LYV9707	8769054151	19/12/2011	74550	218 * I
LZG7372	8769055561	31/12/2011	74550	218 * I
MGD5594	8769054166	21/12/2011	74550	218 * I
MHZ1508	8769054097	20/12/2011	74630	218 * II
MJB1254	8769054068	14/12/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 181/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 181/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADG5498	8769055531	24/12/2011	74630	218 * II
ADG5498	8769055582	24/12/2011	74550	218 * I
AEZ1057	8769055659	01/01/2012	74550	218 * I
ANU4952	8769055652	01/01/2012	74550	218 * I

IEU0301	8769055585	25/12/2011	74550	218	*	I
IFQ5432	8769055611	27/12/2011	74550	218	*	I
LWV3473	8769055529	24/12/2011	74550	218	*	I
LZV5849	8769055635	30/12/2011	74550	218	*	I
MAV2263	8769055587	25/12/2011	74550	218	*	I
MBJ1155	8769055621	28/12/2011	74550	218	*	I
MCA1281	8769054080	17/12/2011	74550	218	*	I
MDF9478	8769055602	26/12/2011	74550	218	*	I
MEI6612	8769055588	25/12/2011	74550	218	*	I
MGK4496	8769055589	25/12/2011	74550	218	*	I
MHN7814	8769055654	01/01/2012	74550	218	*	I
MIW5643	8769055530	24/12/2011	74550	218	*	I
MIW5643	8769055601	26/12/2011	74550	218	*	I
MJD7407	8769055622	28/12/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 183/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 183/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZN7028	8769054078	16/12/2011	74550	218 * I
MBQ4596	8769055544	26/12/2011	74550	218 * I
MHD9416	8769055571	24/12/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 185/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 185/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFD5881	8769058318	29/01/2012	74630	218 * II
AFD5881	8769058319	29/01/2012	74630	218 * II
AFD5881	8769058321	29/01/2012	74550	218 * I
AFD5881	8769058322	29/01/2012	74630	218 * II
AOX2279	8769058275	19/01/2012	74550	218 * I
DAY7950	8769056179	16/01/2012	74550	218 * I
DQT4992	8769058282	21/01/2012	74550	218 * I
LWX7875	8769056135	02/01/2012	74550	218 * I
LYV9707	8769056180	16/01/2012	74550	218 * I
MAA7897	8769055565	31/12/2011	74710	218 * III
MAA7897	8769055566	31/12/2011	74550	218 * I
MDW5877	8769056177	15/01/2012	74630	218 * II
MEK9040	8769055536	25/12/2011	74550	218 * I
MFS6417	8769058295	24/01/2012	74630	218 * II
MHO3579	8769055573	24/12/2011	74550	218 * I
MIO5229	8769055613	27/12/2011	74550	218 * I
MIW5347	8769058326	31/01/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 187/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 187/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KNC0754	8769055572	24/12/2011	74550	218 * I
MFA9489	8769056155	09/01/2012	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 189/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 189/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFD5881	8769059141	19/02/2012	74630	218 * II
AFD5881	8769059212	12/02/2012	74550	218 * I
AFD5881	8769059071	05/02/2012	74630	218 * II
AFD5881	8769059072	05/02/2012	74630	218 * II
AFD5881	8769059111	12/02/2012	74630	218 * II
AFD5881	8769059114	12/02/2012	74550	218 * I
AFD5881	8769059115	12/02/2012	74550	218 * I
ANZ8517	8769059169	09/02/2012	74630	218 * II
ANZ8517	8769059087	08/02/2012	74550	218 * I
ANZ8517	8769059163	08/02/2012	74550	218 * I
ANZ8517	8769059164	08/02/2012	74630	218 * II
LWW3072	8769058304	26/01/2012	74550	218 * I
LXA9477	8769059126	15/02/2012	74550	218 * I
MBN2648	8769059186	10/02/2012	74630	218 * II
MCP0311	8769059158	07/02/2012	74550	218 * I
MCR2136	8769059107	12/02/2012	74550	218 * I
MCX4515	8769059217	12/02/2012	74710	218 * III
MEB9118	8769059199	11/02/2012	74550	218 * I
MEN5519	8769059228	13/02/2012	74550	218 * I
MHA7190	8769059870	25/02/2012	74550	218 * I
MHW6235	8769059156	07/02/2012	74550	218 * I
MHZ3228	8769058284	21/01/2012	74550	218 * I
MIA0481	8769059842	21/02/2012	74630	218 * II
MIN6795	8769058278	20/01/2012	74550	218 * I
MJD7407	8769058269	17/01/2012	74550	218 * I
MJW1810	8769059178	10/02/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 19/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 19/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GLK4326	8769001448	21/06/2009	74550	218 * I
LXQ1274	8769001434	09/06/2009	74550	218 * I
LXT2859	8769001379	07/06/2009	74550	218 * I
LXU7378	8769001606	14/07/2009	74550	218 * I
LXU7378	8769001617	20/07/2009	74550	218 * I
LYG7867	8769001508	03/07/2009	74630	218 * II
MCF6619	8769001582	07/07/2009	74550	218 * I
MCG1570	8769001546	07/07/2009	74550	218 * I
MFD7713	8769001429	11/06/2009	74550	218 * I
MGC4560	8769001573	12/07/2009	74550	218 * I
MGD6193	8769001337	31/05/2009	74630	218 * II
MGE9114	8769001610	16/07/2009	74550	218 * I
MGR8113	8769001557	14/07/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 191/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 191/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGI1980	8769054155	19/12/2011	74550	218 * I
IMQ1972	8769059849	22/02/2012	74550	218 * I
MAQ7488	8769058312	28/01/2012	74550	218 * I
MDR7406	8769059101	11/02/2012	74550	218 * I
MGO6906	8769059892	27/02/2012	74550	218 * I
MI19509	8769058267	17/01/2012	74550	218 * I
MI19509	8769058296	24/01/2012	74550	218 * I
MIJ6343	8769059183	10/02/2012	74550	218 * I
MKD0789	8769058302	26/01/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 193/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 193/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEU0301	8769059125	14/02/2012	74550	218 * I
IEU0301	8769059845	22/02/2012	74550	218 * I
IFV6244	8769059139	19/02/2012	74550	218 * I
LXA9860	8769059215	12/02/2012	74550	218 * I
LZG4237	8769059184	10/02/2012	74550	218 * I
MDH1169	8769059857	23/02/2012	74550	218 * I
MEQ4530	8769059153	07/02/2012	74550	218 * I
MGK3833	8769060650	08/03/2012	74630	218 * II

MGK3833	8769060743	08/03/2012	74630	218	*	II
MHC3464	8769060708	04/03/2012	74550	218	*	I
MHF1350	8769060736	07/03/2012	74550	218	*	I
MHP9414	8769059855	23/02/2012	74550	218	*	I
MIL0952	8769060692	02/03/2012	74550	218	*	I
MJC2010	8769059187	10/02/2012	74550	218	*	I
MJG6272	8769059873	25/02/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 195/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 195/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACL7572	8769061367	24/03/2012	74550	218 * I
ADN9100	8769059120	13/02/2012	74550	218 * I
ADO6238	8769061357	20/03/2012	74550	218 * I
LYI3594	8769059885	26/02/2012	74550	218 * I
MCN8257	8769059083	07/02/2012	74550	218 * I
MFL3395	8769060690	02/03/2012	74550	218 * I
MFQ2862	8769061323	10/03/2012	74550	218 * I
MFQ8280	8769060638	03/03/2012	74550	218 * I
MGO6906	8769060696	03/03/2012	74550	218 * I
MGP5813	8769059216	12/02/2012	74550	218 * I
MIJ1021	8769059064	04/02/2012	74550	218 * I
MJW5070	8769060689	02/03/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 197/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 197/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICE4623	8769060699	03/03/2012	74550	218 * I
IDO7073	8769060730	06/03/2012	74550	218 * I
IEU0301	8769060742	07/03/2012	74550	218 * I
LZU0419	8769059207	12/02/2012	74550	218 * I
MBM2555	8769060744	08/03/2012	74630	218 * II
MDN5983	8769059822	23/02/2012	74630	218 * II
MEJ9718	8769060653	27/02/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 199/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 199/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAC5314	8769060735	07/03/2012	74550	218 * I
MBA3914	8769060695	03/03/2012	74550	218 * I
MEV6448	8769060737	07/03/2012	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 2/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 2/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZZ2331	8769000640	05/04/2009	74550	218 * I
LZZ2331	8769000714	13/04/2009	74550	218 * I
LZZ2331	8769000764	13/04/2009	74550	218 * I
MAY2516	8769000710	12/04/2009	74550	218 * I
MBE7195	8769000688	12/04/2009	74550	218 * I
MER2303	8769000767	13/04/2009	74550	218 * I
MES9329	8769000761	13/04/2009	74550	218 * I
MFE6923	8769000757	20/04/2009	74630	218 * II
MLB7770	8769000652	07/04/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 201/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 201/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CXU0639	8769060670	29/02/2012	74550	218 * I
JZP0766	8769061322	10/03/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 203/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 203/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADM5331	8769062125	12/04/2012	74630	218 * II
ADM8731	8769062611	14/04/2012	74550	218 * I
ADO6238	8769061991	10/04/2012	74550	218 * I
AMB5724	8769062642	13/04/2012	74550	218 * I
AMB5724	8769062643	13/04/2012	74550	218 * I
APT3330	8769062659	15/04/2012	74550	218 * I
BMG7889	8769060652	27/02/2012	74550	218 * I
CDU7467	8769062632	20/04/2012	74550	218 * I
CES2327	8769062090	08/04/2012	74550	218 * I
DTY1634	8769060747	08/03/2012	74550	218 * I
DYA0686	8769062121	11/04/2012	74550	218 * I
DYA0686	8769061998	12/04/2012	74550	218 * I
LWS4558	8769062649	14/04/2012	74630	218 * II
LWZ5023	8769062117	11/04/2012	74550	218 * I
LZF0941	8769061993	10/04/2012	74550	218 * I
LZG4237	8769061316	09/03/2012	74550	218 * I
LZT5092	8769062711	21/04/2012	74550	218 * I
MAH8899	8769061369	24/03/2012	74550	218 * I
MAU4783	8769062051	31/03/2012	74550	218 * I
MAU8105	8769061948	30/03/2012	74550	218 * I
MCD6763	8769061336	15/03/2012	74630	218 * II
MCJ4093	8769062034	29/03/2012	74630	218 * II
MFH4293	8769062092	08/04/2012	74550	218 * I
MFK1520	8769062695	20/04/2012	74550	218 * I
MFQ9729	8769061315	09/03/2012	74550	218 * I
MFT0027	8769061994	11/04/2012	74630	218 * II
MFT0027	8769061997	11/04/2012	74630	218 * II
MFW1543	8769060731	06/03/2012	74550	218 * I
MHT2697	8769061983	08/04/2012	74550	218 * I
MHT2697	8769062091	08/04/2012	74550	218 * I

MIM8877	8769062012	27/03/2012	74550	218	*	I
MIM8877	8769062014	27/03/2012	74550	218	*	I
MIZ6366	8769061954	01/04/2012	74630	218	*	II
MKA5529	8769062048	31/03/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 205/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 205/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MCO9348	8769061368	24/03/2012	74550	218	*	I
---------	------------	------------	-------	-----	---	---

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 207/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 207/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BOO9037	8769061989	09/04/2012	74550	218 * I
CSB9441	8769062129	12/04/2012	74550	218 * I
GUL1436	8769061984	08/04/2012	74550	218 * I
ILW1489	8769062093	08/04/2012	74550	218 * I
KRE9794	8769062100	09/04/2012	74550	218 * I
LXA7146	8769062006	27/03/2012	74550	218 * I
LXA7146	8769062007	27/03/2012	74630	218 * II
LXA7146	8769062009	27/03/2012	74550	218 * I
MEN4553	8769061956	01/04/2012	74550	218 * I
MFQ8256	8769062126	12/04/2012	74550	218 * I
MFT7834	8769062066	02/04/2012	74550	218 * I
MIM6793	8769062045	30/03/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 209/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 209/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAX9029	8769063551	14/05/2012	74630	218 * II
MBB9160	8769063502	02/05/2012	74550	218 * I
MBL3352	8769062041	30/03/2012	74550	218 * I
MBM6460	8769062095	08/04/2012	74630	218 * II
MDR2485	8769063447	28/04/2012	74630	218 * II
MEE6796	8769063473	25/04/2012	74630	218 * II
MFG9619	8769063525	08/05/2012	74550	218 * I
MHK4840	8769063547	13/05/2012	74550	218 * I
MHS4857	8769062101	09/04/2012	74550	218 * I
MIM8877	8769063468	30/04/2012	74550	218 * I
MIM8877	8769063494	30/04/2012	74630	218 * II
MPI3307	8769062081	07/04/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 21/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 21/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWW8246	8769001616	18/07/2009	74550	218 * I
MBM9929	8769001618	20/07/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 210/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 210/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KWH0242	8769063501	01/05/2012	74630	218 * II
LWR9132	8769062674	17/04/2012	74550	218 * I
LZE0777	8769062726	22/04/2012	74550	218 * I
LZH8102	8769062655	15/04/2012	74550	218 * I
MCH0463	8769062699	20/04/2012	74630	218 * II
MCH0463	8769062701	20/04/2012	74550	218 * I
MEQ4530	8769062013	27/03/2012	74550	218 * I
MFB8827	8769062641	13/04/2012	74550	218 * I
MFN6487	8769063462	30/04/2012	74550	218 * I
MGA9255	8769062622	17/04/2012	74630	218 * II
MJS0198	8769062621	16/04/2012	74550	218 * I
MKU1008	8769062004	26/03/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 211/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 211/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACT5828	8769063489	29/04/2012	74550	218 * I
AKH3452	8769047847	12/10/2011	74630	218 * II
DON8217	8769063490	29/04/2012	74550	218 * I
MEP5444	8769063426	26/04/2012	74550	218 * I
MFN5301	8769063482	27/04/2012	74550	218 * I
MHN5398	8769063534	11/05/2012	74630	218 * II
MKS3456	8769063487	28/04/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 212/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 212/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABG6072	8769063530	10/05/2012	74630	218 * II
ACJ5897	8769063957	20/05/2012	74550	218 * I
DDX1803	8769063523	07/05/2012	74550	218 * I
IFV6244	8769063532	11/05/2012	74550	218 * I
LWV4395	8769063411	24/04/2012	74630	218 * II
LYF9081	8769063986	01/06/2012	74550	218 * I
MBF4709	8769063546	13/05/2012	74630	218 * II
MBF4709	8769063548	13/05/2012	74630	218 * II
MCG1975	8769063959	20/05/2012	74550	218 * I
MCL9759	8769063406	23/04/2012	74550	218 * I
MCR0414	8769063503	02/05/2012	74550	218 * I
MDN5965	8769063467	30/04/2012	74550	218 * I
MGL5445	8769063443	27/04/2012	74550	218 * I
MKT0860	8769064021	01/06/2012	74630	218 * II
MUP2067	8769063995	27/05/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 214/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 214/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DEM0858 8769063499 01/05/2012 74550 218 * I
MIN1815 8769064309 05/06/2012 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 215/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 215/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACP0154 8769064009 29/05/2012 74550 218 * I
AQB4325 8769064010 29/05/2012 74550 218 * I
DHK3144 8769063949 18/05/2012 74550 218 * I
DQQ6674 8769063954 19/05/2012 74630 218 * II
DSY1043 8769064018 31/05/2012 74550 218 * I

DSY1043	8769064007	28/05/2012	74550	218	*	I
LXJ7465	8769064608	16/06/2012	74550	218	*	I
LYM3487	8769063987	01/06/2012	74550	218	*	I
MAU2889	8769063980	29/05/2012	74550	218	*	I
MEG7539	8769064004	28/05/2012	74550	218	*	I
MEQ9982	8769063983	30/05/2012	74550	218	*	I
MFK2464	8769063956	20/05/2012	74550	218	*	I
MJV9162	8769063998	27/05/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 217/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 217/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DST3255	8769063941	16/05/2012	74630	218 * II
MCC7385	8769064601	12/06/2012	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 219/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 219/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXC7869	8769063964	22/05/2012	74550	218 * I
MBY3064	8769064323	11/06/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 220/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 220/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADU4112	8769064345	09/06/2012	74550	218 * I
MIR2831	8769064326	05/06/2012	74630	218 * II
MIV9149	8769064324	05/06/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 221/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 221/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIL5631	8769065137	29/06/2012	74550	218 * I
MBW5875	8769064642	27/06/2012	74710	218 * III
MBW5875	8769064701	27/06/2012	74550	218 * I
MEU7016	8769065178	29/06/2012	74550	218 * I
MFC2562	8769064661	17/06/2012	74550	218 * I
MFW4344	8769065209	11/07/2012	74630	218 * II
MFY7970	8769064684	24/06/2012	74550	218 * I
MGU5585	8769064699	27/06/2012	74550	218 * I
MGX8550	8769064635	24/06/2012	74550	218 * I
MHI2291	8769065199	08/07/2012	74550	218 * I

MJS0198 8769064649 14/06/2012 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 223/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 223/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCI1599	8769064615	19/06/2012	74550	218 * I
MHV2346	8769066019	22/07/2012	74550	218 * I
MIU4629	8769066034	13/07/2012	74550	218 * I
MIV9149	8769064643	12/06/2012	74550	218 * I
MIY6519	8769064694	25/06/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 224/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 224/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBW5875 8769065172 27/06/2012 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 225/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 225/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-----	-----	-----	-----	-----
AJI7391	8769066026	23/07/2012	74550	218 * I
AMK1682	8769065141	30/06/2012	74550	218 * I
LZE0777	8769065198	08/07/2012	74550	218 * I
MDY3903	8769066038	14/07/2012	74550	218 * I
MHA1958	8769065177	29/06/2012	74550	218 * I
MHD8718	8769066001	16/07/2012	74550	218 * I
MJS0198	8769065190	04/07/2012	74550	218 * I
-----	-----	-----	-----	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 227/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 227/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-----	-----	-----	-----	-----
AAE7877	8769067309	22/08/2012	74550	218 * I
AGM3941	8769067387	14/08/2012	74550	218 * I
AVD0803	8769067380	12/08/2012	74550	218 * I
HKC9890	8769067360	08/08/2012	74630	218 * II
LXM6666	8769067392	15/08/2012	74630	218 * II
MAU7059	8769067401	19/08/2012	74550	218 * I
MBS4028	8769067270	04/08/2012	74550	218 * I
MCH4494	8769067402	19/08/2012	74550	218 * I
MDR6311	8769067365	09/08/2012	74550	218 * I
MDW0887	8769067378	12/08/2012	74550	218 * I
MED1507	8769067361	08/08/2012	74550	218 * I
MEV7241	8769067296	19/08/2012	74550	218 * I

MHT5697	8769066010	20/07/2012	74550	218	*	I
MIP9847	8769067280	16/08/2012	74550	218	*	I
MIR9210	8769067350	05/08/2012	74630	218	*	II
MJJ2804	8769067297	19/08/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 23/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 23/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AHU3620	8769001525	04/07/2009	74550	218	*	I
BNV4147	8769001543	04/07/2009	74550	218	*	I
BOG5639	8769001671	25/08/2009	74550	218	*	I
BOG5639	8769001689	22/08/2009	74550	218	*	I
BPL2065	8769001583	07/07/2009	74550	218	*	I
LXQ3952	8769001695	24/08/2009	74550	218	*	I
LZM0647	8769001538	05/07/2009	74710	218	*	III
MAA0228	8769001537	05/07/2009	74630	218	*	II
MAG7611	8769001462	22/06/2009	74550	218	*	I
MAY9727	8769001556	13/07/2009	74550	218	*	I
MBD9362	8769001554	12/07/2009	74550	218	*	I
MBG0840	8769001631	31/08/2009	74550	218	*	I
MBH2286	8769001690	23/08/2009	74550	218	*	I
MCF2017	8769001578	15/07/2009	74550	218	*	I
MCH4823	8769001611	16/07/2009	74550	218	*	I
MCJ2244	8769001459	27/06/2009	74550	218	*	I
MDF9344	8769001663	21/08/2009	74550	218	*	I
MDH8533	8769001621	22/07/2009	74550	218	*	I

MDZ9764	8769001580	07/07/2009	74550	218	*	I
MES1870	8769001676	15/08/2009	74630	218	*	II
MES6763	8769001522	01/07/2009	74550	218	*	I
MFA4523	8769001608	13/07/2009	74550	218	*	I
MFF4725	8769001559	14/07/2009	74550	218	*	I
MFJ9436	8769001614	18/07/2009	74550	218	*	I
MGB4118	8769001653	18/08/2009	74550	218	*	I
MGN9270	8769001548	09/07/2009	74550	218	*	I
MJA4430	8769001600	09/07/2009	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 230/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 230/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AJN4863	8769067357	07/08/2012	74550	218 * I
IKN6383	8769067416	22/08/2012	74550	218 * I
LWY0844	8769067367	10/08/2012	74550	218 * I
LWY0844	8769067398	17/08/2012	74550	218 * I
LWY0844	8769067403	19/08/2012	74550	218 * I
LYQ9050	8769067275	05/08/2012	74550	218 * I
MCM6349	8769067330	30/07/2012	74630	218 * II
MCM6349	8769067332	30/07/2012	74550	218 * I
MCZ1812	8769067300	20/08/2012	74550	218 * I
MDI4617	8769067283	17/08/2012	74630	218 * II
MEF9642	8769067371	12/08/2012	74550	218 * I
MHD2451	8769067333	30/07/2012	74630	218 * II
MHT8338	8769067352	06/08/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 231/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 231/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CCG4746	8769067439	27/08/2012	74550	218 * I
DZK5049	8769067483	09/09/2012	74550	218 * I
JNA4123	8769067474	07/09/2012	74630	218 * II
JNA4123	8769067470	07/09/2012	74550	218 * I
MGE3847	8769067341	02/08/2012	74550	218 * I
MGI1031	8769067479	08/09/2012	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 233/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 233/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYB7735	8769067467	06/09/2012	74550	218 * I
LYG4416	8769067478	08/09/2012	74550	218 * I
LYJ5194	8769067454	31/08/2012	74550	218 * I
LZL7640	8769067461	02/09/2012	74550	218 * I
MAB6144	8769067477	08/09/2012	74550	218 * I
MBC7509	8769067543	29/09/2012	74550	218 * I
MDC3402	8769067438	27/08/2012	74630	218 * II
MED4983	8769067509	04/10/2012	74550	218 * I
MGD1571	8769067565	03/10/2012	74550	218 * I
MHQ7775	8769067562	02/10/2012	74550	218 * I
MHS8194	8769067484	10/09/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 235/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 235/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BPG4529	8769067599	11/10/2012	74550	218 * I
EDT2840	8769067644	11/10/2012	74550	218 * I
LYC3857	8769067617	15/10/2012	74550	218 * I
MCD5369	8769067623	16/10/2012	74550	218 * I
MHL0604	8769067620	15/10/2012	74550	218 * I
MHO7654	8769067613	14/10/2012	74710	218 * III
MHO7654	8769067668	14/10/2012	74630	218 * II
MJC5472	8769067604	12/10/2012	74710	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 236/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 236/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADR0010	8769067732	20/10/2012	74550	218 * I
GLN2665	8769067727	19/10/2012	74550	218 * I
LZV7525	8769067734	21/10/2012	74550	218 * I

MIS1694 8769067725 19/10/2012 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 237/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 237/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BJG1786	8769067520	07/10/2012	74550	218 * I
BJG1786	8769067589	07/10/2012	74550	218 * I
LWY0844	8769067548	30/09/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 238/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 238/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWV3473	8769067682	16/10/2012	74550	218 * I
LWY0844	8769067669	14/10/2012	74550	218 * I
LWY0844	8769067640	10/10/2012	74550	218 * I
LWY0844	8769067641	10/10/2012	74550	218 * I
LYD7490	8769067490	26/09/2012	74550	218 * I
LYU4839	8769067550	30/09/2012	74550	218 * I
MBV6452	8769067637	09/10/2012	74550	218 * I
MBV6452	8769067646	11/10/2012	74630	218 * II
MBY4861	8769067645	11/10/2012	74550	218 * I
MDN7634	8769067687	17/10/2012	74550	218 * I
MDR7870	8769067663	13/10/2012	74710	218 * III
MFN5301	8769067536	28/09/2012	74550	218 * I
MKJ5273	8769067602	12/10/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 240/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 240/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CIH0963	8769067736	22/10/2012	74630	218 * II
EDT2840	8769067820	23/10/2012	74550	218 * I
ELZ7849	8769067948	06/11/2012	74550	218 * I
MEQ5169	8769067884	31/10/2012	74630	218 * II
MHD4240	8769067927	04/11/2012	74630	218 * II
MIE8899	8769067622	16/10/2012	74550	218 * I
MIQ0574	8769067837	24/10/2012	74550	218 * I
MJD1438	8769067775	03/11/2012	74550	218 * I
MJY2523	8769067935	05/11/2012	74550	218 * I
MKI3729	8769067631	09/10/2012	74550	218 * I
MLN4129	8769067869	30/10/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 241/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 241/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAC2172	8769067605	12/10/2012	74550	218 * I
MEW4721	8769067649	12/10/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 242/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 242/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABF7223	8769067636	09/10/2012	74550	218 * I
ADO6238	8769067803	10/11/2012	74550	218 * I
AKH3460	8769067629	08/10/2012	74550	218 * I
ATE5598	8769067771	02/11/2012	74550	218 * I
BBB8585	8769067973	09/11/2012	74550	218 * I
CIH0963	8769067788	08/11/2012	74550	218 * I
CIH0963	8769067814	22/10/2012	74550	218 * I
CIH0963	8769067743	25/10/2012	74630	218 * II
CIH0963	8769067842	25/10/2012	74550	218 * I
CIH0963	8769067840	24/10/2012	74630	218 * II
EDT2840	8769068070	14/11/2012	74550	218 * I
EDT2840	8769068130	20/11/2012	74630	218 * II
ILL0392	8769067767	01/11/2012	74550	218 * I
ILL0392	8769067893	01/11/2012	74550	218 * I
INX1598	8769068114	18/11/2012	74550	218 * I
IYX7777	8769067751	27/10/2012	74550	218 * I
LWY0844	8769067857	27/10/2012	74550	218 * I

LWY0844	8769067827	23/10/2012	74550	218	*	I
LXY4136	8769067741	24/10/2012	74550	218	*	I
LYY0228	8769068153	23/11/2012	74550	218	*	I
MBM2555	8769067904	02/11/2012	74550	218	*	I
MBT4119	8769067984	10/11/2012	74550	218	*	I
MBT4119	8769067987	10/11/2012	74550	218	*	I
MBV6452	8769067816	22/10/2012	74550	218	*	I
MBV6452	8769067845	25/10/2012	74550	218	*	I
MCG7039	8769068111	18/11/2012	74550	218	*	I
MCM5128	8769068112	18/11/2012	74550	218	*	I
MDN7634	8769067847	25/10/2012	74630	218	*	II
MDO6706	8769068188	28/11/2012	74550	218	*	I
MDP2225	8769067805	10/11/2012	74630	218	*	II
MDP2225	8769067806	10/11/2012	74550	218	*	I
MDP2225	8769067807	10/11/2012	74630	218	*	II
MFC2562	8769067918	03/11/2012	74550	218	*	I
MFI9197	8769067809	11/11/2012	74550	218	*	I
MFI9197	8769067811	11/11/2012	74550	218	*	I
MFI9197	8769067996	11/11/2012	74630	218	*	II
MGP7809	8769067821	23/10/2012	74550	218	*	I
MHE0256	8769067959	07/11/2012	74550	218	*	I
MHE7146	8769068006	13/11/2012	74630	218	*	II
MHL6314	8769068064	13/11/2012	74550	218	*	I
MIG0142	8769067740	23/10/2012	74550	218	*	I
MIT7242	8769067757	28/10/2012	74550	218	*	I
MIY7321	8769067967	08/11/2012	74550	218	*	I
MKI5879	8769067875	30/10/2012	74550	218	*	I
MLA0629	8769068126	19/11/2012	74550	218	*	I
MLA0629	8769068129	19/11/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 244/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 244/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYE2504	8769067785	06/11/2012	74630	218 * II
MAE7336	8769067753	27/10/2012	74550	218 * I
MDX0883	8769067829	24/10/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 246/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 246/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACJ5704	8769068166	25/11/2012	74550	218 * I
AFX5579	8769068370	09/12/2012	74550	218 * I
AHJ8145	8769068141	21/11/2012	74550	218 * I
ANF0239	8769067801	10/11/2012	74550	218 * I
BOG5639	8769068240	13/12/2012	74550	218 * I
BSG1543	8769067808	10/11/2012	74550	218 * I
CAN6710	8769068043	25/11/2012	74550	218 * I
CDU7467	8769068259	16/12/2012	74550	218 * I
GWT3883	8769068285	02/12/2012	74630	218 * II
IFX3047	8769068292	02/12/2012	74550	218 * I
IFX3047	8769068284	02/12/2012	74550	218 * I
IML5535	8769068010	14/11/2012	74550	218 * I

LZD7476	8769068187	28/11/2012	74550	218	*	I
LZE0777	8769068156	24/11/2012	74550	218	*	I
MAE2932	8769067800	10/11/2012	74550	218	*	I
MAK7768	8769068160	24/11/2012	74550	218	*	I
MAM9837	8769068106	17/11/2012	74550	218	*	I
MAO7075	8769068052	28/11/2012	74550	218	*	I
MAQ2979	8769067802	10/11/2012	74630	218	*	II
MAT1896	8769068168	26/11/2012	74550	218	*	I
MBA6571	8769068222	08/12/2012	74550	218	*	I
MBA6571	8769068347	08/12/2012	74550	218	*	I
MBM8573	8769068159	24/11/2012	74550	218	*	I
MBM8573	8769068036	24/11/2012	74550	218	*	I
MBO6973	8769068200	02/12/2012	74550	218	*	I
MBT4119	8769068365	09/12/2012	74550	218	*	I
MBT4119	8769068371	09/12/2012	74550	218	*	I
MCR7211	8769068189	28/11/2012	74550	218	*	I
MCW1815	8769068047	26/11/2012	74630	218	*	II
MDE3598	8769068074	14/11/2012	74550	218	*	I
MDG8130	8769068073	14/11/2012	74550	218	*	I
MEI9388	8769068374	09/12/2012	74550	218	*	I
MGT6446	8769068228	09/12/2012	74550	218	*	I
MGV0477	8769068391	11/12/2012	74550	218	*	I
MGX3278	8769068210	06/12/2012	74550	218	*	I
MHG4517	8769068402	13/12/2012	74550	218	*	I
MHL0716	8769068048	27/11/2012	74630	218	*	II
MHO2551	8769067993	11/11/2012	74550	218	*	I
MHR2179	8769068034	24/11/2012	74550	218	*	I
MHZ2042	8769068180	27/11/2012	74550	218	*	I
MIV8860	8769068227	09/12/2012	74630	218	*	II
MJB3293	8769068009	14/11/2012	74550	218	*	I
MJB3293	8769068152	23/11/2012	74630	218	*	II
MJS3070	8769068417	15/12/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 248/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 248/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHJ7674 8769068075 14/11/2012 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 25/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 25/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEM6157 8769001655 18/08/2009 74550 218 * I
AJD1265 8769001757 14/09/2009 74550 218 * I
AKL8245 8769001778 13/09/2009 74550 218 * I
BOG5639 8769001734 05/09/2009 74550 218 * I
BOG5639 8769001710 03/09/2009 74550 218 * I
CXY0607 8769001638 31/08/2009 74550 218 * I
IIY3576 8769001733 04/09/2009 74550 218 * I
IJP2277 8769001763 11/09/2009 74550 218 * I
JFL5351 8769001700 08/09/2009 74550 218 * I
LYN3531 8769001829 20/09/2009 74550 218 * I
LZD7476 8769001639 31/08/2009 74550 218 * I

MAW3698	8769001668	24/08/2009	74550	218	*	I
MBB9140	8769001750	10/09/2009	74550	218	*	I
MBU5527	8769001747	05/09/2009	74550	218	*	I
MDH6276	8769001758	10/09/2009	74550	218	*	I
MDM9137	8769001703	05/09/2009	74630	218	*	II
MFG1297	8769001766	11/09/2009	74550	218	*	I
MGD6193	8769001665	22/08/2009	74630	218	*	II
MGI1173	8769001748	08/09/2009	74550	218	*	I
MGV2365	8769001654	18/08/2009	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 250/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 250/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKY5765	8769068258	16/12/2012	74550	218 * I
ANF0239	8769068352	08/12/2012	74550	218 * I
LXP4517	8769068363	09/12/2012	74550	218 * I
LYY3772	8769068294	02/12/2012	74550	218 * I
LZL9817	8769068367	09/12/2012	74550	218 * I
MAY1283	8769068291	02/12/2012	74550	218 * I
MCY2526	8769068197	30/11/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 252/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 252/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACV3868	8769068392	11/12/2012	74550	218 * I
AMF2121	8769068199	01/12/2012	74550	218 * I
DSQ8686	8769068354	08/12/2012	74550	218 * I
IYX7777	8769068204	03/12/2012	74550	218 * I
LXA6914	8769068345	08/12/2012	74550	218 * I
LZD7476	8769068304	03/12/2012	74550	218 * I
MDU7092	8769068361	09/12/2012	74550	218 * I
MFP7069	8769068426	16/12/2012	74550	218 * I
MFP7069	8769068263	16/12/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 254/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 254/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYD5245	8769068201	02/12/2012	74550	218 * I
LYL3436	8769068377	09/12/2012	74550	218 * I
MDM1028	8769068212	07/12/2012	74710	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 257/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 257/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LVF5858	8769068369	09/12/2012	74550	218 * I
MHT7007	8769068408	14/12/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 259/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 259/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADO4396	8769069220	09/02/2013	74550	218 * I
ADO6238	8769069063	31/01/2013	74550	218 * I
BPG4529	8769068945	21/01/2013	74550	218 * I
FTG2211	8769069219	09/02/2013	74550	218 * I
JNA4123	8769068987	03/02/2013	74550	218 * I
JPM9184	8769069146	05/02/2013	74550	218 * I
KUJ8384	8769068991	21/01/2013	74550	218 * I
LZO9153	8769069166	07/02/2013	74550	218 * I
MBL8166	8769069174	08/02/2013	74550	218 * I
MCN5127	8769069194	10/02/2013	74550	218 * I
MFI4248	8769069173	08/02/2013	74550	218 * I
MFW5117	8769069043	28/01/2013	74550	218 * I
MHE0256	8769069145	05/02/2013	74630	218 * II
MIN8551	8769069163	06/02/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 261/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 261/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJP8607	8769069212	17/02/2013	74550	218 * I
MIP3211	8769069256	15/02/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 263/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 263/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOX2279	8769069209	17/02/2013	74550	218 * I
BOO9037	8769068947	21/01/2013	74550	218 * I
LXG7184	8769069002	23/01/2013	74550	218 * I
MAQ9803	8769069270	17/02/2013	74550	218 * I
MCN8876	8769069144	05/02/2013	74550	218 * I
MCY2988	8769068949	22/01/2013	74550	218 * I
MDW0381	8769069210	17/02/2013	74550	218 * I
MEU7016	8769069214	18/02/2013	74550	218 * I
MEU7016	8769069271	18/02/2013	74550	218 * I
MEU7016	8769069272	18/02/2013	74550	218 * I
MFO0776	8769069007	24/01/2013	74550	218 * I
MIM5203	8769068943	20/01/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 265/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 265/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMO1066	8769069547	22/02/2013	74550	218 * I
DON8217	8769068973	29/01/2013	74630	218 * II
DON8217	8769069052	29/01/2013	74630	218 * II
LXA6914	8769069222	09/02/2013	74550	218 * I
LZF5981	8769068954	25/01/2013	74550	218 * I
LZT9912	8769068968	27/01/2013	74630	218 * II
MAB6170	8769069068	01/02/2013	74550	218 * I
MAT1896	8769069053	29/01/2013	74550	218 * I
MCX8104	8769068981	31/01/2013	74550	218 * I
MDC2202	8769069192	10/02/2013	74550	218 * I
MDE9112	8769068993	21/01/2013	74550	218 * I
MDN7634	8769069006	23/01/2013	74550	218 * I
MDV7392	8769068995	22/01/2013	74550	218 * I
MEU4339	8769069225	09/02/2013	74550	218 * I
MGV4660	8769069155	06/02/2013	74630	218 * II
MHJ5764	8769069137	04/02/2013	74550	218 * I
MJG9745	8769069060	30/01/2013	74550	218 * I
MKA6385	8769069230	10/02/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 266/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 266/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ART1202	8769069202	15/02/2013	74550	218 * I
ART1202	8769069203	15/02/2013	74550	218 * I
MDE3598	8769069250	14/02/2013	74550	218 * I
MFP6519	8769069189	10/02/2013	74550	218 * I
MFV6274	8769069199	12/02/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 267/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 267/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGT2313	8769069221	09/02/2013	74550	218 * I
LYM5863	8769069242	13/02/2013	74630	218 * II
LZC4162	8769068980	30/01/2013	74550	218 * I
LZE0777	8769069169	07/02/2013	74550	218 * I
MAE7614	8769069055	29/01/2013	74550	218 * I
MAM0360	8769069172	07/02/2013	74550	218 * I
MJE2237	8769069498	27/02/2013	74630	218 * II
MJE2237	8769069571	27/02/2013	74630	218 * II
MJE2237	8769069573	27/02/2013	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 268/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 268/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ICO8367	8769070172	07/03/2013	74550	218 * I
ILW1489	8769069559	24/02/2013	74550	218 * I
IOY1850	8769070240	08/03/2013	74550	218 * I
JPL4869	8769070247	09/03/2013	74550	218 * I
LZO9153	8769070255	10/03/2013	74630	218 * II
LZO9153	8769070279	14/03/2013	74550	218 * I
LZP1201	8769069506	28/02/2013	74550	218 * I
LZV7525	8769070210	22/03/2013	74550	218 * I
MAC5314	8769070343	22/03/2013	74550	218 * I
MBC7509	8769070333	21/03/2013	74550	218 * I
MBD1127	8769070254	10/03/2013	74630	218 * II
MBN1358	8769069535	20/02/2013	74550	218 * I
MBQ8817	8769069470	19/02/2013	74550	218 * I
MBQ8817	8769069471	19/02/2013	74550	218 * I
MCW4273	8769070299	17/03/2013	74550	218 * I
MGS6657	8769070328	20/03/2013	74550	218 * I
MHN2036	8769070223	06/03/2013	74550	218 * I
MIJ4517	8769069476	20/02/2013	74630	218 * II
MIS1694	8769070342	22/03/2013	74550	218 * I
MIS9086	8769069479	21/02/2013	74550	218 * I
MJX7286	8769069541	21/02/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 27/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 27/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEM2843	8769001669	24/08/2009	74550	218 * I
AGM2982	8769001637	31/08/2009	74550	218 * I
DAK7278	8769001677	15/08/2009	74550	218 * I
LYV9805	8769001635	30/08/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 270/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 270/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIV7263 8769069539 21/02/2013 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 271/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 271/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGH1129	8769070294	16/03/2013	74550	218 * I
MIW1043	8769069493	26/02/2013	74550	218 * I
MJK3984	8769070263	11/03/2013	74550	218 * I
ODC7770	8769070327	20/03/2013	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 273/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 273/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALW1379	8769070180	09/03/2013	74550	218 * I
DIS4432	8769070259	10/03/2013	74550	218 * I
HJA3126	8769070249	09/03/2013	74550	218 * I
LZF5981	8769070284	14/03/2013	74550	218 * I
MBN6594	8769070250	09/03/2013	74630	218 * II
MDW5877	8769070201	18/03/2013	74630	218 * II
MER6348	8769070350	23/03/2013	74550	218 * I
MGR1039	8769070269	12/03/2013	74550	218 * I
MID3263	8769070290	15/03/2013	74550	218 * I
MLB5969	8769070332	21/03/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 279/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 279/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APQ8656	8769069581	28/02/2013	74630	218 * II
LYN7690	8769069500	27/02/2013	74550	218 * I
MAR8347	8769069583	28/02/2013	74550	218 * I
MCU1399	8769070312	19/03/2013	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 286/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 286/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGL0367	8769070265	12/03/2013	74630	218 * II
MBX5460	8769070273	12/03/2013	74550	218 * I
MBX5460	8769070186	12/03/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 29/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 29/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBJ8827 8769001870 29/09/2009 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 3/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 3/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCP8871 8769000796 26/04/2009 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 30/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 30/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LAV4216	8769001902	04/10/2009	74550	218 * I
LYR0550	8769001921	03/10/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 31/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 31/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAR1246	8769001972	11/10/2009	74550	218 * I
AEM2843	8769001941	06/10/2009	74550	218 * I
BMV3853	8769001975	12/10/2009	74550	218 * I
MGE2812	8769001958	12/10/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 32/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 32/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXQ1274	8769001950	09/10/2009	74550	218 * I
LXQ1274	8769001969	09/10/2009	74550	218 * I
LZD7476	8769001947	08/10/2009	74550	218 * I
MAM3951	8769001979	12/10/2009	74550	218 * I
MAT7240	8769001930	10/10/2009	74550	218 * I
MAU2889	8769001959	12/10/2009	74550	218 * I
MBB7435	8769001934	11/10/2009	74550	218 * I
MEH4433	8769001961	07/10/2009	74550	218 * I
MEO8860	8769001966	09/10/2009	74550	218 * I
MIO9449	8769001949	09/10/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 34/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 34/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABD8273	8769001984	19/10/2009	74550	218 * I
AEM2843	8769001892	28/09/2009	74550	218 * I
AEM2843	8769001822	19/09/2009	74550	218 * I
BFP8006	8769000881	07/05/2009	74550	218 * I
BNV4147	8769001824	19/09/2009	74550	218 * I
BOK3067	8769002012	18/10/2009	74550	218 * I
BYC2488	8769001893	30/09/2009	74550	218 * I
BYC2488	8769001844	30/09/2009	74550	218 * I
CFX1559	8769001783	16/09/2009	74550	218 * I
CSA7722	8769001820	18/09/2009	74550	218 * I
CXN1219	8769001967	09/10/2009	74550	218 * I
IAW5302	8769001813	17/09/2009	74710	218 * III
JFC0862	8769001787	20/09/2009	74550	218 * I
JFC0862	8769001899	02/10/2009	74550	218 * I
LNA4031	8769001911	03/10/2009	74550	218 * I
LXH6329	8769001987	15/10/2009	74630	218 * II
LXI8453	8769001889	27/09/2009	74630	218 * II
LXI8453	8769001891	28/09/2009	74550	218 * I
LXW3394	8769001985	13/10/2009	74550	218 * I
LXW3394	8769001980	13/10/2009	74630	218 * II
LXW3394	8769001981	13/10/2009	74550	218 * I
LXW3394	8769001933	11/10/2009	74550	218 * I
LXW3394	8769001926	11/10/2009	74550	218 * I
LYF1001	8769001956	11/10/2009	74550	218 * I
LYG9701	8769001282	22/05/2009	74630	218 * II
LYP9400	8769001841	24/09/2009	74550	218 * I
LYV6010	8769001729	02/09/2009	74550	218 * I

LYZ0050	8769001830	20/09/2009	74550	218	*	I
LYZ4112	8769001856	21/09/2009	74550	218	*	I
LZD7476	8769001781	16/09/2009	74550	218	*	I
LZO5074	8769001836	19/09/2009	74550	218	*	I
LZX0697	8769001932	11/10/2009	74550	218	*	I
LZZ6819	8769002031	08/11/2009	74550	218	*	I
MAF5618	8769001852	28/09/2009	74550	218	*	I
MAT1307	8769001698	06/09/2009	74550	218	*	I
MBA5926	8769001270	22/05/2009	74550	218	*	I
MBD3776	8769001922	05/10/2009	74550	218	*	I
MBW0046	8769001826	20/09/2009	74550	218	*	I
MBW1005	8769001938	06/10/2009	74550	218	*	I
MCH4823	8769001304	28/05/2009	74630	218	*	II
MCH4823	8769001322	28/05/2009	74550	218	*	I
MDN8125	8769001986	14/10/2009	74550	218	*	I
MFB9857	8769001997	15/10/2009	74550	218	*	I
MFM0955	8769000896	05/05/2009	74550	218	*	I
MFM0955	8769001914	05/10/2009	74550	218	*	I
MFT0919	8769001869	29/09/2009	74550	218	*	I
MFT7834	8769001942	07/10/2009	74550	218	*	I
MGH2262	8769001896	04/10/2009	74550	218	*	I
MGK2034	8769001823	19/09/2009	74550	218	*	I
MGL8032	8769001772	10/09/2009	74630	218	*	II
MKS2610	8769001802	14/09/2009	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 36/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 36/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJD8502	8769002029	04/11/2009	74550	218 * I
MFS9337	8769002066	25/11/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 38/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 38/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQK8340	8769002220	07/12/2009	74630	218 * II
IJX2680	8769002265	08/12/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 39/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 39/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BYC2488	8769002062	06/11/2009	74630	218 * II
CFX4949	8769001697	05/09/2009	74550	218 * I
CXW7089	8769002036	08/11/2009	74630	218 * II
DAM8984	8769002051	08/11/2009	74550	218 * I
LWS3911	8769001754	12/09/2009	74550	218 * I
LYO7320	8769001780	14/09/2009	74550	218 * I
LYP9400	8769001749	12/09/2009	74630	218 * II
MAF4238	8769002048	07/11/2009	74550	218 * I
MAM3951	8769002064	08/11/2009	74550	218 * I
MAM3951	8769002052	08/11/2009	74630	218 * II
MBH2286	8769002252	06/12/2009	74550	218 * I
MCD4964	8769002201	03/12/2009	74550	218 * I
MER0445	8769002189	06/12/2009	74550	218 * I
MER0445	8769002254	06/12/2009	74550	218 * I
MEX7691	8769002100	23/11/2009	74550	218 * I
MFP6679	8769002111	24/11/2009	74550	218 * I
MFP6679	8769002159	24/11/2009	74710	218 * III
MGH2262	8769002028	08/11/2009	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 4/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 4/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABB9049	8769000634	05/04/2009	74550	218 * I
AEU1067	8769000607	01/04/2009	74550	218 * I
AHY8435	8769000824	03/05/2009	74550	218 * I
AJE9591	8769000681	10/04/2009	74550	218 * I
AJE9591	8769000663	10/04/2009	74550	218 * I
BUM4005	8769000692	12/04/2009	74630	218 * II
CAM7759	8769000737	19/04/2009	74550	218 * I
CNW9787	8769000792	16/04/2009	74550	218 * I
CRK9897	8769000891	04/05/2009	74550	218 * I
CZK1514	8769000578	04/04/2009	74550	218 * I
IAZ8877	8769000736	19/04/2009	74550	218 * I
IBF7694	8769000668	12/04/2009	74550	218 * I
IHC0073	8769000573	02/04/2009	74550	218 * I
JPG6999	8769000565	31/03/2009	74550	218 * I
KQM2656	8769000635	05/04/2009	74550	218 * I
LXA8794	8769000797	27/04/2009	74550	218 * I
LXB5432	8769000760	13/04/2009	74550	218 * I
LYG0301	8769000840	03/05/2009	74630	218 * II
LYG0301	8769000847	04/05/2009	74630	218 * II
LYG0301	8769000821	03/05/2009	74550	218 * I
LYH7868	8769000855	02/05/2009	74550	218 * I
LYM6437	8769000863	01/05/2009	74550	218 * I
LYQ7352	8769000859	27/04/2009	74710	218 * III
LZI8951	8769000886	09/05/2009	74550	218 * I
MAL1060	8769000613	02/04/2009	74550	218 * I
MAV0367	8769000753	16/04/2009	74550	218 * I
MBI1964	8769000789	20/04/2009	74550	218 * I
MBS7934	8769000773	14/04/2009	74550	218 * I
MBX6998	8769000579	04/04/2009	74630	218 * II
MCE5849	8769000595	07/04/2009	74630	218 * II
MDA1800	8769000676	10/04/2009	74550	218 * I
MDS5235	8769000609	01/04/2009	74630	218 * II
MDU5197	8769000811	27/04/2009	74550	218 * I
MEQ2755	8769000779	16/04/2009	74550	218 * I
MEW0795	8769000904	08/05/2009	74550	218 * I
MFJ6106	8769000667	11/04/2009	74550	218 * I
MFJ6106	8769000683	11/04/2009	74630	218 * II
MGE6589	8769000662	10/04/2009	74550	218 * I
MHE4372	8769000705	11/04/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 41/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 41/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKS3620	8769002496	08/01/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 43/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 43/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACQ8394	8769002068	25/11/2009	74550	218 * I
AEM2843	8769002071	29/11/2009	74630	218 * II
AEU1067	8769002125	27/11/2009	74550	218 * I
AMT1752	8769002166	26/11/2009	74550	218 * I
AOG0973	8769002310	15/12/2009	74550	218 * I
BOK3067	8769002245	05/12/2009	74630	218 * II
GUQ9832	8769002207	04/12/2009	74550	218 * I
JUK3363	8769002186	01/12/2009	74550	218 * I
KBM4986	8769002346	14/12/2009	74550	218 * I
LXY6611	8769002082	25/11/2009	74550	218 * I
MAA1487	8769002131	30/11/2009	74550	218 * I
MBB7819	8769002173	27/11/2009	74630	218 * II
MCJ5669	8769002347	14/12/2009	74550	218 * I
MCP2444	8769002170	27/11/2009	74550	218 * I
MDK1875	8769002151	23/11/2009	74550	218 * I
MEU4339	8769002218	07/12/2009	74550	218 * I
MFE1556	8769002075	19/11/2009	74550	218 * I
MGP4889	8769002107	24/11/2009	74550	218 * I
MHA7290	8769002230	02/12/2009	74550	218 * I
MHA9684	8769002073	18/11/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 45/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 45/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LNA4031	8769002191	07/12/2009	74550	218 * I
LYX6388	8769002446	04/01/2010	74550	218 * I
MCQ8828	8769002256	06/12/2009	74550	218 * I
MDW0175	8769002154	23/11/2009	74550	218 * I
MFC3638	8769002225	01/12/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 47/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 47/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEM2843	8769002180	29/11/2009	74550	218 * I
AFK0728	8769002304	14/12/2009	74550	218 * I
ALM4925	8769002222	08/12/2009	74550	218 * I
AMI7563	8769002308	15/12/2009	74550	218 * I
KFN6574	8769002484	05/01/2010	74630	218 * II
KFN6574	8769002487	06/01/2010	74550	218 * I
KFN6574	8769002475	08/01/2010	74550	218 * I
LWT5375	8769002315	16/12/2009	74550	218 * I
MAJ6981	8769002188	03/12/2009	74550	218 * I
MAV9588	8769002195	06/12/2009	74550	218 * I
MBD2473	8769002136	01/12/2009	74630	218 * II
MBZ2284	8769002450	06/01/2010	74630	218 * II
MBZ2284	8769002452	06/01/2010	74630	218 * II
MCK3622	8769002104	23/11/2009	74550	218 * I
MDT6024	8769002258	07/12/2009	74550	218 * I
MFC3638	8769002462	06/01/2010	74550	218 * I
MFC9377	8769002469	07/01/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 49/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 49/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABB5767	8769002240	04/12/2009	74550	218	*	I
ABB5767	8769002260	07/12/2009	74550	218	*	I
ACC0900	8769002500	09/01/2010	74550	218	*	I
ACT3482	8769002499	09/01/2010	74550	218	*	I
AIH4955	8769002246	05/12/2009	74550	218	*	I
ALE0087	8769002372	27/12/2009	74550	218	*	I
BOK3067	8769002509	10/01/2010	74550	218	*	I
CIM2852	8769002373	28/12/2009	74550	218	*	I
LNA4031	8769002174	27/11/2009	74550	218	*	I
LNC6294	8769002370	26/12/2009	74550	218	*	I
LWU9880	8769002467	07/01/2010	74550	218	*	I
LWY6597	8769002505	10/01/2010	74630	218	*	II
LXH4273	8769002192	01/12/2009	74550	218	*	I
LXO2012	8769002103	23/11/2009	74550	218	*	I
LYS9235	8769002337	12/12/2009	74550	218	*	I
LYY2022	8769002253	06/12/2009	74550	218	*	I
LZC6139	8769002506	10/01/2010	74550	218	*	I
MAK4011	8769002248	06/12/2009	74550	218	*	I
MAK4011	8769002250	06/12/2009	74550	218	*	I
MAP2411	8769002380	31/12/2009	74550	218	*	I
MBX9694	8769002374	29/12/2009	74550	218	*	I
MBX9694	8769002358	29/12/2009	74550	218	*	I
MCK8854	8769002238	03/12/2009	74550	218	*	I
MDN0294	8769002344	13/12/2009	74550	218	*	I
MDW0175	8769002336	11/12/2009	74550	218	*	I
MEW2152	8769002284	10/12/2009	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 5/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 5/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJV3189	8769000869	07/05/2009	74550	218 * I
KQL0812	8769000678	10/04/2009	74550	218 * I
LWR6862	8769000711	12/04/2009	74550	218 * I
MAD2440	8769000803	25/04/2009	74550	218 * I
MAW3698	8769000696	08/04/2009	74550	218 * I
MBN9312	8769000788	19/04/2009	74550	218 * I
MMD1780	8769000801	23/04/2009	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 51/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 51/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDX4080	87690002811	23/02/2010	74550	218 * I
IET4708	87690002697	07/02/2010	74630	218 * II
KEQ9044	87690002510	10/01/2010	74550	218 * I
LWU9880	87690002608	28/01/2010	74550	218 * I
LXM6666	87690002562	25/01/2010	74630	218 * II
LZO4761	87690002824	27/02/2010	74550	218 * I
MBA1459	87690002803	28/02/2010	74550	218 * I
MBW1005	87690002812	23/02/2010	74550	218 * I
MEU0559	87690002701	09/02/2010	74550	218 * I
MFQ7098	87690002635	28/01/2010	74630	218 * II
MFQ7098	87690002573	28/01/2010	74550	218 * I

MFQ7098	8769002601	28/01/2010	74550	218	*	I
MHG2051	8769002673	04/02/2010	74550	218	*	I
MJP4210	8769002543	26/01/2010	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 52/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 52/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYZ0717	8769002471	07/01/2010	74630	218 * II
MFF9826	8769002474	08/01/2010	74550	218 * I
MJJ0530	8769002503	10/01/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 54/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 54/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AAK0120	8769002738	14/02/2010	74550	218 * I
AFP2094	8769002371	27/12/2009	74550	218 * I
AHI8707	8769002667	04/02/2010	74550	218 * I
AKJ0994	8769002736	13/02/2010	74550	218 * I
ANN7700	8769002479	09/01/2010	74550	218 * I
ASR4663	8769002489	06/01/2010	74550	218 * I
JOL9840	8769002778	20/02/2010	74550	218 * I
JYM6430	8769002558	23/01/2010	74550	218 * I
KES9580	8769002713	13/02/2010	74550	218 * I
LYC5394	8769002725	11/02/2010	74550	218 * I
LYX4388	8769002741	15/02/2010	74550	218 * I
LZK6400	8769002644	31/01/2010	74550	218 * I
MAY4164	8769002633	27/01/2010	74550	218 * I
MBW1005	8769002622	02/02/2010	74550	218 * I
MBX1870	8769002494	07/01/2010	74550	218 * I
MBX1870	8769002470	07/01/2010	74550	218 * I
MCC7065	8769002753	11/02/2010	74550	218 * I
MFC3638	8769002602	28/01/2010	74550	218 * I
MFR4173	8769002568	28/01/2010	74550	218 * I
MGA4632	8769002481	10/01/2010	74550	218 * I
MGE8864	8769002698	08/02/2010	74550	218 * I
MGF5584	8769002742	15/02/2010	74550	218 * I
MGJ6562	8769002575	02/02/2010	74630	218 * II
MHA6309	8769002472	07/01/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 55/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 55/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADV3578	8769002756	13/02/2010	74550	218 * I
AFA6843	8769002895	03/03/2010	74550	218 * I
AHJ8145	8769002611	29/01/2010	74550	218 * I
AJL9918	8769002609	28/01/2010	74550	218 * I
ALE0087	8769002802	28/02/2010	74550	218 * I
BOK3067	8769002890	01/03/2010	74630	218 * II
CAT3891	8769002855	03/03/2010	74550	218 * I
CAT3891	8769002861	03/03/2010	74550	218 * I
CHW0881	8769002849	27/02/2010	74550	218 * I
CTK1948	8769002965	21/03/2010	74550	218 * I
DET5810	8769002978	12/03/2010	74550	218 * I
DMG3175	8769002631	27/01/2010	74550	218 * I
IAY2876	8769002559	23/01/2010	74630	218 * II
IME0134	8769002656	06/02/2010	74550	218 * I
IME0134	8769002660	06/02/2010	74630	218 * II
IME0134	8769002678	06/02/2010	74550	218 * I
JYL5451	8769002716	14/02/2010	74550	218 * I
LWR9814	8769002551	19/01/2010	74550	218 * I
LWU6713	8769002514	21/01/2010	74550	218 * I
LXQ1274	8769002599	27/01/2010	74550	218 * I
LXU2306	8769002866	07/03/2010	74630	218 * II
LYE5630	8769002718	14/02/2010	74550	218 * I
LYE5630	8769002518	21/01/2010	74550	218 * I
LYP5073	8769003012	13/03/2010	74630	218 * II
LYY2022	8769002796	20/02/2010	74550	218 * I
LZG2688	8769003018	15/03/2010	74550	218 * I
LZN5612	8769002775	18/02/2010	74550	218 * I
LZQ7823	8769002712	13/02/2010	74550	218 * I
MAK7081	8769002566	27/01/2010	74550	218 * I
MAM3054	8769003011	12/03/2010	74630	218 * II
MAZ4733	8769002816	24/02/2010	74550	218 * I
MAZ4733	8769002799	24/02/2010	74630	218 * II
MAZ7485	8769002519	24/01/2010	74550	218 * I
MBS7549	8769002679	07/02/2010	74550	218 * I
MBW1005	8769002868	02/03/2010	74550	218 * I

MBW5770	8769002828	28/02/2010	74550	218	*	I
MBW5770	8769002790	20/02/2010	74550	218	*	I
MBX9694	8769002797	22/02/2010	74630	218	*	II
MBX9694	8769002804	22/02/2010	74630	218	*	II
MBY7361	8769002711	11/02/2010	74550	218	*	I
MCL5894	8769002638	29/01/2010	74630	218	*	II
MCM4885	8769002801	25/02/2010	74550	218	*	I
MCZ2607	8769002574	30/01/2010	74550	218	*	I
MDN1184	8769002862	03/03/2010	74630	218	*	II
MDS6027	8769002850	28/02/2010	74550	218	*	I
MEI9716	8769002841	24/02/2010	74550	218	*	I
MES5999	8769002946	08/03/2010	74550	218	*	I
MFA6139	8769002864	06/03/2010	74630	218	*	II
MFE6285	8769002744	16/02/2010	74550	218	*	I
MFF0549	8769002953	10/03/2010	74550	218	*	I
MFH2602	8769002980	12/03/2010	74550	218	*	I
MFR9201	8769002853	01/03/2010	74550	218	*	I
MFW1868	8769002715	14/02/2010	74630	218	*	II
MGI0945	8769002555	21/01/2010	74550	218	*	I
MGM7865	8769003020	16/03/2010	74550	218	*	I
MGN1020	8769002557	23/01/2010	74550	218	*	I
MGZ0232	8769002662	03/02/2010	74550	218	*	I
MHC1045	8769002962	11/03/2010	74550	218	*	I
MHE4041	8769002668	04/02/2010	74550	218	*	I
MHI9859	8769002794	19/02/2010	74550	218	*	I
MKF9400	8769002643	31/01/2010	74550	218	*	I
MSK6992	8769002517	19/01/2010	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 57/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 57/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABW5920	8769003047	23/03/2010	74550	218 * I
LZQ7823	8769002910	08/03/2010	74630	218 * II
MAL9706	8769003044	26/03/2010	74550	218 * I
MBD3776	8769002886	05/03/2010	74630	218 * II
MFG1297	8769003021	16/03/2010	74630	218 * II
MFK0831	8769002888	07/03/2010	74550	218 * I
MFT0721	8769002854	03/03/2010	74630	218 * II
MFT0721	8769002877	03/03/2010	74550	218 * I
MIE4800	8769003040	24/03/2010	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 59/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 59/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADO1476	8769002791	20/02/2010	74550	218 * I
APK8200	8769003024	17/03/2010	74550	218 * I
BGN6055	8769003000	19/03/2010	74550	218 * I
KEQ9044	8769002561	24/01/2010	74550	218 * I
LXQ3115	8769003027	17/03/2010	74550	218 * I
LXT8304	8769003060	24/03/2010	74550	218 * I
LZR8318	8769002974	20/03/2010	74550	218 * I
MAV4464	8769002702	10/02/2010	74550	218 * I

MAV4464	8769002750	10/02/2010	74710	218	*	III
MHD3004	8769003017	15/03/2010	74550	218	*	I
NEZ4111	8769002542	25/01/2010	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 61/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 61/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMA7726	8769002988	14/03/2010	74550	218 * I
LYE5630	8769002969	16/03/2010	74550	218 * I
MFD6887	8769003133	09/04/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 62/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 62/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CHS6083	8769003155	18/04/2010	74550	218 * I
JZQ4602	8769003093	31/03/2010	74550	218 * I
KFN6574	8769003123	05/04/2010	74550	218 * I
LWS4847	8769002793	19/02/2010	74550	218 * I
LXQ3115	8769002800	24/02/2010	74550	218 * I
LXQ3115	8769002839	24/02/2010	74630	218 * II
LXT2859	8769002699	08/02/2010	74550	218 * I
LYT0638	8769002846	26/02/2010	74630	218 * II
LZD7476	8769002772	16/02/2010	74550	218 * I
LZX9124	8769003076	05/04/2010	74550	218 * I
MBN7995	8769002961	11/03/2010	74550	218 * I
MBW6970	8769002771	16/02/2010	74550	218 * I
MDX0756	8769003144	08/04/2010	74550	218 * I
MFA6911	8769002787	19/02/2010	74550	218 * I
MGO6906	8769003013	13/03/2010	74550	218 * I
MGW1519	8769002624	02/02/2010	74550	218 * I
MHT4363	8769003139	08/04/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 64/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 64/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGD5431	8769003070	30/03/2010	74550	218 * I
AGD5431	8769003079	30/03/2010	74550	218 * I
AJC5074	8769003068	28/03/2010	74630	218 * II
AKO8821	8769003166	13/04/2010	74550	218 * I
CBF1888	8769003056	28/03/2010	74550	218 * I
CJX3694	8769003191	19/04/2010	74550	218 * I
CWI7085	8769003181	20/04/2010	74550	218 * I
LXN4202	8769003057	22/03/2010	74550	218 * I
LYP0244	8769003179	24/04/2010	74550	218 * I
LYT6133	8769003045	28/03/2010	74550	218 * I
LZE2730	8769003184	23/04/2010	74550	218 * I
LZH5856	8769003193	20/04/2010	74550	218 * I
LZW3724	8769003081	03/04/2010	74550	218 * I
MBA5278	8769003036	24/03/2010	74550	218 * I
MBC7719	8769003131	11/04/2010	74550	218 * I
MDE9905	8769003053	26/03/2010	74550	218 * I
MFK0831	8769003196	23/04/2010	74630	218 * II
MGH6295	8769003161	17/04/2010	74550	218 * I
MGI5576	8769003134	11/04/2010	74630	218 * II
MGM4284	8769003104	04/04/2010	74550	218 * I
MHB7353	8769003074	03/04/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8769 66/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 66/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBA5926 8769003162 19/04/2010 74550 218 * I

MHA6419 8769003188 24/04/2010 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8769 68/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 68/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCJ9217 8769002476 09/01/2010 74550 218 * I

MES4057 8769002837 24/02/2010 74550 218 * I

MFT7834 8769025958 01/06/2010 74550 218 * I

MIJ1470 8769025950 31/05/2010 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 7/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 7/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MCO8504	8769000848	04/05/2009	74550	218 * I
---------	------------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 70/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 70/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJZ7577	8769025988	03/06/2010	74550	218 * I
CPA8946	8769025937	30/05/2010	74550	218 * I
GQZ3681	8769025961	01/06/2010	74550	218 * I
MDZ6368	8769010791	08/06/2010	74710	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 71/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 71/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACR1881	8769002539	23/01/2010	74630	218 * II
AIK8379	8769002359	29/12/2009	74550	218 * I
CHH2451	8769026386	02/08/2010	74710	218 * III
GZE9529	8769026207	14/07/2010	74550	218 * I
LXH0350	8769026147	09/07/2010	74550	218 * I
LXL9480	8769010865	09/07/2010	74550	218 * I
LZY0499	8769010835	25/06/2010	74550	218 * I
MAJ6981	8769010832	24/06/2010	74550	218 * I
MAU4210	8769026262	21/07/2010	74550	218 * I
MBH1937	8769002369	26/12/2009	74550	218 * I
MCK3622	8769010856	06/07/2010	74550	218 * I
MCW1325	8769010833	24/06/2010	74550	218 * I
MDV2725	8769026331	29/07/2010	74550	218 * I
MEC7077	8769002427	31/12/2009	74550	218 * I
MFE1350	8769026140	08/07/2010	74550	218 * I
MGC8638	8769002416	27/12/2009	74550	218 * I
MGD6193	8769002415	26/12/2009	74550	218 * I
MGI1238	8769002515	21/01/2010	74550	218 * I
MGL6270	8769026138	08/07/2010	74630	218 * II
MHK4854	8769010797	09/06/2010	74550	218 * I
MHM1761	8769026241	19/07/2010	74550	218 * I
MJN5200	8769026372	01/08/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 73/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 73/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAW6392	8769026023	06/06/2010	74550	218 * I
ALT8471	8769025946	30/05/2010	74550	218 * I
CCB0165	8769025967	01/06/2010	74550	218 * I
IGW5791	8769010792	08/06/2010	74550	218 * I
MDD3807	8769026025	06/06/2010	74550	218 * I
MDS2252	8769026186	13/07/2010	74550	218 * I
MFV8797	8769003121	04/04/2010	74630	218 * II
MGB0474	8769025996	04/06/2010	74550	218 * I
MHF7715	8769010863	09/07/2010	74550	218 * I
MHF7715	8769010869	09/07/2010	74550	218 * I
MHN8056	8769026325	28/07/2010	74630	218 * II
MLC2800	8769010944	12/08/2010	74550	218 * I
MLC2800	8769026476	12/08/2010	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 75/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 75/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADC5414	8769026455	09/08/2010	74550	218 * I
AHJ8145	8769026401	05/08/2010	74550	218 * I
IDP3545	8769010947	12/08/2010	74550	218 * I
IDP3545	8769026477	12/08/2010	74630	218 * II
MAA1487	8769026474	11/08/2010	74550	218 * I
MCY9921	8769010935	06/08/2010	74550	218 * I

MDN3283 8769026044 08/06/2010 74550 218 * I
MGM3716 8769026028 06/06/2010 74710 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 77/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 77/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AKO8821	8769026366	01/08/2010	74710	218 * III
BOF6481	8769026454	09/08/2010	74550	218 * I
BRC7595	8769026027	06/06/2010	74710	218 * III
CVY2241	8769010899	26/07/2010	74550	218 * I
CVY2241	8769026305	26/07/2010	74550	218 * I
DEE3813	8769025952	31/05/2010	74630	218 * II
IGW5791	8769010828	21/06/2010	74550	218 * I
LXX3060	8769026464	10/08/2010	74630	218 * II
MAG1863	8769026416	06/08/2010	74550	218 * I
MAS1141	8769026383	02/08/2010	74550	218 * I
MAS1141	8769026384	02/08/2010	74630	218 * II
MAS4542	8769025941	30/05/2010	74550	218 * I
MBI1765	8769026447	08/08/2010	74550	218 * I
MBT0083	8769010809	13/06/2010	74550	218 * I
MEC4396	8769026440	08/08/2010	74550	218 * I
MEP9170	8769026373	01/08/2010	74550	218 * I
MFG8130	8769026343	31/07/2010	74550	218 * I
MFG8130	8769026347	31/07/2010	74550	218 * I
MFR6317	8769025987	03/06/2010	74550	218 * I
MFY8663	8769026231	17/07/2010	74630	218 * II

MGE4455	8769026205	14/07/2010	74550	218	*	I
MHJ4875	8769010906	29/07/2010	74550	218	*	I
MHK9479	8769026418	06/08/2010	74550	218	*	I
MHL0604	8769026413	06/08/2010	74630	218	*	II
MIF3020	8769026468	11/08/2010	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 79/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 79/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ALD6354	8769010905	29/07/2010	74550	218	*	I
ALD6354	8769026332	29/07/2010	74550	218	*	I
MFL3706	8769010911	01/08/2010	74550	218	*	I
MIL1994	8769010939	09/08/2010	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 8/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 8/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYG0301	8769001289	27/05/2009	74550	218 * I
LYG0301	8769001306	30/05/2009	74630	218 * II
LYG9701	8769001296	25/05/2009	74550	218 * I
LZT3223	8769000825	04/05/2009	74630	218 * II
MIU2330	8769001329	29/05/2009	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 81/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 81/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYH3419	8769010230	25/09/2010	74550	218 * I
MAN0840	8769010200	15/09/2010	74550	218 * I
MAP2411	8769010217	23/09/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 82/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 82/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABW4576	8769013065	14/10/2010	74550	218 * I
AGY9796	8769026217	15/07/2010	74550	218 * I
ANA1713	8769010202	16/09/2010	74550	218 * I
ATI2002	8769012158	12/10/2010	74550	218 * I
BAM2828	8769012139	10/10/2010	74550	218 * I
LWY1053	8769026033	07/06/2010	74710	218 * III
LZK6400	8769011510	19/09/2010	74550	218 * I

LZM0453	8769025939	30/05/2010	74710	218	*	III
MAN0840	8769012202	07/10/2010	74630	218	*	II
MAW3698	8769026026	06/06/2010	74550	218	*	I
MBD9763	8769026259	21/07/2010	74630	218	*	II
MBN0604	8769013059	13/10/2010	74550	218	*	I
MCN1203	8769013073	14/10/2010	74630	218	*	II
MDV2725	8769011463	16/09/2010	74550	218	*	I
MDX5777	8769011580	25/09/2010	74550	218	*	I
MGW5610	8769010229	25/09/2010	74550	218	*	I
MIA9820	8769012084	06/10/2010	74550	218	*	I
MIF9515	8769012078	05/10/2010	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 84/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 84/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJC2733	8769012129	10/10/2010	74550	218 * I
AKX8726	8769011454	15/09/2010	74630	218 * II
AOD8697	8769013824	27/10/2010	74630	218 * II
ART2718	8769012085	06/10/2010	74550	218 * I
DUN3881	8769014353	03/11/2010	74630	218 * II
IBG8600	8769014294	30/10/2010	74550	218 * I
LXB5459	8769012171	12/10/2010	74550	218 * I
LXB6556	8769014310	31/10/2010	74550	218 * I
LYF2291	8769013702	22/10/2010	74550	218 * I
LYG2454	8769013745	21/10/2010	74550	218 * I
LYH7272	8769012182	12/10/2010	74630	218 * II

LYP7461	8769012215	13/10/2010	74550	218	*	I
LZR4184	8769013792	25/10/2010	74630	218	*	II
MAC4724	8769026448	08/08/2010	74550	218	*	I
MAO7075	8769010879	16/07/2010	74550	218	*	I
MBD9547	8769010208	18/09/2010	74630	218	*	II
MCF2017	8769012166	12/10/2010	74630	218	*	II
MCR8368	8769012161	12/10/2010	74630	218	*	II
MDX7306	8769013775	24/10/2010	74550	218	*	I
MDY2046	8769013697	21/10/2010	74550	218	*	I
MEW0591	8769012176	12/10/2010	74550	218	*	I
MGF0117	8769011479	17/09/2010	74550	218	*	I
MGO6906	8769011473	16/09/2010	74550	218	*	I
MGO6906	8769013763	23/10/2010	74550	218	*	I
MHC8791	8769014259	01/11/2010	74550	218	*	I
MIL1994	8769014252	31/10/2010	74550	218	*	I
MJB4010	8769014346	02/11/2010	74550	218	*	I
MMD1780	8769013053	15/10/2010	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 86/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 86/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ANA1713	8769011468	16/09/2010	74550	218	*	I
DJN6031	8769016158	14/11/2010	74550	218	*	I
HPC0155	8769010219	23/09/2010	74550	218	*	I
LWV3473	8769012177	12/10/2010	74550	218	*	I
LXZ5271	8769013716	18/10/2010	74550	218	*	I

LZJ5495	8769012153	11/10/2010	74550	218	*	I
MAM8682	8769013711	27/10/2010	74550	218	*	I
MAU8246	8769016143	12/11/2010	74550	218	*	I
MBD9547	8769011500	18/09/2010	74630	218	*	II
MBD9547	8769011523	20/09/2010	74550	218	*	I
MCG0298	8769012112	08/10/2010	74550	218	*	I
MCN1203	8769014266	28/10/2010	74630	218	*	II
MCR0306	8769013054	16/10/2010	74550	218	*	I
MDT2077	8769016208	18/11/2010	74550	218	*	I
MEL0922	8769012203	08/10/2010	74550	218	*	I
MER6455	8769010877	15/07/2010	74550	218	*	I
MEV7260	8769016182	16/11/2010	74550	218	*	I
MEZ0405	8769011455	15/09/2010	74550	218	*	I
MFG2843	8769025953	31/05/2010	74550	218	*	I
MFH7823	8769016163	14/11/2010	74550	218	*	I
MGR7268	8769016160	14/11/2010	74710	218	*	III
MHL6801	8769015163	10/11/2010	74550	218	*	I
MHM4109	8769011544	22/09/2010	74630	218	*	II
MLA6940	8769011578	25/09/2010	74630	218	*	II
MLA6940	8769011579	25/09/2010	74630	218	*	II
MUA5556	8769014288	30/10/2010	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 88/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 88/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ADV6377	8769013755	22/10/2010	74630	218 * II
---------	------------	------------	-------	----------

AFA6843	8769013728	20/10/2010	74550	218	*	I
AHJ8145	8769014331	01/11/2010	74550	218	*	I
AKQ7654	8769013793	25/10/2010	74550	218	*	I
AKS5415	8769013787	25/10/2010	74550	218	*	I
ASS3060	8769014256	31/10/2010	74550	218	*	I
KDD6115	8769013713	28/10/2010	74550	218	*	I
LXU7325	8769014325	01/11/2010	74550	218	*	I
LYC3501	8769017509	28/11/2010	74550	218	*	I
LZD7476	8769013758	23/10/2010	74550	218	*	I
MAK4011	8769011513	19/09/2010	74630	218	*	II
MAS1141	8769017537	01/12/2010	74550	218	*	I
MBR9227	8769016096	18/11/2010	74550	218	*	I
MBR9227	8769016210	18/11/2010	74550	218	*	I
MCN1203	8769015244	10/11/2010	74630	218	*	II
MER0445	8769016091	15/11/2010	74550	218	*	I
MGS8999	8769014269	28/10/2010	74630	218	*	II
MGX5412	8769014254	31/10/2010	74630	218	*	II
MGY5866	8769013691	18/10/2010	74550	218	*	I
MHJ5774	8769017464	23/11/2010	74550	218	*	I
MHM9789	8769017477	26/11/2010	74630	218	*	II
MHM9789	8769017481	26/11/2010	74550	218	*	I
MHX6535	8769014333	01/11/2010	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 90/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 90/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADB3993	8769018573	01/12/2010	74550	218 * I
KFN6574	8769014355	03/11/2010	74550	218 * I
LXG0079	8769015145	04/11/2010	74550	218 * I
LXT3645	8769017465	23/11/2010	74550	218 * I
LXZ4622	8769015219	07/11/2010	74550	218 * I
LYH8107	8769016259	22/11/2010	74550	218 * I
LZF5981	8769016118	11/11/2010	74630	218 * II
MAJ6981	8769016131	12/11/2010	74550	218 * I
MAJ6981	8769015157	08/11/2010	74550	218 * I
MAO0894	8769015256	10/11/2010	74550	218 * I
MCC9378	8769015208	07/11/2010	74550	218 * I
MCT1093	8769018654	08/12/2010	74550	218 * I
MDF4368	8769015251	10/11/2010	74550	218 * I
MDF4368	8769015254	10/11/2010	74550	218 * I
MER6455	8769015223	07/11/2010	74630	218 * II
MFP9508	8769015225	07/11/2010	74550	218 * I
MFV4377	8769018565	05/12/2010	74630	218 * II
MGE5592	8769018579	02/12/2010	74550	218 * I
MGJ2004	8769017526	30/11/2010	74550	218 * I
MGR2966	8769016119	11/11/2010	74630	218 * II
MGR2966	8769016122	11/11/2010	74550	218 * I
MHB7353	8769015151	06/11/2010	74630	218 * II
MHG4011	8769015148	05/11/2010	74550	218 * I
MHP6694	8769018672	10/12/2010	74550	218 * I
MHW5697	8769018581	02/12/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 92/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 92/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BGN6055	8769016176	15/11/2010	74630	218 * II
MAA1487	8769016094	17/11/2010	74550	218 * I
MDF4368	8769016137	12/11/2010	74630	218 * II
MDF4368	8769016121	11/11/2010	74630	218 * II
MDF4368	8769016124	11/11/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 94/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 94/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDF4368	8769016184	16/11/2010	74550	218 * I
MHG4011	8769016241	20/11/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 96/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 96/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIC7046	8769019370	21/12/2010	74550	218 * I
AJH9948	8769020191	26/12/2010	74550	218 * I
ALC1990	8769020190	25/12/2010	74550	218 * I
BQM6422	8769016171	15/11/2010	74550	218 * I
CET3319	8769019261	18/12/2010	74550	218 * I
DQJ2390	8769020298	27/12/2010	74550	218 * I
IBF3161	8769020361	02/01/2011	74550	218 * I
KBE5225	8769017439	28/11/2010	74550	218 * I
LXU3945	8769018563	05/12/2010	74550	218 * I
LXX0194	8769019375	21/12/2010	74550	218 * I
MAY9156	8769017447	30/11/2010	74550	218 * I
MCB8602	8769018567	06/12/2010	74550	218 * I
MCC1393	8769020314	29/12/2010	74550	218 * I
MCC1393	8769020320	30/12/2010	74630	218 * II
MDC2876	8769017484	26/11/2010	74630	218 * II
MDO3564	8769018554	03/12/2010	74550	218 * I
MDW4397	8769018641	07/12/2010	74550	218 * I
MEC2386	8769019318	17/12/2010	74550	218 * I
MEE6182	8769019312	16/12/2010	74550	218 * I
MEE6182	8769019372	21/12/2010	74550	218 * I
MES3560	8769020207	31/12/2010	74550	218 * I
MGD6193	8769017489	26/11/2010	74550	218 * I
MGM9989	8769020248	25/12/2010	74550	218 * I
MHC6960	8769018669	09/12/2010	74550	218 * I
MHC7561	8769018667	09/12/2010	74550	218 * I
MHM3010	8769020194	27/12/2010	74550	218 * I
MHZ1843	8769017482	26/11/2010	74550	218 * I
MIU1525	8769018602	04/12/2010	74550	218 * I
MIU1525	8769018621	05/12/2010	74550	218 * I
MJB4010	8769020347	01/01/2011	74550	218 * I
MJB4010	8769020350	01/01/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 98/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - ELETRONICO - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8769 98/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOQ0330	8769017513	28/11/2010	74550	218 * I
MAZ4733	8769017448	30/11/2010	74630	218 * II
MED4187	8769022101	09/01/2011	74550	218 * I
MFI4621	8769022124	05/01/2011	74550	218 * I
MHZ2836	8769020357	02/01/2011	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO
DIRETOR DE TRANSITO

São José**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 100/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 100/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGD1285	877450	07/01/1999	73400	252 * IV	85.12
BGD1285	877449	07/01/1999	58780	199	85.12
BLL9448	54221384	06/01/1999	51850	167	127.69
BPT5804	54221205	11/01/1999	51850	167	127.69
HD863	54023811	16/01/1999	65990	230 * V	191.53
IBB2805	54331551	14/01/1999	55090	181 * XIII	85.12
LWS8643	54251967	07/01/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWT1100	54389330	13/01/1999	69120	232	53.20
LWX0990	54298109	19/01/1999	65990	230 * V	191.53
LWX0990	54298110	19/01/1999	50100	162 * I	574.61
LWX0990	54298109	19/01/1999	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LXA8860	54389690	14/01/1999	69120	232	53.20
LXK2333	54084691	19/01/1999	73660	252 * VI	85.12
LXK6984	54045430	16/12/1998	73660	252 * VI	85.12
LXW6130	54251649	04/01/1999	65990	230 * V	191.53
LYF5149	54298107	11/01/1999	66700	230 * XIII	127.69
LYG4633	54389340	16/01/1999	65990	230 * V	191.53
LYG4633	54389340	16/01/1999	50100	162 * I	574.61
LYG7150	54389652	04/01/1999	65990	230 * V	191.53
LYN2330	54389327	13/01/1999	65990	230 * V	191.53
LYT1913	808817	19/01/1999	61220	214 * I	191.53
LYV6922	54493383	07/01/1999	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZS4823	54389311	05/01/1999	69120	232	53.20
LZT0619	54221245	18/01/1999	55250	181 * XV	85.12
MAK8890	54389660	06/01/1999	50100	162 * I	574.61
MAK8890	54389660	06/01/1999	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAL0280	54262706	20/12/1998	50370	162 * III	574.61
MCJ5193	LE00026823	23/11/2005	62380	218 * II * a	127.69
MDA4750	CV00096590	06/03/2006	62110	218 * I * a	127.69
MDA4752	LE00023526	09/03/2005	62380	218 * II * a	127.69
MIL1544	54389576	18/01/1999	54520	181 * VIII	127.69
SX622	54389683	14/01/1999	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 101/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 101/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AD9498	54251862	23/01/1999	65990	230 * V	191.53
AEF1331	54045921	27/01/1999	73660	252 * VI	85.12
BKH3734	LE00008899	10/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
BRO5907	54389363	20/01/1999	65990	230 * V	191.53
BTF3751	54221387	06/01/1999	73150	252 * I	85.12
JND2228	54221056	20/01/1999	51850	167	127.69
LWS4255	LE00008921	11/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWU2420	54389353	20/01/1999	65990	230 * V	191.53
LWV9309	54221077	25/01/1999	55250	181 * XV	85.12
LWW4030	54221224	11/01/1999	51850	167	127.69
LXD4002	877346	15/11/1998	50100	162 * I	574.61
LXP4067	54221209	11/01/1999	73150	252 * I	85.12
LXR2217	54263312	29/01/1999	61220	214 * I	191.53
LXR2217	54263312	29/01/1999	73660	252 * VI	85.12
LXT4197	LE00008903	10/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXT7390	54263184	01/02/1999	65990	230 * V	191.53
LYB5906	54189903	08/01/1999	60410	207	127.69
LYC0299	54263015	14/01/1999	58430	196	127.69
LYF5130	54389326	13/01/1999	65990	230 * V	191.53
LYI2958	54331561	22/01/1999	57380	186 * II	191.53
LYI2958	54331561	22/01/1999	58350	195	127.69
LYI7860	54389664	06/01/1999	65990	230 * V	191.53
LYQ9941	54199314	26/01/1999	50100	162 * I	574.61
LYW6450	54221394	06/01/1999	51850	167	127.69
LYY2718	877104	16/12/1998	57620	188	85.12
LYY2781	54221075	20/01/1999	70300	244 * I	191.53
LZH2747	54376846	01/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZM0072	54389851	13/01/1999	70300	244 * I	191.53
LZM0072	54389851	13/01/1999	70560	244 * III	191.53
LZM8070	54389392	28/01/1999	65990	230 * V	191.53
LZW4994	54446176	19/01/1999	52740	175	191.53
MAL0230	54389381	26/01/1999	65990	230 * V	191.53
MAL5819	54002238	14/01/1999	61220	214 * I	191.53
MAR1990	54298113	19/01/1999	65990	230 * V	191.53
MAV2847	54002564	26/01/1999	66020	230 * VI	191.53
MIR3200	54189859	07/01/1999	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 102/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 102/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BPC5410	LE00008608	11/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
HRF4444	54221066	20/01/1999	51850	167	127.69
IDK6007	54263191	01/02/1999	65990	230 * V	191.53
LWS8927	54221052	19/01/1999	51850	167	127.69
LWW6430	54389315	07/01/1999	65990	230 * V	191.53
LWY1238	LE00008919	11/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWY7634	54221359	04/01/1999	70640	244 * IV	191.53
LWY7634	54221359	04/01/1999	66530	230 * XI	127.69
LWY7634	54221360	04/01/1999	52070	169	53.20
LXC4689	54446175	19/01/1999	52740	175	191.53
LXC4689	54446175	19/01/1999	51850	167	127.69
LXE7497	LE00008953	29/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXF9038	54331570	02/02/1999	60500	208	191.53
LXK0056	54389605	24/01/1999	66700	230 * XIII	127.69
LXK0056	54389604	24/01/1999	50100	162 * I	574.61
LXK0056	54389604	24/01/1999	65990	230 * V	191.53
LXN4597	54199810	24/01/1999	69470	235	127.69
LXR9545	54221082	28/01/1999	70300	244 * I	191.53
LXR9545	54221082	28/01/1999	70480	244 * II	191.53
LXV0985	54045806	02/02/1999	70300	244 * I	191.53
LXW4515	LE00008867	19/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXY7467	54251604	14/12/1998	50100	162 * I	574.61
LYA7601	54263008	04/01/1999	73580	252 * V	85.12
LYC0579	54378365	27/01/1999	54520	181 * VIII	127.69
LYQ8383	54251866	05/02/1999	70300	244 * I	191.53

LYQ8383	54251865	05/02/1999	66370	230	*	IX	127.69
LYQ8383	54251866	05/02/1999	70480	244	*	II	191.53
LYQ8383	54251865	05/02/1999	51690	165			957.69
LYR0261	LE00008981	08/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYX5376	54389921	26/01/1999	54600	181	*	IX	85.12
LZC9658	54389318	07/01/1999	65990	230	*	V	191.53
LZE8047	54263185	01/02/1999	65990	230	*	V	191.53
LZI2232	54221053	19/01/1999	51850	167			127.69
LZJ7090	54221367	05/01/1999	51850	167			127.69
LZJ7090	54221367	05/01/1999	73580	252	*	V	85.12
LZL9155	LE00008849	15/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZN1057	LE00008980	07/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZO1425	775266	25/01/1999	70300	244	*	I	191.53
LZO1425	775266	25/01/1999	50100	162	*	I	574.61
LZS2884	LE00008872	06/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZS5772	54045912	28/12/1998	73660	252	*	VI	85.12
LZT0290	54251550	14/12/1998	65990	230	*	V	191.53
LZW4480	54263181	30/01/1999	65990	230	*	V	191.53
LZW6855	LE00008944	13/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZZ3737	54378369	27/01/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZZ3737	54378367	27/01/1999	54600	181	*	IX	85.12
MAE1222	LE00008853	14/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAM9350	54263216	03/02/1999	65990	230	*	V	191.53
MAV9569	LE00008938	01/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAX8397	LE00008952	29/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
MBD8480	54263316	02/02/1999	60500	208			191.53
MCB8310	54221242	13/01/1999	60500	208			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 103/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 103/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADA5258	LE00008886	31/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
BHL6121	54221051	19/01/1999	51850	167	127.69
ELE0003	54221221	11/01/1999	51850	167	127.69
LWT2701	54045922	28/01/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWX2615	LE00008933	02/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWX9536	54389380	26/01/1999	66100	230 * VII	127.69
LWX9536	54389380	26/01/1999	65990	230 * V	191.53
LWY6993	54251354	30/11/1998	50100	162 * I	574.61
LWZ8049	54221225	11/01/1999	73580	252 * V	85.12
LXA2599	775265	25/01/1999	66020	230 * VI	191.53
LXA2599	775265	25/01/1999	69120	232	53.20
LXC5733	54389393	28/01/1999	65990	230 * V	191.53
LXG4229	LE00008892	09/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXK6388	54189906	31/01/1999	70300	244 * I	191.53
LXK6388	54189906	31/01/1999	50100	162 * I	574.61
LXP0296	54197908	25/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LXP7153	54221072	20/01/1999	70300	244 * I	191.53
LXP7153	54221072	20/01/1999	70560	244 * III	191.53
LXW7792	54199813	24/01/1999	62620	220 * I	191.53
LXY3695	54378358	20/01/1999	54600	181 * IX	85.12
LYA0259	54263183	30/01/1999	65990	230 * V	191.53
LYC0433	54378363	23/01/1999	54600	181 * IX	85.12
LYC6613	54331571	02/02/1999	73660	252 * VI	85.12
LYF1630	54389385	26/01/1999	65990	230 * V	191.53
LYK3010	LE00008917	11/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LYO4850	54389357	20/01/1999	65990	230 * V	191.53
LYY4649	54263186	01/02/1999	65990	230 * V	191.53
LYY9802	54389322	07/01/1999	65990	230 * V	191.53
LYY9802	54389322	07/01/1999	67260	230 * XVIII	127.69
LZA4008	54221227	11/01/1999	73580	252 * V	85.12
LZC5773	LE00008870	09/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LZM3800	54263313	29/01/1999	61220	214 * I	191.53
LZR5829	LE00008932	02/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
MAB8698	54221388	06/01/1999	73580	252 * V	85.12
MAD4296	CV00096427	02/03/2006	62380	218 * II * a	127.69
MAX1939	LE00008869	09/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
MCF0720	54389859	03/02/1999	65990	230 * V	191.53
MCF0720	54389856	03/02/1999	70300	244 * I	191.53
MCF0720	54389858	03/02/1999	73400	252 * IV	85.12
MCF0720	54389856	03/02/1999	70480	244 * II	191.53
MCF0720	54389858	03/02/1999	66020	230 * VI	191.53
MDJ9850	54263303	27/01/1999	61220	214 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 104/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 104/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACC6941	54263253	04/02/1999	65990	230 * V	191.53
AEN4148	LE00008847	15/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
AFH2510	54221386	06/01/1999	51850	167	127.69
AFI6948	LE00009027	24/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
BLL9448	LE00009068	05/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
BMV3144	54045947	15/02/1999	70480	244 * II	191.53
BMV3144	54045947	15/02/1999	70300	244 * I	191.53
BWK1997	54389609	01/02/1999	60500	208	191.53
CAP0251	LE00009040	11/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
CEM2670	LE00008943	13/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
IBV5139	LE00009095	28/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
ICA8394	54493551	05/02/1999	54100	181 * IV	85.12
LWS5790	LE00009099	30/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWV6499	54263320	05/02/1999	52740	175	191.53
LWV6499	54263264	05/02/1999	66370	230 * IX	127.69
LWV6499	54263264	05/02/1999	67690	230 * XXII	85.12
LWW1315	54045809	02/02/1999	51690	165	957.69
LWW3103	LE00009045	09/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWZ0997	54304177	07/02/1999	50100	162 * I	574.61
LWZ0997	54304178	07/02/1999	66020	230 * VI	191.53
LWZ0997	54304177	07/02/1999	69120	232	53.20
LWZ9410	LE00008880	31/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXA9662	54189909	10/02/1999	54870	181 * XI	127.69
LXB1953	54084916	12/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXB5263	54389777	12/02/1999	67850	231 * II * a	191.53
LXB5487	LE00009090	01/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXC3881	54221234	11/01/1999	51850	167	127.69
LXC8121	LE00009071	01/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXE1656	54263263	05/02/1999	50100	162 * I	574.61
LXE1656	54263263	05/02/1999	69120	232	53.20
LXE2995	LE00009017	27/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXE2995	LE00009029	24/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXE9791	54002561	22/01/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXF3351	54189908	09/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXG1179	LE00008839	18/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXH2272	LE00009007	28/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXI0377	LE00009077	04/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXK0267	LE00008918	11/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXK1242	LE00009075	05/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXP6006	LE00009047	09/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXP6405	54370854	05/01/1999	70300	244 * I	191.53
LXP6405	54370857	22/01/1999	52740	175	191.53
LXP6405	54370856	22/01/1999	66530	230 * XI	127.69
LXP6405	54370856	22/01/1999	66020	230 * VI	191.53

LXP6405	54370853	05/01/1999	66020	230	*	VI	191.53
LXP6405	54370855	05/01/1999	66530	230	*	XI	127.69
LXR7250	LE00008874	06/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LXR8836	54189840	06/02/1999	65990	230	*	V	191.53
LXU9309	826828	31/01/1999	53800	181	*	I	85.12
LXZ6214	LE00008930	02/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYB9149	54251309	07/02/1999	50100	162	*	I	574.61
LYB9149	54251309	07/02/1999	58350	195			127.69
LYC3422	LE00008837	17/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYD5510	LE00008848	15/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYD6381	LE00009042	10/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYD7370	54263254	04/02/1999	50450	162	*	V	191.53
LYH3116	54045951	10/02/1999	69120	232			53.20
LYQ2089	54199815	16/02/1999	70300	244	*	I	191.53
LYQ5347	54189907	05/02/1999	70300	244	*	I	191.53
LYU6376	54263179	29/01/1999	69120	232			53.20
LYU9408	54304181	11/02/1999	65990	230	*	V	191.53
LYU9408	54304181	11/02/1999	50100	162	*	I	574.61
LYW9948	LE00008916	11/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYY9168	LE00009070	01/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYZ3074	54251411	08/02/1999	61220	214	*	I	191.53
LZC4395	LE00008895	10/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZD4277	LE00008976	07/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZE3976	54389669	06/01/1999	66370	230	*	IX	127.69
LZH0537	54002562	22/01/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZH5208	54045614	02/02/1999	53800	181	*	I	85.12
LZL8703	775279	06/02/1999	52740	175			191.53
LZL8703	775279	06/02/1999	70300	244	*	I	191.53
LZL8770	LE00008913	12/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZO5649	54263218	03/02/1999	65990	230	*	V	191.53
LZQ1493	LE00008991	28/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZQ2180	54263701	05/02/1999	52150	170			191.53
LZR1793	54389587	13/02/1999	52070	169			53.20
LZR2551	LE00008978	07/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZY2555	54221356	04/01/1999	73580	252	*	V	85.12
LZZ1544	54251864	31/01/1999	51690	165			957.69
LZZ5876	LE00009093	29/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAK2768	54331575	10/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAM6426	LE00008858	16/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAP6780	54263235	10/02/1999	50450	162	*	V	191.53
MAT9640	54263314	29/01/1999	73660	252	*	VI	85.12
MBD4929	LE00008963	29/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
MCJ3000	LE00008838	17/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MCR0850	54221064	20/01/1999	51850	167			127.69
MDG1060	LE00009049	09/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MDR6800	54389379	26/01/1999	65990	230	*	V	191.53
MEL1209	54263232	10/02/1999	65990	230	*	V	191.53
MIL0110	LE00009044	10/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MMM0007	54263270	11/02/1999	51850	167			127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 105/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 105/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AB1509	LE00009091	29/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
AB950	54263229	05/02/1999	65800	230 * IV	191.53
AB950	54263229	05/02/1999	65990	230 * V	191.53
AEJ3318	LE00008995	20/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
ANA1805	LE00008831	18/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
ASA0037	54045940	11/02/1999	73660	252 * VI	85.12
ASG1506	CV00000281	08/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
BNW3480	LE00009000	20/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
BQY5653	LE00009081	02/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
CDD6078	54378370	27/01/1999	54520	181 * VIII	127.69
ICM4661	5419848023	16/02/1999	58190	193	574.61
KY2800	54045817	26/02/1999	65990	230 * V	191.53
LWR5782	54389586	06/02/1999	57200	186 * I	127.69
LWR6500	LE00009035	25/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWT9446	54378374	14/02/1999	52740	175	191.53
LWU4123	CV00000120	06/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU8015	LE00008987	19/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWV1632	LE00008954	28/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LWV6773	54045932	10/02/1999	57380	186 * II	191.53
LWZ6904	775274	30/01/1999	69120	232	53.20
LWZ6904	775275	30/01/1999	65990	230 * V	191.53
LWZ6904	775275	30/01/1999	50450	162 * V	191.53
LWZ6904	775276	30/01/1999	65560	230 * I	191.53
LWZ6904	775274	30/01/1999	70300	244 * I	191.53
LWZ7007	54084915	11/02/1999	65050	227 * III	53.20
LXA2213	54331702	22/02/1999	70480	244 * II	191.53
LXB3632	808819	02/02/1999	60500	208	191.53
LXD1085	LE00009048	09/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXI8826	54251409	08/02/1999	60500	208	191.53
LXJ5738	LE00009103	30/01/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXK6388	54197616	27/02/1999	69120	232	53.20
LXK6388	54197617	27/02/1999	50100	162 * I	574.61
LXK6388	54197616	27/02/1999	70560	244 * III	191.53
LXN0255	54221084	10/02/1999	70300	244 * I	191.53
LXO3055	54283512	05/02/1999	70300	244 * I	191.53
LXP1772	LE00008967	07/01/1999	62200	218 * I * b	574.61

LXP6405	54370858	11/02/1999	70300	244	*	I	191.53
LXP6405	54370858	11/02/1999	70560	244	*	III	191.53
LXP6405	54370859	11/02/1999	66530	230	*	XI	127.69
LXP6405	54370859	11/02/1999	66020	230	*	VI	191.53
LXQ8820	LE00009067	06/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LXR3577	54446106	09/02/1999	50100	162	*	I	574.61
LXR3577	54446106	09/02/1999	69120	232			53.20
LXR3577	54446107	09/02/1999	65990	230	*	V	191.53
LXR7051	LE00009063	07/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LXR9499	LE00008971	30/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXT9166	54221237	11/01/1999	66370	230	*	IX	127.69
LXU4270	54389668	06/01/1999	65990	230	*	V	191.53
LXU4777	54263358	26/01/1999	51850	167			127.69
LXZ1217	CV00000052	05/02/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXZ7161	LE00009087	02/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYA0259	54263182	30/01/1999	51180	164	c/c	162 * I	574.61
LYA0259	54263182	30/01/1999	50100	162	*	I	574.61
LYE0862	CV00000401	11/02/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYE5153	LE00009016	27/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYI8387	LE00009023	23/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYJ3925	LE00008996	20/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYJ5265	54189588	11/02/1999	54790	181	*	X	85.12
LYL0351	LE00009055	08/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYM3214	54331603	18/02/1999	61220	214	*	I	191.53
LYN8993	54389394	28/01/1999	70300	244	*	I	191.53
LYQ2944	54263244	22/02/1999	65990	230	*	V	191.53
LYQ3906	54221044	04/01/1999	73150	252	*	I	85.12
LYR8969	54199819	16/02/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LYS0774	54263323	18/02/1999	70300	244	*	I	191.53
LYS0774	54263323	18/02/1999	70480	244	*	II	191.53
LYU6487	LE00008900	10/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYW3183	LE00008989	19/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYY1359	CV00000300	09/02/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYZ3490	54378372	12/02/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZA0362	CV00000261	08/02/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZA7821	54389370	22/01/1999	65990	230	*	V	191.53
LZC1446	CV00000359	10/02/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZC1446	CV00000188	06/02/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZG2667	54286306	23/02/1999	51850	167			127.69
LZG7149	LE00009076	04/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZH1690	CV00000325	09/02/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZH5671	CV00000288	08/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZI3661	54251313	07/02/1999	68660	231	*	VIII	85.12
LZJ7853	LE00009005	20/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZO2759	54251315	21/02/1999	69120	232			53.20
LZO2759	54251315	21/02/1999	70300	244	*	I	191.53
LZO2759	54251316	21/02/1999	73400	252	*	IV	85.12
LZO2759	54251316	21/02/1999	65800	230	*	IV	191.53
LZO3270	808820	02/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZP4915	54263215	03/02/1999	66370	230	*	IX	127.69
LZP5653	CV00000076	05/02/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZR8192	54189854	16/12/1998	73660	252	*	VI	85.12
LZZ5822	54251312	07/02/1999	68660	231	*	VIII	85.12
MAD6230	CV00000358	10/02/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAI9131	54251311	07/02/1999	68660	231	*	VIII	85.12
MAK3900	LE00009089	01/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAM5858	CV00000277	08/02/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAN7337	LE00009052	09/02/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAO1470	54493901	18/02/1999	70480	244	*	II	191.53
MAS4300	54389715	19/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAS4300	54389715	19/02/1999	59320	203	*	II	191.53
MAT3740	54189865	22/02/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAV9388	LE00008993	28/01/1999	62200	218	*	I * b	574.61

MBC1230	CV000000307	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBC7989	CV000000236	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCB6380	54023539	19/02/1999	65990	230	*	V			191.53
MDA4200	54045615	02/02/1999	53800	181	*	I			85.12
MEL1988	54221244	15/01/1999	51850	167					127.69
MIG4000	LE000009001	20/01/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
SX622	54283513	25/02/1999	50100	162	*	I			574.61
SX622	54283513	25/02/1999	65990	230	*	V			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 106/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 106/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAX8732	CV000000335	09/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
ABT1756	CV000000368	10/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACC3277	CV000000306	09/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACC3277	CV000000853	15/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACE5623	54023816	24/02/1999	67690	230 * XXII	85.12
ACE5623	54023816	24/02/1999	66370	230 * IX	127.69
ADV6281	CV000000434	05/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
AFT0612	54331606	23/02/1999	61220	214 * I	191.53
AG7504	54263275	18/02/1999	50100	162 * I	574.61
AG7504	54263275	18/02/1999	65990	230 * V	191.53
AJ8283	54378206	02/03/1999	66370	230 * IX	127.69
AJ8283	54378206	02/03/1999	65800	230 * IV	191.53
ATF0088	CV000000889	16/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
BIZ6887	CV000000545	07/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
BMV3144	CV000000436	05/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
BNW3480	CV000000292	08/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
CAK8311	CV000000141	06/02/1999	62110	218 * I * a	127.69

CGP3387	CV00000280	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
GOA4397	CV00000338	10/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
GQN9799	CV00000752	13/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
IAZ7788	CV00000148	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IBV3573	CV00000991	13/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
ICE0009	CV000001035	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IEF6032	CV00000200	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IFM2254	CV00000693	11/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IGT9177	CV00000351	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IT7070	CV00000174	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
KFM5766	CV00000262	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR2658	CV00000543	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR3682	CV00000268	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR4754	CV00000468	05/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LWS6133	54023827	02/03/1999	69120	232					53.20
LWS6962	CV00000239	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT4022	CV00000294	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT6525	CV00000112	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU2135	54389927	24/02/1999	60500	208					191.53
LWV0092	CV00000108	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWV2678	CV00000209	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW0910	CV000001044	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW2231	CV00000959	13/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW3665	CV00000856	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW6996	CV00000902	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY4514	CV00000341	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ0758	CV00000854	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ5101	54197615	15/02/1999	50370	162	*	III			574.61
LWZ8147	54221079	25/01/1999	55250	181	*	XV			85.12
LXA2213	CV00000450	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA2213	CV00000838	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA2213	CV00000457	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA3155	CV00000666	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA9662	CV00000251	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC8959	CV00000944	12/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXD0473	CV00000770	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE3067	CV00000219	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE7756	CV00000081	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF9376	CV00000553	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI7598	54023815	24/02/1999	65990	230	*	V			191.53
LXJ0380	CV00000598	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK1242	CV00000621	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXM1958	CV00000490	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN6903	CV00000451	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXP1965	CV00000365	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXP8662	CV00000546	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXQ5042	CV00000941	12/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXQ6893	CV00000465	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR8174	CV00000502	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV6988	CV000001042	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV6988	CV00000173	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX2222	CV00000303	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX2259	CV00000435	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX3598	54389362	20/01/1999	69390	234					191.53
LXX3598	54389362	20/01/1999	65990	230	*	V			191.53
LXX4379	CV00000500	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY2305	CV00000794	14/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXY5028	CV00000534	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY5617	CV00000508	06/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXZ0389	CV00000154	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ2170	CV00000649	10/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYB0369	CV00000873	15/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYD1414	CV00000163	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LYD3431	54283514	01/03/1999	54600	181	*	IX		85.12
LYE2661	CV00000477	05/02/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LYE5293	CV00000658	10/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYE5478	CV00000252	07/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYI2302	CV00000370	10/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYJ1762	CV00000732	12/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYJ1762	CV00000717	12/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYJ4810	54197554	25/02/1999	65990	230	*	V		191.53
LYK4949	CV00000273	08/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYK8106	CV00000263	08/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYL2659	CV00000047	05/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYM6567	CV00000887	16/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYN1184	CV00000105	06/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYN5953	CV00000570	08/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYO2474	CV00000561	08/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYO2474	CV000001000	13/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYO2506	54263250	25/02/1999	65990	230	*	V		191.53
LYO9628	CV000001010	13/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYQ1799	CV00000345	10/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYQ3291	54042423	01/03/1999	50100	162	*	I		574.61
LYQ3291	54042423	01/03/1999	69120	232				53.20
LYQ6542	CV00000339	10/02/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LYR7345	CV000001028	14/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYS1989	CV00000348	10/02/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LYT6864	CV00000452	05/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYU6487	CV00000474	05/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYU9986	CV00000930	12/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYV6922	CV00000399	11/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYV8933	CV00000503	06/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYX2617	CV00000363	10/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYX5062	CV00000892	16/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYY2125	CV00000279	08/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYZ4700	54002246	22/02/1999	56220	182	*	VI		53.20
LYZ5209	CV00000287	08/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZB1381	CV00000527	06/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZB9895	CV00000414	11/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZD4599	CV00000238	07/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZD7925	CV00000577	08/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZE1679	CV00000224	07/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZE1679	CV00000107	06/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZG4931	CV00000645	10/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZH1321	CV00000960	13/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZH5101	CV00000111	06/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZH8373	CV00000179	06/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZJ9036	CV00000162	06/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZK6131	CV00000135	06/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZL4899	CV000001013	13/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZM5313	CV00000182	06/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZM9181	CV00000782	14/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZM9961	CV00000667	10/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZN4149	CV00000407	11/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZN4149	CV00000160	06/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZR0604	CV00000240	07/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZR7191	CV00000711	12/02/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LZS3667	CV00000642	10/02/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LZT0724	54389928	24/02/1999	60500	208				191.53
LZV3165	CV00000951	12/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZX2394	CV00000375	10/02/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LZX3711	LE000008756	21/12/1998	62200	218	*	I	* b	574.61
LZZ2308	CV00000549	07/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZZ4137	CV00000356	10/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAA7764	CV00000248	07/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAB0722	CV00000634	09/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69

MAD4790	CV000000591	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD4969	CV000000409	11/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAF3249	54023828	02/03/1999	66370	230	*	IX			127.69
MAK8671	54446954	17/02/1999	58350	195					127.69
MAK8671	54052464	03/03/1999	58190	193					574.61
MAK8671	54446954	17/02/1999	70300	244	*	I			191.53
MAL1996	CV000000283	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL1996	CV000000271	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAN9376	CV000000241	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP5544	CV000000313	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP5544	CV000000091	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR1314	CV000000411	11/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR7444	54304191	25/02/1999	73660	252	*	VI			85.12
MAS6908	CV000000186	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAT2427	CV000000647	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU1800	CV000000130	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU2503	CV000000720	12/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MBA4829	54023833	02/03/1999	66370	230	*	IX			127.69
MBC7989	CV000000429	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBD3710	CV000000807	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBF2349	CV000000497	06/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MBM0098	CV000001049	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBP4780	54298112	19/01/1999	65990	230	*	V			191.53
MBP4780	54298112	19/01/1999	66370	230	*	IX			127.69
MCB8220	CV000000321	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCB8220	CV000001083	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCD0700	54023832	02/03/1999	73400	252	*	IV			85.12
MCE9920	CV000000073	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDB1144	54221233	11/01/1999	73150	252	*	I			85.12
MDI3620	CV000000216	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MEL1204	CV000000519	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MEU0047	CV000000270	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MIG1960	CV000000806	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MIR6900	CV000000888	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MIS3000	CV000000245	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MIS3000	CV000000152	06/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MMM0666	CV000000364	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MPK1300	CV000000371	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 107/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 107/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAC0387	CV000001809	28/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACV6987	CV000001966	03/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACX6950	CV000000802	14/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACX6950	CV000000772	14/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEZ9776	CV000002310	11/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
AGT5177	CV000001157	16/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
BFM6077	54197577	09/03/1999	69120	232	53.20
BIF1455	CV000001527	23/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
BJL5977	CV000001158	16/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
BOQ3128	LE000009138	26/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
GNV3784	CV000001255	18/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
ICJ1901	CV000002399	06/03/1999	62200	218 * I * b	574.61
ICN0102	CV000001239	17/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
IEL2333	CV000001816	28/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
KNK1460	LE000009141	04/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LJU4790	CV000001965	03/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR3073	CV000001765	28/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR6560	CV000001917	02/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS9629	CV000001737	27/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT1314	CV000002173	07/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT5006	CV000002268	10/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU5833	LE000007855	08/09/1998	62200	218 * I * b	574.61
LWU5833	LE000008434	03/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LWU6541	CV000001372	21/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU9914	808825	26/02/1999	60500	208	191.53
LWV5946	CV000001665	26/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW2213	CV000002304	11/03/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWW4752	CV000001548	24/02/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWW7205	CV000002319	12/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW7707	CV000001111	15/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX5207	CV000001927	03/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWY0748	5425138001	19/03/1999	68660	231 * VIII	85.12
LWY2952	CV000002178	07/03/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWY4843	CV000001731	27/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWY8594	CV000001885	02/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWY9884	CV000001955	03/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA2204	LE000009134	01/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA2213	CV000001538	23/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA2213	CV000002314	11/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA7799	CV000001586	25/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA7914	CV000002280	10/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXB0389	CV000001391	21/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXB0389	CV000001368	21/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXB8872	CV000000455	05/02/1999	62110	218 * I * a	127.69

LXC6068	CV000001632	25/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC9127	CV000001679	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE3229	54023840	05/03/1999	65990	230	*	V			191.53
LXE3837	CV000001313	20/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE6595	CV000001254	18/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF1013	CV000002152	04/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF1656	CV000001089	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF6891	CV000001689	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG0804	54197571	09/03/1999	65990	230	*	V			191.53
LXG4711	CV000001228	17/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG8500	54389932	02/03/1999	70300	244	*	I			191.53
LXG9023	CV000001553	24/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG9828	CV000002250	10/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI1510	CV000001054	14/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXI1570	CV000000225	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI8330	CV000001745	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ2413	CV000000523	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ2795	54298123	08/03/1999	66370	230	*	IX			127.69
LXK1272	CV000001828	22/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXK2597	54378208	14/03/1999	54870	181	*	XI			127.69
LXL2131	CV000001753	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXL7409	54298126	15/03/1999	65990	230	*	V			191.53
LXL7409	54298126	15/03/1999	66370	230	*	IX			127.69
LXM6989	CV000001937	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN2691	CV000002180	07/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXN4272	CV000001974	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO5562	CV000000210	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXP3852	CV000001275	19/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXQ1039	CV000001301	20/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXQ5149	CV000001990	04/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXQ7530	54378207	14/03/1999	53040	176	*	III			957.69
LXQ8240	CV000000572	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR0793	CV000000675	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR0793	CV000002124	04/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR2512	54189842	02/03/1999	70480	244	*	II			191.53
LXR2512	54189842	02/03/1999	66020	230	*	VI			191.53
LXR5890	54263266	11/02/1999	69120	232					53.20
LXT1032	CV000001738	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU2720	CV000001670	26/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV2169	CV000001183	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV6531	CV000001862	01/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV6727	CV000001231	17/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW0403	CV000000977	13/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW0403	CV000000994	13/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW3074	CV000001476	23/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX4125	CV000001708	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX9338	CV000001462	22/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX9338	CV000001198	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY0602	LE000009132	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY7035	CV000002211	08/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXY9137	CV000002266	10/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYA9760	54389931	02/03/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LYB6064	CV000000446	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB7786	CV000001522	23/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB7786	CV000001564	24/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC4909	54197588	13/03/1999	65990	230	*	V			191.53
LYD1942	CV000001247	18/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD3612	CV000002009	04/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYE3727	54023835	03/03/1999	50100	162	*	I			574.61
LYE5478	CV000002199	08/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF2384	CV000001833	01/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF7962	CV000001849	01/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI3523	CV000001130	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LYI4594	54045818	06/03/1999	50100	162	*	I		574.61
LYI5109	CV00000821	14/02/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LYI6222	CV00000781	14/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYJ1762	CV000002054	02/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYJ1762	CV000002256	10/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYJ7835	CV000001628	25/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYK0524	CV000002203	08/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYK8155	CV000001964	03/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYL2265	LE000009097	29/01/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LYM6732	54189910	23/02/1999	70300	244	*	I		191.53
LYN8166	CV000002185	07/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYO2506	54263249	25/02/1999	50100	162	*	I		574.61
LYO2506	54263249	25/02/1999	69120	232				53.20
LYO8393	54389405	26/02/1999	70300	244	*	I		191.53
LYO9673	CV00000622	09/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYP4635	54482652	09/03/1999	70300	244	*	I		191.53
LYP4635	54482651	09/03/1999	65990	230	*	V		191.53
LYP4635	54482651	09/03/1999	66370	230	*	IX		127.69
LYQ3493	CV000001649	26/02/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LYQ8478	CV00000975	13/02/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LYQ8478	CV000001792	28/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYR0190	CV000001544	24/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYR0190	CV000001594	25/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYR0190	CV00000929	12/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYR2052	CV000002052	02/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYR9404	CV000002247	10/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYS0917	CV000001790	28/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYS1814	CV000002005	04/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYS1989	CV000001552	24/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYS3729	CV000001525	23/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYS5892	CV000001707	27/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYS9497	CV000000513	06/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYU3745	54197581	09/03/1999	73400	252	*	IV		85.12
LYU4537	CV000002089	03/03/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LYU9252	CV000001100	15/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYU9747	54023837	05/03/1999	65990	230	*	V		191.53
LYV1459	CV000000765	14/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYV1459	CV000001380	21/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYV9530	CV000001419	21/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYW1376	CV000002017	04/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYW4065	CV000002386	14/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYX1036	CV000002015	04/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYX4656	CV000001405	21/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYX9876	CV000001510	23/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LYX9876	CV000001542	24/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZA0686	CV000002284	11/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZA4415	CV000000441	05/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZA4415	CV000000680	11/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZB2988	CV000001678	26/02/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LZB2988	CV000001850	01/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZC0937	CV000001185	16/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZC2597	CV000000673	10/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZC5744	CV000002096	03/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZC9366	CV000002095	03/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZD2446	CV000000762	13/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZD3158	CV000001879	02/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZD9196	CV000001854	01/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZE2321	CV000001071	14/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZE3288	CV000002244	10/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZG4584	54467829	15/03/1999	69120	232				53.20
LZG5662	54197564	08/03/1999	69120	232				53.20
LZG5980	CV000001892	02/03/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZH4161	CV000001152	16/02/1999	62110	218	*	I	* a	127.69

LZJ3423	CV000001298	20/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ4381	CV000001480	23/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZK1240	CV000001602	25/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZK1240	54370105	09/03/1999	51850	167					127.69
LZL1060	CV000001942	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL3137	CV000001278	19/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL4492	CV000002141	04/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM8070	CV000001505	23/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM9583	CV000001565	24/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM9583	CV000001032	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN0923	CV000001253	18/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZN2812	CV000000535	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN2812	CV000000695	11/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZN2862	CV000001117	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN6345	CV000002311	11/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZN9870	CV000001900	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZP3355	CV000001825	20/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZQ6121	CV000001779	28/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZQ9743	CV000001012	13/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZR2587	CV000001285	19/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZR5309	CV000001411	21/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZS8800	CV000002176	07/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT0619	54221251	05/03/1999	55250	181	*	XV			85.12
LZT1288	CV000000756	13/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT1670	54197569	09/03/1999	65990	230	*	V			191.53
LZT5975	CV000001651	26/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT8629	CV000000857	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT9286	CV000001963	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZU0134	54331527	26/01/1999	73660	252	*	VI			85.12
LZU0519	CV000001898	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZW6325	CV000001320	20/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX0224	54298129	15/03/1999	51850	167					127.69
LZY4362	CV000002038	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ3927	CV000002003	04/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ3993	CV000002182	07/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAA8746	CV000001588	25/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAB6406	CV000000904	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC1787	CV000001233	17/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD6325	CV000001948	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAF0643	CV000001626	25/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAH9211	CV000000618	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAI9518	CV000001409	21/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAK6938	CV000001209	17/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAL1996	CV000002011	04/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL1996	CV000001998	04/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL1996	CV000001622	25/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAL5819	CV000001958	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL7587	54304200	04/03/1999	73660	252	*	VI			85.12
MAL8200	CV000002287	11/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAM7841	CV000002313	11/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAN0804	CV000001660	26/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAQ4856	CV000001756	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAS4300	CV000001684	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU2419	CV000002357	13/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAV9770	CV000001075	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAW2400	CV000001710	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAY9559	CV000001354	21/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAY9958	CV000001733	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA4829	CV000002351	13/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA4829	CV000002272	10/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MBB5810	CV000001027	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBC7989	CV000001174	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBC7989	CV000001767	28/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

MBN6440	CV00000352	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBU5340	CV00001470	22/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBX9990	CV00001563	24/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBY9720	CV00001888	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBZ6700	CV00002037	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCB4040	CV00001125	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCB6730	CV00002237	09/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCJ1150	CV00001311	20/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCJ1150	CV00001315	20/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCK0700	CV00000576	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCK0700	CV00001156	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCK0700	CV00001312	22/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MCO2220	CV00001713	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDK8390	LE00009137	26/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDP7070	CV00001695	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDP7380	CV00000590	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MED1964	CV00002238	09/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MED1964	CV00002080	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MIS3000	CV00001758	28/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MIS3000	CV00001683	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MJP1999	CV00000779	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MJP1999	CV00000833	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MJP2500	CV00000221	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 108/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 108/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa

ABO4628	CV00001410	21/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACV6987	CV00002103	03/03/1999	62110	218 * I * a	127.69

AEA0757	CV000002159	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
AEA0757	CV000002207	08/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
AEA0757	CV000002066	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
AFW4331	CV000001086	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
AG322	54389813	18/03/1999	65990	230	*	V			191.53
AG322	54389812	18/03/1999	50100	162	*	I			574.61
AR936	54469016	17/03/1999	65990	230	*	V			191.53
ATQ5001	CV000001204	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BME2382	CV000000989	13/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
BTF3751	CV000002505	07/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BZN5461	54389627	19/03/1999	50100	162	*	I			574.61
CFB9873	CV000002063	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
CHW2458	CV000000654	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
CKC8829	CV000002577	09/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
FMA1305	CV000002292	11/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
GPE2727	CV000001147	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
GTD5720	CV000002441	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
HQT3149	CV000002471	07/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
HUA4881	CV000002261	10/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
HVG1001	CV000001884	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IAU0157	CV000002168	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IAU7597	54376848	09/03/1999	50100	162	*	I			574.61
IAU7597	54376848	09/03/1999	65990	230	*	V			191.53
IC583	54263280	18/02/1999	51180	164	c/c	162	*	I	574.61
IC583	54263280	18/02/1999	65560	230	*	I			191.53
IC583	54263279	18/02/1999	65990	230	*	V			191.53
IC583	54263279	18/02/1999	50100	162	*	I			574.61
JND2228	CV000002145	04/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
KFD8880	CV000001261	18/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LJP9455	CV000002382	14/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LWS0907	54469281	24/03/1999	50530	162	*	VI			191.53
LWS0907	54469280	24/03/1999	70300	244	*	I			191.53
LWS0907	54469280	24/03/1999	66370	230	*	IX			127.69
LWS1390	CV000002438	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT1314	CV000001057	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT2613	CV000000773	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU2135	CV000001423	22/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU5757	54389815	21/03/1999	70300	244	*	I			191.53
LWV4575	CV000001501	23/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW2235	CV000001079	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW3245	CV000002043	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX1557	54283525	22/03/1999	50370	162	*	III			574.61
LWX1557	54283525	22/03/1999	65990	230	*	V			191.53
LWX6077	CV000000800	14/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LWX6785	CV000002174	07/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY3233	CV000002114	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY4311	CV000001169	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY5475	CV000000749	13/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ7009	CV000000918	12/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA0814	CV000001067	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA0965	CV000000516	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA2213	CV000001485	23/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA2906	54100890	15/03/1999	50100	162	*	I			574.61
LXA2906	54100890	15/03/1999	69120	232					53.20
LXA2906	54100891	15/03/1999	67690	230	*	XXII			85.12
LXA9055	CV000000594	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB8872	CV000000840	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB9565	CV000000599	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC6020	CV000001674	26/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC9429	CV000002588	09/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXD1607	CV000000217	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE3976	CV000002376	14/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXF2351	CV000000784	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LXF3620	CV000001056	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG1381	CV000001970	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG2317	CV000002472	07/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH2709	54197565	08/03/1999	66370	230	*	IX			127.69
LXH3553	CV000000157	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH3824	CV000000835	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI8284	CV000000795	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK1242	CV000002339	12/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXK1242	CV000002041	02/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXM8864	CV000000664	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO1551	CV000000478	05/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXO8160	CV000002478	07/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXP0944	CV000002515	07/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXQ4953	54469752	23/03/1999	70300	244	*	I			191.53
LXR9181	CV000001017	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXT9166	CV000000714	12/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU0619	CV000000552	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU0746	CV000000346	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU3358	CV000000183	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU4307	CV000001771	28/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU9218	54467827	15/03/1999	66370	230	*	IX			127.69
LXV1267	54389619	08/03/1999	52400	173					574.61
LXV1267	54389620	08/03/1999	65990	230	*	V			191.53
LXW1295	CV000002100	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW6088	54100900	18/03/1999	66370	230	*	IX			127.69
LXW6088	54100900	18/03/1999	67690	230	*	XXII			85.12
LXY0607	CV000002435	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY6310	CV000000814	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ9467	CV000000827	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA7353	CV000001798	28/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA8930	CV000002433	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB2916	CV000001866	01/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB6689	CV000001162	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC3481	CV000000596	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC3929	CV000002559	08/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYE0852	CV000001697	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYE2667	CV000001916	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG1958	CV000001020	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG2299	CV000002115	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH0025	CV000001307	20/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH6464	CV000002584	09/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI8434	CV000000886	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ9171	CV000001751	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ9340	CV000002264	10/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK0269	CV000002654	15/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK4144	CV000002062	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL0980	CV000000084	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL2831	CV000001025	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL3478	CV000002135	04/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYM3467	CV000000180	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM5920	CV000001513	23/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN1789	CV000001063	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN3376	CV000002394	05/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN5664	CV000000874	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN5953	CV000001101	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO9628	CV000002044	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP3933	CV000000464	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP6844	CV000002162	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP7073	CV000001317	20/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ7739	CV000001182	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR3118	CV000002108	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS1989	CV000001145	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS1989	CV000001356	21/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LYT4614	CV000000677	11/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT9359	CV000001840	01/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV000001621	25/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYU6487	CV000002025	01/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV000002198	08/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU7509	CV000002155	05/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX2617	CV000000548	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX4029	CV000002131	04/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYY2645	54286570	04/03/1999	73660	252	*	VI			85.12
LYY9174	CV000000050	05/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYZ0875	CV000000170	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZA2374	54389611	21/02/1999	51690	165					957.69
LZA2739	CV000002632	15/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZA3739	CV000001124	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB1479	CV000001029	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB2988	CV000001295	20/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB3410	CV000000625	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC1446	CV000001401	21/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC8543	54283517	11/03/1999	57380	186	*	II			191.53
LZE6264	54052552	15/02/1999	65130	227	*	IV			53.20
LZE6264	54052552	15/02/1999	50100	162	*	I			574.61
LZF0928	CV000001453	22/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF1933	CV000000156	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF7181	CV000000558	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG0762	CV000002604	10/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG2770	CV000000641	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH1321	CV000002411	06/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZH5071	CV000000132	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZI4489	CV000000097	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZI5981	CV000000233	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZI6051	CV000002623	10/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZI8962	CV000001715	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ5238	CV000002335	12/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ9036	54197582	09/03/1999	50610	163	c/c	162	*	I	574.61
LZJ9036	54197582	09/03/1999	50100	162	*	I			574.61
LZK0950	54023842	05/03/1999	65990	230	*	V			191.53
LZL2779	CV000001805	28/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL5232	CV000002366	14/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL6241	LE000009123	22/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZM4493	CV000000669	10/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZM5480	CV000000648	10/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZO0272	CV000000702	11/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZO9342	54298124	08/03/1999	73400	252	*	IV			85.12
LZP9064	CV000002104	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZP9064	CV000001520	23/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZQ4693	CV000000606	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZQ7964	CV000001402	21/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT2429	CV000002485	07/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV5242	CV000001090	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZW3061	54197578	09/03/1999	67690	230	*	XXII			85.12
LZW6160	CV000000428	05/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX1327	CV000000678	11/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX6559	CV000002327	12/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX6559	CV000002349	13/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX6559	CV000002301	11/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ3927	CV000001557	24/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ5822	CV000000674	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ5999	CV000000492	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAA1436	CV000002072	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAA6254	CV000002562	08/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC5941	CV000000946	12/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC9629	CV000000792	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD3150	54042180	16/03/1999	73660	252	*	VI			85.12

MAD6761	CV000000810	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE8273	CV000000067	05/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAE9730	CV000001433	22/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAF0832	LE000008969	06/01/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAG5820	CV000000668	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAI2380	CV000000865	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAJ9110	CV000000850	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAJ9110	CV000000830	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAJ9409	CV000000551	07/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL1996	CV000002661	15/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL1996	CV000002637	15/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAO1631	CV000002611	10/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAO1631	CV000002573	09/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAO5287	CV000002160	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAQ3987	CV000000846	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAQ4856	CV000002427	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR7711	CV000001921	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAS1349	CV000000269	08/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU0020	CV000002296	11/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAV8628	CV000000530	07/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAX1973	54197558	26/02/1999	65990	230	*	V			191.53
MAX4750	CV000000945	12/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAY4109	CV000002630	10/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAY9400	CV000001104	15/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAY9698	CV000002548	08/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MBA4829	54263330	04/03/1999	70480	244	*	II			191.53
MBI3280	CV000002425	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBJ4770	CV000001021	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBM9780	CV000002171	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBY1850	CV000002576	09/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCE9920	CV000000171	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCM1010	CV000000632	09/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCS3510	CV000002659	15/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDA1820	54045621	08/03/1999	54520	181	*	VIII			127.69
MDN8930	CV000000981	13/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDP7070	CV000001404	21/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDS1700	CV000002090	03/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDT9160	CV000001163	16/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MEN2300	54263335	12/03/1999	73660	252	*	VI			85.12
MEU1403	CV000001551	24/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MJP1999	CV000000578	08/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MMM0200	CV000000958	13/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 109/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 109/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAC6069	CV000002753	18/03/1999	62200	218 * I * b	574.61
ACP4391	CV000002540	08/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEO9378	CV000002535	08/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
BMM2483	CV000002827	17/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
BOH1607	CV000002447	06/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
BWB7606	CV000002701	16/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
GNN3444	CV000002481	07/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
HOT2711	CV000002420	06/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR0506	CV000002624	10/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR2077	CV000002829	17/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS5499	54469020	23/03/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWU3773	CV000002543	08/03/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWU5757	CV000002791	15/03/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWU7503	CV000002855	17/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWV5853	CV000002599	09/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW7674	CV000001782	28/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW7674	CV000002665	15/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX3729	CV000002808	16/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWY9912	877348	15/11/1998	50100	162 * I	574.61
LWZ0837	CV000002347	13/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWZ9410	54469273	23/03/1999	65990	230 * V	191.53
LXB6979	CV000002519	07/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXB8701	CV000002571	09/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXC2785	CV000002783	15/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXG0648	CV000000456	05/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXJ2413	CV000002499	07/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXJ5628	CV000002456	07/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXK8173	CV000000101	06/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXN8543	CV000002518	07/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXP9355	CV000000692	11/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXQ1465	CV000002850	17/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXR0726	CV000002568	08/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXR9813	CV000002795	15/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXT1861	54469307	22/03/1999	57380	186 * II	191.53
LXY5679	CV000002789	15/03/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXZ9518	775281	21/03/1999	70300	244 * I	191.53
LYA2620	54469278	24/03/1999	65990	230 * V	191.53
LYA2620	54469278	24/03/1999	67690	230 * XXII	85.12
LYA5758	CV000002504	07/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYB9163	54469254	18/03/1999	65990	230 * V	191.53
LYC4909	54197586	13/03/1999	50100	162 * I	574.61
LYC4909	54197586	13/03/1999	70300	244 * I	191.53
LYF7910	54331987	26/03/1999	60500	208	191.53
LYF8376	54263237	19/02/1999	65990	230 * V	191.53

LYI6678	CV000002610	10/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYM0575	CV000002192	08/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYM2132	CV000001895	02/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM2363	CV000002756	18/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM4470	CV000001589	25/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO9628	CV000002794	15/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP5720	CV000002833	17/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ0667	CV000002690	16/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS9255	CV000002835	17/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU1526	CV000002745	18/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU1963	CV000002612	10/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV0390	54045821	21/03/1999	51690	165					957.69
LZA2069	CV000002677	16/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD0998	54494982	20/03/1999	70300	244	*	I			191.53
LZD5221	CV000000342	10/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG6729	CV000002193	08/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ6902	CV000000746	13/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZL0551	CV000001722	27/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL1541	54469309	23/03/1999	57380	186	*	II			191.53
LZN5872	CV000002806	16/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZR2509	CV000002814	16/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZU0633	CV000001274	19/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZU4585	CV000002838	17/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX6559	CV000002799	15/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAD2704	CV000002544	08/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAI8298	54042042	28/03/1999	70300	244	*	I			191.53
MAI8298	54042042	28/03/1999	50100	162	*	I			574.61
MAI8298	54042043	28/03/1999	65990	230	*	V			191.53
MAL1996	CV000002715	17/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL1996	CV000002839	17/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL5819	CV000002554	08/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAN0347	CV000002567	08/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAO9021	CV000002384	14/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP5544	CV000002392	19/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP9219	CV000002640	15/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAQ3317	CV000002523	08/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAQ4856	CV000002620	10/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAX5920	CV000002621	10/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAY6219	CV000002627	10/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAY9630	CV000002412	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBF1590	54469282	24/03/1999	50370	162	*	III			574.61
MCV3760	CV000001836	01/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDS7780	CV000002772	18/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MDS7780	CV000002646	15/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDS9260	CV000001865	01/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MED1964	CV000002593	09/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MED1964	CV000002853	17/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MMM5900	CV000002782	18/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
VW284	54494985	25/03/1999	65800	230	*	IV			191.53
VW284	54494984	25/03/1999	50100	162	*	I			574.61
VW284	54494984	25/03/1999	65990	230	*	V			191.53
VW284	54494985	25/03/1999	70300	244	*	I			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 110/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 110/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABU1589	CV00002890	20/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
AHB7445	CV00002500	07/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
HOU0819	CV00000449	05/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR8370	54251880	27/03/1999	70300	244 * I	191.53
LWR9840	54469014	17/03/1999	60500	208	191.53
LWX1834	CV00002860	17/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA3203	CV00002705	17/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXB3154	54197287	24/03/1999	50100	162 * I	574.61
LXB4485	CV00002400	06/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXC3988	CV00002894	20/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXE4740	54331988	29/03/1999	73660	252 * VI	85.12
LXF3926	CV00002390	14/03/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXJ2448	CV00002816	16/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXJ5714	CV00001847	01/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXN6109	CV00002917	21/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXS7361	54494992	01/04/1999	70300	244 * I	191.53
LXS7361	54494992	01/04/1999	70480	244 * II	191.53
LXV5451	54469156	31/03/1999	69120	232	53.20
LXV5451	54469156	31/03/1999	51850	167	127.69
LYB5877	54251878	27/03/1999	69120	232	53.20
LYK9479	CV00001279	19/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYY2239	CV00002683	16/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZF2532	54389818	26/03/1999	73150	252 * I	85.12
LZF2532	54389818	26/03/1999	50100	162 * I	574.61
LZG7257	CV00002754	18/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZH8637	54469226	05/04/1999	50100	162 * I	574.61
LZM9671	CV00002747	18/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZP8214	CV00002872	19/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZQ5599	54331992	31/03/1999	73660	252 * VI	85.12
LZT7276	CV00002448	06/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZZ7281	CV00002891	20/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
MAE2507	CV00002680	16/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
MAG2580	CV00000498	06/02/1999	62110	218 * I * a	127.69
MAK4580	54389940	01/04/1999	52070	169	53.20
MBE4949	CV00002574	09/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
MBI1973	CV00002401	06/03/1999	62110	218 * I * a	127.69

MCB4040	CV000002776	18/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDL7040	CV000002436	06/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDS8940	54045824	27/03/1999	50100	162	*	I			574.61
MDS8940	54045824	27/03/1999	51690	165					957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 111/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 111/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAX8732	CV000002885	20/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADH1623	54469428	12/04/1999	65990	230 * V	191.53
ASA0078	54469153	31/03/1999	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ASA0078	54469154	31/03/1999	65990	230 * V	191.53
ASA0078	54469153	31/03/1999	50100	162 * I	574.61
BGN3837	CV000003290	27/03/1999	62200	218 * I * b	574.61
BHO1525	CV000003419	25/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
BUY6299	CV000003545	29/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
CLF7215	CV000002842	17/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
GTS9704	54469420	12/04/1999	65990	230 * V	191.53
ICE8061	CV000003446	24/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
ICP4720	CV000003278	26/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
KCX2121	CV000003385	28/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LAW0239	54469807	10/04/1999	72340	250 * I * a	85.12
LBG1382	CV000003528	28/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR7423	54251555	13/04/1999	65990	230 * V	191.53
LWT3725	CV000003259	26/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWV9363	CV000003116	21/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX2783	CV000003503	28/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA3156	CV000003266	26/03/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXB6545	CV000003424	24/03/1999	62110	218 * I * a	127.69

LXD0365	CV000003300	27/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXD1351	54045868	06/04/1999	73660	252	*	VI			85.12
LXF5573	CV000003313	27/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI4841	54376586	10/04/1999	70300	244	*	I			191.53
LXM3459	CV000003216	25/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXM9607	54469103	12/04/1999	50100	162	*	I			574.61
LXM9607	54469103	12/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LXN4324	54263465	07/04/1999	64830	227	*	I			53.20
LXP3525	54251425	06/04/1999	61220	214	*	I			191.53
LXR0793	CV000003194	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXT0191	54469406	10/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LXT0290	CV000003233	25/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV1135	CV000002921	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV1267	54251882	30/03/1999	65990	230	*	V			191.53
LXV1267	54251882	30/03/1999	50100	162	*	I			574.61
LXV6699	CV000003012	23/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV8155	CV000003263	26/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV8972	CV000002950	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW8660	54197621	14/04/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LXZ9867	CV000003303	27/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC9512	54251371	10/04/1999	50610	163	c/c	162	*	I	574.61
LYC9512	54251371	10/04/1999	50100	162	*	I			574.61
LYG3481	CV000003547	29/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH3406	CV000003347	28/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ7835	CV000003069	20/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK6656	54375355	05/04/1999	61220	214	*	I			191.53
LYO3422	CV000003304	27/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO6955	CV000003094	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO9628	CV000003490	27/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ3050	CV000003437	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ3050	CV000003479	27/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR0925	CV000003534	29/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR1739	CV000001444	22/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS7574	CV000002996	22/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU4332	CV000003087	21/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYV1693	CV000003504	28/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYV1693	CV000003477	27/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYV2396	CV000003170	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV8170	CV000003538	29/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYW6515	54469413	10/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LYW8261	54469447	16/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LYY2158	CV000003536	29/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ0676	CV000003431	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC9248	CV000003452	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD4371	54469450	16/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LZD6450	CV000003462	26/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZF5670	CV000003688	31/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM9772	CV000003250	26/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN5872	CV000003535	29/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN5872	CV000003460	26/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZO0943	CV000003008	22/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZP1071	CV000002980	21/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZQ0353	CV000003277	26/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT3421	CV000003114	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV9195	CV000003071	20/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZY9310	CV000003433	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZY9310	CV000003500	28/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZY9310	CV000003509	28/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZZ8007	CV000002929	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAB1369	54251554	13/04/1999	65990	230	*	V			191.53
MAC6216	CV000003122	22/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD4969	CV000003261	26/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAG8740	CV000003557	29/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61

MAH6544	54045869	09/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAH8234	CV00003493	27/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAH8560	CV00002616	10/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAI6930	CV00003465	26/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAN3066	54370137	14/04/1999	56220	182	*	VI	53.20
MAN6351	CV00003126	22/03/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAQ8279	CV00003489	27/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBV6790	CV00003049	23/03/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MEU6929	CV00003086	21/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MFI0550	CV00002940	21/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MFI0550	CV00002962	21/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MJP2500	CV00003413	25/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 112/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 112/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADH9934	CV00003739	02/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEE2489	CV00002979	21/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEN3116	CV00003367	28/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
AN043	54263504	08/04/1999	70300	244 * I	191.53
AN043	54263504	08/04/1999	50100	162 * I	574.61
AN043	54263505	08/04/1999	65800	230 * IV	191.53
AN043	54263505	08/04/1999	69120	232	53.20
BFM6077	54370881	17/04/1999	54520	181 * VIII	127.69
BJE5498	CV00003287	26/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
BOR2641	CV00003402	30/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
BUY6299	CV00003765	02/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
GTG4908	CV00002859	17/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
GTJ0817	CV00003666	30/03/1999	62110	218 * I * a	127.69

IBZ9356	CV00003373	28/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
ICP9988	CV00003886	07/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LBG1382	CV00003793	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR0204	54370879	17/04/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LWR2549	CV00003612	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR4231	CV00003882	07/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWS5277	CV00003082	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT4197	CV00003101	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT5682	CV00002924	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW9263	CV00003792	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX1091	54045514	14/04/1999	54600	181	*	IX			85.12
LWX1834	CV00003440	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX2783	CV00003580	02/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX3729	CV00003938	09/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX3729	CV00003643	05/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX3827	54370139	16/04/1999	51690	165					957.69
LWZ0837	CV00003350	28/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA3203	54469815	15/04/1999	68660	231	*	VIII			85.12
LXB4126	CV00003722	01/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC5376	CV00003658	30/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC5376	CV00003256	26/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC7833	54370886	17/04/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LXD2712	CV00003279	26/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE6045	CV00003628	04/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH6951	CV00003826	04/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI9880	CV00002870	19/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ5714	CV00003374	28/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ5714	CV00003393	28/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK2481	54469242	06/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LXK6013	CV00003756	02/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXM1896	CV00002977	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXM9622	CV00003192	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN6903	CV00003152	23/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN7674	CV00004070	08/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXN8448	CV00003951	10/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO1457	CV00003977	11/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXP5672	CV00003641	05/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXQ2023	CV00003176	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXQ7674	CV00003953	10/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS3989	CV00003100	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU6241	CV00003839	04/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW7649	CV00003396	28/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXX9341	CV00003713	01/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY0815	54331990	30/03/1999	60500	208					191.53
LXY1468	CV00004129	10/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB5128	CV00003831	04/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC8351	CV00003828	04/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG9201	CV00003615	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI8499	CV00004149	12/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ8481	CV00003848	05/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK2644	CV00002963	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM0209	CV00003286	26/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN4212	CV00003780	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO9892	CV00003130	22/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS1500	CV00003416	25/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS3293	CV00003175	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT6063	CV00003942	09/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU1985	CV00003351	28/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU4332	CV00003604	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV1693	CV00003794	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV4851	CV00003264	26/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYY1359	CV00003801	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYY3190	54370873	17/04/1999	54520	181	*	VIII			127.69

LYZ7932	832473	17/04/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LYZ9970	CV00004101	09/04/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZB2498	CV00003438	24/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZD1681	CV00003735	02/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZD5231	54469417	12/04/1999	65990	230	*	V	191.53
LZD5451	CV00003958	10/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZD6266	CV00003763	02/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZD8860	CV00003655	05/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZE6070	CV00003189	24/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZH2102	CV00003006	22/03/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZI5032	CV00003207	24/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZI5032	CV00003329	27/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZJ5238	CV00003697	31/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZK4310	CV00003917	08/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZK5409	CV00002884	20/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZK6188	CV00003685	31/03/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZL4085	CV00002898	20/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZL4492	CV00003427	24/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZL8112	CV00003916	08/04/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZM1421	CV00003146	22/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZN1232	CV00003908	08/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZN1232	CV00003907	08/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZN1232	CV00003910	08/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZN1232	CV00003906	08/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZN1232	CV00003909	08/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZN5872	CV00003940	09/04/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZP2598	CV00003787	03/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZQ3319	CV00003975	11/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZS0204	CV00003578	02/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZS4669	54042425	18/04/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZU7825	CV00003603	03/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZZ3993	832474	17/04/1999	54520	181	*	VIII	127.69
MAA4956	CV00003995	12/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAA8030	CV00003726	01/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAC3212	CV00002916	21/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAC9326	CV00003698	01/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAD1369	CV00003592	03/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAE0795	CV00003650	05/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAE0795	CV00003574	02/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAE1300	CV00003631	04/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAE7795	CV00003973	11/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAE7795	CV00003981	12/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAF9337	CV00003312	27/03/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAH9886	CV00003158	23/03/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAI4852	CV00003513	28/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAJ1402	CV00003128	22/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAL7689	CV00003198	24/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAM0033	CV00002925	21/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAM2837	CV00003605	03/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAM9768	CV00003705	01/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAM9941	CV00003821	03/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAT2628	CV00003983	12/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAX0150	CV00003779	02/04/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MBA4829	CV00003904	08/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBA4829	CV00003488	27/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MCB4040	CV00003718	01/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MCC3220	CV00002947	21/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MCF0720	CV00003930	09/04/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MCP2470	54370868	30/03/1999	66020	230	*	VI	191.53
MDQ9130	54469053	09/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
MDS7780	CV00003280	26/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MEG0120	CV000086817	20/04/2005	62110	218	*	I * a	127.69
MMM2504	CV00002926	21/03/1999	62110	218	*	I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 113/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 113/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAF3387	CV00004400	18/04/1999	62200	218 * I * b	574.61
ACA7269	CV00003776	02/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADL3545	CV00002882	20/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
AFA9382	CV00003167	24/03/1999	62200	218 * I * b	574.61
BNM9588	CV00004282	14/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
BPJ3715	CV00004144	12/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
BRH9952	CV00004049	08/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
COS8858	CV00003876	03/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
GIF1000	CV00003337	27/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
KCG6835	CV00004424	18/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LBF1522	CV00004154	12/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR1682	54389641	25/04/1999	50100	162 * I	574.61
LWR7349	CV00002958	21/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS3852	54469455	27/04/1999	69120	232	53.20
LWT0061	CV00003624	04/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT2810	54197289	17/04/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWT5189	CV00003984	12/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT7032	CV00003701	01/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU2973	54045870	12/04/1999	60500	208	191.53
LWU6202	CV00003865	05/04/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWV2678	CV00004103	10/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWV4575	CV00004033	07/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWV5853	CV00003775	02/04/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWV8282	CV00004224	13/04/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWV9806	CV00003822	03/04/1999	62110	218 * I * a	127.69

LWV9896	CV000004153	12/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LWW8306	CV000002933	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX3729	CV000004178	19/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LWX8540	CV000004261	14/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA5619	CV000004043	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB1036	CV000003260	26/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB2331	54469746	26/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LXB2930	CV000004128	10/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXC5138	CV000004145	12/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC9602	54493553	23/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LXD6765	CV000003918	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF4092	54263753	17/04/1999	70300	244	*	I			191.53
LXF4092	54263754	17/04/1999	58350	195					127.69
LXF4092	54263753	17/04/1999	50100	162	*	I			574.61
LXF4092	54263754	17/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LXG6983	CV000003786	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH2817	CV000003950	10/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXI4841	CV000004294	15/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK4279	CV000003663	30/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK4610	CV000004084	09/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXL3755	CV000002981	22/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXM9026	CV000001365	21/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN5985	CV000004107	10/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO2339	CV000002943	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO2941	54469438	14/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LXP4072	CV000003480	27/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXP7153	54446706	27/04/1999	70300	244	*	I			191.53
LXP7153	54446706	27/04/1999	57890	190					127.69
LXQ2023	CV000004122	10/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXT1032	CV000003805	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXT7527	54199826	24/04/1999	70300	244	*	I			191.53
LXT7527	54199825	24/04/1999	50100	162	*	I			574.61
LXT7527	54199827	24/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LXV3604	CV000004127	10/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW5511	54251562	27/04/1999	66370	230	*	IX			127.69
LXX9338	CV000003799	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY1468	CV000004421	18/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ1467	CV000004005	07/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXZ7888	54370133	05/04/1999	51850	167					127.69
LYA4421	CV000003836	04/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC6710	54251377	23/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LYC6710	54469724	23/04/1999	69120	232					53.20
LYC8768	CV000004194	14/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC9471	CV000003223	25/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD9721	CV000003197	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYE4402	CV000004189	14/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG5673	54331712	13/03/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LYJ3254	54440072	20/04/1999	52070	169					53.20
LYK8961	CV000004240	13/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL2421	CV000003972	11/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM7881	54469750	27/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LYM9040	CV000003673	30/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYN0108	CV000003686	31/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN0108	CV000003687	31/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP2276	54375365	15/04/1999	61220	214	*	I			191.53
LYP8846	CV000004420	18/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ0803	CV000003541	29/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR2034	54495000	21/04/1999	70480	244	*	II			191.53
LYR2034	54495000	21/04/1999	70300	244	*	I			191.53
LYR3403	CV000004159	12/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS6124	CV000004135	12/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS7326	CV000004426	18/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT3824	CV000003891	07/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LYU2623	CV000004020	07/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYU6487	CV000003903	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV000003913	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV000004133	12/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU8885	54263471	20/04/1999	73660	252	*	VI			85.12
LYV0390	CV000004221	17/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV3551	54469454	27/04/1999	65990	230	*	V			191.53
LYY8148	CV000004039	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ7500	CV000004386	18/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ9639	CV000003288	26/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZA8175	CV000003390	28/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB9284	CV000004151	12/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD3673	CV000004396	18/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF2532	54189012	27/04/1999	50100	162	*	I			574.61
LZI9148	54370882	17/04/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LZJ7465	CV000003665	30/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZK5758	CV000004371	17/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL2145	CV000004305	15/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN2603	CV000003422	25/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN9199	54251559	27/04/1999	50100	162	*	I			574.61
LZS3433	CV000004208	15/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZU6914	CV000001040	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV5322	CV000003205	24/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZY8195	CV000004300	15/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZY9109	CV000003478	27/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZZ0132	CV000004130	10/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAA4184	54263752	12/04/1999	54520	181	*	VIII			127.69
MAA8274	CV000004349	17/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAB1001	CV000004071	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAB9333	CV000003401	28/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC9889	CV000004314	15/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD5677	CV000003573	02/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAI8542	54469048	16/04/1999	57380	186	*	II			191.53
MAJ8151	CV000003895	08/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAK6938	CV000004074	09/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAN0350	CV000003806	03/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAT2628	CV000004061	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAT9230	CV000003870	05/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAV2847	CV000004338	16/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAX0350	CV000003583	02/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MBC9658	CV000004231	13/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBM8340	54469038	16/04/1999	57380	186	*	II			191.53
MBM8340	54469039	16/04/1999	60500	208					191.53
MBX4070	CV000003860	05/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCB3270	CV000003837	04/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCH2390	CV000003923	09/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCO2450	CV000004011	07/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCO2450	CV000004041	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCV7777	54251560	27/04/1999	50450	162	*	V			191.53
MDA5140	CV000003970	11/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDK3250	CV000004030	07/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MED3444	CV000004096	09/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MEL9900	CV000004213	15/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MGS0025	CV000003991	12/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
ZW652	54100888	13/03/1999	50100	162	*	I			574.61
ZW652	54100889	13/03/1999	66370	230	*	IX			127.69
ZW652	54100888	13/03/1999	70480	244	*	II			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 114/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 114/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACF2507	54389948	16/04/1999	60500	208	191.53
ACT3590	CV00004251	13/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEZ7817	CV00004407	18/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
AGQ3432	CV00003708	01/04/1999	62200	218 * I * b	574.61
BIG1617	54469850	02/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
BLU5587	CV00004418	18/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
CCN8839	CV00004003	06/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR8582	CV00004215	16/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS4602	CV00003599	03/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU5435	CV00003348	28/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU7591	CV00004434	19/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW4850	CV00004388	18/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW6586	54286323	05/05/1999	55680	181 * XIX	127.69
LWW9263	CV00004323	16/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW9263	CV00004293	15/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWZ4104	54251383	29/04/1999	69120	232	53.20
LWZ4104	54251383	29/04/1999	50100	162 * I	574.61
LXA1477	CV00004124	10/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA3835	CV00003803	03/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXB0206	54286572	02/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LXC0691	54189189	14/04/1999	70300	244 * I	191.53
LXC4689	CV00003841	04/04/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXC6918	CV00003864	05/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD3863	CV00003738	02/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXE1541	54469463	01/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LXF0291	54197298	05/05/1999	55680	181 * XIX	127.69
LXF8946	CV00002738	17/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXG3333	54469315	30/03/1999	73660	252 * VI	85.12
LXH0331	54469720	20/04/1999	65990	230 * V	191.53
LXH7671	CV00004359	17/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXI8962	674155	20/04/1999	56570	182 * IX	85.12

LXJ4094	CV000004188	14/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ5714	CV000003728	01/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK2774	CV000003948	09/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK4818	CV000004354	17/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXL3755	CV000003894	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXM3643	CV000004219	17/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXO4024	CV000004264	14/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO6896	CV000003769	02/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS8631	CV000003888	07/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXS9427	CV000004414	18/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU3358	CV000003229	25/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXU8782	CV000003293	27/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV3836	CV000004449	20/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY3794	CV000004455	20/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY6310	CV000004411	18/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY6310	CV000003723	01/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY9137	CV000004431	19/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA1851	CV000004042	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC9915	CV000003919	09/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF4244	CV000003137	22/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH6822	CV000004193	14/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI2455	54286315	05/05/1999	55680	181	*	XIX			127.69
LYJ7073	775088	01/05/1999	55680	181	*	XIX			127.69
LYK6525	CV000003344	28/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK8078	CV000004040	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN0399	CV000002889	20/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN0399	CV000002973	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN7334	666102	09/04/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LYN8166	54469471	01/05/1999	55500	181	*	XVIII			85.12
LYO9212	54469045	16/04/1999	57380	186	*	II			191.53
LYP3233	54045873	14/04/1999	60500	208					191.53
LYP9759	CV000004160	12/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYQ2136	54221951	01/05/1999	70300	244	*	I			191.53
LYR4556	CV000004453	20/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYS7804	CV000004106	10/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT0625	CV000004205	15/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYU4517	CV000004239	13/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYW8165	CV000004170	19/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX5376	CV000004283	14/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYY7375	CV000003680	31/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZA2069	CV000004052	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC3585	54456135	02/05/1999	57380	186	*	II			191.53
LZC3585	54456135	02/05/1999	70480	244	*	II			191.53
LZC3585	54456136	02/05/1999	58350	195					127.69
LZC7745	CV000004054	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD3782	54469843	01/05/1999	55500	181	*	XVIII			85.12
LZE5580	CV000004085	09/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF1851	CV000003990	12/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZF5972	CV000004296	15/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZF9867	CV000003724	01/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH2022	CV000004238	13/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZI1691	CV000003633	04/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZI8438	CV000004242	13/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ5238	CV000004381	18/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ9659	CV000003123	22/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZK8340	CV000004131	10/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZL3423	CV000003734	02/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM9917	54469151	31/03/1999	65990	230	*	V			191.53
LZN5872	CV000003622	04/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN5872	CV000004088	09/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZN9421	CV000002664	15/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZP0899	CV000003642	05/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZQ3792	CV000004545	21/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61

LZQ8394	CV000004451	20/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZS4763	CV000003964	10/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT2873	54469838	01/05/1999	57380	186	*	II			191.53
LZT7276	CV000003829	04/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT7276	CV000003905	08/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZV5023	CV000003971	11/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZW4144	CV000004356	17/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ6388	CV000003104	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ6388	CV000002965	21/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAA4386	CV000004403	18/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC7802	CV000004117	10/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAG0656	CV000004058	08/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAK0790	54389943	08/04/1999	73660	252	*	VI			85.12
MAK6938	CV000004271	14/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL0237	CV000004350	17/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAN9376	CV000004316	16/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP8749	54251572	02/05/1999	55500	181	*	XVIII			85.12
MAS4300	CV000004212	15/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAT1018	CV000003352	28/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAX1750	CV000003741	02/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBI5490	775089	03/05/1999	55680	181	*	XIX			127.69
MCF0720	CV000004287	15/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCF0720	CV000004299	15/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCH0150	CV000003772	02/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCZ1570	CV000003969	11/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MEU0640	54469837	01/05/1999	55500	181	*	XVIII			85.12
MMI0049	CV000004415	18/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MUM1691	CV000087129	28/04/2005	62110	218	*	I	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 115/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 115/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFA8320	CV00004570	30/04/1999	62200	218 * I * b	574.61
AR710	54052522	10/05/1999	50100	162 * I	574.61
AR710	54052523	10/05/1999	52740	175	191.53
AR710	54052524	10/05/1999	65990	230 * V	191.53
AR710	54052523	10/05/1999	66960	230 * XV	127.69
AR710	54052522	10/05/1999	65800	230 * IV	191.53
BFD9149	CV00005005	25/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
IDF5980	54331287	07/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
IGB9399	54331722	09/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LBJ6768	CV00004900	23/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS4007	CV00002254	10/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS5097	CV00005268	08/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS8549	CV00005374	16/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT7176	CV00004624	01/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWV9399	CV00005164	08/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW4247	54331292	09/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LWW6073	54494990	28/03/1999	70300	244 * I	191.53
LWW6073	54494990	28/03/1999	70480	244 * II	191.53
LWW6996	CV00005128	29/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW9413	CV00004613	01/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX5207	CV00004699	04/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX5419	CV00005104	29/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA5619	CV00004889	22/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA6034	54469844	01/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LXA8446	54251390	10/05/1999	50100	162 * I	574.61
LXB6541	CV00004799	02/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXB9332	562756	30/04/1999	60410	207	127.69
LXB9565	CV00004542	21/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD9466	CV00005078	28/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXF3522	560451	04/05/1999	65990	230 * V	191.53
LXG0639	CV00004984	25/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXH0281	CV00004887	22/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXH0812	54197300	05/05/1999	55680	181 * XIX	127.69
LXH4034	CV00005085	28/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXI4627	CV00005065	27/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXL7252	CV00005301	10/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXN1938	CV00002307	11/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXN1938	CV00004006	07/04/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXO8075	54286573	02/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LXR1898	CV00003527	28/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXS4150	CV00004540	21/04/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXV0851	54251391	13/05/1999	51690	165	957.69
LXV2237	CV00005253	06/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXV3836	CV00005334	15/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXV3836	CV00005361	15/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXV6207	CV00004832	04/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXX7576	CV00002763	18/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXY5281	CV00004750	01/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYA0536	CV00003362	28/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYA1851	CV00005359	15/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYA8024	CV00004680	03/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYD1546	54199459	29/04/1999	70300	244 * I	191.53
LYD1546	54199460	29/04/1999	58350	195	127.69
LYD1546	54199459	29/04/1999	70480	244 * II	191.53
LYD1546	54199460	29/04/1999	62620	220 * I	191.53
LYD6874	CV00004762	01/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYF6732	54469790	17/05/1999	73660	252 * VI	85.12
LYF8048	CV00004601	01/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYG4775	CV00004823	04/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYI3337	CV00004999	25/04/1999	62110	218 * I * a	127.69

LYI9086	CV000005045	27/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK5984	CV000005224	10/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYM7658	CV000005114	25/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO9673	CV000004724	30/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP1952	CV000004702	04/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS6030	CV000004972	25/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT3250	54197591	16/03/1999	50450	162	*	V			191.53
LYT5499	CV000005161	08/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU2580	54286772	08/05/1999	55680	181	*	XIX			127.69
LYU6487	CV000004575	30/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV000005239	06/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU8449	54469469	01/05/1999	55500	181	*	XVIII			85.12
LYX1857	54197294	03/05/1999	55680	181	*	XIX			127.69
LYY2125	CV000004753	01/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB1381	CV000004717	30/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC2495	CV000005183	09/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC9610	CV000005126	28/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD5221	CV000000537	07/02/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZD5221	CV000000485	06/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD5221	CV000001624	25/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD5221	CV000000808	14/02/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD7466	CV000005375	16/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF0327	CV000004896	23/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF2578	CV000005269	08/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF5838	CV000005246	06/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG2471	CV000005175	09/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZI1049	CV000004668	02/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ2121	562760	01/05/1999	57380	186	*	II			191.53
LZJ2121	562761	01/05/1999	60500	208					191.53
LZK7884	CV000002854	17/03/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZL5232	CV000004820	04/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL5232	CV000005291	09/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL5232	CV000005344	15/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM8849	CV000005167	08/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN3266	CV000004679	03/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZO4532	CV000005159	08/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZU5972	CV000004950	24/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAB4440	CV000005115	25/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC7540	CV000004725	30/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE5795	CV000005152	08/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAH1277	CV000005330	13/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAI3700	CV000004313	15/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAJ8980	CV000004903	23/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAQ5097	CV000004559	30/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAQ7972	CV000005309	11/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR1970	CV000004674	02/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAS9440	CV000005348	15/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU1727	CV000005088	28/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAX0709	CV000005051	27/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA8120	CV000003464	26/03/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBQ4160	CV000005099	29/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCF1500	CV000004853	06/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCZ7420	CV000004249	13/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MDT0840	CV000005229	11/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 116/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 116/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAC2373	CV00004911	23/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
AAV5794	CV00004924	24/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADG3537	CV00004938	24/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEE2489	CV00005382	16/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEE2489	CV00005198	09/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEX9687	CV00005283	09/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEZ2134	CV00004563	30/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
AK0510	CV00005109	23/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
BOV1002	CV00004816	03/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
BXA7397	54045628	21/05/1999	55250	181 * XV	85.12
DTY0007	CV00005327	13/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
IAZ0962	CV00004876	22/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
ICP4720	CV00005053	27/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LIP9829	CV00005049	27/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR8582	CV00005209	10/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS9141	54042679	15/05/1999	56570	182 * IX	85.12
LWT1314	CV00005317	13/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT7156	CV00002778	18/03/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT7329	CV00005046	27/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU6541	CV00005365	16/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWV9399	CV00004636	02/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWV9399	CV00004841	05/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW7674	CV00005636	22/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW8009	674153	20/04/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWW9025	CV00004677	03/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWY9974	54199463	30/05/1999	52740	175	191.53
LWZ8049	CV00005502	22/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA4895	CV00004824	04/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA6642	54052525	14/05/1999	52740	175	191.53
LXA6642	54052525	14/05/1999	50100	162 * I	574.61
LXC4431	560479	13/05/1999	65990	230 * V	191.53
LXD3932	CV00004755	01/05/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXE3837	CV00005262	08/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXG4229	54262204	13/05/1999	67850	231 * II * a	191.53
LXG6256	CV00005426	19/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXI1570	CV00005652	23/05/1999	62110	218 * I * a	127.69

LXI5099	CV000005303	10/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ2963	560478	13/05/1999	69120	232					53.20
LXJ4094	CV000005590	19/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK2119	CV000004694	04/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK2597	CV000005192	09/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXL7001	CV000005271	08/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXL9919	CV000004659	02/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN2992	54251400	29/05/1999	65990	230	*	V			191.53
LXN2992	54251400	29/05/1999	50100	162	*	I			574.61
LXN7439	CV000004834	05/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO4177	CV000005273	09/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO8160	CV000005069	27/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS1530	CV000005350	15/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS6234	CV000005213	10/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS7980	CV000004626	02/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS8010	CV000004883	22/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU1995	CV000004709	05/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU5669	CV000005117	25/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU7037	CV000005237	12/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXV9659	CV000004980	25/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW2545	CV000005307	10/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX0043	CV000004870	08/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ1861	CV000005138	29/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ7312	54389820	27/03/1999	55760	182	*	I			85.12
LXZ9567	CV000005649	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA3291	CV000005351	15/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB8741	CV000004891	22/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB8741	CV000005323	13/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB8741	CV000004278	14/04/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYC1477	54052858	16/05/1999	50100	162	*	I			574.61
LYD1414	CV000004844	06/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYE1608	CV000005369	16/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYE1608	CV000005318	13/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYE9586	CV000004973	25/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF7682	CV000005210	10/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF8397	CV000004801	02/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG1552	CV000004819	04/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG9201	CV000004746	01/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG9201	CV000004767	01/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI4606	CV000005275	09/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI8171	54469340	18/05/1999	73660	252	*	VI			85.12
LYJ8094	CV000004859	07/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL4244	CV000004933	24/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL6465	CV000005285	09/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL6584	CV000005073	28/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM0209	CV000004952	24/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP0390	CV000004936	24/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP2457	CV000005003	25/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP9944	CV000005600	19/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR9293	CV000004792	02/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS5009	CV000005249	06/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT2780	54045632	28/05/1999	55250	181	*	XV			85.12
LYU4893	CV000004711	05/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV000005136	29/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV4068	CV000005052	27/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYW1593	54045847	03/06/1999	54600	181	*	IX			85.12
LYW2677	CV000005145	08/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX4656	CV000004789	02/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX5082	CV000004951	24/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ9716	CV000004806	03/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZA3045	CV000005385	16/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZB3651	54469487	26/05/1999	57380	186	*	II			191.53
LZB3651	54469486	26/05/1999	50610	163	c/c	162	*	I	574.61

LZB3651	54469486	26/05/1999	50100	162	*	I		574.61
LZB6194	CV00005320	13/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZB7810	CV00004977	24/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZC3108	54221257	24/05/1999	54520	181	*	VIII		127.69
LZD5231	CV00004743	01/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZD5231	CV00005105	29/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZE1679	CV00004927	24/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZF6463	CV00005513	22/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZG2471	CV00004384	18/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZG9322	CV00005254	07/05/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LZH5208	54389883	04/05/1999	65990	230	*	V		191.53
LZH5208	54389883	04/05/1999	69120	232				53.20
LZI3501	CV00005447	20/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZI4148	CV00005568	17/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZL6677	54494998	21/04/1999	70480	244	*	II		191.53
LZL6677	54494998	21/04/1999	70300	244	*	I		191.53
LZL8318	54469378	14/05/1999	57380	186	*	II		191.53
LZN0073	CV00004942	24/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZN2103	CV00004611	01/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZP4503	CV00004744	01/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZQ2184	CV00005033	27/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZQ3792	CV00004992	25/04/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
LZQ7080	CV00004825	04/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZQ7834	CV00005251	06/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZU1372	CV00005328	13/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZV0104	CV00005373	16/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZV1620	CV00005062	27/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZV2423	CV00004244	13/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZV2423	CV00004373	17/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZV9299	54469488	26/05/1999	57380	186	*	II		191.53
LZV9299	54469488	26/05/1999	50450	162	*	V		191.53
LZW4063	CV00005340	15/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
LZY4322	CV00005027	26/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAC7274	CV00004780	02/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAE5883	54469348	24/05/1999	54520	181	*	VIII		127.69
MAE6824	CV00005532	14/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAE6824	CV00005537	15/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAG0698	CV00004749	01/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAG7030	54221256	24/05/1999	73660	252	*	VI		85.12
MAH4858	CV00005349	15/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAJ4178	CV00004653	02/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAJ7391	CV00005072	28/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAK1672	CV00005261	08/05/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
MAK4060	CV00004673	02/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAN0192	CV00005357	15/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAN7939	CV00005255	07/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAO4297	CV00004937	24/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAO6471	CV00004720	30/04/1999	62200	218	*	I	* b	574.61
MAO9090	CV00005178	09/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAP2412	CV00005137	29/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAR3105	CV00005294	09/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAS1707	CV00005637	22/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAS4300	CV00004714	05/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAS7950	54045630	28/05/1999	73660	252	*	VI		85.12
MAU2682	CV00005651	23/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAV6888	CV00005077	28/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MAW4869	644108	25/05/1999	70300	244	*	I		191.53
MAX2339	CV00005231	11/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MBH0579	CV00005419	18/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MBI3280	CV00004915	23/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MBK7190	CV00004676	02/05/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MCB4040	CV00005050	27/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69
MCB4040	CV00005101	29/04/1999	62110	218	*	I	* a	127.69

MCB6790	562466	16/04/1999	73660	252	*	VI	85.12
MCC1130	CV00005362	16/05/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MCD5040	CV00004969	25/04/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MCH8840	CV00005352	15/05/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MCS4870	CV00005542	15/05/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MDA3480	CV00005571	17/05/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MED1964	CV00005223	10/05/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MEU2402	CV00004745	01/05/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MEU2402	CV00004835	05/05/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MMM1976	CV00005216	10/05/1999	62110	218	*	I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 117/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 117/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGQ7493	CV00005704	23/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
BIN9652	CV00006056	28/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
BMM2483	CV00005562	16/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
BMM2483	CV00005587	19/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
BON8369	CV00006117	30/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
BOZ3443	647440	17/06/1999	73660	252 * VI	85.12
BVB3430	CV00006162	01/06/1999	62110	218 * I * a	127.69
CHT3109	CV00005890	30/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
DJA3377	CV00005776	27/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
ICP4720	CV00005801	25/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
IDG5459	CV00006052	28/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR0086	CV00005686	23/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR0760	697003	21/05/1999	65990	230 * V	191.53
LWR2959	CV00006258	07/06/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS2411	CV00005441	19/05/1999	62110	218 * I * a	127.69

LWS4349	CV000005748	25/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWS4602	697001	21/05/1999	65990	230	*	V			191.53
LWS8549	CV000006187	03/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT1314	CV000005423	19/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU6073	CV000005501	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU6283	562764	05/06/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LWV3955	CV000005384	16/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWV5567	CV000005757	25/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX3729	CV000006326	10/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY3981	CV000005626	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ5101	CV000005803	25/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB8034	CV000005915	02/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB9007	CV000005531	14/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC8707	CV000006147	01/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC9331	CV000006094	29/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE3837	CV000006126	31/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE5122	CV000005416	18/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF7909	CV000006196	03/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG3014	CV000005404	17/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG6281	CV000005946	03/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH0486	54446052	13/06/1999	65990	230	*	V			191.53
LXH6958	CV000005277	09/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH8907	CV000006207	04/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI0122	CV000005902	01/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ1494	CV000005986	05/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK2821	CV000005498	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK6072	697029	08/06/1999	65990	230	*	V			191.53
LXL2143	CV000004795	02/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXL3902	54263757	06/05/1999	70300	244	*	I			191.53
LXM7418	CV000006253	07/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO8092	CV000005642	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXP1449	CV000006320	09/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR1121	647437	16/06/1999	57380	186	*	II			191.53
LXR3675	CV000005790	24/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR3675	CV000005609	20/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXS2103	54183251	07/06/1999	54600	181	*	IX			85.12
LXS8053	54189780	18/06/1999	55250	181	*	XV			85.12
LXT4821	CV000006308	08/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV9396	CV000004715	05/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY0607	CV000006220	05/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ6226	CV000005722	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA6779	54352166	14/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYE0750	54389896	21/05/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LYF1422	54189873	15/06/1999	61220	214	*	I			191.53
LYG7770	CV000005936	03/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH5006	CV000006255	07/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH6003	CV000006277	10/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ0809	CV000006072	28/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ5156	CV000006298	07/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK8556	CV000005716	23/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYN6627	CV000005411	18/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN8570	CV000005887	30/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO1450	CV000005912	02/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP3640	CV000006151	01/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP8340	54331618	28/05/1999	73660	252	*	VI			85.12
LYR7345	CV000006265	09/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS4203	CV000005443	19/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT5316	CV000005485	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV000005969	04/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV4992	CV000005727	24/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYV4992	CV000005785	24/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYW8289	54286781	11/06/1999	59240	203	*	I			191.53
LYY0195	CV000005705	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LZA1349	CV000005444	20/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC2597	CV000005524	14/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC4831	CV000006197	03/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD5151	CV000006316	08/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZD7466	CV000005884	30/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF4854	CV000005788	24/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ2982	CV000006268	09/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ9557	CV000006046	06/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZK4179	697012	23/05/1999	50450	162	*	V			191.53
LZK5409	CV000006051	28/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZO7290	CV000006325	10/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZO8880	54375511	14/06/1999	50100	162	*	I			574.61
LZO8880	54375511	14/06/1999	69120	232					53.20
LZO8880	54375512	14/06/1999	65990	230	*	V			191.53
LZO8880	54375513	14/06/1999	65560	230	*	I			191.53
LZQ0296	CV000005580	18/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZS7082	CV000005859	29/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT2429	CV000005700	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZU6965	CV000005982	05/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV2423	CV000005798	24/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV3054	CV000005479	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV6989	54469350	25/05/1999	73660	252	*	VI			85.12
LZW3764	CV000006272	10/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZZ0770	CV000006185	03/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAA4556	CV000005670	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE5258	CV000006311	08/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE6824	CV000006317	09/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAH0251	CV000005293	09/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAH6347	CV000005681	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAK4060	CV000005718	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAM5586	CV000006016	06/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAN8416	CV000006190	03/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAO4766	CV000005660	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR0369	CV000005738	24/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAT3740	CV000005512	22/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAY6464	CV000006309	08/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA0138	CV000005974	04/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA0138	CV000006314	08/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA0138	CV000006138	31/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA0138	CV000006290	07/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA0138	CV000005988	05/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MBA0138	CV000005989	05/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MBC5479	CV000005730	24/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBV0690	CV000005720	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBV2190	CV000005676	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBV4650	CV000004519	21/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCW7170	562766	11/06/1999	60410	207					127.69
MDB0505	CV000005818	28/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDK2710	CV000005009	26/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDT6990	CV000005499	22/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MDY5580	CV000005573	17/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MMM2702	CV000006006	06/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 118/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 118/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAJ7170	54199951	13/06/1999	51850	167	127.69
ABE8895	54469176	02/05/1999	62620	220 * I	191.53
ABE8895	54469176	02/05/1999	52150	170	191.53
AAE2489	CV00005941	03/06/1999	62110	218 * I * a	127.69
AM626	54263756	06/05/1999	65990	230 * V	191.53
AM626	54263756	06/05/1999	70300	244 * I	191.53
AYK6530	CV00005766	26/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
BMH2297	CV00005548	16/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
BMM2483	CV00005312	11/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
BND8706	CV00005753	25/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
BON8738	CV00004698	04/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
BOZ4766	560209	22/06/1999	73660	252 * VI	85.12
BVB3430	CV00005477	21/05/1999	62200	218 * I * b	574.61
CFQ4594	CV00005633	22/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
CHB0006	CV00006102	30/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
CZ405	54251387	09/05/1999	70300	244 * I	191.53
GSE8696	647421	07/06/1999	73660	252 * VI	85.12
HOL1030	54199315	20/06/1999	50100	162 * I	574.61
IAR3544	CV00005643	22/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
ICO2040	696052	29/06/1999	73660	252 * VI	85.12
ICO2040	696052	29/06/1999	58350	195	127.69
IEQ7390	CV00005520	22/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
JTE6106	54042515	18/06/1999	53800	181 * I	85.12
LBG1382	CV00006048	06/06/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR2959	CV00006213	05/06/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR3379	CV00005715	23/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR3901	560423	18/06/1999	65990	230 * V	191.53
LWR4384	CV00005032	26/04/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS0830	54023146	20/06/1999	72340	250 * I * a	85.12
LWS1850	CV00005973	04/06/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS6315	CV00006323	09/06/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT7156	CV00004595	01/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT8290	CV00006188	03/06/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT8448	697048	21/06/1999	69120	232	53.20
LWT8448	697048	21/06/1999	65990	230 * V	191.53
LWU6359	647419	07/06/1999	57380	186 * II	191.53

LWV3955	CV000005688	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY3618	CV000006015	06/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY4707	CV000005640	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY4707	CV000005468	21/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY7224	CV000005488	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB0201	697010	23/05/1999	65990	230	*	V			191.53
LXB1777	560421	18/06/1999	50100	162	*	I			574.61
LXB1777	560421	18/06/1999	51180	164	c/c	162	*	I	574.61
LXB1777	560422	18/06/1999	65990	230	*	V			191.53
LXC9843	CV000006237	06/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXD2100	CV000005614	21/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXD4474	54189776	18/06/1999	51850	167					127.69
LXE4858	CV000005474	21/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE8538	CV000005869	30/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE8876	CV000004932	24/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF4352	CV000004695	04/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG9990	CV000006211	04/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH1403	54045638	16/06/1999	55250	181	*	XV			85.12
LXH5729	CV000006173	02/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI3855	CV000006140	31/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ2997	54352067	30/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXK1066	CV000006157	01/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK2821	CV000005689	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK7050	647259	08/06/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LXL4809	560253	18/06/1999	51850	167					127.69
LXL8869	CV000006107	30/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN4908	54304854	10/06/1999	69120	232					53.20
LXN4908	647426	10/06/1999	57380	186	*	II			191.53
LXN4908	647426	10/06/1999	58350	195					127.69
LXQ2023	CV000005791	24/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXQ5010	CV000005895	01/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR0793	CV000005897	01/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR8922	CV000005415	18/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR8922	CV000005909	01/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS4200	647411	01/06/1999	73660	252	*	VI			85.12
LXT4406	54023139	04/06/1999	66020	230	*	VI			191.53
LXV0321	CV000005696	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV2746	CV000005963	04/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV9178	CV000005503	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV9396	CV000005438	19/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW1171	697047	21/06/1999	50100	162	*	I			574.61
LXW1171	697047	21/06/1999	65990	230	*	V			191.53
LXW1425	CV000006070	28/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW2240	CV000006305	08/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXW4159	CV000006199	03/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW5083	CV000006319	09/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW9006	CV000005858	29/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX9338	CV000005446	20/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY4234	CV000005162	08/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY9137	CV000005616	21/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ3787	54045518	25/06/1999	50100	162	*	I			574.61
LXZ8678	CV000005504	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA8227	CV000006044	06/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB8920	CV000005540	15/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC2573	CV000005534	14/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYC4775	CV000005970	04/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYC5088	CV000005797	24/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC5638	CV000005197	09/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYD5209	CV000005460	20/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYE1608	CV000006293	07/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYE2711	CV000005094	29/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF2015	54263762	18/06/1999	70300	244	*	I			191.53
LYF3948	CV000006215	05/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LYG7151	CV000005672	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI1948	54352194	20/06/1999	50100	162	*	I			574.61
LYI2395	54352051	02/06/1999	51690	165					957.69
LYI2395	54352051	02/06/1999	50100	162	*	I			574.61
LYJ2876	CV000005151	08/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYK1708	CV000005787	24/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK9951	560437	29/06/1999	51850	167					127.69
LYL7156	CV000006065	28/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM6883	CV000005462	20/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN3137	54352168	14/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYN5528	CV000005663	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN6183	CV000004800	02/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN8673	CV000006174	02/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO4953	54189923	13/06/1999	53800	181	*	I			85.12
LYO7790	CV000005760	26/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO9797	CV000005886	30/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP1134	54493554	15/06/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LYQ3291	647435	15/06/1999	65800	230	*	IV			191.53
LYQ3291	647436	15/06/1999	65990	230	*	V			191.53
LYQ3291	647435	15/06/1999	70300	244	*	I			191.53
LYQ3291	647436	15/06/1999	66370	230	*	IX			127.69
LYQ9153	54375521	16/06/1999	73400	252	*	IV			85.12
LYS9902	54023143	20/06/1999	65300	228					127.69
LYT5535	CV000005721	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT5535	CV000005831	28/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT9562	CV000005491	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU9747	CV000005457	20/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV0868	832021	12/06/1999	70300	244	*	I			191.53
LYV0868	832021	12/06/1999	58350	195					127.69
LYV5461	CV000006024	06/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYW0843	54189017	15/06/1999	70300	244	*	I			191.53
LYX4656	CV000005563	16/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB0217	54263479	14/06/1999	73660	252	*	VI			85.12
LZB0819	CV000006282	07/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC1248	560207	22/06/1999	70480	244	*	II			191.53
LZC6051	560420	18/06/1999	65990	230	*	V			191.53
LZE0761	54221258	04/06/1999	61220	214	*	I			191.53
LZF2398	CV000005624	21/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF2398	CV000005662	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF6463	CV000006189	03/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF6463	CV000006095	29/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZI3941	CV000005638	22/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZI8431	54446457	18/06/1999	50610	163	c/c	162	*	I	574.61
LZJ2982	CV000005439	19/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZK3479	CV000005387	16/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL1582	CV000006074	28/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL4661	CV000006091	29/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM5449	562708	19/06/1999	68580	231	*	VII			85.12
LZM9304	CV000006125	30/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZO2759	54263758	08/06/1999	70300	244	*	I			191.53
LZO2759	54263758	08/06/1999	58350	195					127.69
LZP0203	CV000006097	29/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZS9433	54389827	16/06/1999	60760	210					191.53
LZV2423	CV000006067	28/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV7325	CV000006047	06/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZW0010	562719	17/06/1999	73660	252	*	VI			85.12
LZW9842	CV000006143	31/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX3591	54389749	13/06/1999	70300	244	*	I			191.53
LZY0743	CV000005593	19/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZY7322	CV000005998	05/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ7615	CV000005134	29/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI1948	681908	28/06/1999	70300	244	*	I			191.53
LYM4473	54189774	16/06/1999	61220	214	*	I			191.53

MAA0642	CV00005952	03/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE0364	54375101	02/06/1999	50100	162	*	I			574.61
MAE0364	54375101	02/06/1999	69120	232					53.20
MAF0265	CV00005920	02/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAF4350	CV00005605	20/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAH6331	CV00005304	10/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAI0142	54375055	12/06/1999	70300	244	*	I			191.53
MAJ2353	CV00005521	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAJ4842	CV00005647	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAJ5954	CV00006244	06/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAK4060	CV00006178	02/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAK9591	647448	21/06/1999	60500	208					191.53
MAL3300	54352161	14/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAN0926	CV00005957	03/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAN5536	54045635	07/06/1999	54600	181	*	IX			85.12
MAN7939	CV00005576	18/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP2412	CV00006129	31/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP2412	CV00006002	05/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAT2628	CV00005905	01/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU2682	CV00005817	28/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU8427	CV00005728	24/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAW7777	647428	11/06/1999	73660	252	*	VI			85.12
MBA4829	CV00005584	18/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA9560	CV00005557	16/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBB2980	CV00005678	23/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBE0809	CV00005326	13/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBE1588	CV00005805	25/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBV9360	CV00006179	02/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MCA7410	CV00006101	30/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCA7410	CV00005862	29/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCE8230	54042189	16/06/1999	73660	252	*	VI			85.12
MCH0150	CV00005579	18/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCL0300	CV00005483	22/05/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MCR5660	CV00005543	16/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCX1680	54263483	17/06/1999	60410	207					127.69
MDM2040	CV00006004	05/06/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MEA1420	54263761	18/06/1999	70300	244	*	I			191.53
MEU2600	CV00004727	30/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MEU3199	54469793	19/05/1999	61220	214	*	I			191.53
MIS3000	CV00005629	22/05/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 119/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 119/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GVR6608	CV00008404	02/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX3146	CV00004833	05/05/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX3146	CV00005913	02/06/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD0473	CV00008226	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXN5703	CV00008349	02/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXY9685	CV00008340	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYH6464	CV00008315	01/07/1999	62200	218 * I * b	574.61
LYN6183	CV00005955	03/06/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZA5729	CV00006031	06/06/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZW1537	LE00025235	20/09/2005	62380	218 * II * a	127.69
LZX9509	CV00005615	21/05/1999	62110	218 * I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 120/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 120/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAN2102	CV000009401	18/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ABO2362	CV000008372	02/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
AFF6595	CV000008247	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
AIA1850	CV000008480	03/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
BSR3380	CV000008560	04/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
CAT1705	CV000009488	16/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
DMA2200	CV000009329	20/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
HOR4050	CV000009432	21/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
IEB7080	CV000008294	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
IEL2277	CV000008509	04/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
JDR3469	CV000008248	01/07/1999	62200	218 * I * b	574.61
JI599	54343406	26/07/1999	65800	230 * IV	191.53
JI599	54343406	26/07/1999	65990	230 * V	191.53
LWS4848	562210	16/07/1999	51690	165	957.69
LWT8222	CV000008620	07/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU8663	CV000008593	06/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU8663	CV000008347	02/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW8776	CV000008689	12/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX6625	CV000008639	07/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX6625	CV000008297	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWZ1689	CV000008290	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWZ6563	CV000008582	06/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA3169	CV000009133	11/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD0473	CV000009658	18/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD0473	CV000009048	14/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD0473	CV000008420	03/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD1691	CV000008567	04/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXH1227	CV000008601	06/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXI2860	CV000008605	06/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXM9333	CV000008521	04/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXN5703	CV000008821	12/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXN5703	CV000008874	12/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXP3999	CV000008250	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXQ5569	CV000008356	02/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXS4200	CV000008325	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXT0655	CV000008449	03/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXW3566	CV000008265	01/07/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXX5671	CV000008584	06/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXX5671	CV000008578	06/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXY4252	54343402	23/07/1999	70300	244 * I	191.53
LXZ7663	CV000008583	06/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYA3607	CV000008234	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYA3607	CV000008441	03/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYB0305	CV000008233	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYB8269	CV000008569	04/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYB8428	CV000008305	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYF2627	CV000008401	02/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYG7151	54440380	26/07/1999	65300	228	127.69
LYI4283	CV000008263	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYI5013	CV000008502	04/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYJ2269	CV000008381	02/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYJ8755	CV000009188	13/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYJ9489	54352114	16/07/1999	51690	165	957.69
LYJ9489	54352114	16/07/1999	69120	232	53.20
LYK5703	CV000008380	02/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYN6560	CV000008972	13/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYO1371	54446515	04/08/1999	70300	244 * I	191.53
LYO1371	54446516	04/08/1999	69120	232	53.20

LYO1371	54446516	04/08/1999	65800	230	*	IV	191.53
LYO1371	54446515	04/08/1999	50100	162	*	I	574.61
LYO2432	CV00008261	01/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYP4349	CV00008327	01/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYQ1687	CV00008255	01/07/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYT4651	CV00008277	01/07/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYV0423	CV00008319	01/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYV6831	54446507	12/07/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LYX1827	CV00008539	04/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYX2889	CV00008306	01/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZB6704	CV00008487	03/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZB6704	CV00008546	04/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZB8074	CV00008343	02/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZD0860	54221268	27/07/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZD8682	CV00008830	12/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZE6079	CV00009045	14/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZH6468	54343404	24/07/1999	51850	167			127.69
LZI2708	CV00009561	17/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZI7312	CV00008851	12/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZM7132	CV00009703	20/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZO8230	CV00008245	01/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZQ2354	CV00008960	13/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZR1709	CV00008667	07/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZS8866	CV00009162	12/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZU5003	CV00009096	09/07/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZV7793	CV00008796	08/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAA0834	CV00008253	01/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAB9333	LE00009157	20/07/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAF5360	CV00008369	02/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAH2493	CV00009134	11/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAH4761	CV00008335	01/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAJ7924	CV00008628	07/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAN9401	647273	26/07/1999	60500	208			191.53
MAO7368	CV00009445	16/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAO7368	CV00009444	16/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAR0939	CV00008314	01/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAS0712	CV00009383	18/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAU1444	CV00009104	10/07/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAV1657	CV00008591	06/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAW6719	CV00009014	13/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBA2227	CV00008312	01/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBA7738	CV00009138	11/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBH0239	CV00008320	01/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBJ2370	CV00009355	21/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBZ0010	CV00008361	02/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MCB9050	CV00008807	08/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MCF7440	CV00008464	03/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MDV7110	CV00008389	02/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MEA0640	CV00008854	12/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 121/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 121/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACA3829	CV00009534	17/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACD9899	CV00009841	22/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACD9899	CV00009707	20/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACE3527	CV00008284	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACP4612	54023149	25/07/1999	52070	169	53.20
ACQ7684	CV00009637	18/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADG5110	CV00008461	03/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADI8200	CV00010002	23/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEH7121	CV00008267	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEJ2375	CV00009464	16/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEU0761	CV00009900	22/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
AME1515	CV00009231	16/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ANI8880	CV00009058	14/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ARD0007	CV00009944	23/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ARR0044	CV00008408	02/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
BFE6719	CV00009088	08/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
BFE6719	CV00009179	13/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
BID4020	CV00009017	13/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
BJE5498	CV00008309	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
BKJ5522	CV00009564	17/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
BND7322	CV00009919	19/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
BOM3908	CV00008911	12/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
BOZ3443	560273	05/07/1999	73660	252 * VI	85.12
BPJ3715	CV00008738	14/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
CKF4880	CV00009785	21/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
CRG0018	CV00008617	07/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
GEW9999	CV00009986	23/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
HQP6130	CV00008279	01/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
HVD6542	CV00008684	12/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
IAZ1321	CV00008382	02/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
IBC1034	CV00009157	12/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
IFJ2602	CV00010047	23/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
IFO2426	CV00009028	13/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
IHG9714	CV00009961	23/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
IT7070	54189793	04/08/1999	55250	181 * XV	85.12
JDS7945	CV00009676	18/07/1999	62110	218 * I * a	127.69

LAB9243	CV000009419	20/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR0323	CV000009747	20/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LWR3008	CV000009555	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR4065	CV000009148	11/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR7349	CV000009125	11/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT5039	CV000009601	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT5041	CV000009242	17/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LWT7176	696654	26/07/1999	52740	175					191.53
LWU7956	CV000009652	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW8500	CV000009624	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW8500	CV000008566	04/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX2922	CV000008912	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY3981	CV000009062	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ0083	CV000008739	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ3315	CV000009850	22/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ5316	CV000009460	16/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ8097	54446513	08/08/1999	58350	195					127.69
LWZ8097	54446513	08/08/1999	70300	244	*	I			191.53
LXA5930	CV000009475	16/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA7192	CV000009929	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA9586	CV000009995	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB3756	CV000009699	20/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB5192	CV000009720	20/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB5192	CV000008802	08/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC0844	CV000008650	07/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC4462	CV000009375	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC6133	CV000008519	04/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC9752	CV000008281	01/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE8538	CV000009195	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF2477	CV000009248	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF8288	CV000008543	04/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF8919	CV000009434	21/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG2554	CV000009031	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG2779	CV000009319	19/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG8163	CV000009969	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG8163	CV000009970	23/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXG9548	CV000008482	03/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH0035	CV000009550	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH0502	CV000009448	16/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH1227	CV000008869	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI5099	CV000009178	13/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXI5099	CV000008732	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ3834	CV000008544	04/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK0811	CV000009055	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK5668	CV000010092	24/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXL3492	CV000008756	15/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXL7069	CV000008524	04/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXM5258	CV000008478	03/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXM6541	CV000008656	07/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN0196	CV000009578	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN3767	CV000009191	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN4870	CV000009397	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN6719	CV000009547	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN9459	LE000009143	18/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXO1685	560980	03/08/1999	65990	230	*	V			191.53
LXO3038	CV000009280	18/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXO3603	697440	09/08/1999	50450	162	*	V			191.53
LXO5735	54352136	05/08/1999	50100	162	*	I			574.61
LXO5735	54352136	05/08/1999	65990	230	*	V			191.53
LXP2917	CV000009811	21/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXP4206	CV000008479	03/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXP4619	CV000008525	04/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXQ5840	CV000008467	03/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LXQ6223	CV000008501	04/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR5303	560271	26/07/1999	64910	227	*	II			53.20
LXR5303	560270	26/07/1999	58350	195					127.69
LXS1356	CV000009618	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS4200	CV000009697	20/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS8710	CV000009662	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS9427	CV000008574	06/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXT4821	CV000009262	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXT8164	54189944	27/07/1999	60410	207					127.69
LXU8869	CV000009552	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV2098	CV000009612	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV2314	CV000009753	20/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW5083	CV000009034	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX1937	CV000009372	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX2306	CV000008527	04/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX8003	CV000009556	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY7798	CV000008445	03/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY9685	CV000010081	24/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA5156	CV000008671	07/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA5299	CV000010071	24/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA5657	CV000009780	21/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA6109	CV000009792	21/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYB2372	CV000009706	20/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB7517	CV000009211	15/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD3402	CV000008576	06/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYE4719	CV000008715	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF3727	CV000008562	04/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF8413	CV000009572	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG1552	CV000009496	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG8537	CV000009886	22/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYH2525	CV000009915	22/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH6464	CV000009989	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI2958	CV000009771	21/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYI9592	CV000009453	16/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ0809	CV000008748	15/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYK7009	CV000009653	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK8810	CV000010140	24/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL0126	54352352	07/08/1999	52070	169					53.20
LYL0126	54352352	07/08/1999	57970	191					191.53
LYL1475	CV000008793	08/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM0013	54331680	28/07/1999	73660	252	*	VI			85.12
LYM0572	CV000009368	16/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM0572	CV000009433	21/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM7990	CV000009390	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN1645	CV000008889	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN7334	560976	03/08/1999	65990	230	*	V			191.53
LYO1450	CV000010169	25/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO2432	CV000009997	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO2432	CV000009832	21/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP5968	CV000009078	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP9468	54331732	31/07/1999	73660	252	*	VI			85.12
LYQ9255	CV000009909	22/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR0714	CV000009015	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR2081	CV000008342	02/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR8655	CV000009146	11/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYS2505	CV000009121	11/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS6419	CV000009993	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT0097	CV000008949	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT4651	CV000009928	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT9966	CV000008941	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6138	54352069	30/06/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYV5210	CV000008497	04/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX2617	CV000009908	22/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LYX4348	CV000008683	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYY9099	CV000009843	22/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYY9099	CV000008823	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ3418	CV000008608	06/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZA3016	54042452	22/07/1999	60500	208					191.53
LZB7348	CV000009714	20/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB7508	CV000008624	07/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB7970	CV000009502	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB9557	CV000008900	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC1454	CV000009016	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC6557	CV000008674	07/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZC6567	CV000008228	01/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG5980	CV000009172	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG8448	CV000008729	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH6919	CV000009019	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH6919	CV000009033	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH7003	CV000008664	07/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH9214	CV000009868	22/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ2464	CV000009450	16/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ4092	CV000008385	02/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ4092	CV000008386	02/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ7796	CV000008615	07/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZK5172	54343012	07/08/1999	54600	181	*	IX			85.12
LZK7674	CV000009480	16/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL3495	560977	03/08/1999	65990	230	*	V			191.53
LZL3920	CV000009102	10/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL3920	CV000009405	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM2671	CV000008822	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM2671	CV000009022	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM3777	560979	03/08/1999	50450	162	*	V			191.53
LZM6159	CV000008558	04/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM9792	CV000009634	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN2130	CV000008828	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN2938	CV000008769	08/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN9160	CV000008304	01/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN9872	54440382	26/07/1999	64910	227	*	II			53.20
LZO7312	CV000008346	02/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZO8060	CV000009936	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZO8060	CV000009441	16/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZP2026	CV000008633	07/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZP4586	CV000009118	10/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZQ5469	CV000005011	26/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZR1709	CV000008883	12/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZR5119	CV000010052	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZR7037	54343206	06/08/1999	55090	181	*	XIII			85.12
LZR7632	CV000009129	11/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZS4229	CV000009988	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZS7082	CV000009786	21/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZU8289	697425	27/07/1999	51850	167					127.69
LZV1256	CV000008988	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV2423	CV000010021	22/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV8860	CV000009150	11/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX0968	CV000009906	22/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX6804	CV000009201	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX9049	CV000009802	21/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZY2380	CV000009490	16/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ5999	CV000009890	22/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAB3252	CV000009207	15/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAB5226	CV000009140	11/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC3122	CV000009603	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC7274	CV000009367	16/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC9599	CV000008465	03/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD1904	CV000008289	01/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

MAD6428	CV000009342	21/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD7772	562776	19/07/1999	57380	186	*	II			191.53
MAE0242	CV000009123	11/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAG7667	54352273	01/08/1999	54600	181	*	IX			85.12
MAI2769	CV000008896	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAI2769	CV000008902	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAK5489	CV000008588	06/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAK8209	CV000009685	18/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAM4942	CV000009093	09/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAM5498	CV000009141	11/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAN0812	CV000008759	15/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAO0448	CV000009942	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAO8080	CV000008609	06/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR0302	CV000008850	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAS4300	CV000009163	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAS7950	CV000009956	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAS8389	CV000009842	22/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAS8389	CV000009611	18/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAT1069	CV000009063	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU2412	CV000008848	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU2799	CV000008529	04/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAV1657	CV000009012	13/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAV1657	CV000009933	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAV4190	CV000008964	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAV9447	CV000009164	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAV9447	CV000008818	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAX0032	CV000008707	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAY0357	CV000009428	21/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA0138	CV000008703	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA5339	CV000008781	08/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA5640	CV000009004	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBB9119	CV000008345	02/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBE4949	808840	28/07/1999	58350	195					127.69
MBE4949	808841	28/07/1999	67260	230	*	XVIII			127.69
MBE4949	808840	28/07/1999	69710	238					191.53
MBF2699	CV000008832	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBJ7020	CV000008779	08/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBK7080	CV000009717	20/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBM9780	CV000009760	20/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBQ1930	CV000009570	17/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBS5700	LE000009150	09/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBU3840	CV000008687	12/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBW2440	54352135	05/08/1999	65990	230	*	V			191.53
MBY4580	CV000009807	21/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCD0650	CV000009209	15/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCD4488	54456145	26/07/1999	57380	186	*	II			191.53
MCK1400	CV000009068	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCK1400	CV000009066	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCR4640	CV000008710	14/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDE0002	CV000009615	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDE0002	CV000009604	18/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDE0002	CV000009609	18/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MDE0002	CV000009613	18/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MDN8930	CV000009081	08/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MJC6500	CV000009789	21/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 122/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 122/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACF5403	LE00009163	08/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACM5827	CV00011262	31/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADA0358	CV00011253	31/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADI8200	CV00011192	31/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADN5521	CV00011016	30/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADR4478	CV00011433	02/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
AGT5152	CV00011258	31/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
BGS9700	54199205	08/08/1999	54790	181 * X	85.12
EY2166	CV00011161	30/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
GTV4140	CV00011196	31/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
IEL2333	CV00011021	31/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS1186	CV00009829	21/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU0874	CV00009380	17/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU5074	CV00011124	30/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU5932	CV00011276	01/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWU5932	CV00011278	01/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX2295	CV00011097	30/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX7763	CV00011275	01/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWY6382	CV00011030	31/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWY7399	CV00009382	18/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA5638	CV00011332	01/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA9972	CV00010070	24/07/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXB4459	CV00011326	01/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD6206	CV00011191	31/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXE4273	54375603	02/08/1999	70300	244 * I	191.53
LXF3859	CV00009759	20/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXG2599	CV00010685	27/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXH1227	CV00011436	02/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXH6025	CV00011420	02/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXH7817	CV00011070	02/08/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXH9283	CV00011060	01/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXM1081	CV00010377	24/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXN1446	CV00010482	25/07/1999	62110	218 * I * a	127.69

LXS2754	CV00011307	01/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXS6526	CV00011153	30/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV1889	CV00010753	28/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX5671	CV00010610	26/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXX5671	CV00010673	27/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXX8003	CV00011500	04/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY1047	CV00010864	30/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY7693	CV00011261	31/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA1475	CV00011254	31/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA3291	CV00010999	04/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA5657	CV00011120	30/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB1050	CV00011465	03/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB2702	CV00011492	03/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC9982	54197958	12/08/1999	66530	230	*	XI			127.69
LYI4663	CV00010726	28/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ5969	CV00011438	02/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ7750	LE00009164	29/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYJ9443	54090515	16/08/1999	65990	230	*	V			191.53
LYL8024	CV00011362	01/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP6070	CV00010281	25/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR1739	CV00010991	04/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU2881	CV00011078	02/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV00010201	27/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV0335	CV00011009	30/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYZ5665	CV00010398	24/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZB4503	CV00009595	17/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZC2827	CV00011300	01/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG6397	CV00011319	01/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG6557	CV00010385	24/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG6557	CV00011064	01/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ9530	CV00009467	16/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM6994	CV00010416	24/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN8420	CV00011542	04/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZP3365	CV00011085	04/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZR6422	CV00009968	23/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZS7110	CV00011234	31/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV9076	CV00011288	01/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX6575	54262218	28/07/1999	66530	230	*	XI			127.69
LZX6575	54262218	28/07/1999	66020	230	*	VI			191.53
MAE1504	CV00011321	01/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAG8663	CV00011506	04/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAH4835	CV00010976	02/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAI3875	CV00011225	31/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAI3875	CV00011211	31/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAK8806	CV00011483	03/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL9423	CV00011331	01/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAM0211	CV00011050	01/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAM4982	CV00010586	26/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAM9743	CV00011364	01/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR1979	CV00011517	04/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAW5077	CV00011041	01/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAZ2068	CV00011057	01/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MCC1300	CV00011049	01/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCD2470	CV00011407	02/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCK6100	54197952	08/08/1999	66530	230	*	XI			127.69
MCK6100	54197955	11/08/1999	66020	230	*	VI			191.53
MDC9627	LE00028669	17/02/2006	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDC9627	LE00028136	21/01/2006	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDN7420	CV00011010	30/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDQ9330	CV00010751	28/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDW8660	CV00010778	29/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MGM0013	CV00011385	02/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MPK1300	CV00011534	04/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 125/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 125/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADI4962	LE00009574	28/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADI4962	LE00009580	04/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
AEP5310	CV00014214	04/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
AGU0548	697551	04/09/1999	51690	165	957.69
AJF2211	CV00013901	02/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
AUR0505	CV00014153	03/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
BFC8516	LE00009518	26/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
CVR2000	54467289	17/09/1999	73660	252 * VI	85.12
EDU6669	LE00009554	30/08/1999	62200	218 * I * b	574.61
GQI6742	CV00013722	31/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
GTD5864	LE00009464	29/08/1999	62200	218 * I * b	574.61
HRO2580	54197986	22/09/1999	61220	214 * I	191.53
ICN7677	LE00009440	27/08/1999	62200	218 * I * b	574.61
JJD8046	CV00013881	01/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR5647	CV00013773	01/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS4009	CV00013451	01/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWS6942	CV00011304	01/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXB6344	CV00012654	24/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXC7547	CV00014173	04/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD7767	CV00013320	29/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD9294	CV00013505	27/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXE2563	LE00009668	04/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXF3639	CV00014315	07/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXG4620	CV00013539	28/08/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXG6967	CV00013541	28/08/1999	62110	218 * I * a	127.69

LXH9512	CV00013543	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI3583	CV00014344	08/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI6497	CV00014294	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI8284	54343317	14/09/1999	55250	181	*	XV			85.12
LXI9880	CV00014268	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXL3732	CV00013704	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXL6394	CV00014305	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN6548	LE00009632	05/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXP3999	CV00013807	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS6520	CV00013598	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX3685	LE00009422	26/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXY7878	CV00014184	04/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ2819	CV00013813	02/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ6798	CV00013797	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ9467	54376594	18/09/1999	50100	162	*	I			574.61
LXZ9467	54376594	18/09/1999	65990	230	*	V			191.53
LXZ9566	CV00014071	03/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA9890	CV00014300	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB9773	CV00013438	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF5355	CV00014113	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH4825	CV00014014	08/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI6682	CV00013315	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI6682	CV00013279	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI6682	CV00013627	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI6682	CV00013628	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK4411	CV00013485	27/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL1281	CV00013871	31/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYL3094	CV00013259	23/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO0569	54197983	16/09/1999	66530	230	*	XI			127.69
LYO0569	54197983	16/09/1999	70300	244	*	I			191.53
LYO4381	CV00014174	04/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO4381	CV00014202	04/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO6896	CV00011371	02/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP4158	CV00014188	04/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ9227	CV00013364	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR6605	CV00013402	31/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS9521	CV00012851	16/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU1803	CV00011497	03/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6819	CV00013511	27/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV2602	CV00013664	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV3385	CV00013951	04/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYW9519	CV00013717	31/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYW9519	CV00013647	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYY5160	CV00013265	23/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ0339	CV00012310	22/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ1484	CV00014122	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ2845	CV00013044	16/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB2318	LE00009560	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB4520	54199163	11/09/1999	52740	175					191.53
LZG3224	CV00014175	04/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG6557	CV00012789	14/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZI0203	CV00014233	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZI8647	CV00013623	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL5780	CV00013867	31/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM0612	CV00012874	19/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZO8880	54197980	13/09/1999	66020	230	*	VI			191.53
LZP0071	CV00013805	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT1816	CV00014237	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZW4550	LE00009421	25/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZY7182	LE00009646	03/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAB1346	LE00009420	25/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD5762	LE00009423	26/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE2522	LE00009641	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

MAF0726	CV00013977	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAF2019	CV00014206	04/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAH2858	CV00012531	21/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAJ4867	CV00013922	04/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAJ9988	CV00013522	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAK1061	CV00014162	04/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL6921	CV00013633	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP6457	CV00013583	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU5376	CV00014382	09/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAV8628	CV00014304	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAX5779	CV00013409	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAY0916	CV00014120	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA6217	CV00014306	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA6810	CV00013774	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBA8817	CV00014057	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBB0209	LE00009399	24/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBT2180	LE00009674	04/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MCA2160	CV00014303	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCC7670	562220	07/09/1999	51690	165					957.69
MCM5990	CV00014363	09/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDK3850	LE00009483	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDK7980	CV00014336	08/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MIL0406	54221193	21/09/1999	73150	252	*	I			85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 126/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 126/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAR1767	CV00013615	29/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
ABB5332	CV00013603	29/08/1999	62110	218 * I * a	127.69

ACD9899	CV00013759	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
ADC4673	LE00009462	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
ADV9958	LE00009406	24/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
AHF0055	LE00009388	18/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
AUR0505	CV00013654	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BBG0330	LE00009555	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BFE7970	CV00013782	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BML7851	CV00013317	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BSR3380	CV00013822	02/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
CAB9393	CV00012763	14/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
CHM0639	CV00013096	17/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
GKM9805	CV00013760	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
GTY1816	54352663	10/09/1999	65990	230	*	V			191.53
IAT6579	CV00012993	15/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IAW6712	CV00013553	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IBQ9185	CV00013183	20/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IBW5660	CV00010112	23/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IBZ2734	LE00009424	26/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
ICI0844	CV00013703	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
ICJ1901	CV00013715	31/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
ICJ1901	CV00013763	01/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
IDR9426	658550	03/09/1999	65990	230	*	V			191.53
IFJ3362	CV00012721	26/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IFJ3362	CV00012723	26/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
JKU9340	CV00012940	15/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
KFD8880	CV00013489	27/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR2959	CV00013547	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWS7939	CV00013301	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT3009	CV00013771	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU5074	CV00013488	27/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWV3265	CV00013559	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW6891	CV00013725	31/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX1185	CV00013554	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX2243	CV00013216	23/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB2649	CV00013289	27/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC4431	LE00009520	26/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC8631	CV00013309	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXD0421	CV00013738	31/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXD0421	CV00013476	27/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE3383	CV00013196	21/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXE3877	CV00013779	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF0035	CV00013339	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI3855	54343505	04/09/1999	65300	228					127.69
LXI7598	CV00013360	29/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXM7062	LE00009550	30/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXN6794	CV00012294	21/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN8693	CV00013453	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO0092	CV00013193	21/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXR2939	CV00012691	25/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS0326	CV00013600	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS9922	CV00012936	15/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU2512	CV00013492	27/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXV2511	CV00012979	15/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXV5027	LE00009437	27/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXV9843	CV00013737	31/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW0348	CV00013837	02/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW0348	CV00013363	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW2949	CV00013594	29/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXW2949	CV00013585	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW7102	54331650	04/09/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LXY4383	CV00013765	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA8212	54375162	31/08/1999	57200	186	*	I			127.69
LYA8741	CV00013150	20/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LYC5625	CV00009901	22/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD4406	LE00009432	27/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD4406	LE00009410	25/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG2460	54304858	14/09/1999	61220	214	*	I			191.53
LYN1032	CV00013515	27/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP6263	CV00012773	14/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ1844	CV00013278	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ8458	CV00010720	28/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT1070	54493803	08/09/1999	61490	214	*	III			191.53
LYT2482	CV00013379	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT2774	CV00008709	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6069	LE00009229	13/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV1668	LE00009476	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV2989	CV00011135	30/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV4629	CV00013362	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV8011	CV00013747	31/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYW1113	CV00013701	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX0426	CV00013316	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ7436	LE00009197	11/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYZ7945	CV00012744	26/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZA2312	CV00013529	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZA2312	54467274	08/09/1999	73660	252	*	VI			85.12
LZB1545	CV00013509	27/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD0810	CV00013802	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD0810	CV00013528	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF0507	CV00013573	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF8138	CV00013666	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH0391	CV00013391	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH5622	LE00009284	17/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZI1899	CV00008442	03/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ3233	CV00013669	30/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZJ5238	CV00013296	27/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL0293	CV00012713	26/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL3920	CV00012829	15/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL5780	CV00012966	15/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN3124	CV00011977	07/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZO5470	LE00009417	25/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZR4455	647300	28/08/1999	57380	186	*	II			191.53
LZT1460	CV00013826	02/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV2769	562527	23/08/1999	51690	165					957.69
LZV7281	LE00009387	18/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZW0052	CV00012842	15/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX3225	CV00012457	24/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAB9254	CV00013237	21/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAD9591	CV00012370	20/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD9905	LE00009492	24/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAH9914	LE00009507	25/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAJ8194	CV00013561	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAK1331	CV00013312	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAQ1682	CV00013741	31/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAQ8619	CV00012954	15/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAS2060	CV00010159	25/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAS3212	CV00012798	15/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU6950	54352404	01/09/1999	59670	203	*	V			191.53
MBH1370	CV00013626	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBH4740	CV00013794	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCA4200	CV00011951	06/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCC3070	CV00012331	23/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCM1960	CV00013118	18/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCS4870	CV00013354	29/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDE0002	CV00013744	31/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MEU0955	54298130	14/08/1999	65990	230	*	V			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 128/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 128/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAN2102	CV00015339	08/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
ABU8705	54298132	27/09/1999	65990	230 * V	191.53
ACF5403	CV00015164	26/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
ACN0445	LE00010269	03/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACO4103	679868	09/10/1999	51690	165	957.69
ACY3093	LE00009981	13/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADE8278	LE00010208	30/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEG9775	CV00014836	18/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
AFF2640	LE00009904	10/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
AFF3862	LE00010217	02/10/1999	62200	218 * I * b	574.61
ARR0044	CV00015243	25/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
AXY1991	CV00014754	16/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
BGT3990	697568	03/10/1999	51690	165	957.69
BMI8865	CV00015067	23/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
BOV2494	54197633	15/09/1999	60410	207	127.69
BRA0242	LE00009744	08/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
BUN9434	CV00014918	19/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
CBE7223	CV00013969	05/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
GTA2477	LE00009774	07/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
HQI9598	LE00009924	11/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
ICR8006	LE00009970	12/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
IDU2750	CV00015395	01/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
IFQ8972	LE00009947	12/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
JLM1737	LE00010001	16/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR3333	CV00014456	11/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR3649	CV00015349	09/10/1999	62200	218 * I * b	574.61

LWR3961	CV00015080	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWS2431	CV00014092	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWS7991	CV00015309	03/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT1405	54251326	12/09/1999	69120	232					53.20
LWT1405	54251326	12/09/1999	66370	230	*	IX			127.69
LWT1995	CV00015028	20/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU3117	54378055	03/10/1999	58350	195					127.69
LWU4503	CV00014253	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU5144	LE00009369	22/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LWV2010	LE00010295	06/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW7674	CV00014896	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW9254	54343454	18/10/1999	65990	230	*	V			191.53
LWX4573	CV00015270	27/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY3233	CV00014986	23/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY7158	LE00009871	15/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA0555	CV00014558	10/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA5930	CV00015264	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA9831	CV00015099	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB0300	CV00012880	14/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC4462	CV00015357	09/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC8707	CV00015149	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXD2404	54251583	02/09/1999	65990	230	*	V			191.53
LXE5455	CV00014885	24/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXF1081	CV00014610	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF3859	CV00014764	16/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF9287	CV00014946	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG5203	LE00009896	09/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXG7976	CV00015106	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH5171	LE00010335	08/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI1888	CV00014875	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI4969	CV00015111	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI6177	54446715	17/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LXJ4094	CV00014983	23/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ4094	CV00015340	08/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK7148	LE00010245	06/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXM1675	CV00015088	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN0119	CV00004561	30/04/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN6150	CV00015367	10/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO2355	LE00010302	07/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXO7492	LE00009831	12/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXP2064	CV00014738	15/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR2012	54329116	30/09/1999	54600	181	*	IX			85.12
LXR4657	CV00008998	13/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR7936	CV00014955	19/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR8930	CV00013976	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS2001	CV00014944	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS2059	CV00015352	09/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS9026	LE00009860	14/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXT1062	LE00009692	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXT1733	LE00010319	09/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU0371	CV00014659	13/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV9049	CV00014538	10/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW5969	CV00014256	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX6898	CV00014005	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA1886	LE00009923	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA4999	673862	18/10/1999	57380	186	*	II			191.53
LYB5451	CV00015033	20/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC0405	LE00010094	27/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYC4623	LE00010210	01/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD0180	LE00009894	09/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD0538	LE00009806	10/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD2050	CV00015081	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD2641	LE00010023	21/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61

LYE1656	CV00015103	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYE2070	54493567	09/10/1999	50100	162	*	I			574.61
LYF0433	LE00010265	02/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF5248	LE00009913	10/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG0114	54444185	29/09/1999	65990	230	*	V			191.53
LYG0114	54444186	29/09/1999	70300	244	*	I			191.53
LYG0114	54444185	29/09/1999	50100	162	*	I			574.61
LYG6308	CV00015018	19/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH2580	CV00015287	30/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ3464	54370895	03/10/1999	52740	175					191.53
LYJ7712	54343568	24/09/1999	73660	252	*	VI			85.12
LYK2023	CV00010165	25/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK5094	CV00014984	23/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL2524	LE00009999	15/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYM4677	CV00014376	09/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO5745	CV00015409	02/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP1023	LE00010201	29/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ0588	LE00009808	10/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ9255	CV00014790	17/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYR0280	CV00014960	19/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR0636	54343112	17/10/1999	70300	244	*	I			191.53
LYR3235	CV00014095	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR4076	54343207	04/10/1999	55090	181	*	XIII			85.12
LYR6959	CV00012018	07/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS2720	LE00010138	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYS7405	CV00015047	21/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT0960	LE00010180	28/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYT6115	LE00010045	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT9966	CV00014651	13/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU8308	CV00014873	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU9796	CV00013985	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV1750	LE00010120	24/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYW1593	CV00015152	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYW1593	CV00014949	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYW2953	CV00015330	05/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX0909	CV00014900	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX6162	CV00014803	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYY2975	CV00014855	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ2792	54298131	27/09/1999	65990	230	*	V			191.53
LYZ3747	CV00015234	25/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYZ3828	CV00014867	24/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYZ8925	CV00014888	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB0874	CV00014474	12/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB5622	CV00014985	23/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC2597	CV00014822	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZE2740	LE00009883	09/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG3037	LE00010344	09/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG9880	560934	19/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LZH0310	LE00010119	24/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZH0391	CV00015043	21/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH0391	CV00014991	23/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZI7154	LE00010248	06/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ2400	CV00014959	19/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL2779	LE00009989	14/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL8549	560916	27/09/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LZM2671	CV00013015	16/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM3299	54375086	18/08/1999	73660	252	*	VI			85.12
LZN1464	CV00014745	15/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZO1202	LE00010000	15/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZR3101	LE00010346	09/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZR9000	CV00014638	12/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZU6213	CV00015265	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZW4461	CV00015076	25/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61

LZX1127	LE00009787	08/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX5232	CV00014254	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZY9310	CV00014935	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ7139	LE00009887	09/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC9283	CV00014669	13/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD4969	54343038	06/10/1999	52150	170					191.53
MAD5762	LE00010238	06/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD6639	LE00010133	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE0242	CV00014406	12/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE2227	CV00015216	30/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE5383	CV00014798	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAG4859	LE00009763	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAG5885	54329115	30/09/1999	55500	181	*	XVIII			85.12
MAG5885	54329115	30/09/1999	54600	181	*	IX			85.12
MAH8765	CV00014711	14/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAJ4534	CV00014853	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAL9423	697569	06/10/1999	51690	165					957.69
MAM4344	54197985	21/09/1999	66020	230	*	VI			191.53
MAM4344	54197985	21/09/1999	66530	230	*	XI			127.69
MAM8599	CV00015279	28/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAO1090	CV00014093	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAO3274	LE00009810	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP2390	CV00014259	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP2799	CV00014389	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP7242	LE00010135	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR0039	CV00014402	12/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR0320	LE00009953	12/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAS0627	LE00010150	26/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAU7950	LE00009732	07/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAW9378	CV00015380	10/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAY0357	CV00014886	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAY0510	CV00014308	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBH5630	CV00014800	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBL4610	CV00014807	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBR2550	54343413	23/09/1999	51850	167					127.69
MCQ8710	CV00015015	19/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MCZ3260	LE00010131	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCZ4400	CV00009869	22/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCZ4400	CV00008640	07/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDI9700	CV00015163	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MIR3200	LE00010276	03/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 129/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 129/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACG5395	LE00009827	11/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
ADD3720	CV00014647	13/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
ADX1544	LE00009691	06/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
ASB1500	CV00014713	14/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
BLA1496	CV00015370	10/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
BLH1100	CV00014388	11/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
GKO2084	LE00010330	10/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
IDA8573	CV00014337	08/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
IHE5045	54343411	16/09/1999	70300	244 * I	191.53
LWR0120	LE00009853	13/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS1229	CV00014555	10/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS8549	CV00014410	12/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS9047	CV00014549	10/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT8610	CV00014405	12/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWV2439	CV00014330	08/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWY4984	LE00009829	11/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD1391	CV00014397	11/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD1955	LE00010239	06/10/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXD1955	LE00010012	22/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXE3681	CV00014642	13/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXH1689	CV00014913	18/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXI6497	CV00014663	13/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXK5784	CV00014732	15/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXK5784	CV00014668	13/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXM5450	CV00014975	22/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXN1802	560917	29/09/1999	57380	186 * II	191.53
LXN4870	560032	18/09/1999	51690	165	957.69
LXN5397	CV00014457	11/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXP9387	CV00014398	11/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXR7952	CV00014271	06/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXR7952	CV00014309	07/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXT4197	CV00014481	12/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXT7047	LE00010175	21/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXT7864	CV00014582	11/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXU4495	54042522	17/09/1999	65990	230 * V	191.53
LXU4495	54042522	17/09/1999	70300	244 * I	191.53
LXY8712	CV00015254	26/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXZ6961	CV00014156	03/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYA0005	CV00014203	04/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYF2103	LE00009566	27/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYG5332	CV00013563	28/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYH0307	LE00009802	10/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYH5274	CV00014458	11/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYH9971	557507	02/10/1999	60500	208	191.53

LYI6682	CV00014272	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ2301	CV00014564	10/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ2533	CV00015347	09/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM7447	CV00013500	27/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN6169	54343108	27/09/1999	70300	244	*	I			191.53
LYP4474	CV00015324	04/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYR1174	CV00014662	13/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU1262	54221160	20/09/1999	51850	167					127.69
LYW5804	CV00014516	15/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX4389	CV00015372	10/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ8264	CV00013056	16/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ8767	CV00015310	03/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZA6202	LE00010183	30/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZB8917	LE00009710	07/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZC2597	CV00014912	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC7740	LE00009628	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD0763	LE00010187	23/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF7968	54343342	18/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LZF8839	CV00014502	13/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG0374	CV00014598	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH8155	CV00014592	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZK5409	CV00014533	16/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL7310	LE00009733	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN5139	CV00014809	17/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZN5380	CV00013570	28/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZP9734	LE00009804	10/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT4594	CV00014274	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT5949	CV00014422	13/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZY2183	CV00014661	13/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAB1352	54189936	30/06/1999	57200	186	*	I			127.69
MAD6759	CV00014586	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE9383	54199208	03/10/1999	65480	229					85.12
MAH1041	CV00014567	10/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAH4761	CV00014451	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAJ1645	CV00014387	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAK7138	LE00009786	08/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAL2222	CV00014931	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAM1972	54221097	28/09/1999	55250	181	*	XV			85.12
MAN4558	54221198	21/09/1999	73660	252	*	VI			85.12
MAP1672	CV00014712	14/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAP4307	LE00009815	11/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAQ2637	LE00009855	14/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR0860	LE00009784	08/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR0900	CV00015162	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR1994	CV00014666	13/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAT9787	LE00009636	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAW9286	54343565	24/09/1999	70480	244	*	II			191.53
MAX5779	CV00015486	10/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAX9550	LE00009753	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAX9550	LE00009859	14/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBC9029	CV00014768	16/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBC9658	LE00009742	08/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MBH1370	CV00015465	09/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBJ8550	LE00009693	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDE1320	CV00014390	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDI5200	CV00014658	13/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDX5690	CV00014794	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 130/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 130/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABQ7413	54375104	21/10/1999	50100	162 * I	574.61
ABQ7413	54375104	21/10/1999	51690	165	957.69
AEU9756	CV00015512	12/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEU9756	CV00015487	10/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEV0949	CV00015576	21/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
AFS6936	LE00010148	26/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
AGD7759	CV00015440	05/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
AGO5392	LE00010244	06/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
AGP3903	CV00011230	31/07/1999	62110	218 * I * a	127.69
AGT5152	54343704	11/10/1999	54520	181 * VIII	127.69
BGC7872	CV00014447	11/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
BIB5697	LE00010348	09/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
BLH1100	CV00015482	09/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
BLL3126	CV00014242	05/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
BNA5990	647952	15/10/1999	73660	252 * VI	85.12
BNV8588	LE00010408	16/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
BOG0585	LE00010339	08/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
BOM8155	CV00014921	17/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
BON1150	LE00010096	27/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
BOP4333	54090555	15/10/1999	57380	186 * II	191.53
BQI9000	LE00010127	25/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
BZT4553	CV00014816	17/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
CCO3470	LE00010293	06/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
EDE1010	CV00015540	16/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
GNN9763	LE00009780	08/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
IAY3548	54090563	29/10/1999	57200	186 * I	127.69
ICC6555	54352880	23/10/1999	50450	162 * V	191.53
IDD4481	LE00010188	24/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
IEM8431	LE00010281	04/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
IEW7863	CV00015297	03/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
IGC1396	CV00015175	27/09/1999	62110	218 * I * a	127.69

LBG1382	CV00015551	17/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LBG1382	CV00015556	17/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LBG1382	CV00015128	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR0039	LE00010438	12/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LWR0905	54384553	24/10/1999	65990	230	*	V			191.53
LWR1360	CV00015338	08/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR6415	CV00015341	08/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR8004	CV00013663	30/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR8803	CV00015139	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWS6090	CV00015075	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWS9252	CV00014840	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT0084	54352885	23/10/1999	50450	162	*	V			191.53
LWT3914	54352852	18/10/1999	66100	230	*	VII			127.69
LWT5261	CV00014922	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWT5531	54376593	19/10/1999	70480	244	*	II			191.53
LWT7942	CV00015127	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU5121	CV00015607	13/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU8663	54352729	22/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LWV0222	LE00010337	08/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWV4716	LE00009795	09/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LWW3598	54090560	19/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LWX6558	54343714	29/10/1999	70480	244	*	II			191.53
LWX8432	557534	21/10/1999	73660	252	*	VI			85.12
LWX8808	CV00013793	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX9462	557544	27/10/1999	73660	252	*	VI			85.12
LWX9462	560926	07/10/1999	57380	186	*	II			191.53
LWY8415	CV00015371	10/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY8441	CV00014189	04/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY8594	LE00010287	05/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ2029	LE00009821	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ4761	LE00010286	05/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA0530	CV00015269	27/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXA5338	54370897	18/10/1999	57380	186	*	II			191.53
LXA5930	CV00014915	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB3792	CV00015007	19/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB6344	LE00010334	07/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB8551	54352884	23/10/1999	65990	230	*	V			191.53
LXC3656	CV00015138	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC4462	CV00015521	12/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXD4233	CV00013883	01/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE1708	674169	12/10/1999	55250	181	*	XV			85.12
LXF1294	CV00014924	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF1294	CV00014811	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF1503	LE00010283	05/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF4751	54197638	01/10/1999	69120	232					53.20
LXF4751	54197638	01/10/1999	50100	162	*	I			574.61
LXF4915	54199170	17/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LXG4711	CV00015295	02/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG4711	CV00015406	02/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG5165	54352881	23/10/1999	50450	162	*	V			191.53
LXH0989	54343706	10/10/1999	50100	162	*	I			574.61
LXH7768	54090561	19/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LXI2894	CV00014236	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI3110	54446767	18/08/1999	50100	162	*	I			574.61
LXI3110	54446767	18/08/1999	50610	163	c/c	162	*	I	574.61
LXI6122	CV00015267	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXI7633	CV00008310	01/07/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXJ5366	CV00014158	03/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXL7377	697588	24/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LXL9013	CV00014080	03/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXM0174	LE00010158	27/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXN1828	54343364	25/10/1999	73400	252	*	IV			85.12
LXN1828	54343364	25/10/1999	70300	244	*	I			191.53

LXO0063	54343567	25/09/1999	52070	169			53.20
LXO5154	560937	23/10/1999	60500	208			191.53
LXP4475	LE00010294	06/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXS3584	LE00009976	13/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXS5524	LE00010055	24/09/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LXS5880	CV00013484	27/08/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXU2815	54482672	29/09/1999	66530	230	*	XI	127.69
LXU4972	LE00009998	15/09/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LXV3604	697070	12/07/1999	65990	230	*	V	191.53
LXW6501	LE00009611	04/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXW8097	54389195	14/10/1999	50450	162	*	V	191.53
LXW9882	CV00015459	08/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXX4534	CV00013217	23/08/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXX5248	CV00015364	10/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXY1711	LE00010026	21/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXY2395	LE00010028	21/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXY8531	CV00015186	27/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXY9682	LE00010260	01/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LXZ2694	54352727	21/10/1999	69120	232			53.20
LXZ2694	54352727	21/10/1999	65800	230	*	IV	191.53
LXZ9242	LE00010273	03/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYA0005	LE00010401	15/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYA2693	CV00015129	24/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYB2197	CV00014813	17/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYB2791	CV00015497	10/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYB4977	54482670	29/09/1999	60500	208			191.53
LYB5892	CV00015336	07/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYB6197	CV00015126	24/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYC2189	CV00015499	10/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYC5085	CV00014380	09/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYC7282	CV00014899	17/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYD5209	CV00015025	19/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYD8020	54384554	25/10/1999	66530	230	*	XI	127.69
LYD8020	54384554	25/10/1999	61220	214	*	I	191.53
LYE1014	54375092	22/10/1999	55680	181	*	XIX	127.69
LYE2582	CV00015379	10/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYE8510	CV00013933	04/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYG1552	CV00015534	15/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYH1011	CV00015424	03/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYI3868	CV00014243	05/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYJ1347	CV00009631	18/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYJ1347	CV00011054	01/08/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYJ1347	CV00009579	17/07/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYJ1347	CV00009132	11/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYJ1347	CV00009587	17/07/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYJ2011	CV00015320	03/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYK0736	LE00009434	27/08/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYM4738	CV00014013	07/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYM7990	CV00015402	02/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYM7990	CV00015346	08/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYN8886	CV00015558	17/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYO0524	LE00010203	29/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYO1450	CV00015569	20/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYP3500	CV00013863	31/08/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYQ4926	CV00014372	09/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYQ8269	CV00015455	07/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYS0856	CV00015464	08/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYS1454	CV00015407	02/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYS2505	LE00009843	12/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYS3896	54352724	21/10/1999	65990	230	*	V	191.53
LYS3896	54352724	21/10/1999	69120	232			53.20
LYT1913	557527	14/10/1999	57380	186	*	II	191.53
LYT1913	557527	14/10/1999	73660	252	*	VI	85.12

LYT3201	CV00015092	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV00015194	28/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV00015515	12/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV00014002	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV00013998	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU8449	LE00010396	15/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYW6450	LE00010366	12/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYZ0103	CV00015322	04/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ0875	CV00014936	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ2679	54376588	13/09/1999	73660	252	*	VI			85.12
LYZ5209	CV00015017	19/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYZ5904	LE00010305	07/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZA1933	697587	24/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LZA4411	CV00015256	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZA6229	54343373	25/10/1999	69120	232					53.20
LZA6229	54343373	25/10/1999	65990	230	*	V			191.53
LZA7821	54343602	02/10/1999	55250	181	*	XV			85.12
LZA8340	LE00010463	16/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB0138	LE00010153	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB1545	CV00014749	16/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB2810	LE00010007	21/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC0956	CV00015420	03/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC4214	LE00010326	10/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD2467	CV00014892	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD3608	CV00015275	27/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD5310	LE00010031	22/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD7753	54343701	11/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LZG6092	CV00012474	25/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG7519	LE00010019	22/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH2179	CV00009361	16/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH3942	560932	13/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LZH7790	54090552	11/10/1999	53800	181	*	I			85.12
LZI9784	CV00014824	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL2857	CV00014074	03/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM0891	CV00015454	07/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM3587	LE00010040	23/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM3866	54045533	16/10/1999	70300	244	*	I			191.53
LZM3866	54045534	16/10/1999	66370	230	*	IX			127.69
LZM3866	54045533	16/10/1999	70480	244	*	II			191.53
LZM8630	CV00015405	02/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM9792	CV00015056	22/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZN9560	673951	29/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LZO5470	54444190	15/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LZT0630	LE00010144	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT0999	CV00014830	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZW4461	CV00015237	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZW8141	LE00010197	29/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZW9550	647953	23/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LZY5874	LE00010400	15/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZY8410	679869	10/10/1999	51690	165					957.69
LZY9559	CV00014099	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ0223	54042460	23/10/1999	72340	250	*	I	*	a	85.12
LZZ4030	557523	08/10/1999	73660	252	*	VI			85.12
MAA3000	CV00015450	06/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC3122	CV00015474	09/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAC7136	LE00010372	12/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD1285	54352648	16/10/1999	69120	232					53.20
MAE8470	CV00015530	14/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE9147	54090551	01/10/1999	54600	181	*	IX			85.12
MAF3100	54493570	10/10/1999	65560	230	*	I			191.53
MAF3100	54493570	10/10/1999	61220	214	*	I			191.53
MAG7593	54352888	24/10/1999	65990	230	*	V			191.53
MAG7593	54352888	24/10/1999	69120	232					53.20

MAK2229	54343041	21/10/1999	54520	181	*	VIII	127.69
MAL1466	LE00010232	05/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAL1466	LE00010382	13/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAL1714	CV00015411	02/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAL1935	LE00010053	24/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAN1032	697567	28/09/1999	59670	203	*	V	191.53
MAQ3827	CV00015428	03/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAQ9600	LE00010430	12/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAR6850	CV00015302	03/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAS1948	54352813	29/09/1999	57380	186	*	II	191.53
MAS2762	CV00015477	09/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAT4062	CV00015399	02/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAT7016	560920	04/10/1999	54600	181	*	IX	85.12
MAU6169	CV00014770	16/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAV3936	CV00015559	17/10/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAV6672	CV00015148	25/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAX3566	LE00010275	03/10/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAY2938	54343414	12/10/1999	66530	230	*	XI	127.69
MAY4508	CV00014461	11/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAZ2222	CV00015396	02/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBA0496	CV00015312	03/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBC7989	CV00015423	03/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBG0629	54384501	24/09/1999	69120	232			53.20
MBG5600	54352889	24/10/1999	50100	162	*	I	574.61
MBH1370	CV00014961	20/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBM2740	LE00010112	23/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBO1910	LE00010312	08/10/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MBU9150	697586	24/10/1999	54520	181	*	VIII	127.69
MBZ2210	LE00010251	06/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBZ2210	LE00010221	02/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MCQ1510	CV00015204	29/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MCX4160	LE00009567	03/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MDI6720	CV00015481	09/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MDK3010	CV00015037	20/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MDN8930	CV00015513	12/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MED1996	647954	23/10/1999	61220	214	*	I	191.53
MEL1997	54352857	18/10/1999	73400	252	*	IV	85.12
MEO7700	CV00015478	09/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MJR6800	LE00010365	11/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
SX677	54343715	01/11/1999	65990	230	*	V	191.53
SX677	54343715	01/11/1999	66370	230	*	IX	127.69
SX677	54343716	01/11/1999	67690	230	*	XXII	85.12
SX677	54343716	01/11/1999	52740	175			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 131/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 131/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACG6326	54352281	13/09/1999	51690	165	957.69
AEJ3564	CV00015673	17/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
AFE1610	LE00010455	15/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
BKG0165	558957	05/11/1999	50100	162 * I	574.61
BKJ5522	54352879	23/10/1999	65990	230 * V	191.53
BMG3015	CV00014486	12/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
BPJ7883	CV00015691	20/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
BQI9000	LE00010441	13/10/1999	62200	218 * I * b	574.61
CEP7528	CV00015612	13/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
CFG1285	LE00010434	12/10/1999	62200	218 * I * b	574.61
CFM7386	CV00014210	04/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
COG5280	LE00010373	12/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
HOY9586	CV00014141	09/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
IBG6334	54221156	20/09/1999	55250	181 * XV	85.12
IBH7502	CV00014656	13/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
ICC8028	54331434	28/10/1999	66100	230 * VII	127.69
IEF7076	CV00015687	20/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
IEG6854	LE00010388	14/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LJU3517	LE00010552	20/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS1229	CV00014865	24/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWS5620	CV00015796	22/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT1405	54251328	12/09/1999	65560	230 * I	191.53
LWU0262	LE00010613	25/10/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWX1013	CV00014131	08/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX3336	CV00015765	24/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX9028	CV00012887	14/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWY1211	LE00009793	09/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWY2984	54197635	25/09/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LWY9861	LE00010399	15/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXB1356	CV00012658	24/08/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXC3442	CV00014864	24/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXE8047	54493571	11/10/1999	70480	244 * II	191.53
LXE9650	LE00010533	25/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXH9321	CV00013986	05/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXI0792	CV00015646	17/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXI5122	LE00010532	25/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXJ3566	CV00015065	23/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXJ4010	CV00014197	04/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXJ5714	CV00015658	17/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXK3358	54045539	29/10/1999	67690	230 * XXII	85.12
LXN9724	CV00014423	13/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXS6549	LE00010453	15/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXU4307	CV00014178	04/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXW9042	CV00014812	17/09/1999	62110	218 * I * a	127.69

LXX5231	CV00014239	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX6203	CV00015502	11/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA9593	CV00015599	12/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB5707	CV00014266	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYB6503	697598	07/11/1999	50100	162	*	I			574.61
LYB6503	697598	07/11/1999	51690	165					957.69
LYB7833	CV00014602	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC0326	CV00014845	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC5848	CV00015615	14/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD0424	CV00014083	03/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF2252	CV00014324	07/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF8380	54343412	23/09/1999	58350	195					127.69
LYF8380	54343412	23/09/1999	52150	170					191.53
LYG4252	LE00010588	24/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH3897	CV00015294	02/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYH5030	CV00015584	11/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK7739	LE00010360	11/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM5842	LE00010545	20/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN2639	CV00014889	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN4644	CV00015555	17/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ6684	CV00015524	12/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV2592	CV00015693	20/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV8231	CV00015645	17/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX0744	CV00014884	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYY8384	CV00014895	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYY8407	697593	30/10/1999	51690	165					957.69
LYZ8767	CV00015541	16/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZB5629	CV00014229	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZC0805	CV00014969	20/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD4888	CV00015657	17/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD5221	CV00012777	14/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD5565	CV00015550	17/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF2532	CV00014996	19/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF3687	CV00014359	09/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG1009	CV00014805	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG3482	CV00015665	17/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZG4367	LE00010419	18/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZH4159	CV00015682	19/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH6508	LE00010390	14/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ2400	CV00015566	18/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ2400	CV00015563	17/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ8930	LE00010506	22/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL3569	CV00015132	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZM1573	LE00010449	14/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZP7504	CV00011675	05/08/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZP9734	CV00015616	14/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZQ5693	CV00015651	17/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZS1385	CV00015165	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT1460	CV00014834	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT5592	CV00015683	19/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZT6732	CV00015585	11/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZV8221	557545	27/10/1999	57380	186	*	II			191.53
LZW0900	CV00015518	12/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZW4461	CV00015511	12/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZW4461	CV00015538	16/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAA4400	LE00010364	11/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD9972	CV00014335	08/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE0242	CV00013973	05/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE0259	CV00015809	23/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAE9073	LE00010569	22/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAF0726	CV00015652	17/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAG5002	697552	12/09/1999	65990	230	*	V			191.53
MAG5002	697552	12/09/1999	51690	165					957.69

MAH9838	54375169	05/11/1999	54520	181	*	VIII	127.69
MAM0345	CV00015536	15/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAM9745	557547	28/10/1999	60500	208			191.53
MAN3066	CV00015568	20/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAO2373	CV00013839	02/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAQ5630	54189875	28/10/1999	54790	181	*	X	85.12
MAR0039	CV00013963	04/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAS2587	CV00015668	17/10/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAY0916	CV00015666	17/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBG4860	CV00015869	27/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBJ1111	557548	28/10/1999	73660	252	*	VI	85.12
MBN6440	54375097	08/11/1999	55090	181	*	XIII	85.12
MBP1740	54352291	19/09/1999	51690	165			957.69
MBQ0210	557546	28/10/1999	73660	252	*	VI	85.12
MBR4240	54352899	26/10/1999	68580	231	*	VII	85.12
MBR4240	54352899	26/10/1999	66370	230	*	IX	127.69
MDE9670	LE00009738	08/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MDS7780	CV00015694	20/10/1999	62200	218	*	I * b	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 132/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 132/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABP7585	LE00010034	22/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
ACK9618	LE00010587	24/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
ACQ7795	698607	06/11/1999	55090	181 * XIII	85.12
ADP4808	CV00015644	16/10/1999	62200	218 * I * b	574.61
ADS3611	LE00010149	26/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
AEU9756	CV00015731	23/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
AFE2917	CV00015229	25/09/1999	62110	218 * I * a	127.69

AFE2917	CV00015230	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
AFE2917	CV00015238	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
AFE7969	CV00015714	22/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
AFN2712	CV00015105	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
AGF1313	679874	01/11/1999	51690	165					957.69
AHP2293	CV00015776	25/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
ALO0110	LE00010603	25/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
APT6000	CV00014923	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BAR1992	CV00014965	20/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BAR1992	CV00015137	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BGJ4790	CV00015749	24/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BGR3950	CV00014439	10/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BMX6158	54384559	23/10/1999	61220	214	*	I			191.53
BMX6158	54384559	23/10/1999	70300	244	*	I			191.53
BPI5983	CV00015841	25/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
BQT1333	54199164	19/09/1999	65300	228					127.69
CDF4256	CV00015095	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
DBR2000	CV00015818	23/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
GTC0273	CV00015780	26/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IBH7531	54352828	06/11/1999	67690	230	*	XXII			85.12
IBP5600	LE00010537	19/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
IBX5514	LE00010410	16/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR3668	LE00009955	12/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR4065	LE00009952	12/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWR7232	LE00010578	23/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWS3144	CV00015999	27/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWS4255	CV00015249	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWS4255	CV00015844	25/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWS9631	CV00015938	26/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU5141	CV00015810	23/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWV4089	CV00015233	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWV5751	CV00015889	28/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW7838	CV00015705	22/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW9244	54343045	26/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LWX1184	CV00015142	25/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX1406	CV00014951	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX2783	CV00016030	30/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX4124	CV00015803	23/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY1982	CV00016032	30/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY3335	CV00014831	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWY5782	54352826	06/11/1999	65990	230	*	V			191.53
LWZ8217	LE00010035	23/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ8538	LE00010052	24/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXA2398	54042239	07/11/1999	52070	169					53.20
LXA2996	54352827	06/11/1999	51690	165					957.69
LXA2996	54352827	06/11/1999	65990	230	*	V			191.53
LXA2996	54352830	06/11/1999	50450	162	*	V			191.53
LXA3517	CV00015861	26/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA4232	CV00015549	17/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXA6991	CV00015218	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXB4326	CV00015071	23/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC1879	54343459	02/11/1999	69120	232					53.20
LXD6690	CV00015891	28/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXD7993	666110	02/10/1999	54520	181	*	VIII			127.69
LXD9857	CV00014993	19/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE3253	LE00010538	19/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE3658	54378566	09/11/1999	53800	181	*	I			85.12
LXF3616	CV00016009	28/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF6020	673960	05/11/1999	73660	252	*	VI			85.12
LXG4229	CV00016026	29/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXH4364	CV00014842	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXH8253	CV00015904	29/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ1594	CV00015871	27/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LXJ5366	CV00014360	09/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXJ9673	CV00015733	23/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK0167	54343367	10/10/1999	70300	244	*	I			191.53
LXK5668	CV00015742	23/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXK6008	54263795	09/10/1999	66370	230	*	IX			127.69
LXL3222	LE00010005	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXL7252	54199220	08/11/1999	55250	181	*	XV			85.12
LXN0583	CV00015766	24/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXN0987	CV00015977	31/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXP4886	LE00010025	21/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXP5646	697599	08/11/1999	51690	165					957.69
LXP5646	54199215	08/11/1999	65990	230	*	V			191.53
LXQ3986	54352823	05/11/1999	69120	232					53.20
LXQ6333	CV00015936	26/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXR5002	CV00015681	19/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS1356	CV00015750	24/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS9485	54045541	06/11/1999	70480	244	*	II			191.53
LXS9485	54045541	06/11/1999	70300	244	*	I			191.53
LXV0527	CV00015931	30/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXV4444	CV00015769	24/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW7102	LE00010485	20/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX2414	673952	30/10/1999	73660	252	*	VI			85.12
LXY1047	CV00014999	19/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY1047	CV00015031	20/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXY3447	LE00010508	22/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LXZ1467	CV00015066	23/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ1896	CV00012735	26/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA3015	CV00015819	23/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA6754	CV00015867	27/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA9609	679875	05/11/1999	51690	165					957.69
LYB9662	CV00010718	28/07/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC0201	LE00010155	26/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYC6404	CV00014364	09/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC7195	LE00010585	23/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD7350	LE00010047	24/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYD8427	54183606	30/09/1999	55680	181	*	XIX			127.69
LYE5060	54045955	13/08/1999	54600	181	*	IX			85.12
LYE8788	CV00014799	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG5332	CV00014942	18/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH1023	54090602	02/11/1999	69120	232					53.20
LYH2992	LE00010384	13/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYH3307	CV00014870	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI6630	54052528	08/10/1999	65990	230	*	V			191.53
LYI6630	54052528	08/10/1999	65560	230	*	I			191.53
LYI8171	54304861	30/09/1999	73660	252	*	VI			85.12
LYJ5620	LE00009782	08/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYK4411	CV00015193	28/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM0972	LE00010318	09/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM3268	CV00016002	27/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM5216	CV00015690	20/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN0010	CV00014997	19/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYN0639	CV00016036	30/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO0098	CV00014584	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO5343	CV00014879	24/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYO6093	LE00010501	22/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYP0007	CV00015882	28/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP4067	CV00015197	28/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYP8789	LE00010564	21/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYQ1488	54352749	08/11/1999	65990	230	*	V			191.53
LYR8686	LE00009783	08/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYS2578	CV00014804	17/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYU6487	CV00014901	17/09/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYU6487	CV00015856	27/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

LYV0868	54384561	03/11/1999	70300	244	*	I	191.53
LYV0868	54384561	03/11/1999	70560	244	*	III	191.53
LYV4379	LE00009899	10/09/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYV9981	CV00015116	25/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYW6617	LE00010598	24/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYX2617	CV00015838	24/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYX5129	CV00012298	21/08/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYX5670	54384556	26/10/1999	66530	230	*	XI	127.69
LYX5670	54384556	26/10/1999	70300	244	*	I	191.53
LYY5409	LE00010074	25/09/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LYZ2912	LE00010487	20/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYZ4327	LE00010044	24/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYZ8807	CV00015365	10/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZC2926	LE00010085	26/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZC3790	557526	13/10/1999	60500	208			191.53
LZC4206	LE00010405	16/10/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZC9636	CV00014326	07/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZD8412	CV00015900	29/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZD9601	CV00015907	29/10/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZE2682	CV00015283	30/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZF8621	LE00010050	24/09/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZG2622	54343046	03/11/1999	61220	214	*	I	191.53
LZG3981	LE00010268	03/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZG5608	CV00015747	24/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZH0391	CV00015288	30/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZI7154	CV00015772	25/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZI8100	LE00010290	06/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZI8438	CV00013612	29/08/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZM7563	CV00015868	27/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZM9444	673959	04/11/1999	60500	208			191.53
LZM9913	CV00015836	24/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZN4053	560238	06/10/1999	54600	181	*	IX	85.12
LZO9138	LE00010173	28/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZQ1483	CV00015647	17/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZQ6781	CV00015954	28/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZR0469	CV00015048	22/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZT1341	LE00009770	07/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZT1816	CV00015778	26/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZT6645	LE00010568	22/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZT9548	54343035	29/09/1999	61220	214	*	I	191.53
LZU5262	CV00016040	31/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZU9949	CV00015125	24/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZV9195	CV00015863	27/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZW2541	LE00010068	25/09/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZX8898	LE00010054	24/09/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZY1410	CV00015812	23/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZY2060	54469064	05/11/1999	52150	170			191.53
LZY3713	LE00010168	28/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZY8559	CV00014887	24/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZY9559	CV00015648	17/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZZ5656	676404	09/11/1999	61220	214	*	I	191.53
LZZ8226	CV00014953	19/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAA1297	LE00010097	27/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAA5043	CV00015176	27/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAC1113	LE00010593	24/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAC1429	LE00010473	17/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAC3122	CV00015807	23/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAC6116	54042524	02/11/1999	54520	181	*	VIII	127.69
MAC7274	CV00015257	26/09/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAE0146	CV00014342	08/09/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAE9530	CV00016019	29/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAF2019	LE00010493	20/10/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAF2019	LE00010595	24/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69

MAF2019	LE00010523	24/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAF3100	54263800	10/10/1999	58350	195					127.69
MAF3100	54263800	10/10/1999	70300	244	*	I			191.53
MAJ1645	CV00014978	22/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAJ5282	560930	08/10/1999	57380	186	*	II			191.53
MAJ5412	CV00015781	26/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAJ7663	LE00010562	21/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAM2805	LE00010544	20/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAM6574	CV00015706	22/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAO1040	CV00015260	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAO8742	CV00015156	26/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR0408	CV00014277	06/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAR5551	CV00015828	24/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAS4300	CV00015790	28/10/1999	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAT5312	CV00015632	15/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAU1752	LE00010098	27/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAV8867	CV00011990	07/08/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAW6112	CV00015878	28/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBB2980	CV00015813	23/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBI1270	CV00016004	28/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBL3130	CV00014917	19/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBX5290	LE00010462	16/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBY2030	54199218	08/11/1999	54520	181	*	VIII			127.69
MCP2940	CV00015971	31/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCR1234	CV00014596	11/09/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDK8170	CV00016045	31/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDL8850	673863	28/10/1999	52740	175					191.53
MDM1440	54352835	10/11/1999	66370	230	*	IX			127.69
MDO7080	CV00015918	30/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDR1160	CV00015313	03/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDR4500	673980	10/11/1999	60500	208					191.53
MDV1410	LE00010253	06/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MEC0770	CV00015852	26/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MEU6776	CV00015811	23/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MEU6776	673963	08/11/1999	73660	252	*	VI			85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 133/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 133/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KBT6044	666875	12/11/1999	73660	252 * VI	85.12
LWS4281	54343377	02/11/1999	69120	232	53.20
LWS4281	54343377	02/11/1999	65990	230 * V	191.53
LWT7942	CV00015839	24/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWX7476	CV00015935	26/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXF4793	54199216	06/11/1999	50100	162 * I	574.61
LXF4793	54199216	06/11/1999	69120	232	53.20
LXQ5333	CV00015899	29/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXT6627	562323	09/11/1999	65990	230 * V	191.53
LXX2233	CV00094026	09/01/2006	62110	218 * I * a	127.69
LXZ3334	CV00016076	31/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYH3041	CV00015919	30/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYI3484	LE00010519	23/10/1999	62200	218 * I * b	574.61
LYK4511	54384563	05/11/1999	66530	230 * XI	127.69
LYK4511	54384563	05/11/1999	70300	244 * I	191.53
LYL3215	LE00009927	11/09/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYT1413	54446718	07/11/1999	52740	175	191.53
LYU6487	CV00016088	31/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYZ8112	LE00010491	20/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZC6689	54352838	10/11/1999	52070	169	53.20
LZC6689	54352838	10/11/1999	51850	167	127.69
LZP0580	54251393	15/05/1999	66370	230 * IX	127.69
LZP0580	54251392	15/05/1999	50100	162 * I	574.61
LZP0580	54251392	15/05/1999	65990	230 * V	191.53
LZZ6888	CV00015946	27/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
MAE6660	LE00009973	13/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
MAS4300	CV00016092	31/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
MAU2722	54352747	05/11/1999	50450	162 * V	191.53
MAU5802	CV00015854	27/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
MAW7777	673977	10/11/1999	73660	252 * VI	85.12
MAZ9209	CV00015664	17/10/1999	62200	218 * I * b	574.61
MCP1320	LE00010580	23/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
MDI3620	CV00016074	31/10/1999	62110	218 * I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 134/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 134/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABF4506	CV00015572	20/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
AGB7551	CV00016156	06/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
HOX6329	CV00088238	09/09/2005	62110	218 * I * a	127.69
LWX5660	647659	18/11/1999	55090	181 * XIII	85.12
LWZ5860	CV00016269	04/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWZ5860	CV00016265	04/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXA5003	CV00016212	02/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXE8301	CV00016208	02/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXO9024	CV00016132	04/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXQ9098	CV00016121	02/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXU1319	CV00016012	28/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYK2119	CV00016286	07/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYP0133	CV00016111	02/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYS5892	CV00016264	04/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYX0612	CV00016245	07/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZE7040	CV00016237	07/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZG5608	CV00016107	02/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZH5671	CV00016087	31/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZH5671	CV00016049	29/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZU0226	CV00016251	09/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZX8515	CV00016319	09/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
MAG8860	CV00015526	13/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
MAL6908	54343387	22/11/1999	52070	169	53.20
MAN0275	CV00016110	02/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
MCZ3860	CV00015480	09/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
MCZ3860	54352966	09/10/1999	51690	165	957.69
MEU8527	CV00016291	07/11/1999	62110	218 * I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 135/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 135/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARE1994	CV00016062	30/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
BGJ8070	54199229	28/11/1999	65480	229	85.12
BUT2607	CV00016238	07/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
CPT2704	CV00015988	26/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
CSE7888	CV00096522	04/03/2006	62110	218 * I * a	127.69
HQL3782	CV00016143	05/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWR5813	CV00016401	14/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS1766	54352980	04/12/1999	50100	162 * I	574.61
LWS1820	673998	22/11/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWS1987	CV00016290	07/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWS7383	54331437	29/11/1999	67690	230 * XXII	85.12
LWT5261	CV00016148	06/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT8064	LE00010617	06/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW7481	54370900	23/11/1999	58350	195	127.69
LWX0845	CV00016166	07/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWY4048	54199173	16/11/1999	70480	244 * II	191.53
LWY4048	54199173	16/11/1999	70300	244 * I	191.53
LXB3776	CV00016172	07/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD8691	54090607	22/11/1999	66370	230 * IX	127.69
LXD8691	54090606	22/11/1999	50100	162 * I	574.61
LXD8691	54090606	22/11/1999	65990	230 * V	191.53
LXF0277	CV00016611	20/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXG6256	560569	23/11/1999	73400	252 * IV	85.12
LXI4841	CV00016355	18/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXJ9930	CV00016400	14/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXK5668	CV00016610	20/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXM1536	647955	12/11/1999	61220	214 * I	191.53
LXM2032	CV00015968	30/10/1999	62200	218 * I * b	574.61
LXN7732	54343468	29/11/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LXR1470	CV00016122	03/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXS4200	560574	23/11/1999	65990	230 * V	191.53
LXS9485	54045542	06/11/1999	60760	210	191.53
LXX7839	CV00016580	23/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXX9800	CV00016417	15/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXZ0355	CV00015984	26/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYC1688	CV00016422	15/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYE1837	CV00016241	07/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYH8251	673269	30/11/1999	58350	195	127.69
LYH8251	673269	30/11/1999	60500	208	191.53
LYI6711	54343465	27/11/1999	69120	232	53.20
LYI6711	54343465	27/11/1999	65990	230 * V	191.53
LYJ4395	CV00016418	15/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYK5094	CV00015775	25/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYP9402	54343381	16/11/1999	57200	186 * I	127.69

LYP9402	54343383	16/11/1999	70480	244	*	II	191.53
LYP9402	54343383	16/11/1999	52070	169			53.20
LYP9402	54343381	16/11/1999	51690	165			957.69
LYP9402	54343382	16/11/1999	65990	230	*	V	191.53
LYP9402	54343382	16/11/1999	50100	162	*	I	574.61
LYU2123	CV00016141	05/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYU6487	CV00016184	30/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYU6487	CV00016197	31/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYV2093	54199224	20/11/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
LYX1928	LE00010511	23/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYZ8767	CV00015729	23/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZA0163	CV00016304	08/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZE0597	673995	16/11/1999	57380	186	*	II	191.53
LZF3687	CV00016276	05/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZH8740	679892	21/11/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZJ3678	CV00016229	06/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZJ7481	CV00016051	29/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZL0798	CV00015967	30/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZM0561	CV00016281	06/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZS3829	CV00016628	21/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZV0565	CV00016366	11/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZW7374	54199223	20/11/1999	55500	181	*	XVIII	85.12
LZY4470	CV00016405	14/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZZ5770	CV00016292	07/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZZ6388	54042532	17/11/1999	65990	230	*	V	191.53
MAA0044	CV00016511	21/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAA8792	CV00016065	30/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAB9518	CV00016185	30/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAC4130	CV00016388	13/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAG1540	LE00010482	19/10/1999	62200	218	*	I * b	574.61
MAJ4136	CV00016295	04/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAJ9420	CV00016450	18/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAM0695	CV00015771	25/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAN3864	CV00016161	06/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAQ2590	CV00016303	08/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAV9546	CV00016523	19/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAX1750	CV00016162	06/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAX4750	CV00016658	13/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBB7660	54446530	12/11/1999	70300	244	*	I	191.53
MBC5187	CV00016090	31/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBD6058	54352840	11/11/1999	65990	230	*	V	191.53
MBD6058	54352840	11/11/1999	65560	230	*	I	191.53
MBF6369	673999	22/11/1999	54520	181	*	VIII	127.69
MBJ4620	CV00016369	11/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBJ5359	CV00016472	15/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBN5555	673994	16/11/1999	73660	252	*	VI	85.12
MBY1100	673997	17/11/1999	73660	252	*	VI	85.12
MCB6090	CV00015862	26/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MCF8200	54376203	15/11/1999	58000	192			127.69
MDS9120	666481	26/11/1999	50100	162	*	I	574.61
MDY4830	CV00016513	21/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MEA4780	CV00016395	14/11/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MIL2772	CV00016093	31/10/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MIL5656	CV00016226	06/11/1999	62200	218	*	I * b	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 136/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 136/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CDC8651	CV00016360	10/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
GVS5903	CV00016505	20/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
HOX2483	54199325	06/12/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWR7921	CV00016545	20/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWT5261	CV00016452	13/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWV5521	CV00016411	14/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWW8306	CV00016620	21/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXB7005	CV00016634	22/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXB7005	CV00016652	22/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXD7993	54090572	16/11/1999	55090	181 * XIII	85.12
LXE2447	CV00016410	14/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXF9718	CV00016252	09/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXI6177	CV00016609	20/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXR0793	CV00016359	10/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXR7247	CV00016375	13/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXS6234	54384565	29/11/1999	70560	244 * III	191.53
LXS6234	54384565	29/11/1999	61220	214 * I	191.53
LXY8161	CV00016407	14/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYA7817	673294	08/12/1999	73660	252 * VI	85.12
LYB8535	CV00016056	29/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYC0326	CV00016455	13/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYC4615	CV00015973	31/10/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYC9982	666483	27/11/1999	67690	230 * XXII	85.12
LYC9982	666482	27/11/1999	70300	244 * I	191.53
LYC9982	666483	27/11/1999	66370	230 * IX	127.69
LYE4080	CV00016638	22/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYN8826	CV00016542	20/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYS0282	CV00016585	23/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYS3753	54042543	03/12/1999	55250	181 * XV	85.12
LYT1079	CV00016519	23/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LYZ7020	CV00016493	19/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZB7516	CV00016484	19/11/1999	62200	218 * I * b	574.61
LZL3920	CV00016627	21/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LZN4258	CV00016568	22/11/1999	62110	218 * I * a	127.69

LZN9980	CV00016469	14/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZP8268	CV00016499	20/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZX6487	CV00015983	26/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ0500	CV00016528	19/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ1769	54042540	03/12/1999	55250	181	*	XV			85.12
LZZ4104	CV00016326	10/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZZ6315	669203	02/12/1999	73660	252	*	VI			85.12
MAD1184	CV00016363	10/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAD3873	CV00016461	13/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAF9081	CV00016379	13/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MAG0698	CV00016438	17/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBH5467	CV00016322	10/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCD6210	CV00016601	20/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MCD6330	CV00016587	23/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDB3416	CV00016007	28/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MDY4540	54375323	26/11/1999	73660	252	*	VI			85.12
MEA0640	CV00016404	14/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MEB1230	CV00016619	21/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MGM0013	CV00015710	22/10/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
MMH7777	CV00016403	14/11/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 137/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 137/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LIQ4463	CV00017009	18/12/1999	62200	218 * I * b	574.61
LWU2420	LE00010643	15/12/1999	62110	218 * I * a	127.69
LWZ5895	CV00016718	30/11/1999	62110	218 * I * a	127.69
LXC7216	691675	07/12/1999	65990	230 * V	191.53
LXC7216	691675	07/12/1999	70300	244 * I	191.53

LXK3698	54384690	15/12/1999	65990	230	*	V	191.53
LXK3698	54384690	15/12/1999	70300	244	*	I	191.53
LXQ7305	CV00016909	04/12/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LYS2933	CV00016996	18/12/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZA7956	CV00017096	20/12/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZK9677	644753	14/12/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LZQ4893	LE00010638	20/12/1999	62110	218	*	I * a	127.69
LZX4018	691671	07/12/1999	65990	230	*	V	191.53
MAH3084	0000679061	04/12/1999	69120	232			53.20
MAR1982	CV00016985	17/12/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MAT4400	CV00016859	05/12/1999	62110	218	*	I * a	127.69
MBX7300	CV00017063	19/12/1999	62200	218	*	I * b	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 138/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 138/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGT5152	54090101	09/02/2000	55500	181 * XVIII	85.12
AJP0600	CV00018916	29/01/2000	62110	218 * I * a	127.69
AP093	54378567	10/02/2000	50100	162 * I	574.61
AP093	54378567	10/02/2000	65990	230 * V	191.53
ARD0007	CV00018569	28/01/2000	62110	218 * I * a	127.69
BGO9054	CV00018829	05/02/2000	62110	218 * I * a	127.69
BIZ6887	CV00018868	06/02/2000	62110	218 * I * a	127.69
CBD1312	54222735	31/01/2000	73660	252 * VI	85.12
CCP1668	CV00018572	29/01/2000	62110	218 * I * a	127.69
IAV6255	CV00018724	01/02/2000	62200	218 * I * b	574.61
ICU1374	54222570	08/02/2000	73660	252 * VI	85.12
IGT5002	CV00018545	28/01/2000	62110	218 * I * a	127.69
KPX7898	CV00017066	19/12/1999	62110	218 * I * a	127.69

LWS7377	CV00018708	31/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWU0262	CV00017948	08/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWW3600	54331250	29/01/2000	65990	230	*	V			191.53
LWW6221	54183868	18/01/2000	54520	181	*	VIII			127.69
LWX4795	54222868	07/02/2000	73400	252	*	IV			85.12
LWX5668	CV00018782	05/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX7136	CV00018864	06/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWX8581	CV00018754	03/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LWZ6265	54222702	21/01/2000	73660	252	*	VI			85.12
LXB7771	CV00018715	31/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC3689	CV00018940	30/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXC5129	CV00018599	29/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXD9910	54222452	03/02/2000	66100	230	*	VII			127.69
LXE2920	CV00018913	28/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE4207	CV00018760	03/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXE5684	CV00018726	01/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXF4296	CV00018674	30/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXG3910	54222607	10/02/2000	60500	208					191.53
LXK4588	CV00018757	03/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXM0885	CV00018885	06/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXO2355	54222461	03/02/2000	60500	208					191.53
LXO2355	54222461	03/02/2000	60760	210					191.53
LXQ5845	CV00017921	08/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXS7379	CV00017939	08/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXU6615	CV00018695	31/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXW9949	CV00019015	30/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXX4429	CV00018705	31/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXY9102	CV00018745	03/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LXZ5612	CV00018270	25/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA6102	CV00018598	29/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYA6933	CV00018594	29/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYC2260	CV00018889	06/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD4171	CV00018121	16/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYD8142	54222742	02/02/2000	73660	252	*	VI			85.12
LYE0862	CV00018591	29/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYE9463	CV00018673	30/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYF1841	CV00018833	05/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYG1030	CV00018989	06/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYI1885	CV00019030	02/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYJ9489	CV00018718	31/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL0075	CV00018710	31/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL8028	CV00018851	06/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYL8629	CV00018143	22/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM1666	CV00018175	23/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM4428	CV00018839	06/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM4428	CV00018990	06/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM6040	CV00018806	05/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYM7563	CV00018844	06/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYN1032	CV00018850	06/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYT2482	CV00018906	27/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYV2140	CV00017958	08/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYX0799	CV00018899	06/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LYY2975	CV00018438	21/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZD0760	CV00018550	28/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZF6421	CV00018398	17/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZH4757	CV00017304	24/12/1999	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZJ1047	54222865	07/02/2000	66370	230	*	IX			127.69
LZJ8930	54288322	11/02/2000	73660	252	*	VI			85.12
LZK1570	54222853	04/02/2000	65990	230	*	V			191.53
LZK3551	CV00018412	19/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZK7442	CV00018846	06/02/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL1193	CV00018645	30/01/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZL3480	CV00018959	05/02/2000	62200	218	*	I	*	b	574.61

LZN0096	54222866	07/02/2000	65990	230	*	V		191.53
LZO7286	CV00018239	24/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
LZP4161	CV00018184	23/01/2000	62200	218	*	I	* b	574.61
LZQ0299	CV00018563	28/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
LZS1385	54288608	30/01/2000	51690	165				957.69
LZS1385	54288608	30/01/2000	65990	230	*	V		191.53
LZU1791	CV00018634	30/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
LZU1791	CV00018628	30/01/2000	62200	218	*	I	* b	574.61
LZU4611	CV00018820	05/02/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
LZU9153	CV00018565	28/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
LZV3831	CV00018380	24/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
LZW1295	CV00018253	24/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
LZW2696	CV00018425	20/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
LZW8165	CV00018088	16/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
LZX4679	CV00018567	28/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
LZX4800	CV00018640	30/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAC1632	CV00018537	20/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAC2606	CV00018945	30/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAD2110	CV00018711	31/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAG0008	CV00018644	30/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAI5797	CV00017919	07/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAJ3011	CV00018641	30/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAK7691	CV00018860	06/02/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAL1814	CV00018617	29/01/2000	62200	218	*	I	* b	574.61
MAP0772	CV00018554	28/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAP4920	CV00018293	26/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAR0037	CV00018040	13/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAS1210	CV00018901	06/02/2000	62200	218	*	I	* b	574.61
MAU2682	CV00018478	16/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MAV5496	54222888	09/02/2000	70560	244	*	III		191.53
MBB9737	CV00018162	22/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MBD0100	CV00018915	28/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MBL3320	CV00018857	06/02/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MCM5320	CV00018672	30/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MCS1950	54222855	04/02/2000	65990	230	*	V		191.53
MDU6650	CV00018950	03/02/2000	62110	218	*	I	* a	127.69
MJP0416	CV00018707	31/01/2000	62110	218	*	I	* a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1945/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1945/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CHD5892	55820800E	29/08/2014	50450	162 * V	191.53
CHD5892	55820799E	29/08/2014	65992	230 * V	191.53
CZQ4737	55820830E	27/08/2014	66102	230 * VII	127.69
DBO9277	55542246E	28/07/2014	50100	162 * I	574.61
DBO9277	55542247E	28/07/2014	65561	230 * I	191.53
DBO9277	55542248E	28/07/2014	73400	252 * IV	85.12
DBO9277	55542249E	28/07/2014	66372	230 * IX	127.69
DIN1567	55542792E	07/08/2014	50100	162 * I	574.61
DWR1710	55542837E	19/09/2014	67000	230 * XVI	127.69
EUQ3473	55821053E	24/08/2014	50100	162 * I	574.61
EUQ3473	55821054E	24/08/2014	66371	230 * IX	127.69
IJO8903	55821687E	21/09/2014	50450	162 * V	191.53
LXR6815	55821775E	21/09/2014	66371	230 * IX	127.69
LXR6815	55821776E	21/09/2014	66102	230 * VII	127.69
LYB9711	55821997E	16/09/2014	50100	162 * I	574.61
LZM8511	55821322E	26/08/2014	67261	230 * XVIII	127.69
MBL3255	55538686E	23/08/2014	69120	232	53.20
MBM7115	55158499C	23/09/2014	50450	162 * V	191.53
MBM7115	55158500C	23/09/2014	65992	230 * V	191.53
MBQ3808	55822132E	12/09/2014	66372	230 * IX	127.69
MCA6011	55822827E	22/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
MCA6011	55822828E	22/09/2014	50531	162 * VI	191.53
MCV9677	55823156E	25/09/2014	67000	230 * XVI	127.69
MDH1033	55159793C	31/08/2014	65992	230 * V	191.53
MDH2534	55821238E	25/09/2014	66102	230 * VII	127.69
MDH2534	55821239E	25/09/2014	66371	230 * IX	127.69
MDH2534	55821240E	25/09/2014	67000	230 * XVI	127.69
MDJ7653	55542766E	02/08/2014	65992	230 * V	191.53
MDY7544	55542063E	05/09/2014	65992	230 * V	191.53
MEB0578	55542835E	18/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
MEB0578	55542836E	18/09/2014	66372	230 * IX	127.69
MEF0916	55823459E	18/09/2014	65992	230 * V	191.53
MEF0916	55823460E	18/09/2014	50450	162 * V	191.53
MEF2831	55822536E	25/09/2014	64160	221 Unico	85.12
MEF2831	55822537E	25/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
MEY1327	54769671E	26/07/2014	50100	162 * I	574.61
MEY1327	54769669E	26/07/2014	52741	175	191.53
MEY1327	54769670E	26/07/2014	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MFH8421	55821671E	16/09/2014	65992	230 * V	191.53
MFN1124	55542116E	30/09/2014	67000	230 * XVI	127.69
MFR8186	55822832E	23/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
MFS4591	55081816E	19/09/2014	50100	162 * I	574.61
MFS6831	55822819E	19/09/2014	50292	162 * II	957.69
MFT5379	55823362E	22/09/2014	50292	162 * II	957.69
MFT5379	55823363E	22/09/2014	69120	232	53.20
MGA7857	55822520E	23/09/2014	50100	162 * I	574.61
MGC5242	55821545E	26/09/2014	65992	230 * V	191.53
MGC5242	55821546E	26/09/2014	50100	162 * I	574.61
MGC5242	55821547E	26/09/2014	69120	232	53.20
MGC5242	55821549E	26/09/2014	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MGC5242	55821550E	26/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69

MHA7936	55542062E	05/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MHF3320	55823401E	16/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MHL3453	55541433E	03/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MHP9703	55820847E	02/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MHQ4037	55821026E	19/08/2014	66372	230	*	IX	127.69
MHQ4037	55821027E	19/08/2014	66020	230	*	VI	191.53
MHS4815	55821846E	26/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MHS4815	55821847E	26/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MJI2659	55821696E	04/10/2014	50450	162	*	V	191.53
MJI2659	55821697E	04/10/2014	69120	232			53.20
MLM5271	55822545E	25/09/2014	50100	162	*	I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1946/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1946/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASN2703	55541610E	05/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
ASS0326	55542684E	25/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
AST0542	55541698E	01/08/2014	73662	252 * VI	85.12
AUD6871	55542861E	01/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
CTP7818	55822527E	23/09/2014	73662	252 * VI	85.12
EUQ3473	55821055E	24/08/2014	51851	167	127.69
FUS6010	55821856E	21/08/2014	51851	167	127.69
FUS6010	55821857E	21/08/2014	73662	252 * VI	85.12
HIQ2233	55541418E	26/07/2014	55090	181 * XIII	85.12
IKC5078	54446578E	28/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
LXF4005	55823509E	05/10/2014	51851	167	127.69
LYW4579	55823472E	25/09/2014	55250	181 * XV	85.12
LYW4579	55823471E	25/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
MBB1115	55542543E	08/08/2014	55500	181 * XVIII	85.12

MBS7856	55823402E	21/09/2014	57380	186	*	II	191.53
MBX6468	55542567E	19/08/2014	55416	181	*	XVII	53.20
MBY5498	55823113E	19/09/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MBZ0365	55539270E	24/09/2014	59593	203	*	IV	191.53
MBZ0365	55539271E	24/09/2014	51851	167			127.69
MCK7232	55541965E	29/07/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MCS0759	55542556E	23/07/2014	52070	169			53.20
MCT0889	55908794D	13/08/2014	58193	193			574.61
MCV9677	55823155E	25/09/2014	54522	181	*	VIII	127.69
MDF4526	55542111E	07/09/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MDG5163	55822218E	11/09/2014	55415	181	*	XVII	53.20
MEF0916	55823461E	18/09/2014	73662	252	*	VI	85.12
MEV9432	55542579E	20/08/2014	52070	169			53.20
MEY6741	55821211E	26/08/2014	73662	252	*	VI	85.12
MFC1576	55541424E	02/08/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MFM5763	55542680E	25/09/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MFR8186	55822835E	23/09/2014	57200	186	*	I	127.69
MFT5379	55823364E	22/09/2014	70304	244	*	I	191.53
MGC5242	55821548E	26/09/2014	60501	208			191.53
MGC8454	55822043E	08/09/2014	55090	181	*	XIII	85.12
MGQ6758	55821234E	23/09/2014	54522	181	*	VIII	127.69
MGU7761	55538060E	31/07/2014	60501	208			191.53
MHI9948	55823121E	24/09/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MHK6139	55821988E	09/09/2014	58193	193			574.61
MHK6139	55821989E	09/09/2014	51851	167			127.69
MHL3453	55541432E	03/08/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MHM8065	55823473E	25/09/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MHP3893	55541838E	18/08/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MHQ4037	55821028E	19/08/2014	54521	181	*	VIII	127.69
MHU1006	55538536E	05/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MIO7751	55538329E	03/08/2014	54600	181	*	IX	85.12
MIP8567	55538211E	27/07/2014	54010	181	*	III	127.69
MIV8635	55088693E	20/08/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MIZ4437	55823474E	26/09/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MJC5601	55542174E	28/08/2014	57380	186	*	II	191.53
MJG8599	55822315E	28/08/2014	51851	167			127.69
MKG4913	55821540E	25/09/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MLG6336	54768373E	31/07/2014	54521	181	*	VIII	127.69
MLN2709	55821246E	26/09/2014	54522	181	*	VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1949/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1949/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABK7974	55542928E	08/08/2014	65992	230 * V	191.53
ADN5566	55540973E	07/09/2014	50450	162 * V	191.53
AJZ3343	55820916E	14/08/2014	65992	230 * V	191.53
ALT9136	55542642E	21/08/2014	73580	252 * V	85.12
AOI2386	55540984E	17/10/2014	66102	230 * VII	127.69
AOI2386	55540985E	17/10/2014	52741	175	191.53
AOX1474	55823705E	29/09/2014	64160	221 Unico	85.12
ARS4907	55822631E	15/09/2014	65992	230 * V	191.53
BNC6185	55913846D	13/08/2014	65992	230 * V	191.53
BUU2818	55822711E	10/09/2014	67692	230 * XXII	85.12
CPH2466	55823555E	01/10/2014	50450	162 * V	191.53
CPH2466	55823556E	01/10/2014	65992	230 * V	191.53
DIP4194	55823859E	13/10/2014	64160	221 Unico	85.12
DIP4194	55823860E	13/10/2014	67000	230 * XVI	127.69
DIP4194	55823861E	13/10/2014	66290	230 * VIII	127.69
DJB2275	55823666E	30/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
DZI9111	55821613E	14/08/2014	67000	230 * XVI	127.69
ECO2696	54447100E	20/09/2014	65992	230 * V	191.53
GVW4694	55821516E	14/08/2014	65992	230 * V	191.53
GWV1940	55823677E	26/09/2014	66371	230 * IX	127.69
GWV1940	55823678E	26/09/2014	66372	230 * IX	127.69
GWV1940	55823679E	26/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
GWV1940	55823680E	26/09/2014	50450	162 * V	191.53
GWV1940	55823651E	26/09/2014	65992	230 * V	191.53
HIK1387	55822297E	14/09/2014	50100	162 * I	574.61
IPT1945	55539275E	01/10/2014	67000	230 * XVI	127.69
LOB1390	55082217E	06/09/2014	69120	232	53.20
LXK1310	55821836E	26/08/2014	67261	230 * XVIII	127.69
LXK1310	55821837E	26/08/2014	65561	230 * I	191.53
LXK1310	55821838E	26/08/2014	67000	230 * XVI	127.69
LXK1310	55821839E	26/08/2014	66372	230 * IX	127.69
LXL9363	55542179E	03/10/2014	66102	230 * VII	127.69
LXL9363	55542180E	03/10/2014	67261	230 * XVIII	127.69
LYE6012	55823703E	29/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
LYI8018	55542799E	11/08/2014	66372	230 * IX	127.69
LYJ9249	55822903E	29/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
LYK5199	55821250E	07/10/2014	65992	230 * V	191.53
LYL4618	55539520E	30/08/2014	50100	162 * I	574.61
LYR1651	55823864E	13/10/2014	64160	221 Unico	85.12
LYR1651	55823863E	13/10/2014	66102	230 * VII	127.69
LYR1651	55823877E	13/10/2014	50450	162 * V	191.53
LYZ1335	55541922E	16/07/2014	52741	175	191.53
LYZ1335	55541923E	16/07/2014	66371	230 * IX	127.69
LYZ1335	55541927E	16/07/2014	50450	162 * V	191.53
LYZ1335	55541933E	17/07/2014	66102	230 * VII	127.69
LZF8393	55822839E	25/09/2014	65992	230 * V	191.53
LZF8393	55822840E	25/09/2014	66102	230 * VII	127.69
LZF8393	55822841E	25/09/2014	66102	230 * VII	127.69
LZF8393	55822842E	25/09/2014	66371	230 * IX	127.69

LZF8393	55822843E	25/09/2014	67691	230	*	XXII	85.12
LZF8393	55822844E	25/09/2014	67692	230	*	XXII	85.12
LZR2161	55822847E	25/09/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
LZR2161	55822848E	25/09/2014	65992	230	*	V	191.53
LZR2161	55822849E	25/09/2014	66102	230	*	VII	127.69
LZR2161	55822000E	25/09/2014	66372	230	*	IX	127.69
LZR2161	55822850E	25/09/2014	66102	230	*	VII	127.69
LZX8161	55820920E	14/08/2014	69120	232			53.20
MAO8314	55823408E	26/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MAO8314	55823406E	26/09/2014	66372	230	*	IX	127.69
MAO8314	55823407E	26/09/2014	66372	230	*	IX	127.69
MAV7356	55915293D	01/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MBA8732	55540145E	02/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MBA8732	55540146E	02/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MBG9713	55542430E	02/08/2014	50450	162	*	V	191.53
MBG9713	55542431E	02/08/2014	69120	232			53.20
MBN0586	55822708E	10/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MBN0586	55821666E	10/09/2014	69120	232			53.20
MBS6914	55539281E	05/10/2014	66371	230	*	IX	127.69
MBS6914	55539282E	05/10/2014	65561	230	*	I	191.53
MBS6914	55539283E	05/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MBS6914	55539280E	05/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MBW6773	55823871E	13/10/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MBW6773	55823872E	13/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MCD9887	55820756E	11/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MCL7256	55821076E	17/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MCL7256	55821077E	17/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MCL7256	55821078E	17/10/2014	66371	230	*	IX	127.69
MCL8757	55087521E	24/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MCL8757	55087522E	24/08/2014	66372	230	*	IX	127.69
MCL8757	55087523E	24/08/2014	50450	162	*	V	191.53
MCT0485	55823570E	03/10/2014	64160	221		Unico	85.12
MCT4854	55541638E	25/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MCW6879	55158489C	20/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MCW6879	55158490C	20/09/2014	66372	230	*	IX	127.69
MDF6362	55542961E	08/08/2014	73400	252	*	IV	85.12
MDL1241	55822814E	16/09/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MDL1241	55822815E	16/09/2014	66371	230	*	IX	127.69
MDL1241	55822816E	16/09/2014	66102	230	*	VII	127.69
MDN2784	55542067E	01/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MDP2168	54769676E	14/08/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MDS0629	55820949E	20/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MDS0629	55820950E	20/08/2014	69120	232			53.20
MDV2727	55823596E	09/10/2014	69120	232			53.20
MDV2959	55823383E	27/09/2014	65561	230	*	I	191.53
MDV2959	55823377E	27/09/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MDV2959	55823381E	27/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MDV2959	55823382E	27/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MEA2434	55821345E	30/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MEA2434	55821346E	30/08/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MEE3376	55540605E	27/09/2014	64160	221		Unico	85.12
MEF8761	55821929E	03/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MEF8761	55821930E	03/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MEQ4236	55823852E	11/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MER5260	55820812E	16/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MER5260	55820813E	16/08/2014	66102	230	*	VII	127.69
MER5260	55820814E	16/08/2014	66372	230	*	IX	127.69
MER8465	55822604E	09/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MER8465	55822605E	09/09/2014	50371	162	*	III	574.61
MES1114	55821733E	25/08/2014	69120	232			53.20
MES1114	55821734E	25/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MEW3706	55821023E	18/08/2014	66102	230	*	VII	127.69
MEW3706	55821024E	18/08/2014	50450	162	*	V	191.53

MEX4448	55542122E	17/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MEX4448	55542123E	17/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MFN3788	55822818E	19/09/2014	69120	232			53.20
MFP6364	55823501E	28/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MFP6364	55823503E	28/09/2014	69120	232			53.20
MFQ3663	55823609E	17/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MFQ3663	55823610E	17/10/2014	69120	232			53.20
MFQ3663	55823611E	17/10/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MFT2483	55158498C	23/09/2014	64160	221		Unico	85.12
MFZ1622	55538682E	18/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MFZ1622	55538684E	18/08/2014	65561	230	*	I	191.53
MGA0822	55084113E	05/10/2014	50610	163	c/c 162	* I	574.61
MGA0822	55084114E	05/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MGA0822	55084111E	05/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MGA8650	55822463E	30/08/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MGC6970	55823701E	26/09/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MGD9302	55822730E	08/10/2014	66102	230	*	VII	127.69
MGD9302	55822731E	08/10/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MGK8744	55823585E	09/10/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MGQ7499	55159798C	28/09/2014	53200	176	*	V	957.69
MGW1600	55821380E	05/09/2014	69120	232			53.20
MHB0962	55086391E	20/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MHB0962	55086392E	20/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MHB0962	55086393E	20/09/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MHF2955	55820938E	20/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MHF2955	55820940E	20/08/2014	69120	232			53.20
MHG9224	55821964E	26/08/2014	50450	162	*	V	191.53
MHO1801	55822282E	31/08/2014	52741	175			191.53
MHV0280	54769673E	30/07/2014	69120	232			53.20
MHV5335	55822526E	23/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MHW2904	55087787E	06/07/2014	66372	230	*	IX	127.69
MHW2904	55087788E	06/07/2014	65992	230	*	V	191.53
MHW2904	55087790E	06/07/2014	50100	162	*	I	574.61
MHW2904	55087789E	06/07/2014	51691	165			1915.38
MHY4488	55821316E	22/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MIG6350	55822702E	08/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MIG6350	55822703E	08/09/2014	66102	230	*	VII	127.69
MIH5112	55542933E	12/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MIN4207	55540088E	02/10/2014	50450	162	*	V	191.53
MIQ0492	55822732E	08/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MIV3285	55822829E	23/09/2014	66102	230	*	VII	127.69
MIV3285	55822830E	23/09/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MJM9243	55820771E	23/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MJR7979	55823110E	19/09/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MJR9973	55823102E	14/09/2014	51691	165			1915.38
MLG6898	55821404E	14/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MLH2273	55821661E	08/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MLQ8092	55822618E	15/09/2014	69120	232			53.20
MMD6481	55822851E	29/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MZK7183	55542266E	09/10/2014	66372	230	*	IX	127.69
MZK7183	55542270E	09/10/2014	66371	230	*	IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1950/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1950/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABB4777	55086046E	16/09/2014	54522	181 * VIII	127.69
ADN5566	55540972E	07/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
AGA6890	55823324E	30/09/2014	54521	181 * VIII	127.69
AIZ0108	55540741E	13/07/2014	51851	167	127.69
AKH9347	55821230E	18/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
ALZ0897	55821362E	20/08/2014	54522	181 * VIII	127.69
ATM6171	55822559E	27/08/2014	51851	167	127.69
BPE7268	55820866E	19/08/2014	59670	203 * V	191.53
CFP3133	55538350E	16/08/2014	55500	181 * XVIII	85.12
DIY7854	55823751E	07/10/2014	55414	181 * XVII	53.20
DMB3414	55822204E	28/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
DWT8570	55821231E	18/09/2014	55415	181 * XVII	53.20
FUI4022	55541615E	19/08/2014	73662	252 * VI	85.12
GRE3861	55821351E	13/08/2014	54600	181 * IX	85.12
GWV1940	55823675E	26/09/2014	53710	180	85.12
GWV1940	55823676E	26/09/2014	51851	167	127.69
HFP8293	55821459E	03/09/2014	60501	208	191.53
HSG2624	55540267E	11/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
HZG7200	55542056E	12/08/2014	54521	181 * VIII	127.69
ILM5479	55158486C	19/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
IPT1945	55539274E	01/10/2014	55090	181 * XIII	85.12
IRC9857	55539897E	15/08/2014	60175	206 * III	191.53
JVC3590	55542640E	20/08/2014	51851	167	127.69
LWV8836	55082795E	28/09/2014	54521	181 * VIII	127.69
LXH2808	55823051E	16/09/2014	61220	214 * I	191.53
LXJ2881	55822972E	02/10/2014	55411	181 * XVII	53.20
LYL4618	55088946E	30/08/2014	55500	181 * XVIII	85.12
LYZ1335	55541921E	16/07/2014	51851	167	127.69
LYZ1335	55541924E	16/07/2014	60175	206 * III	191.53
LYZ1335	55541925E	16/07/2014	51852	167	127.69
LYZ1335	55541926E	16/07/2014	60501	208	191.53
LZE1777	55539170E	26/08/2014	60175	206 * III	191.53
LZF8393	55822845E	25/09/2014	51852	167	127.69
LZF8393	55822846E	25/09/2014	68580	231 * VII	85.12
LZR2161	55821998E	25/09/2014	51852	167	127.69
LZR2161	55821999E	25/09/2014	68580	231 * VII	85.12
MAH1510	55538046E	17/06/2014	61300	214 * II	191.53

MAL6974	55539261E	10/09/2014	58191	193		574.61
MAX7372	55541996E	04/09/2014	51851	167		127.69
MBF8995	55087632E	10/08/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MBG6563	55539278E	01/10/2014	73662	252	* VI	85.12
MBK4477	55540283E	14/08/2014	55415	181	* XVII	53.20
MBK6883	55821721E	20/08/2014	51851	167		127.69
MBL0358	55820876E	20/08/2014	51851	167		127.69
MBP1935	55541815E	08/08/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MBR3472	55821615E	14/08/2014	55414	181	* XVII	53.20
MBS8988	55542824E	17/08/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MBU0120	55084159E	10/08/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MCA7859	55540264E	11/08/2014	55414	181	* XVII	53.20
MCC7028	55821118E	07/08/2014	73662	252	* VI	85.12
MCL8757	55087524E	24/08/2014	70481	244	* II	191.53
MCT4854	55541637E	25/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MCT7662	55542840E	26/09/2014	58350	195		127.69
MDF6362	55542956E	08/08/2014	58000	192		127.69
MDF6362	55542962E	08/08/2014	52070	169		53.20
MDK5152	55541809E	04/08/2014	55414	181	* XVII	53.20
MDP7006	55542629E	20/08/2014	61220	214	* I	191.53
MES1114	55821738E	25/08/2014	70302	244	* I	191.53
MET1575	55538929E	11/08/2014	61220	214	* I	191.53
MEV2714	55542617E	13/08/2014	51851	167		127.69
MEW7616	55542599E	10/09/2014	54522	181	* VIII	127.69
MFE9607	55821257E	11/08/2014	57380	186	* II	191.53
MFN9426	55540049E	21/08/2014	51851	167		127.69
MFO3190	55541635E	25/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MFP0183	55821916E	21/08/2014	73662	252	* VI	85.12
MGB4067	55821879E	28/08/2014	55415	181	* XVII	53.20
MGC6970	55823702E	26/09/2014	57200	186	* I	127.69
MGD3632	55541488E	10/10/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MGG4459	55821242E	25/09/2014	55414	181	* XVII	53.20
MGJ5381	55542960E	07/08/2014	51851	167		127.69
MGL1645	55822958E	10/09/2014	73662	252	* VI	85.12
MGL8337	55540606E	10/10/2014	55414	181	* XVII	53.20
MGQ7499	55159799C	28/09/2014	54600	181	* IX	85.12
MGR4665	55822302E	22/08/2014	51851	167		127.69
MGU3189	55823621E	17/10/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MGV6443	55541999E	05/09/2014	73662	252	* VI	85.12
MHF9456	55821810E	22/08/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MHM2117	55542114E	27/09/2014	54600	181	* IX	85.12
MHM4580	55821642E	04/09/2014	54521	181	* VIII	127.69
MHM8363	55084175E	14/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MHM9762	55540288E	15/08/2014	55414	181	* XVII	53.20
MHO1801	55822278E	31/08/2014	58350	195		127.69
MHO1801	55822279E	31/08/2014	60760	210		191.53
MHO1801	55822280E	31/08/2014	58191	193		574.61
MHO1801	55822281E	31/08/2014	52151	170		191.53
MHW2904	55087791E	06/07/2014	70301	244	* I	191.53
MIC6398	55823218E	12/09/2014	51851	167		127.69
MIC6398	55823219E	12/09/2014	51852	167		127.69
MID4372	55821235E	23/09/2014	54600	181	* IX	85.12
MIH5977	55088697E	22/08/2014	55414	181	* XVII	53.20
MIP0194	55822506E	19/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MIR7786	55823706E	29/09/2014	57380	186	* II	191.53
MIS9632	55821745E	26/08/2014	73662	252	* VI	85.12
MIY2792	55823470E	25/09/2014	55414	181	* XVII	53.20
MJV3033	55542626E	19/08/2014	51851	167		127.69
MJW3156	55540271E	12/08/2014	55414	181	* XVII	53.20
MKC4201	55821047E	04/09/2014	57200	186	* I	127.69
MKE9714	55821387E	11/09/2014	73662	252	* VI	85.12
MKF4179	55541826E	12/08/2014	55414	181	* XVII	53.20
MKG5223	55539936E	16/08/2014	60501	208		191.53

MKP1324	55823057E	01/10/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MIJ1227	55542479E	05/08/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MKV2718	55539388E	13/08/2014	51851	167			127.69
MKZ9176	55822133E	13/09/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MLC4424	55542826E	20/08/2014	51851	167			127.69
MLC5709	55821475E	29/08/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MLE0766	55821747E	27/08/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MLE0766	55821748E	27/08/2014	51930	168			191.53
MLF5835	55821119E	07/08/2014	73662	252	*	VI	85.12
MLI2058	55539513E	13/08/2014	55415	181	*	XVII	53.20
MLL0029	55539049E	03/09/2014	73662	252	*	VI	85.12
MLN2384	55822308E	23/08/2014	73662	252	*	VI	85.12
MLN8968	55539396E	13/08/2014	51851	167			127.69
MLR0407	55088692E	02/08/2014	55415	181	*	XVII	53.20
MLU4562	55541840E	18/08/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MLZ4831	55538846E	07/08/2014	73662	252	*	VI	85.12
MZK7183	55542267E	09/10/2014	72340	250	*	I * a	85.12
MZK7183	55542268E	09/10/2014	51851	167			127.69
MZK7183	55542269E	09/10/2014	51852	167			127.69
OKH9905	55821393E	22/09/2014	73662	252	*	VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1953/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1953/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFU4792	55822293E	14/09/2014	50450	162 * V	191.53
ALJ5531	55158461C	11/09/2014	69120	232	53.20
AOL9319	55823857E	11/10/2014	67000	230 * XVI	127.69
ASS2014	55821849E	26/08/2014	66372	230 * IX	127.69
ASS2014	55821850E	26/08/2014	66700	230 * XIII	127.69

AYU1237	55822546E	25/09/2014	50100	162	*	I	574.61
AYU1237	55822547E	25/09/2014	65800	230	*	IV	191.53
AYU1237	55822548E	25/09/2014	69120	232			53.20
DEL3561	55823058E	03/10/2014	65992	230	*	V	191.53
DFY7421	55823810E	09/10/2014	65992	230	*	V	191.53
DKG1173	55820820E	21/08/2014	65992	230	*	V	191.53
EJT0005	55539221E	31/08/2014	65992	230	*	V	191.53
EJT0005	55539222E	31/08/2014	67000	230	*	XVI	127.69
GOZ0034	55823727E	09/10/2014	50450	162	*	V	191.53
GOZ0034	55823728E	09/10/2014	69120	232			53.20
IAT3535	55822538E	25/09/2014	50100	162	*	I	574.61
IAT3535	55822539E	25/09/2014	65561	230	*	I	191.53
IMY8145	55909693D	19/08/2014	50100	162	*	I	574.61
IMY8145	55909694D	19/08/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
IOS3078	55542798E	11/08/2014	50450	162	*	V	191.53
IRW9749	55822109E	23/08/2014	69120	232			53.20
JNR2917	55823129E	07/10/2014	65992	230	*	V	191.53
JNR2917	55823130E	07/10/2014	50450	162	*	V	191.53
KLD3400	55541994E	04/09/2014	65992	230	*	V	191.53
LXE3064	55821659E	04/09/2014	65992	230	*	V	191.53
LXI0528	54446942E	01/10/2014	65800	230	*	IV	191.53
LXI0528	54446943E	01/10/2014	50100	162	*	I	574.61
LXQ9415	55821663E	08/09/2014	66020	230	*	VI	191.53
LYB2527	55822749E	14/10/2014	65992	230	*	V	191.53
LYQ9132	55823878E	15/10/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
LZP8092	55821970E	29/08/2014	50100	162	*	I	574.61
LZP8092	55821971E	29/08/2014	65992	230	*	V	191.53
LZP8092	55821972E	29/08/2014	66371	230	*	IX	127.69
LZP8092	55821973E	29/08/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MAH9622	55823672E	13/10/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MAH9622	55823673E	13/10/2014	66372	230	*	IX	127.69
MAU9286	55823854E	11/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MAU9286	55823855E	11/10/2014	69120	232			53.20
MAV7356	55915292D	01/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MBD0257	55920918D	31/08/2014	69120	232			53.20
MBD0257	55920919D	31/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MBL7290	55823520E	17/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MBL7290	55823521E	17/10/2014	66371	230	*	IX	127.69
MBS6696	55822292E	14/09/2014	50450	162	*	V	191.53
MCC5138	55823906E	21/10/2014	64160	221		Unico	85.12
MCC5138	55823907E	21/10/2014	69120	232			53.20
MCC7663	55823623E	17/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MCC7663	55823625E	17/10/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MCF5061	55823634E	20/10/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MCG7028	55823737E	16/10/2014	50450	162	*	V	191.53
MCG7028	55823738E	16/10/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MCI2565	55823709E	26/09/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MCL3054	55538265E	28/09/2014	50450	162	*	V	191.53
MCS2757	55824527E	27/10/2014	66371	230	*	IX	127.69
MCS2757	55824526E	27/10/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MCS2757	55824522E	27/10/2014	64160	221		Unico	85.12
MCS2757	55824521E	27/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MCT7977	55539110E	17/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MCT7977	55539112E	17/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MCX2492	55823158E	30/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MDK6567	55823628E	17/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MDK6567	55823629E	18/10/2014	66372	230	*	IX	127.69
MDK6567	55823630E	18/10/2014	66020	230	*	VI	191.53
MEA5541	55081821E	27/09/2014	66102	230	*	VII	127.69
MEE4923	55823649E	20/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MEE4923	55823650E	20/10/2014	69120	232			53.20
MEN5212	55087538E	11/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MEN5212	55087539E	11/10/2014	65992	230	*	V	191.53

MEN5212	55087540E	11/10/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MEN5212	55087541E	11/10/2014	66372	230	*	IX	127.69
MES9372	55087642E	08/10/2014	69120	232			53.20
MEU8903	55539521E	21/09/2014	51691	165			1915.38
MEU8903	55539523E	21/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MFE5406	55820840E	02/09/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MFE5406	55820843E	02/09/2014	64080	221			85.12
MFK3355	55822123E	01/09/2014	69120	232			53.20
MFL7295	55542657E	26/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MGC3412	55822808E	08/09/2014	69120	232			53.20
MGC3412	55822809E	08/09/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MGG6324	55542686E	27/09/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MGN8111	55822745E	14/10/2014	50450	162	*	V	191.53
MGZ0530	55823670E	02/10/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MHF2955	55820939E	20/08/2014	50450	162	*	V	191.53
MHR0961	55823606E	15/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MHS1949	55823892E	20/10/2014	66102	230	*	VII	127.69
MHU3042	55823913E	21/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MHW4255	55821828E	26/08/2014	69120	232			53.20
MHY4488	55821317E	22/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MIH3361	55540135E	30/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MIH3361	55540139E	31/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MIM3613	55821321E	26/08/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MIY9492	55823910E	21/10/2014	69120	232			53.20
MJD8497	55823467E	25/09/2014	66372	230	*	IX	127.69
MJI7431	55823589E	09/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MJQ8945	55821409E	11/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MJS4838	55909214D	14/10/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MJS8170	55542691E	08/10/2014	66102	230	*	VII	127.69
MKT0201	55086045E	27/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MKZ9143	55821319E	22/08/2014	69120	232			53.20
MKZ9143	55821320E	22/08/2014	66371	230	*	IX	127.69
MLC3727	55823674E	14/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MLU8952	55820790E	27/08/2014	50450	162	*	V	191.53
MLU8952	55820791E	27/08/2014	69120	232			53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1954/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1954/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEW6861	55821405E	22/09/2014	54010	181 * III	127.69
AST0430	55822967E	02/10/2014	55411	181 * XVII	53.20
CHI8130	55820886E	26/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
DDY1296	55822014E	25/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
DEC6693	55542632E	20/08/2014	51851	167	127.69
DEL3561	55823403E	24/09/2014	60501	208	191.53
DJK3342	55823202E	12/09/2014	54600	181 * IX	85.12
GOZ0034	55823729E	09/10/2014	55500	181 * XVIII	85.12
HCY8768	55821862E	21/08/2014	57380	186 * II	191.53
IKD1633	55820981E	07/08/2014	56222	182 * VI	53.20
IRW9749	55822108E	23/08/2014	55500	181 * XVIII	85.12
JPS0061	55539168E	26/08/2014	60175	206 * III	191.53
JQZ4968	55822410E	29/08/2014	51851	167	127.69
KLD3400	55541993E	04/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
LOA4527	55084169E	18/08/2014	55500	181 * XVIII	85.12
LOE5957	55084516E	22/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
LXV6016	55542578E	20/08/2014	55415	181 * XVII	53.20
LYT0277	55085856E	26/09/2014	55411	181 * XVII	53.20
LZP8092	55821974E	29/08/2014	58196	193	574.61
MBD0257	55920920D	31/08/2014	58350	195	127.69
MBF5136	55822403E	09/09/2014	55416	181 * XVII	53.20
MBL0102	55542827E	20/08/2014	51851	167	127.69
MCC7663	55823624E	17/10/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MCF8094	55823160E	10/10/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MCI2565	55823720E	26/09/2014	68580	231 * VII	85.12
MCJ3443	55822402E	27/08/2014	55416	181 * XVII	53.20
MCZ2445	55820885E	26/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
MDR3741	55542980E	14/10/2014	54600	181 * IX	85.12
MDS5546	55821749E	27/08/2014	51851	167	127.69
MDS5546	55821750E	27/08/2014	73662	252 * VI	85.12
MDT1377	55821975E	29/08/2014	58196	193	574.61
MDT6463	55539406E	13/09/2014	58194	193	574.61
MDT6463	55539407E	13/09/2014	51851	167	127.69
MEB2064	55822021E	26/08/2014	55416	181 * XVII	53.20
MEF1094	55821278E	27/08/2014	57380	186 * II	191.53
MEG4131	55822366E	22/08/2014	51851	167	127.69
MER3542	55821932E	11/10/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MER9908	55540572E	08/10/2014	54600	181 * IX	85.12
MFF1155	55822752E	28/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MFK3355	55822122E	01/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MFS0906	55539173E	29/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
MFS5138	55823242E	23/09/2014	61220	214 * I	191.53
MFZ1622	55538683E	18/08/2014	58350	195	127.69
MGL6915	55542574E	20/08/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MGO5268	55541624E	20/08/2014	73662	252 * VI	85.12
MGT8475	55823805E	01/10/2014	54521	181 * VIII	127.69
MHN6122	55822129E	12/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MHQ7829	55539171E	28/08/2014	60175	206 * III	191.53
MHU2882	55542696E	11/10/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MHU4527	55822397E	02/09/2014	51851	167	127.69
MID1576	55823887E	17/10/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MII7722	55823120E	24/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
MII9813	55542595E	10/09/2014	54522	181 * VIII	127.69

MIJ6800	55822359E	21/08/2014	60501	208		191.53
MIK8040	55088948E	30/08/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MJB8489	55823228E	12/09/2014	51851	167		127.69
MJE1853	55822038E	02/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MJK4219	55542679E	25/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MJM2993	55822571E	05/09/2014	51851	167		127.69
MJW6033	55823668E	30/09/2014	58193	193		574.61
MKB3134	55822600E	13/09/2014	60501	208		191.53
MKD8545	55088699E	26/08/2014	55414	181	* XVII	53.20
MKF4006	55821209E	25/08/2014	55415	181	* XVII	53.20
MLK0500	55542623E	15/08/2014	51851	167		127.69
MLV8889	55822028E	29/08/2014	55414	181	* XVII	53.20
MLX1530	55540573E	25/10/2014	55250	181	* XV	85.12
MLX1530	55540574E	25/10/2014	54010	181	* III	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1957/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1957/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BNC7972	55542794E	07/08/2014	65992	230 * V	191.53
DDJ8193	55909250D	10/11/2014	67000	230 * XVI	127.69
GPM8944	55087534E	18/09/2014	50100	162 * I	574.61
GPM8944	55087535E	18/09/2014	65992	230 * V	191.53
GPM8944	55087536E	18/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
LXT9096	55822742E	14/10/2014	69120	232	53.20
LXT9096	55822743E	14/10/2014	66371	230 * IX	127.69
LZP5345	55823869E	13/10/2014	65992	230 * V	191.53
LZP5345	55823870E	13/10/2014	50450	162 * V	191.53
MAB2134	55821774E	16/09/2014	50100	162 * I	574.61
MAD5581	55820842E	02/09/2014	69120	232	53.20

MAP9020	55822556E	04/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MAP9020	55822557E	04/09/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MAP9020	55822574E	04/09/2014	50450	162	*	V	191.53
MBW1273	55821368E	22/08/2014	66371	230	*	IX	127.69
MBW1273	55821963E	22/08/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MCO0495	55540986E	17/10/2014	66371	230	*	IX	127.69
MCP4901	55822710E	10/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MDC2284	55823893E	20/10/2014	69120	232			53.20
MDL6528	55821553E	14/09/2014	66020	230	*	VI	191.53
MDN6627	55822962E	11/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MDN6627	55822963E	11/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MDT1437	55823154E	11/09/2014	66020	230	*	VI	191.53
MDV4186	55824321E	01/11/2014	50100	162	*	I	574.61
MDV4186	55824322E	01/11/2014	65992	230	*	V	191.53
MDZ3927	55909243D	03/11/2014	65992	230	*	V	191.53
MDZ8047	55822713E	10/09/2014	66102	230	*	VII	127.69
MEM7083	55820785E	27/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MEV0586	55821049E	04/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MFH4466	55158472C	13/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MFZ1558	55909247D	03/11/2014	65992	230	*	V	191.53
MGN0237	55821072E	03/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MGO6262	55539524E	21/09/2014	51691	165			1915.38
MGS6434	55823923E	22/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MHD3742	55164795C	27/08/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MHX8684	55822641E	17/09/2014	69120	232			53.20
MIB9732	55084110E	02/10/2014	65561	230	*	I	191.53
MIO0193	55824177E	10/11/2014	65992	230	*	V	191.53
MIY3125	55823103E	14/09/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MJF0544	55824201E	17/10/2014	69120	232			53.20
MJL6923	55821461E	03/09/2014	73580	252	*	V	85.12
MJW5607	55824842E	06/11/2014	67261	230	*	XVIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1958/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1958/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AQL7420	55823233E	12/09/2014	51851	167	127.69
AWL7585	55540377E	05/11/2014	55500	181 * XVIII	85.12
DJP0591	55539976E	05/10/2014	51851	167	127.69
HUC9200	55823114E	19/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
IPG7921	55542048E	10/09/2014	60501	208	191.53
IRA1971	55823336E	03/11/2014	54521	181 * VIII	127.69
JDD1314	55822330E	04/09/2014	51851	167	127.69
KFP5310	55087530E	09/09/2014	54521	181 * VIII	127.69
LXI9689	55822395E	02/09/2014	51851	167	127.69
LXT1089	55542985E	02/11/2014	55500	181 * XVIII	85.12
LZA3121	55542841E	02/10/2014	57200	186 * I	127.69
LZD3241	55822336E	11/09/2014	51851	167	127.69
LZL1592	55540454E	10/09/2014	53800	181 * I	85.12
MAK1818	55822331E	09/09/2014	51851	167	127.69
MAM1902	55822583E	10/09/2014	51851	167	127.69
MBK8965	55822004E	18/08/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MCL6846	55539310E	09/07/2014	51851	167	127.69
MDK7865	55821285E	03/09/2014	60844	211	127.69
MDT1437	55823152E	11/09/2014	54600	181 * IX	85.12
MDT1437	55823153E	11/09/2014	58350	195	127.69
MEP0606	55823612E	17/10/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MFK1135	55821495E	09/09/2014	51851	167	127.69
MGH9906	55821480E	04/09/2014	51851	167	127.69
MGK4104	55822591E	12/09/2014	51851	167	127.69
MGP0012	55821746E	26/08/2014	73662	252 * VI	85.12
MGV0694	55540971E	07/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MHA4765	55822217E	05/09/2014	54600	181 * IX	85.12
MHL1668	55823238E	12/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MHZ4818	55084522E	11/11/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MIB4175	55823201E	12/09/2014	55090	181 * XIII	85.12
MIP5172	55821478E	04/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MIQ7323	55822483E	05/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MIS7397	55821643E	10/09/2014	58191	193	574.61
MIW2023	55821896E	16/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MJS2307	55822572E	05/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MJW7451	55822501E	19/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MKC0288	55541991E	02/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
MLI0633	55822586E	10/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MMD6266	55540563E	11/09/2014	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 90/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 90/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACJ9465	877434	21/10/1998	61220	214 * I	191.53
ACJ9465	877434	21/10/1998	54520	181 * VIII	127.69
AJ1998	LE00008249	02/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
AK5130	54493252	06/11/1998	55250	181 * XV	85.12
BI9867	54251056	06/11/1998	50100	162 * I	574.61
BI9867	54251056	06/11/1998	69120	232	53.20
BOR7239	54370418	02/11/1998	51850	167	127.69
CKQ8508	LE00007996	19/09/1998	62200	218 * I * b	574.61
GRR2175	LE00008196	09/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
IAY0502	54304446	30/10/1998	65990	230 * V	191.53
IBB1122	LE00007614	24/08/1998	62200	218 * I * b	574.61
JJD4556	LE00008199	10/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
LWS4092	LE00008195	09/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
LWS7815	877431	15/10/1998	73660	252 * VI	85.12
LWY2400	54221347	03/11/1998	73660	252 * VI	85.12
LWZ3019	LE00008187	11/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXC9602	54197481	20/10/1998	66370	230 * IX	127.69
LXD0237	826981	29/10/1998	73660	252 * VI	85.12
LXD1813	LE00008222	08/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXD4575	LE00008236	03/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXF2751	54376841	10/10/1998	50100	162 * I	574.61
LXK2187	LE00008251	03/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXN0827	LE00008214	07/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXS8631	54304442	29/10/1998	65990	230 * V	191.53
LXU9401	54189725	31/10/1998	66370	230 * IX	127.69
LXU9401	54189724	31/10/1998	55680	181 * XIX	127.69
LXU9401	54189724	31/10/1998	54600	181 * IX	85.12
LXV2798	LE00008224	04/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
LYB6524	54370938	02/11/1998	51690	165	957.69
LYB6524	54370939	02/11/1998	60410	207	127.69
LYB6524	54370939	02/11/1998	65990	230 * V	191.53
LYI9605	54494044	05/11/1998	61220	214 * I	191.53
LYM3515	54042676	24/10/1998	60410	207	127.69
LYP6157	54494047	05/11/1998	61220	214 * I	191.53
LYT0151	54221904	04/11/1998	66370	230 * IX	127.69
LYT4438	54084098	04/11/1998	58270	194	127.69
LYU9826	LE00008209	06/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
LYV1627	54045391	27/10/1998	73660	252 * VI	85.12
LYV9142	54304441	29/10/1998	50100	162 * I	574.61
LYX3874	54197478	28/10/1998	65990	230 * V	191.53
LZB1367	54045394	04/11/1998	73660	252 * VI	85.12
LZB7332	54197480	28/10/1998	65990	230 * V	191.53
LZC8317	54251104	05/11/1998	66100	230 * VII	127.69
LZD4599	LE00008245	03/10/1998	62200	218 * I * b	574.61

LZE6137	54221901	04/11/1998	73660	252	* VI	85.12
LZG4228	54052513	30/10/1998	58350	195		127.69
LZG4228	54052513	30/10/1998	58780	199		85.12
LZK3970	54045399	10/11/1998	57380	186	* II	191.53
LZN1191	LE00008248	02/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZN7837	54221657	06/11/1998	65990	230	* V	191.53
LZO1425	54197482	29/10/1998	58350	195		127.69
LZT1850	LE00008227	05/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZX9500	54493362	03/11/1998	59670	203	* V	191.53
LZZ1074	LE00008235	03/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
MAH4608	54042374	30/10/1998	61220	214	* I	191.53
MAK0790	LE00008213	07/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
MAK2726	54042372	30/10/1998	61220	214	* I	191.53
MAR1465	54376745	20/10/1998	54520	181	* VIII	127.69
MBB9890	54221332	03/11/1998	73150	252	* I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 91/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 91/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAS3154	54493363	03/11/1998	65990	230 * V	191.53
ACG0540	877343	01/11/1998	50100	162 * I	574.61
AEE4027	LE00008259	18/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
AEG4958	54045389	23/10/1998	57380	186 * II	191.53
AI4468	54221917	11/11/1998	55250	181 * XV	85.12
BNA7767	54221334	03/11/1998	73150	252 * I	85.12
CEU5598	54221922	11/11/1998	73150	252 * I	85.12
HP5495	54389160	13/11/1998	65990	230 * V	191.53
HP5495	54389161	13/11/1998	67690	230 * XXII	85.12
HP5495	54389161	13/11/1998	51180	164 c/c 162 * I	574.61

HP5495	54389160	13/11/1998	50100	162	*	I	574.61
IDD8932	LE00008375	22/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
KNK1460	LE00008396	24/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWR0386	54221906	04/11/1998	73150	252	*	I	85.12
LWS3242	LE00008425	27/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWT3009	LE00008339	18/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWT3914	LE00008432	03/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWT3914	LE00008428	27/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWV2963	54221902	04/11/1998	73150	252	*	I	85.12
LWW2727	54197500	06/11/1998	66370	230	*	IX	127.69
LWW2727	54197500	06/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LWW2727	54197499	06/11/1998	50100	162	*	I	574.61
LWW2727	54197499	06/11/1998	51180	164	c/c	162 * I	574.61
LWX0457	LE00008390	25/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWX0564	54494243	13/11/1998	61220	214	*	I	191.53
LWY2266	54197060	06/11/1998	65800	230	*	IV	191.53
LWY6303	LE00008289	24/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWZ5346	54221919	11/11/1998	52070	169			53.20
LXA2757	54251115	09/11/1998	67690	230	*	XXII	85.12
LXB6099	54286840	21/10/1998	51690	165			957.69
LXC4718	54251121	09/11/1998	69120	232			53.20
LXD2579	LE00008341	18/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXD7723	LE00008362	16/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXE5684	54251135	11/11/1998	66020	230	*	VI	191.53
LXE5684	54251135	11/11/1998	73660	252	*	VI	85.12
LXE6312	54221908	04/11/1998	73150	252	*	I	85.12
LXG1173	54251402	13/11/1998	67690	230	*	XXII	85.12
LXH2302	54042833	29/10/1998	56220	182	*	VI	53.20
LXI6893	LE00008305	02/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXJ9089	LE00008278	27/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXK2198	LE00008445	02/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXK7870	54221914	10/11/1998	51850	167			127.69
LXL0778	877344	09/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LXL0778	877344	09/11/1998	67260	230	*	XVIII	127.69
LXL6231	54197491	06/11/1998	66370	230	*	IX	127.69
LXL8238	54197492	06/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LXN0545	54389514	04/11/1998	73660	252	*	VI	85.12
LXO7836	54197472	27/10/1998	65990	230	*	V	191.53
LXP0944	54308894	14/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LXP6717	54221940	11/11/1998	70640	244	*	IV	191.53
LXR0627	54042836	11/11/1998	55250	181	*	XV	85.12
LXR4896	LE00008263	18/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXS8447	54251109	06/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LXX5039	54389516	04/11/1998	73660	252	*	VI	85.12
LXX9731	54251138	16/11/1998	66700	230	*	XIII	127.69
LXZ7159	LE00008315	02/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYB4031	54251125	09/11/1998	73400	252	*	IV	85.12
LYB5158	54251116	09/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LYC9862	LE00008402	24/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYD3432	LE00008333	28/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYE5989	54251051	06/11/1998	73400	252	*	IV	85.12
LYH8798	LE00008410	31/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYH8798	LE00008323	31/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYJ0178	54251131	11/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LYK6386	54221557	09/11/1998	54520	181	*	VIII	127.69
LYK9628	54045396	05/11/1998	73660	252	*	VI	85.12
LYK9628	LE00008447	01/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYM0943	775076	06/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LYM5788	LE00008272	27/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYM6319	LE00008309	03/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYM7447	54042835	29/10/1998	55250	181	*	XV	85.12
LYQ4096	LE00008308	03/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYR0383	826987	10/11/1998	59590	203	*	IV	191.53

LYR4749	54221405	13/11/1998	51850	167		127.69
LYU1850	LE00008293	25/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LYU8515	54221658	09/11/1998	67690	230	* XXII	85.12
LYZ6397	54389154	13/11/1998	65990	230	* V	191.53
LYZ6397	54389154	13/11/1998	65800	230	* IV	191.53
LZA0629	54251105	06/11/1998	60500	208		191.53
LZC7475	674642	08/11/1998	51690	165		957.69
LZD8291	LE00008301	20/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZE4155	54251062	06/11/1998	69120	232		53.20
LZG0242	LE00008391	25/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZH8291	54221340	03/11/1998	73150	252	* I	85.12
LZI2121	LE00008277	27/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZJ5834	LE00008304	20/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZL7325	54221558	12/11/1998	54520	181	* VIII	127.69
LZM5109	54221343	03/11/1998	73150	252	* I	85.12
LZM7223	LE00008321	31/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZM9035	LE00008344	17/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZS0147	54251063	06/11/1998	50450	162	* V	191.53
LZS3866	54251129	11/11/1998	67690	230	* XXII	85.12
LZS7110	LE00008373	22/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZU3230	54042230	28/10/1998	70480	244	* II	191.53
LZU3230	54042231	28/10/1998	50100	162	* I	574.61
LZW4738	54251114	09/11/1998	67690	230	* XXII	85.12
LZW7153	LE00008340	18/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZW7153	LE00008405	22/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZW7153	LE00008358	17/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
MAA6203	54002841	06/11/1998	69120	232		53.20
MAA7798	54251122	09/11/1998	65990	230	* V	191.53
MAD9951	54389153	13/11/1998	67690	230	* XXII	85.12
MAJ5816	LE00008211	06/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
MAR7272	LE00008419	28/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
MAU6688	54221333	03/11/1998	51850	167		127.69
MAZ3003	54251064	06/11/1998	69120	232		53.20
MBA7810	LE00008389	25/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
MBI6680	54197495	06/11/1998	66370	230	* IX	127.69
MBI6680	54197495	06/11/1998	67690	230	* XXII	85.12
MBU9230	54052518	09/11/1998	51850	167		127.69
MEU0100	54221338	03/11/1998	73150	252	* I	85.12
MEU3333	LE00008273	27/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
MIL0555	LE00008413	31/10/1998	62200	218	* I * b	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 92/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 92/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN1802	LE00008424	27/10/1998	62200	218 * I * b	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8023 93/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 93/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAQ5073	LE00008416	29/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
AAZ3817	LE00008427	27/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
ABF4236	54197059	06/11/1998	65990	230 * V	191.53
ACH7602	LE00008385	19/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
ACI7535	54221924	11/11/1998	51850	167	127.69
ADI3722	54389521	09/11/1998	73660	252 * VI	85.12
BHO7841	LE00008329	29/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
CFA4636	LE00008292	25/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
HRC3005	54197490	06/11/1998	51850	167	127.69

HRC3005	54221411	13/11/1998	51850	167		127.69
ICN0780	LE00008328	29/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LWW1365	54221950	13/11/1998	55250	181	* XV	85.12
LWW9732	LE00008342	17/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LXH5767	54221413	13/11/1998	51850	167		127.69
LXI1239	54221655	14/10/1998	57380	186	* II	191.53
LXS6100	54052517	09/11/1998	73660	252	* VI	85.12
LXU1180	54183805	16/11/1998	70480	244	* II	191.53
LXW2578	LE00008317	01/11/1998	62200	218	* I * b	574.61
LYA8087	LE00008506	04/11/1998	62200	218	* I * b	574.61
LYB0391	54221403	13/11/1998	73660	252	* VI	85.12
LYN9122	54221928	11/11/1998	73660	252	* VI	85.12
LYS9497	54251070	13/11/1998	51850	167		127.69
LZC8830	LE00008376	21/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZE1160	LE00008334	27/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZE7880	LE00008415	30/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZG8208	54221419	16/11/1998	73150	252	* I	85.12
LZQ9743	54042233	14/11/1998	54790	181	* X	85.12
MAC7490	LE00008507	06/11/1998	62200	218	* I * b	574.61
MAK1930	LE00008260	18/10/1998	62200	218	* I * b	574.61
MAU1955	54467891	17/11/1998	73660	252	* VI	85.12
MBC5190	LE00008444	03/11/1998	62200	218	* I * b	574.61
MMM0313	LE00008421	28/10/1998	62200	218	* I * b	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 94/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 94/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADF0270	54389534	16/11/1998	73660	252 * VI	85.12
BGU2380	54251096	19/11/1998	66960	230 * XV	127.69

BLS4932	54389523	12/11/1998	73660	252	*	VI	85.12
BWE3785	54389221	20/11/1998	67690	230	*	XXII	85.12
BWE3785	54389221	20/11/1998	66700	230	*	XIII	127.69
LWY3233	LE00008458	09/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXF9945	54262202	23/11/1998	52740	175			191.53
LXF9945	54262202	23/11/1998	52070	169			53.20
LXH3117	54446165	16/11/1998	70300	244	*	I	191.53
LXO6558	54189764	19/11/1998	55250	181	*	XV	85.12
LXW2454	826991	19/11/1998	73660	252	*	VI	85.12
LXY5835	LE00008513	07/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXZ4219	54221431	19/11/1998	73150	252	*	I	85.12
LYB9662	54045478	25/11/1998	54520	181	*	VIII	127.69
LYG0805	LE00008593	26/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYG7222	54286395	04/10/1998	70300	244	*	I	191.53
LYL6955	LE00008257	19/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYO7836	54251083	14/11/1998	66370	230	*	IX	127.69
LYO7836	54251083	14/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LYY1955	54251098	24/11/1998	73660	252	*	VI	85.12
LZD6736	LE00008564	17/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LZK2659	54389249	29/11/1998	67690	230	*	XXII	85.12
LZQ3839	54221947	12/11/1998	51850	167			127.69
LZQ5072	LE00008364	15/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
MAD1469	54042375	19/11/1998	61220	214	*	I	191.53
MAK1903	LE00008378	21/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
MIR3200	54389529	13/11/1998	73660	252	*	VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 95/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 95/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AFF1001	54042391	09/12/1998	61220	214	*	I	191.53
IDA8573	LE00008504	05/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWR5782	54389220	20/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LWW1365	LE00008461	09/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWX1652	LE00008505	05/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXA9013	54045471	19/11/1998	61220	214	*	I	191.53
LXB0014	54045480	26/11/1998	60500	208			191.53
LXB7427	54389232	23/11/1998	50100	162	*	I	574.61
LXB7427	54389232	23/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LXD1855	54221725	24/11/1998	54520	181	*	VIII	127.69
LXL1571	LE00008492	11/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXL6391	LE00008572	24/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXP1851	LE00008537	22/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXX3336	LE00008478	07/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXY1522	54045473	19/11/1998	60500	208			191.53
LXY7549	54221445	23/11/1998	51850	167			127.69
LXY8296	LE00008517	07/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYG8768	826996	23/11/1998	73660	252	*	VI	85.12
LYM7731	LE00008509	05/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYO1196	54002231	01/12/1998	54520	181	*	VIII	127.69
LYW8514	54189008	28/11/1998	54520	181	*	VIII	127.69
LZA7206	54251534	07/12/1998	65990	230	*	V	191.53
LZS4919	LE00007734	27/08/1998	62200	218	*	I * b	574.61
MAB1305	54042395	09/12/1998	61220	214	*	I	191.53
MAO1040	54251479	08/12/1998	73660	252	*	VI	85.12
MBG8010	54389231	23/11/1998	65990	230	*	V	191.53
MBG8010	54389231	23/11/1998	66100	230	*	VII	127.69
MEU0636	LE00008585	24/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 96/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 96/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAM9887	54251351	27/11/1998	51690	165	957.69
AB1509	LE00008669	11/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
AD6314	LE00008682	06/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
ADY6241	54221433	19/11/1998	73150	252 * I	85.12
AGZ0623	LE00008603	11/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
BIM6177	54440054	18/11/1998	65990	230 * V	191.53
CMK9580	54183508	30/11/1998	55250	181 * XV	85.12
IBB5499	54189821	28/11/1998	55250	181 * XV	85.12
IDD8932	LE00008642	03/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LWR1619	54045910	24/12/1998	73660	252 * VI	85.12
LWT0381	54221450	23/11/1998	73150	252 * I	85.12
LWU0262	LE00008690	05/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LWV6502	54045466	17/11/1998	60500	208	191.53
LWV8749	LE00008553	21/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LWZ1017	54251474	04/12/1998	70300	244 * I	191.53
LXA6376	LE00008647	01/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXB9565	54446170	07/12/1998	70480	244 * II	191.53
LXD4399	LE00008474	07/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXH1438	54304157	05/11/1998	61220	214 * I	191.53
LXJ3779	54221104	23/11/1998	51850	167	127.69
LXK6624	LE00008685	06/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXL8997	LE00008501	04/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXM2849	54251514	02/12/1998	65990	230 * V	191.53
LXN0244	54221728	14/12/1998	54600	181 * IX	85.12
LXP9335	54199809	20/11/1998	58350	195	127.69
LXQ5077	54389262	26/11/1998	65990	230 * V	191.53
LXV4951	54251636	21/12/1998	67690	230 * XXII	85.12
LXY2884	LE00008542	22/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXZ0839	LE00008318	01/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXZ5184	54221727	20/11/1998	67260	230 * XVIII	127.69
LXZ6399	LE00008655	29/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LYA2620	LE00008450	11/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LYA5681	54251547	08/12/1998	50100	162 * I	574.61
LYA5681	54251547	08/12/1998	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LYC3422	LE00008481	07/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LYC4623	54221566	07/12/1998	55680	181 * XIX	127.69
LYC7782	LE00008580	23/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LYE0852	LE00008524	21/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LYE9447	54370940	07/11/1998	51690	165	957.69
LYE9447	54370940	07/11/1998	50100	162 * I	574.61
LYH0580	54440058	22/11/1998	51690	165	957.69
LYK9611	54045905	23/12/1998	73660	252 * VI	85.12
LYM3492	LE00008581	24/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LYN5943	54042677	21/11/1998	51850	167	127.69
LYR0534	LE00008530	18/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LYS3823	54189809	18/11/1998	55250	181 * XV	85.12
LYV9022	LE00008395	24/10/1998	62200	218 * I * b	574.61
LYX4213	LE00008559	18/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LZB1470	LE00008544	23/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LZB3373	LE00008646	01/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LZC0467	LE00008594	26/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LZC4193	54251543	08/12/1998	50450	162 * V	191.53
LZC4395	LE00008599	25/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LZD1577	54389226	20/11/1998	65990	230 * V	191.53
LZJ9036	LE00008533	17/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LZL6590	LE00008554	20/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LZM3170	LE00008518	06/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LZM3800	54189734	09/12/1998	54790	181 * X	85.12
LZQ4110	LE00008700	01/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LZQ6183	54045908	24/12/1998	73660	252 * VI	85.12

LZR5829	LE00008661	28/11/1998	62200	218	* I * b	574.61
LZS8386	54440062	26/11/1998	54600	181	* IX	85.12
LZW2622	54304912	07/12/1998	54520	181	* VIII	127.69
MAC8941	54493373	05/12/1998	65990	230	* V	191.53
MAC8941	54493373	05/12/1998	67690	230	* XXII	85.12
MAI8997	54251517	02/12/1998	50100	162	* I	574.61
MAP0106	LE00008627	06/12/1998	62200	218	* I * b	574.61
MAR1356	LE00008584	24/11/1998	62200	218	* I * b	574.61
MAS6610	54221108	23/11/1998	51850	167		127.69
MAV5068	877443	02/12/1998	70300	244	* I	191.53
MAZ1227	54251475	07/12/1998	73660	252	* VI	85.12
MED7077	LE00008714	27/11/1998	62200	218	* I * b	574.61
MEU1204	LE00008561	18/11/1998	62200	218	* I * b	574.61
MEU1204	LE00008587	23/11/1998	62200	218	* I * b	574.61
MEU9159	54189820	28/11/1998	54520	181	* VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 97/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 97/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAC9487	LE00008693	03/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
ACG8944	54389283	15/12/1998	50450	162 * V	191.53
ACG8944	54389283	15/12/1998	65990	230 * V	191.53
BCR7777	54251620	18/12/1998	66290	230 * VIII	127.69
BCR7777	54389295	18/12/1998	51180	164 c/c 162 * I	574.61
BCR7777	54251619	18/12/1998	65990	230 * V	191.53
BCR7777	54389295	18/12/1998	50100	162 * I	574.61
BCR7777	54251619	18/12/1998	70300	244 * I	191.53
BGL7548	54042383	04/12/1998	61220	214 * I	191.53
KNK1460	LE00008664	28/11/1998	62200	218 * I * b	574.61

KY5678	54197610	17/12/1998	67770	231	*	I	127.69
KY5678	54197609	17/12/1998	69120	232			53.20
KY5678	54197610	17/12/1998	50100	162	*	I	574.61
KY5678	54197609	17/12/1998	69200	233			127.69
LWR0204	LE00008606	11/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWS4733	54389248	29/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LWS8200	LE00008703	30/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWU2968	54389294	16/12/1998	65990	230	*	V	191.53
LWU2968	54389294	16/12/1998	66370	230	*	IX	127.69
LWU7472	54304167	15/12/1998	54520	181	*	VIII	127.69
LWU8015	LE00008635	04/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWV0659	54389300	21/12/1998	65990	230	*	V	191.53
LWV8749	LE00008457	09/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LWY0385	54446154	29/09/1998	70480	244	*	II	191.53
LWY0948	54221146	21/12/1998	73580	252	*	V	85.12
LXB0389	54304853	16/12/1998	61220	214	*	I	191.53
LXC0853	54002224	11/09/1998	54520	181	*	VIII	127.69
LXC3294	LE00008704	29/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXE3569	54389150	23/12/1998	57380	186	*	II	191.53
LXE3569	54389150	23/12/1998	58350	195			127.69
LXG4968	54221004	22/12/1998	51850	167			127.69
LXH7344	54467824	08/12/1998	66020	230	*	VI	191.53
LXK0132	LE00008625	07/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXM8662	LE00008652	30/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXP3387	LE00008659	28/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXQ1238	54002234	23/12/1998	54520	181	*	VIII	127.69
LXT3054	54389302	04/01/1999	66020	230	*	VI	191.53
LXT4358	LE00008697	03/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LXU5292	54189576	07/12/1998	56570	182	*	IX	85.12
LXZ6846	54221021	23/12/1998	51850	167			127.69
LYD6517	LE00008545	23/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYE6570	54189746	18/12/1998	73660	252	*	VI	85.12
LYG1180	54446166	19/11/1998	70300	244	*	I	191.53
LYI6909	54298103	21/12/1998	67690	230	*	XXII	85.12
LYK6386	LE00008672	09/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYK6386	LE00008644	02/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYK7969	54251650	04/01/1999	65990	230	*	V	191.53
LYP5421	54494247	30/12/1998	61220	214	*	I	191.53
LYQ0707	54189741	16/12/1998	70300	244	*	I	191.53
LYQ1924	LE00008643	03/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYS4576	54444154	11/12/1998	57380	186	*	II	191.53
LZB7819	LE00008676	07/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LZC5241	LE00008650	01/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LZM2787	LE00008712	28/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LZN6889	54045903	18/12/1998	61220	214	*	I	191.53
LZS8450	LE00008624	07/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LZT4937	54045479	26/11/1998	60500	208			191.53
LZU0853	54304829	18/12/1998	73660	252	*	VI	85.12
LZU8739	LE00008716	26/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
MAA2856	LE00008516	07/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61
MAB7540	54304915	10/12/1998	73660	252	*	VI	85.12
MAC7293	54286143	25/11/1998	54520	181	*	VIII	127.69
MAD1855	54189260	16/12/1998	55250	181	*	XV	85.12
MAF8368	54189733	08/12/1998	67500	230	*	XXI	85.12
MAL4280	54199507	13/12/1998	63940	220	*	XIV	191.53
MAM3319	877448	08/12/1998	58350	195			127.69
MAW2977	54189744	18/12/1998	73660	252	*	VI	85.12
MBB9178	54304920	16/12/1998	50370	162	*	III	574.61
MBK0007	54045904	21/12/1998	61220	214	*	I	191.53
MBR7220	LE00008694	03/12/1998	62200	218	*	I * b	574.61
MBX0540	54345030	16/12/1998	54520	181	*	VIII	127.69
MCS1950	LE00008558	18/11/1998	62200	218	*	I * b	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 98/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 98/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BTU2056	877439	24/11/1998	52070	169	53.20
IBO6035	54251648	29/12/1998	65990	230 * V	191.53
LWZ5244	LE00008453	08/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXM0316	54189852	10/12/1998	53800	181 * I	85.12
LXR7320	54045914	29/12/1998	73660	252 * VI	85.12
LXT0839	54251646	29/12/1998	65990	230 * V	191.53
LYC5659	54251643	29/12/1998	65990	230 * V	191.53
LYF1189	54221043	04/01/1999	51850	167	127.69
LYG6956	LE00008600	25/11/1998	62200	218 * I * b	574.61
LZC7089	54189577	16/12/1998	50100	162 * I	574.61
LZU1761	54251493	11/12/1998	60500	208	191.53
MAN0568	54389550	10/12/1998	73660	252 * VI	85.12
MAR0092	LE00008689	05/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
MEM1960	54221132	15/12/1998	73150	252 * I	85.12
VC207	54389225	20/11/1998	50100	162 * I	574.61
VC207	54389225	20/11/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 99/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 99/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGX3246	54345032	18/12/1998	54520	181 * VIII	127.69
ALC9990	54221036	28/12/1998	51850	167	127.69
BFO1083	54221029	23/12/1998	73580	252 * V	85.12
BJQ1529	54283508	12/01/1999	54520	181 * VIII	127.69
BKT1904	LE00008822	12/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
BYN5282	54389281	15/12/1998	66370	230 * IX	127.69
BYN5282	54389281	15/12/1998	67690	230 * XXII	85.12
HRE4396	54389653	04/01/1999	69120	232	53.20
IBZ6966	LE00008809	16/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LWR0386	54221013	23/12/1998	51850	167	127.69
LWS9886	54444152	31/10/1998	55410	181 * XVII	53.20
LWY7395	54251492	11/12/1998	73660	252 * VI	85.12
LXA5987	LE00008733	25/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXB1579	LE00008750	22/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXC0094	54389291	16/12/1998	65990	230 * V	191.53
LXD0562	54189901	06/01/1999	73660	252 * VI	85.12
LXE4948	54221131	15/12/1998	73150	252 * I	85.12
LXH8820	54389656	05/01/1999	65990	230 * V	191.53
LXI1125	54221037	28/12/1998	51850	167	127.69
LXJ7471	LE00008740	24/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXK9044	LE00008744	24/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXM2573	LE00008800	17/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXM5738	LE00008815	14/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXM7470	54389307	05/01/1999	65990	230 * V	191.53
LXN1097	54221119	14/12/1998	51850	167	127.69
LXO2338	LE00008786	14/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXP6096	54251486	10/12/1998	73660	252 * VI	85.12
LXQ1751	54251961	24/12/1998	70480	244 * II	191.53
LXQ1751	54251960	24/12/1998	60500	208	191.53
LXQ1751	54251960	24/12/1998	70300	244 * I	191.53
LXQ1751	54251961	24/12/1998	58350	195	127.69
LXR5335	LE00008722	28/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXW0078	LE00008753	22/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXY1443	LE00008730	25/12/1998	62200	218 * I * b	574.61
LXY7257	54042238	05/01/1999	70480	244 * II	191.53

LYB2916	LE000008717	28/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYE0852	LE000008757	21/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYG0204	54189735	10/12/1998	70480	244	*	II			191.53
LYH7758	LE000008777	16/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYH8542	LE000008812	15/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYJ0213	LE000008765	20/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYK0120	54389305	05/01/1999	65990	230	*	V			191.53
LYK3239	54221120	14/12/1998	73150	252	*	I			85.12
LYO3148	54251625	18/12/1998	50100	162	*	I			574.61
LYS3823	54304923	28/12/1998	73660	252	*	VI			85.12
LYS5644	LE000008820	13/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
LYU1215	54221139	16/12/1998	51850	167					127.69
LZB2176	54389286	15/12/1998	51850	167					127.69
LZC9172	54221023	23/12/1998	51850	167					127.69
LZD2821	54221034	28/12/1998	54520	181	*	VIII			127.69
LZE5497	LE000008810	15/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZG7630	54389657	05/01/1999	65990	230	*	V			191.53
LZK1240	54045803	06/01/1999	57380	186	*	II			191.53
LZL0929	LE000008787	14/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZL1193	54298108	11/01/1999	66370	230	*	IX			127.69
LZL2608	54221041	04/01/1999	73580	252	*	V			85.12
LZM0217	LE000008746	24/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZN3561	54221040	04/01/1999	51850	167					127.69
LZN5140	LE000008735	25/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZO2021	LE000008805	16/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
LZQ9434	54221126	15/12/1998	51850	167					127.69
LZR1591	54221045	04/01/1999	51850	167					127.69
MAC7490	LE000008796	12/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAC9222	LE000008758	20/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAE0146	LE000008738	24/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAE6675	54221039	04/01/1999	51850	167					127.69
MAE6733	LE000008742	24/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
MAF7940	54304919	14/12/1998	73660	252	*	VI			85.12
MAM3319	877477	08/12/1998	60410	207					127.69
MAM3976	54221140	16/12/1998	73150	252	*	I			85.12
MAS8237	54221020	23/12/1998	51850	167					127.69
MAT4420	54304918	11/12/1998	73660	252	*	VI			85.12
MAX2330	LE000008776	16/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
MBI6340	54286568	11/01/1999	54600	181	*	IX			85.12
MCC7420	LE000008732	25/12/1998	62200	218	*	I	*	b	574.61
MCF7950	54189250	07/12/1998	73660	252	*	VI			85.12
MCK1840	54251959	28/12/1998	54520	181	*	VIII			127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1468/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1468/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JLX5645	55667637C	08/09/2014	65992	230 * V	191.53
LZS7292	55672907C	06/09/2014	51691	165	1915.38
LZS7292	55672906C	06/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
MAD4138	55673223C	07/09/2014	50100	162 * I	574.61
MAD4138	55673222C	07/09/2014	65992	230 * V	191.53
MEX4792	55670694C	20/09/2014	65992	230 * V	191.53
MEX4792	55670693C	20/09/2014	50450	162 * V	191.53
MJA3859	55673438C	26/09/2014	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1469/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1469/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATG4673	55672666C	22/07/2014	60412	207	127.69
CIB1143	55672823C	26/07/2014	73662	252 * VI	85.12
DMJ2422	55670517C	05/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
ILU9955	55673153C	11/09/2014	55411	181 * XVII	53.20
IMQ4657	55667345C	24/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
IMS2891	55671712C	05/09/2014	54600	181 * IX	85.12
KHU0976	55673543C	01/08/2014	51851	167	127.69
LWW9497	55673637C	14/09/2014	51851	167	127.69
LYM2569	55672523C	15/09/2014	60171	206 * III	191.53
MAD5726	55672880C	19/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
MAL4092	55670578C	22/07/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MCC1759	55672110C	01/08/2014	61220	214 * I	191.53
MCH0699	55673225C	11/09/2014	55411	181 * XVII	53.20
MCI6996	55673854C	26/09/2014	51851	167	127.69
MCT2252	55672409C	22/09/2014	54522	181 * VIII	127.69
MCZ8818	55673716C	23/09/2014	55680	181 * XIX	127.69
MEY9048	55651183C	25/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MGB0422	55655834C	24/09/2014	60412	207	127.69
MGR0074	55665486C	18/07/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MGT8039	55672989C	18/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
MHL8773	55673235C	22/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MIH4412	55672532C	15/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MIJ0219	55672673C	22/07/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MIN3587	55672990C	23/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
MKN3448	55673244C	26/09/2014	60412	207	127.69
MKZ4435	55672684C	22/07/2014	73662	252 * VI	85.12
MLF8780	55671958C	10/09/2014	54600	181 * IX	85.12
MLJ7264	55672295C	11/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
MLZ8705	55670916C	11/09/2014	54521	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1472/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1472/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAC4129	55672951C	28/07/2014	65561	230 * I	191.53
MFM7091	55673242C	26/09/2014	50100	162 * I	574.61
MGC5082	55668795C	21/10/2014	65992	230 * V	191.53
NAL1323	55671641C	09/08/2014	50100	162 * I	574.61
NAL1323	55671642C	09/08/2014	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1473/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1473/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHL8489	55674047C	08/10/2014	51851	167	127.69
ALT9136	55673269C	25/08/2014	51851	167	127.69
AQZ2126	55673071C	17/08/2014	51851	167	127.69
ASV0226	55674050C	08/10/2014	73662	252 * VI	85.12
ASV5879	55673259C	22/08/2014	60412	207	127.69
DBV0798	55673302C	03/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
DDB7182	55673721C	23/09/2014	54521	181 * VIII	127.69
DLM4249	55664394C	28/08/2014	55500	181 * XVIII	85.12
DYD3474	55674009C	05/10/2014	54522	181 * VIII	127.69
EQI1791	55673304C	11/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
GSV5691	55669363C	11/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
GXQ5227	55673714C	23/09/2014	51851	167	127.69
HUO4788	55673990C	14/10/2014	51852	167	127.69
HXL1492	55674548C	20/10/2014	59910	206 * I	191.53

IAT8006	55674137C	14/10/2014	51851	167		127.69
IDC6937	55673701C	18/09/2014	61220	214	* I	191.53
IKF7787	55672073C	02/09/2014	55411	181	* XVII	53.20
INQ9515	55672543C	19/09/2014	55680	181	* XIX	127.69
ISJ7977	55673097C	21/08/2014	57380	186	* II	191.53
ISL6694	55673204C	26/08/2014	55414	181	* XVII	53.20
JRI0551	55670590C	08/09/2014	54521	181	* VIII	127.69
KHT5096	55673878C	29/09/2014	51851	167		127.69
KKF7954	55670037C	15/09/2014	57200	186	* I	127.69
KPI1867	55673859C	26/09/2014	51851	167		127.69
KPM3212	55673366C	06/09/2014	51851	167		127.69
KZX4607	55673028C	07/08/2014	51851	167		127.69
LWW8056	55673750C	26/09/2014	51851	167		127.69
LXE0798	55673385C	06/09/2014	51851	167		127.69
LXR8240	55673022C	05/08/2014	51851	167		127.69
LXT0893	55668060C	28/08/2014	55500	181	* XVIII	85.12
LYE2529	55673384C	06/09/2014	51851	167		127.69
LYJ5869	55668774C	03/09/2014	55411	181	* XVII	53.20
LYL4618	55673382C	06/09/2014	51851	167		127.69
LYX0189	55673427C	22/09/2014	61220	214	* I	191.53
LZB5338	55674001C	02/10/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MAL4092	55672126C	18/09/2014	54600	181	* IX	85.12
MAR0531	55673740C	23/09/2014	51851	167		127.69
MBA8732	55673707C	23/09/2014	51851	167		127.69
MBG9593	55671092C	22/08/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MBH6567	55673032C	07/08/2014	59670	203	* V	191.53
MBP4824	55673873C	29/09/2014	61220	214	* I	191.53
MBR0298	55673098C	21/08/2014	73662	252	* VI	85.12
MCA3564	55674045C	08/10/2014	61220	214	* I	191.53
MCF8094	55673239C	26/09/2014	55680	181	* XIX	127.69
MCG4471	55673283C	29/08/2014	51851	167		127.69
MDF6003	55673713C	23/09/2014	73662	252	* VI	85.12
MDI3929	55645329C	05/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MDL0760	55673630C	14/09/2014	51851	167		127.69
MDM8471	55669269C	17/08/2014	55411	181	* XVII	53.20
MDO7047	55670914C	22/08/2014	55416	181	* XVII	53.20
MDP6619	55673735C	23/09/2014	51851	167		127.69
MEK5662	55669365C	19/08/2014	55411	181	* XVII	53.20
MEM5598	55674011C	05/10/2014	59670	203	* V	191.53
MER4424	55666532C	25/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MEY7844	55673706C	23/09/2014	51851	167		127.69
MFH3893	55674510C	17/10/2014	73662	252	* VI	85.12
MGD7377	55664398C	25/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MGK3126	55661516C	13/08/2014	55411	181	* XVII	53.20
MGK3324	55651196C	06/10/2014	59320	203	* II	191.53
MGT5634	55672985C	18/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MGW4342	55670688C	05/08/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MGX4104	55671649C	29/08/2014	55250	181	* XV	85.12
MHA3668	55673652C	18/09/2014	55411	181	* XVII	53.20
MHD4001	55673708C	23/09/2014	51851	167		127.69
MHN4318	55672762C	28/08/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MHO2498	55673959C	03/10/2014	60841	211		127.69
MIC7195	55670581C	11/08/2014	73662	252	* VI	85.12
MIE2447	55673734C	23/09/2014	51851	167		127.69
MIF0275	55671633C	05/08/2014	55411	181	* XVII	53.20
MIG1265	55673653C	18/09/2014	55411	181	* XVII	53.20
MIT8773	55673039C	07/08/2014	51851	167		127.69
MIT8773	55672754C	12/08/2014	54522	181	* VIII	127.69
MIU3598	55670515C	01/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MIV9543	55671209C	26/09/2014	73662	252	* VI	85.12
MIX1017	55673379C	02/09/2014	61220	214	* I	191.53
MIX6301	55673704C	23/09/2014	51851	167		127.69
MJD5372	55665491C	08/09/2014	55500	181	* XVIII	85.12

MJJ6243	55668145C	05/09/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MJJ9372	55673643C	18/09/2014	51851	167			127.69
MJL7223	55673421C	18/09/2014	55411	181	*	XVII	53.20
MJP9472	55672132C	25/09/2014	51851	167			127.69
MJW3324	55670985C	11/07/2014	61220	214	*	I	191.53
MJZ0272	55655833C	23/09/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MJZ8104	55649745C	27/08/2014	55411	181	*	XVII	53.20
MKD8194	55667336C	07/08/2014	54521	181	*	VIII	127.69
MKR4825	55651197C	07/10/2014	61220	214	*	I	191.53
MKT6987	55674028C	05/10/2014	51851	167			127.69
MKV8871	55673709C	23/09/2014	51851	167			127.69
MLF3758	55673955C	02/10/2014	61220	214	*	I	191.53
MLO8612	55674414C	16/10/2014	54521	181	*	VIII	127.69
MMJ7012	55673422C	18/09/2014	55411	181	*	XVII	53.20
MSD1668	55673373C	06/09/2014	73662	252	*	VI	85.12
NCD8458	55673159C	05/10/2014	57200	186	*	I	127.69
NCH9632	55669562C	30/04/2014	55413	181	*	XVII	53.20
NSE5047	55672988C	18/09/2014	55414	181	*	XVII	53.20
PES5690	55673801C	29/09/2014	54522	181	*	VIII	127.69
QHD4035	55673380C	02/09/2014	73662	252	*	VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1476/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1476/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABK4109	55672114C	17/08/2014	67261	230 * XVIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
 GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
 AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
 EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
 DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1477/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1477/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJO5953	55672507C	07/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
AJV0721	55673737C	23/09/2014	51851	167	127.69
AMA5831	55673727C	23/09/2014	73662	252 * VI	85.12
AMR1830	55674602C	21/10/2014	55414	181 * XVII	53.20
AND2448	55673861C	26/09/2014	59670	203 * V	191.53
ANM7520	55673872C	29/09/2014	51851	167	127.69
BOR8775	55673711C	23/09/2014	51851	167	127.69
EAM5662	55674017C	05/10/2014	51851	167	127.69
IDH0349	55673246C	26/09/2014	60412	207	127.69
IET0925	55673288C	29/08/2014	51851	167	127.69
IOC9610	55673657C	22/09/2014	55250	181 * XV	85.12
IQE5223	55674142C	14/10/2014	59910	206 * I	191.53
LWZ1885	55673884C	02/10/2014	51851	167	127.69
LYK2151	55674023C	05/10/2014	51851	167	127.69
MBK3811	55674014C	05/10/2014	59670	203 * V	191.53
MCH5552	55674451C	20/10/2014	73662	252 * VI	85.12
MCQ4903	55672534C	15/09/2014	60412	207	127.69
MDA0905	55673419C	18/09/2014	61220	214 * I	191.53
MEO5252	55671099C	22/08/2014	73662	252 * VI	85.12
MEZ7278	55673265C	25/08/2014	51851	167	127.69
MFK4694	55671504C	08/05/2014	53800	181 * I	85.12
MGP6978	55673863C	26/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MHA8821	55671877C	08/08/2014	61220	214 * I	191.53
MHB6733	55673041C	07/08/2014	59670	203 * V	191.53
MHD3979	55672525C	15/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MHW3207	55673639C	14/09/2014	61220	214 * I	191.53
MHZ9526	55674141C	14/10/2014	51851	167	127.69
MHZ9526	55672592C	14/10/2014	73662	252 * VI	85.12
MHZ9526	55674504C	17/10/2014	51851	167	127.69

MIJ9096	55655835C	26/09/2014	55411	181	*	XVII	53.20
MIJ9096	55214016B	26/09/2014	55411	181	*	XVII	53.20
MJJ5878	55673957C	03/10/2014	73662	252	*	VI	85.12
MJZ6283	55670513C	04/08/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MKB8289	55651186C	06/10/2014	51851	167			127.69
MKF4179	55646583C	12/08/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MLC1703	55672540C	19/09/2014	73662	252	*	VI	85.12
MLP3946	55673902C	26/09/2014	55680	181	*	XIX	127.69
MYB5389	55673625C	10/09/2014	73662	252	*	VI	85.12
OCV8245	55673956C	02/10/2014	54521	181	*	VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1480/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1480/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CGF0933	55672900C	02/09/2014	50100	162 * I	574.61
CGF0933	55672899C	02/09/2014	65992	230 * V	191.53
MKB5303	55670768C	04/09/2014	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1481/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1481/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFF0811	55673389C	06/09/2014	51851	167	127.69
AME6844	55672125C	18/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
APM5565	55672564C	16/09/2014	54600	181 * IX	85.12
DJE0184	55673364C	02/09/2014	73662	252 * VI	85.12
HGX0368	55673623C	10/09/2014	54522	181 * VIII	127.69
JKB7457	55674497C	01/11/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MBT4235	55672255C	10/07/2014	70561	244 * III	191.53
MCD6433	55674417C	24/10/2014	59910	206 * I	191.53
MCI7353	55672504C	20/08/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MCU7042	55674728C	05/11/2014	61220	214 * I	191.53
MDB2607	55675202C	04/11/2014	55416	181 * XVII	53.20
MDH8959	55674495C	01/11/2014	54521	181 * VIII	127.69
MDT1437	55668149C	10/10/2014	55411	181 * XVII	53.20
MEC4833	55672970C	02/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MED4331	55674455C	20/10/2014	54521	181 * VIII	127.69
MEE2487	55670399C	17/10/2014	73662	252 * VI	85.12
MEO8595	55674654C	23/10/2014	51851	167	127.69
MFE2640	55668779C	07/10/2014	73662	252 * VI	85.12
MFT7304	55674546C	20/10/2014	59910	206 * I	191.53
MGE6058	55669270C	06/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MGF7788	55673217C	03/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
MGY6115	55671210C	26/09/2014	60501	208	191.53
MHH9019	55673629C	14/09/2014	61220	214 * I	191.53
MHQ5324	55673654C	18/09/2014	55411	181 * XVII	53.20
MHS3345	55672209C	18/08/2014	73662	252 * VI	85.12
MIR3098	55669367C	04/09/2014	55411	181 * XVII	53.20
MJG3356	55673613C	10/09/2014	51851	167	127.69
MJL1071	55673618C	10/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MJS6542	55674759C	28/10/2014	51851	167	127.69
MJW5607	55674098C	24/10/2014	60412	207	127.69
MKB5303	55670767C	04/09/2014	70301	244 * I	191.53
MKK5735	55673370C	06/09/2014	54521	181 * VIII	127.69
MKV3890	55670035C	21/08/2014	51851	167	127.69
MLB5572	55674007C	02/10/2014	73662	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1943/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1943/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMJ1186	55917125D	21/10/2014	65992	230 * V
AMJ1186	55917126D	21/10/2014	50450	162 * V
AMJ1186	55917127D	21/10/2014	69120	232
BOI6018	55919929D	13/11/2014	67000	230 * XVI
FOR9955	55824706E	13/11/2014	67000	230 * XVI
MAB6300	54445944E	15/11/2014	65992	230 * V
MAX5919	55824720E	14/11/2014	50450	162 * V
MAX5919	55824721E	14/11/2014	66020	230 * VI
MBL7242	55824652E	02/11/2014	66102	230 * VII
MBO3257	55824734E	15/11/2014	50100	162 * I
MCF4413	55542181E	15/11/2014	50100	162 * I
MCF4413	55542182E	15/11/2014	67261	230 * XVIII
MCF4413	55542183E	15/11/2014	65992	230 * V
MCF4413	55542184E	15/11/2014	65561	230 * I
MCK4158	55822653E	14/11/2014	65992	230 * V
MCL9128	55084973E	18/11/2014	50100	162 * I
MCL9128	55084974E	18/11/2014	65992	230 * V
MFF4123	55824750E	19/11/2014	65992	230 * V
MFF4123	55824956E	19/11/2014	67261	230 * XVIII
MGP8012	55824713E	13/11/2014	50450	162 * V
MGP8012	55824714E	13/11/2014	65992	230 * V
MHW5918	55825257E	17/11/2014	50100	162 * I
MHW5918	55825258E	17/11/2014	66372	230 * IX
MHY9194	55824712E	13/11/2014	65992	230 * V
MIN7853	55824963E	19/11/2014	64160	221 Unico

MJY3298 55824737E 18/11/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1944/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1944/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASO2653	54932381E	17/11/2014	52070	169
JQB2716	55823532E	14/11/2014	61220	214 * I
JQB2716	55823533E	14/11/2014	51851	167
KFD8221	55823190E	10/11/2014	55415	181 * XVII
MBS7243	55541221E	19/10/2014	55500	181 * XVIII
MEM5791	55823384E	20/10/2014	55411	181 * XVII
MIF2619	55823188E	07/11/2014	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1947/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1947/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABI0402	55823547E	22/11/2014	50450	162 * V
AHI6608	55062436D	06/12/2014	66102	230 * VII
AHI6608	55825068E	06/12/2014	50100	162 * I
AHI6608	55825069E	06/12/2014	65992	230 * V
AJT6020	55823756E	14/11/2014	67000	230 * XVI
AJW0912	55824078E	29/10/2014	67261	230 * XVIII
AJW0912	55824079E	29/10/2014	69120	232
AKF2461	55824089E	30/10/2014	65992	230 * V
AKF2461	55824088E	30/10/2014	50100	162 * I
ARB2360	55825653E	04/12/2014	69120	232
ASO2653	54932380E	17/11/2014	50450	162 * V
AUM5715	55824901E	27/11/2014	67261	230 * XVIII
AUM5715	55824999E	27/11/2014	50450	162 * V
AUM5715	55825000E	27/11/2014	65992	230 * V
BOQ4513	55824340E	03/11/2014	65992	230 * V
BOQ4513	55824341E	03/11/2014	67261	230 * XVIII
BPG8778	55539949E	06/11/2014	69120	232
BPG8778	55539950E	06/11/2014	66371	230 * IX
CAG4875	55821563E	09/11/2014	65992	230 * V
CLQ0028	54447417E	26/10/2014	50610	163 c/c 162 * I
CLQ0028	54447416E	26/10/2014	50100	162 * I
CMM1828	55062432D	06/12/2014	65992	230 * V
CMM1828	55062433D	06/12/2014	50371	162 * III
COB7178	55087644E	25/11/2014	50100	162 * I
CQZ0677	55824975E	21/11/2014	50292	162 * II
CQZ0677	55824976E	21/11/2014	66020	230 * VI
CRG8404	55539480E	27/11/2014	51691	165
CYX1872	55822726E	04/10/2014	65561	230 * I
CZU9592	55824314E	01/11/2014	66102	230 * VII
DER5448	55158818C	15/11/2014	65992	230 * V
DMJ1251	55822859E	19/11/2014	73580	252 * V
DYY6434	55823736E	14/10/2014	65992	230 * V
EBK0236	55823415E	08/11/2014	50450	162 * V
GDV0055	55824502E	24/10/2014	69120	232
GDV0055	55824501E	24/10/2014	64160	221 Unico
HEO9654	55824907E	29/11/2014	65992	230 * V

HEO9654	55824908E	29/11/2014	66102	230	*	VII
HGG9586	55824011E	21/11/2014	66102	230	*	VII
HJL9564	55825503E	28/11/2014	65992	230	*	V
HQP4299	55825048E	03/12/2014	65992	230	*	V
IEP0261	55909246D	03/11/2014	66102	230	*	VII
IJU2126	55824985E	27/11/2014	65992	230	*	V
IJU2126	55824986E	27/11/2014	69120	232		
IKX3048	55824512E	24/10/2014	64160	221		Unico
JOM8999	55824906E	28/11/2014	64160	221		Unico
JPN0412	55062413D	03/12/2014	66102	230	*	VII
JTL3251	55822414E	24/11/2014	50100	162	*	I
KFB8584	55824971E	21/11/2014	69120	232		
LXD9945	55913473D	25/10/2014	69120	232		
LXM0212	55822137E	23/11/2014	50100	162	*	I
LXM0212	55823550E	23/11/2014	65992	230	*	V
LXT1089	55825255E	16/11/2014	66372	230	*	IX
LXT1089	55825256E	16/11/2014	66371	230	*	IX
LYP0593	55824164E	06/11/2014	50450	162	*	V
LYP0593	55824165E	06/11/2014	65992	230	*	V
LYX7795	55824972E	21/11/2014	50100	162	*	I
LZC9150	55909220D	27/10/2014	65992	230	*	V
LZC9150	55909222D	27/10/2014	66102	230	*	VII
LZE3253	55821406E	29/09/2014	67261	230	*	XVIII
MAK8466	55824818E	05/11/2014	50100	162	*	I
MAK8466	55824819E	05/11/2014	65992	230	*	V
MAO8314	55542276E	22/11/2014	50100	162	*	I
MBG4374	55824168E	06/11/2014	66102	230	*	VII
MBI8377	55087663E	31/10/2014	65992	230	*	V
MBJ8763	55824974E	21/11/2014	67261	230	*	XVIII
MBT9509	55823545E	22/11/2014	67261	230	*	XVIII
MBT9509	55823546E	22/11/2014	64160	221		Unico
MBV3957	55909240D	03/11/2014	50100	162	*	I
MCA2803	55824505E	24/10/2014	64160	221		Unico
MCB8490	55824090E	30/10/2014	50100	162	*	I
MCG6178	55825469E	05/12/2014	65992	230	*	V
MCG6178	55825470E	05/12/2014	50100	162	*	I
MCJ3348	55824995E	27/11/2014	50450	162	*	V
MCJ3348	55824996E	27/11/2014	69120	232		
MCJ3348	55824997E	27/11/2014	67261	230	*	XVIII
MCS5146	55824546E	28/10/2014	65992	230	*	V
MCW6854	54932370E	04/11/2014	50100	162	*	I
MCW6854	54932371E	04/11/2014	65992	230	*	V
MCW6854	54932375E	04/11/2014	51180	164	c/c 162	* I
MCX8598	55542127E	29/11/2014	65992	230	*	V
MCX8598	55542126E	29/11/2014	50100	162	*	I
MCY3418	55824156E	03/11/2014	66102	230	*	VII
MDA7964	55909225D	27/10/2014	50450	162	*	V
MDA7964	55909227D	27/10/2014	65992	230	*	V
MDD0401	55825578E	08/12/2014	69120	232		
MDI5096	55909047D	26/10/2014	65992	230	*	V
MDM1465	55822087E	28/11/2014	66102	230	*	VII
MDR4757	55824350E	04/11/2014	65992	230	*	V
MDR4757	55824801E	04/11/2014	69120	232		
MDR4757	55824802E	04/11/2014	50450	162	*	V
MDR4757	55824803E	04/11/2014	67261	230	*	XVIII
MDZ3648	55824178E	10/11/2014	65992	230	*	V
MEB4713	55825047E	02/12/2014	69120	232		
MEG1375	55823253E	29/10/2014	52741	175		
MEG5099	55822975E	02/12/2014	50100	162	*	I
MEG5099	55822976E	02/12/2014	65992	230	*	V
MEI7825	55825570E	04/12/2014	50100	162	*	I
MEJ9948	55822134E	20/11/2014	69120	232		
MEJ9948	55822135E	20/11/2014	65992	230	*	V

MEJ9948	55822136E	20/11/2014	52741	175	
MEL4771	55824920E	02/12/2014	66372	230	* IX
MEL4771	55824921E	02/12/2014	73400	252	* IV
MEO2719	55821412E	17/11/2014	66372	230	* IX
MEO2719	55821410E	17/11/2014	50291	162	* II
MEO2719	55821411E	17/11/2014	67261	230	* XVIII
MEZ2663	55821559E	25/10/2014	52741	175	
MFB3539	55824913E	02/12/2014	65992	230	* V
MFB3539	55824914E	02/12/2014	66102	230	* VII
MFF4123	55824983E	19/11/2014	50371	162	* III
MFH7861	55062426D	04/12/2014	69120	232	
MFH8096	55542988E	11/11/2014	65992	230	* V
MFK4414	55822164E	23/10/2014	65992	230	* V
MFL9141	55540091E	24/11/2014	65992	230	* V
MFO5528	55062416D	03/12/2014	50450	162	* V
MFQ2636	55824821E	05/11/2014	50100	162	* I
MFQ2636	55824822E	05/11/2014	65992	230	* V
MFZ6718	55825566E	04/12/2014	65992	230	* V
MGC9727	55824520E	27/10/2014	50450	162	* V
MGD5123	55062421D	03/12/2014	65992	230	* V
MGE7569	55824083E	29/10/2014	69120	232	
MGI6302	55825573E	04/12/2014	66372	230	* IX
MGI6302	55825064E	04/12/2014	50292	162	* II
MGK9270	55539124E	17/11/2014	67261	230	* XVIII
MGK9270	55539126E	17/11/2014	69120	232	
MGP2240	55824302E	29/10/2014	67261	230	* XVIII
MGP8875	55822083E	27/11/2014	50100	162	* I
MGP8875	55822084E	27/11/2014	65992	230	* V
MGS0217	55062407D	02/12/2014	69120	232	
MGY2440	55913849D	09/10/2014	50100	162	* I
MGY2440	55913850D	09/10/2014	65992	230	* V
MHB8268	55824198E	02/12/2014	65992	230	* V
MHB9974	55824973E	21/11/2014	67000	230	* XVI
MHE0803	55824979E	21/11/2014	50100	162	* I
MHE0803	55824980E	21/11/2014	66372	230	* IX
MHE0803	55824981E	21/11/2014	64160	221	Unico
MHO9919	55825040E	02/12/2014	65992	230	* V
MHS0938	55543000E	04/12/2014	69120	232	
MHT1327	55825020E	24/11/2014	65992	230	* V
MHU8176	55909230D	28/10/2014	65564	230	* I
MIC0515	55824517E	27/10/2014	65992	230	* V
MIC0515	55824518E	27/10/2014	66372	230	* IX
MIC0515	55824519E	27/10/2014	67261	230	* XVIII
MIH4127	55824549E	28/10/2014	69120	232	
MIL8570	55825034E	26/11/2014	52741	175	
MIL8570	55825032E	26/11/2014	66372	230	* IX
MIL8570	55825031E	26/11/2014	65992	230	* V
MIL8570	55825033E	26/11/2014	67261	230	* XVIII
MIO4643	55823178E	29/10/2014	65992	230	* V
MIQ8361	55062431D	03/12/2014	50100	162	* I
MIT7155	55825201E	24/11/2014	66372	230	* IX
MIT7155	55825202E	24/11/2014	66371	230	* IX
MIT7155	55825203E	24/11/2014	69120	232	
MIT7155	55825204E	24/11/2014	66372	230	* IX
MIT7155	54447099E	24/11/2014	65561	230	* I
MIU3131	55062412D	02/12/2014	65992	230	* V
MIY5419	54768381E	06/12/2014	50100	162	* I
MIY7969	55062425D	04/12/2014	65992	230	* V
MJB3670	55823193E	10/11/2014	65992	230	* V
MJB3670	55823195E	10/11/2014	67000	230	* XVI
MJC0727	55541639E	27/11/2014	69120	232	
MJC8615	54768380E	06/12/2014	66102	230	* VII
MJD4461	55824967E	21/11/2014	67261	230	* XVIII

MJF3100	55825002E	20/11/2014	67000	230	*	XVI
MJP9782	55824511E	24/10/2014	67261	230	*	XVIII
MJR8973	55824922E	02/12/2014	50450	162	*	V
MKB9735	55824195E	02/12/2014	66102	230	*	VII
MKD8226	55824903E	28/11/2014	50100	162	*	I
MKF0519	55821080E	23/10/2014	66372	230	*	IX
MKW1905	55823427E	08/12/2014	50100	162	*	I
MLG2235	55909221D	27/10/2014	65992	230	*	V
MLP8936	55825511E	01/12/2014	73400	252	*	IV
MLV5251	55823523E	29/10/2014	50450	162	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1948/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1948/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAAY0854	55823097E	25/11/2014	55500	181 * XVIII
ABY6374	55539118E	06/11/2014	55414	181 * XVII
AFC7390	55824424E	19/11/2014	51851	167
AFC7390	55824425E	19/11/2014	51852	167
AFC7390	55824427E	19/11/2014	58350	195
AFD5019	55086911E	21/11/2014	54600	181 * IX
ALS4650	55824754E	02/11/2014	55500	181 * XVIII
BBO5550	55825356E	20/11/2014	55250	181 * XV
HSU0770	55539119E	06/11/2014	55414	181 * XVII
ICD2913	55541226E	03/11/2014	55414	181 * XVII
IOM1901	55540996E	29/10/2014	54600	181 * IX
ITU0645	55823085E	20/11/2014	55500	181 * XVIII

JRW4012	55823072E	11/11/2014	54521	181	*	VIII
LZB3821	55823752E	26/10/2014	54521	181	*	VIII
LZR3504	55823526E	26/10/2014	54521	181	*	VIII
MAO8314	55542277E	22/11/2014	70302	244	*	I
MAT5345	55540947E	30/11/2014	55500	181	*	XVIII
MAY0936	55539120E	06/11/2014	55414	181	*	XVII
MCS5474	55821392E	17/09/2014	73662	252	*	VI
MCW6854	54932373E	04/11/2014	70561	244	*	III
MDA7964	55909226D	27/10/2014	60501	208		
MDF4582	55823735E	14/10/2014	54527	181	*	VIII
MDP9634	55823544E	20/11/2014	54521	181	*	VIII
MEM5598	55825355E	19/11/2014	70991	244	*	V II
MEX0716	55823136E	23/11/2014	55500	181	*	XVIII
MEZ2663	55821560E	25/10/2014	58350	195		
MFH7647	55822854E	05/11/2014	58350	195		
MFH7647	55822855E	05/11/2014	60175	206	*	III
MFH7647	55822856E	05/11/2014	52151	170		
MFH8096	55542989E	11/11/2014	58191	193		
MFK4414	55822165E	23/10/2014	54600	181	*	IX
MFL9141	55540092E	24/11/2014	70301	244	*	I
MFO8641	55823061E	03/11/2014	55500	181	*	XVIII
MFY6924	55539292E	20/11/2014	60501	208		
MFZ8939	55542191E	26/11/2014	60412	207		
MGB5405	55823060E	03/11/2014	55500	181	*	XVIII
MGB8875	55823763E	23/11/2014	55500	181	*	XVIII
MGP8875	55822085E	27/11/2014	58194	193		
MGP8875	55822086E	27/11/2014	60502	208		
MGR0146	55823175E	27/10/2014	53800	181	*	I
MHE3773	55823090E	21/11/2014	55414	181	*	XVII
MHM5987	55824204E	03/11/2014	58191	193		
MHR1809	55540998E	05/11/2014	55500	181	*	XVIII
MHU9647	54770277E	20/11/2014	73662	252	*	VI
MHV2879	55539291E	20/11/2014	55414	181	*	XVII
MHV8174	55822422E	27/11/2014	73662	252	*	VI
MHW8601	55825102E	22/11/2014	59670	203	*	V
MHW8601	55825103E	22/11/2014	58350	195		
MIL0777	55823067E	06/11/2014	55090	181	*	XIII
MIL8570	55825030E	26/11/2014	58350	195		
MIN9261	55822858E	02/12/2014	55415	181	*	XVII
MJF0202	55823091E	21/11/2014	55500	181	*	XVIII
MJY8962	55823197E	14/11/2014	55760	182	*	I
MKF1238	55823169E	24/10/2014	53800	181	*	I
MKF7448	55915437D	03/11/2014	55680	181	*	XIX
MKI0115	55539190E	29/10/2014	55500	181	*	XVIII
MKY1918	55081829E	25/11/2014	55500	181	*	XVIII
MKZ3960	55822980E	02/12/2014	73662	252	*	VI
MLE1397	55825460E	01/12/2014	55500	181	*	XVIII
MLI9824	55822079E	26/11/2014	55500	181	*	XVIII
MLN3667	55540995E	29/10/2014	54600	181	*	IX
MLP8936	55825512E	01/12/2014	52151	170		
MLP8936	55825513E	01/12/2014	58350	195		
MLP8936	55825514E	01/12/2014	57970	191		
MLP8936	55825515E	01/12/2014	58000	192		
MLP8936	55825516E	01/12/2014	58197	193		
MLX1374	55823186E	14/11/2014	55760	182	*	I
MLY1031	55541225E	03/11/2014	55413	181	*	XVII
MLZ8532	55539115E	06/11/2014	73662	252	*	VI
NBN4936	55824751E	02/11/2014	55500	181	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1951/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1951/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFN9257	55539224E	16/11/2014	51691	165
AFN9257	55539225E	16/11/2014	50100	162 * I
AFN9257	55539226E	16/11/2014	69120	232
AIX9378	55919944D	05/12/2014	65992	230 * V
AJV9399	55825087E	15/12/2014	69120	232
AJV9399	55825089E	15/12/2014	65561	230 * I
AKC2487	55825602E	08/12/2014	69120	232
AOE0766	55824722E	14/11/2014	67000	230 * XVI
CKX0319	55825700E	10/12/2014	65992	230 * V
DDA0571	55825553E	02/12/2014	50450	162 * V
DDE0766	55824936E	04/12/2014	66372	230 * IX
GTE6856	55919940D	05/12/2014	65992	230 * V
GTE6856	55919941D	05/12/2014	50100	162 * I
HGF8031	55824933E	04/12/2014	66102	230 * VII
HIK6075	55542995E	04/12/2014	65992	230 * V
HIK6075	55542996E	04/12/2014	65561	230 * I
HIK6075	55542997E	04/12/2014	66371	230 * IX
HIK6075	55542999E	04/12/2014	67000	230 * XVI
ICY7481	55821163E	02/12/2014	50100	162 * I
IGT6877	55825667E	05/12/2014	67261	230 * XVIII
IIE5787	55825690E	08/12/2014	50100	162 * I
IIE5787	55825691E	08/12/2014	65992	230 * V
IKP7540	55825651E	04/12/2014	69120	232
INH5554	55824964E	19/11/2014	69120	232
IOF0023	55825018E	24/11/2014	65992	230 * V
IOL9123	55825677E	08/12/2014	50100	162 * I
IOL9123	55825678E	08/12/2014	65992	230 * V

ITH3400	55823179E	01/11/2014	52741	175	
JKX7755	55822995E	10/12/2014	66102	230	* VII
JKX7755	55822996E	10/12/2014	69120	232	
LOB1390	55821081E	13/11/2014	67000	230	* XVI
LXI3479	55825070E	09/12/2014	69120	232	
LXJ2462	55824705E	13/11/2014	64160	221	Unico
LXL4859	55824806E	04/11/2014	65992	230	* V
LXL4859	55824807E	04/11/2014	50100	162	* I
LXT6066	55919932D	13/11/2014	65992	230	* V
LYD5510	55824915E	02/12/2014	65992	230	* V
LZC8590	54932378E	17/11/2014	50292	162	* II
LZC8590	54932379E	17/11/2014	51180	164	c/c 162 * I
LZP9365	55825563E	04/12/2014	50100	162	* I
LZP9365	55825564E	04/12/2014	65800	230	* IV
LZW7139	55062440D	09/12/2014	64080	221	
LZZ9247	55539127E	10/12/2014	69120	232	
LZZ9247	55539129E	10/12/2014	65561	230	* I
LZZ9247	55539130E	10/12/2014	50100	162	* I
LZZ9247	55539131E	10/12/2014	52741	175	
LZZ9247	55539132E	10/12/2014	50610	163	c/c 162 * I
MAK3988	55824935E	04/12/2014	67261	230	* XVIII
MAK8581	55825688E	08/12/2014	50100	162	* I
MAK8581	55825689E	08/12/2014	67261	230	* XVIII
MAR6693	55824007E	15/11/2014	65992	230	* V
MAR6693	55824008E	15/11/2014	50100	162	* I
MAR8071	55825501E	26/11/2014	65992	230	* V
MAU3563	55919925D	13/11/2014	50371	162	* III
MAU3563	55919924D	13/11/2014	65992	230	* V
MAW8791	55825077E	09/12/2014	69120	232	
MBH8395	55822078E	25/11/2014	65992	230	* V
MBU6507	55824952E	15/11/2014	50100	162	* I
MBU6507	55824953E	15/11/2014	65992	230	* V
MBZ4907	55825009E	21/11/2014	67000	230	* XVI
MCN6812	55822864E	10/12/2014	69120	232	
MCW0782	55541507E	05/12/2014	50100	162	* I
MCW0782	55541508E	05/12/2014	65992	230	* V
MCZ0593	55822978E	02/12/2014	50100	162	* I
MCZ0593	55822979E	02/12/2014	65992	230	* V
MDL3138	55825021E	24/11/2014	65992	230	* V
MDL3196	55825579E	10/12/2014	65992	230	* V
MDO4812	54768382E	14/12/2014	65992	230	* V
MDP5555	55825540E	14/12/2014	67000	230	* XVI
MDP5555	55825539E	14/12/2014	66102	230	* VII
MDP5555	55825541E	14/12/2014	64160	221	Unico
MDR0769	55825522E	09/12/2014	51180	164	c/c 162 * I
MDR0769	55825531E	09/12/2014	50100	162	* I
MDR0813	55825259E	07/12/2014	69120	232	
MDS5429	55824653E	02/11/2014	50100	162	* I
MEK9402	55825251E	13/11/2014	50100	162	* I
MEK9402	55825252E	13/11/2014	69120	232	
MEK9402	55825253E	13/11/2014	67261	230	* XVIII
MEQ2972	55541506E	05/12/2014	50100	162	* I
MEY3757	55825003E	20/11/2014	65992	230	* V
MEY3757	55825004E	20/11/2014	50450	162	* V
MEZ6552	55919931D	13/11/2014	73400	252	* IV
MFH8316	55825072E	09/12/2014	65992	230	* V
MFH8316	55825073E	09/12/2014	50100	162	* I
MFI0711	55824850E	13/11/2014	65992	230	* V
MFI2750	55821417E	04/12/2014	66102	230	* VII
MFP3115	55062447D	09/12/2014	50100	162	* I
MFT6173	55824021E	14/12/2014	66371	230	* IX
MFT6173	55824022E	14/12/2014	66102	230	* VII
MFU8953	55825074E	09/12/2014	50100	162	* I

MGL9364	55823531E	14/11/2014	64160	221	Unico
MGU3565	55824013E	21/11/2014	65992	230	* V
MHM5927	55824742E	18/11/2014	67261	230	* XVIII
MHP7668	55823144E	23/11/2014	69120	232	
MHV0456	55824970E	21/11/2014	69120	232	
MHV1659	55825672E	08/12/2014	67261	230	* XVIII
MHV1659	55825673E	08/12/2014	66020	230	* VI
MHV1659	55825674E	08/12/2014	73400	252	* IV
MIB7782	55825092E	15/12/2014	65992	230	* V
MIJ9561	55062434D	06/12/2014	50450	162	* V
MIL2186	55542845E	14/11/2014	69120	232	
MIR7669	55825529E	06/12/2014	66700	230	* XIII
MIR7669	55825527E	06/12/2014	67000	230	* XVI
MIS8858	55062408D	02/12/2014	65992	230	* V
MIY8375	55825552E	02/12/2014	65992	230	* V
MIZ8174	55825679E	08/12/2014	50450	162	* V
MIZ8174	55825680E	08/12/2014	50371	162	* III
MJA6154	55824725E	14/11/2014	50100	162	* I
MJA6154	55824726E	14/11/2014	69120	232	
MJA8811	55824968E	21/11/2014	50100	162	* I
MJA8811	55824969E	21/11/2014	64160	221	Unico
MJH5064	55919927D	13/11/2014	65992	230	* V
MJJ9488	55821414E	02/12/2014	50100	162	* I
MJM2047	55825676E	08/12/2014	67261	230	* XVIII
MJR6454	55824461E	04/12/2014	50100	162	* I
MJU3537	55824735E	18/11/2014	65992	230	* V
MKC9551	55826001E	10/12/2014	50100	162	* I
MKC9551	55822997E	10/12/2014	66102	230	* VII
MKC9551	55822998E	10/12/2014	50610	163	c/c 162 * I
MKS5308	55825582E	11/12/2014	66102	230	* VII
MKY0945	55825090E	15/12/2014	50450	162	* V
MMB2395	55824747E	19/11/2014	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1952/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1952/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHB8050	55822066E	18/11/2014	55500	181 * XVIII
ARY0970	55825605E	11/12/2014	55500	181 * XVIII
CXR6666	55824446E	09/12/2014	51851	167
CXR6666	55824447E	09/12/2014	58350	195
CXR6666	55824448E	09/12/2014	60501	208
GVX2776	55825957E	10/12/2014	58193	193
GVX2776	55825958E	10/12/2014	58350	195
HNQ6834	55539813E	14/12/2014	55500	181 * XVIII
HSX3630	55825473E	08/12/2014	55090	181 * XIII
ITH3400	55823180E	01/11/2014	58350	195
JHL7816	55821573E	13/12/2014	55250	181 * XV
JHL7816	55821572E	13/12/2014	54281	181 * V
LNC4731	55824462E	09/12/2014	55414	181 * XVII
LZZ9247	55539128E	10/12/2014	59670	203 * V
MAD1677	55823079E	18/11/2014	55500	181 * XVIII
MBH8395	55823098E	25/11/2014	55500	181 * XVIII
MBJ0097	55822655E	22/11/2014	54600	181 * IX
MCP6328	55822064E	18/11/2014	55414	181 * XVII
MDJ1667	55824466E	11/12/2014	61220	214 * I
MDV4297	55084983E	05/12/2014	54600	181 * IX
MEL3159	55823189E	07/11/2014	53800	181 * I
MEQ8231	55823196E	14/11/2014	55760	182 * I
MEU6223	55539122E	06/11/2014	52070	169
MEX2237	55823077E	18/11/2014	61300	214 * II
MFU2757	55824450E	10/12/2014	54527	181 * VIII
MGL9364	55823530E	14/11/2014	54521	181 * VIII
MGP7145	55087647E	08/12/2014	55500	181 * XVIII
MHY8562	55540379E	05/11/2014	55500	181 * XVIII
MII4989	55825413E	04/12/2014	73662	252 * VI
MIR7669	55825528E	06/12/2014	55250	181 * XV
MJB8379	55824463E	09/12/2014	55414	181 * XVII
MJE7149	54768479E	12/11/2014	55414	181 * XVII
MJE9523	55542076E	24/11/2014	57380	186 * II
MKH6412	55539288E	20/11/2014	55414	181 * XVII
QHU0001	55825422E	11/12/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1955/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1955/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDV9790	55087681E	21/12/2014	66372	230 * IX
CDV9790	55087685E	21/12/2014	65992	230 * V
CDV9790	55087686E	21/12/2014	66102	230 * VII
CDV9790	55087687E	21/12/2014	67000	230 * XVI
CKH3460	55825822E	17/12/2014	65992	230 * V
CKH3460	55825823E	17/12/2014	67261	230 * XVIII
DAW6089	55824912E	02/12/2014	65992	230 * V
DMF0897	55825524E	05/12/2014	50100	162 * I
DMF0897	55825525E	05/12/2014	65992	230 * V
DMF0897	55825526E	05/12/2014	67261	230 * XVIII
DVG7872	55062445D	09/12/2014	65992	230 * V
DVG7872	55062446D	09/12/2014	50292	162 * II
IAQ4222	55825764E	21/12/2014	69120	232
IAQ4222	55825763E	21/12/2014	51691	165
IEO2917	55917128D	26/11/2014	50100	162 * I
ILI1123	55825809E	17/12/2014	66102	230 * VII
IMD3927	55824994E	27/11/2014	65992	230 * V
INX7423	55822974E	02/12/2014	65992	230 * V
ISC2357	55825827E	17/12/2014	50371	162 * III
ISC2357	55825828E	17/12/2014	65992	230 * V
ITH0415	54770473E	22/12/2014	67000	230 * XVI
LWW9497	54932382E	20/12/2014	65992	230 * V
LWW9497	54932383E	20/12/2014	50100	162 * I
LXO3337	55824181E	01/12/2014	65992	230 * V
LXO3337	55824182E	01/12/2014	50100	162 * I
LXT2707	55823542E	14/11/2014	66102	230 * VII
LXT2707	55823543E	19/11/2014	66371	230 * IX
LYK8770	55542990E	28/11/2014	50100	162 * I
LYK8770	55542991E	28/11/2014	65992	230 * V
LYK8770	55542992E	28/11/2014	69120	232
LYT4463	55825010E	22/11/2014	50450	162 * V
MAI9336	54932384E	20/12/2014	65992	230 * V
MAJ9624	54770465E	22/12/2014	67261	230 * XVIII
MAJ9624	54770466E	22/12/2014	50100	162 * I
MAO5902	55825008E	20/11/2014	66371	230 * IX
MBD2661	55825001E	12/11/2014	67000	230 * XVI
MBM0993	55825100E	16/12/2014	50450	162 * V
MBP0791	55826008E	16/12/2014	50100	162 * I
MBP0791	55826009E	16/12/2014	50610	163 c/c 162 * I
MCH1444	55824909E	29/11/2014	50450	162 * V
MCH1444	55824911E	29/11/2014	51420	164 c/c 162 * V

MCO3169	55824992E	27/11/2014	64160	221	Unico
MDL3138	55825022E	24/11/2014	50100	162	* I
MDO3352	55825843E	18/12/2014	50100	162	* I
MDO3352	55825844E	18/12/2014	69120	232	
MDX1213	55826002E	16/12/2014	65561	230	* I
MDZ2529	55824185E	01/12/2014	67000	230	* XVI
MDZ2529	55824189E	01/12/2014	73400	252	* IV
MED3015	55825808E	17/12/2014	65992	230	* V
MED6637	55087648E	18/12/2014	66020	230	* VI
MED6637	55087649E	18/12/2014	66372	230	* IX
MED6637	55087650E	18/12/2014	65561	230	* I
MEP1083	55825301E	16/12/2014	50100	162	* I
MET9550	55542271E	17/11/2014	67691	230	* XXII
MFA8956	55825813E	17/12/2014	65992	230	* V
MFA8956	55825814E	17/12/2014	50100	162	* I
MFQ1442	55825016E	24/11/2014	65992	230	* V
MFQ1442	55825017E	24/11/2014	50100	162	* I
MGM9944	55825590E	16/12/2014	50100	162	* I
MGR4730	55909699D	08/11/2014	65561	230	* I
MGR4730	55909700D	08/11/2014	69120	232	
MHF4802	55824988E	07/11/2014	66372	230	* IX
MII6158	55825803E	16/12/2014	65992	230	* V
MJC2821	55825908E	20/12/2014	66102	230	* VII
MJC2821	55825909E	20/12/2014	67261	230	* XVIII
MJC2821	55825910E	20/12/2014	66372	230	* IX
MJF9020	55825534E	10/12/2014	66102	230	* VII
MJM7253	55825012E	22/11/2014	65992	230	* V
MJT7183	55824987E	27/11/2014	65992	230	* V
MKF5879	55825906E	20/12/2014	69120	232	
MKO6937	55825838E	18/12/2014	50450	162	* V
MLT4775	55824902E	28/11/2014	50100	162	* I
NDW8265	55825561E	04/12/2014	50100	162	* I
NDW8265	55825562E	04/12/2014	65992	230	* V
NRF5818	55823395E	22/12/2014	50100	162	* I
NRF5818	55823397E	22/12/2014	66371	230	* IX
NRF5818	55823398E	22/12/2014	69120	232	
NRF5818	55823399E	22/12/2014	67000	230	* XVI
NRF5818	55823400E	22/12/2014	67261	230	* XVIII
OAS8610	54770279E	18/12/2014	66020	230	* VI
OAS8610	54770280E	18/12/2014	66372	230	* IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1956/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 1956/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKL9291	55825353E	19/11/2014	72340	250 * I * a
CDV9790	55087682E	21/12/2014	54521	181 * VIII
CDV9790	55087683E	21/12/2014	55250	181 * XV
DIV5193	55822098E	01/12/2014	55414	181 * XVII
GEM6676	55542198E	10/12/2014	73662	252 * VI
GZK6432	55915438D	03/11/2014	55680	181 * XIX
IEO2917	55917129D	26/11/2014	54790	181 * X
IEO2917	55917130D	26/11/2014	55840	182 * II
LYA4908	55825303E	17/12/2014	54521	181 * VIII
MAN7668	55823762E	23/11/2014	55500	181 * XVIII
MAU7711	55823393E	17/12/2014	55414	181 * XVII
MCV7536	55825424E	22/12/2014	53800	181 * I
MDZ2529	55824188E	01/12/2014	51851	167
MEE0412	55542199E	11/12/2014	51851	167
MEE0412	55542200E	11/12/2014	73662	252 * VI
MEP1083	55825302E	16/12/2014	70301	244 * I
MHF4327	55825756E	15/12/2014	60501	208
MHZ4818	54010078N	19/12/2014	50020	257 8\$
MJF5672	55822096E	01/12/2014	55090	181 * XIII
MJG2631	55087680E	21/12/2014	54521	181 * VIII
MJM7253	55825013E	22/11/2014	55500	181 * XVIII
MKM7587	55822089E	28/11/2014	55090	181 * XIII
MKS1114	55822093E	01/12/2014	55500	181 * XVIII
MMI3141	55822143E	24/11/2014	55500	181 * XVIII
MMI3441	55822072E	21/11/2014	57200	186 * I
NRF5818	55823396E	22/12/2014	51851	167
QHY9999	55825462E	01/12/2014	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1466/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1466/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JNG4052	55673459C	21/10/2014	65992	230 * V
LWY0257	55675008C	09/11/2014	66102	230 * VII
LWY0257	55675009C	09/11/2014	66372	230 * IX
MAU5600	55649773C	13/11/2014	66371	230 * IX
MAU5600	55649774C	13/11/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1467/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1467/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BBB0632	55673972C	08/10/2014	51851	167
CSY1187	55674273C	16/10/2014	51851	167
FAB1474	55675387C	17/11/2014	54600	181 * IX
JGK2149	55672225C	10/10/2014	51851	167
LYK8649	55674503C	17/10/2014	51851	167
LYW9699	55666393C	11/11/2014	55416	181 * XVII
LZU6402	55674817C	09/11/2014	55500	181 * XVIII
MBS2046	55674517C	20/10/2014	51851	167
MCA4874	55674271C	16/10/2014	55250	181 * XV
MCV4284	55673966C	08/10/2014	51851	167
MDA5842	55674147C	14/10/2014	59910	206 * I
MDM0909	55675010C	09/11/2014	60501	208
MDY1477	55672597C	18/10/2014	60501	208
MEF8486	55674111C	08/10/2014	58191	193
MEQ2856	55674268C	14/10/2014	51851	167
MEQ3163	55674505C	17/10/2014	51851	167
MET5546	55674405C	15/10/2014	61220	214 * I
MEV9068	55672229C	10/10/2014	51851	167
MFV0419	55674524C	20/10/2014	51851	167
MFZ4968	55674121C	08/10/2014	59670	203 * V
MGG8050	55674520C	20/10/2014	51851	167
MGZ2907	55674056C	08/10/2014	55680	181 * XIX
MHB2915	55671350C	13/10/2014	73662	252 * VI
MHI6429	55122430C	08/10/2014	60681	209
MHN9464	55668782C	09/10/2014	55500	181 * XVIII
MHZ8873	55674083C	20/10/2014	55415	181 * XVII
MIB7557	55672239C	13/10/2014	73662	252 * VI
MIH6026	55651439C	14/10/2014	55680	181 * XIX
MIJ8560	55669979C	13/10/2014	73662	252 * VI
MJH3396	55674784C	07/11/2014	73662	252 * VI
MKI4305	55675540C	11/11/2014	60501	208
MKP5593	55673998C	15/10/2014	73662	252 * VI
MLM6438	55674863C	11/11/2014	54600	181 * IX
MLM6438	55674885C	11/11/2014	69800	239
MLM6438	55674886C	11/11/2014	58350	195
MMC7607	55674882C	17/11/2014	55500	181 * XVIII
MXH7303	55675545C	11/11/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1470/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1470/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CSP0907	55676168C	25/11/2014	65992	230 * V
JYZ0324	55674955C	05/12/2014	50100	162 * I
LWX9559	55666539C	16/11/2014	65992	230 * V
LZG3007	55675423C	19/11/2014	66372	230 * IX
LZI8872	55676106C	29/11/2014	65992	230 * V
LZI8872	55676107C	29/11/2014	50100	162 * I
MCT1356	55676163C	25/11/2014	66371	230 * IX
MDK6038	55652550C	08/12/2014	73400	252 * IV
MLJ2512	55673908C	23/10/2014	65992	230 * V
MLN8577	55675416C	13/11/2014	66372	230 * IX
MMK5019	55674806C	28/10/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1471/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1471/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACC0880	55674296C	24/10/2014	55500	181	*	XVIII
AMD5773	55673461C	31/10/2014	55416	181	*	XVII
APE3593	55675509C	07/11/2014	51851	167		
AQF2153	55674690C	30/10/2014	51851	167		
AQZ3931	55675062C	14/11/2014	55411	181	*	XVII
AVN0117	55669989C	25/10/2014	55500	181	*	XVIII
AWH8366	55674449C	01/11/2014	55680	181	*	XIX
BGU0460	55675613C	17/11/2014	51851	167		
BLJ4947	55675534C	11/11/2014	51851	167		
BTF0317	55676157C	25/11/2014	60501	208		
CHO3196	55675612C	17/11/2014	51851	167		
CLI2470	55675448C	21/11/2014	61220	214	*	I
CRO7290	55674701C	22/10/2014	73662	252	*	VI
DFF1653	55675059C	10/11/2014	55411	181	*	XVII
DFF1653	55675626C	21/11/2014	55500	181	*	XVIII
DIE8825	55675773C	07/12/2014	55500	181	*	XVIII
DIQ4998	55674850C	07/12/2014	55500	181	*	XVIII
DIT7786	55675308C	05/12/2014	55413	181	*	XVII
DRO8768	55673474C	24/11/2014	55414	181	*	XVII
DXH3671	55675631C	21/11/2014	59670	203	*	V
EEH6676	55675192C	03/11/2014	51851	167		
ERB2940	55667564C	05/12/2014	54600	181	*	IX
HDQ2787	55675155C	30/10/2014	54521	181	*	VIII
HIX8675	55674437C	30/10/2014	51852	167		
HPR8132	55674870C	13/11/2014	55090	181	*	XIII
IJJ2742	55675615C	17/11/2014	73662	252	*	VI
ILG0144	55675061C	14/11/2014	60681	209		
IMR3768	55672548C	22/10/2014	55500	181	*	XVIII
IOI0157	55674717C	28/10/2014	73662	252	*	VI
JCB1974	55654890C	17/11/2014	55411	181	*	XVII
JYE1853	55674683C	26/10/2014	60501	208		
KPI1867	55675537C	11/11/2014	51852	167		
KVE1806	55670698C	19/11/2014	57030	185	*	I
KVP1666	55674952C	07/11/2014	54521	181	*	VIII
LAA9770	55675771C	07/12/2014	55500	181	*	XVIII
LCR5366	55651437C	10/10/2014	58196	193		
LSW0178	55674767C	03/11/2014	54521	181	*	VIII
LWT2011	55675394C	17/11/2014	73662	252	*	VI
LWX4999	55674715C	28/10/2014	51851	167		
LXU4556	55675961C	17/11/2014	51851	167		
LXW9060	55675949C	25/11/2014	55416	181	*	XVII
LYM0039	55676014C	28/11/2014	55680	181	*	XIX
LYS5476	55674724C	29/10/2014	51851	167		
LZI0311	55668300C	28/11/2014	65210	227	*	V
LZW7139	55675533C	11/11/2014	51851	167		
MAB2570	55675962C	17/11/2014	60501	208		
MAK0942	55674671C	26/10/2014	51851	167		
MAK0942	55674670C	26/10/2014	60501	208		
MAL9405	55666541C	28/11/2014	55500	181	*	XVIII
MAS4963	55674216C	10/11/2014	54600	181	*	IX
MAU1950	55674601C	21/10/2014	55414	181	*	XVII
MAU5313	55674828C	12/11/2014	73662	252	*	VI

MAV8572	55675801C	26/11/2014	55500	181	*	XVIII
MAX4867	55674782C	06/11/2014	51851	167		
MBB3850	55675173C	03/11/2014	55500	181	*	XVIII
MBE1765	55675616C	17/11/2014	51851	167		
MBH7785	55674781C	06/11/2014	51851	167		
MBL1917	55676022C	28/11/2014	60412	207		
MBL9298	55674424C	28/10/2014	55680	181	*	XIX
MBT6082	55676036C	08/12/2014	55500	181	*	XVIII
MBW0092	55675548C	11/11/2014	55500	181	*	XVIII
MCD3078	55675426C	17/11/2014	55416	181	*	XVII
MCF5975	55675038C	21/11/2014	58196	193		
MCI0085	55675633C	21/11/2014	57200	186	*	I
MCK2849	55675506C	07/11/2014	51851	167		
MCN5579	55674295C	24/10/2014	55411	181	*	XVII
MCS1950	55675303C	13/11/2014	55411	181	*	XVII
MCT1356	55674745C	14/11/2014	59670	203	*	V
MCT1356	55676164C	25/11/2014	70302	244	*	I
MCU8149	55675643C	21/11/2014	51851	167		
MCV9311	55672997C	17/10/2014	55415	181	*	XVII
MDA8632	55674657C	23/10/2014	57200	186	*	I
MDC3164	55674294C	24/10/2014	55411	181	*	XVII
MDE8389	55675404C	05/11/2014	55500	181	*	XVIII
MDH1723	55674808C	28/10/2014	55090	181	*	XIII
MDI1776	55645336C	04/11/2014	73662	252	*	VI
MDI7568	55674439C	30/10/2014	57380	186	*	II
MDJ6822	55675191C	03/11/2014	51851	167		
MDK5072	55675184C	03/11/2014	51851	167		
MDN2239	55674665C	26/10/2014	60501	208		
MDN8755	55675543C	11/11/2014	55500	181	*	XVIII
MDP2275	55675973C	21/11/2014	54521	181	*	VIII
MDX2786	55674704C	23/10/2014	54521	181	*	VIII
MEA9474	55675986C	25/11/2014	57030	185	*	I
MEB8438	55675913C	21/11/2014	58196	193		
MEB8707	55675903C	21/11/2014	56300	182	*	VII
MEJ5842	55675433C	17/11/2014	55500	181	*	XVIII
MEM3194	55669374C	22/10/2014	59670	203	*	V
MEN2235	55675639C	21/11/2014	61220	214	*	I
MEQ5531	55675624C	21/11/2014	54522	181	*	VIII
MET1673	55675560C	19/11/2014	54521	181	*	VIII
MEU0753	55668858C	01/12/2014	55090	181	*	XIII
MEV1097	55670523C	05/11/2014	55416	181	*	XVII
MFC7097	55668796C	24/10/2014	73662	252	*	VI
MFD0766	55676015C	28/11/2014	73662	252	*	VI
MFE8647	55675063C	14/11/2014	73662	252	*	VI
MFG3951	55675033C	17/11/2014	55500	181	*	XVIII
MFP5466	55674512C	17/10/2014	51851	167		
MFS3635	55670521C	24/10/2014	55415	181	*	XVII
MFT2107	55674835C	25/11/2014	55411	181	*	XVII
MFT3758	55671240C	20/10/2014	60412	207		
MFU6274	55669877C	29/10/2014	55411	181	*	XVII
MFV6707	55675937C	25/11/2014	55414	181	*	XVII
MFZ9197	55676206C	05/12/2014	60501	208		
MGC1656	55669883C	06/11/2014	55411	181	*	XVII
MGD3155	55673462C	31/10/2014	59670	203	*	V
MGG8799	55675975C	21/11/2014	57030	185	*	I
MGL4521	55675385C	17/11/2014	73662	252	*	VI
MGL4521	55674735C	07/11/2014	55416	181	*	XVII
MGL9414	55675452C	05/12/2014	55411	181	*	XVII
MGP1212	55676010C	25/11/2014	58512	197		
MGV5898	55670699C	25/11/2014	54600	181	*	IX
MHB6856	55675354C	05/11/2014	55414	181	*	XVII
MHC7388	55674428C	28/10/2014	54521	181	*	VIII
MHN7573	55675065C	18/11/2014	63941	220	*	XIV

MHQ6816	55669794C	27/10/2014	73662	252	*	VI
MHU6859	55675969C	25/11/2014	55416	181	*	XVII
MHV1961	55675753C	21/11/2014	55415	181	*	XVII
MHV7134	55674498C	05/11/2014	55416	181	*	XVII
MHY9151	55675053C	29/10/2014	73662	252	*	VI
MIB7650	55675447C	21/11/2014	73662	252	*	VI
MIF8832	55674805C	28/10/2014	60330	206	*	V
MIH3099	55674722C	29/10/2014	60412	207		
MIH5112	55674672C	26/10/2014	51851	167		
MIJ9755	55676017C	28/11/2014	73662	252	*	VI
MIL5713	55674769C	05/11/2014	58191	193		
MIM9698	55675154C	30/10/2014	54521	181	*	VIII
MIO9751	55674898C	21/11/2014	73662	252	*	VI
MIP5488	55671463C	29/10/2014	55411	181	*	XVII
MIR0604	55674832C	21/11/2014	54521	181	*	VIII
MIV0936	55675042C	21/11/2014	54521	181	*	VIII
MIV6314	55674899C	21/11/2014	73662	252	*	VI
MIY3367	55675971C	21/11/2014	60412	207		
MIY7893	55674866C	13/11/2014	51851	167		
MJA1844	55673924C	20/11/2014	55415	181	*	XVII
MJB6527	55674673C	26/10/2014	51851	167		
MJC1303	55669793C	23/10/2014	55415	181	*	XVII
MJE6739	55675759C	25/11/2014	54521	181	*	VIII
MJH5022	55669994C	06/11/2014	73662	252	*	VI
MJI1008	55674838C	27/11/2014	55500	181	*	XVIII
MJJ0833	55667175C	26/11/2014	54521	181	*	VIII
MJJ9985	55675934C	24/11/2014	70302	244	*	I
MJJ9985	55674223C	24/11/2014	57970	191		
MJJ9985	55674222C	24/11/2014	58191	193		
MJJ9985	55675935C	24/11/2014	58350	195		
MJK7909	55668296C	20/11/2014	57380	186	*	II
MJL3867	55676001C	21/11/2014	57380	186	*	II
MJR0408	55674144C	14/10/2014	51851	167		
MJR2684	55645337C	12/11/2014	54600	181	*	IX
MJU1208	55674709C	23/10/2014	54522	181	*	VIII
MJU5802	55666540C	28/11/2014	55500	181	*	XVIII
MJU6322	55675446C	21/11/2014	61220	214	*	I
MJV4728	55676103C	25/11/2014	54870	181	*	XI
MJW9805	55673314C	12/11/2014	55414	181	*	XVII
MKB4166	55675508C	07/11/2014	61220	214	*	I
MKF5544	55676018C	28/11/2014	73662	252	*	VI
MKG3131	55668297C	24/11/2014	55414	181	*	XVII
MKL5977	55674490C	28/10/2014	73662	252	*	VI
MKN2496	55675902C	21/11/2014	56300	182	*	VII
MKN7007	55675955C	21/11/2014	54522	181	*	VIII
MKP2094	55669982C	23/10/2014	55414	181	*	XVII
MKP7823	55674440C	31/10/2014	54522	181	*	VIII
MKQ5004	55673311C	22/10/2014	55500	181	*	XVIII
MKT4518	55676201C	28/11/2014	54600	181	*	IX
MKW7464	55676004C	21/11/2014	73662	252	*	VI
MKZ6486	55667643C	18/10/2014	55411	181	*	XVII
MKZ7447	55674896C	21/11/2014	73662	252	*	VI
MKZ9378	55676007C	25/11/2014	60412	207		
MLA2513	55675422C	17/11/2014	73662	252	*	VI
MLB5572	54003424N	01/12/2014	50020	257		8\$
MLE2122	55675073C	08/12/2014	51851	167		
MLG9521	55675928C	24/11/2014	61220	214	*	I
MLH1176	55675550C	12/11/2014	55414	181	*	XVII
MLI5820	55670150C	28/10/2014	61300	214	*	II
MLM9898	55675441C	17/11/2014	73662	252	*	VI
MLN6619	55674473C	28/10/2014	55500	181	*	XVIII
MLQ1351	55675439C	17/11/2014	73662	252	*	VI
MLR3821	55675770C	07/12/2014	55500	181	*	XVIII

MLT9598	55674839C	27/11/2014	54521	181	*	VIII
MLU2433	55674208C	29/10/2014	55500	181	*	XVIII
MLU2963	55674779C	06/11/2014	60412	207		
MLW8462	55651448C	03/11/2014	54521	181	*	VIII
MLZ1020	55668780C	09/10/2014	55500	181	*	XVIII
MLZ3582	55674445C	01/11/2014	55414	181	*	XVII
MMF0653	55672413C	04/12/2014	55416	181	*	XVII
MMH8962	55669986C	25/10/2014	55500	181	*	XVIII
MML1975	55675304C	13/11/2014	55411	181	*	XVII
NWI4339	55674404C	15/10/2014	59910	206	*	I
NYS6040	55674894C	21/11/2014	73662	252	*	VI
NYS6040	55674895C	21/11/2014	60412	207		
OKE7954	55651447C	03/11/2014	54521	181	*	VIII
OKG4494	55675772C	07/12/2014	55500	181	*	XVIII
QHB7747	55668798C	25/10/2014	55500	181	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1474/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1474/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BJL8884	55675808C	12/12/2014	50450	162 * V
LYC6850	55675705C	21/11/2014	66372	230 * IX
LYC6850	55675704C	21/11/2014	50100	162 * I
LYW0140	55675402C	05/11/2014	65992	230 * V
LZX0864	55649787C	08/12/2014	65992	230 * V
MDR3707	55674876C	17/11/2014	66532	230 * XI
MDW2594	55676451C	11/12/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1475/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1475/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOY5412	55647146C	15/12/2014	54600	181 * IX
ATH4871	55675077C	08/12/2014	55500	181 * XVIII
BUV3532	55670596C	19/11/2014	61220	214 * I
EPU6907	55675720C	08/12/2014	55680	181 * XIX
IFQ0398	55671718C	08/11/2014	54521	181 * VIII
JOY7802	55675521C	11/11/2014	73662	252 * VI
KNJ7401	55675524C	11/11/2014	55500	181 * XVIII
LXW5487	55675542C	11/11/2014	54521	181 * VIII
LYT7083	55675781C	09/12/2014	60412	207
LYW0140	55675403C	05/11/2014	68580	231 * VII
LZX1823	55649775C	17/11/2014	57380	186 * II
MAK0105	55674736C	11/11/2014	55680	181 * XIX
MAX9601	55675429C	17/11/2014	55680	181 * XIX
MBE9669	55654887C	11/11/2014	55411	181 * XVII
MBL1713	55675917C	21/11/2014	55500	181 * XVIII
MCM5829	55669888C	22/11/2014	55411	181 * XVII
MCV7466	55674864C	11/11/2014	55680	181 * XIX
MCX4643	55675252C	08/11/2014	55500	181 * XVIII
MDB0593	55676454C	12/12/2014	54521	181 * VIII
MDB3269	55672297C	18/11/2014	54521	181 * VIII
MDH1354	55675769C	07/12/2014	55500	181 * XVIII
MDN0783	55673916C	08/11/2014	73662	252 * VI

MDP0584	55675022C	17/11/2014	54521	181	*	VIII
MDS1999	55676208C	09/12/2014	55500	181	*	XVIII
MDV5463	55675031C	13/11/2014	60501	208		
MDW2594	55676452C	11/12/2014	57380	186	*	II
MDZ6521	55675060C	10/11/2014	51851	167		
MEA0216	55674229C	02/12/2014	55416	181	*	XVII
MES5099	55672999C	17/10/2014	55500	181	*	XVIII
MEW6556	55674740C	14/11/2014	55500	181	*	XVIII
MEZ4658	55649769C	03/11/2014	73662	252	*	VI
MFC3614	55676403C	15/12/2014	55500	181	*	XVIII
MFD5107	55675532C	11/11/2014	61220	214	*	I
MFU2629	55675449C	21/11/2014	61220	214	*	I
MGD3132	55674804C	24/10/2014	55500	181	*	XVIII
MGO0851	55675437C	17/11/2014	73662	252	*	VI
MGO4307	55674822C	12/11/2014	55680	181	*	XIX
MGP6442	55675041C	21/11/2014	58196	193		
MGS8527	55676047C	17/12/2014	73662	252	*	VI
MHE6911	55675014C	17/11/2014	55500	181	*	XVIII
MHE6911	55674875C	17/11/2014	55500	181	*	XVIII
MHF9128	55676301C	08/12/2014	73662	252	*	VI
MHI6140	55675933C	24/11/2014	60501	208		
MHR2498	55675435C	17/11/2014	55500	181	*	XVIII
MHW7863	55675909C	21/11/2014	58196	193		
MHZ1946	55675037C	21/11/2014	58196	193		
MIF4906	55675376C	05/11/2014	61220	214	*	I
MIG4716	55675915C	21/11/2014	58350	195		
MIN4066	55675919C	21/11/2014	54521	181	*	VIII
MIO1435	55668865C	09/12/2014	55500	181	*	XVIII
MIO4426	55676113C	15/12/2014	73662	252	*	VI
MIW3134	55675381C	09/11/2014	60501	208		
MJB3580	55674792C	11/11/2014	55414	181	*	XVII
MJE9247	55675374C	05/11/2014	73662	252	*	VI
MJF5957	55675516C	07/11/2014	73662	252	*	VI
MJT9094	55675517C	07/11/2014	61220	214	*	I
MJZ6283	55674881C	17/11/2014	55414	181	*	XVII
MKD6183	55675375C	05/11/2014	58434	196		
MKV9734	55674304C	27/11/2014	55414	181	*	XVII
MKX6585	55674883C	17/11/2014	55500	181	*	XVIII
MLD7311	55674877C	17/11/2014	55250	181	*	XV
MLQ8092	55675568C	07/12/2014	61220	214	*	I
MLU0722	55668866C	17/12/2014	54521	181	*	VIII
MLZ0818	55676455C	12/12/2014	54521	181	*	VIII
MMA6584	55676209C	09/12/2014	55500	181	*	XVIII
MMA7043	55676110C	10/12/2014	55500	181	*	XVIII
MMH3728	55675032C	13/11/2014	70561	244	*	III
MMH9653	55669376C	28/11/2014	55500	181	*	XVIII
MML5002	55675420C	17/11/2014	55414	181	*	XVII
NNE2555	55649786C	08/12/2014	73662	252	*	VI
MIC2757	55649768C	03/11/2014	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1478/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1478/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXN7944	55674878C	17/11/2014	65992	230 * V
LYU8052	55675785C	10/12/2014	66371	230 * IX
LYU8052	55675784C	10/12/2014	65992	230 * V
MAK4374	55649797C	17/12/2014	65992	230 * V
MAK4374	55649796C	17/12/2014	66371	230 * IX
MEB7971	55675926C	24/11/2014	66372	230 * IX
MIY3693	55675929C	24/11/2014	66372	230 * IX
MKH4112	55675450C	21/11/2014	66372	230 * IX
MLJ5212	55649799C	17/12/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1479/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1479/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFD0261	55675075C	08/12/2014	73662	252 * VI
AKJ2293	55675204C	28/11/2014	55414	181 * XVII
APL6158	55675942C	25/11/2014	55500	181 * XVIII
AXT4432	55675377C	14/11/2014	55500	181 * XVIII
DBK7720	55667174C	26/11/2014	55090	181 * XIII
DJE3381	55674228C	26/11/2014	53800	181 * I
DWI5677	55669995C	06/11/2014	73662	252 * VI
EBW5605	55675395C	17/11/2014	73662	252 * VI
ECT3674	55675944C	25/11/2014	55500	181 * XVIII
EGU8507	55675963C	17/11/2014	73662	252 * VI
EMY0404	55675925C	24/11/2014	61220	214 * I
ENS5177	55675302C	12/11/2014	57380	186 * II
HSF6319	55676104C	25/11/2014	54870	181 * XI
ILC7152	55675619C	17/11/2014	73662	252 * VI
IOG2570	55674821C	12/11/2014	55680	181 * XIX
IOK4236	55675979C	21/11/2014	57030	185 * I
JDU3873	54001915N	28/11/2014	50020	257 8\$
KNZ2934	55674612C	26/11/2014	57030	185 * I
LWT7890	55675931C	24/11/2014	61220	214 * I
LXA9413	55675984C	25/11/2014	57030	185 * I
LYH0298	55675207C	18/12/2014	57200	186 * I
LYW1077	55675530C	11/11/2014	51851	167
LZK4816	55675505C	07/11/2014	51851	167
LZT7929	55666542C	28/11/2014	55500	181 * XVIII
MAC6376	55649792C	15/12/2014	73662	252 * VI
MBW8655	55675045C	17/11/2014	70561	244 * III
MCA9365	55675264C	02/12/2014	54870	181 * XI
MCB2090	55675932C	24/11/2014	54521	181 * VIII
MCI2300	55674732C	06/11/2014	51851	167
MCX6225	55675566C	27/11/2014	59910	206 * I
MDA5247	55673664C	11/11/2014	54521	181 * VIII
MDC1014	55672250C	22/11/2014	60501	208
MDT1437	55674868C	13/11/2014	51851	167
MEQ1015	55675856C	01/12/2014	59910	206 * I
MEW5045	55675021C	17/11/2014	54522	181 * VIII
MFG8276	54013322N	29/12/2014	50020	257 8\$
MFY5668	55675562C	19/11/2014	55414	181 * XVII
MHH1799	55669271C	28/12/2014	55416	181 * XVII
MHN1252	55675513C	07/11/2014	51851	167
MHQ9620	55675609C	17/11/2014	51851	167
MHS7393	55674867C	13/11/2014	56731	183
MIE2897	55676612C	19/12/2014	58196	193
MIE3761	55649798C	17/12/2014	68580	231 * VII
MIG7901	55676006C	25/11/2014	58191	193
MIS0389	55675567C	27/11/2014	55500	181 * XVIII
MIS7444	55623739C	30/11/2014	55250	181 * XV
MIV2630	55673917C	08/11/2014	73662	252 * VI
MIV3946	55675985C	25/11/2014	57030	185 * I
MJE4449	55674312C	17/12/2014	54600	181 * IX
MJM2919	55675270C	22/12/2014	73662	252 * VI

MJZ2911	55675974C	21/11/2014	73662	252	* VI
MKP3431	55676607C	18/12/2014	57200	186	* I
MLP9133	55676167C	25/11/2014	73662	252	* VI
MLQ6048	55675805C	30/11/2014	55680	181	* XIX
MML4514	55669892C	26/11/2014	55411	181	* XVII
OKF8348	55674310C	15/12/2014	54600	181	* IX
QHD2397	55673483C	18/12/2014	73662	252	* VI
QHE0435	55675602C	17/11/2014	55500	181	* XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE JANEIRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 162/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 162/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGS4754	54166142B	15/12/2006	69200	233
LYA8699	54166133B	15/12/2006	69200	233
LZI0862	54167603B	18/12/2006	50450	162 * V
LZI5674	54165958B	15/12/2006	69200	233
MCC5601	54166124B	15/12/2006	69200	233
MCJ2041	54168590B	15/12/2006	69200	233
MDA7499	54166150B	15/12/2006	69200	233
MDT7918	54164381B	11/10/2006	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

